

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**O COMUNISMO PAULISTANO: A ESPECIFICIDADE DO PARTIDO
COMUNISTA DO BRASIL (PCB) NA CIDADE DE SÃO PAULO (1922 –
1938)**

LUCAS ALEXANDRE ANDRETO

São Paulo

2025

LUCAS ALEXANDRE ANDRETO

**O COMUNISMO PAULISTANO: A ESPECIFICIDADE DO PARTIDO
COMUNISTA DO BRASIL (PCB) NA CIDADE DE SÃO PAULO (1922 –
1938)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, (UNESP), campus de Marília.

Área de Concentração: Ciências Sociais
Linha de Pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho
Orientador: Prof. Dr. ° Marcos Del Roio

São Paulo

2025

A561c Andreto, Lucas Alexandre
O COMUNISMO PAULISTANO : A
ESPECIFICIDADE DO PARTIDO COMUNISTA DO
BRASIL (PCB) NA CIDADE DE SÃO PAULO (1922 –
1938) / Lucas Alexandre Andreto. -- Marília, 2025
408 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Marcos Tadeu Del Roio

1. Partido Comunista Brasileiro (PCB). 2. São Paulo. 3.
Revolução Brasileira. I. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: O COMUNISMO PAULISTANO: A ESPECIFICIDADE DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB) NA CIDADE DE SÃO PAULO

AUTOR: LUCAS ALEXANDRE ANDRETO

ORIENTADOR: MARCOS TADEU DEL ROIO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais, pela Comissão Examinadora:

Prof(a). Dr(a). MARCOS TADEU DEL ROIO (Participação Presencial)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / UNESPFFC MaríliaSP

Prof(a). Dr(a). ANDERSON DEO (Participação Presencial)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp Faculdade de Filosofia e Ciências Marília

Prof(a). Dr(a). ANTONIO CARLOS MAZZEO (Participação Virtual)
Departamento de História / Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Profa. Dra. MARLY DE ALMEIDA GOMES VIANNA (Participação Virtual)
Centro de Ciências Humanas / Universidade Salgado de Oliveira

Prof. Dr. IURI CAVLAK (Participação Virtual)

Departamento de História / Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - São Paulo/SP

Marília, 24 de fevereiro de 2025

Paulo Sérgio Teles
Supervisor Técnico de Seção
Seção Técnica de Pós-Graduação

*Em memória de Fernando Andretto Netto, Elza Aparecida Pereira Andretto e
Fernando Cesar Andreto*

*Em memória das vítimas do “assassinato social”, nos termos de Friedrieich Engels,
servidos de sacrifício ao Moloch capitalista nos últimos anos, sobretudo durante a pandemia do
Corona Vírus*

À todos aqueles que lutaram e lutam pela emancipação da humanidade

AGRADECIMENTOS

Esta tese é um desdobramento de nossa pesquisa de mestrado e, podemos afirmar, os estudos que a tornaram possível começaram mesmo antes, durante a graduação, quando o Professor Eduardo José Afonso me alertou para a escassez de pesquisas sobre os primeiros anos de vida do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na cidade de São Paulo na primeira década após sua fundação. Justamente por essa razão, sou grato ao Professor Afonso por me incentivar a pesquisar sobre um objeto de estudo tão fascinante e por todas as conversas e debates que tivemos durante o processo de investigação.

Outros professores e colegas pesquisadores estiveram presentes no processo da pesquisa, indicando bibliografia, conversando, lendo esboços de partes deste trabalho, debatendo, trocando opiniões, disponibilizando-se a ouvir e oferecendo atenção às dúvidas e curiosidades deste jovem pesquisador. São muitas as formas de se cooperar com uma pesquisa, e cada um o fez de alguma maneira. Assim, correndo o risco de esquecer alguém, e por isso deixando minhas desculpas, agradeço aos professores e colegas Anderson Deo, Antônio Carlos Mazzeo, Lincoln Secco, Paulo Cunha, Ricardo Normanha, Jefferson Rodrigues Barbosa, Marília Gabriella Borges Machado, Frederico Duarte Bartz, Douglas Henrique, Leandro Galastri, Angélica Lovatto e José Luiz Del Roio.

O CEDEM foi a base inicial de minha pesquisa, principalmente os fundos e coleções do Instituto Astrojildo Pereira, mas também os arquivos da Coleção CEMAP, com principal foco naqueles do Fundo Lívio Xavier e do Fundo Mário Pedrosa. Por isso, meus mais sinceros agradecimentos aos funcionários do CEDEM, sobretudo ao Guilherme Machado Nunes. Agradeço também à historiadora Renata Aparecida Cotrim pelas orientações sobre os arquivos de Astrojildo Pereira, seus vários potenciais para pesquisa e a indicação daqueles que especificamente continham informações sobre o PCB em São Paulo.

Também o Arquivo Público do Estado de São Paulo foi essencial para a realização desta pesquisa, pois guarda uma farta documentação sobre os comunistas, proveniente das ações da polícia política. Seus funcionários, sempre de maneira atenciosa e eficiente, me auxiliaram nas várias visitas que fiz ao arquivo, não apenas cumprindo com suas atribuições profissionais, mas também conversando sobre os arquivos e indicando prontuários em que eu poderia encontrar informações que me fossem úteis. Devo especialmente ao Alexandre agradecimentos especiais, pois foi juntamente com ele que

descobrimos que, para achar o prontuário da Aliança Nacional Libertadora, era necessário procurar por “Alliança”, com dois Ls, e não “Aliança”, como na grafia atual. É inimaginável como uma descoberta tão simples foi tão importante para este trabalho.

Sou grato também aos funcionários do Museu Republicano de Itu, sobretudo aqueles que trabalham com os arquivos e a biblioteca do professor Edgard Carone. Ao pesquisar os materiais que pertenceram a Carone, recebi assistência indispensável da Anicleide Zequini e do José Renato Margarido Galvão. Também eles foram além do que precisavam cumprir ao me orientar sobre os arquivos e livros de Carone, conversar sobre a história do PCB e sobre o saudoso professor e pesquisador da história do movimento operário, cujos livros e fontes que escreveu e coletou durante sua vida agora me foram fundamentais. Ainda no âmbito do trabalho de coleta de fontes, agradeço ao historiador argentino Victor Augusto Piemonte, que me orientou sobre a localização da revista teórica do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista nos anos 1930, a *Revista Comunista*.

Devo calorosos agradecimentos aos meus entes queridos. À minha mãe, a professora Sandra Elena Andreto, por me apoiar nos estudos desde minha infância até os dias atuais. Aos meus amigos e camaradas por acompanharem meu amadurecimento como professor e pesquisador, pelas inúmeras conversas, pelo companheirismo, por ouvir atentamente minhas “palestras” voluntárias e espontâneas sobre a história do comunismo em geral e do PCB de modo específico, em toda e qualquer conversa; por estarem comigo em todos os momentos que precisei, envolvendo diretamente este trabalho ou não. Assim, agradeço ao Edson Oliveira, Dimas Caetano, Ana Hengles, Luana Ariel, Marcel Miranda, Fernando Magnos, Priscila Amaral, Jacob Marissa, Ariane Andrade, Almir Canella, aos irmãos Thaís e Thiago Magalhães, ao Lucas Guido, ao Caio e Daiane Bueno, Felipe Andretto, Gustavo Tavares, Elza Letícia Valadão, Kaian Eves, Susan Nishi, Matheus Prates e Vinícius Barreira Bordon. Agradeço também à minha amada companheira Stefanie Oliveira pelo amor, carinho e convivência.

Por último, mas muito longe de menos importante, agradeço ao meu orientador, o professor Marcos Tadeu Del Roio, cujo vasto conhecimento me proporcionou inúmeras pistas de como trabalhar. Sou imensamente grato pela destreza e tato com que ele me orientou, me ajudando a superar muitas imperfeições presentes nos rascunhos, fazendo a leitura atenta e crítica de meus escritos, apontando os questionamentos necessários e o caminho para o rol de leituras e trabalho com as fontes. É impossível encontrar as palavras

para lhe agradecer sua perspicácia e paciência nas inúmeras conversas de orientação que tivemos durante estes últimos cinco anos.

Inúmeras pessoas passaram por minha vida nos últimos quatro anos, ajudando de maneira direta e indireta no trabalho de pesquisa. Seria impossível citar todos e mesmo lembrar de todos. Portanto, deixo minhas desculpas e meus sinceros agradecimentos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2021/05164-8.

À Mulher Operária

Definhas, carne em flor, nessa estufa doentia
Onde impera o dinheiro e reina a tirania,
Brotaste na miséria e estás destinada
A sofrer, trabalhar e morrer estiolada,
Sem que brilhe em teu seio a luz de um arrebol.
Nesse inferno a que foste atirada
A burguesia vil, corruptora, assassina,
Com sólidos grilhões te enleou e te prendeu
E o infando Capital o teu suor devora
Como a águia da Legenda espedaçava outrora
A rija carnação do heroico Prometeu.
Para o mundo atual tu és, unicamente,
A fonte de dinheiro, a máquina inconsciente,
O ventre fértil que produz, a preço vil,
A carne de prazer para os don juans da terra,
A carne de canhão para o pasto da guerra
E a carne que o industrial devora em seu covil!
Ó mulher infeliz, luta, trabalha, morre!
Mas o sangue, o suor que dá frente te escorre
Vai formando esse mar de fúria e indignação
Que há de, enfim, subverter o despotismo
E de onde há de emergir, após o cataclismo
Um mundo mais humano e sem falta de pão!

(Raymundo Reys, um dos fundadores do PCB em São Paulo. Publicado originalmente no jornal *A Tribuna*, 1935)

RESUMO

A presente pesquisa de doutorado, intitulada *O Comunismo Paulistano: a especificidade do Partido Comunista do Brasil (PCB) na cidade de São Paulo (1922 – 1938)* busca apresentar a tese de que o PCB em São Paulo desenvolveu-se de forma relativamente isolada em relação aos núcleos ideológicos e organizativos mais consistentes do Partido, o que, de um lado, limitou sua capacidade de penetração no movimento operário paulista e, de outro, possibilitou ao longo de sua trajetória o surgimento de intelectuais donos de um marxismo relativamente diferenciado diante daquele que predominava na direção do Partido, o que constituiu, durante o período de 1922 a 1938, a particularidade do PCB paulista. Objetivamos, com isso, apontar o cerne da contradição de o PCB ter atuação deficitária no então maior centro fabril do país durante suas primeiras décadas de vida.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro (PCB); São Paulo; Revolução Brasileira.

ABSTRACT

The present doctoral research, entitled *Paulistano Communism: the specificity of the Communist Party of Brazil (PCB) in the city of São Paulo (1922 – 1938)*, aims to present the thesis that the PCB in São Paulo developed relatively isolated from the more consistent ideological and organizational nuclei of the Party. This isolation, on one hand, limited its ability to penetrate the São Paulo labor movement and, on the other hand, allowed the emergence of intellectuals with a relatively distinct Marxism compared to that which predominated in the Party leadership. This constituted, during the period from 1922 to 1938, the particularity of the São Paulo PCB. Our objective is to highlight the core contradiction of the PCB's deficient performance in the then largest industrial center of the country during its first decades of existence.

Keywords: Brazilian Communist Party (PCB); São Paulo; Brazilian Revolution.

LISTA DE SIGLAS

AEL: Arquivo Edgar Leuenroth
 APESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo
 AIB: Ação Integralista Brasileira
 ANL: Aliança Nacional Libertadora
 ASMOB: Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano
 BO: Bloco Operário
 BOC: Bloco Operário e Camponês
 BP: Bureau Político do Partido Comunista do Brasil
 BSA-IC: Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista
 CC: Comitê Central do Partido Comunista do Brasil
 CCE: Comitê Central Executivo do Partido Comunista do Brasil
 CCP: Comitê Central Provisório
 CEDEM: Centro de Documentação e Memória da UNESP
 CE-IC: Comitê Executivo da Internacional Comunista
 CGL: Grupo Comunista Lênin
 CGT: Central Geral dos Trabalhadores
 CGTB: Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
 CR-SP: Comitê Regional de São Paulo
 CR-RJ: Comitê Regional do Rio de Janeiro
 DEOPS: Delegacia de Ordem Política e Social
 FJCB: Federação da Juventude Comunista do Brasil
 FLBX: Fundo Lívio Barreto Xavier
 FOSP: Federação Operária de São Paulo
 FSR-SP: Federação Sindical Regional de São Paulo
 FUA: Frente Única Antifascista
 IC: Internacional Comunista ou III Internacional
 JC: Juventude Comunista
 LCI: Liga Comunista Internacionalista
 PC: Partido Constitucionalista
 PCA: Partido Comunista da Alemanha
 PCB: Partido Comunista do Brasil
 PCF: Partido Comunista da França
 PCR(b): Partido Comunista da Rússia (bolchevique)

PCUS: Partido Comunista da União Soviética

PD: Partido Democrático de São Paulo

PRP: Partido Republicano Paulista

POL: Partido Operário Leninista

PSB: Partido Socialista Brasileiro

SFEFS: Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana

SN: Secretariado Nacional do Partido Comunista do Brasil

SSA-IC: Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista

UAC: União dos Artífices em Calçados

UGT: União Geral dos Trabalhadores

UOFT: União dos Operários em Fábrica de Tecidos

UTG: União dos Trabalhadores Gráficos

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
2 – A RELAÇÃO DO COMITÊ REGIONAL DO PCB EM SÃO PAULO E O COMITÊ CENTRAL NO RIO DE JANEIRO (1922 – 1930)	29
2.1. O Movimento Operário Paulistano, rumo ao nascimento do PCB.	29
2.2. A Formação do PCB no Rio de Janeiro e São Paulo.....	33
2.3. Análise interna do PCB-SP na década de 1920 e a relação com o Comitê Central no Rio de Janeiro.....	48
2.4. A Conquista de São Paulo! A Reorientação do Movimento Comunista Internacional e sua implicação para a militância do PCB em São Paulo.....	70
3 – A ASCENSÃO DO PCB EM SÃO PAULO (1930 – 1934)	88
3.1. Governo João Alberto, rearticulação do movimento operário paulistano e Astrojildo Pereira em São Paulo.	89
3.2. A Conquista de São Paulo pelo PCB finalmente se realiza	113
4 – O AUGE E DECLÍNIO DO PCB EM SÃO PAULO: ANTIFASCISMO, FRENTE POPULAR E REPRESSÃO ANTI-COMUNISTA (1933 – 1938)	153
4.1. Contra a guerra e contra o fascismo: O Comitê Anti-gueirreiro de São Paulo.	153
4.2. A política de frente popular contra o fascismo e a Aliança Nacional Libertadora em São Paulo.....	168
4.3. O descenso do movimento comunista em São Paulo: retorno ao isolamento e a autonomia relativa, fracionismo, cisão e repressão política.	207
5 – O PCB E A TEORIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA	230
5.1. O marxismo, a III Internacional e sua estratégia e tática da revolução comunista para os países coloniais e semi-coloniais	230
5.2. Octávio Brandão, Astrojildo Pereira e a Teoria da Revolução Brasileira no PCB dos anos 1920.....	236
5.3. A revolução brasileira sob a perspectiva da “luta de classe contra classe” e a I Conferência Nacional do PCB.....	254
5.4. Frente Popular e Insurreição: O PCB e a estratégia da revolução Nacional Libertadora.....	261
5.5. Frente Nacional Antifascista e o PCB na luta pela democracia e desenvolvimento nacional	268
6 – A REVOLUÇÃO BRASILEIRA DOS DISSIDENTES PAULISTAS	280
6.1. As origens do marxismo de São Paulo	280
6.2. Plínio Mello e Aristides Lobo: a revolução brasileira como revolução liberal, desenvolvimento do capitalismo no campo e alianças com a pequena-burguesia.....	303
6.3. Mário Pedrosa, Lívio Xavier e a estratégia e tática da revolução brasileira na Liga Comunista Internacionalista	323
6.4. Novo Grupo e Nova Cisão de São Paulo	344

7	– CAIO PRADO JÚNIOR	354
7.1.	Política e militância em Caio Prado Jr.	354
7.2.	<i>Evolução Política do Brasil</i> e a formação econômico social brasileira em Caio Prado Jr.....	357
7.3.	O Programa da Aliança Nacional Libertadora e a Estratégia e Tática da Revolução Brasileira no jovem Caio Prado Júnior	363
8	- CONSIDERAÇÕES FINAIS	380
	FONTES E BIBLIOGRAFIA	388

1. INTRODUÇÃO

A memória e a história sempre foram uma preocupação constante do movimento das classes subalternas. Mesmo antes de existir uma história, escrita e considerada científica sobre o proletariado, a memória das lutas a ser passada de geração para geração era um elemento presente no universo cultural desta classe. A esse respeito, cabe lembrar uma passagem das memórias de Alexis de Tocqueville que atesta a maneira como o proletariado de Paris cultivou por décadas o costume de relembrar a Revolução Francesa por meio de teatros nos bairros populares, sendo capaz de reproduzi-la na revolução de fevereiro de 1848, “imitavam-se seus gestos e suas poses [dos líderes revolucionários de 1789 – 1792], tal como haviam sido vistos no teatro”¹, dando um significado quase literal à afirmação de Marx de que “a revolução de 1848 não descobriu nada melhor para fazer do que parodiar, de um lado, o ano de 1789 e, de outro, a tradição revolucionária de 1793-95”, na medida em que seus personagens conjuravam a ajuda dos revolucionários do passado, tomando emprestado seus nomes, figurinos, palavras de ordem, “a fim de representar com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial”².

Assim, por meio de uma cultura popular, se mantinha viva a consciência de classe, se cultivava a lembrança de que a sociedade é humanamente construída e, portanto, pode ser também transformada pela ação dos seres humanos. O ato de rememorar, reviver o passado por meio de palavras e ações, continuou acompanhando o movimento operário nas comemorações de 1º de Maio (rememoração dos mártires de Chicago³), e outras datas como as da execução de Sacco e Vanzetti (23 de agosto)⁴, ou de Francisco Ferrer (13 de

¹ TOCQUEVILLE, A. *Lembranças de 1848*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P. 76.

² MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011. P. 26.

³ Os “Mártires de Chicago” foram trabalhadores e militantes do movimento operário perseguidos e executados nos Estados Unidos em 1886, após participarem de protestos pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. No dia 1º de maio de 1886, a polícia reprimiu violentamente uma multidão de grevistas que se manifestava na Praça Haymarket, ferindo indiscriminadamente os manifestantes. Durante o confronto, uma bomba de origem desconhecida explodiu, matando policiais e intensificando o conflito, que terminou em um banho de sangue. Os organizadores do movimento – August Spies, Albert Parsons, George Engel, Adolph Fischer, Louis Lingg, Samuel Fielden, Michael Schwab e Oscar Neebe – foram presos. Os quatro primeiros foram executados, Lingg suicidou-se na prisão e os três últimos foram condenados à prisão perpétua, mas liberados em 1893. Em 1889, a Segunda Internacional declarou o 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores, em homenagem à resistência e ao sacrifício desses mártires. Cf. DEL ROIO, José Luiz. *1º de Maio: sua origem, seu significado, suas lutas*. São Paulo: Centro de Memória Sindical, 2016.

⁴ Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti foram dois imigrantes italianos e anarquistas que foram presos e condenados à morte sob a acusação de terem assassinado um pagador de uma fábrica de sapatos em Massachusetts. Em 23 de agosto de 1927 foram executados na cadeira elétrica. O caso mobilizou uma campanha internacional de solidariedade que denunciava a prisão e execução dos dois operários como perseguição política. Cinco anos depois da execução dos dois anarquistas, o governo de Massachusetts

outubro)⁵. Com a ascensão dos sindicatos e partidos operários, coube a essas organizações o papel de passar de uma geração de trabalhadores para outra, a história das lutas de sua classe. Como bem colocou Georges Haupt,

[...] nenhum movimento social experimenta uma tal ligação com sua própria história nem sente tanto a necessidade, o imperativo mesmo de ligar o passado ao presente, quanto o movimento operário. A classe operária considerada como teleológica, tem necessidade da consciência histórica e, portanto, do conhecimento de seu passado para cumprir sua missão⁶.

Se esse é um elemento presente nas mais variadas vertentes do movimento operário, cabe destaque ao marxismo a valorização da história das lutas de classes, a experiência das lutas do proletariado, como “critério da verdade”. Marx, Engels e Lênin estudaram as lutas da classe trabalhadora como um movimento contínuo em que as experiências de luta, cada greve, cada boicote, cada insurreição, constituíam um episódio particular da construção da consciência e da emancipação desta classe. A necessidade de a classe operária tomar consciência de seu papel histórico era um pressuposto para a vitória de sua revolução e da construção de seu projeto de sociedade, o socialismo. A importância da história das lutas de classes para a vitória definitiva da classe operária transparece em trechos da obra marxiana como aquele presente no 18 de Brumário de Luís Bonaparte

As revoluções burguesas, como as do século XVIII, avançam rapidamente de sucesso em sucesso; seus efeitos dramáticos excedem uns aos outros; os homens e as coisas se destacam como gemas fulgurantes; o êxtase é o estado permanente da sociedade; mas estas revoluções têm vida curta; logo atingem o auge, e uma longa modorra se apodera da sociedade antes que esta tenha aprendido a assimilar serenamente os resultados de seu período de lutas e embates. Por outro lado, as revoluções proletárias, como as do século XIX, se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeça-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam: Hic Rhodus, hic salta! Aqui está Rodes, salte aqui⁷.

absolveu Sacco e Vanzetti. Cf. LAZZARETTI, Lucas. Sacco e Vanzetti: Os Espelhos da Ideologia. Curitiba: Juruá, 2018.

⁵ Francisco Ferrer y Guardia foi um educador e ativista espanhol que fundou a Escola Moderna, um projeto pedagógico voltado para uma educação racionalista, laica e libertária. Suas ideias desafiavam a influência da Igreja e do Estado na educação, o que gerou forte oposição das autoridades. Em 1909, durante a Semana Trágica de Barcelona, uma revolta popular contra o governo espanhol, Ferrer foi acusado de ser um dos instigadores do movimento. Apesar da falta de provas concretas, ele foi condenado em um julgamento amplamente considerado injusto e executado em 13 de outubro de 1909. Sua morte gerou indignação internacional e o transformou em um símbolo da luta do movimento operário e popular pela liberdade de pensamento e educação. Cf. SAFÓN, Ramón. *O racionalismo combatente de Francisco Ferrer Guardia*. São Paulo: Imaginário, 2003.

⁶ HAUPT, G. *Por que a história do movimento operário?*. História e Perspectivas, 2010.

⁷ MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 25.

O movimento operário teve de travar uma verdadeira batalha contra a polícia política para manter a existência de seus documentos históricos. Um contexto de constante fuga da destruição material, obrigando a constantes movimentações de arquivos e armazenamento em condições pouco adequadas, não é a melhor condição possível para que historiadores possam acessar esses documentos para escrever a história, principalmente quando estão escondidos secretamente em arquivos privados. A difícil condição de acesso aos documentos do movimento operário para que se possibilite a escrita de sua história é um fenômeno que define o próprio caráter possível para a escrita da história das classes subalternas, como já havia apontado Antônio Gramsci.

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta (pode-se demonstrar esta verdade com a história da Revolução Francesa, pelo menos até 1830). Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral; daí decorre que uma tal história só pode ser tratada através de monografias e que cada monografia demanda um acúmulo muito grande de materiais frequentemente difíceis de recolher⁸.

Tal como Marx já havia apontado que a divisão social do trabalho separa os interesses dos operários e os colocam em uma batalha de todos contra todos no mercado, enquanto que, em contrapartida “a manutenção do salário, o interesse comum que eles têm contra o patrão, reúne-os num mesmo pensamento de resistência – a coalisão”, de maneira que as greves e coalisões teriam como principal objetivo “fazer cessar entre elas [a multidão anônima de trabalhadores que não se conhecem] a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista”⁹, também Gramsci nos diz que há uma tendência nas classes subalternas para a unificação, mas essa tendência é continuamente destroçada pela iniciativa das classes dominantes. Os citados autores concordam que há uma verdadeira batalha entre as classes no capitalismo, de maneira que à burguesia interessa que impere a concorrência e a dispersão entre os trabalhadores, e estes, por sua vez, lutam para conseguir criar a unidade necessária. Essa vitória sobre a concorrência

⁸ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere* v. 5. *O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P. 135 – 136.

⁹ MARX, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017. P. 146.

imposta pelas classes dominantes só é possível com a vitória revolucionária e, mesmo assim, apenas sob um “estado de defesa alarmada”¹⁰.

Tal característica das lutas de classes influi sobre a maneira como a história das classes subalternas pode ser escrita, reproduzindo o caráter episódico e de dispersão. O ciclo histórico vigente no século XX era aquele na qual as classes dominantes impunham à história do movimento operário o caráter disperso, episódico e fragmentário por meio da força bruta, da repressão e perseguição escancarada. No que diz respeito particularmente à história do PCB, é o contexto que obrigou Astrojildo Pereira a admitir em 1962 que

Pessoalmente não nos sentimos com ânimo para enfrentar tamanha empresa [de escrever a história do PCB], e pensamos mesmo que por enquanto é extremamente difícil, senão impossível, fazê-lo, pelo menos como trabalho individual. A documentação existente se encontra dispersa, exigindo prévio arrolamento e classificação, sem o que será sempre precário o trabalho dos historiadores. Nem nos esqueçamos que o PCB, em 40 anos de vida, passou pelo menos 35 na ilegalidade, e que uma das regras mais elementares da vida ilegal consiste precisamente em reduzir ao mínimo certos documentos. Acreditamos, de tal sorte, que o melhor que se pode fazer desde já, como contribuição útil, necessária e relativamente fácil, é a elaboração de monografias sobre determinados períodos da vida do Partido (e bem assim sobre o movimento sindical e outros movimentos de massa), coletâneas de documentos, depoimentos pessoais, memórias, reportagens etc. Contribuição igualmente possível será a publicação de ensaios parciais ou gerais sobre a história do Partido, tentativas provisórias de interpretação e de síntese. A história propriamente dita virá a seu tempo como construção científica resultante da reelaboração de todos esses trabalhos prévios¹¹

Curiosamente, o início do ciclo histórico que possibilitou reunir arquivos dispersos do movimento operário, organizá-los em instituições públicas ligadas as universidades e disponibilizá-los para a pesquisa, padece de grande contradição. Sobretudo, foi uma derrota do proletariado a nível mundial, a saber, o fim da Guerra Fria com a dissolução da União Soviética e do bloco comunista no Leste Europeu, assim como a falência dos partidos comunistas e dos partidos social-democratas nos países ocidentais. Porém, no Brasil, o avanço do movimento operário na década de 1980, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), a crise da ditadura militar em meio a um movimento de massas pela democratização do país, incluindo o retorno ao Brasil de lideranças políticas ligadas ao proletariado como Luiz Carlos Prestes e Leonel Brizola, possibilitou uma vitória política parcial que permitiu nesse contexto, e ao longo das décadas seguintes, o

¹⁰ Cf. DEL ROIO, M. *Gramsci e a Emancipação do Subalterno*. São Paulo: UNESP, 2018.

¹¹ PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB*. São Paulo: Boitempo, 2022. P. 29 – 30.

Para uma história do acervo documental de Astrojildo Pereira e do trabalho militante para salvar este arquivo da perseguição política da ditadura militar brasileira, Cf. COTRIM, Renata Aparecida. *Memória Militante: a atuação das redes de preservação documental na salvaguarda dos arquivos das classes subalternas*. Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

avanço e mesmo um esforço de novas sínteses da história do movimento operário brasileiro.

Vitória apenas parcial, e se quisermos continuar com Gramsci, poderíamos dizer “desagregada e episódica”, pois esse processo deu-se sob uma passagem negociada do regime militar para o regime democrático. O movimento operário não demorou a sofrer duro golpe com a ascensão do neoliberalismo a partir dos governos Collor e FHC e o próprio Partido Comunista Brasileiro passou por uma crise que quase o levou à completa liquidação em 1992¹². O perigo da repressão aberta e da destruição pura e simples de documentos históricos do proletariado havia passado. O direito de escrever uma história do movimento operário fora conquistado dentro da legalidade institucional. Mas agora, a maneira de as classes dominantes operarem seus interesses nesse sentido seriam outros. A desindustrialização do Brasil e o refluxo do movimento sindical levaram uma cisão entre o movimento operário e sua história, escrita e enclausurada dentro dos muros das universidades. Perdeu-se de vista a presença de um partido ou de intelectuais orgânicos que, expressão do movimento das classes subalternas, contribuíam para sua autoeducação, para a elevação de sua consciência. O interesse pelo movimento operário como objeto de estudo diminuiu, sua história, não raro, passou a ser contada sob o ponto de vista das classes dominantes, em consonância com os novos tempos de democracia liberal como “fim da história”.

De toda forma, o fim do ciclo marcado pela Guerra Fria levantou uma série de questões sobre a história da classe trabalhadora no Brasil e sobre os comunistas em particular, que ainda são campos férteis para pesquisa. São temas como a relação da classe social dos trabalhadores com os sindicatos e os partidos, a construção do partido ao modelo leninista, os conflitos internos entre as diferentes correntes políticas no seio do

¹² Na década de 1990, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) enfrentou uma grave crise interna que culminou na tentativa de liquidação do partido por parte de sua própria direção, que convocou um Congresso Extraordinário, passando ao largo das regras estatutárias vigentes no PCB, com direito de voto a qualquer pessoa que comparecesse, e cujo objetivo era resolver a mudança de nome, dos símbolos, do programa e da forma de organização do Partido. Esse Congresso Extraordinário deu luz ao Partido Popular Socialista (PPS), atualmente denominado Cidadania. Porém, um grupo de militantes e dirigentes intermediários resistiu à dissolução e iniciou um processo de reconstrução do Partido. Em 1992, foi realizada a Conferência de Reorganização, que marcou o início da reconstrução do PCB como uma organização marxista-leninista comprometida com a luta socialista. Esse processo envolveu a reorganização de sua estrutura, a retomada de suas tradições revolucionárias e a formulação de uma estratégia para a revolução brasileira. Em 1995, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), decidiu que o Partido Comunista pertencia àqueles que queriam sua continuidade e não aos que queriam sua extinção, resolvendo favoravelmente aos comunistas a batalha jurídica que travaram contra o PPS pelo direito de usar o nome de seu Partido, sua sigla e símbolos. Cf. COSTA, Edmilson. *30 anos da Reconstrução Revolucionária do PCB*. In PINHEIRO, Milton (org.). *Partido Comunista Brasileiro: 100 anos de histórias e lutas*. Marília: Lutas Anticapital, 2023. P. 237.

movimento operário, as relações do PCB com a Internacional Comunista (IC) e órgãos intermediários como o Secretariado Sul-Americano (SSA-IC).

O Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹³ conta hoje com uma razoável produção bibliográfica a respeito de sua própria história. O trabalho de escrever a história dos comunistas brasileiros começou na década de 1960 por iniciativa do próprio Partido, que criou uma Comissão de História do PCB, dos quais faziam parte Astrojildo Pereira, Marly Vianna, Mário Alves, Apolonio de Carvalho e Renato Guimarães. Ainda que a Comissão não tenha prosperado, a escrita da história do PCB recebeu importantes contribuições dos mais variados tipos (livros de memórias, trabalhos feitos por militantes e por acadêmicos, biografias de personagens históricos etc.) desde então¹⁴. Contudo, isso não significa dizer que a temática está esgotada. Entre as muitas lacunas existentes na história do comunismo brasileiro estão os trabalhos de história regional, ainda que tenhamos avanços nesse sentido¹⁵. A problemática da particularidade da história do movimento operário sob a perspectiva de recortes regionais foi salientada por Silvia Petersen na década de 1990. A autora fez importante crítica à historiografia dos movimentos da classe trabalhadora que tomava por “nacionais” a história centrada no eixo Rio-São Paulo, ignorando tendências possivelmente divergentes que tenham vigorado em locais específicos¹⁶.

Contudo, é necessário dizer, quando tomamos a perspectiva de uma história regional, mesmo os lugares mais estudados, como é São Paulo, revelam grandes lacunas e importantíssimas particularidades. A história dos comunistas na cidade de São Paulo é exemplo evidente dessa afirmação, visto que recebeu um tratamento marginal pela historiografia. Os livros de história do PCB, principalmente aqueles que abordaram as duas primeiras décadas de vida do Partido (anos 1920 e 1930), colocaram ênfase no Rio

¹³ Atualmente existem três Partidos que reivindicam a história do Partido Comunista do Brasil (PCB): Seção brasileira da Internacional Comunista. São eles o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e até março de 2019 o Partido Popular Socialista (PPS), hoje Cidadania. Como o período histórico abordado por nosso artigo não chega ao momento de divisão entre o PCB e o PCdoB (ano de 1962), a sigla PCB sempre irá se referir ao Partido de origem. Entretanto, ao mencionarmos a historiografia geral sobre os comunistas brasileiros optamos por usar o nome Partido Comunista Brasileiro para designar retroativamente o Partido Comunista do Brasil (PCB) e considerar o PCdoB um Partido a parte, saído das fileiras do PCB.

¹⁴ Cf. DEL ROIO, Marcos; ANDRETO, Lucas. Historiografia y lucha por la memoria en el Partido Comunista Brasileiro. *Nuestra História*, Nº 11, 2021.

¹⁵ Para exemplos de abordagens regionais de história do PCB, cf. PEIXOTO, A. D. *Da organização à frente única: a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927 – 1930)*. Dissertação de mestrado. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2006; ZAIDAN FILHO, M. Notas sobre as origens do PCB em Recife. In: BEZERRA, Aurélio Menezes; VASCONCELOS, Maicon Maurício; SANTANA, R. (Org.). *Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco*. Recife: Núcleo de estudos eleitorais, partidários e da democracia-ufpe, 2012, v. 01, p. 111-126.

¹⁶ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando Fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, n 3, jun. 1995. P. 129 – 152.

de Janeiro por ser o local de maior força dos comunistas e à presença dos comunistas em São Paulo restou o lugar de algumas páginas, parágrafos e comentários depreciativos como o de Paulo Sergio Pinheiro, para quem a militância dos comunistas paulistanos era de uma “fraqueza crônica”¹⁷.

Essa ausência de um trabalho sistemático sobre a história do PCB em São Paulo deveria aparecer como um intrigante enigma para historiadores, cientistas sociais e da política, uma vez que a cidade de São Paulo no início da década de 1920 havia acabado de superar o Rio de Janeiro em desenvolvimento industrial, tornando-se a cidade com maior presença de indústrias e de operários fabris no Brasil.

É, no mínimo, curioso que os comunistas não tenham conseguido expandir sua organização em solo tão aparentemente fértil para eles e apenas isso já deveria ser o suficiente para despertar maior interesse científico dos pesquisadores atuais. A contradição torna-se ainda mais evidente quando notamos que a cidade de São Paulo foi palco de um movimento operário combativo na década de 1910, incluindo relevante circulação de jornais operários, presença política de socialistas e anarquistas nos meios proletários e a realização das greves gerais de 1917 a 1921, que são objetos de estudo das pesquisas acadêmicas desde pelo menos a década de 1970 até os tempos atuais. Assim sendo, façamos uma breve revisão sobre o que a historiografia construiu de mais consistente a respeito dos comunistas paulistanos no recorte temporal abordado por nossa pesquisa.

Edgard Carone, em *Classes Sociais e Movimento Operário*¹⁸ e *Brasil: Anos de Crise (1930 – 1945)*¹⁹ informa alguns detalhes sobre a história do PCB em São Paulo, retiradas não apenas de documentos, mas principalmente das entrevistas que realizou com militantes comunistas históricos da região, como Plínio Gomes de Mello, Aristides Lobo e Sebastião Francisco. Entre essas informações, há alguns detalhes sobre a construção do PCB nos anos 1920, sua solidificação em São Paulo na década seguinte, as principais ações do Partido e a composição do CR-SP em pelo menos dois momentos de sua existência, 1925 e 1934, respectivamente e, por fim, um pouco de como os comunistas participaram da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em São Paulo.

¹⁷ PINHEIRO, P. S. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil (1922 – 1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 77.

¹⁸ CARONE, Edgard. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Ática, 1989.

¹⁹ CARONE, Edgard. *Brasil: Anos de Crise (1930 – 1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

Sobre a história dos comunistas em São Paulo na década de 1920 se destaca o subcapítulo da tese de Alzira Lobo de Arruda Campos, *Tempos de Viver*²⁰, pioneiro na tentativa de “identificar possíveis peculiaridades da seção paulista do PCB, nos seus anos heroicos de formação”. Arruda Campos deu ênfase a trajetória de três comunistas que ficaram responsáveis pela construção do PCB na metrópole paulista: João da Costa Pimenta, Mario Grazzini e Aristides Lobo. Os três são apresentados pela autora como experientes e qualificados quadros do movimento operário, mas que sufocados entre as discordâncias que nutriam com a direção nacional do Partido e as brigas intestinas do movimento operário paulistano, não conseguiram levar situação local do PCB para mais do que um limitado grupo de militantes com influência em poucos sindicatos, de forma que, dois deles, Aristides Lobo e Costa Pimenta, rumaram para a Oposição de Esquerda no final da década.

Ainda sobre a ação dos comunistas paulistanos na década de 1920, merece menção os dois subcapítulos da tese de doutorado de Dainis Karepovs a respeito do Bloco Operário e Camponês, *A Esquerda e o Parlamento no Brasil (1924 – 1930)*²¹, por apresentar com maior minúcia de detalhes alguns dos problemas que o PCB encontrava para firmar-se e expandir-se em São Paulo, em discorrer sobre sua primeira experiência eleitoral e sobre sua primeira tentativa de frente com outras forças políticas da cidade, destacando o polêmico apoio do BOC-SP ao Partido Democrático de São Paulo nas eleições de fevereiro de 1928. A obra de Karepovs fez uso de farta documentação, possibilitando reconstruir episódio até então pouco conhecido da trajetória do PCB e que lhe permitiu um considerável avanço na política de massas na década de 1920.

O BOC-SP ocupou papel de grande relevância no livro de Edgard De Decca, *O Silêncio dos Vencidos*²², o que poderia significar um trabalho de peso a respeito da organização dos comunistas em São Paulo entre os anos de 1927 e 1930. Mas, ao contrário, a quantidade de informações a esse respeito é escassa, limitada a algumas citações dos textos que os comunistas publicavam no jornal *O Combate* e a uma abordagem resumida da greve dos gráficos de 1929, pois o objetivo do autor é mostrar como o discurso de revolução social foi sufocado pela ideologia da classe dominante, principalmente por aquela parcela dissidente que derrubou a Primeira República na Revolução de 1930 e estabeleceu esse ano como um marco histórico de transformações

²⁰ CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998.

²¹ KAREPOVS, Dainis. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês*. São Paulo: USP, 2001.

²² DECCA, Edgar de. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

sociais no Brasil. Cabe ressaltar que na época em que De Decca realizou a pesquisa que deu fruto ao livro *Silêncio dos Vencidos*, isto é, o final da década de 1970, as fontes para escrever a história do PCB eram de difícil acesso e o assunto encontrava recepção negativa pelo contexto da ditadura militar.

No que concerne à década de 1930, os trabalhos de John Foster Dulles, *O Comunismo no Brasil*²³, e, mais uma vez, Dainis Karepovs com o seu *Luta Subterrânea*²⁴ são trabalhos privilegiados, pois ao abordar a luta interna no PCB entre 1937 e 1939, apresentam grande quantidade de informações sobre o PCB em São Paulo dentro deste período histórico, visto que o núcleo originário da luta interna e posterior cisão foi justamente o Comitê Regional de São Paulo (CR-SP), incluindo intenso e interessantíssimo debate entre os comunistas dirigentes nacionais e os comunistas de São Paulo, com destaque para Hermínio Sacchetta e Heitor Ferreira Lima.

Ainda sobre o período da década de 1930, certamente com maior número de informações sobre o PCB em São Paulo por ser o momento em que o Partido consegue se estabelecer e fortalecer na cidade, cabe citar as informações, também dispersas e marginais, presentes em livros, meio memorialísticos, meio científicos, como os de Fúlvio Abramo²⁵ e Eduardo Maffei²⁶, sobre o movimento antifascista na capital paulista e os livros puramente de memórias de militantes comunistas que atuaram em São Paulo, como Heitor Ferreira Lima²⁷ e Tito Batini²⁸. Esses livros são importantes por informarem como o PCB integrou-se no movimento antifascista paulistano e algumas de suas outras ações, mas como em nenhum dos casos o PCB de São Paulo comparece como o principal objeto de estudo, as informações são parciais, incompletas e descoladas do contexto de um histórico cronológico e sistemático de como os comunistas construíram sua militância.

O PCB em São Paulo ainda aparece como uma espécie de personagem coadjuvante em pesquisas sobre outras forças políticas da esquerda paulistana durante o mesmo período. Assim, os trabalhos acadêmicos que abordaram a história e política dos

²³ DULLES, John Foster. *Comunistas no Brasil (1935 – 1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

²⁴ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003.

²⁵ ABRAMO, Fúlvio. *A Revoada dos Galinhas Verdes: Uma história da luta contra o fascismo no Brasil*. São Paulo: Veneta, 2014.

²⁶ MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²⁷ LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos: Memórias de Militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

²⁸ BATINI, Tito. *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Editora Unicamp, 1991.

anarquistas²⁹, do Partido Socialista Brasileiro (PSB)³⁰, do Partido Democrático de São Paulo (PD)³¹, da Liga Comunista Internacionalista³² e da Frente Única Antifascista (FUA)³³ tiveram que, invariavelmente, mencionar as ações dos comunistas e as relações que eles estabeleceram com a força política que se apresentava como objeto da pesquisa. Principalmente os trabalhos acadêmicos sobre os primeiros trotskistas brasileiros fornecem uma quantidade considerável de informações sobre o PCB em São Paulo e, como veremos, isso não é por acaso.

O mesmo apontamento vale para as pesquisas desenvolvidas a respeito de grupos específicos que habitaram e fizeram parte da vida política e cultural da São Paulo dos anos 1920 e 1930. Dessa maneira, publicações científicas sobre comunidades imigrantes (italianos, judeus, russos, húngaros etc), grupos fascistas e/ou nazistas e também sobre a atuação da polícia política paulista acabaram por fornecer, também de maneira indireta e secundária, algumas informações sobre a organização e ações do PCB em São Paulo. Cabe destacar a Coleção Inventário DEOPS, organizada pela professora Maria Luiza Tucci Carneiro, que por trabalhar com os materiais do arquivo da polícia política, conta com vários livros que se encaixam no grupo a que nos referimos no presente parágrafo³⁴.

Por fim, cabe citar as obras de literatura em que os militantes paulistanos do PCB estão presentes como personagens, construindo a atuação do Partido, principalmente *A Morte do Sapateiro: a saga dos Anos 30* de Eduardo Maffei³⁵ e *Os Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado³⁶. Esses livros têm como característica misturar realidade e ficção, história e literatura, muitas vezes fazendo alguns personagens aparecerem com pseudônimos que remetem a pessoas reais e outras vezes usando pessoas que de fato

²⁹ Cf. AZEVEDO, Raquel. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927 – 1937)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002; BONOMO, Alex. *O Anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. São Paulo: PUC, 2007.

³⁰ Cf. ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho. *O Socialismo Tenentista: Trajetória, experiência e proposta de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930*. São Paulo: FFLCH – USP, 2012.

³¹ Cf. PRADO, Maria Lígia Coelho. *Democracia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1986.

³² Cf. ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. *Na Contracorrente da História (1930 – 1933)*. São Paulo: Brasiliense, 1987; PRADO, Carlos Batista. *Partidos e Sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922 – 1936)*. Tese de doutorado apresentada a UFF. Rio de Janeiro, 2019.

³³ Cf. CASTRO, Ricardo Figueiredo. *Contra a Guerra ou Contra o Fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo (1933 – 1935)*. UFF: Niterói, 1999.

³⁴ Cf. BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Na Boca do Sertão: O perigo político no interior do estado de São Paulo (1930 – 1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003; WIAZOVSKI, Taciana. *Bolchevismo e Judaísmo: A comunidade judaica sob o olhar do DEOPS*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2001. Sobre a ação da polícia política paulista Cf. FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O Serviço Reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo: Unesp, 2006.

³⁵ MAFFEI, Eduardo. *A Morte do Sapateiro*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

³⁶ AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*. 3 vol. Rio de Janeiro: Record, 1981.

existiram como personagens, mas em ambos os casos contando suas histórias nos limites da memória e do conhecimento dos autores que, nos dois casos, foram militantes do PCB e amigos de outros militantes comunistas que atuaram em São Paulo. Evidentemente, o limite dessas obras para uma pesquisa sobre o PCB na cidade de São Paulo nas suas duas primeiras décadas de vida é seu caráter literário, de maneira que apenas em alguns casos, pelo cotejamento com outras fontes, é possível saber quando a narrativa condiz com a história e quando é apenas a expressão da imaginação literária do autor.

Nossa pesquisa de mestrado teve como objetivo contribuir para uma história do PCB em São Paulo em sua primeira década de vida, de maneira mais completa e sistemática, buscando expor seus primeiros passos, as primeiras ações e campanhas em que esteve envolvido, como iniciou sua relação com a classe operária e os sindicatos paulistanos e como se relacionou com as outras forças políticas da esquerda de São Paulo. Todavia, a pesquisa não objetivava explicar a conhecida “fraqueza crônica” do PCB em São Paulo durante a década de 1920 e constituiu apenas nosso primeiro passo na tentativa de responder esta pergunta, que agora comparece como norteadora desta tese. Partindo dos resultados de nossa dissertação de mestrado, pretendemos apresentar a tese de que o PCB em São Paulo desenvolveu-se de forma relativamente isolada em relação aos núcleos ideológicos e organizativos mais consistentes do Partido, o que, de um lado, limitou sua capacidade de penetração no movimento operário paulistano durante a década de 1920 e, de outro, possibilitou ao longo de sua trajetória o surgimento de intelectuais não completamente alinhados com as análises da III Internacional sobre a teoria, estratégia e táticas revolucionárias, o que constituiu, durante o período de 1922 a 1938, a particularidade do PCB paulistano.

Para demonstrar nossa tese, o trabalho está dividido em sete seções. Depois de uma primeira seção introdutória, a segunda, trata-se de evidenciar como os comunistas da capital paulista, em sua tarefa de construir o partido na cidade, encontraram um apoio muito débil por parte da direção do PCB, que não só os deixava à própria sorte como também, por vezes, exigia os poucos recursos existentes em São Paulo para a construção do partido no Rio de Janeiro e outras localidades. Buscamos situar o PCB no contexto de construção e desenvolvimento do movimento operário paulistano, trazendo brevemente os precedentes históricos dos revolucionários da cidade. Além disso, orientamos o trabalho com as fontes para mostrar que o foco do Partido no início de sua vida era o Rio de Janeiro e não São Paulo. Se no mestrado o trabalho das fontes buscava mostrar as dificuldades da construção do Partido na cidade, aqui o objetivo foi mostrar a constante

tensão entre o Comitê Regional de São Paulo (CR-SP) e o Comitê Central, e como os planos do CC incluíam São Paulo apenas marginalmente. Tal situação, evidentemente, impediu que os comunistas conquistassem um maior número de adeptos na capital paulista, principalmente nas principais categorias da classe operária.

Nesse sentido, o trabalho com as fontes, principalmente aquelas provenientes dos arquivos da Internacional Comunista, respaldaram nossa tese de que o relativo isolamento do Comitê Regional de São Paulo para com a direção nacional do Partido, somado o descaso que esta tinha para com a região gerou uma paralisia no crescimento do PCB em São Paulo, prejudicando a formação de quadros e inserção do Partido na classe trabalhadora paulistana. O primeiro capítulo é concluído com uma análise sobre a viragem tática da IC no final da década de 1920. Aqui, o objetivo foi mostrar que a “bolchevização” dos Partidos Comunistas forçou a direção nacional do PCB a voltar sua atenção para a construção do Partido em São Paulo, passando a redefinir qualitativamente toda a sua política para a cidade e o estado, ainda que não de uma vez, mas sim aos poucos e com percalços.

A terceira seção descreve como ocorreu a ascensão do PCB na cidade de São Paulo, a partir do início dos anos 1930 e cujo primeiro episódio foi o envio, pelo CC, de Astrojildo Pereira e Paulo de Lacerda para dirigirem o Partido na região. Pouco depois, com a transferência de todo o Comitê Central para São Paulo em fins de 1931 e início de 1932 o aparelho partidário paulistano ganhou grande impulso e os comunistas expandiram-se significativamente, desempenhando papel importante nas ondas de greves que surgiram durante o primeiro semestre desse ano. Após um breve ocaso durante a guerra civil paulista, o PCB retoma o fôlego em 1933 e consegue, finalmente, inserir-se nas principais categorias de trabalhadores da cidade, fundando novas células de fábrica e de bairros e conquistando a direção de sindicatos importantes, como a União dos Operários em Fábricas de Tecidos. É também neste momento que todo aparelho partidário dos comunistas se solidifica na região, apesar da constante perseguição policial, estruturando uma vida financeira relativamente estável, cursos de formação militante, periódicos publicados e distribuídos regularmente, propaganda pelos bairros proletários e de classe média da cidade etc.

A quarta seção tem como objeto as políticas antifascista e de frente popular do PCB na cidade, principalmente a ANL, mas também o Comitê Anti-guerreiro que a precedeu, e finaliza com uma descrição do ocaso em que o Partido terminou a década de 1930, depois de acentuada atividade e crescimento, devido principalmente ao contexto de

aumento da repressão policial proveniente da ditadura do Estado Novo e do surgimento de um processo de luta interna e cisão cuja fonte era justamente o CR-SP.

A abordagem sobre o Comitê Anti-guerreiro permitiu o conhecimento da proposta particular dos comunistas para combater o fascismo, diferenciando-a da proposta dos trotskistas, que recebeu maior atenção pela historiografia. Assim, tentamos demonstrar que o Comitê Anti-guerreiro era uma organização determinante no movimento antifascista de São Paulo, conseguindo congregando durante alguns momentos várias outras organizações do movimento operário e simpatizantes da causa, para muito além das organizações vinculadas ao PCB e seus militantes, rivalizando em pé de igualdade e, em alguns momentos, com maior adesão do que a célebre Frente Única Antifascista (FUA).

Depois de superar suas dificuldades, o auge do PCB em São Paulo foi a política de frente popular, centrada na união das forças políticas revolucionárias e democráticas contra o fascismo (encarnado aqui no Brasil tanto no Integralismo como nas tendências ditatoriais do governo de Getúlio Vargas) e por uma política de independência econômica e política do Brasil frente aos países capitalistas mais desenvolvidos. Aqui, abordamos o núcleo de nosso terceiro capítulo, a Aliança Nacional Libertadora de São Paulo, que como já havia apontado Paulo Henrique Martinez, carecia de um estudo de caso que realizasse um “balanço histórico” da política de frente popular dos comunistas em São Paulo³⁷ e que, acreditamos, conseguimos oferecer alguma contribuição.

Terminada a exposição da gênese e desenvolvimento do PCB em São Paulo, com todas as contradições que lhe foram inerentes, passamos a demonstrar de que dessas contradições surgiram duas dissidências que, como uma espécie de antítese do PCB, contaram com intelectuais orgânicos próprios que se lançaram no objetivo de contrapor à teoria de revolução brasileira do PCB uma outra teoria de revolução, criando no marxismo brasileiro uma corrente particular de ideias. Os dissidentes paulistanos elaboraram sua própria concepção sobre a história do desenvolvimento capitalista no Brasil e das classes sociais que dele surgiram, de qual seria a estratégia e a tática da revolução brasileira e de como deveria se configurar o partido revolucionário que a realizaria. Genericamente, poderíamos afirmar que o PCB de São Paulo foi o nascedouro do trotskismo brasileiro, mas não apenas. O correto seria dizer que São Paulo contou com uma variedade de intelectuais com características próprias que, possivelmente, fundou uma vertente própria de tradição e cultura política do comunismo no Brasil.

³⁷ MARTINEZ, Paulo Henrique. *Caio Prado Jr.: A Dinâmica de um Pensamento Crítico*. São Paulo: EDUSP, 2008. P. 240.

Para demonstrar esse processo, a quinta seção expõe detalhadamente a elaboração de teoria da revolução brasileira do PCB entre os anos de 1922 a 1938, passando por todos os reveses, mudanças de tática e de estratégia que sofreu. O recorte temporal por nós abordado é o período em que solidifica a estratégia e tática dos comunistas para a revolução brasileira, bem como projeto político de povo/nação que deveria se realizar por meio de um programa nacional libertador. Contraposto a esse projeto, nos dedicamos no capítulo cinco a mostrar como alguns dos principais intelectuais e dirigentes do PCB paulistano transitaram do marxismo da terceira internacional para o marxismo trotskista, elaborando já na década de 1920, uma série de tentativas de criar um caminho para a revolução brasileira paralelo àquele apontado pelo PCB.

A sétima seção está voltada para o Caio Prado Júnior e trata-se de uma análise do livro *Evolução Política do Brasil* e um conjunto de textos que o historiador paulista escreveu em 1935 sobre o programa da ANL. Nosso objetivo é mostrar como Caio Prado Jr entrou e enriqueceu a já mencionada tradição particular do marxismo paulistano ao desenvolver toda uma teoria própria da revolução brasileira também contraposta às análises do PCB, ainda que chegando as mesmas proposições imediatas. Ao mesmo tempo, tentamos mostrar como as ideias de Prado Júnior, ainda que muito diferentes em alguns aspectos, compartilham um pressuposto de análise do capitalismo brasileiro com os dissidentes paulistanos que foram para o trotskismo: toma como ponto de partida o conjunto do sistema internacional de circulação de mercadorias, isto é, vê o desenvolvimento do capitalismo como um sistema mundial integrado em detrimento de um entendimento do capitalismo como sistema de produção social da vida.

No que diz respeito ao trabalho com as fontes, empreendemos o trabalho de ler, catalogar e separar os documentos pertinentes para nossa pesquisa dentre os arquivos da Coleção Internacional Comunista, disponível no acervo digitalizado do Arquivo Edgard Leuenroth. Foi importante a leitura das teses dos Congressos da Internacional Comunista e da I Conferência Comunista Latino-Americana, principalmente por documentarem a virada política desta organização durante o final da década de 1920. Também empreendemos a leitura da *Revista Sudamericana*, órgão do SSA-IC. Foram consultadas e lidas 27 edições da revista, e delas separamos 73 textos para fichamento e uso em nossa pesquisa sob a forma de citação direta ou referência. Juntamente com o material que havíamos coletado e trabalhado durante nossa pesquisa de mestrado, envolvendo a mídia partidária e sindical do PCB e seus documentos internos, essas fontes são a base do primeiro e segundo capítulo de nossa tese.

Mencionamos com atenção especial as cartas trocadas entre Astrojildo Pereira enquanto Secretário-Geral do PCB e os militantes comunistas de São Paulo, pertencentes hoje ao Instituto Astrojildo Pereira e custodiados pelo Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), a maioria das quais usadas fartamente por nós nos primeiros capítulos dessa pesquisa. Se os jornais nos oferecem a face pública do Partido, ou melhor, a imagem que o Partido construía de si mesmo para o público, as cartas dos militantes nos revelam sua face privada, atravessada pelas dificuldades de toda sorte que permeavam o trabalho da militância. Esta, certamente, é uma dimensão muito relevante se queremos saber como era o trabalho cotidiano de construção do Partido Comunista. Entretanto, essas cartas também nos revelam a indispensável figura do Secretário-Geral neste momento inicial da vida do PCB. Astrojildo era aquele a quem se recorria sempre que se precisasse de ajuda com qualquer problema, esperando que a resolução seria mais fácil com amparo dele. Nos arquivos do fundador do PCB, encontram-se também importantes periódicos da história do comunismo brasileiro, como *A Classe Operária* e *A Nação*, mas com importante destaque para a revista de debate interno do PCB entre 1928 e 1929, *Autocrítica*.

Também foi de grande importância a pesquisa nos arquivos do DEOPS-SP, presentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde encontra-se conservado um imenso material confiscado do movimento comunista do início do século XX, constituído pelo conteúdo dos prontuários dos vários militantes e organizações. Como destacou Wilson Milani, o arquivo da polícia política “retrata a história da vida partidária do PCB” e “ilumina o mundo rico e obscuro da cultura militante do sigilo e da luta clandestina, formada por aparelhos, pontos, medidas de segurança, ideias e informações urdidas nas sobras e à margem da legalidade”³⁸. Dentre os prontuários pesquisados destacamos os nove volumes do prontuário do PCB, o prontuário do Socorro Vermelho e da Federação Sindical Regional de São Paulo. Por meio deles foi possível erguer as informações necessárias para o segundo capítulo de nossa pesquisa, que buscou mostrar a ascensão do movimento comunista na cidade de São Paulo durante a década de 1930.

De mesma natureza e igual importância são os treze volumes do prontuário da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de São Paulo, escrita no prontuário com a grafia da época, *Alliança*, que forneceu para nossa pesquisa, juntamente com as edições do jornal *A Platea*, a maior parte das informações dedicadas à história desta organização. Os treze

³⁸ MILANI, Wilson. *As Gráficas Clandestinas do PCB*. In. SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs). *História do PCB*. Cotia: Ateliê Editorial, 2022. P. 307.

volumes congregam uma quantidade imensa de documentos, provando a tamanha importância que o DEOPS atribuiu à política de frente popular do PCB em São Paulo, ao ponto de um dos seus agentes dizer que todas as outras organizações subversivas perderam importância com o surgimento da ANL³⁹.

Em sua totalidade os volumes mostram que a polícia política seguiu, diariamente, todos os passos da ANL-SP, assistindo suas reuniões de núcleos, assembleias, confiscando exemplares dos materiais que ela publicava, seguindo seus dirigentes e infiltrando-se o máximo possível na organização. O volume 10 do prontuário da ANL é, justamente, um relatório diário das ações da ANL-SP. Outros volumes ainda são dedicados a cobertura que a imprensa fez sobre a ANL-SP, a inserção que ela conseguiu pelo interior do estado de São Paulo, seu fechamento e a repercussão que causou na cidade de São Paulo.

Além dos materiais de propaganda e organização interna do PCB, confiscados pela polícia política, também constituíram importante fonte de pesquisa os relatórios de agentes infiltrados no movimento operário. O DEOPS usava constantemente a tática de cooptar operários e membros das classes médias para fazer parte das organizações sindicais e “subversivas” e trabalhar como informantes da polícia⁴⁰. Se algumas vezes esses relatórios demonstram desconhecimento das divergências ideológicas e uma exagerada homogeneização das correntes políticas que faziam parte do movimento operário, não deixam também e contar com trabalhos de impressionante detalhamento e precisão a respeito das características de cada uma das vertentes do movimento – comunista, trotskista, anarquista etc – e mesmo de como funcionava a estrutura organizativa dos sindicatos e do PCB. Um exemplo nesse sentido é o relatório sem autoria denominado *A Propaganda Comunista no Estado de São Paulo*, presente no volume nove do prontuário do PCB. Este documento apresenta uma síntese da história do PCB em São Paulo desde 1922 até 1935 com grande exatidão de informações quando comparadas com outras fontes e textos da bibliografia especializada e inclui indicação de nomes de militantes do Partido, dirigentes regionais, inserção nos sindicatos de várias categorias de trabalhadores.

³⁹ GUARANY. *Informação Reservado*. São Paulo, 16/07/1935. ANL vol 3.

⁴⁰ Uma perfeita amostra deste tipo foi o informante Antônio Ghioffi, que passou a colaborar com a polícia em 1931. Era sindicalista anarquista e tinha expressão relevante na FOSP, sendo responsável pela elaboração das atas das assembleias realizadas em sua sede (as mesmas eram passadas, por ele, para a polícia). Tinha trânsito por todo o meio libertário, era bem aceito entre os trotskistas e frequentava as reuniões da FSR-SP (Cf. FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O Serviço Reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo: Unesp, 2006. P. 116.)

Também de grande importância foi a consulta ao arquivo de Edgard Carone, presente no Museu Republicano de Itu, que contém entrevistas com militantes históricos do Comitê Regional de São Paulo do PCB durante o recorte temporal de nossa pesquisa, entre eles Aristides Lobo, Plínio Mello, Lívio Abramo, Sebastião Francisco e Tito Batini. Juntas, essas entrevistas somam 141 páginas de texto. As entrevistas mais extensas são as de Sebastião Francisco (69 páginas) e de Plínio Mello (51 páginas), justamente as que nos ofereceram maior número e qualidade de informações referenciadas para nossa pesquisa. A entrevista de Sebastião Francisco constitui uma verdadeira história oral do PCB na cidade de São Paulo durante a década de 1930, enquanto as de Plínio Mello e Aristides Lobo fornecem preciosas indicações sobre o surgimento do trotskismo brasileiro, seus primeiros anos de vida e como esses intelectuais maturaram suas divergências com o PCB já na década de 1920.

2 – A RELAÇÃO DO COMITÊ REGIONAL DO PCB EM SÃO PAULO E O COMITÊ CENTRAL NO RIO DE JANEIRO (1922 – 1930)

2.1. O Movimento Operário Paulistano, rumo ao nascimento do PCB.

Os anos de 1917 a 1920 foram anos de intensas lutas no movimento operário de São Paulo, durante os quais greves gerais e parciais se seguiam continuamente. Neste período, os organizadores do movimento operário aproveitavam a oportunidade para impulsionar a criação de novos sindicatos, fortalecer os já existentes e planejar o renascimento de organizações mais amplas do movimento, como a Federação Operária de São Paulo (FOSP)⁴¹. Luigi Biondi demonstra de forma convincente que a base dos movimentos grevistas que se iniciaram em 1917 foram as ligas operárias de bairro. O autor apresenta a tese de que a greve geral de 1917 não foi “espontânea” e o papel da comunidade italiana teria sido fundamental, pois constituindo a maioria dos operários paulistanos, os imigrantes italianos viram suas condições de vida e trabalho deterioradas pela Primeira Guerra Mundial, que além de gerar a crise econômica e a carestia de vida no Brasil, ainda fez surgir no interior das fábricas de donos italianos a “contribuição pró-

⁴¹ A historiografia conta hoje com qualitativos trabalhos sobre a história da greve geral de 1917 que apontam para o seu caráter organizado e não apenas “espontâneo”. Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Ano Vermelho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004; CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972; DEL ROIO, José. *A Greve de 1917: Os trabalhadores entram em cena*. São Paulo: Alameda, 2017; KHOURY, Y. A. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez, 1981.

pátria”, uma quantia em dinheiro descontada pela empresa do salário dos empregados italianos para ser enviada para a Itália, a fim de contribuir com os custos da Guerra.

Fruto de longa trajetória de organização e propaganda nos meios operários feita pelos socialistas italianos e anarquistas que remontavam pelo menos o começo da década, a fundação das primeiras ligas operárias de bairro se deu a partir da comemoração do 1º de Maio de 1917. Compostas principalmente por operários italianos, principalmente a Liga Operária do Belenzinho e a Liga Operária da Mooca tornaram-se os centros organizadores das greves que tomaram a cidade a partir de junho e julho. A Liga Operária da Mooca organizava grande número de operários da fábrica Crespi, cuja greve iniciou o ciclo de movimentos paredistas em 1917. Nota-se também que as principais fábricas paralisadas pelo movimento se encontravam neste bairro: Crespi, Antartica, Mariangela, Mattarazzo e Jafet. Desta Liga saiu também a Comissão Organizadora, o memorial de reivindicações da greve e a propaganda de defesa do movimento, o que incluiu o discurso defensivo de que a greve era espontânea, consequência desesperada das difíceis condições em que os operários estavam passando.

Terminada as greves paulistanas de julho daquele ano, agosto foi o mês de impulso do movimento para a organização. As Ligas Operárias aumentaram significativamente, de tal sorte que foram criadas ligas deste tipo no Brás, Ipiranga, Água Branca, Cambucci, Bom Retiro, Vila Mariana e Barra Funda, sempre promovidas pelo Comitê de Defesa Proletária que foi criado durante a greve de 1917. No processo de refundação da FOSP em 1920, não menos do que quarenta organizações operárias, entre sindicatos e ligas de bairro adentraram à organização. A greve, com a experiência das suas Comissões Organizadoras, foi o momento de passagem encontrado pelos militantes do movimento operário paulistano da forma de organização de ligas de bairro para as ligas de ofício. Biondi descreve que esse processo obedecia a seguinte lógica:

[...] nunca a greve explodia num setor sem que tivesse sido antes (em geral alguns dias antes) planejada por uma comissão provisória, comissão que após uma ou duas semanas se estruturava definitivamente em ligas de ofício com estatutos próprios. Os estatutos foram debatidos na primeira semana de agosto e, em muitos casos, mostravam sua ligação com a história passada dessa mesmas organizações, uma vez que nas reuniões não se discutia a fundação, mas a reconstrução destas seguindo os estatutos das ligas pertencentes à velha FOSP [...]⁴²

Entretanto, como o movimento grevista não retrocedia ao mesmo tempo que também não se tornava movimento revolucionário, encontrando-se em um impasse, logo as classes dominantes brasileiras começaram a reagir. Com as derrotas das greves nos

⁴² BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: Trabalhadores e Socialistas Italianos em São Paulo (1890 – 1920)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011. P. 347.

anos de 1920 e 1921 veio um refluxo em todo o movimento da classe trabalhadora brasileira. A partir de então, o fechamento de sindicatos e jornais operários pela polícia, a repressão em geral, o esmorecimento de quantia relevante de operários na participação ativa das reuniões organizativas, a falência e desaparecimento de outros tantos sindicatos passam a conviver com a cisão política do movimento operário, de maneira que surge contraposta às já tradicionais correntes anarquistas e socialistas, os comunistas, isto é, partidários da III Internacional e do bolchevismo.

O ano de 1919 ainda demonstrou um quadro promissor para o movimento operário paulistano. Segundo levantamento de dados feito por Demétrio Queiros Bello Jr., existiam na cidade quarenta sindicatos atuantes, oito deles foram reorganizados recentemente e outros dezoito eram recém-fundados⁴³, o que sem dúvida foi um saldo organizativo dos movimentos grevistas levados a cabo até então. No ano seguinte, o Rio de Janeiro sediou o III Congresso Operário Brasileiro, que discutiu os desafios para o movimento operário no próximo ciclo. Questões candentes apareceram. A contraofensiva burguesa ao fortalecimento do movimento operário que já se manifestava não apenas por meio da repressão policial, mas também pela implementação de carteiras de identificação dos operários e organizações patronais como o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem. O choque de forças cada vez mais violento entre proletariado e burguesia bem como o já mencionado impasse que o movimento operário se encontrava exigia repensar a organização, de maneira que o Congresso debateu a criação de um jornal diário dos trabalhadores e mesmo a transformação organizativa dos sindicatos ao modelo mais centralizado da Industrial Workers of the World. Em São Paulo, para se decidir os representantes paulistas no III Congresso Operário, foi realizada uma assembleia com a presença de vinte e quatro sindicatos, ou seja, com dezesseis ausências em relação ao número de sindicatos que refundaram a FOSP, demonstrando já uma tendência de descenso no movimento⁴⁴, e a flagrante ausência das ligas de bairro que foram tão importantes na organização das greves dos anos anteriores.

⁴³ BELLO JR, Demétrio Queiros. *Por uma organização autônoma do proletariado: sindicato de ofício e os trabalhadores em São Paulo (1917 – 1930)*. Guarulhos: Unifesp, 2019. P. 47.

⁴⁴ São eles: União dos Artífices em Calçados, União dos Trabalhadores Gráficos, União dos Oficiais Barbeiros, União dos Operários em Fábricas de Tecidos, União dos Empregados em Padarias, Liga dos Manipuladores de Pão, União dos Operários Metalúrgicos, União dos Alfaiates, União dos Chapeleiros, União dos Empregados em Armazéns e Ensacadores, União dos Operários em Fábricas de Vidros e Cristais, Liga Operária da Construção Civil, União dos Operários em Fábricas Alimentícias e Afins, União Geral dos Ferroviários, União dos Canteiros de São Paulo, União dos Empregados em Cafés, União dos Ceramistas, União dos Gráficos e Litógrafos, Sociedade Internacional dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Bares, União dos Alfaiates Contramestres e quatro associações de canteiros: Itaquera, Lageado, Sabaúna e Perú. (idem)

Em 1921 se apresenta de maneira incisiva o refluxo da organização dos trabalhadores. A União Geral dos Trabalhadores de São Paulo, criada no III Congresso de 1920 já não existia, ao mesmo passo que a organização do 1º de Maio, a ser comemorado no Salão Celso Garcia, demarcava a presença de apenas de apenas oito sindicatos das seguintes categorias: gráficos, sapateiros, construção civil, empregados em cafeterias, bares e restaurantes, chapeleiros, metalúrgicos e canteiros. Em outras palavras, dos quarenta sindicatos operários ativos na cidade apenas dois anos antes, restavam oito⁴⁵. O desaparecimento dos sindicatos e ligas de bairro não eram um acontecimento fortuito ou gerado por alguma espécie de apatia que teria tomado o proletariado paulistano depois de um período de intensa atividade. Era sim o resultado de intensa derrota estratégica em uma série de batalhas consecutivas.

No dia 07 de março de 1920 os operários da Leopoldina Railway, no Rio de Janeiro, lançaram manifesto aos patrões pedindo aumento salarial e a efetivação de novos empregados contratados. Uma vez que as demandas não foram atendidas em quinze dias, a greve foi declarada. A greve se alastrou para outras categorias de trabalhadores, que declararam solidariedade e exigiram também demandas próprias para suas categorias. Assim, entraram em greve metalúrgicos, garçons, alfaiates, padeiros, foguistas, choferes de taxi, operários da construção civil, lixeiros (deixando sujas as ruas da então capital brasileira), tecelões, sapateiros. Em meio a uma assembleia de operários, a polícia invadiu a sede da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e fez 1600 prisões, de maneira que foi necessário encarcerar trabalhadores até mesmo em armazéns das docas. Após a repressão policial, um acordo de líderes reformistas com o patronato determinou o fim da greve de ferroviários em troca da garantia de emprego dos operários grevistas, salvo aqueles que fossem notórios subversivos segundo o critério da polícia.

Em São Paulo, a greve dos ferroviários da Mogiana Railway se deu ao mesmo tempo e em solidariedade à greve dos operários da indústria têxtil. Com as mesmas reivindicações da greve da Leopoldina, os patrões decidiram não retroceder perante os grevistas sob hipótese alguma. A intransigência patronal levou os ferroviários a ocuparem as estações de trem. Em comício nas proximidades da oficina da Companhia Mogiana, a polícia abriu fogo contra os operários ocasionando “a morte de número indiscriminado” e outros muitos feridos. A polícia também investiu contra as estações ocupadas na calada da noite, de maneira que o conflito mais violento se deu na Estação da Casa Branca, onde

⁴⁵ 1º de Maio: Ao Proletariado e Assalariados em Geral. *A Plebe*, 01/05/1922, p.4.

cerca de duzentos grevistas foram cercados e atacados a tiros, respondendo como podiam. Ao final, quatro operários caíram mortos e vários ficaram feridos. No dia 06 de abril de 1921 a greve acabou sob grande violência. Os principais líderes foram presos, os de nacionalidades estrangeiras foram deportados, grande número de grevistas foram demitidos, o que levou Everardo Dias a dizer que o estado de São Paulo havia se tornado um “feudo da Santa Inquisição”⁴⁶.

Também uma greve de trabalhadores marítimos e dos trabalhadores das docas de Santos saiu derrotada no ano de 1921, em meio a uma malfadada convocação de greve geral pela FOSP, que não foi atendida. O contexto de baixas no movimento operário era cimentado com novas leis de repressão, como a Lei Arnolfo Azevedo, que estipulava expulsão do território nacional todo estrangeiro residente no país há menos de cinco anos e que fosse considerado “nocivo à ordem social” e a reforma da Lei Adolpho Gordo, que enumerava as penas de prisão celular aplicáveis aos crimes praticados “tendo em vista subverter a atual organização social”. Em tal situação, não era de se surpreender o desaparecimento de sindicatos e outras organizações operárias, pois mesmo quando não fechadas pela polícia, as derrotas do movimento custavam muito em perdas humanas, visto que eram permeadas pela prisão, deportação, demissões do trabalho e morte. Tamanho sacrifício, ainda que com alguns resultados positivos, só poderiam criar imenso desgaste e esmorecimento nos trabalhadores.

2.2. A Formação do PCB no Rio de Janeiro e São Paulo.

O processo de ascensão e declínio das batalhas do movimento operário brasileiro, tanto mais por se darem ao mesmo tempo que o decorrer da Revolução Russa, pôs a nu as contradições e limites das formas de organização e projetos revolucionários que aqui vigoravam. Como foi bem colocado por Emília Viotti da Costa, “quando as greves eram reprimidas pela polícia, os trabalhadores encontravam como respaldo apenas uma federação heterogênea, dividida pelos interesses mais contraditórios, incapaz de coordenar a resistência”⁴⁷. A vitória russa saltava aos olhos perante a derrota brasileira, embora o contexto brasileiro fosse muito distinto do russo. Dessa maneira, a cisão nas fileiras do movimento operário marcada pelo debate sobre as formas de organização, teoria mais adequada para orientar o movimento e estratégia revolucionária, se fez sentir

⁴⁶ DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. P. 307.

⁴⁷ COSTA, Emília Viotti da. *A nova face do movimento operário na Primeira República*. Revista Brasileira de História, São Paulo, 2-4, set, 1982.

com cada vez mais força. Sobretudo, ficou claro para parte dos militantes que faltava ao movimento operário brasileiro um instrumento para a tomada do poder, visto que os anarquistas recusavam a ideia de uma revolução que tomasse o poder do Estado e os socialistas moderados, chamados “amarelos”, defendiam agir politicamente dentro da legalidade.

Os militantes revolucionários que transitavam entre o anarquismo e o bolchevismo tentaram suprir esta ausência com a fundação do “Soviet” do Rio de Janeiro em 1918, que acabou desaguando em uma insurreição anarquista rapidamente reprimida pelo governo, mostrando-se mais como uma expressão do entusiasmo voluntarista de pequenos grupos militantes, sem uma real base de massas, passando ao largo das condições objetivas⁴⁸. Porém, foi mais um caso de ruptura com as formas pretéritas do movimento operário brasileiro rumo à forma “partido revolucionário”, pois como salientou Antônio Carlos Mazzeo, apresentou a característica relevante de “organizar e planejar previamente o movimento, tendo por objetivo assaltar o poder e criar um governo popular, o que revela uma teleologia, até então inexistente nas movimentações operárias”⁴⁹.

A experiência, contudo, mostrou que as primeiras expressões de cisão com as ideologias e formas organizativas que até então vigoravam padeciam da impossibilidade dos militantes brasileiros se desfazer de uma só vez de suas ideias e uma ainda maior incapacidade de reorganizar as estratégias e táticas sem o recurso de uma caricatura da Revolução Russa. Porém, é notório que cada vez mais o movimento amadurecia a forma organizativa partidária. A pesquisa de Bartz mostra que a organização dos operários e revolucionários nas várias regiões do país tomaram progressivamente um caráter mais unificado, integrando-se em um projeto político que se resumia na ideia de “revolução social”. Esse processo se deu com vários percalços, cada derrota do movimento gerava um salto qualitativo em que as forças se ligavam umas às outras, delineavam objetivos, pensavam um próximo passo. Das greves gerais, passava-se à formação de organizações, congressos e então planos insurrecionais. Nas palavras de Bartz, “os trabalhadores, principalmente suas lideranças, elevaram suas expectativas para além de um campo de

⁴⁸ Cf. ADDOR, Carlos Augusto. *Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

⁴⁹ MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia Inacabada*. São Paulo: Boitempo, 2022. P. 53.

ação local, incorporando uma perspectiva nacional em suas estratégias e suas táticas revolucionárias”⁵⁰.

A forma organizativa embrionária desse projeto político cujo Norte era a revolução social foram os Comitês de Defesa Proletária. Esse tipo de organização, criada para dirigir e organizar os movimentos grevistas que tomavam de assalto as cidades mais industrializadas do Brasil, passou também a ser porta-voz da população em geral ao reivindicar pautas que iam para além da classe operária, como o barateamento dos itens básicos de alimentação e dos aluguéis. Ao negociar diretamente com os patrões e o governo, os Comitês de Defesa Proletária e congêneres faziam um papel estritamente político, quebrando o princípio anarquista (corrente ideológica então hegemônica no movimento operário brasileiro) de não reconhecer a legitimidade do poder do Estado.

Surgido inicialmente em São Paulo, o Comitê de Defesa Proletária, devido ao seu sucesso como organização, se tornou um modelo organizativo replicado no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Pelotas e Maceió. Apesar da vitória inicial em dirigir o movimento grevista e apresentar-se como órgão de representação popular perante o Estado, os Comitês de Defesa Proletária descobriram o seu próprio limite como organização na frouxidão dos laços entre si nas mais diversas partes do país, o que foi crucial para a vitória da ordem vigente após o fim das greves. Esta experiência levou o Comitê de Defesa Proletária de São Paulo a propor um Congresso Geral de Vanguarda Social do Brasil, objetivando constituir um organismo que permitisse uma mobilização articulada de todas as forças organizadas do operariado no país.

Devido à repressão que o movimento operário começou a sofrer por parte da polícia, o Congresso das Vanguardas não ocorreu. Todavia, passaram a surgir organizações voltadas para a construção de insurreições revolucionárias, inspirando-se nos soviets da Revolução Russa. Fazem parte deste caso os embriões de partidos leninistas (ou que assim se pretendiam, pois neste momento não era claro para os militantes brasileiros o que era o leninismo ou a teoria de Partido de Lênin), como a União Maximalista de Porto Alegre, primeira organização a justificar sua fundação no apoio à Revolução Russa e a apresentar um programa político que era ao mesmo tempo um projeto de sociedade socialista.

A derrota da insurreição de 1918, em vez de arrefecer o movimento, levou ao incentivo para mais uma tentativa de superar as limitações dos planos revolucionários no

⁵⁰ BARTZ, Frederico Duarte. *Movimento Operário e Revolução Social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre (1917 – 1922)*. Porto Alegre: UFRS, 2014. P. 108.

Brasil, retomando a ideia do Congresso de Vanguarda em criar um órgão de articulação nacional e, dessa vez, com inspiração direta na Revolução Russa. Partiu dos revolucionários do Rio de Janeiro o chamado para uma Conferência Comunista para junho de 1919, cujo resultado seria a criação do primeiro Partido Comunista do Brasil (PCB).

Frederico Duarte Bartz evidencia que, diferente do que é apresentado pela historiografia, esse PCB teve repercussão nacional, com núcleos fundados no Brasil inteiro e densidade considerável no Rio de Janeiro (onde contava com vários núcleos de atuação), e tinha no jornal *Spartacus*, dirigido por José Oiticica e administrado por Astrojildo Pereira, o seu porta-voz. Contaria ainda com outros aparelhos vinculados, como um Ateneu Comunista e uma Liga Comunista Feminina. O Partido Comunista de 1919, estruturado a partir da Capital Federal, conseguiu fundar núcleos pelos subúrbios cariocas e articulou uma rede de comunicação e solidariedade que se enraizava de forma tentacular por diversas regiões do Brasil. Sua influência atravessava os limites da cidade do Rio de Janeiro, indo, através de excursões de propaganda e do envio de jornais, para as cidades Niterói e Petrópolis; ao mesmo tempo, estabelecia laços com os grupos comunistas de São Paulo e por intermédio da cidade de Cruzeiro, conseguia penetrar pelas cidades do sul de Minas Gerais através da Rede Ferroviária Sul Mineira.

Sobretudo, teria sido este PCB o responsável por organizar mais uma tentativa de insurreição, ao fim da qual deveria ser declarada uma República de Sovietes no Brasil. O movimento deveria eclodir em São Paulo (capital), tendo início com uma greve dos trabalhadores em transportes, generalizando-se para outras categorias. Uma casa na Rua João Boemer, no bairro do Pari, servia de depósito de dinamites, bombas relógio, dinheiro e materiais de propaganda que deveriam auxiliar o movimento insurrecional. Esta casa, porém, explodiu (não se sabe ao certo se por acidente ou sabotagem), precipitando todo o movimento.

A greve de trabalhadores do transporte tornou-se uma batalha campal do proletariado paulistano com a polícia, cujo resultado foi uma grande leva de prisões, incluindo lideranças operárias como Gigi Damiani, Sylvio Antonelli, Everardo Dias e João Jorge da Costa Pimenta. Destes, Everardo e Pimenta estariam entre os fundadores do PCB de 1922 na cidade de São Paulo. Os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo cumpriram o papel de serviçais da burguesia, auxiliares da polícia e do Estado, substituindo os motoristas de bonde que estavam em greve e empastelando o jornal anarquista *A Plebe*. O movimento estava planejado para ocorrer simultaneamente em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul. A

estrutura com que se contava para levar a cabo a insurreição, era a estrutura dos núcleos militantes do PCB de 1919. A explosão da casa no Pari precipitou o movimento dos transportes, que por sua vez desencadeou dura repressão e impediu que a ação fosse iniciada em outros locais. O caso foi mais uma derrota no movimento operário e foi especialmente a derrota do PCB de 1919, que se dissolveu.

Tomando a Revolução Russa e principalmente o surgimento do “partido de novo tipo”, isto é, o partido leninista de vanguarda como parâmetro, os militantes brasileiros sempre se viam no impasse de internalizar a experiência russa sem descartar completamente os princípios anarquistas ou reformistas que vigoravam no Brasil. Algumas vezes, como no Partido Comunista de 1919, adotavam a nova forma, mas conservavam o conteúdo ideológico que estavam familiarizados; em outras como na proposta da centralização organizativa dos sindicatos (levantada por Astrojildo Pereira no III Congresso Operário em 1920) procurava-se adotar o conteúdo organizativo proposto pela Revolução Russa, mas conservando a forma sindicalista e não partidária.

Em São Paulo, houve ao menos três tentativas de fundação de núcleos comunistas, claramente inspirados na experiência russa. A mais famosa e já citada é o Partido Comunista de 1919, cujo núcleo paulistano foi fundado no dia 16 de junho do mesmo ano, na sede do sindicato A Internacional⁵¹. Mas houve também entre os socialistas italianos a tentativa de fundar um Centro Maximalista nos bairros do Bom Retiro e Barra Funda ainda em 1918⁵², com clara mediação pela cisão entre socialistas reformistas e comunistas que ocorria também no Partido Socialista Italiano (PSI) na Itália, e que se expressou com bastante força no Congresso de Livorno (XVII Congresso do PSI) em janeiro de 1921⁵³. A terceira e a que mais chegou perto de vingar, foi a do Grupo Comunista Zumbi, organizado pelo romancista e jornalista Affonso Schmidt e o cirurgião dentista Raymundo Reys, e do qual participaram Edgard Leuenroth, Gigi Damiani, Maximiano Ricardo, Andrade Cadete, Everardo Dias e Silvio Floreal. O grupo enviou um

⁵¹ Partido Comunista do Brasil. *A Plebe*, nº 18. São Paulo, 21/06/1919. (Arquivo Edgard Leuenroth)

⁵² BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: Trabalhadores e Socialistas Italianos em São Paulo (1890 – 1920)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011. P. 360

⁵³ O PSI acabava de passar pela derrota do movimento operário nos dois anos de greves gerais de potencialidade insurrecional chamado de *Bienio Rosso*. O partido estava dividido em três frações e dois grupos menores, sendo todas elas favoráveis a III Internacional e a Revolução Russa. Porém, havia duas frações mais à esquerda, os “comunistas unitários” e os “comunistas puros”. Este último, assim como a Internacional Comunista, responsabilizava a ala reformista do PSI pela capitulação do movimento operário ao fim do *Bienio Rosso* por ter negociado vantagens trabalhistas por meio dos sindicatos com a burguesia em vez de transformar o movimento em revolução e, por isso, eram favoráveis a uma cisão no PSI. Ao fim do Congresso, a fração dos “comunistas puros”, juntamente com a Federação da Juventude Socialista, formalizaram a cisão retirando-se do Congresso do PSI e realizando o Congresso de fundação do Partido Comunista da Itália (PCI) (Cf. DEL ROIO, Marcos. *Os Prismas de Gramsci: A fórmula política da frente única (1919 – 1926)*. São Paulo: Boitempo, 2019. Pp. 66 – 71).

manifesto de fundação nos jornais da época que também foi endereçado por correspondência para Henry Barbusse, diretor do Grupo Clarté francês, mas teve existência fugaz.

Conforme se definiam as contradições entre bolchevismo e anarquismo, o grupo sofreu evasão de número considerável de militantes. Em 1922, Astrojildo Pereira viajou do Rio de Janeiro para a cidade de São Paulo e executou o trabalho de reagrupar os remanescentes comunistas do Grupo Zumbi, que contou com apenas seis participantes, entre eles Affonso Schmidt, Raymundo Reys, Everardo Dias e João Jorge da Costa Pimenta.

De imediato, a fundação do PCB levou para suas fileiras dois importantes sindicatos da capital paulista que antes estavam nas mãos dos anarquistas. Tratava-se do sindicato A Internacional (sindicato de garçons, cozinheiros, choferes e classes anexas) e a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG). O primeiro havia sido reorganizado em 1921 pelos ex-anarquistas convertidos ao comunismo José Gil Dieguez, Manoel de Oliveira e João Freire de Oliveira e seu jornal, *O Internacional*, dirigido pelo comunista Apolinário José Alves, publicava os textos do PCB e da III Internacional já em 1922. O mesmo aconteceu com a UTG, que por sua vez, refundada em 1919, também teve os integrantes de seu Comitê Executivo convertidos ao comunismo, com principal destaque para João Jorge da Costa Pimenta, figura de proa no sindicato desde pelo menos 1913 quando foi representante deste no II Congresso Operário, e que foi delegado de São Paulo entre os fundadores do PCB nas reuniões do fim de março de 1922⁵⁴.

Não obstante, o processo de origem e desenvolvimento do PCB em São Paulo não pode ser levianamente comparado com o mesmo processo no Rio de Janeiro. Na então capital da República Brasileira, a cisão no interior do movimento operário foi maior, os conflitos internos aos sindicatos e os ataques entre os militantes, mais constantes, ferozes e contumazes. No Rio de Janeiro a batalha pela hegemonia do movimento operário entre comunistas e anarquistas encontrou seu palco principal e rapidamente os comunistas saíram vitoriosos.

⁵⁴ Foi bastante comum na década de 1920, ao menos em São Paulo, a mudança do direcionamento teórico-político dos sindicatos não em decorrência de eleições internas que removiam uma chapa de determinada corrente política para eleger outra, mas sim da conversão dos dirigentes do sindicato de uma corrente política para outra. Além dos exemplos mencionados no texto, também é o caso da União dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos que, anarquista e integrante da FOSP até 1930, muda seu direcionamento quando o principal dirigente do sindicato, Rosé Righette, se converteu do anarquismo para o reformismo tenentista do interventor João Alberto e sua Legião Revolucionária. A UTG-SP também volta a ser exemplo deste fenômeno, indo do comunismo para o trotskismo em 1931, quando a mesma mudança ideológica se configura em João Jorge da Costa Pimenta e outras lideranças de destaque do sindicato, como Aristides Lobo e Florêncio Tejeda.

A espinha dorsal do PCB na primeira fase de sua existência (1922 – 1938) foi, desde o começo, o Rio de Janeiro. Astrojildo nos informa que os preparativos para a fundação do Partido se deram “por iniciativa e sob direção do Grupo Comunista instalado no Rio de Janeiro, a 7 de novembro de 1921”. Os grupos comunistas de outros lugares, diz Astrojildo Pereira em nota de rodapé do *Formação do PCB*, eram “geralmente de existência precária e efêmera”⁵⁵. Apenas no Rio de Janeiro os comunistas contavam com número de pessoas, coesão e consistência organizativa suficiente para levar a cabo o trabalho de fundação do Partido. Astrojildo menciona ainda que no Rio de Janeiro “os grupos comunistas eram constituídos, em sua absoluta maioria, por operários ativistas do movimento sindical” e que “simultaneamente, os comunistas sustentavam intensa campanha ideológica de esclarecimento e definição de princípios, em luta aberta e cerrada contra a ideologia anarquista então predominante”, o que indica que todo esse poder organizativo estava voltado, a primeiro momento, contra os anarquistas.

Nesse sentido, foi no Rio de Janeiro que se estabeleceu o principal da estrutura partidária comunista: o Comitê Central, a sede do jornal *A Classe Operária*, do jornal *A Nação*, da União Geral dos Trabalhadores, da Juventude Comunista, do Bloco Operário e Camponês. Também as sedes nacionais de federações sindicais fundadas por sindicatos de direção comunista se encontravam no Rio de Janeiro, como é o caso da União Nacional dos Trabalhadores em Hotelaria e Similares e a União Nacional dos Trabalhadores Gráficos. Em 1925, dos cerca de 300 militantes que o PCB contava no país inteiro, não menos que 150 estavam no Rio de Janeiro⁵⁶. Dois anos depois, o Partido havia avançado seu número de militantes para cerca de 800 e, destes, 400 no Rio de Janeiro e apenas 80 em São Paulo⁵⁷. O foco dos comunistas na capital brasileira era tão evidente que, não apenas seus melhores quadros estavam no Rio de Janeiro, como os quadros de destaque de outras localidades eram enviados para lá, como é o caso notório dos líderes comunistas paulistanos João Jorge da Costa Pimenta e Mario Grazzini.

A presença do núcleo mais estruturado do aparelho partidário na então capital brasileira foi fundamental para a rápida vitória dos comunistas sobre os anarquistas no movimento operário. A presença das tipografias do PCB na cidade possibilitava que os militantes (em maior número que nos outros locais) não tivessem maiores dificuldades de acesso aos materiais para realizar a agitação e propaganda, enquanto nos outros estados os jornais como *A Classe Operária* e *A Nação* tinham de ser enviados por correio, sofriam

⁵⁵ PEREIRA, Astrojildo. *A Formação do PCB*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

⁵⁶ Cf. PEREIRA, Astrojildo. *A Formação do PCB*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. P. 89; BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. P. 249.

⁵⁷ Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984. P. 71.

com desvios, confisco pela polícia e atraso, como atestam as cartas de Everardo Dias para Astrojildo Pereira. Com a facilidade de acesso à materiais de propaganda, maior número de militantes e a presença dos melhores quadros partidários, todos fatores ausentes em São Paulo, não é nenhum mistério constatar a permanência da disparidade da força do PCB nos meios operários das duas grandes cidades industriais das décadas de 1920 e 1930.

Tendo isso em mente, não podemos concordar com Ângela de Castro Gomes, para quem a batalha contra os comunistas não foi uma determinante para o descenso do anarquismo no Rio de Janeiro, mas sim “o combate que se articulava contra o anarquismo” por meio do “amadurecimento de um conjunto de alianças que reunia ao lado da polícia e do patronato setores da elite política e intelectual da cidade, com franco apoio da Igreja Católica” e o “revigoramento dos movimentos nacionalistas” como o novo jacobinismo⁵⁸.

No trabalho de Castro Gomes tudo se passa como se os comunistas tivessem tomado a direção dos sindicatos cariocas porque a polícia e os grupos paramilitares organizados pela burguesia tivessem tirado os anarquistas do caminho. Mas não foi exatamente isso que ocorreu. Não obstante a repressão policial ao anarquismo, os jornais libertários da época (citados pela própria autora), como *A Pátria*, deixam evidente o assombro cada vez maior dos anarquistas para com a disputa dos sindicatos com os comunistas e principalmente os textos de José Oiticica e Marques da Costa revelam verdadeiro desespero frente ao rápido crescimento do PCB no meio sindical⁵⁹. Na historiografia, Edgard Rodrigues compilou documentos e textos da imprensa anarquista mostrando as batalhas intestinas aos sindicatos cariocas em que os anarquistas acusam os comunistas até mesmo de cometer assassinato para ganhar as direções. O conjunto dos textos deixam claro a importância do PCB para a derrota dos anarquistas no movimento operário do Rio de Janeiro já na década de 1920⁶⁰.

Alex Buzeli Bonomo, ao estudar as razões do declínio do anarquismo em São Paulo, concluiu que os principais fatores que levaram à derrota dos anarquistas foram o excesso de doutrinismo—mantendo-se rigidamente fiéis a seus princípios ideais, em vez de se adaptarem às necessidades do movimento operário—o forte sectarismo, que os impedia de estabelecer alianças com outras forças políticas, e a ausência de estratégias eficazes de resistência à repressão policial. Em resposta à perseguição estatal, os

⁵⁸ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. P. 130- 131.

⁵⁹ Cf. as colunas “operárias” do jornal *A Pátria*, já nos anos de 1923 e 1924.

⁶⁰ RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos: Pesquisa Social (1922 – 1946)*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s.d.

anarquistas se limitavam ao heroísmo, à denúncia na imprensa libertária e à martirização, sem desenvolver mecanismos concretos de enfrentamento.

Se essa análise estiver correta, pode-se afirmar que a vantagem do PCB foi justamente explorar as fragilidades do anarquismo, suprimindo necessidades do movimento operário que os anarquistas, presos a seus princípios, não conseguiam atender. O partido soube adaptar-se às variadas condições impostas pela conjuntura nacional, estabelecer alianças estratégicas com outros partidos e movimentos sempre que necessário, e criar dispositivos de resistência à repressão, como o Socorro Vermelho, que atuava na defesa dos perseguidos políticos. Esses fatores foram determinantes para a ascensão do PCB sobre o movimento anarquista, primeiro no Rio de Janeiro, na década de 1920, e posteriormente em São Paulo, após 1930⁶¹.

Ao contrário de Castro Gomes, portanto, para nós parece evidente que ainda que a repressão tenha tido importante papel para a derrota histórica do anarquismo como movimento articulador da classe operária naqueles anos, mais importante foram as contradições internas ao próprio movimento anarquista, que jamais foram resolvidas e os impediam de mostrarem-se como expressão dos interesses do proletariado. Por fim, mas não menos importante, a presença militante e cada vez mais forte do PCB voltado justamente para o objetivo de ser a “vanguarda da classe operária”, o que por suposto exigia a conquista da direção dos sindicatos, foi elemento decisivo para o declínio do anarquismo.

Assim, no prazo de apenas quatro anos (1922 a 1926), os anarquistas do Rio de Janeiro viram-se limitados aos sindicatos da construção civil e dos sapateiros, enquanto os comunistas dirigiam os sindicatos de garçons, alfaiates, padeiros, pedreiros, carpinteiros, canteiros, marmoristas e gráficos, que logo estariam inseridos na fundação da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro (FSRR)⁶².

Em São Paulo a correlação de forças interna ao movimento operário durante a década de 1920 deu-se de maneira bastante diferente. Segundo Astrojildo Pereira, a situação da inserção comunista nos sindicatos de trabalhadores paulistanos em 1923 era de

⁶¹ Cf. BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. São Paulo: PUC, 2007.

⁶² Já em 1923, em relatório para a Internacional Comunista, Astrojildo Pereira faz uma listagem de sindicatos que estavam sob direção comunista. Padeiros, alfaiates, trabalhadores em hotelaria, gráficos e vassoureiros. Cf. PEREIRA, Astrojildo. *Relatório geral sobre as condições econômicas, políticas e sociais e a atuação do PC brasileiro ao Comitê Executivo da IC*. Rio de Janeiro, 01/10/1923. P. 8. (Acervo Internacional Comunista – AEL).

Decadência geral, exceto entre os gráficos, cujo sindicato ganhou grande força e prestígio após longa e bela greve vitoriosa (março de 1923). Seu chefe é membro do PC. Há um grupo de reorganização dos tecelões dirigido pelos comunistas. A influência dos comunistas predomina também nos sindicatos de alimentação e nos alfaiates. S. Paulo é o centro principal do movimento anarquista⁶³.

É certo que os anarquistas tenham continuado a ocupar a direção da maior parte dos sindicatos paulistanos, incluindo das categorias mais importantes de trabalhadores por praticamente toda a década. Assim, canteiros, chapeleiros, sapateiros, construção civil, padeiros, vidreiros, ladrilheiros, metalúrgicos, motoristas e trabalhadores da Light&Power permaneceram em sindicatos de orientação anarco-sindicalista ou sindicalista revolucionária, figurando entre os sindicatos que refundaram a Federação Operária de São Paulo (FOSP) em 1931⁶⁴. A categoria dos trabalhadores têxteis, a mais numerosa na cidade de São Paulo permaneceu com seu sindicato, União dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos, na mão dos anarquistas até o ano de 1927, quando seu principal dirigente, José Righetti, aderiu ao tenentismo de esquerda.

Os socialistas italianos, que haviam sido força importante no movimento operário até o final da década de 1910 e organizadores das ligas operárias de bairro, ao que tudo indica, não adentraram à disputa dos sindicatos na década de 1920. Segundo Demétrio Queiros Bello Júnior, por volta de 1923 “as ligas operárias de bairro vinham deixando de existir já há alguns anos”⁶⁵ e os socialistas passaram a priorizar em suas atividades a criação e fortalecimento do movimento antifascista dentro da colônia italiana, ao mesmo tempo que prosseguiram com seu já tradicional trabalho nas Associações de Socorro Mútuo. Na Itália, o fascismo havia tomado o poder e levava a cabo uma política de expansão ideológica para a colônia de imigrantes italianos em vários países, inclusive o Brasil, o que explica os socialistas italianos em São Paulo voltarem seus esforços para a luta antifascista.

Até então, os socialistas ítalo-paulistanos eram divididos basicamente em duas vertentes: o Circulo Socialista Internacional, mais à esquerda, que havia sido organizado por Teodoro Monicelli, Vincenzo Vacirca, Alcebiade Bertolotti e Alceste de Ambris e que tinha como órgão oficial de comunicação o jornal *Avanti!*; e o Circulo Socialista

⁶³ PEREIRA, Astrojildo. *Relatório geral sobre as condições econômicas, políticas e sociais e a atuação do PC brasileiro ao Comitê Executivo da IC*. Rio de Janeiro, 01/10/1923. P. 8. (Acervo Internacional Comunista - AEL).

⁶⁴ AZEVEDO, Raquel. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927 – 1937)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. P. 61

⁶⁵ BELLO JR, Demétrio Queiros. *Por uma organização autônoma do proletariado: sindicato de ofício e os trabalhadores em São Paulo (1917 – 1930)*. Guarulhos: Unifesp, 2019. P. 71.

Paulistano, organizado por Antônio Piccarolo, reformista e muitas vezes defensor de interesses da oligarquia agrária paulista, cujo jornal era *Il Secolo*. Ambos os grupos eram núcleos internacionais do Partido Socialista Italiano (PSI).

A partir da ascensão do fascismo na Itália, a esquerda de imigrantes italianos no Brasil passou a tomar iniciativas na direção de criar um movimento antifascista unificado, o que aconteceu de maneira mais sólida em dezembro de 1924 com a fundação, no Rio de Janeiro, da Unione Democrática, que logo contou com sua seção paulista fundada por Piccarolo e Antonio Cimatti. A partir de então, as duas vertentes do movimento socialista italiano-paulistano convergiram para a atuação conjunta na Associazione Giacomo Matteotti e na organização e difusão do jornal antifascista *La Difesa*, que teve seu período de maior difusão quando dirigido pelo socialista italiano Francesco Frola, polêmico agitador e propagandista vindo da Itália para o Brasil com o objetivo de construir o movimento antifascista.

Ao fazer uma análise social do antifascismo italiano em São Paulo, o historiador João Fábio Bertonha, por meio da lista de assinaturas do jornal *La Difesa*, seus patrocinadores e do perfil do público que frequentava as palestras de Francesco Frola, chega à conclusão de que mesmo o grupo antifascista com maior inserção na classe trabalhadora paulistana (o grupo de Frola) não tinha nela sua base social de sustento. A maior força dos antifascistas italianos estava na pequena-burguesia de imigrantes italianos: advogados, lojistas, donos de oficinas mecânicas e elétricas, alfaiates, tintureiros, médicos e artesãos. Além da pequena-burguesia, sobretudo no que dizia respeito ao financiamento de recursos para o movimento, o principal apoio dos antifascistas vinha da maçonaria, que tomou para si o trabalho de construir a batalha política contra o fascismo depois de ser perseguida por Mussolini em 1923⁶⁶.

Contudo, é necessário pontuar que se os socialistas italianos não foram, na década de 1920, dirigentes do movimento operário de São Paulo, apareceram como mediadores entre as forças políticas de oposição ao regime da Primeira República, bem como apoiador sistemático das lutas do movimento operário (independente da vertente política que por meio dele se expressava). Locais pertencentes às organizações do socialismo

⁶⁶ Bertonha chega a apontar na ausência de inserção do antifascismo italiano nos trabalhadores brasileiros uma das principais razões para seu fracasso no Brasil (Cf. BERTONHA, João Fábio. *Sob a sombra de Mussolini: Os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo (1919 – 1945)*. São Paulo: Annablume, 1999. P. 273).

italiano, como o prédio da Liga Lombarda⁶⁷ e o Salão Itália Fausta⁶⁸, eram palco de assembleias sindicais e grevistas das mais variadas categorias de trabalhadores, palestras e eventos de anarquistas, comunistas, dos próprios socialistas italianos e seu movimento antifascista, de reformistas como Piccarolo e, durante a década de 1930, da Frente Única Antifascista (FUA) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL). No jornal *La Difesa* publicava-se textos de comunistas como Goffredo Rosini e Ertulio Esposito, bem como de anarquistas como Edgard Leuenroth e anarco-comunistas, como era o caso de Orestes Ristori e Gigi Damiani, além dos próprios socialistas italianos Vincenzo Vacirca e Giovanni Scala. O jornal *La Difesa* recebia patrocínio não apenas das casas maçônicas de São Paulo, mas também dos sindicatos de direção comunista como a União dos Trabalhadores Gráficos (que em troca de recursos exigia que o jornal tivesse uma posição política mais próxima ao PCB), sindicatos de direção anarquista como a União dos Canteiros de São Paulo e a União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Segundo Bertonha, o movimento antifascista italiano ainda travava ótimas relações com o Partido Democrático de São Paulo, que “lhe deu atenção e apoio”⁶⁹.

Dito isso, tudo indica que Paulo Sérgio Pinheiro estava correto ao afirmar que os anarquistas continuaram hegemônicos no movimento operário de São Paulo (pelo menos até o final da década de 1920) mais por fraqueza do PCB do que por força própria⁷⁰. Os comunistas em São Paulo careciam de militantes e recursos para construir o movimento, o PCB estava nitidamente focado no Rio de Janeiro. Não se poderia, por exemplo, afirmar

⁶⁷ Fundada em 1897 por imigrantes italianos originários da Lombardia, a Liga Lombarda era uma sociedade de mútuo socorro voltada para a comunidade de imigrantes italianos, principalmente aqueles da região Lombarda e do norte da Itália. Desde sua primeira década de existência criou relações próximas com os socialistas, com o republicanismo mazziano e com o movimento operário, buscando criar na colônia italiana um nacionalismo ao mesmo tempo internacionalista e com claro recorte de identidade da classe operária. Pelo papel que exerceu na década de 1920 e 1930 de aliada de todas as forças antifascistas, incluindo a FUA e a ANL, Bertonha definiu-a como “maior baluarte do movimento [antifascista] em São Paulo” (BERTONHA, João Fábio. *Sob a sombra de Mussolini: Os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo (1919 – 1945)*. São Paulo: Annablume, 1999. P. 81). Depois do golpe do Estado Novo, a Liga Lombarda foi autuada pela polícia política e entregue as autoridades consulares do governo italiano, tornando-se a partir de então até o ano de 1944 uma entidade fascista. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda de Mussolini, a Liga Lombarda tornou-se uma entidade cultural italiana, fundiu-se com a Associação Cultural Muse Italiche e tornou-se a Liga Itálica. Existe ainda hoje em São Paulo, no mesmo endereço em que funcionava na década de 1920, ao N° 86 da Praça Almeida Júnior, no bairro da Liberdade. (Cf. BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: Trabalhadores e Socialistas Italianos em São Paulo (1890 – 1920)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011).

⁶⁸ Chamava-se anteriormente Salão Excelsior, até ser comprado por Alexandre Polloni, que renomeou o prédio em homenagem à sua filha, a atriz anarquista Faustina Polloni, cujo nome artístico era Itália Fausta. Assim como a Liga Lombarda, o prédio foi usado inúmeras vezes até a década de 1930 para atividades do movimento operário (MENDES, Samanta Colhado. *As Mulheres Anarquistas na Cidade de São Paulo (1889 – 1930)*. Franca: UNESP, 2010. P. 223).

⁶⁹ BERTONHA, João Fábio. *Sob a sombra de Mussolini: Os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo (1919 – 1945)*. São Paulo: Annablume, 1999. P. 220.

⁷⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil (1922 – 1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P. 77.

que os anarquistas sofreram uma repressão menor em São Paulo do que no Rio de Janeiro, uma vez que, principalmente após a revolta tenentista de 1924, o movimento anarquista foi duramente perseguido, tendo muitos de seus melhores quadros presos e enviados para o campo de concentração Clevelândia, nas margens do rio Oiapoque.

Estima-se que dos 946 presos na Colônia Penal da Clevelândia durante seus curtos anos de existência (1922 – 1926), 491 morreram, de tal sorte que não havia presos políticos no local a não ser anarquistas⁷¹. O jornal *A Plebe* foi fechado, impedido de circular até o ano de 1927, deixando os anarquistas sem um periódico propagandístico próprio na capital paulista. Os sindicatos operários mais ativos tiveram suas sedes invadidas e fechadas pela polícia e, de maneira geral, não seria demais afirmar juntamente com Bonomo que entre os anos de 1924 a 1927 o movimento anarquista sofreu um “eclipse” em São Paulo e praticamente desapareceu. Nas palavras do autor, “o período do estado de sítio significou o desmantelamento da organização operária e da ação dos anarquistas”⁷².

Este período em que os anarquistas desapareceram em razão da repressão policial assistiu uma ascensão dos comunistas no movimento operário de São Paulo, mas muito pequena. Os comunistas paulistanos, é verdade, souberam resguardar-se melhor da repressão, mas seu avanço na capital paulista foi muito aquém da quantidade e qualidade que crescia no Rio de Janeiro. Há um lento crescimento do Partido já a partir de 1925 e 1926, que encontra o auge nos anos de 1928 e 1929. Há de se destacar o ingresso no Partido de militantes que viriam a ser importantes quadros comunistas durante a segunda metade da década, como é o caso de Plínio Mello, Vicente Vizzaco (gráfico), Augusto Pizzuti (sapateiro), Manoel Medeiros (gráfico), Florêncio Tejeda (gráfico), Reis Perdigão (militar e ex-tenentista) entre outros. Cabe tomar nota da entrada no PCB em São Paulo de Mario Pedrosa e Lívio Xavier, futuros fundadores da primeira organização trotskista brasileira.

Pedrosa entrou para o PCB em setembro de 1925, muito influenciado pelas leituras da revista francesa *Clarté*, do novelista e músico Romain Rolland e pelo seu professor na faculdade de direito do Rio de Janeiro, Edgardo de Castro Rebello. Editou em São Paulo um único número de uma revista chamada *Revista Proletária*, escreveu

⁷¹ ROMANI, C. *Clevelândia (Oiapoque): colônia penal ou campo de concentração?* Revista Verve. Campinas, n° 4, 2003.

⁷² BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. São Paulo: PUC, 2007. P. 70

textos para jornais operários da cidade ligados aos PCB, como *O Internacional*, órgão oficial do sindicato A Internacional. Pedrosa é provavelmente mais um dos casos de militantes paulistanos que, ao se destacarem no Partido, foram transferidos para o Rio de Janeiro. Na capital da República, ajudou a organizar o Socorro Vermelho Internacional, já no final de 1926 e começo de 1927. Por fim, foi indicado por Astrojildo Pereira para fazer a Faculdade Leninista de Moscou, o que não ocorreu, pois ao parar em Berlim para tratar de uma enfermidade que havia contraído, Mario Pedrosa aderiu ao trotskismo e rompeu com a III Internacional e o PCB⁷³.

Pedrosa e Xavier foram responsáveis pelo recrutamento de Plínio Mello, um jovem estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, proveniente de Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Com um discurso inflamado lido no pátio da Faculdade de Direito de São Paulo no 1º de maio de 1927 e publicado no dia 05 de maio nas páginas do jornal *A Nação*, Plínio aderiu ao comunismo, vindo a se tornar já no ano seguinte dirigente do Comitê Regional de São Paulo. Mello teve atuação destacada e polêmica enquanto Primeiro Secretário do CR-SP, sendo responsável, entre outras coisas, pelo apoio do Bloco Operário e Camponês de São Paulo ao Partido Democrático nas eleições de fevereiro de 1928, o que teve como consequência um duríssimo debate entre ele e o Comitê Central do PCB.

Assim, se tomarmos por certo, como mostram as fontes que o PCB em São Paulo foi fundado com seis aderentes e até 1925 recebeu doze recrutamentos, significa dizer que a capital paulista contava com dezoito militantes comunistas na metade da década de 1920. Entretanto, em 1927 o PCB havia organizado células comunistas nos bairros operários da Luz, Brás, Mooca, Santa Efigênia, Bom Retiro e duas células no Centro⁷⁴.

Este é mais ou menos o mesmo quadro apresentado pelo PCB ao IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha no ano de 1928, cujo relatório afirma que

Em S. Paulo a situação do PC é pior. O número de aderentes é diminuto, apesar de ser a cidade mais industrial do país. A causa disso reside em que não há elementos teoricamente capazes para levar adiante nossa organização. O fato de que em tempos passados o movimento operário fora dirigido por anarquistas contribui nesse sentido. Atualmente a situação está melhorando com bastante rapidez⁷⁵.

⁷³ KAREPOVS, Dainis. *Pas de Politique Mariô! Mario Pedrosa e a política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2017.

⁷⁴ CARONE, Edgard. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Ática, 1989. P. 148.

⁷⁵ Relatório à I.C. *apresentado pela delegação brasileira por ocasião do IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha* (1928) IN JEIFETS, Victor; SCHELCHKOV, Andrey (org). *La Internacional Comunista em América Latina: en documentos del archivo de Moscú*. Santiago: Ariadna Ediciones, 2018

O trabalho sindical também avançou significativamente. Uma célula de imprensa havia sido fundada ainda em 1927 com 16 membros⁷⁶ e um núcleo comunista disputava a União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas (UACCA) com os anarquistas⁷⁷. Em setembro de 1928, quando do lançamento eleitoral de Everardo Dias para a intendência municipal (vereança) da cidade de São Paulo pelo Bloco Operário e Camponês de São Paulo (BOC-SP), assinaram o manifesto da candidatura (além dos já habituais gráficos, garçons e sapateiros) núcleos eleitorais de tecelões, eletricitas e empregados do comércio, indicando um crescimento da inserção do PCB nas categorias de trabalhadores da cidade durante o prazo de um ano, com provável fundação de núcleos comunistas de oposição à direção anarquista desses sindicatos⁷⁸.

Os comunistas, devido principalmente ao número de jornalistas e trabalhadores gráficos pertencentes ao Partido em São Paulo, inseriram-se nas mídias oposicionistas da cidade e conseguiram por este meio defender suas posições em jornais de grande circulação. É o caso, por exemplo, de Everardo Dias, Plínio Mello e Aristides Lobo que trabalhavam no *Diário Nacional*, jornal do Partido Democrático de São Paulo, onde publicavam eventualmente textos sobre as condições da classe trabalhadora e defendiam as posições do PCB. O caso mais significativo, porém, foi a contribuição n' *O Combate*, onde os comunistas definiram por praticamente todo o ano de 1928 e inícios de 1929 a *Coluna Operária*, tendo realizado por aí boa parte da propaganda eleitoral do BOC.

O ano de 1928 é encerrado como momento de absorção de experiências de lutas e de saldo organizativo positivo pelo PCB em São Paulo, mas como seu crescimento e nível de organização e coesão ideológica não correspondiam ao que o Partido esperava e demandava, sua situação virou pauta no III Congresso, sinalizando maior esforço dos comunistas para se fortalecerem na grande metrópole. Porém, a conjuntura tornou-se muito difícil no decorrer do ano de 1929 e ainda mais em 1930 devido ao alto nível de repressão policial contra o movimento operário e pela mudança de tática do movimento comunista internacional. Esses dois fatores bloquearam por pelo menos mais dois anos a retomada do crescimento dos comunistas na capital paulistana.

⁷⁶ Carta de Augusto Pizzuti a Astrojildo Pereira. São Paulo, 06/03/1927. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

⁷⁷ Parte dessa disputa está registrada nas cartas trocadas entre Everardo Dias e Astrojildo Pereira no ano de 1927, presentes no Arquivo Astrojildo Pereira, no CEDEM. Outras informações estão disponíveis no prontuário da UACCA nos arquivos do DEOPS, no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁷⁸ CR do BOC. Manifesto aos trabalhadores de São Paulo. *O Combate*. São Paulo, 26/09/1928. P. 3. (ASMOB – CEDEM).

O CR-SP produziu uma circular interna para as células do PCB na capital paulista que objetivava qualificar o trabalho, reorganizando-o e estabelecendo método mais claro e rígido. O valor da disciplina partidária é acentuado, os atos de negligência foram criticados na circular como motivos de penas severas, é evidenciado a importância da união entre trabalho prático e teórico, estabelece-se que ao fim de cada mês as células deveriam fazer uma reunião de controle para avaliar as atividades executadas e verificar os militantes que não eram ativos, seja porque não sabiam como agir ou porque não quisessem agir, de forma que o primeiro tipo deveria ser orientado e o segundo submetido à disciplina partidária⁷⁹.

2.3. Análise interna do PCB-SP na década de 1920 e a relação com o Comitê Central no Rio de Janeiro.

São muito escassas as fontes sobre a situação interna do PCB na cidade de São Paulo no período que abrange sua fundação em 1922 até o II Congresso em 1925. Sabemos pela entrevista de Plínio Mello para Edgar Carone que até esse ano não existia um Comitê Regional de São Paulo, quer dizer, o PCB não contava com uma direção estadual, apenas com um grupo genérico que respondia diretamente ao Comitê Central localizado no Rio de Janeiro⁸⁰. Segundo a crítica que o II Congresso faz à atuação dos comunistas paulistanos, até o ano de 1924 eles contavam com o escasso número de 18 militantes. O conjunto das fontes analisadas no presente trabalho atesta que mesmo depois de criado o CR-SP em 1925, a comunicação entre o CC e os comunistas de São Paulo era pouca e ineficiente, o que nos leva a conclusão de que muito provavelmente o PCB atuava em seus primeiros anos de vida na metrópole paulistana como um pequeno número de militantes dispersos e quase inativos, com um contato praticamente nulo com a direção nacional do Partido⁸¹. A própria ausência de fontes para esse período pode ser um sintoma deste fato.

As poucas fontes encontradas para este período corroboram nossa afirmação. Em relatório de Astrojildo Pereira para o Comitê Executivo da Internacional Comunista, o então Secretário Geral do PCB informa que

Os Centros (seções) de São Paulo e Santos atravessaram um período de quase completo desagregamento. Porém, devido à insistente e enérgica intervenção da CCE, acham-se ambos em via de reorganização e normalização de suas atividades. A CCE chamou ao Rio um delegado de S. Paulo e, depois de

⁷⁹ Comitê Regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil. *Aos comitês de zona da região de S. Paulo*. São Paulo, 04/12/1928. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

⁸⁰ MELLO, Plínio Gomes de. *Depoimento prestado a Edgard Carone*. São Paulo, 02/1982. P. 7. (Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu).

⁸¹ Cabe lembrar que em carta para Plínio Mello, Astrojildo Pereira de fins de 1928 afirma que o CC do PCB jamais recebeu um relatório sobre São Paulo desde o ano de fundação do Partido. (Cf. PEREIRA, Astrojildo. Carta ao camarada P. M. Rio de Janeiro, 30/11/1928).

acurado exame da situação daquele Centro, tomou uma série de medidas radicais, que já vão produzindo os efeitos desejados, repondo de pé o movimento comunista em S. Paulo⁸².

Ainda que possamos questionar até que ponto “chamar um delegado de São Paulo” para prestar contas da situação paulistana e orientá-lo era uma “atitude enérgica da CCE”, o fato é que o Partido encontrava grande dificuldade de se organizar, de manter ações coesas e centralizadas e, apenas depois de chegar em uma situação de quase completa inatividade, era procurado pela CCE para que medidas disciplinares fossem aplicadas.

O relatório de Astrojildo diz ainda que a desorganização dos comunistas paulistanos os levou a não atuar e perder a chance de propagandear o PCB e seus métodos de ação em uma greve de sapateiros dirigida por anarquistas que foi derrotada, o que provavelmente foi o acontecimento que levou a direção do Partido lançar um olhar de cuidado para a situação de São Paulo. Em relatório para a Internacional Sindical Vermelha (seção sindical da Internacional Comunista), este, escrito pelo então Secretário Sindical nacional do PCB, Luiz Perez, é dito que em São Paulo “a influência dos comunistas nos sindicatos não se tem feito sentir como seria de se desejar”⁸³.

Entretanto, ao que tudo indica a reorganização não vingou, pois menos de um ano depois, em julho de 1924, a cidade de São Paulo é tomada pela revolta tenentista que, depois de derrotada, possibilitou que as forças do Estado exercessem grande perseguição ao movimento operário. Sindicatos comunistas como a União dos Trabalhadores Gráficos e A Internacional tiveram suas sedes invadidas e documentos confiscados. No caso de A Internacional, toda sua biblioteca montada desde a reorganização do sindicato foi levada pela polícia e os livros jamais foram devolvidos. Os comunistas foram obrigados a se resguardar, voltando à inatividade e desorganização do Partido.

Em livro escrito no mesmo ano, mas publicado em 1926, Octávio Brandão demonstra o descontentamento dele (e provavelmente de toda a direção partidária) com a postura dos comunistas paulistanos antes e durante a revolta tenentista de 1924 ao dizer que

Seguindo o conselho de Lênin sobre a necessidade da autocritica, chamamos a atenção dos companheiros de São Paulo para as faltas que cometeram durante a revolta.

Apesar dos esforços da direção do Partido Comunista, nunca os companheiros de São Paulo procuraram: 1º, estudar seriamente o comunismo. 2º, organizar-se, disciplinar-se, centralizar-se. 3º, penetrar nas grandes fábricas.

⁸² PEREIRA, Astrojildo. *Relatório Trimestral do PCB ao Executivo da IC*. Rio de Janeiro, 06/01/1924. P. 1. (Acervo Internacional Comunista - AEL).

⁸³ PEREZ, Luiz. *Relatório Trimestral ao Comitê Executivo da Internacional Sindical Vermelha*. Rio de Janeiro, 12/03/1924. P. 3. (Acervo Internacional Comunista - AEL)

Num espaço de vinte dias surgiu para eles uma situação objetiva favorável. Mas, por falta das condições apontadas, não cumpriram seu dever revolucionário. Só nos últimos dias tomaram algumas atitudes. Era tarde, porém.

O dever deles seria mais ou menos o seguinte: reunirem-se permanentemente os líderes. Darem ordens severas a todos os membros. Lançarem na rua um jornal diário, recorrendo, para isso, até mesmo à expropriação, embora temporária. Criarem conselhos de delegados das fábricas da capital. Lançarem a palavra de ordem da frente única. Agitem os operários e os lavradores pobres em torno de conquistas imediatas. Espalharem manifestos e folhetos escritos em linguagem popular. Obterem instrutores com os revoltosos. Invadirem os depósitos e armarem os operários, preparando-os militarmente, subordinando-os à direção política da seção local do Partido. Lançarem os batalhões vermelhos, em avalanches de guerra, contra os soldados da legalidade. Milhares de trabalhadores poderiam ter sido armados. E outros caminhos teria seguido a revolta pequeno-burguesa...

Isso não foi feito. Nem o poderia ter sido. Faltavam as preliminares para qualquer ação ulterior. Sirvam de lição os erros atuais. É necessário que o futuro não repita o passado⁸⁴.

De toda maneira, a incapacidade de se reorganizar teve como resultado dura avaliação também no II Congresso do PCB

[...] o II Congresso constata que apenas o Relatório de Pernambuco dá uma ideia de atividade constante e profícua. As organizações de Santos, Cubatão e São Paulo, especialmente esta última, ressentem-se de muita deficiência em sua atividade prática. Com efeito, só a inércia e o desleixo podem explicar o atraso da organização comunista – 12 escassíssimos aderentes ao cabo de três anos – num grande centro industrial como São Paulo. O Congresso insiste, pois, com os camaradas dessas localidades para que de futuro desenvolvam um mais profícuo trabalho de organização e propaganda, conquistando para o Partido as massas proletárias daquele Estado⁸⁵.

O Congresso, todavia, foi útil para que mais uma injeção de energia fosse aplicada nos comunistas paulistanos com objetivo de fazer o Partido crescer, expandir-se nos meios operários. O jornal nacional do PCB, *A Classe Operária*, no mês seguinte ao Congresso, além de um texto direcionado ao proletariado de São Paulo apelando para que lessem *A Classe Operária*, publicou um texto do comunista paulistano E. Lopez convocando os trabalhadores paulistanos a organizarem-se nos sindicatos e no PCB, pois “São Paulo é grande e seu atraso é imenso”⁸⁶.

O Partido construiu então um Comitê Regional de São Paulo para dirigir e centralizar os dispersos “centros comunistas” (que se tornaram células) e ao mesmo tempo estabelecer maior contato com o CC, tendo à sua frente Everardo Dias, militante do movimento operário desde a década anterior. O CR-SP contava ainda com o líder gráfico Mario Grazzini e, a partir de 1926, com os estudantes de direito e jornalistas Plínio Mello e Aristides Lobo. É a partir de então que a correspondência entre os membros do

⁸⁴ BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. P. 137.

⁸⁵ PCB. Teses e Resoluções do II Congresso. Rio de Janeiro, 1925. P. 3.

⁸⁶ LOPEZ, E. *Estado de S. Paulo: A vanguarda operária. A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 06/06/1925. P. 2. (BNDigital).

CR-SP com o Comitê Central do PCB, principalmente Everardo Dias e Plínio Mello, começam a acontecer com maior frequência, nos permitindo mapear os problemas do Partido para se expandir na cidade.

Nas cartas de Everardo Dias para Astrojildo Pereira, maior parte delas datadas do ano de 1927, deparamo-nos com a dificuldade em construir na cidade de São Paulo as “frentes de atuação” do Partido. Isto é, as organizações auxiliares do Partido, que são dirigidas por quadros partidários, mas que congregam e organizam vasta quantidade de membros não-partidários, mas simpatizantes da causa. Geralmente voltadas para temas específicos, eram importantes para expandir o campo de influência do partido e conquistar novos adeptos, bem como um maior clima de tolerância para com as ideias comunistas. Durante o período estudado por nós eram exemplos desse tipo de organização a Sociedade Amigos da Rússia, o Bloco Operário e Camponês, o Comitê das Mulheres Trabalhadoras, A Juventude Comunista e o Socorro Vermelho, em que pese também a central sindical construída e dirigida pelos comunistas, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

A Sociedade Amigos da Rússia, apesar de contar com muitos simpatizantes, dentre eles o pintor modernista Emiliano Di Cavalcante, deparava-se com empecilhos burocráticos para ser fundada. Everardo julgava em 1927 que o PCB não tinha inserção de massas e militantes suficientemente preparados para construir o BOC e disputar eleições ainda naquele ano. O Partido ainda buscava meios de penetrar no interior do estado, fundando núcleos em cidades industriais como Campinas, Jundiaí, São Carlos, Ribeirão Preto, Rio Claro e Sorocaba. Para ajudar na tarefa, Everardo informava que buscariam criar um jornal local do Partido⁸⁷. A situação geral do PCB na cidade de São Paulo, dizia Everardo, era que

Como já informei a você, aqui está tudo [...] e quase por fazer. Há um completo dismantelo. É preciso muito trabalho; mas há um grupinho sincero e entusiasta [...] bom trabalho.

Eu tenho incentivado o quanto possível esse pessoal e isso, creio, tem contribuído para o ir tirando da pasmaceira expectante⁸⁸.

Por mais que a fundação do CR-SP e a estruturação das células e núcleos de atuação sindical tenha sido um avanço com relação a situação anterior ao II Congresso, o bom funcionamento dessas organizações era difícil. Já em fevereiro de 1928, as vésperas das eleições para deputado estadual, Plínio Mello dizia a Astrojildo que as células de São Paulo estavam desorganizadas, mas que esperava que começassem a funcionar

⁸⁷ DIAS, Everardo. *Carta para “Gildo” [Astrojildo Pereira]*. São Paulo 27/01/1927. (FUNDO Astrojildo Pereira – CEDEM - UNESP)

⁸⁸ DIAS, Everardo. *Carta para “Gildo” [Astrojildo Pereira]*. São Paulo, 08/02/1927. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

regularmente em breve⁸⁹. Ao receber uma crítica de Astrojildo Pereira por negligência do CR-SP não enviar relatórios da situação paulista para o CC, Plínio respondeu com uma descrição das maiores dificuldades de organizar o PCB na região

Você tem razão em se queixar de nossa negligência aqui em S. Paulo relativamente ao fato de não termos até agora relatórios à CCE. Isto é mesmo deplorável. E somos, aqui, quase todos culpados. Quanto a mim estou até hoje lutando para ver se organizo as células (!). Espero enviar o meu relatório quando elas estiverem funcionando regularmente. Mas isso aqui continua a ser um caso sério! Tenho culpa disso, mas penso que a maior culpa deverá recair entre os próprios camaradas que não me auxiliam na obra de reorganização do Partido. Não falo nos membros do CR que estes tem feito sempre alguma coisa, bastando dizer que vem se reunindo semanalmente com regularidade. Mas as resoluções que tomamos não encontram o necessário apoio nos membros do P[artido], em sua maioria bastante negligentes. Demais, o acúmulo de obrigações em que estão sobrecarregados acomete uma desorientação verdadeiramente lastimável. Todos os meses temos realizado assembleias de zonas; entretanto, nessas reuniões outra coisa não tem feito do que nos criticar pessoalmente. Essa é a [trecho ilegível] verdade. Por isso não me animei de relatar isso⁹⁰.

Mais a frente, na mesma carta, Plínio relata que a desorganização do Partido acarretava a desorganização de suas frentes de atuação, principalmente o Bloco Operário e Camponês, o que era agravado pela dívida de mais de um conto de réis adquirida com a campanha eleitoral de fevereiro de 1928⁹¹. Entre as razões da desorganização, Plínio Mello adicionava a precária situação econômica dos militantes comunistas, incluindo a dele mesmo, que havia ficado desempregado por dois meses. Plínio Mello, Aristides Lobo e Everardo Dias, todos dirigentes comunistas de nível estadual em São Paulo estavam então trabalhando no *Diário Nacional* por cerca de 11 horas diárias. Segundo o próprio

[...] Eu estou assoberbado de trabalho no *Diário Nacional* para onde entrei por excesso de miséria... depois de ter passado dois meses em “chômage” absoluto. *A Esquerda*, nada! E a pensão em cima... Bem, aceitei um convite que me foi feito para trabalho com os “democráticos”, e estou aqui me edificando... mas, trabalhamos demais, das 15 horas as 2 horas da madrugada, não me sobra tempo quase para escrever o que nos interessa mais de perto. Principalmente tendo em consideração a natureza do trabalho. Tudo isso constituem as razões da nossa frigidez polar...⁹²

Um partido comunista, teoricamente definido como um partido de revolucionários profissionais, tem como um de seus motores de propulsão sustentar os militantes mais qualificados para que possam se dedicar exclusivamente à construção partidária, fazendo do fortalecimento do partido o seu próprio trabalho. Como o PCB não conseguia estruturar meios de sustentar-se financeiramente, não conseguia também criar revolucionários profissionais e seus militantes eram obrigados a enfrentar o cotidiano

⁸⁹ MELLO, Plínio Gomes. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 02/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

⁹⁰ MELLO, Plínio Gomes. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 27/05/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

comum de um trabalhador da época com o agravante de que a militância comunista se tornava uma segunda e perigosa jornada.

A analogia com a paralisia pelo congelamento era justamente a mesma usada pelo dirigente comunista da cidade de Santos, João Freire de Oliveira, para criticar em carta à Astrojildo Pereira a apatia dos comunistas de São Paulo quanto as eleições durante o ano de 1928 dizendo “lá tudo frio. Não alistam, não se preparam. Pelo menos, nada vemos”⁹³. Já em agosto de 1928, Plínio continuava a dizer que em São Paulo “a situação aqui permanece quase inalterável... vontade de fazer muita coisa... pouca coisa feita, quase nada!”⁹⁴, segundo ele, por impossibilidade material e moral, principalmente por desinteresse dos militantes de base do Partido.

Analisando a atuação do PCB em São Paulo a partir de Santos, João Freire de Oliveira julgava que boa parte dos problemas dos comunistas na capital paulista se deviam justamente à Plínio Mello. Freire de Oliveira, que deveria lembrar-se da importância de Plínio para que o BOC-SP retirasse sua candidatura nas eleições de fevereiro de 1928 e apoiasse uma candidatura do Partido Democrático, queixou-se a Astrojildo sobre as atitudes de Plínio Mello como dirigente comunista, principalmente por uma clara simpatia pelos liberais.

Plínio escreve artigos no *Diário Nacional* e pouco na seção operária d'*O Combate*. Ora, o *Diário Nacional* é muito pior para nós do que *O Combate*. Aquele nos ataca diariamente. Ao passo que *O Combate* transcreve entrevistas e artigos nossos.

Não sei bem até onde iremos parar com essa tolerância de Plínio para com o Partido que na Conferência Regional tanto nos molestou.

Se você [Astrojildo Pereira] pudesse dar mais um pulo em S. Paulo creio que seria útil, se não necessário.

Não estamos mais dispostos a ter que endossar maloqueiros⁹⁵.

A carta de Freire de Oliveira deixa nítido um apelo à direção nacional do PCB para que tomasse alguma atitude quanto a situação do Partido em São Paulo, orientando e disciplinando suas atividades, ou melhor dizendo, obrigando-os a agir se assim necessário. Era uma crítica de via dupla, primeiramente aos comunistas de São Paulo pela apatia e proximidade com os liberais e ao Comitê Central por permitir que essa situação se prolongasse sem intervir.

⁹³ OLIVEIRA, João Freire. *Carta a Astrojildo Pereira*. Santos, 20/05/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

⁹⁴ MELLO, Plínio Gomes. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 13/08/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

⁹⁵ OLIVEIRA, João Freire. *Carta ao camarada Astrojildo*. Santos, 20/05/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM)

Irritado com a situação, João Freire de Oliveira decidiu ir pessoalmente em São Paulo chamar atenção de seus camaradas paulistanos, com o objetivo de “dar uma mão na roda” daquela “máquina emperrada”. O comunista de Santos relatou à Astrojildo Pereira que em São Paulo “o Bloco [Operário e Camponês] vai a passo de cagado. Perdem o tempo na reunião a discutir coisas insignificantes e acabam aborrecendo-se mutuamente”⁹⁶.

A visita ocorreu nos dias 30 e 31 de agosto de 1928, e uma semana depois, escreveu novamente dizendo-lhe: “tenho ido a S. Paulo. A coisa está melhorando. Vão ser apresentados 8 candidatos. Everardo em 1º turno. Já se alugou uma sede no Largo da Sé para o Bloco”⁹⁷. Dois dias depois, escreve novamente reafirmando a candidatura de Everardo com mais 8 candidatos em segundo turno e termina declarando que “São Paulo está animado”⁹⁸.

A intervenção de João Freire de Oliveira desgostou especialmente a Plínio Mello, que por seu cargo de direção e organizador do PCB na cidade de São Paulo, sentiu-se pessoalmente criticado. Ponderando que Oliveira não fazia parte de nenhuma instância de direção acima do CR-SP, Plínio considerou o caso como uma atitude de indisciplina e quebra da hierarquia partidária, discordando também da proposta que havia sido colocada para o CR sobre como participar das próximas eleições.

Um dia chega-nos, precipitadamente de Santos, o Oliveira e convoca, sem me consultar, uma reunião de militantes do P.[artido]. Lá fomos. Era a questão do BOC. Estávamos dormindo, etc. Oliveira, de saída, propôs a apresentação de 1 candidato em 1º turno e 16 em 2º turno [tal como a Coligação Operária estava fazendo em Santos], um de cada [trecho ilegível]. Toca descobrir candidatos. Não havia candidatos, ficou resolvido então apresentar 12 apenas. É preciso que se note que sustentei o ponto de vista de que devíamos apresentar apenas candidatos genuinamente operários. Acabaram que deviam ser incluídos o meu nome e o de Perdigão... Como entre os candidatos propostos, alguns não tivessem ainda sido convidados (sic), assentou-se na 1ª reunião, que na reunião seguinte, depois de convidar os referidos elementos, seria organizada a chapa⁹⁹.

A visão de Plínio estava correta na medida em que nas reuniões posteriores mostrou-se impossível sustentar as 12 candidaturas propostas inicialmente por Freire de Oliveira, de modo que ao final foi lançada a candidatura única de Everardo Dias.

⁹⁶ OLIVEIRA, João Freire. *Carta ao Camarada Astrojildo*. Santos, 16/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁹⁷ OLIVEIRA, João Freire. *Carta a Astrojildo Pereira*. Santos, 08/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁹⁸ OLIVEIRA, João Freire. *Carta a Astrojildo Pereira*. Santos, 10/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁹⁹ MELLO, Plínio. *Carta a Astrojildo*. São Paulo, 14/09/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

Independente disso, o caso é mais um exemplo de como a sistemática desorganização do Partido na cidade de São Paulo juntamente com a ausência da direção nacional para alavancar o Partido no local criava como sintoma uma variedade de desentendimentos internos que, ao mesmo tempo, retroalimentavam a situação mesma. Esse ciclo vicioso em que o PCB de São Paulo estava preso evidencia-se também por meio do conflituoso processo de escolha do candidato comunista paulistano para as eleições de outubro de 1928.

A indicação única de Everardo não ocorreu como era de se esperar, sem incidentes desagradáveis. O CR de SP, unanimemente, opinou pela sua indicação única, determinando, entretanto, que não se tomasse uma definição definitiva [trecho ilegível], se não em assembleia dos delegados (isto é, em reunião conjunta da CR e membros contrários a opinião deste). Não foi difícil a vitória da opinião do CR; Salvador, Vizzaco e Nunes imediatamente concordaram, desde que Salvador não poderia mais ser candidato. Medeiros, Lopes e Perdigão não compareceram a reunião. Perdigão, porém, chegou já no fim, depois de resolvido o caso, e, como era de se esperar, estralou [grifos de Plínio Mello], revelando bem quem é e o que deseja no Partido. Contra os princípios conjuntos, de educação, e mais do que isso, infringindo as disposições estatutárias do Partido, em matéria de disciplina, acusou o CR. Concentrando em mim, pessoalmente e diretamente, toda a sua cólera de pequeno-burguês ambicioso e revoltado. Caluniou-me e insultou-me como só [trecho ilegível] sabem fazê-lo. Como fosse uma acusação pessoal, revidei-lhe na mesma moeda e, pessoalmente, dei-me por satisfeito. Felizmente não havia ninguém que não fosse do Partido. O CR deverá tomar conhecimento do fato em sua próxima reunião. Se resolverem contrariamente as sanções disciplinares do P., formularei uma queixa a CCE, sem outro intuito de que a de chamar a sua atenção sobre o arrivismo desse camarada¹⁰⁰.

Foi neste contexto de grande tensão interna no Partido que a candidatura de Everardo Dias foi lançada para as eleições municipais de outubro de 1928, o que, sem dúvida, colaborou para a derrota em que Everardo recebeu apenas 44 votos. O resultado do BOC-SP nas eleições de outubro de 1928, em contraste com a vitória do BOC no Rio de Janeiro deixou explícita a necessidade de o PCB debater e agir para resolver a situação de São Paulo tornando-a pauta para o III Congresso que aconteceu entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929. Segundo o relatório enviado pelo Comitê Regional de São Paulo do BOC para o seu Comitê Central

Depois das eleições estaduais de Fevereiro, devido à precária situação financeira que nos aparecia como um obstáculo quase intransponível e devido, principalmente, à escassez de militantes e à inércia e inconsciência da maioria dos existentes o BOC desaparecera por completo do terreno da luta política. Todos os esforços de três ou quatro camaradas eram, então, inúteis, para mostrar à vanguarda a necessidade de continuar a obra que se iniciara. A situação perdurou até o dia 31 de agosto, em que, por intervenção enérgica e decidida de um companheiro de Santos, foi possível realizar-se uma

¹⁰⁰ MELLO, Plínio. *Carta a Astrojildo*. São Paulo, 16/09/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

assembleia de delegados, destinada a estudar a participação do operariado desta Capital nas eleições de 30 de outubro¹⁰¹.

No mesmo relatório, novamente se enfatiza as dificuldades financeiras,

não possuímos um vintém em caixa e ainda nos preocupava, como até hoje, o pagamento da dívida contraída com a campanha de fevereiro. Além da publicação de manifestos e boletins, teríamos, necessariamente, de alugar uma sede¹⁰².

O problema financeiro, dessa forma, mostrava-se como uma agravante a alimentar a dificuldade do PCB em crescer na Paulicéia. As cartas dos dirigentes locais do PCB estão fartas dos pedidos por dinheiro. Plínio Mello, na mesma carta em que relatava à Astrojildo a sua dura situação econômica pessoal comentava sobre as dívidas do PCB e do BOC dizendo que

Quanto ao BOC, está sofrendo as consequências da desorganização do PC. As despesas que fizemos aqui, nas vésperas das eleições (um conto e tanto!) estão nos dando água pela bomba. Seu Nestor [Pereira Jr.] já anda desgostoso conosco. Pensa, talvez, que não iremos pagar essa dívida pela qual ele se responsabilizou¹⁰³.

Certamente a maior expressão do desespero econômico pelo qual passava o PCB em São Paulo, quase completamente impossibilitado de financiar suas próprias atividades foi a ideia de “concurso eleitoral” de Plínio Mello. Tratava-se de um bingo cujos bilhetes seriam vendidos a preço módico e então se sortearia toda sorte de artigos de consumo: roupas, sapatos, alimentos, cobertores e até mesmo cigarros. Os lucros do concurso eleitoral deveriam ser destinados ao financiamento da campanha do BOC nas eleições de outubro de 1928. A este procedimento, Astrojildo Pereira respondeu que

[...] não temos nenhuma objeção ao plano do “concurso eleitoral do BOC. Se os camaradas se julgarem com forças bastantes para levá-lo a bom termo, sem fracasso material, ele poderá efetivamente trazer-nos bons frutos do ponto de vista da propaganda e da agitação. A nosso ver depende tudo das possibilidades materiais de cumpri-lo a risca¹⁰⁴.

Mas mesmo para conseguir levar a cabo a proposta, Plínio pedia a Astrojildo Pereira a ajuda de um conto de réis, a sair do caixa nacional do PCB¹⁰⁵, obtendo a seguinte resposta do então Secretário Geral do PCB

Penso que é impossível arranjarmos o dinheiro assim de repente. Estamos prontos. O BOC não tem um vintém. Os intendentess ainda não foram reconhecidos e não sabemos quando começarão a receber. Ademais, nossas despesas têm sido enormes, esgotando todos os recursos de que dispomos. Você não há de acreditar na história do “ouro de Moscou”...

¹⁰¹ CR-SP do BOC. *As eleições paulistas e o BOC*. 18/11/1928. P. 1. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM)

¹⁰² Idem.

¹⁰³ MELLO, Plínio Gomes. Carta à Astrojildo. São Paulo, 27/05/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

¹⁰⁴ PEREIRA, Astrojildo. *Carta ao camarada PM*. Rio de Janeiro, 21/08/1928. (Acervo Astrojildo Pereira - CEDEM - UNESP).

¹⁰⁵ MELLO, Plínio Gomes. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 13/08/1928. (Acervo Astrojildo Pereira - CEDEM - UNESP).

Em todo caso, vocês devem – isto é, o CR do BOC – dirigir um pedido oficial ao CC do BOC. Eu não garanto nada sobre o que se possa resolver, mas eu não sou o CC. De pronto, digo que é impossível porque não há dinheiro [grifos de Astrojildo Pereira]¹⁰⁶.

Assim, visto a ausência de maior número de menções ao bingo eleitoral do BOC em São Paulo, principalmente com respeito a sua execução, o mais provável é que ele não tenha ocorrido por não haver meios financeiros de realizá-lo, o que significa a continuidade da paralisia do PCB em São Paulo também em sua capacidade econômica. Mais uma vez, já em outubro de 1928, Plínio Mello voltava a pedir dinheiro ao CC, desta vez 200\$000 de auxílio para o BOC-SP, pois segundo ele “toda a deficiência de nossa propaganda é devida a falta absoluta de dinheiro”¹⁰⁷. O CC conseguiu colaborar com o valor, que foi entregue por Astrojildo Pereira de passagem por São Paulo.

Segundo os estatutos do BOC, sua fonte de dinheiro eram quotas arrecadadas entre os seus filiados, doações voluntárias, dinheiro levantado com festivais e outras atividades culturais¹⁰⁸. Notadamente, todas as evidências documentais mostram que o dinheiro arrecadado por esses meios era insuficiente. Devemos ainda pesar que havia casos em que um festival era preparado para arrecadar fundos e via-se impossibilitado de acontecer, como foi o caso de um festival do BOC na sede da UTG que foi proibido pela polícia¹⁰⁹. O relatório do CR do BOC-SP afirma que, de última hora, o que possibilitou o início da campanha eleitoral foi, além do aumento das subscrições ao BOC, a realização de empréstimos. Depois, o relatório termina com uma desoladora descrição da desorganização dos comunistas em São Paulo e mais um pedido beirando o desespero para que a direção nacional, desta vez do BOC, tomasse alguma atitude a respeito.

A maioria dos nossos militantes não é digna, sequer, deste nome. Tem sido, sempre, um fato verdadeiramente irritante a inercia e a indisciplina irremediáveis da quase totalidade dos nossos camaradas. Dura e angustiosa verdade! Só no último momento é que se lembram de aparecer inveterados entusiastas do movimento da emancipação proletária. E que rara felicidade quando aparecem, mesmo no último momento!

São Paulo está assim. A intervenção enérgica do CC do Bloco é, agora mais do que nunca, uma necessidade que se reclama. Precisamos de militantes ativos e capazes que nos auxiliem. Uma cidade, como esta, em que a indústria atinge um desenvolvimento excepcional, merece toda a atenção da vanguarda¹¹⁰.

¹⁰⁶ PEREIRA, Astrojildo. *Carta à Plínio*. Rio de Janeiro, 09/12/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP)

¹⁰⁷ MELLO, Plínio Gomes. *Carta ao camarada Lacerda*. São Paulo, 13/10/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

¹⁰⁸ Bloco Operário e Camponês. *Programa e estatutos*. Rio de Janeiro, Comitê Central do BOC, 1928. (Acervo Internacional Comunista - AEL)

¹⁰⁹ A polícia e os operários: *O Bloco Operário e Camponês não obteve licença para realizar um festival*. *Diário Nacional*. São Paulo, 08/07/1928. P. 12. (BNDigital).

¹¹⁰ CR-SP do BOC. *As eleições paulistas e o BOC*. São Paulo, 18/11/1928. P. 2. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP)

Os comunistas já haviam tentado combater esses problemas com a I Conferência de Agitação e Propaganda do Comitê Regional de São Paulo, ocorrida em 1 de julho de 1928 e que deliberou leitura constante de textos que reforçassem a necessidade da disciplina comunista, criação de cursos, difusão dos estatutos do BOC¹¹¹. Ao verificar o não cumprimento das resoluções, foi organizada uma II Conferência de Agitação e Propaganda, ocorrida em 11 de setembro do mesmo ano

[O Secretário de Agitação e Propaganda do CR-SP] Lamenta a indisciplina reinante, a incompreensão do trabalho coletivo, a inatividade da maioria. Mostra o valor básico da disciplina e lê, a respeito, dois trechos de Lênin. Diz que, em primeiro lugar e acima de tudo, é necessário fazer propaganda da disciplina, devendo os agitprops ter o máximo de empenho em levar a cabo esse trabalho. Não basta compreender, é preciso praticar o que se aceita como uma verdade. Semanalmente, nas reuniões de células, deverão ser lidos trechos de literatura revolucionária que insistam na necessidade de manter a disciplina de ferro no partido do proletariado¹¹².

No verso da ata, foram deixadas citações de Lênin sobre a importância da disciplina partidária, talvez as mesmas lidas pelo Secretário de Agi-prop do CR-SP e que deveriam dar início a todas as outras que deviam vir daí por diante, sendo lidas semanalmente nas reuniões.

Meditae!

“Todo aquele que enfraquece, por pouco que seja, a disciplina de ferro no partido do proletariado (sobretudo no período da ditadura do proletariado), objetivamente ajuda a burguesia contra o proletariado”. (Lênin – A doença infantil do comunismo).

“A experiência da ditadura vitoriosa do proletariado na Rússia demonstrou claramente, aos que não sabem pensar ou que não tiveram ocasião de refletir sobre isso, que uma centralização absoluta e uma disciplina estrita do proletariado são duas das condições primordiais de vitória da burguesia”. (A doença infantil do comunismo)¹¹³

A II Conferência de Agit-Prop ainda debateu sobre a campanha do BOC-SP para as eleições de outubro, deliberou que os agitadores e propagandistas do CR-SP do PCB deveriam focar toda a sua energia na propaganda para o BOC, afirmando a necessidade de que em cada bairro operário fossem organizadas listas de endereços de leitores proletários para que se enviassem circulares, cédulas e manifestos do BOC. O nº 18 do jornal do PCB, *A Classe Operária* também deveria ser distribuído e “sempre que possível”, lido e comentando em reuniões com os trabalhadores¹¹⁴. Também foi

¹¹¹ Ata da I Conferência de Agit-Prop da Zona de São Paulo. São Paulo, 1928. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP)

¹¹² Ata da II Conferência de Agitprop. São Paulo, 11/09/1928. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

¹¹³ Ata da II Conferência de Agitprop. São Paulo, 11/09/1928. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

¹¹⁴ Ata da II Conferência de Agitprop. São Paulo, 11/09/1928. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

deliberado a tiragem de boletins que explicassem em linguagem clara a política do BOC, deixando evidente que votar nos outros partidos é o mesmo que votar pela burguesia e contra o proletariado. O financiamento desses boletins deveria vir de rateios entre os militantes do Partido e do Bloco¹¹⁵. Contudo, o relatório que o BOC-SP enviou para o CC do BOC deixa claro que os comunistas não conseguiram superar suas adversidades mesmo após a realização das duas Conferências de Agitprop.

Astrojildo, ao receber a ata da II Conferência de Agitprop, respondeu em carta ao CR-SP de São Paulo que as resoluções estavam aprovadas, mas que o Comitê Central do PCB esperava somente “que na futura 3º Conferencia não se verifique o resultado constado nesta 2º em relação à 1º, isto é, que as resoluções tomadas não foram postas em prática”, e então adicionava que apesar disso o CCE recebia a ata com satisfação, pois “tomar uma série de resoluções já é alguma coisa, mesmo quando as resoluções não são aplicadas. Com o hábito e a repetição, estamos certos de que os camaradas acabarão por aplicá-las”¹¹⁶.

Entre as já expostas dificuldades para construir o Partido, deve-se dizer, estava o desafio de enviar e receber correspondência com o Comitê Central de maneira regular e eficiente. Na maior parte das cartas comparecem reclamações como “esta é a quarta carta que eu lhe escrevo e espero que não aconteça como as outras que não foi me possível obter resposta”¹¹⁷. Difícilmente encontramos correspondência entre os comunistas de São Paulo e do Rio em que não houvesse menção a cartas não respondidas, extraviadas e desaparecidas, obrigando eternas confirmações da chegada delas. Algumas vezes ficava entendido que a ausência de resposta se dava em razão da falta de tempo dos dirigentes do PCB. De tal sorte, Everardo certa vez pondera para Astrojildo que “você é muito ocupado, [trecho ilegível]. Mas mande alguém responder. Que faz Coutinho? Puxe a orelha dessa gente!”¹¹⁸

O número 18 do jornal “*A Classe Operária*” foi quase inteiramente dedicado ao Bloco Operário e Camponês, sendo o número em que foram apresentadas as candidaturas de Octávio Brandão e Minervino de Oliveira para intendentess municipais do Rio de Janeiro. Seus artigos falam sobre variados assuntos da vida operária: a questão da exploração dos jovens e das mulheres nas fábricas, as más condições dos bairros e das casas operárias, os salários, jornadas de trabalho e etc, sempre terminando os textos com o chamado para a organização sindical e para votar no Bloco Operário e Camponês. Também há pelo menos dois textos dedicados a Coligação Operária de Santos. (*A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 25/08/1928. BNDigital).

¹¹⁵ Ata da II Conferência de Agitprop. São Paulo, 11/09/1928. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

¹¹⁶ PEREIRA, Astrojildo. Carta ao Comitê Regional de São Paulo. Rio de Janeiro. 18/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

¹¹⁷ PIZZUTTI, Augusto. Carta ao prezado camarada Astrojildo. São Paulo, 06/02/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

¹¹⁸ DIAS, Everardo. Carta à Gildo. São Paulo, 08/02/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

A dificuldade em manter correspondência de maneira eficiente prejudicava não apenas a comunicação entre a direção estadual e a direção nacional do PCB, pois também sem dúvida um dos maiores problemas era a dificuldade de empreender com sucesso a venda e circulação do jornal partidário. O jornal era arma fundamental para os Partidos Comunistas, desempenhava o papel de veículo de agitação e organização nas mãos de militantes dedicados à causa do socialismo. Devia ser um jornal escrito para as extensas massas de trabalhadores, guiando-as politicamente, educando-as na leitura dos acontecimentos cotidianos sob o ponto de vista do marxismo, usando suas páginas para denunciar os casos particulares de opressão e exploração, ligando-os ao modo de funcionamento geral do capitalismo. As greves e movimentos de trabalhadores também deveriam comparecer nas páginas de um jornal comunista, deixando claro para os leitores que eles faziam parte de uma classe que cotidianamente se organizava e conquistava novas vitórias políticas e sociais¹¹⁹.

O primeiro jornal próprio do PCB, criado para circular nacionalmente foi *A Classe Operária*, lançado em 1º de maio de 1925, em meio a um período de estado de sítio que vinha desde o ano de 1924 quando da revolta tenentista em São Paulo. Segundo relato de Astrojildo Pereira, este jornal tinha tiragem de mais de 5 mil exemplares e esgotava-se rapidamente, sendo vendido nas fábricas e locais de trabalho, nas sedes dos sindicatos e nas ruas por meio de militantes do Partido¹²⁰. Não temos informações sobre a venda de *A Classe Operária* em São Paulo durante seu primeiro período. Entretanto, encontramos documentação sobre a organização do recebimento e venda do jornal *A Nação*, que foi jornal oficial do PCB durante o ano de 1927.

A primeira carta a mencionar a situação da venda do jornal *A Nação* em São Paulo é de Augusto Pizzutti, jovem sapateiro comunista, e data de fevereiro de 1927. Nela, Pizzutti revela que, além da irregularidade da presença do jornal, o então encarregado de o receber vindo do Rio de Janeiro não o distribuía em todos os pontos de venda, sendo encontrado em apenas um pelo preço de 200 réis, o que o comunista paulistano considerava muito caro para um jornal operário. *A Nação* também não era vendida nos locais que mais interessava ao Partido, isto é, nas fábricas e bairros operários. Por causa de todos esses motivos, Pizzutti pediu a Astrojildo que mandasse o jornal para Emílio Bussi, jornalista aderente do PCB que tinha pontos de venda em bairros operários e

¹¹⁹ Cf. LÊNIN, Vladimir Ulianov. *O que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. São Paulo: Boitempo, 2020.

¹²⁰ PEREIRA, Astrojildo. *A Formação do PCB*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. P. 97

disposto a cobrar 100 réis na sua venda¹²¹. Um mês depois, todavia, a situação não foi regularizada, visto que Everardo Dias escreveu para Astrojildo reclamando

A Nação aqui não se anuncia e não se encontra. A razão, ignoro. Que distribuidora a recebe? Vamos já combinar uma ofensiva, reclamando o jornal de todos os pontos. Creio que [trecho ilegível] perguntar a todos talvez proceda algum resultado. Também combinaremos um meio prático de introdução às fábricas, interessando o proletariado em suas leituras¹²².

Houve por parte de Everardo Dias, a proposta de fundar um jornal local para “ladear, pela tangente, os doidos anarcóides, que aqui são numerosos, como se sabe”¹²³, mas em razão da discordância de outros membros da direção do Partido em São Paulo, principalmente de Isis Silvio, secretário-geral da União dos Trabalhadores Gráficos¹²⁴, o jornal local de São Paulo não veio a existir. Se um jornal local não era possível, Dias recomendou a Astrojildo que uma folha do jornal *A Nação* fosse dedicada à São Paulo, sob o nome *S. Paulo operário*. Pouco tempo depois foi garantido um espaço de uma coluna no jornal nacional do PCB *A Nação* para o movimento paulistano. Apresentou-se sob o nome de “*De nossa sucursal em São Paulo e De S. Paulo*”.

Entretanto, sempre que se parecia resolver um problema ligado a vinda e circulação do jornal, uma série de outros surgiam. Para sanar a questão da irregularidade com que o jornal era recebido e encaminhado para os revendedores, Everardo se responsabilizou de fazer estes trabalhos pessoalmente. Porém, não demorou muito para julgar impossível realizá-los, de tal maneira que mandou suspender a vinda do jornal.

O jornal não é expedido daí com o cuidado e zelo que deveria ser. Eu vou todas as manhãs assistir à chegada das malas – e assisto a distribuição. E verifico, com meus olhos, que o jornal não chegou, mas chegam sempre *A Noite*, *Vanguarda*, *Globo*, *Rua*... o nosso jornal não é levado à estação a hora determinada, não é entregue no carro à hora que precisa, pois caso contrário o jornal chegaria, como chegam os jornais a que me referi. A alegação de que nosso jornal é perseguido não pode ser aceita, porque não noto da parte [trecho ilegível] pistas quaisquer de hostilidade, antes pelo contrário mostram interesse em servir-me

Assim, eu assisto à distribuição de malas do 1º noturno, as 8 horas; as 9 e 1/2 volto de novo para assistir a distribuição do 2º noturno; volto meio dia para verificar se está na seção de carteiros, se veio dentro de alguma mala... As vezes encontro o pacote lá, outras não. Mesmo que encontre já [trecho ilegível] mais que o jornal, pois os vendedores, declaram não vender mais o jornal. Eu fico então, com o brutal encalhe. Perdi todo o dia em idas e vindas ao Correio, não fiz nada durante essas horas a não ser procurar o jornal, aborreci-me, gastei passagens de bonde, etc, etc; para afinal de contas ficar com o encalhe e carregar o pacote para casa!

Eu, como você sabe, não tenho recursos, vivo de expedientes, os vinténs que as vezes consigo são de uma venda minúscula de livros, coisa incerta e mísera.

¹²¹ PIZZUTTI, Augusto. *Carta ao prezado camarada Astrojildo*. São Paulo, 06/02/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

¹²² DIAS, Everardo. *Gildo*. São Paulo, 17/13/1927.

¹²³ DIAS, Everardo. *Carta à Gildo [Astrojildo Pereira]*. São Paulo, 2012. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

¹²⁴ DIAS, Everardo. *Carta à Gildo [Astrojildo Pereira]*. São Paulo, 08/02/1927. (Fundo Astrojildo Pereira - CEMEM); Eleição da Nova Comissão Executiva. *O Trabalhador Graphico*. São Paulo, 01/01/1927. P. 4.

Não posso arcar com tantos prejuízos e ter tantas atribuições e perder tão estupidamente tanto tempo.

Enquanto aí, no Rio, não se metodizar o trabalho de jornal, será um trabalho delirante, irresponsável, atordoador.

Não recuso trabalho nem receio sacrifícios. Mas há de convir você que eu não posso estar do correio para casa e de casa para o correio sem nada de efetivo e útil realizar devido a uma desorganização nos serviços administrativos¹²⁵.

Em outras palavras, o CC era responsabilizado por desleixo para com o trabalho de envio do jornal nacional do Partido, o que condenava em cadeia todo o trabalho dos comunistas paulistanos, prejudicando grandemente ação de propaganda e conquista de novos simpatizantes e adeptos. Os números atrasados dos jornais eram recusados pelos revendedores, e a massa encomendada ficava parada na casa de Everardo Dias. Não é demais lembrar que além do prejuízo propagandístico, o problema também afetava as finanças do Partido em São Paulo, na medida em que ele se via impossibilitado de ganhar dinheiro por meio da venda de *A Nação*. Já em julho era possível ler em carta para Astrojildo que a situação havia sofrido uma leve mudança

Sobre *A Nação*, acho-a cada vez melhor. E é uma pena, uma angustiosa pena, ver tão bons artigos lidos por tão poucos trabalhadores! Eu faço sempre a distribuição dos encartes pelas fábricas e oficinas. O jornal já não é ignorado. Aos poucos, dará frutos. Mas o caso é que de momento precisamos viver – e esse é o problema gravíssimo que se nos apresenta¹²⁶.

Significava dizer que, apesar de resolvido o problema com a chegada do jornal, ele ainda era pouco difundido na cidade e nos meios operários, ainda que a propaganda em favor de *A Nação* já tivesse começado nas fábricas. Desta vez, a razão principal para o trabalho de disseminação do jornal andar a passos lentos era a provável falta de tempo para trabalho militante entre os comunistas paulistanos por necessidade de trabalhar para se sustentar.

Levando em consideração que o jornal *A Nação* deixou de circular no dia 11 de agosto de 1927 em razão da promulgação da Lei Celerada, podemos facilmente chegar à conclusão de que sua circulação em São Paulo quase não existiu, pois não conseguiu ser regularizada até julho e, quando isso aconteceu, logo o jornal foi colocado na ilegalidade (juntamente com o próprio PCB). Para se ter uma ideia da importância de *A Nação* para o PCB e do tamanho prejuízo que sua ausência deve ter gerado para a militância comunista paulistana, basta lembrar que Astrojildo afirmou em *A Formação do PCB* que “a breve história do vespertino comunista *A Nação* [...] confunde-se de maneira acentuada com a própria história do Partido naquele também breve período de legalidade”¹²⁷.

¹²⁵ DIAS, Everardo. *Ao camarada Astrojildo Pereira*. São Paulo, 02/06/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

¹²⁶ DIAS, Everardo. *Carta à Astrojildo Pereira*. São Paulo, 15/07/1927. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

¹²⁷ PEREIRA, Astrojildo. *A Formação do PCB (1922 – 1928)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. P. 101.

Como *A Classe Operária* só voltou a circular em maio de 1928 e não havia um jornal local do PCB em São Paulo, os comunistas paulistanos passaram longos meses sem um jornal oficial que divulgasse suas ideias e fizesse o trabalho leninista de “orientador e organizador coletivo”. Para tanto, contaram apenas com os jornais operários dos dois sindicatos que tinham a direção e de textos das colunas operárias dos jornais de oposição ao Partido Republicano, principalmente *O Diário Nacional* e *Diário da Noite*, ambos jornais do Partido Democrático (PD) e que empregavam Everardo Dias e Plínio Mello, bem como *O Combate*, pertencente à família Rangel Pestana.

A dificuldade de correspondência entre a direção estadual e nacional do PCB não prejudicava apenas a propaganda e as finanças dos comunistas paulistanos, mas também o seu processo de formação teórica. Não apenas o jornal do Partido era solicitado ao CC, mas também livros, revistas e jornais sindicais, de outras localidades do Brasil, de outras correntes políticas e estrangeiros que ajudassem os militantes de base a formarem-se como comunistas, como militantes do movimento operário, que possibilitassem o melhor entendimento do marxismo e inserir-se e acompanhar os debates que o movimento comunista internacional construía naquele momento.

Encontramos nas diversas correspondências pedidos de materiais como o jornal santista *O Solidário*, o jornal carioca *A Esquerda*¹²⁸, cópias do estatuto do BOC para os militantes do mesmo e do PCB, a revista de debate interno do PCB, *Autocrítica*¹²⁹, livros de obras completas de Lênin editados na França, a revista *Amauta* de Mariátegui¹³⁰, estatutos da Liga Anti-imperialista Latino Americana, estatutos do Socorro Vermelho Internacional¹³¹, o livros de Octávio Brandão (principalmente *Rússia Proletária e Agrarismo e Industrialismo*)¹³², entre outros. Muito desse material também era extraviado, confiscado ou simplesmente perdia-se no caminho, deixando os comunistas de São Paulo com um acesso deficiente também em sua inserção na cultura intelectual e política do movimento comunista e obrigando-os a formar-se com o que conseguiam.

Por parte de Everardo Dias também surgiu a proposta de um sindicato de trabalhadores da imprensa (redatores, revisores e escrivães), separado do sindicato dos gráficos. Estavam também a favor da proposta Afonso Schmidt, Emiliano Di Cavalcanti,

¹²⁸ MELLO, Plínio Gomes. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 02/1928. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM)

¹²⁹ MELLO, Plínio Gomes. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 03/05/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

¹³⁰ MELLO, Plínio Gomes. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 15/06/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

¹³¹ MELLO, Plínio Gomes. *Carta aos camaradas do CCE*. São Paulo, 30/09/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

¹³² DIAS, Everardo. *Carta para Gildo*. São Paulo, 29/05/1927. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

Plínio Mello e Aristides Lobo¹³³. Não encontramos notícias da fundação de um sindicato de imprensa na cidade e as fontes não tocam mais no assunto. É bastante provável que a proposta tenha sido negada por parte do Comitê Central por ser antagônica à diretriz geral do movimento comunista de incentivar sindicatos de indústria, o que significa dizer que gráficos e trabalhadores da imprensa deveriam responder a um mesmo sindicato.

Por várias vezes os comunistas de São Paulo também pediram auxílio do Comitê Central com personalidades de destaque do Partido ou próximos ao partido. Durante o ano de 1927, principalmente a figura de Azevedo Lima era muito solicitada. Lima era médico de formação e, por seu contato com o meio operário no bairro carioca de São Cristóvão, conseguiu eleger-se Intendente Municipal do Distrito Federal em 1917, mesmo ano das grandes greves que se espalhavam pelo país. Simpático à Revolução Russa, Azevedo Lima chegou a mandar uma carta para a III Internacional perguntando o que poderia fazer para contribuir com a revolução. Foi um dos poucos a responder afirmativamente a *Carta Aberta* do PCB para a formação do Bloco Operário em 1927. Pelo BOC, elegeu-se a deputado federal no mesmo ano. A simpatia que os operários nutriam por Azevedo Lima era tão grande naquele momento que Everardo Dias, em carta para Astrojildo Pereira, afirma que “hoje, Azevedo Lima preencheu o lugar de Maurício [de Lacerda] entre o operariado”.

O Bloco Operário de São Paulo não foi fundado em 1927, como o do Distrito Federal, vindo a luz apenas em janeiro de 1928 objetivando disputar as eleições para deputado estadual. Nessa ocasião, o PCB chegou a garantir a ida de Azevedo Lima para São Paulo, de maneira que o BOC-SP anunciou pelas páginas do jornal *O Combate*, que seu lançamento oficial para a campanha seria feito no dia 29 de janeiro, domingo, na sede da União dos Trabalhadores Gráficos, ocasião em que Azevedo Lima faria a leitura pública do Programa Eleitoral do BOC¹³⁴. Contudo, um dia depois os comunistas foram obrigados a retirar o anúncio, pois Azevedo Lima foi “acometido de súbita enfermidade”¹³⁵, não podendo estar presente. O BOC-SP acabou por ser fundado no dia 01 de fevereiro, sem a presença de Azevedo Lima ou qualquer outro da direção nacional do BOC ou PCB¹³⁶. Em julho do ano anterior um festival em favor da divulgação do

¹³³ DIAS, Everardo. *Carta para Gildo [Astrojildo Pereira]*. São Paulo, 17/03/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

¹³⁴ ZARABATANA [pseudônimo de Plínio Mello]. O Proletariado intervirá nas próximas eleições: A fundação do BOC em São Paulo. *O Combate*. São Paulo, 26/01/1928. P. 3

¹³⁵ O Dr. Azevedo Lima, acometido de súbita enfermidade, não poderá estar amanhã em São Paulo. *O Combate*. São Paulo, 28/01/1928. P. 3

¹³⁶ O BOC fará conhecer, hoje, o seu candidato às eleições do dia 24. *O Combate*. São Paulo, 01/02/1928. P. 3.

jornal *A Nação* cuja atração principal deveria ser uma palestra de Azevedo Lima havia sido cancelado pelos comunistas paulistanos por falta de resposta de Astrojildo Pereira, confirmando a presença do deputado federal do BOC¹³⁷.

Ao final do pleito, quando o BOC-SP retirou a candidatura de Nestor Pereira Jr. para apoiar um candidato do Partido Democrático de São Paulo sob alegação de que a repressão policial havia impossibilitado a continuidade da campanha eleitoral proletária e seguiu-se um conflito da direção do BOC e PCB contra a atitude do BOC-SP, Everardo Dias viu razão importante do problema na ausência de Azevedo Lima em eventos apoiando o BOC-SP e expôs uma conclusão pessimista sobre os resultados da campanha do Bloco Operário em São Paulo

O fato positivo é este: nada conseguimos com o Bloco, a não ser arranharmos ideologicamente, e estamos com um déficit de 1:500\$000 em São Paulo e 2:000\$000 (segundo Oliveira) em Santos. Eu, em parte, culpo Azevedo desse fracasso, porque se ele tivesse vindo, o entusiasmo seria outro, teríamos arregimentado eleitores. Tudo foi uma pura perda, um ensaio no vácuo. Teremos de recomençar¹³⁸.

Também no mês de setembro de 1928, para ajudar na campanha pela vaga à intendência municipal de São Paulo, Everardo Dias solicitou a Astrojildo Pereira a viagem de Azevedo Lima para fazer comícios em benefício do BOC-SP, o que novamente não ocorreu¹³⁹. Ainda no mês de outubro, às vésperas das eleições, Plínio Mello fazia um apelo à Paulo de Lacerda, também membro do Comitê Central, pela presença de Azevedo Lima em São Paulo

Vocês precisam interceder junto a Azevedo Lima para que ele dê um pulo até aqui antes das eleições. Isso será de um efeito extraordinário para a nossa propaganda! Façam o possível nesse sentido. Em dois dias ele poderá conseguir mais do que temos conseguido em um ano¹⁴⁰.

A presença do próprio Astrojildo Pereira também fora requisitada algumas vezes. Em uma de suas cartas, Plínio Mello queixa-se com Astrojildo do atraso de sua viagem para São Paulo, dizendo “Soube, há poucos dias, por intermédio de Everardo, que v, já se encontra no Rio, não tendo podido passar por aqui conforme sua promessa. Até certo ponto foi o diabo isso! Precisamos de você aqui!”¹⁴¹. Em outra carta de Everardo Dias se lê “Todos o esperamos. Aqui você está fazendo falta para nos orientar sobre vários

¹³⁷ DIAS, Everardo. *Carta à Gildo*. São Paulo, 15/07/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

¹³⁸ DIAS, Everardo. *Carta à Gildo [Astrojildo Pereira]*. São Paulo, 02/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

¹³⁹ DIAS, Everardo. *Camarada Astrojildo*. São Paulo, 18/09/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

¹⁴⁰ MELLO, Plínio Gomes. *Carta ao camarada Lacerda*. São Paulo, 13/10/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

¹⁴¹ MELLO, Plínio Gomes. *Carta à Astrojildo Pereira*. São Paulo, 13/08/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

assuntos e incidentes [trecho ilegível]. Surgiram divergências capitais perante a tática do BOC e mesmo do P[artido]”¹⁴².

Porém, foram poucas as vezes que a direção partidária buscou auxiliar os comunistas de São Paulo enviando quadros experientes do Rio de Janeiro para atuar na região. Até 1930 encontramos três ocasiões em que isso ocorreu: quando Octávio Brandão foi a São Paulo em 1925 para ajudar nas finanças do jornal *O Internacional*; a ida de Astrojildo Pereira em 1928, de passagem para Buenos Aires, ocasião em que deixou 200\$000 réis para auxiliar na campanha de outubro do BOC-SP e, por fim, no término do ano de 1928 quando o CC do PCB designa um militante dirigente dos gráficos (possivelmente João Jorge da Costa Pimenta) para orientar o CR-SP. É apenas nesta última ocasião que alguma melhora de organização é apresentada pelo Partido em São Paulo. De toda maneira, o próprio avanço qualitativo deixa evidente o tamanho da deficiência no trabalho de construção do PCB na cidade até então, como nos atesta a pena de Plínio Mello

Chegou aqui um camarada batuta no trabalho de organização – o Natal [possível pseudônimo de João Jorge da Costa Pimenta]. Estou vendo agora que não sabíamos trabalhar; daí essa impossibilidade de levar para frente qualquer coisa. Agora parece que vai. Essa ata segue junto é o primeiro passo nesse sentido¹⁴³.

Assim, pela primeira vez em sete anos o Comitê Regional de São Paulo enviou as atas de reunião e os relatórios sobre a organização para o Comitê Central do PCB, o que deixou Astrojildo Pereira impressionado

Camarada P. M.
Acabo de receber sua carta de 27 corrente. Havia recebido também a de 18. Ao ver a ata que acompanhava aquela eu pulei de espanto. Era a primeira ata que, ao cabo de 7 anos, recebia do CR de São Paulo! Depois, ao ler a carta, compreendi a razão do estranho fenômeno. Contudo, a sua frase: “Estou vendo agora que não sabíamos trabalhar” ainda me deixa admirado. Só agora...? Em todo caso, antes tarde do que nunca...”¹⁴⁴

Um mês depois, ao final do ano de 1928, às vésperas, portanto, do III Congresso do PCB, Astrojildo Pereira prosseguia a demonstrar seu espanto com a tardia boa organização dos comunistas de São Paulo e apresentava o congresso vindouro como tendo entre seus objetivos principais discutir e finalmente resolver a situação do PCB em São Paulo.

Acabo de receber sua carta de 12 deste acompanhada de cópias de duas atas e duas circulares. Eu estou verdadeiramente maravilhado pelo trabalho – pelo menos no papel – que os camaradas de S. Paulo começam a realizar. Até que

¹⁴² DIAS, Everardo. *Carta à Gildo [Astrojildo Pereira]*. São Paulo, 16/08/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

¹⁴³ MELLO, Plínio Gomes. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 27/11/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

¹⁴⁴ PEREIRA, Astrojildo. *Carta ao camarada PM*. Rio de Janeiro, 30/11/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

enfim! Já não é sem tempo! Antes tarde do que nunca! Mas, falando sério, eu espero que tudo isso não fique no papel e não seja fogo de palha. Vocês, depois de tantos anos, descobriram por fim o bom caminho. O que é preciso de agora em diante é trilhar sempre por ele, sem desfalecimento, antes com a maior tenacidade e energia. Uma das palavras de ordem do próximo congresso vai ser: “à conquista de S. Paulo!” A organização do Partido em S. Paulo sempre foi nossa maior vergonha. S. Paulo deve ser no Partido uma força pelo menos igual à do Rio. Parece que vocês já estão compreendendo o que isto significa praticamente. Muito bem!¹⁴⁵

Porém, é necessário dizer que todos os casos de ação da direção nacional do PCB para alavancar o Partido na cidade de São Paulo até este momento foram episódicos. Salvo o caso do retorno de Everardo Dias para São Paulo depois do II Congresso do PCB em 1925, os militantes de direção foram enviados para prestar ajuda, mas não permaneceram lá como quadros para construção do movimento. Octávio Brandão, na época um dos principais dirigentes do Partido, admitiu no fim de sua vida que fora um erro do PCB não enviar quadros qualificados para a construção do movimento em São Paulo, afirmando que “nós deveríamos ter ido para lá, pelo menos mandar Astrojildo e uns outros para lá; e, segundo, as pessoas que enviamos não deram resultado”¹⁴⁶. Em seguida, Brandão cita o exemplo de um militante que foi enviado para São Paulo pela CCE e que, para ele, “não deu resultado”

A outra dificuldade foi esse Aristides Lobo. Aristides Lobo levou anos e anos, o partido insistindo: "Vá às fábricas, vá conversar com os operários." E ele dizia: "Eu não sei conversar com os operários." "Mas meta a cara; também não sabemos, nós vamos à hora do almoço para a porta da sala conversar." Levamos anos e anos e não conseguimos nada de nada com Aristides Lobo. Um dia, soubemos, em vez de estudar Lenin, Marx, Engels, como nós recomendamos, ele leu foi Trotski, virou trotskista e morreu trotskista. Era estudante do Pedro II, jovem, jovem eu o conheci, muito boa pessoa, família tradicional, mas não deu nada, nada. Pegou cadeia e não fez nada. De modo que gente incapaz; gente capaz num terreno, mas incapaz em outro terreno, e o resultado em São Paulo sempre foi uma desgraça¹⁴⁷.

Não bastasse a ausência de fornecimento de elementos capazes de construir o Partido, sempre que um quadro se formava em São Paulo, era rapidamente solicitado para a construção do movimento no Rio de Janeiro, deixando claro o foco e prioridade que os comunistas colocavam na então capital brasileira em detrimento da cidade mais industrializada do país. No fim das contas, as prioridades políticas do Partido faziam com que São Paulo estivesse longe demais do Rio de Janeiro para receber ajuda do Comitê Central, mas perto o suficiente para transformar-se em uma espécie de reservatório de quadros, o que não ocorria em lugares como Rio Grande do Sul e Pernambuco, que

¹⁴⁵ PEREIRA, Astrojildo. *Carta a Plínio Mello*. Rio de Janeiro, 14/12/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

¹⁴⁶ BRANDÃO, O. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. P. 38.

¹⁴⁷ Idem.

podiam até ter dificuldades em receber auxílio do Comitê Central em razão da grande distância geográfica, mas que em contrapartida, os quadros formados na região tendiam a permanecer no local. Assim, se em outros lugares, como Santos e Recife o PCB conseguia consolidar lideranças de longo prazo no movimento (pensemos em João Freire de Oliveira em Santos e Cristiano Cordeiro em Recife), São Paulo servia como uma constante reserva de quadros para o Rio de Janeiro.

São exemplos de quadros removidos de São Paulo para o Rio de Janeiro João Jorge da Costa Pimenta e Mario Grazzini. João da Costa Pimenta foi fundador do PCB líder dos gráficos paulistanos desde pelo menos o II Congresso Operário Brasileiro em 1913 e organizador da greve vitoriosa dos gráficos em 1923. Pimenta, que já havia sido chamado pelos anarquistas de “o motor da máquina comunista em São Paulo”¹⁴⁸ fora chamado para o Rio de Janeiro em 1925 para ser lançado candidato pelo Bloco Operário. Mario Grazzini, que se tornou líder gráfico em São Paulo no lugar de Pimenta, logo foi também convocado pelo Comitê Central para atuar no Rio de Janeiro, o que levantou protesto por parte de Everardo Dias.

É o diabo – esta falta de elementos entre nós. Vocês dispõem de gente em quantidade e ainda nos foram tirar Gr[azini]. Vocês são insaciáveis. S. Paulo precisava de mais gente que a que vocês têm no Rio e, no entanto, além de meia dúzia, ainda vocês nos reduzem a cinco.. E S. Paulo valeria, trabalhando, o dobro do Rio, para a causa¹⁴⁹.

É preciso ponderar na análise da situação, da comunicação entre CC e CR-SP, a dificuldade material do transporte entre as duas regiões. Astrojildo Pereira chega a admitir em relatório para o Comitê Executivo da Internacional Comunista que era muito mais fácil organizar o Partido no Rio de Janeiro, justamente porque a distância para os outros importantes centros do Brasil era muito grande, dificultando o trabalho da direção em exercer seu papel e auxiliar o crescimento do Partido nesses locais.

Paralelamente ao trabalho propriamente de preparação doutrinária dos militantes, a CCE procurou sistematizar a obra de propaganda geral entre o proletariado, recrutando aderentes e organizando centros. No Rio, sede da CCE, cidade de mais numeroso proletariado, essa obra se apresenta naturalmente menos difícil, organizando-se desde logo 3 centros, além de Niterói (cidade situada em frente ao Rio, do outro lado da baía, a meia hora de distância). Para se avaliar as dificuldades de ligação entre a CCE e os Centros dos estados – dificuldade, pois, para a organização de um Partido centralizado num país de extensão territorial e população como o Brasil – basta considerar as seguintes distâncias, a partir do Rio: para São Paulo e Santos 12 e 15 horas de viagem, por estrada de ferro ou por mar; para Juiz de Fora (Minas), 6 horas de trem; para Recife e Porto Alegre, 6 dias por mar. As passagens são caríssimas, além de tudo. Nestas condições, impossível tem sido à CCE – e

¹⁴⁸ Resposta a O Internacional. *A Plebe*. São Paulo. 10/05/1924. P. 2. (Arquivo Edgar Leuenroth).

¹⁴⁹ DIAS, Everardo. *Carta a Gildo*. São Paulo, 16/08/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

continuará a sê-lo não sabemos ainda por quanto tempo – manter delegados em excursões de propaganda, orientação e fiscalização dos centros, trabalho esse que reputamos capital para o desenvolvimento de um partido homogêneo e centralizado. Acrescentamos, neste rol de dificuldades técnicas, que a própria correspondência postal é frequentemente violada pelas autoridades...¹⁵⁰

As palavras do relatório de Astrojildo corroboram nossa afirmação de que São Paulo era, para o CC do PCB, devido a suas prioridades políticas de construção do PCB, um lugar longe demais para conseguir maiores recursos da direção, mas estava perto o suficiente para que recursos fossem retirados dali em favor da construção do Partido no Rio de Janeiro.

Assim, com tudo que foi exposto, os elementos fundamentais que construíram a dinâmica de relação entre a direção nacional do PCB no Rio de Janeiro e os comunistas de São Paulo nos parecem dados: desde sua fundação e, por pelo menos sua primeira década de vida, o centro forte e, por decorrência, foco do PCB era o estado do Rio de Janeiro, principalmente a cidade capital da República, local em que estava o Comitê Central do Partido, e Niterói. As barreiras impostas pela distância, dificuldade de transporte (de correspondência e pessoas) e baixos recursos financeiros impediam o PCB de ter uma forte ligação com as direções estaduais do Partido, parcamente auxiliadas pelo Comitê Central.

Enquanto as regiões mais distantes como Pernambuco ou Rio Grande do Sul conseguiam em suas capitais desenvolver quadros partidários, a região de São Paulo, por estar perto demais do Rio de Janeiro, acabava por servir de reservatório de recursos para fortalecer ainda mais o PCB na capital da República. O desamparo do PCB em São Paulo por parte de seu Comitê Central somado ao envio dos melhores quadros da região para o Rio de Janeiro geravam sérios problemas para o crescimento quantitativo e qualitativo do Partido na cidade; a falta de recursos financeiros, de militantes experientes, de materiais para propaganda, finanças e formação acarretava nos militantes uma arrastada situação de marasmo e apatia que, por sua vez, desaguava em conflitos internos e indisciplina quanto as diretivas partidárias.

A situação configurava-se como um ciclo vicioso na medida em que a difícil relação de São Paulo com o Comitê Central impunha sérias dificuldades para o crescimento do Partido na região e, essas dificuldades pioravam a relação com a direção nacional do Partido que sempre via nos comunistas paulistanos pouco mais do que

¹⁵⁰ PEREIRA, Astrojildo. *Relatório geral sobre as condições econômicas, políticas e sociais e a atuação do PC brasileiro ao Comitê Executivo da IC*. Rio de Janeiro, 01/10/1923. P. 179. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

demonstrações sistemáticas de incapacidade militante, desvios de centralismo, indisciplina partidária e fraqueza teórica e ideológica. Do lado dos comunistas paulistanos, as consequências não poderiam ser outras do que, além do conflito entre eles mesmos, o quase silencioso, mas crescente descontentamento com a direção do Partido.

2.4. À Conquista de São Paulo! A Reorientação do Movimento Comunista Internacional e sua implicação para a militância do PCB em São Paulo.

O III Congresso Nacional do PCB reuniu-se no sobrado de uma chácara em Niterói entre os dias 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929. Contou com a participação de 25 membros votantes e 6 não votantes, totalizando 31 participantes. 10 deles eram pertencentes ao CC, 13 delegados de seis organizações regionais (entre os quais estavam representando São Paulo Plínio Mello, Aristides Lobo e Everardo Dias¹⁵¹), e dois representantes da Juventude Comunista¹⁵². Além dos delegados de São Paulo, também estavam presentes delegados das regiões de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Distrito Federal. Contava com a presença de três delegados sem direito a voto e de três ouvintes que assistiram os trabalhos. Das pessoas presentes, dezesseis eram operários, seis eram empregados do comércio, seis intelectuais e três “diversos”, segundo categorização de Astrojildo Pereira¹⁵³.

Discutiremos pormenorizadamente as teses de estratégia e tática da Revolução Brasileira resolvidas no III Congresso do PCB no terceiro capítulo de nossa tese. Neste ponto, pretendemos apenas discorrer sobre as deliberações do III Congresso e outras importantes reuniões do movimento comunista internacional que tiveram consequências diretas e indiretas na atuação dos comunistas paulistas e a construção do PCB no estado de São Paulo de maneira geral, e na capital paulista de maneira específica.

Aqui, nosso objetivo é mostrar como a partir do III Congresso uma série de resoluções do PCB, da IC e de seu secretariado sul-americano trataram de reorientar o Partido a concentrar esforços em sua construção na cidade de São Paulo, ainda que paulatinamente e algumas vezes forçado pela conjuntura, principalmente pelo aumento da repressão policial no Rio de Janeiro. Concomitantemente, esperamos que se note em nossa exposição como a direção do PCB responsabilizou os comunistas de São Paulo pela fraqueza do Partido na região, enquanto a IC e o SSA-IC, com respaldo mesmo de alguns

¹⁵¹ Idem. p. 72.

¹⁵² DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 304.

¹⁵³ PEREIRA, A. *A Formação do PCB*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. 137.

comunistas paulistas, trataram de imputar o insuficiente desenvolvimento do movimento comunista na cidade de São Paulo à direção nacional do Partido, exigindo dela atitudes práticas para superar o problema.

Em meio ao balanço das atividades do PCB no último período, o III Congresso condenou veementemente o apoio que o BOC-SP deu ao Partido Democrático nas eleições de fevereiro de 1928 e declarou que “estes desvios mostram que a organização local do PCB não tinha a necessária eficiência ideológica e orgânica para opor uma barreira a esses desvios”¹⁵⁴.

O caso de São Paulo prossegue no último item discutido no Congresso, denominado “À Conquista de S. Paulo”. A primeira declaração do III Congresso a respeito é que ele considera que “a atividade do Partido Comunista em São Paulo tem sido, até hoje, insuficientíssima em seus resultados, de forma alguma correspondendo à preponderância econômica e política que aquele Estado exerce no Brasil”¹⁵⁵. Dessa forma, o Congresso determina que

é preciso, é imprescindível, é urgente que o Partido penetre mais fundo em São Paulo no sentido de conquistar à influência comunista as massas trabalhadoras das cidades industriais e das fazendas agrícolas, as quais, pela exploração e opressão em que vivem e bem assim pela concentração do trabalho tanto urbano como rural; oferecem as melhores perspectivas revolucionárias ao Partido¹⁵⁶.

Assim, o III Congresso determinou que seria preciso fazer um estudo aprofundado da situação de São Paulo, formulando em seguida uma série de diretivas práticas para o trabalho do Partido na região e que deveriam ser levadas para a próxima Conferência Regional.

Também foi deliberado que o Comitê Regional de São Paulo deveria levar a cabo a tarefa de reforçar a base orgânica e ideológica do Partido com a exigência da mais rigorosa disciplina em suas fileiras, maior educação teórica dos membros e o mais intenso recrutamento de novos militantes para o que deveriam ser lançadas as palavras de ordem no sentido de conquistar as grandes fabricas e oficinas de São Paulo, bem como as fazendas de café no interior. O trabalho do BOC-SP também deveria ser intensificado.

O PCB-SP ficou incumbido de fundar a Federação Sindical Regional de São Paulo (FSR-SP) e filiá-la na CGTB nacional, bem como criar uma Liga Anti-imperialista, uma

¹⁵⁴ PCB. *Teses e Resoluções do III Congresso*. Rio de Janeiro, 1928-1929. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM)

¹⁵⁵ Idem. p. 28.

¹⁵⁶ Idem.

Liga Anti-fascista, o Socorro Proletário e formar sociedades esportivas e culturais objetivando ampliar a influência ideológica, política e orgânica do Partido¹⁵⁷.

Neste Congresso foi eleito um novo Comitê Central. Entraram para o CCE o gráfico Mário Grazini, o metalúrgico José Casini, o padeiro José Caetano Machado, o médico Fernando de Lacerda e o estudante de medicina Leôncio Basbaum.

Contudo, não demorou muito para que o PCB sofresse um revés na Paulicéia. Em fevereiro de 1929 Plínio Mello é enviado pelo CCE ao Rio Grande do Sul, seu estado natal, para reorganizar o Partido e se candidatar pelo BOC às eleições da Assembleia de Representantes do Estado, que ocorreria no dia 03 de março do mesmo ano. No mesmo mês eclode na cidade uma greve de trabalhadores gráficos que durou 72 dias e exigiu a completa mobilização de militantes do Partido. Pela importância e intensidade da greve, o PCB viu-se obrigado a mobilizar militantes de todo país para ajudá-la, de maneira que foram enviados para lá comunistas do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e comunistas argentinos foram designados pelo Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista (SSA-IC) para trabalhar no desenvolvimento da greve. Esta greve se tornou o acontecimento de maior vulto que os comunistas paulistanos estiveram envolvidos na década de 1920 e recebeu a seguinte avaliação de Astrojildo Pereira:

Toda a burguesia e o seu aparelho estatal concentraram as forças para combater e esmagar o movimento; todo o proletariado, por sua vez, ocorreu em ajuda aos companheiros em greve. A organização, a disciplina, a resistência dos grevistas foram admiráveis. O trabalho de agitação e de ajuda monetária ao movimento, realizado pelos organismos sindicais, sob direção do Partido, foi em conjunto igualmente admirável. O papel da juventude e das mulheres, de primeira ordem. Por tudo isso, a greve de S. Paulo foi uma luta que se desenvolveu num plano superior de batalha em comparação com as lutas do passado¹⁵⁸.

A greve foi parcialmente vitoriosa, obtendo conquistas econômicas como aumento salarial e cumprimento da lei de férias pelos patrões, mas não conseguiu vitórias políticas como o reconhecimento da UTG como órgão oficial de representação dos trabalhadores gráficos para mediar questões trabalhistas. Contudo, terminado o movimento, apenas um número diminuto de militantes de outras localidades permaneceu em São Paulo para construir o PCB. Após o movimento dos trabalhadores gráficos, a repressão policial aumentou significativamente, tanto na cidade de São Paulo como no Rio de Janeiro e persistiu até pelo menos a Revolução de 1930.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ LEDO, Américo [pseudônimo de Astrojildo Pereira]. *Carta à Saulo* [Paulo de Lacerda]. Moscou, 08/08/1929. (Coleção Internacional Comunista – AEL)

Além do aumento da repressão policial em resposta ao crescimento de movimentos grevistas no Brasil, o ano de 1929 também foi marcado por uma alteração tática no movimento comunista internacional. Este período é registrado pela historiografia do PCB principalmente pelas consequências mais gerais de mudanças no movimento comunista brasileiro, como as duras críticas feitas ao grupo dirigente da década de 1920 e sua subsequente dissolução, levando o partido ao sectarismo obreirista. Pouco foi notado que este também foi o momento em que a situação do PCB em São Paulo foi seriamente questionada pelo movimento comunista internacional e em pouco tempo tornou-se uma diretiva da Internacional Comunista e do Secretariado Sul-Americano o fim da concentração das forças do Partido no Rio de Janeiro em prol de seu desenvolvimento em outras importantes capitais do país, principalmente as cidades de São Paulo e Recife.

Esses importantes eventos são o VI Congresso da Internacional Comunista, o X Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista, a I Conferência Comunista Latino-Americana, o III Pleno do Comitê Central do PCB e o Pleno Ampliado do Secretariado Sul-Americano, acontecidos durante os anos de 1929 a 1931. A totalidade dessas reuniões marcou, no plano geral, o abandono prático da política de frente única com a socialdemocracia em defesa de interesses comuns da classe operária em favor da então chamada política de “classe contra classe”, ou também teoria do “terceiro período”. Principalmente este último foi decisivo na medida em que implicava a concentração das atividades dos partidos comunistas nas fábricas das grandes empresas internacionais, concentradas nas cidades mais industrializadas dos países latino-americanos.

A análise presente principalmente no VI Congresso e no X Pleno do CE-IC de que o capitalismo avançava a exploração da força de trabalho proletária por meio da implantação massiva da “produção científica” nas grandes empresas imperialistas demandava que os Partidos Comunistas buscassem criar células nestas grandes empresas, o que foi crucial para que fosse exigido do PCB daí em diante uma maior inserção entre a classe operária da maior cidade industrial do Brasil naquele momento. Nesse sentido, dizia o VI Congresso da IC sobre as tarefas do movimento comunista na América Latina

O pressuposto fundamental para o êxito do conjunto do movimento revolucionário nestes países consiste no fortalecimento ideológico e organizativo dos partidos comunistas e em seu contato com as massas trabalhadoras e as organizações de massas. Os partidos comunistas devem lutar infatigavelmente para organizar os operários industriais, especialmente os operários das grandes fábricas que pertencem aos imperialistas, em sindicatos

classistas; elevar seu nível político e sua consciência de classe e extirpar as ideologias reformistas, anarco-sindicalistas e gremialistas¹⁵⁹ [tradução nossa].

O X Pleno do CE-IC criticou as teses de Bukhárin, marcando seu ocaso político na Internacional Comunista. O “terceiro período”, inicialmente definido por Bukharin como de edificação capitalista com avanço da trustificação e de uma nova revolução da técnica passou a designar mais especificamente a radicalização revolucionária da classe operária diante da crise social e econômica dos países capitalistas, o que levaria, em breve, o desencadeamento de uma nova guerra mundial de caráter antissoviético.

Nos termos da luta pela nova partilha do mundo entre os países imperialistas, a disputa entre Estados Unidos e Inglaterra, bem como as revoluções de libertação nacional nas colônias eram apontadas como razões tendentes a uma nova guerra mundial. Porém, a principal contradição que indicava esse caminho, superando as anteriores, seria a oposição entre o mundo capitalista, liderado cada vez mais pelos EUA, contra o país do proletariado mundial, isto é, a União Soviética.

A socialdemocracia, vista como principal responsável pelo adormecimento da consciência da classe operária, foi colocada como inimigo principal do movimento comunista. Na análise de conjuntura, foi dada grande ênfase nas contradições internas aos países capitalistas, provenientes do avanço das técnicas de produção

As tentativas da burguesia para estabelecer nos principais países capitalistas a “paz industrial” tem sido estéreis. O problema dos mercados se coloca com cada vez maior nitidez. Este problema se agrava, não somente pelo fato do crescimento do aparato de produção, mas também por causa dos elevados preços estabelecidos pelos cartéis monopolistas, pelas barreiras aduaneiras, pelo empobrecimento das massas da população, pelo desenvolvimento industrial dos países economicamente atrasados, pela instabilidade geral da situação das colônias etc. Os esforços da burguesia para sair desta contradição fundamental por meio da racionalização capitalista em grande escala, se mostraram vãos. A racionalização agrava cada vez mais as contradições. Ao aumentar as capacidades do aparato produtivo, ao separar milhões de operários do processo de produção, ao agravar ainda mais a competição no mercado mundial, a racionalização capitalista conduz ao agravamento dos conflitos sociais¹⁶⁰.

Assim, a análise das contradições do capitalismo em sua fase monopolista fazia com que fosse fundamental para a “bolchevização” e “proletarização” dos partidos comunistas a inserção nas grandes empresas capitalistas e o recrutamento de operários destas empresas, bem como conquistar a direção dos sindicatos dos trabalhadores destas

¹⁵⁹ Internacional Comunista. *VI Congreso de la internacional comunista: tesis, manifestos y resoluciones*. Edições Pasado y Presente, 1977. P. 239.

¹⁶⁰ CE-IC. Tesis del X Plénium del CE de la Internacional Comunista sobre la situación internacional y las tareas inmediatas de la IC. *La Correspondência Sudamericana*. . 2º ÉPOCA. Nº 19. BUENOS AIRES, 15/10/1929. P. 5.

categorias e direcioná-los segundo os objetivos da revolução. De tal sorte, as resoluções da direção internacional do movimento comunistas forçavam cada vez mais o foco dos partidos comunistas nacionais nas grandes cidades industriais e a “conquista de São Paulo” tornava-se logicamente uma tarefa imediata e necessária para o PCB.

A I Conferência Comunista da América Latina ocorrida entre 01 e 12 de junho de 1929 tratou de aplicar as diretivas do IV Congresso da IC em nosso continente. Na ocasião, o PCB começou a sofrer uma série de críticas que no prazo de um ano iriam condenar a linha política que o Partido estava levando até aquele momento. Entre essas críticas, compareceu a incapacidade de os comunistas transformarem a greve dos gráficos de São Paulo de greve econômica em greve política e estendê-la para outras categorias do proletariado, rumando para uma greve geral¹⁶¹. A crítica é mais bem detalhada no mês seguinte a Conferência em carta do SSA-IC para a direção do PCB, em que comparece explicitamente a problema da situação do Partido na capital paulista, responsabilizando-o pelos limites em que a greve chegou

A segunda insuficiência do Partido é a ausência quase completa de sua propaganda, como tal, entre as massas. Uma ausência cristalizada e “justificada” pela fórmula: “Em São Paulo há grevistas, não comunistas”. A debilidade numérica de nosso Partido em São Paulo não pode justificar uma tal política; pelo contrário, é justamente por isso que os companheiros de São Paulo devem, por um trabalho valoroso, consolidar ali a influência e a organização do Partido¹⁶².

Em setembro deste mesmo ano, *La Correspondencia Sudamericana*, órgão de comunicação oficial do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista, publicou a *Carta Aberta aos Partidos Comunistas da América Latina sobre os perigos de direita*, solidificando por escrito as mudanças de rumo na tática do movimento comunista mundial e as implicações que deviam ter nos partidos latino-americanos.

A *Carta* do SSA-IC aos partidos comunistas latino-americanos inicia-se exigindo uma melhor discussão das decisões e da linha política fixada pelo VI Congresso da IC, cuja essência seria a teoria do “terceiro período”, assim definida no documento:

- 1º - Continuação da racionalização capitalista, aumento da produção, que cresce em muitos países e, simultaneamente, construção acelerada do socialismo na União Soviética;
- 2º - Agravção enorme das contradições capitalistas e do perigo da guerra;
- 3º - Agravção formidável da luta de classes e recrudescimento do movimento revolucionário anti-imperialista;

¹⁶¹ SSA-IC. El Movimiento Revolucionario Latino Americano: Versiones de la Primeira Conferência Comunista Latino Americana. *La Correspondencia Sudamericana*. Buenos Aires, 1929. P. 97.

¹⁶² Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista. *Carta n° 218: Ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil*. Buenos Aires, 07/1929. P. 4. (Acervo Internacional Comunista - AEL).

Em suma, o “terceiro período” é o período do surgimento internacional da luta revolucionária e da agravação inusitada dos perigos de guerras imperialistas¹⁶³.

Seria uma consequência do “terceiro período” o fortalecimento dos elementos capitalistas e a ampliação e aprofundamento das contradições de classe, acarretando “uma transformação mais rápida dos partidos socialistas e reformistas em instrumentos diretos da reação capitalista mais brutal e sua incorporação direta ao aparelho de Estado burguês”¹⁶⁴. Os partidos socialdemocratas, desta maneira, teriam deixado de ser (como havia definido Lênin) apenas traidores e ala esquerda da dominação burguesa. Mais do que isso, agora eles se transmutaram em auxiliares do fascismo, tornavam-se “social-fascistas”¹⁶⁵. O novo contexto exigiria dos partidos comunistas uma nova tática na luta das massas, a “luta pela direção dos movimentos da classe, apesar e contra os chefes reformistas”, descartando toda possibilidade de apoio a socialistas de esquerda, não apenas rompendo com eles, mas também denunciando-os como inimigos do proletariado.

A *Carta* declara que a mudança de tática iria encontrar resistência dentro das fileiras dos partidos comunistas por parte daqueles militantes com uma consciência que alimenta vestígios socialdemocratas e reformistas. Estes elementos, por meio da subestimação da luta contra o oportunismo, seriam responsáveis por deixar o movimento comunista a reboque da iniciativa revolucionária das massas, jogar os partidos comunistas na apatia perante o crescimento do poder repressor dos Estados capitalistas, configurando assim um “perigo de direita” no interior dos partidos comunistas.

Ainda segundo o SSA-IC, a primeira particularidade do contexto do “terceiro período” na América Latina seria que, o papel dos socialdemocratas é desempenhado pelos partidos democráticos e nacional-reformistas, que conseguiam crescer na medida em que os comunistas latino-americanos superestimavam a capacidade revolucionária da burguesia e da pequena-burguesia, aliavam-se com os partidos pequeno-burgueses e se mostravam incapazes de criar uma tática própria.

¹⁶³ Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista. Carta Aberta aos Partidos Comunistas da América Latina sobre os perigos de direita. *La Revista Sudamericana*. Segunda Época, Nº 18, 20/09/1929. P. 1

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Em número anterior de *La Revista Sudamericana* o SSA-IC já havia publicado um texto denunciando a postura do governo socialdemocrata alemão durante o 1º de Maio de 1929. Depois de proibir as manifestações operárias tradicionais da data, os socialdemocratas reprimiram violentamente as organizações operárias que saíram às ruas para se manifestar, incluso o Partido Comunista da Alemanha. Segundo o SSA-IC, a polícia comandada pelo governo socialdemocrata lavou as ruas de Berlim com sangue operário, servindo-se de “metralhadoras, carros blindados, bombas de mão, aviões de guerra”, de tal forma que “os socialdemocratas evidenciaram, uma vez mais, que são essencialmente fascistas”. Cf. *Os Crimes da Socialdemocracia Alemã*. *La Revista Sudamericana*. Segunda Época, Nº 11, 05/05/1929. P. 6.

As orientações para combater o perigo de direita nos partidos comunistas, diz a *Carta*, era o estudo sistemático das resoluções do VI Congresso e do X Pleno da IC, uma reeducação internacionalista dos partidos comunistas com base no I Congresso Comunista Latino Americano, analisar a situação de cada país segundo as resoluções destes congressos e conferências e depuração dos elementos oportunistas de dentro das fileiras dos partidos comunistas concomitantemente a um combate ideológico contra eles.

Para cumprir as diretrizes das reuniões internacionais mencionadas, o PCB convocou o III Pleno do Comitê Central para o final de outubro de 1929. Nesse encontro, foram realizadas diversas autocríticas e aceitas todas as críticas recebidas pela IC e pelo SSA-IC. Reconheceu-se o oportunismo parlamentar de Octávio Brandão e Minervino de Oliveira na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a passividade do Partido diante da repressão policial e a necessidade de convocar manifestações constantes pelo direito de se expressar. Além disso, foram expulsos os membros da célula de imprensa por "desvio de direita", caracterizado pelo corporativismo e reformismo, especialmente pela ideia de que a repressão policial ao movimento operário se devia ao "exibicionismo revolucionário" do PCB, e que, portanto, o Partido deveria adotar uma postura mais discreta.

Assim, foi resolvido concentrar as forças partidárias em uma política autônoma e independente, o que significava o fim das tentativas de aliança com Luiz Carlos Prestes e políticos reformistas simpatizantes do movimento operário como Azevedo Lima e Maurício de Lacerda. Outras diretivas aprovadas seriam a ampliação do partido nas células de indústrias estratégicas, o lançamento de uma candidatura própria à presidência da República nas eleições de 1930, a intensificação do trabalho antimilitar e uma ligação mais estreita com o Secretariado Sul-Americano¹⁶⁶.

Dentre todas as autocríticas feitas pelo PCB nesta ocasião, destacamos a que diz respeito à greve dos gráficos de São Paulo. O Partido acatou também as críticas que o SSA-IC e a IC haviam feito sobre a condução equivocada da greve informando que o III Pleno do CC do PCB “estudou e criticou os erros cometidos na greve de São Paulo –

¹⁶⁶ Além do III Pleno, a edição de número 8 da revista de debate interno, *Autocrítica*, foi dedicado plenamente à mudança de linha do Partido, dedicando seus principais textos para essa tarefa. Inclui aí o texto trazendo críticas recebidas e as novas posições do Partido, *A Situação Política Nacional e Internacional e as Tarefas do PCB*; o texto salientando a necessidade de o PCB lançar um candidato próprio nas eleições presidenciais de 1930, cessando assim as negociações com Luiz Carlos Prestes, *A Sucessão Presidencial e as Próximas Eleições* e o texto que anunciava a depuração da célula 4-R, *Contra os desvios de direita*. O número 8 de *Autocrítica* ainda reproduzia a “*Carta Aberta*” da SSA-IC aos PCs da América Latina

restrição da greve e limitação somente ao campo puramente sindical – que não permitiram a ampliação do movimento para uma greve de caráter político”. Mas, ao dizer que foi sintomático desse erro que a greve teve repercussão nacional e internacional, mas não era conhecida na própria cidade de São Paulo, o CC atribuiu a responsabilidade pelos mencionados erros do Partido no CR-SP que esteve preocupado em manter a greve na mais absoluta ilegalidade, fazendo com que as massas operárias de São Paulo não tomassem conhecimento da greve, limitando-a, em vez de ampliá-la¹⁶⁷.

A este respeito, o Pleno do CC não tomou nenhuma atitude de medida disciplinar contra os comunistas de São Paulo, apenas resolvendo que todos os organismos de base do Partido deveriam estudar pormenorizadamente a greve dos gráficos paulistanos (coisa que Astrojildo Pereira já havia mencionado em carta para Paulo de Lacerda) a fim de aprender com seus acertos e não repetir os erros.

A resolução do III Pleno sobre a greve dos gráficos e sua crítica ao CR-SP pode fazer parte da tentativa que o Comitê Central fazia de se resguardar para evitar um processo muito violento e destrutivo de depuração partidária, bem como uma quebra de continuidade da linha política até então adotada, em um momento que era acuado por severas críticas das instâncias diretivas internacionais do movimento comunista. Porém, não deixou de, na prática, dar continuidade à política de subestimação e isolamento da construção do Partido na cidade de São Paulo. Certamente, a crítica dirigida a um CR que já se sentia desassistido pela direção nacional partidária elevou os ânimos dos dirigentes estaduais, como veremos a frente com o caso de Plínio Mello.

Entretanto, as considerações feitas aos informes dos delegados do PCB no VI Congresso pelos representantes da Internacional Comunista, bem como a série de reuniões feitas entre eles em Moscou demonstram que os informes brasileiros não satisfaziam e mesmo preocupavam os principais dirigentes do movimento comunista internacional. Os questionamentos se davam nos mais variados assuntos: a experiência do Bloco Operário e Camponês, a análise que o PCB fazia da revolução brasileira e suas forças motrizes, a relação com Luiz Carlos Prestes, o problema das raças no Brasil, entre outros. Também na I Conferência Comunista Latino Americana os delegados brasileiros tiveram seus informes questionados, sobretudo quanto a questão racial. O delegado do Partido Comunista da Venezuela chegou a afirmar que “os companheiros do Brasil no VI

¹⁶⁷ O III Pleno do CC do PCB. *La Correspondencia Sudamericana*. Nº 21. Buenos Aires, 20/11/1929. Pp. 23 – 25.

Congresso da IC negaram categoricamente a existência do problema das raças no país que representavam. Agora vemos que existe e é sério”¹⁶⁸.

No último dia da Conferência, 12 de junho, e no dia 15 do mesmo mês, os dirigentes do Secretariado Sul-Americano, Víctor Codovilla, Egidio Gennari, Zajari Rabinovich e Jules Humbert-Droz reuniram-se com os delegados do PCB, Mario Grazini, José Casini, Leôncio Basbaum e João Jorge da Costa Pimenta para debater o problema da tática e, de modo geral, a “questão brasileira”. Dentre as várias críticas feitas ao PCB nesta conversa, as principais seriam o reboquismo do PCB em relação à Coluna Prestes e ao próprio Luiz Carlos Prestes. O SSA-IC considerou inaceitável o PCB esperar uma resposta do Capitão tenentista para lançar uma candidatura a Presidente da República e recomendou que o Partido lançasse um candidato próprio. Também o Bloco Operário e Camponês é ferrenhamente criticado por desvios oportunistas, sendo o principal deles a relação com líderes reformistas como Maurício de Lacerda e um possível desaparecimento do PCB para as massas proletárias, escondido por detrás do BOC¹⁶⁹.

Em Moscou, em fins de novembro – ou seja, depois do VI Congresso da IC e da I Conferência Comunista Latino-Americana – o Comitê Executivo da Internacional deliberou estudar a situação brasileira valendo-se da presença do próprio secretário-geral do Partido e de outros representantes: Heitor Ferreira Lima, Russildo Magalhães e Lunin (pseudônimo de Carlos Augusto da Silva). As sessões foram presididas pelo então secretário-geral da IC, Dimitri Manuïlski, com a presença de Stepanov, Vassiliev, August Guralski e Ruggiero Greco¹⁷⁰.

Depois de ouvir novos relatos dos comunistas brasileiros sobre as elaborações políticas do PCB, os citados representantes da IC teceram críticas contundentes. Possivelmente, o resumo mais dramático e expressivo de como a delegação do PCB recebeu essas críticas nos foi dado por Heitor Ferreira Lima:

Fomos acusados de orientar toda a tática e estratégia do PCB na espera da “terceira revolta”, colocando-nos desse modo a reboque da pequena-burguesia; de menosprezarmos as reivindicações específicas do proletariado; de abandonarmos a questão camponesa, esquecendo a reforma agrária e a aliança dos operários com os trabalhadores dos campos; de escondermos o Partido atrás do Bloco Operário e Camponês; de não cuidarmos devidamente da

¹⁶⁸ SSA-IC. El Movimiento Revolucionario Latino Americano: Versiones de la Primeira Conferência Comunista Latino Americana. *La Correspondencia Sudamericana*. Buenos Aires, 1929. P. 301.

¹⁶⁹ Conversa com os delegados brasileiros sobre o problema da tática. In *La Internacional Comunista em América Latina: En Documentos del Archivo de Moscú*. Moscú-Santiago del Chile: Ariadna Ediciones, 2018. Pp. 648 – 658.

¹⁷⁰ As conversas dos representantes do PCB com os dirigentes da IC encontram-se disponíveis nos arquivos da Internacional Comunistas tanto no Arquivo Edgard Leuenroth quanto no CEDEM – Unesp.

formação de um PCB independente, à altura das necessidades nacionais; de não nos preocuparmos com os problemas dos negros e dos índios, enfim de adotarmos uma política pequeno-burguesa, contrária ao leninismo e às recomendações da IC. Em resumo: fomos totalmente arrasados na ideologia e na ação prática que seguíamos.

Tal contestação, em forma tão severa, nos deixou, a nós brasileiros, perplexos, atônitos, quase aniquilados, pois eram esforços, trabalhos e sacrifícios de tantos anos que víamos desmoronar irremediavelmente, ante nosso espanto e inconsciência, como se o mundo viesse abaixo. Foi uma espécie de desilusão. Não podíamos deixar de reconhecer, porém que naquela análise aguda e forte havia muito de verdadeiro, embora contivesse também muito exagero e, além disso, ser feita sem contemplação alguma pelas nossas boas intenções e pelo lado bom do trabalho até então realizado. Era uma crítica insólita, um tanto parcial, tornando-nos um pouco confusos, num entrechoque violento de ideias, que escaldavam nossas cabeças¹⁷¹.

Astrojildo Pereira voltou para o Brasil ainda durante as conversas entre a IC e os representantes do PCB, tratando de colocar em prática as novas diretivas, ou seja, de iniciar o processo que foi então chamado de “proletarização”, ou ainda, “bolchevização” do PCB. O Secretariado Político da Internacional Comunista escreveu um documento, fruto da avaliação crítica que fez das posições de sua Sessão Brasileira, com a finalidade de alinhar o PCB à sua política estabelecida pelo seu X Pleno. O documento, finalizado em fevereiro de 1930, foi publicado no jornal do PCB, *A Classe Operária*, em 17 de abril do mesmo ano. Intitulado *Resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira*, o documento ratificava as críticas já feitas ao PCB nas conversas com o SSA-IC e com a CE da IC e direcionava o Partido a usar todas as suas energias em tornar-se a força hegemônica da revolta popular que se aproximava, transformando-a em revolução social. A hegemonia do PCB seria a garantia da hegemonia proletária no processo da revolução brasileira que era avaliada como “democrático-burguês”.

Uma das atitudes necessárias para tanto, era que o PCB deixasse de esconder-se atrás do BOC e passasse a atuar como Partido independente, o que colocava em curso o fim de grande parte das alianças construídas pelos comunistas brasileiros até aquele momento. Conjuntamente a essa ruptura com as forças políticas chamadas “oportunistas” e “pequeno-burguesas”, é reforçado a exigência para que o Partido passasse por um processo de depuração em suas próprias fileiras. Dito de maneira literal,

O Partido deve depurar resolutamente os quadros dirigentes de todos os elementos liquidacionistas, oportunistas de direita, que se arrastam a reboque da massa e escolher a composição dos órgãos dirigentes de modo a assegurar a realização e firme da política proletária revolucionária¹⁷².

¹⁷¹ LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos: Memórias de Militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982. P. 104.

¹⁷² Secretariado Político da Internacional Comunista. *Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira. A Classe Operária*. Rio de Janeiro. Nº 89, 17/04/1930. P. 3. (ASMOB –CEDEM).

Seriam tarefas imediatas para o PCB neste período a conquista e organização das massas de trabalhadores dos campos, a organização dos operários das grandes empresas imperialistas e uma realização de sério trabalho político entre os trabalhadores imigrantes e das raças oprimidas (negros e indígenas).

O processo de críticas da Internacional Comunista ao PCB continuou e teve seu desfecho no Pleno Ampliado do SSA-IC, ocorrida em Buenos Aires entre abril e maio de 1930. A reunião foi presidida por August Guralsky e estavam presentes como delegados do PCB Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, além do ex-dirigente do CR-SP: Plínio Mello, que foi transferido pelo CC do PCB de São Paulo para o Rio Grande do Sul (seu estado natal) para reorganizar o Partido que havia passado por grave crise na região e sair candidato pelo BOC.

O Pleno Ampliado da SSA-IC foi marcado pelas críticas condenatórias à Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, principalmente este último, acusado de menchevista por ser o principal teórico do reboquismo dos comunistas à pequena-burguesia. A autocrítica prestada na mesma ocasião pelos dois dirigentes do PCB garantiu a continuidade deles como militantes no Partido, mas não conseguiu evitar o derradeiro encerramento da trajetória de ambos como principais dirigentes do movimento comunista no Brasil. O Pleno teria, assim, dado um passo determinante para o alinhamento do PCB com a política do “terceiro período” preconizada pela IC, sendo a primeira intervenção enérgica e de largas consequências práticas, levada a cabo pelo órgão dirigente internacional em sua sessão brasileira¹⁷³.

Contudo, aqui nos interessa especialmente o informe que Plínio Mello prestou ao Pleno Ampliado, sob o pseudônimo de Pablo Osório. Plínio Mello deixou claro no início de seu informe que iria apresentar uma visão particular dos problemas do movimento comunista brasileiro, e com isso certamente pretendia dizer que divergia dos informes prestados por Brandão e Astrojildo e tinha uma avaliação crítica para fazer sobre a direção do PCB, ainda que não fosse necessariamente a mesma crítica que o SSA-IC fazia naquele exato momento. Nesse sentido, Plinio Mello chegou a admitir que não tinha a autorização

¹⁷³ Nos anos seguintes, o SSA-IC empenhou-se na formação teórica, ideológica e organizativa da militância comunista latino-americana nos moldes da teoria do “terceiro período”. Um dos registros mais interessantes dessa empresa foi a *Revista Comunista*, criada e editada pelo SSA-IC como uma “revista teórica”, objetivava o desenvolvimento e difusão de uma cultura política afinada com o “terceiro período” nos Partidos Comunistas do continente, com especial atenção para o Brasil, Argentina e Chile. Cf. PIEMONTE, Víctor Augusto (2020). Organizar la lucha de masas en tiempos del “tercer período”: la Revista Comunista del Secretariado Sudamericano de la Comintern (1930-1932). Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea, 20, pp. 191-212.

do PCB para participar do Pleno Ampliado do SSA-IC e que prestava seu informe, com sua “opinião pessoal”, apenas porque o próprio SSA o havia solicitado.

Depois de fazer uma longa análise de conjuntura e sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil (que exploraremos em outro momento de nossa tese), Plínio Mello afirmou que, apesar de a crise econômica ter aberto a possibilidade de uma perspectiva revolucionária no Brasil para a ação das massas, o PCB não estava preparado para uma tarefa de tal monta e não houve quem orientasse politicamente as massas, “principalmente em São Paulo”. Em sua análise da crise econômica e social brasileira, Plínio Mello colocou ênfase no papel que o estado de São Paulo cumpria no contexto nacional, abordando a política do café e o conflito entre o Partido Republicano Paulista e a Aliança Liberal. Para Plínio, a crise abria a perspectiva da revolução ou da estabilização temporária da crise. A análise do dirigente comunista do CR-SP foi que “se o Partido, principalmente em São Paulo fosse capaz de colocar-se à frente das massas, levando-as as barricadas [...] desapareceria a perspectiva da estabilização”.

Neste informe prestado ao SSA-IC, Plínio Mello dedicou um tópico especificamente para abordar as debilidades que via no PCB. Avaliou muito mal a linha do II Congresso de 1925 por superestimar a burguesia industrial brasileira e subestimar o imperialismo. Depois, buscou mostrar como o PCB era organicamente débil

[O PCB contava com] 2000 membros mais ou menos, com 80% inativos depois da reação [desencadeada após a greve dos gráficos de São Paulo e as eleições de 1930], concentrados em quatro ou cinco regiões apenas, ou melhor dizendo, em quatro ou cinco capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, etc); falta de ligação com os operários agrícolas e com os camponeses; trabalho sindical débil, corporativista e burocratizado [...] deficiência na ligação permanente e regular, entre as várias instâncias, de maneira a facilitar o controle do trabalho; falta de ligação entre as distintas regionais, para despertar maior emulação de sua atividade; falta de adaptação do aparato do partido à situação de ilegalidade e, enfim, *desinteresse pela “Conquista de São Paulo”*¹⁷⁴.

A crítica de Plínio Mello descreve a dificuldade de comunicação e ligação organizativa entre o CR-SP e o CC que havíamos exposto no subcapítulo anterior, colocando-a sob um panorama de completo desligamento entre a direção nacional do Partido e suas instâncias regionais (os CRs), o que era, sem dúvida, uma forma de reclamar aos dirigentes internacionais do movimento comunistas a morosidade que havia presenciado enquanto dirigente regional na capacidade de o Comitê Central manter contato constante com São Paulo e tomar ações para impulsionar suas atividades. Por

¹⁷⁴ OSÓRIO, Pablo [Plínio Mello]. *Relatório no Plenum Ampliado do SSA-IC*. Buenos Aires, 05/1930. (ASMOB - CEDEM).

último, não é fortuito que Plínio Mello tenha protestado contra a não execução das deliberações do III Congresso quanto a pauta “À Conquista de São Paulo”, que o próprio Astrojildo Pereira havia apresentado para ele como um momento importante para a construção efetiva do Partido na capital paulista.

O “desinteresse pela conquista de São Paulo” é destacado por Plínio Mello como uma das principais e mais graves debilidades do PCB. Lembra que antes mesmo do III Congresso o SSA-IC já havia chamado atenção do PCB para sua debilidade em São Paulo e definido a força e atuação do Partido no local como “um grupo de 15 a 20 camaradas sem ideologia e sem prática de trabalho”, enquanto a cidade era a casa da maior população operária e epicentro da disputa interimperialista no Brasil entre Inglaterra e EUA. Segundo o informe de Mello, tudo que o PCB teria feito depois do III Congresso para resolver o problema teria sido “enviar a São Paulo um camarada instrutor, que, tinha muita pouca coisa de comunista (foi o organizador e dirigente da greve dos gráficos)”.

Certamente, Plínio Mello se refere ao mesmo camarada que anteriormente havia se referido em carta para Astrojildo Pereira como um “camarada batuta no trabalho de organização” e que havia finalmente mostrado a ele que os comunistas de São Paulo não sabiam trabalhar, dando-lhe a perspectiva de que finalmente o PCB avançaria na cidade. Esse camarada, por sua descrição como organizador e dirigente da greve dos gráficos e sabendo que era alguém da direção nacional do PCB provavelmente era João Jorge da Costa Pimenta. O fato de que Pimenta já havia sido importante militante da capital paulista reforça essa possibilidade e Leôncio Basbaum, em suas memórias, menciona que em 1930 “João Pimenta tinha resolvido ir morar em São Paulo, onde tinha família”¹⁷⁵. Não é demais lembrar que João Jorge da Costa Pimenta estava passando por conflito com os demais integrantes da direção nacional do PCB desde 1928 por discordâncias sobre a política sindical do Partido¹⁷⁶, tendo sido juntamente com Joaquim Barbosa um dos líderes da Oposição de Esquerda, e logo estaria fundando, juntamente com o próprio Plínio Mello, a Liga Comunista Lênin, de caráter trotskista.

¹⁷⁵ BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 95.

¹⁷⁶ Pimenta e Joaquim Barbosa teriam sido criticados pelo CC do PCB por desvios corporativistas e então responderam com uma carta crítica à direção comunista e a expansão do debate sobre a questão para as bases do Partido, gerando o primeiro grupo oposicionista dentro do PCB (Cf. KAREPOVS, Dainis. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês*. São Paulo: USP, 2001. P. 359). Em documento assinado por Heitor Ferreira Lima, Russildo Magalhães e outros ao CC do PCB é mencionado que J.J. da Costa Pimenta estaria imprimindo na Cooperativa Gráfica material de propaganda de grupos fascistas sob a alegação de que era a favor da “liberdade de expressão”, mas ao mesmo tempo negava-se a imprimir *A Classe Operária* (Cf. LIMA, Heitor Ferreira; MAGALHÃES, Russildo; SILVA, Carlos Augusto da; BEREZIN, J; MOLAREZ, Jose. *Aos camaradas do Presidium do PCB*. Moscou, 17/01/1930. Arquivos IC – AEL).

Essa situação apenas reforça a tese de que o CC do PCB tratava São Paulo com verdadeiro desdém, pois mesmo quando agiu para auxiliar a região, o fez com um possível objetivo implícito e não declarado de depurar os quadros do Partido no Rio de Janeiro, livrando-se de um quadro problemático. Assim, quando João Jorge da Costa Pimenta destacou-se como líder sindical dos gráficos em 1923, foi tirado de São Paulo pelo CC para construir o Partido no Rio de Janeiro, e quando se mostrou um militante desalinhado com as táticas empregadas pelo Partido, foi enviado de volta para São Paulo. Entrando dentro de um padrão das ações do CC até aquele momento, Pimenta era mais um exemplar de como São Paulo era para o PCB, ao mesmo tempo, um repositório de quadros que se destacavam na região para serem aproveitados no Rio de Janeiro e um depósito de quadros que se mostravam problemáticos em sua atuação, via de regra, na capital carioca. Pouco tempo depois do Pleno Ampliado do SSA-IC, o mesmo destino de João Jorge da Costa Pimenta coube a Astrojildo Pereira e Paulo de Lacerda¹⁷⁷.

Continuando com seu informe, Plínio Mello declarou ter sido delegado de São Paulo no III Congresso do PCB, tendo escrito e entregue para o Comitê Central então composto um informe minucioso da situação paulista e as dificuldades encontradas pelo Partido para constituir-se na região, contendo também uma série de medidas para resolver o problema do PCB na cidade de São Paulo. As propostas de Plínio Mello eram: envio de cinco ou seis militantes do Rio de Janeiro para São Paulo que fossem experientes no trabalho de organização sindical e tivessem laços com os principais ramos da indústria paulistana (tecidos, metalurgia, transportes e bebidas); destacamento de um militante para viajar pelo estado de São Paulo ligando o Partido com a massa trabalhadora e camponesa do interior; a fundação de um jornal partidário próprio para São Paulo.

Plínio Mello ainda se queixou que seu texto, depois de lido, sequer foi discutido. Passou para estudo do Comitê Central e então jamais teve notícias dele, “talvez tenha sido arquivado como documento para a história do PCB”¹⁷⁸. Admite que o PCB estava melhor em São Paulo no momento então presente, mas que o problema do PCB em São Paulo estava longe de ser resolvido, deixando para o SSA-IC duas perguntas que certamente expressavam seu descontentamento com a política que o CC havia levado a cabo para com o Partido em São Paulo durante todo o período em que foi dirigente na região: “A culpa [da debilidade do PCB em São Paulo] seria apenas da região de São Paulo? Não

¹⁷⁷ Paulo de Lacerda teve um destino especialmente trágico. Preso no Rio Grande do Sul, foi violentamente torturado e submetido várias vezes a falsos fuzilamentos, o que o levou a perder a razão.

¹⁷⁸ Ou nem isso, visto que tampouco nós encontramos o mencionado documento para que pudesse servir de fonte para nossa pesquisa.

será que ela cabe em grande parte também ao CC? Precisa se averiguar melhor”. Evidentemente, para Plínio Mello, o Partido continuava subestimando a importância de São Paulo e superestimando o Rio de Janeiro e, em sua perspectiva, isso ocorria porque no fundo o PCB ainda seguia a linha teórica e ideológica do II Congresso, ou seja, a teoria de *Agrarismo e Industrialismo* de Octávio Brandão. Dessa forma, Plínio Mello fazia coro com a direção do SSA-IC e juntava-se ao “corredor polonês” (termo usado por Dainis Karepovs) de críticas pelo qual passou Brandão no Pleno Ampliado.

Já expomos brevemente o resultado que o Pleno Ampliado do SSA-IC teve na direção do PCB e principalmente para Astrojildo e Octávio Brandão. No que diz respeito a Plínio Mello e Aristides Lobo, ambos foram expulsos do PCB, acusados de serem trotskistas e fazer fracionismo. Nesse período, Plínio Mello foi primeiramente para São Paulo objetivando reconstruir o Partido na cidade, mas chegou à conclusão de que a repressão policial na cidade era tão elevada que decidiu militar em Santos. Na cidade litorânea, iniciou discussão com os demais militantes do PCB sobre a nova tática do Partido e do SSA-IC, criando divergência principalmente com João Freire de Oliveira. A principal característica da crítica de Plínio era a defesa da manutenção da aliança com a Coluna Prestes por meio de sua incorporação ao Partido como um aparato técnico-militar. Astrojildo Pereira, ainda como Secretário Geral, viajou do Rio de Janeiro para Santos e convocou uma reunião em que se deu a expulsão de Plínio Mello, devido as já expostas posições defendidas por ele¹⁷⁹.

Mas as colocações de Plínio Mello no Pleno Ampliado do SSA-IC, especificamente sobre as debilidades do PCB na cidade de São Paulo não foram de todo ignoradas. As resoluções do Pleno consolidavam a nova linha política da Internacional Comunista para os países da América Latina e, internamente a ela, a prioridade de fundar células de empresa nas grandes fábricas imperialistas e promover um forte movimento sindical das categorias de trabalhadores das maiores indústrias. Assim, as novas resoluções deixavam implícito o lugar estratégico que São Paulo deveria ocupar na tática do PCB por ser a cidade mais industrializada do país¹⁸⁰.

Depois do retorno da delegação brasileira ao Brasil, realizou-se em 22 de junho de 1930 uma reunião do Comitê Central do PCB para aplicar as diretrizes do Pleno do SSA-IC. Astrojildo Pereira e Fernando de Lacerda coordenaram a criação de um Birô

¹⁷⁹ CARONE, Edgar. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989. P. 285- 6.

¹⁸⁰ Cf. Secretariado Sul Americano da Internacional Comunista. O Plenum Ampliado do Secretariado Sul Americano da Internacional Comunista. *Revista Sudamericana*. 2º Época, Nº Extraordinário, 06/1930. P 1.

Provisório encarregado de organizar uma Conferência Nacional do PCB para novembro de 1930. Octávio Brandão, Paulo de Lacerda, Leôncio Basbaum, Fernando de Lacerda, Manoel Ferreira da Silva e José Casini também perderam seus postos no Comitê Central como parte do processo de depuração.

A reunião de novembro, muito em razão da turbulência política e social pela qual passava o Brasil, tendo como uma de suas consequências a perseguição policial ao movimento operário e ao PCB, não teve caráter de Conferência Nacional, mas sim de um Pleno Ampliado do Comitê Central e realizou deliberações importantes. Seu caráter geral marcou o início do obreirismo no PCB. Astrojildo Pereira foi destituído do cargo de Secretário Geral, substituído por Heitor Ferreira Lima, recém-chegado de Moscou. Ele e Paulo de Lacerda foram ordenados a escrever cartas de autocrítica à direção do Partido. Neste Pleno também foi deliberada a primeira atitude para resolver o problema de São Paulo, isto é, o tão esperado envio de militantes experientes para a região: os então renegados Astrojildo Pereira e Paulo de Lacerda.

Enquanto ocorria essa virada política interna no movimento comunista mundial durante o ano de 1930, o PCB lançou pela última vez a campanha eleitoral pelo BOC. No Rio de Janeiro, o operário marmorista Minervino de Oliveira foi apresentado como candidato à Presidência da República, juntamente com o ferroviário Gastão Valentin Antunes para vice-presidência, seguindo assim as diretrizes da IC e do SSA-IC em terminar as conversas com Luiz Carlos Prestes para lançá-lo como candidato e aparecer com uma candidatura própria. Mario Grazzini saiu candidato para deputado federal pelo Distrito Federal e Penelon Martins concorreu como Senador.

Em São Paulo, Aristides Lobo concorreu para deputado federal e Everardo Dias para senador. O pleito de março de 1930 no que diz respeito à campanha do BOC, porém, foi perfeitamente definido pelo historiador Dainis Karepovs como “uma sucessão de prisões, de dissoluções de comícios e de outras arbitrariedades da repressão”¹⁸¹. A sede do BOC no Rio de Janeiro foi invadida por diversas vezes, impedindo o alistamento eleitoral, a documentação e material de campanha foi confiscada e destruída e o trabalho de militância dos comunistas se viu grandemente prejudicado. Minervino de Oliveira, Paulo de Lacerda e Mario Grazzini foram presos em plena campanha e o mesmo destino teve os candidatos do BOC-SP, Aristides Lobo e Everardo Dias.

¹⁸¹ KAREPOVS, Dainis. *A Classe Operária vai ao Parlamento*. São Paulo: Alameda, 2006. P. 158.

Em julho de 1930 o militante paulistano Florêncio Tejeda escreveu para Astrojildo Pereira relatando a situação que se encontrava o Partido em São Paulo. Além da dissolução do CR-SP, Tejeda informa que

A situação do Partido continua má organicamente. As 4 células existentes continuam sem realizar trabalho algum apreciável, tendo-se reunido com grandes dificuldades. Ainda não conseguimos formar um comitê de zona que trabalhe eficientemente.

A juventude também não vai bem. As 4 células não funcionam a contento.

O motivo principal do péssimo andamento dos trabalhos é estarmos todos os que estão resolvidos a trabalhar sob tremenda vigilância policial. O trabalho continuará mal enquanto não se tomarem medidas mais enérgicas, dentre as quais a principal é a substituição dos elementos conhecidos da direção por outros que não o sejam¹⁸².

A situação de perseguição ao movimento comunista só veio a piorar conforme se aproximava e no imediato após Revolução de 1930. No Rio de Janeiro, no dia 03 de outubro, Octávio Brandão foi preso e Astrojildo Pereira foi obrigado a fugir para não encontrar o mesmo destino. Enquanto as tropas da Aliança Liberal combatiam o Exército legal no Rio Grande do Sul, o PCB local tentou fundar um soviete na cidade de Itaqui, que foi quase imediatamente esmagado pelos soldados da Aliança Liberal, deixando claro que a “revolução” que se sucedia era violentamente anticomunista. Apesar disso, quando os líderes da Aliança Liberal se colocaram nas ruas do Rio de Janeiro e foram seguidos por uma multidão que aclamava Getúlio Vargas e dava vivas a queda do governo de Washington Luís, não foram poucos os comunistas que se juntaram a ela impressionando negativamente o Comitê Central do PCB¹⁸³.

A posição oficial do PCB perante a Revolução de 1930 foi denunciá-la como um golpe de Estado reacionário levado a cabo pela parte da burguesia brasileira alinhada com o imperialismo norte-americano contra a parte da burguesia alinhada ao imperialismo inglês, sobretudo contra os latifundiários de São Paulo. O Partido explicava o apoio das massas proletárias ao golpe da Aliança Liberal por meio de uma autocrítica por não ter conseguido a tempo tornar-se um partido de massas, capaz de orientá-las para seu programa independente de classe, mas também por meio da crítica à Coluna Prestes, que deixou a Aliança Liberal usar o nome de Luíz Carlos Prestes de maneira demagógica durante a eleição presidencial de 1930, sem pronunciar-se. Assim, a insuficiência do próprio partido e a irresponsabilidade política da Coluna Prestes teriam permitido que as oposições burguesas reunidas sob a Aliança Liberal levassem a cabo uma agitação

¹⁸² TEJEDA, Florêncio. *Carta para Astrojildo Pereira*. São Paulo, 13/07/1930. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM)

¹⁸³ DULLES, John Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 – 1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 358.

mistificadora que conseguiu mobilizar as massas momentaneamente a favor de sua política reacionária¹⁸⁴.

No ano seguinte, 1931, um Congresso das Seções Latinas da Internacional Comunista, ocorrida em Montevideu definiu São Paulo como base principal para as ações sindicais em todo o continente, seguida em termos de prioridade por Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife¹⁸⁵. Essa diretiva foi constantemente renovada nos anos posteriores, sempre reforçando o papel estratégico que São Paulo tinha para o movimento comunista¹⁸⁶.

De maneira geral, a grande virada ideológica e tática da Internacional Comunista entre os anos de 1928 e 1931, ao concluir por meio da análise do que chamou de “terceiro período”, em que predominaria a produção científica nas grandes empresas imperialistas, demandando a tomada destas como fortalezas dos Partidos Comunistas, que ao recrutar as massas operárias dessas indústrias, passariam por um processo de proletarização, transformou a “conquista de São Paulo” em uma diretiva cada vez mais urgente para o PCB. A partir de então, o BSA-IC tratou de tomar medidas para que o Partido se desenvolvesse em São Paulo, superando o desprezo que mantinha pela região, terminando a centralidade carioca que imperou até esse momento e buscando estabelecer ligações com outras regiões importantes do Brasil.

3 – A ASCENSÃO DO PCB EM SÃO PAULO (1930 – 1934)

¹⁸⁴ *Os últimos acontecimentos no Brasil e as perspectivas de novas lutas (janeiro de 1931)*. Apud. CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943) Vol. I*. São Paulo: Difel, 1982. P. 111.

¹⁸⁵ Congresso das Seções Latinas da Internacional Comunista. Montevideu, 1931. Não conseguimos encontrar o documento, que é referenciado por Luiz Bernardo Pericás (Cf. PERICÁS, Luiz Bernardo. *Caio Prado Jr: Uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 32) e por Alzira Lobo de Arruda Campos (Cf. CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Franca: Unesp, 1998. P. 147. A informação sobre a existência desse Congresso também comparece em um relatório da polícia política (Cf. *Relatório reservado sobre o Congresso de Unidade Sindical da FSR-SP*. São Paulo, 10/10/1931. Prontuário Nº 0880 vol. 2. Federação Sindical Regional de São Paulo, DEOPS-SP – APESP).

¹⁸⁶ Cf. *Carta ao Brasil*. Sem Local, 22/11/1933 (Acervo Internacional Comunista – AEL); ALONSO [Jan Jolles]. *Informe ao BSA-IC: A Situação Brasileira e as Tarefas do PCB*. Buenos Aires, 05/1934. Também Sebastião Francisco confirma que São Paulo passou a ser considerado nos anos 1930 o setor mais importante para o PCB, Cf. FRANCISCO, Sebastião. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 05/01/1982. P. 20. (Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu).

3.1. Governo João Alberto, rearticulação do movimento operário paulistano e Astrojildo Pereira em São Paulo.

Entre o final da década de 1920 e início da década de 1930 a luta política e a forma como ela equacionava as lutas de classes tomou forma bastante peculiar, acentuada e explícita no estado de São Paulo. Em grande parte, em decorrência do fato de que o estado era o centro da acumulação de capital agromercantil então em crise. A superprodução do café que acarretou toneladas de sacas incapazes de serem vendidas e uma brusca queda no valor do produto, somado ao fato de que as exportações haviam escasseado devido à crise da bolsa de Nova York, aprofundou a crise interna da burguesia agromercantil paulista, de maneira que parte desta classe rompeu politicamente com o Partido Republicano Paulista e passou a organizar-se por meio do Partido Democrático de São Paulo. Contudo, como salientou Maria Ligia de Coelho Prado, ainda que o PD criticasse a forma de fazer política do PRP, promettesse uma “regeneração da República” e uma restauração da democracia do país, ele não apresentava nenhuma diferença relevante para com o PRP nos seus interesses econômicos mais elementares, isto é, os interesses da burguesia agromercantil paulista¹⁸⁷.

De tal sorte, o Partido Democrático de São Paulo aderiu à Aliança Liberal, organizada e dirigida politicamente sobretudo pelas oligarquias do Rio Grande do Sul e Minas Gerais na perspectiva de, aliado o PRP do poder, assumir com seus próprios quadros políticos o poder do estado de São Paulo. Porém, o principal nome indicado pelo PD, Francisco Morato, recebeu oposição por parte dos tenentistas que almejavam colocar Miguel Costa como interventor no estado de São Paulo. Em reunião de Getúlio Vargas com um secretariado do governo paulista composto principalmente por membros do Partido Democrático, decidiu-se que o estado continuaria a ser governado por um secretariado, mas juntamente com um “delegado militar da revolução” e, buscando mediar os interesses com os democráticos, que eram contra a indicação de Miguel Costa, Getúlio Vargas nomeou o tenente pernambucano João Alberto Lins de Barros¹⁸⁸.

¹⁸⁷ PRADO, Maria Ligia Coelho. *A Democracia Ilustrada: O Partido Democrático de São Paulo (1926 – 1934)*. São Paulo: Ática, 1986. P. 21.

¹⁸⁸ João Alberto Lins de Barros havia aderido as revoltas tenentistas desde o primeiro momento, tendo participado de um levante de seu regimento em 5 de julho de 1922 na Escola Militar, no Forte de Copacabana e na Vila Militar, o que lhe custou uma prisão de cinco meses na fortaleza de Santa Cruz. Em 1924, quando os tenentistas deixaram a cidade de São Paulo após tê-la ocupado por um mês, João Alberto estava no Rio Grande do Sul e comandou tropas rebeldes na cidade de Alegrete. Posteriormente, após conflitos com as forças policiais do Estado, refugiou-se brevemente na Argentina para então retornar ao Brasil e juntar-se às tropas da Coluna insurgente de Luís Carlos Prestes. Depois de anos de batalha e períodos de exílio, aderiu à revolta da Aliança Liberal em 1930, tendo sido um dos comandantes de tropas no processo de tomada do poder. Seu histórico de revolucionário, próximo a Luís Carlos Prestes, que então

As primeiras medidas de João Alberto, todavia, reascenderam os descontentamentos dos democráticos. Tratava-se da divisão das terras recebidas pelo Banco do Brasil como pagamento das dívidas contraídas durante o colapso da agricultura cafeeira, o aumento do salário-mínimo dos operários em 5%, legalização dos sindicatos e promulgação de leis trabalhistas. Para além do aceno à “questão social”, João Alberto tomou medidas que envolviam uma relação organizativa e de mobilização da classe operária como esteio de seu governo, o que irritou ainda mais a oligarquia paulista.

De alguma maneira, o governo João Alberto tornou-se algo contraditório em meio as lutas de classes. Tinha de governar juntamente à burguesia paulista, cedendo para uma série de seus interesses e mediando com suas pretensões de poder político, ao mesmo tempo acenava para a classe operária com um projeto de nacionalismo reformista. De tal sorte, João Alberto colocou-se em posição que invocava para toda a burguesia paulista o “fantasma do comunismo” a ser exorcizado ao mesmo tempo que os comunistas viam nele um fascista.

Nenhum organismo sintetiza a posição politicamente paradoxal do governo João Alberto tão bem como a Legião Revolucionária de São Paulo, que buscava organizar a classe operária e a classe média urbana para apoiar o programa nacionalista reformador do governo e prometia em seu manifesto, escrito por Plínio Salgado e jogado por avião nas ruas de São Paulo, a centralização do poder estatal para combater o latifúndio e os monopólios empresariais, a exploração do petróleo, ferro e carvão para desenvolver a indústria de base no país.

Considerada uma afronta aos “bons paulistas” pela burguesia de São Paulo e uma organização fascista ao estilo dos Esquadrões de Mussolini pelo PCB, a Legião Revolucionária alegava ter dezessete mil aderentes em janeiro de 1931, sendo a maioria operários. Promoveu desfile com pelo menos sete mil pessoas pelas ruas da capital paulista ainda em novembro de 1930¹⁸⁹.

aproximava-se do movimento comunista, bem como sua origem nordestina, agravavam o desagrado dos dirigentes do PD para com a sua posse como governador de São Paulo.

¹⁸⁹ O caráter contraditório da Legião Revolucionária não se resume nas características apontadas. A organização, cujo líder era Miguel Costa, pretendia ser o “partido da vanguarda civil da revolução” que deveria realizar a “reforma de nosso reacionário sistema social, de nossa monstruosa organização administrativa e dessa veneranda Constituição de 1891”. Na própria definição, expressa por Miguel Costa, é possível ver uma estranha convivência entre objetivos revolucionários e respeito legalista. A Legião, que sustentava uma parte social e nacionalista em seu programa, conseguindo apoio no operariado de São Paulo e Santos, ao mesmo tempo, executava uma política no interior do estado bem aos moldes do clientelismo

A defesa de um programa de reformismo nacionalista que incluía uma legislação social e a mobilização do operariado para respaldá-lo, juntamente com o histórico de lutas do tenentista João Alberto, trouxeram-lhe motivos suficientes para receber a “pecha infame de comunista” por parte dos políticos paulistas. Paulo Duarte escreveu artigo acusando-o de que estava juntamente com Siqueira Campos, Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, “de pleno acordo com a implantação do bolchevismo no Brasil”¹⁹⁰. Assis Chateaubriand afirmou que o interventor João Alberto pretendia “transformar São Paulo em um laboratório de atividades políticas e sociais soviéticas” e mesmo o tenentista Isidoro Dias Lopes chegou a dizer que o governo de São Paulo seguia “os moldes do que existia na Rússia”¹⁹¹. Depois de meses de crítica constante por meio do *Diário Nacional* e outros jornais, quando o Partido Democrático de São Paulo decidiu romper abertamente com o governo João Alberto, em 24 de março de 1931, declarou que seu governo havia transformado São Paulo em “campo revoltado, em que semeadores funestos praguejam as lavras, nelas plantando as ervas daninhas da anarquia administrativa, da Babel política, do fanatismo liberticida” e “das incursões da Internacional de Moscou”¹⁹².

Ainda que João Alberto não fosse de fato comunista, tendo rompido com a Coluna Prestes justamente por seu comandante ter declarado apoio à III Internacional e o PCB, de fato o movimento operário paulistano teve um período de rearticulação durante seu governo, propiciado por um menor contexto de repressão do que em locais como, por exemplo, o Rio de Janeiro, onde o chefe da polícia, Batista Luzardo, havia contratado técnicos investigativos de Nova York especializados no combate ao comunismo. A presença da Legião Revolucionária como mais uma organização política a disputar as consciências dos trabalhadores era um fator novo no movimento operário.

O jornal da Legião Revolucionária de São Paulo, *O Tempo*, por sua vez, tornou-se órgão de circulação nos meios operários paulistanos por publicar textos de personalidades conhecidas do movimento dos trabalhadores. O PCB oficialmente o concebia como um jornal fascista, órgão propagandístico de uma organização de cunho fascista, mas o conteúdo do jornal e as pessoas que o organizavam provam que seu caráter era mais complicado de se rotular. É verdade que o manifesto da Legião foi redigido por

da Primeira República, aliando-se com as elites locais e objetivando, por meio delas, conquistar apoio popular. CF BORGES, Pacheco Vavy. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

¹⁹⁰ SILVA, Hélio. *1931: Os Tenentes no Poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. P. 104.

¹⁹¹ MORAES, Francisco Quartim. *1932: A História Invertida*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2018. P. 93.

¹⁹² *O Partido Democrático Rompe com João Alberto*. In CARONE, Edgar. *A Segunda República*. São Paulo, 1974. P. 27.

Plínio Salgado, que estava em vias de fundar o movimento integralista, mas *O Tempo*, publicou também a ácida crítica de Astrojildo Pereira ao mencionado manifesto. O jornal chegou a publicar um texto laudatório da União Soviética, escrito por Pedro Motta Lima¹⁹³.

O redator (ou chefe de revisão) de *O Tempo* não era outro senão Paulo de Lacerda e seu diretor, Raphael Corrêa de Oliveira, chefe do Gabinete de Investigações da Polícia de São Paulo, era acusado pelo agente infiltrado nos meios operários, Antônio Ghioffi, de ser simpatizante do comunismo, ingênuo e permitir que elementos comunistas se infiltrassem no Gabinete de Investigações. A Federação Operária de São Paulo (FOSP) enviou carta para o escritório de *O Tempo*, afirmando que Raphael Corrêa de Oliveira não permitia a publicação de notícias da FOSP, mas apenas da Federação Sindical Regional de São Paulo, vinculada à CGT, central sindical dirigida pelo PCB, ou seja, “que correspondia ao seu respectivo partido”¹⁹⁴.

Antônio Ghioffi, em relatório reservado ao DOPS, dizia ainda que Raphael Correa de Oliveira era amigo íntimo de personalidades conhecidas do movimento operário de São Paulo, notoriamente de Coripeu de Azevedo Marques, então um dos dirigentes do CR-SP junto com Astrojildo e Paulo de Lacerda. Consta no mesmo relatório que os colegas de trabalho de Corrêa de Oliveira o acusavam de informar o planejamento de prisões de comunistas à Azevedo Marques, possibilitando que ele avisasse seus camaradas, assim frustrando as investidas policiais¹⁹⁵.

Assim, o ano de 1931 apresenta um novo panorama, não apenas nacional em razão da Revolução de 1930¹⁹⁶, mas também no movimento operário paulistano e para o PCB, que então buscava se rearticular com Astrojildo Pereira à frente do CR-SP. Novas forças políticas haviam surgido e outras se reconfigurado, apresentando desafios inéditos para a expansão do PCB na cidade.

¹⁹³ LIMA, Pedro Mota. Em Marcha para o Socialismo: os formidáveis resultados do plano quinquenal, como resposta aos detratores da democracia obreira da URSS. *O Tempo*. São Paulo, 26/08/1931. P. 1.

¹⁹⁴ GUIOFFI, Antônio. *Informe reservado à Delegacia de Ordem Social*. São Paulo, 7/4/31. Prontuário Federação Sindical Regional de São Paulo (FSR-SP), nº 880. (DEOPS-SP)

¹⁹⁵ Informe reservado de Antônio Ghioffi à Delegacia de Ordem Social. São Paulo, 7/4/31. (Prontuário n.º 880, FSR-SP. DEOPS-SP – APESP)

Raphael Correa de Oliveira foi o primeiro brasileiro a procurar Luiz Carlos Prestes no exílio boliviano, levando livros de intelectuais paulistas, incluindo livros de Affonso Schmidt, já citado romancista fundador do PCB em São Paulo. Correa de Oliveira, segundo o próprio Prestes, foi quem lhe entregou pela primeira vez o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels e livros de Lênin. Cf. PRESTES, Luiz Carlos. Entrevista por Edgar Carone. Novos Rumos. Nº 33, 2000. P. 6.

¹⁹⁶ Cf. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Os trotskistas, além de se formarem com parte significativa dos militantes que compunham o CR-SP em 1928, devido a adesão de líderes gráficos como João Jorge da Costa Pimenta, rapidamente tomaram a direção do mais forte sindicato comunista em São Paulo até então: A União dos Trabalhadores Gráficos¹⁹⁷. Ao mesmo passo, os anarquistas, depois de grave crise de organização que se arrastava desde 1927, fundaram em 16 de novembro de 1930 o Comitê Operário de Organização Sindical, que trabalhou para recriar a Federação Operária de São Paulo (FOSP), extinta no começo da década de 1920. A iniciativa consolidou-se com a III Conferência Operária Estadual, ocorrida entre 13 e 15 de março de 1931, com a participação de 18 sindicatos, 10 da capital e 8 do interior do estado¹⁹⁸.

A FOSP e os anarquistas rearticularam-se em decorrência de forte movimento grevista começado no final do ano de 1930 pelos ferroviários da São Paulo Railway, no que foi seguido por várias outras categorias. A greve, que terminou apenas no começo de 1931, saiu vitoriosa em suas demandas econômicas como aumento de salário e no plano político deu início à batalha contra a oficialização dos sindicatos pelo Estado e a regulamentação estatal da força de trabalho.

O próprio PCB reformulava-se constantemente, em grande dificuldade de solidificar um novo grupo dirigente (o que não aconteceu até pelo menos a Conferência da Mantiqueira em 1943). No início de 1931 Heitor Ferreira Lima tornou-se Secretário Geral do Partido, mas no meio do ano o cargo foi sucedido por José Villar, um expoente do obreirismo. Octávio Brandão e sua mulher, Laura, foram deportados do Brasil e passaram residir na União Soviética. Uma série de militantes foram expulsos do Partido

¹⁹⁷ Sobre a presença do trotskismo em São Paulo, diz Leôncio Basbaum em suas memórias que “Em S. Paulo, todavia, a influência maior a prejudicar a expansão e o crescimento do PC era o trotskismo, que já saíra dos meios intelectuais para se infiltrar nos meios operários e na JC, aliás muito fraca. Já dominavam mesmo o sindicato dos gráficos, num tempo que o operário gráfico, sobretudo o linotipista, se considerava intelectual” (BASBAUM, Leôncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 119)

¹⁹⁸ Foram eles: União dos Canteiros de São Paulo, Liga Operária da Construção Civil, Sindicato dos Manipuladores de Pão, Sindicato dos Operários em Fábricas de Chapéus, Sindicato dos Vidreiros de São Paulo, União dos Artífices em Calçados, União dos Operários Ladrilheiros, União dos Operários Metalúrgicos, União Sindical dos Profissionais do Volante, União dos Trabalhadores da Light e, apesar de estar sob direção trotskista, a União dos Trabalhadores Gráficos, que em maio de 1931 foi expulsa da FOSP por propagandear nas reuniões da Federação que os operários deveriam abandoná-la para adentrar a Federação Regional Sindical de São Paulo, que estava sendo construída pelo PCB (AZEVEDO, Raquel. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927 – 1937)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. P. 61).

por “desvios de direita” e “prestismo”, muitos deles da cidade de São Paulo, como eram o caso de Josias Carneiro Leão e Reis Perdigoão¹⁹⁹.

Astrojildo chegou em São Paulo no início de 1931. Instalou-se numa pensão na Rua Teodoro Sampaio, nº 182, em que também morava o pintor modernista Emílio Di Cavalcanti, então simpatizante do PCB. Visitou o bairro da Barra Funda, procurando a rua Lopes Chaves, onde morava o escritor modernista Mario de Andrade com o objetivo de pedir emprego e criar colaborações intelectuais. Na ocasião, Mario de Andrade mandou dizer que não estava, mas é provável que em algum momento tenham se encontrado, visto que ambos contribuíram na *Revista Nova*²⁰⁰.

O período que Astrojildo Pereira passou em São Paulo, como dirigente do CR-SP, é definido por Martin César Feijó como “um dos episódios mais dramáticos em sua vida”²⁰¹. É o período de seu crepúsculo como dirigente comunista e momento difícil para a cena política e social do país e para o estado de São Paulo em particular. Tendo início em janeiro de 1931 e término em agosto do mesmo ano, com a prisão de Astrojildo, que foi libertado apenas depois de deportado para o Rio Grande do Sul, de onde voltou diretamente para a casa de sua família no Rio de Janeiro, afastando-se das atividades partidárias, coincidiu cronologicamente com o governo do interventor João Alberto Lins de Barros no comando do governo do Estado de São Paulo, que durou de novembro de 1930 a julho de 1931.

Astrojildo Pereira, portanto, assumiu a direção do PCB paulistano, o que já era por si só um trabalho hercúleo, em contexto muito complexo. Como dirigente em São Paulo, Astrojildo cumpriu principalmente dois papéis: foi articulador de organismos do Partido e propagandista das ideias comunistas. Apesar de pouco lembrado pela bibliografia, durante o período que esteve à frente do CR-SP o complexo partidário do PCB cresceu visivelmente, fundando organizações satélites do Partido cuja criação em São Paulo já havia sido estabelecida como meta desde pelo menos o III Congresso em 1929.

Fizeram parte do trabalho de articulação a organização do Socorro Vermelho, e de propagandista a participação nas mídias da cidade, principalmente *O Homem do Povo*, mas também *O Tempo*, assim como palestras em locais de circulação da parcela militante

¹⁹⁹ DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.

²⁰⁰ FEIJÓ, Marin César. *O Revolucionário Cordial*. São Paulo: Boitempo, 2022. P. 36 – 37.

²⁰¹ Idem. P. 99.

do proletariado paulistano, como a Liga Lombarda e o Salão das Classes Laboriosas²⁰². Além disso, Astrojildo executou algumas tarefas de carácter mais pontual e pragmático, como panfletagens e discursos em portas de fábricas, o que ele mesmo admite não ter se saído muito bem.

É preciso salientar que os dois tipos de trabalho efetuados por Astrojildo como dirigente do PCB em São Paulo (articulador-organizador e propagandista) estão intimamente ligadas, pois sua participação no jornal *O Homem do Povo*, *O Tempo* e *Revista Nova* se concretizaram em razão de sua grande capacidade de estabelecer contatos e criar projetos políticos e intelectuais fundamentados em objetivos comuns (na maior parte das vezes, como nos casos presentes, um único objetivo: propagandar o socialismo).

Astrojildo Pereira, ao firmar-se na capital paulista, passou a agregar em torno de si uma série de personalidades, principalmente intelectuais, ligados ao movimento dos trabalhadores, ao socialismo e de algum modo próximos ao PCB e organizá-los em torno de iniciativas como o Socorro Vermelho, isto é, organizações que não exigiam que os membros fossem militantes do Partido, mas apenas simpatizantes, sendo organizações que cumpriam o papel de ligar o Partido com camadas populares mais amplas, com pessoas não totalmente de acordo com a política partidária, mas que a apoiavam até determinado ponto. Principalmente os pequeno-burgueses, intelectuais ou não, eram vistos como fonte de finanças e recursos e úteis para trabalhos de difusão propagandística por meio da oratória e dos livros. Arrecadar dinheiro e recursos era a base do Socorro Vermelho, que os empregava no auxílio dos presos políticos, enviando mantimentos e contratando advogados, enquanto a tradução, impressão e divulgação de livros, bem como organização de palestras favoráveis à Rússia Soviética faziam parte das principais atividades da Associação Amigos da Rússia, vindo a calhar a presença de intelectuais simpatizantes do socialismo.

Ao mesmo passo, Astrojildo Pereira participava das iniciativas desses mesmos intelectuais, cujo exemplo mais evidente é sua coluna *Sumário do Mundo*, no jornal *O Homem do Povo*. Assim, em uma articulação entre política e cultura, Astrojildo Pereira foi construtor e participante de uma rede de intelectuais paulistanos que se uniam no

²⁰² O Prontuário de Everardo Dias no Deops registra uma palestra de Astrojildo Pereira no Salão das Classes Laboriosas, em que dissertou sobre a Revolução Russa e a Revolução Espanhola então em curso. Cf. Prontuário de Everardo Dias, n.º 136 (DEOPS- APESP).

projeto comum de defesa e difusão das ideias socialistas, com diferentes graus de aproximação com o PCB.

À rigor, Astrojildo Pereira continuou a fazer em São Paulo a mesma política que fizera como Secretário Geral do PCB, ou seja, a política de frente única, o que significava a possibilidade de união tática com elementos reformistas e de outras correntes do movimento operário em torno da defesa de interesses básicos da classe operária, princípios elementares do socialismo e, em geral, se contrapondo a ofensivas reacionárias dos governos burgueses, particularmente o fascismo e suas variantes. Também fazia parte da política de frente única a presença dos comunistas nas mais variadas organizações, mesmo conservadoras ou reacionárias, contanto que elas tivessem adesão em meio a classe operária, objetivando por meio da crítica à essas mesmas organizações e sua incapacidade de defender efetivamente os interesses operários, trazer as massas trabalhadoras para o Partido Comunista.

O Socorro Vermelho trabalhava para garantir assistência judiciária, moral e material para os militantes revolucionários contra a repressão policial. Organizavam donativos nos quais o proletariado subscrevia auxílios aos companheiros presos. Enviava recursos aos militantes presos (alimentos, roupas, cigarros e outros) e muitas vezes lhes pagavam advogado. O Socorro Vermelho imprimia boletins constantemente dissertando sobre temáticas que diziam respeito a repressão policial ao movimento operário, por exemplo, protestos contra a prisão de militantes, volantes de memória do assassinato de Sacco e Vanzetti, denuncia de violências policiais em manifestações e greves de trabalhadores, campanhas para tentar impedir a deportação de militantes comunistas, entre outros. O Socorro Vermelho também organizava manifestações de rua com as mesmas temáticas, cujos volantes e boletins serviam como manifesto de chamada para os atos²⁰³.

Astrojildo Pereira chegou a ser secretário regional do Socorro Vermelho em São Paulo entre os meses de julho e setembro de 1931, tendo elaborado seu planejamento de ação juntamente aos demais membros do secretariado (dez no total). Também traduziu uma carta de abril do mesmo ano de autoria do Comitê Executivo do Socorro Vermelho Internacional que tinha como objetivo orientar suas sessões nacionais. Nesse período, a Sociedade Amigos da Rússia aderiu como organização ao Socorro Vermelho, mas foi expulsa do mesmo por deliberação do Comitê Regional de São Paulo pouco tempo depois,

²⁰³ Prontuário Socorro Vermelho, nº 1962 (DEOPS – SP).

acusada de ser largamente infiltrada por fascistas e trotskistas. O CR-SP também designou um operário fabril para dirigir o Socorro Vermelho em São Paulo juntamente com Astrojildo²⁰⁴.

Foi durante a estadia de Astrojildo em São Paulo que ocorreu a fundação da Federação Sindical Regional de São Paulo, filiada à Confederação Geral do Trabalho, ambas iniciativas sindicais do PCB. Astrojildo e Paulo de Lacerda escreveram conjuntamente o manifesto de fundação da FSR-SP, um manuscrito que se encontra hoje nos documentos confiscados pela polícia política²⁰⁵.

Durante o ano de 1931 o fato mais conhecido relacionado ao PCB em São Paulo e sempre citado na bibliografia, é a permissão que o então interventor de São Paulo, João Alberto, deu a Plínio Mello, Luís de Barros e Josias Carneiro Leão, para o PCB se organizar na cidade. Uma espécie de legalização do PCB apenas no estado de São Paulo, fato chamado de “episódio insólito” pelo historiador Edgard Carone.

Plínio Mello, recentemente expulso do PCB e recrutado pelos trotskistas por meio de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, era conhecido de juventude de João Alberto e seu irmão Luís de Barros e negociou pessoalmente com eles a legalização do Partido Comunista no estado desde antes de João Alberto ser oficialmente nomeado interventor²⁰⁶. Assim, no dia 06 de novembro de 1930, o *Diário Oficial* publica:

Pelo presente, concedo aos Srs. Plínio Mello, Josias Carneiro Leão e Luís de Barros autorização para que, em nome do Partido Comunista do Brasil, instalem a sua sede, promovam quaisquer trabalhos de organização partidária e editem qualquer publicação de caráter político. Os referidos senhores ficam, porém, inteiramente responsáveis por qualquer tentativa material de caráter subversivo promovida por aquele partido²⁰⁷.

Segundo o próprio Plínio Mello, em depoimento para Carone, seu objetivo negociando a legalização do PCB no estado era “agir em função do movimento geral dos comunistas”, o que indica que estava convencido da possibilidade de o decreto ser vantajoso tanto para o PCB quanto para os trotskistas. A medida, porém, só foi debatida entre os poderes oficiais do estado e os representantes comunistas e trotskistas depois de publicada. Luís de Barros chamou uma reunião com Plínio Mello para debater a questão,

²⁰⁴ LEDO, Américo [Astrojildo Pereira]. *Carta aos camaradas do Bureau Político*. São Paulo, 06/01/1932. (Prontuário nº 44, Astrojildo Pereira. DEOPS – APESP).

²⁰⁵ Relatório sobre o Congresso de Unidade Sindical da FSR-SP. São Paulo, 10/10/1931 (Prontuário Nº 0880, FSR-SP – DEOPS-SP – APESP)

²⁰⁶ MORAES, F. Q. 1932: *A História Invertida*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2018. P. 87 – 88.

²⁰⁷ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 06/11/1931. Apud CARONE, E. *Brasil: Anos de Crise (1930 – 1945)*. São Paulo: Ática, 1991. P. 67.

e este, por sua vez, convidou Astrojildo Pereira, como secretário político do CR-SP do PCB, bem como Paulo de Lacerda e Corifeu de Azevedo Marques, ambos também membros da direção do CR-SP.

Astrojildo e Paulo de Lacerda negaram-se a participar da reunião. Sentar-se à mesa para negociar com “social-fascistas” da estirpe de Luís de Barros e João Alberto era coisa inconcebível para a linha obreirista então seguida pelo Partido e poderia causar sérios problemas para os dois dirigentes em processo de “reabilitação”, criticados justamente por deixar o partido da classe operária a reboque da pequena-burguesia. Mas, apesar disso, os dois instalaram-se no andar superior do prédio em que ela ocorreu e, de lá, mantinham-se informados sobre a negociação por meio de Corifeu de Azevedo Marquês, que compareceu como representante do PCB. Para a surpresa dos comunistas, os trotskistas Lívio Xavier e Aristides Lobo também compareceram como representantes do movimento comunista. Ao fim da reunião, tanto o PCB quanto a LCI rejeitaram a legalização do Partido no estado de São Paulo²⁰⁸.

Não demorou muito para que os dois grupos lançassem manifestos oficiais condenando a iniciativa de Plínio Mello e Luís de Barros. O PCB, por meio de *A Classe Operária*, declarou que

Enquanto a Aliança Liberal reprimia violentamente o movimento operário e camponês, jogava no xadrez os militantes proletários e fuzilava os trabalhadores que se recusavam a derramar seu sangue por eles, esses renegados do comunismo participavam ativamente dos estados-maiores dos generais reacionários, prestando-se a manobras miseráveis dos generais aliancistas como, por exemplo, a criação do partido comunista “legal” em São Paulo, com o qual os Joões-Albertos queriam enganar as massas²⁰⁹.

Ainda que tudo indique que Astrojildo tenha estado de acordo com a posição oficial do Partido, condenando a legalização do PCB em São Paulo como uma atitude oportunista de Plínio Mello juntamente com o interventor João Alberto, esse caso lhe rendeu as mais duras críticas por parte do Partido, que passou a associá-lo com trotskistas e oportunistas, acusando-o de prosseguir com a já condenada linha de submissão à política da pequena-burguesia.

Quanto ao trabalho de propagandista de Astrojildo Pereira em São Paulo, destaca-se seus artigos publicados em *O Homem do Povo*, sob o pseudônimo de Aurelino Corvo,

²⁰⁸CARONE, E. *Brasil: Anos de Crise (1930 – 1945)*. São Paulo: Ática, 1991. P. 68.

²⁰⁹ Nota do Bureau Político do PCB. *A Classe Operária*. Nº 107. Rio de Janeiro, 25/11/1930. APUD DULLES, J. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 – 1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 366.

nome que entrava no espírito do antropofagismo modernista do diretor do jornal, Oswald de Andrade. Astrojildo escrevia na coluna *Sumário do Mundo*, que fazia parte da seção de notícias internacionais. Neste espaço escreveu sobre vários assuntos: os conflitos de rua entre comunistas e nazistas na Alemanha, a idealização do voto secreto pelo jornalista liberal Mário Pinto Serva, as ressonâncias do crescimento da economia soviética no parlamento inglês, a crise econômica e o desemprego nos EUA, a carestia de vida no fascismo italiano e a dissolução de uma palestra fascista pelos operários de Paris²¹⁰.

Seguindo o mesmo estilo bem-humorado de *Crônica Subversiva*, jornal que Astrojildo dirigiu e editou no ano de 1918, os textos apresentavam fatos de grande importância para a conjuntura internacional na forma e por meio de anedotas, acontecimentos do dia-a-dia, sempre narrados com muito sarcasmo. O único artigo que foge parcialmente deste padrão é, talvez, o mais memorável e aquele que inaugura a coluna. Neste, o fundador do PCB apresenta sua proposta textual, colocando-a como uma notícia popular, escrita no método apropriado para a leitura dos “homens do povo”, a negação do formato de notícia dos grandes jornais.

Só o burguês ocioso, ou o indivíduo chumbado pela gota a uma cadeira de balanço, é capaz de ler, pode ler, tem tempo de ler as colunas quilométricas de telegramas que entulham os grandes órgãos de imprensa, como é o caso, por exemplo, do venerando “O Estado”. O homem do povo, que trabalha, que sai cedo de casa para a fábrica, a oficina, o escritório, o armazém, só dispõe para tanto dos poucos minutos da viagem de bonde, e o que lhe importa são as notícias rápidas, concisas, concretas. É o que este novo jornal, que além de novo é pequeno e não pretende chegar a venerando, vai fazer, nesta página, sumariando em quatro linhas os acontecimentos mundiais da véspera²¹¹.

Astrojildo encerra seu texto dizendo que assuntos como os descritos acima, incluindo “a casa de Trotsky pegando fogo”, é que valem a pena ler, eles é que são capazes de saciar o estômago sólido e saudável dos homens do povo, uma “carniça gostosa”, como enuncia o título, mais uma vez indicando sua filiação ao antropofagismo oswaldiano.

Ainda que sua participação em *O Homem do Povo* seja uma grande contribuição ao jornalismo crítico e popular, o trabalho de maior envergadura intelectual executado por Astrojildo Pereira neste período é, sem dúvida, sua crítica ao manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo, publicado no próprio jornal da Legião, *O Tempo*.

²¹⁰ Cf. *O Homem do Povo*. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP)

Carlos Calil levantou a hipótese de que também seja Astrojildo Pereira o resenhista que escrevia para *O Homem do Povo* sob o pseudônimo de Gildo Pastor. Cf. CALIL, Carlos A. *O Papel na Bandeja*. In EULÁLIO, Alexandre. *A Aventura Brasileira de Blaise Cendrars*. São Paulo: Edusp, 2001. P. 373.

²¹¹ CORVO, Aurelino [Astrojildo Pereira]. *A Carniça está gostosa*. *O Homem do Povo*. São Paulo, 27/03/1931. P. 5. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP)

Astrojildo viu o manifesto, de autoria de Plínio Salgado, como “característico da ideologia confusa, contraditória e delirante de certa camada de intelectuais e pequeno-burgueses”, de modo que a presunção dos autores do Manifesto em “regenerar o Brasil” seria um grave erro quando tornada movimento político. A tal “brasilidade”, tão aclamada e defendida pelo Manifesto da Legião Revolucionária, diz Astrojildo, era termo de autoria do Conde Afonso Celso nos tempos do nacionalismo do governo Epitácio Pessoa, copiado da “argentinidade”, termo, por sua vez, de autoria de Manuel Carlés. No fim das contas, tudo isso não significava mais do que “patriotismo exaltado, grandiloquente, verbalista e... vazio”, ou seja, chauvinismo. O chauvinismo do Manifesto com sua pretensão de um “nacionalismo integral” fazia da realidade histórica do Brasil um papel em branco, ignorava toda a sua formação econômico-social, de tal sorte que

Nacionalista integral, entre nós, só o poderia ser o bugre de tanga, na floresta; tudo o mais que possuímos, absolutamente tudo mais, vem de fora, inclusive nós próprios que não somos índios puros. Não é “brasileira” a língua que falamos, nem “brasileiros” são os nossos costumes; nem tampouco os pensamentos e as ideias que expendemos. O detalhe pode ser brasileiro – antes amazonense, nordestino, mineiro ou gaúcho –, mas o fenômeno básico, em seu conjunto, é sempre cosmopolita, mundial, internacional²¹².

Fazendo bom uso da dialética, Astrojildo Pereira mostra que, ainda que os problemas brasileiros tomem contornos particulares, muitas vezes regionalizados, são “na sua essência, problemas mundiais”, de maneira que a solução para eles só pode ser encontrada no plano mundial.

O *Manifesto da Legião Revolucionária* adiantava muitos elementos que estariam presentes cerca de dois anos depois na Ação Integralista Brasileira e que naquele momento já habitavam a cabeça de Plínio Salgado. Assim, enuncia que entre o Amazonas e o Prata haveria a formação de uma “quinta raça”, que, por sua vez, daria ao mundo um novo tipo de civilização. Tudo isso, caçoava Astrojildo, era profecia de sábios estrangeiros, reprodução das ideias já vocalizadas por Humboldt, Martius e José de Vasconcelos, não passava de “lirismo messiânico do mais pernóstico, do mais retinto me-ufano-do-meu-país”²¹³. Assim, contrapõe o dirigente do PCB

A realidade brasileira, que o Manifesto apenas vislumbrou no meio do delírio, é a dos ‘imensos latifúndios’, enriquecendo algumas centenas de fartíssimos patriotas, à custa da miséria infinita de milhões de trabalhadores agrícolas; é da propriedade da terra expressa pela proporção de nove décimos pertencentes a uma insignificante minoria de grandes proprietários; é a da formação

²¹² PEREIRA, Astrojildo. *O Manifesto da Contrarrevolução*. In *URSS, Itália, Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2022. P. 130. Publicado originalmente em *O Tempo*

²¹³ Referência ao livro *Por que me ufano do meu país*, do Conde Afonso Celso.

histórica dos latifúndios, através do saque e do massacre da indiada e da escravização do braço negro importado.

A realidade brasileira, a grande realidade brasileira, que o extremo confucionismo do manifesto não consegue esfumar, é a do Brasil colônia depois de um século de independência²¹⁴.

Escrevendo em linhas gerais a análise que os comunistas faziam então das relações de classes e das relações sociais de produção existentes no Brasil, bem como de como o país se inseria na divisão mundial do Brasil, Astrojildo Pereira explicava que nosso país passou da dominação portuguesa para a dominação Inglesa no século XIX e, então, no início do século XX, presenciava a disputa entre o imperialismo inglês e estadunidense pela dominação financeira. Nas palavras do próprio, “somos a presa gorda e gostosa que os imperialistas rivais disputam entre si”²¹⁵.

Essa dominação estrangeira estaria fundamentada na dívida de mais de 250 milhões de libras esterlinas, cujos juros e amortizações somavam 22 milhões de libras esterlinas ao ano, o que significava mais do que a terça parte da receita pública de todo o país. Os países imperialistas, sobretudo Inglaterra, também eram donos das estradas de ferro, energia elétrica, serviços públicos e privados que funcionavam no Brasil, bem como das principais indústrias, como frigoríficos, tecidos e fósforos. O ferro brasileiro, montante de 25% do ferro do mundo, era propriedade dos trustes anglo-americanos que dele nada faziam, não construindo no país qualquer tipo de indústria metalúrgica, de maneira que “chegamos, assim, a esta situação: o nosso ferro, inerte nas entranhas da nossa terra, transformado pelo imperialismo em guarda da nossa própria dependência e escravização”²¹⁶.

Astrojildo, conclui que a realidade brasileira é a da exploração econômica e opressão política das classes laboriosas pelas empresas imperialistas e por intermédio dos burgueses nacionais. Realidade esta, não apenas brasileira, mas compartilhada por todos os países da América Latina e que “exige espírito internacionalista para ser compreendida e assim resolver os problemas dela resultantes”²¹⁷.

Terminada a crítica da análise social do Brasil feito pelo *Manifesto da Legião Revolucionária*, Astrojildo Pereira passa a crítica de seu programa. A reforma agrária defendida, caracterizada pela divisão do latifúndio em pequenas propriedades e em conformidade com a lei (indenização dos grandes latifundiários) é exposta pelo fundador

²¹⁴ Ibidem. P. 131.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Idem. p. 132- 133.

²¹⁷ Idem p 134.

do PCB como um endosso da lei de propriedade fundada pelo colonizador estrangeiro que aniquilou populações indígenas para expropriar-lhes a terra e fundar, pelo direito, a propriedade privada da terra no que viria a ser o Brasil. A divisão da terra em parcelas, acrescentava Astrojildo, sempre sarcástico, já servia a burguesia de muitos países há mais de um século.

O combate ao imperialismo preconizado pelo *Manifesto* é escancarado por Astrojildo Pereira como um grande engodo. Nesta parte do *Manifesto* se fazem mais fortes as ideias de Plínio Salgado, sobretudo com seus termos de “civilização geográfica” e “civilização geológica”. Os últimos seriam os países que, ricos em matérias primas, industrializaram-se e passaram a dominar as “civilizações geográficas”, ou seja, aquelas que por escassez de matérias primas ou outras razões, não desenvolveram indústria e não passaram a exercer sobre outros países uma relação de dominação. O *Manifesto legionário*, longe de querer fazer do Brasil uma “civilização geológica”, defendia que o país deveria afirmar-se como “civilização geográfica” (isto é, como país primário-exportador, não industrializado, pauta que será futuramente parte constitutiva do projeto integralista)²¹⁸ e assim criar uma civilização mais espiritual, com uma consciência maior da dignidade humana, afirmação esta que não pôde escapar da ácida crítica de Astrojildo, que a transforma em uma comédia

Ora, a civilização geológica, baseada no ferro, no carvão, no petróleo, possui canhões, fuzis, obuses, aviões, gases mortíferos. A civilização geográfica, sem ferro, sem carvão, sem petróleo, não possui canhões, nem fuzis, nem obuses, nem aviões, nem gases mortíferos. Temos, pois, o Brasil, país mais espiritual, com uma consciência maior da “dignidade humana”, a brigar de mãos abanando contra tal ou qual país imperialista armado até aos dentes. Era uma vez a civilização geográfica²¹⁹.

Por fim, a crítica afirma seu próprio programa, sua própria resolução para a questão do combate ao imperialismo: “guerra de morte, a ferro e a fogo, sustentada pelas massas trabalhadoras contra os imperialistas e seus lacaios. Solução clara, firme, direta, que não deixa lugar a nenhuma espécie de dúvida. Solução bolchevista”.²²⁰

²¹⁸ O manifesto legionário volta a defender o caráter primário-exportador da economia brasileira mais à frente, justifica que seria uma “fatalidade” das condições do país e oferece como solução para a questão operária, isto é, a questão social, que naquele momento levantava grande agitação na sociedade brasileira sobretudo pela repercussão da criação do Ministério do Trabalho e de novas leis trabalhistas, a completa desindustrialização do país. Astrojildo Pereira não deixa de apontar que esse projeto de sociedade, um “paraíso rural”, era justamente o interesse dos países imperialistas que consistia exatamente em fazer do Brasil um eterno exportador de produtos coloniais e importador de manufaturas.

²¹⁹ Idem. p. 136 – 137.

²²⁰ Idem. p. 137.

O *Manifesto Legionário* oferece ainda uma proposta de forma de Estado. Parte da afirmação de que o Brasil não poderia copiar modelos estrangeiros, como o presidencialismo americano, soviétismo russo ou fascismo italiano, e deveria, isto sim, criar um modelo próprio de Estado. Astrojildo, depois de responder que o que importa no Estado é sobretudo seu conteúdo de classe, mostra que toda essa exigência de originalidade caiu na proposição da organização do Estado por meio do nacionalismo e das representações corporativas, isto é, o modelo de Estado fascista.

O dirigente comunista, assim, conclui que as legiões revolucionárias não passariam de traduções brasileiras regionais das milícias fascistas italianas, explorando demagogicamente o descontentamento das massas pequeno-burguesas e canalizando-o para a reconsolidação do poder de classe da burguesia ameaçada pela crise econômica e ascensão do movimento operário. De tal sorte, as Legiões Revolucionárias fundadas por Miguel Costa, João Alberto e outros tenentistas

Intitulam-se “revolucionárias” mas são de fato organizações medularmente contrarrevolucionárias – fazendo o jogo de tal ou qual grupo regional da burguesia. O que vale dizer, fazendo o jogo de tal ou qual imperialismo. Brasilidade radical, nacionalismo puro, horror ao exotismo, exaltação nativista, xenofobia política, fraseologia por vezes anticapitalista e anti-imperialista – tudo isso é tapeação. Óleo de rícino engarrafado com o rótulo de guaraná²²¹.

Em uma nota redigida posteriormente, quando republicou o artigo exposto acima em seu livro *URSS, Itália, Brasil*, Astrojildo Pereira declarou que seu objetivo era “desmascarar a mistificação” do caráter supostamente “esquerdista” da Legião Revolucionária e das ideias por ela preconizadas, incluindo por parte de seu líder, Miguel Costa. O texto *Manifesto da Contrarrevolução* tinha, portanto, o objetivo principal de mostrar o caráter fundamentalmente fascista, direitista e de extrema direita que permeava a Legião Revolucionária e seu manifesto. Seria uma comprovação da tese de Astrojildo Pereira, afirma ele mesmo, o rumo político tomado pelo redator do manifesto: Plínio Salgado, político que “hoje como provavelmente amanhã ele sempre esteve, está e estará ao serviço da burguesia contra o proletariado”.

Entretanto, todas as ações de Astrojildo no CR-SP mais desagradaram ao PCB do que o contrário. O novo Comitê Central obreirista apresentava estar disposto a levar até as últimas consequências a política de expurgos dentro do Partido e, ainda que nos comunicados oficiais esses expurgos apareciam como sendo dos “elementos

²²¹ Idem. p. 143.

liquidacionistas, oportunistas de direita, que se arrastam a reboque da massa”, se tratava de toda a velha guarda dirigente do Partido. De tal sorte, ainda em abril de 1931 Paulo de Lacerda e Astrojildo Pereira começam a receber as primeiras críticas da direção partidária sobre a atuação que o CR-SP então levava a cabo. Foram especialmente condenadas a participação dos dois comunistas em *O Tempo* e *O Homem do Povo*, obrigando Astrojildo a escrever uma primeira carta de autocrítica, que transcrevemos integralmente abaixo

Camaradas do B[ureau] P[olítico] do PCB

Pela presente desejo declarar que me solidarizo completamente com a declaração dos camaradas Paulo de Lacerda e outros, acerca do jornal policial e fascista *O Tempo*, que se publica nesta cidade. Durante algumas semanas emprestei a este jornal a minha colaboração, sob o pseudônimo de Volytom. Embora eu me reservasse inteira liberdade na escolha dos assuntos e na forma de os tratar, - e por isso mesmo meus artigos acabaram sendo suprimidos pela censura - considero hoje um erro essa colaboração, visto poder prestar-se a alimentar ilusões na massa a respeito do verdadeiro caráter deste jornal.

Declaração idêntica devo fazer acerca do jornal *O Homem do Povo*, no qual, desde o primeiro número, redigi a seção de comentário e noticiário internacional, sob a rubrica Sumário do Mundo. Se bem que responsável unicamente pela referida seção - onde igualmente me era dada inteira liberdade - considero também um erro político da minha parte colaborar com *O Homem do Povo*, que se mostrou desde o primeiro número um órgão de confucionismo pequeno-burguês, procurando mascarar sob o disfarce do comunismo a luta que na realidade elementos da pequena-burguesia sustentam para conquistar, contra o Partido Comunista, a direção do movimento revolucionário das massas. Assim sendo, eu me desligo desde esta data, completamente, da redação do aludido jornal.

Aurelino Corvo²²².

O rompimento de Astrojildo com *O Homem do Povo* sequer teve tempo de ser percebido no jornal pela ausência das colunas de Aurelino Corvo. O Partido Democrático de São Paulo, então em luta voraz contra o intendente estadual João Alberto e principalmente contra Miguel Costa e sua Legião Revolucionária, encontrava nos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, localizada no Largo do São Francisco, uma forte base de apoio que ficou enfurecida com os textos de Oswald de Andrade em *O Homem do Povo*, onde atacou com crítica mordaz a burguesia paulista, sua batalha hipócrita contra João Alberto e com a mesma voracidade, as instituições tipicamente frequentadas e controladas por essa classe, incluindo a Faculdade de Direito.

Em *As Angústias de Piratininga*, texto editorial de *O Homem do Povo* do dia 09/04/1931, Oswald de Andrade fez pilhéria do recém-lançado *Manifesto do Partido Democrático*, que anunciava sua ruptura com o governo estadual, dizendo que o mencionado texto era “precioso e ridículo, como literatura política, nulo de visão social, fechado no mais estreito e píffio provincialismo, vertendo apenas o pus que brota dos dois

²²² CORVO, Aurelino [Astrojildo Pereira]. *Carta aos camaradas do BP do PCB*. São Paulo, 04/1931. *Prontuário Astrojildo Pereira*, nº 44. (DEOPS – APESP).

cancros de São Paulo”, isto é, “a Faculdade de Direito e o Café”²²³. No mesmo número do jornal, comparecia texto de Galeão Coutinho também criticando os estudantes do Largo do São Francisco por atacarem a Sociedade Amigos da Rússia, além do artigo do próprio Astrojildo Pereira, que mostrava como exemplo para o movimento operário brasileiro, a atitude dos operários franceses em dissolver pela força uma palestra fascista no bairro de Saint-Dennis, em Paris.

Foi o suficiente para que os democráticos estudantes de direito, na manhã do dia 13/04/1931, atacassem a sede de *O Homem do Povo*, situada nas imediações da Praça da Sé, para empastelar o jornal, que foi defendido a tiros de revólver por Pagú (Patrícia Galvão) e a ponta pés por Oswald de Andrade. A polícia agiu a favor dos estudantes e prendeu o casal militante de *O Homem do Povo*, deixando que a sede do jornal fosse invadida e seu maquinário de produção destruído a porretadas²²⁴.

Nada disso fez mudar a opinião dos dirigentes do PCB a respeito de *O Homem do Povo* e da participação que Astrojildo teve nele. As críticas por parte do Comitê Central continuaram repetindo a gravidade do erro que foi juntar-se aos pequeno-burgueses Oswald e Pagu. Outros tantos erros foram adicionados nas novas críticas dirigidas à Astrojildo Pereira, entre eles, resiliência nas ilusões para com o prestígio, ilusões para com Miguel Costa, ligações com a pequena-burguesia, ligação para com os trotskistas, recusa em militar no sindicato dos gráficos (União dos Trabalhadores Gráficos), aproximação com a quiromancia.

Há três cartas importantes de Astrojildo com o Comitê Central do PCB relatando sobre o período em que foi dirigente em São Paulo. A primeira é de 06 de janeiro de 1932 e se trata de uma resposta a crítica feita pelo CC do PCB em 21/12/1931. Nela, é dito que enquanto esteve na direção do PCB em São Paulo, Astrojildo Pereira, presente no Comitê Regional do Socorro Vermelho em São Paulo, teria transformado essa organização em um órgão de colaboração de classes e não de luta de classes, principalmente por aceitar como integrantes do Socorro Vermelho pequeno-burgueses como Pedro Motta Lima e Emiliano Di Cavalcanti. Sob esses dois pesava as acusações de colaborarem com a Legião Revolucionária de Miguel Costa e por participarem da Sociedade amigos da Rússia, que

²²³ ANDRADE, Oswald. As Angústias de Piratininga. *O Homem do Povo*. São Paulo, 09/04/1931. P. 1.

²²⁴ Recrudesce o conflito entre os estudantes e o diretor de *O Homem do Povo*. *Folha da Noite*. São Paulo, 13/04/1931. P. 10.

seria uma entidade “na qual se escondem os elementos de todas as índoles, como os fascistas, trotskistas, contrarrevolucionários, etc”.

Astrojildo Pereira recusou a crítica do Comitê Central, classificando-a de infundada, explicou que foi designado para a direção do Socorro Vermelho pelo próprio CR-SP no início de julho de 1931, para o qual prestava contas de suas atividades neste organismo. Passou a descrever suas atividades enquanto secretário regional do SV, que seriam a elaboração do plano de ação juntamente com os demais membros do secretariado fundamentado numa carta de orientação do Executivo Internacional do SV, traduzida pelo próprio Astrojildo, e que foi apresentado pelo CR-SP do PCB e a redação de circulares, também aprovadas pelo CR-SP.

Astrojildo fortaleceu sua defesa indicando que quase toda a direção do Socorro Vermelho era composta por militantes do Partido, que a única exceção era Salysbury Galeão Coutinho, trotskista e membro da Sociedade Amigos da Rússia, mas que dentro do SV obedecia plenamente a disciplina exigida pelo Partido. Citou os estatutos do Socorro Vermelho Internacional, salientando que esta é uma organização que aceita membros individuais e coletivos independente de filiação partidária, contanto que esteja de acordo com os seus objetivos e princípios. Astrojildo anexa uma série de volantes, manifestos, notas, protestos e chamadas para manifestações efetuadas pelo Socorro Vermelho, buscando mostrar que ele foi durante todo o período um órgão de luta de classes e não de colaboração.

Astrojildo ainda tentou explicar-se sobre sua ligação com a Sociedade Amigos da Rússia e com Di Cavalcanti. Negou denodadamente ter pertencido à SAA e a única ação que executou nesse sentido foi defender que o CR-SP deveria criar e coordenar uma fração para atuar no interior da dita Sociedade. Quanto a Di Cavalcanti, seria um amigo, colega de pensão, cujas opiniões políticas jamais foram compartilhadas e jamais se deixou influenciar politicamente, buscando fazer o contrário.

Comentou ainda sobre outra carta sua, endereçada particularmente ao camarada Russildo e que, ao cair nas mãos do Comitê Central, causou celeuma por conter a afirmação de “eu sou por temperamento pessoal mais inclinado a portar-me como espectador do que como ator dos acontecimentos”. A direção partidária (assim como, aparentemente, a historiografia) interpretou esta frase como uma declaração de conformismo, como se Astrojildo estivesse dizendo que não era um homem de ação, o

que é o mais básico da militância comunista. O fundador do PCB deixou evidente que essa não era sua intenção.

Parece que esta afirmação causou escândalo. Não sei por quê. E aproveito esta oportunidade para reafirmar – isto é até mais do que uma autocrítica – que realmente sou assim. Mas isso quer dizer que a luta revolucionária me seja indiferente? Longe, longe disso. Toda minha vida militante (e são mais de 20 anos!) prova o contrário. Sinto-me espectador, sim, mas espectador que se apaixona pela peça, que bate palmas, que toma partido, que ajuda os atores com seu aplauso caloroso e que irá as últimas consequências na sustentação deste aplauso. Espectador de torrinha.

Eis tudo. Ora, eu estou firmemente persuadido que um espectador compreensivo vale mais, em benefício da própria peça, do que um mau ator. Fui ator, durante longo período, a falta de outros, não por própria vocação. Desde, porém, que bons atores apareceram, eu me retirei gostosamente para as torrinhas, com as mãos preparadas para aplaudi-los... assim contribuirei melhor para o sucesso da peça. Falando em linguagem menos [palavra ilegível], o meu pensamento a este respeito era e é o seguinte: afastar-me do posto de direção do P.[artido], concentrar o meu esforço no trabalho de base numa célula importante de empresa; dar ao P.[artido] aquilo que eu penso poder dar-lhe melhor: artigos, brochuras, estudos mais sérios, divulgando e sustentando a linha do P.[artido] em todas as questões²²⁵.

Astrojildo Pereira, portanto, não pretendia afastar-se da militância comunista, apenas não desejava voltar a exercer cargo de dirigente. A sua tarefa, segundo ele mesmo, seria trabalhar como intelectual do Partido, principalmente como um divulgador e polemista. Esta carta estava longe de ser, dessa forma, um pedido de desligamento do PCB para viver tranquilamente uma vida de vendedor de bananas no interior do Rio de Janeiro, tal como aparece nas memórias de Octávio Brandão. O desligamento de Astrojildo Pereira da vida partidária, como veremos, foi compulsório. A carta que estamos comentando termina dizendo

Não, camaradas, nem conscientemente nem inconscientemente eu não tenho cometido nenhum “verdadeiro ato de traição ao proletariado”, que tornem a minha presença dentro do Partido, um “verdadeiro crime contra a IC”. A fidelidade – moral e política – é em mim uma qualidade que posso dizer inata. Sempre fui, sou e serei fiel ao Partido Comunista e a Internacional Comunista, seja em que circunstâncias forem, não só por palavras, mas também por atos²²⁶.

Uma última carta importante foi escrita depois que Astrojildo foi deportado para o Rio de Janeiro. Nesta carta, o fundador do PCB admite mais uma vez ser pouco propenso para as atividades práticas como discursos nas portas de fábricas ou agitador em meetings de massas. Segundo ele mesmo, o melhor emprego de suas forças seria como “mero escrevinhador de papel”. Depois de reafirmar todas as respostas que havia dado anteriormente ao Comitê Central, resumindo-as novamente de maneira numerada,

²²⁵ LEDO, Américo [Astrojildo Pereira] *Camaradas do BP*. São Paulo, 06/01/1932. Prontuário Astrojildo Pereira, nº 44. (DEOPS – APESP).

²²⁶ LEDO, Américo [Astrojildo Pereira] *Camaradas do BP*. São Paulo, 06/01/1932. Prontuário Astrojildo Pereira, nº 44. (DEOPS – APESP).

Astrojildo Pereira declarou que encarava como um processo natural ter deixado a secretaria geral do Partido, visto que uma nova geração de militantes se formava, sendo essa a maior prova de que não era avesso à chamada “proletarização” do PCB, mas que os camaradas dirigentes deveriam compreender que

Eu só dou o que posso dar. O erro, neste caso, não é erro meu, consiste em exigir-se de mim aquilo que não posso dar. Se eu tivesse capacidade bastante para realizar todas as tarefas que os camaradas exigem de mim, eu não teria saído da direção. Isto me parece de uma evidência tão grande que me admira como os camaradas não compreendem. É falso dizer que todos podem dar tudo. Teoricamente e praticamente falsíssimo. Sempre opinei e continuo a opinar que a boa repartição do trabalho, poder-se ia dizer a racionalização do trabalho do Partido, consiste precisamente em bem medir as possibilidades e capacidade de cada membro e exigir de cada um pode dar de melhor.

[...]

Direis que escrever é fácil, mas difícil é o fazer. Isto é conforme. No meu caso, porém (meu e de outros como eu), posso afirmar que o que eu sei de melhor é precisamente escrever e que é consagrando-me a esta espécie de atividade que eu poderei prestar melhores serviços ao proletariado e ao Partido. Não digo que esses serão melhores que os que outrem possam prestar. O que eu digo é que são os melhores que eu posso prestar. Digo e provo. E os camaradas também o comprovam, implicitamente, visto que não discutem nem combatem a linha defendida e sustentada em meus escritos. Pergunto aqui: por que e para que insistir em dar-me tarefas que eu não tenho capacidade para cumprir satisfatoriamente, quando a minha capacidade pode ser mais utilmente empregada em outras tarefas que eu melhor que os outros camaradas poderei realizar?

Mero escrevinhador de papel. Eis o que sou por vocação e por ofício. O meu erro principal no passado terá sido o de querer forçar a minha índole para as quais não era suficientemente apto. Compreendo hoje que não deveria nunca tê-los aceitado. Seria, portanto, a mais respeitada prova de contrassenso de minha parte repetir a malograda experiência. Não repetirei. Volto a ser simplesmente o que jamais deveria ter deixado de ser – mero escrevinhador de papel. Vou dedicar-me exclusivamente a esta tarefa: escrever, traduzir, editar. Tarefa limitada, bem sei, mas a única que eu presumo poder realizar com acerto e proveito. Dentro destes limites, eu servirei como sempre à IC e ao Partido, modestamente, mas fielmente²²⁷.

A defesa de Astrojildo Pereira em nada o ajudou a manter-se como militante do PCB. Pelo contrário, em documento do Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista, é dito que

As declarações de ex-dirigentes do Partido, do companheiro Astrojildo Pereira, sobre seu cansaço, sobre sua incapacidade de ser dirigente, sobre seu espírito de espectador da história mais do que ator (declarações formuladas em reunião do CR-SP antes do Pleno), todas essas vacilações dos elementos pequeno-burgueses não são mais do que o reflexo do processo de diferenciação e da luta de classes no Brasil, resultado do crescimento do proletariado, como classe que compreende a necessidade da luta independente de todas as massas oprimidas, sob direção do proletariado e seu partido mediante uma política e táticas claras²²⁸.

²²⁷ LEDO, Américo [Astrojildo Pereira]. *Camaradas do B.P.* São Paulo, 22-25/01/1932. Prontuário Astrojildo Pereira, nº 44. (DEOPS – APESP)

²²⁸ BSA-IC. *Teses sobre a situação do Brasil e as tarefas do PCB*. Buenos Aires, 1932. P. 12. (Acervo Internacional Comunista -AEL).

Quer dizer, o entendimento da direção comunista no movimento latino-americano era que a luta de classes, conforme tornava-se mais aguda e direta, expurgava de dentro dos Partidos Comunistas os membros incapazes de criar a disciplina e a têmpera necessária, principalmente os pequeno-burgueses e Astrojildo Pereira era visto como um destes. Um intelectual pequeno-burguês, incapaz de “bolchevizar-se” adequadamente ao momento presente da luta de classes e que, portanto, seria depurado do Partido. Esse limite de Astrojildo Pereira, na visão do BSA-IC, expressava-se nas alianças que fazia com os setores não revolucionários, reformistas ou não, deixando o Partido dependente de políticos pequeno-burgueses.

Este documento, aliás, apesar de intitular-se como uma análise da situa o do movimento comunista no Brasil, era na verdade uma análise bastante crítica principalmente sobre o movimento comunista na cidade de São Paulo, demonstrando que a política que o CR-SP levou no primeiro semestre de 1931, isto é, a política coordenada por Astrojildo, não agradava ao BSA-IC e o preocupava. Todas as críticas feitas a Astrojildo Pereira e que foram mencionadas e respondidas por ele em suas cartas ao Comitê Central do PCB estão presentes neste documento, mas mostram que era impossível que Astrojildo pudesse ser absolvido por meio da sua própria defesa, visto que a tática do BSA-IC e do PCB era totalmente divergente da que Astrojildo colocava em prática e descrevia em suas cartas.

Enquanto Astrojildo seguia a tática da frente única, aliando-se as forças políticas que tinham alguma inser o entre a classe operária e buscando usar esta aliança como ponte para disputar ideologicamente a consciência da classe, a nova tática do movimento comunista consignava que essa colabora o acabava “aumentando o prestígio” dessas forças políticas enquanto o PCB deveria lutar para desacreditá-las, para fazer a classe trabalhadora entende-las como organiza es oportunistas, inimigas de classe. É por ter-se mantido agindo de acordo com a política de frente única que Astrojildo Pereira foi acusado na análise do BSA-IC de não ter rompido com a teoria de Octávio Brandão em *Agrarismo e Industrialismo*, que como já vimos no capítulo passado, era considerada como uma política que deixava o PCB a reboque da pequena-burguesia.

Assim, toda a política de alianças do CR-SP durante o ano de 1931   condenada. Os comunistas de São Paulo estariam errando em “não desmascarar o caráter fascista de Miguel Costa e João Alberto”, e justamente por isso, “ajudando-os a iludir as massas”. Para o BSA-IC qualquer colabora o com organiza es como *O Homem do Povo*, *O*

Tempo, Legião Revolucionária e os trotskistas seriam “encobrir sob um nome revolucionário sua atividade contrarrevolucionária”. Assim,

O Partido deve colocar-se a tarefa imediata da liquidação do resto de popularidade da Aliança Liberal, desmascarando completamente o conteúdo contrarrevolucionário da atividade dos anarquistas, trotskistas, pessoal de *O Homem do Povo*, *O Tempo*. Só assim poderá conquistar para suas fileiras os melhores operários influenciados por essas organizações²²⁹.

O processo de expurgo das fileiras partidárias foi elogiado por retirar os conciliadores, deixando apenas os quadros conscientes da necessidade da política independente. No que dizia respeito ao CR-SP

Se podemos dizer que as organizações do Partido se proletarizaram em sua composição, subsiste o fato de que a direção ampliada, em que integram mais operários, subsiste muito raramente, enquanto a direção restrita, com maioria de intelectuais é o que funciona realmente²³⁰.

Portanto, o CR-SP estava em atraso com a política de proletarização, necessitando dar continuidade à depuração dos elementos pequeno-burgueses na região. Tal ação era necessária pois se constatava, certamente tendo como parâmetro as ações de Astrojildo Pereira e Paulo de Lacerda, que os intelectuais pequeno-burgueses serviam de ponte entre o Partido com a Aliança Liberal. Plínio Mello era citado como exemplo de militante que se encaixava nesse papel e que já havia sido expulso do PCB. Curiosamente, o BSA reconheceu que a “proletarização” havia criado como efeito colateral o Anti-intelectualismo e defendia que os intelectuais deveriam seguir a linha política do Partido, e não serem expulsos.

O Socorro Vermelho de São Paulo, diz o BSA-IC, era um erro por ter sido formado com elementos pertencentes a *O Tempo* e *O Homem do Povo*. A política de Astrojildo estaria errada por afirmar que o Socorro Vermelho não tinha plataforma política. Por essas razões, o BSA determinou a liquidação do Socorro Vermelho em São Paulo, que deveria ser reorganizado pelo PCB, com outras pessoas e deixando claro que o SV era uma organização do movimento operário, com nítida plataforma política em favor desta classe²³¹.

Em suas memórias, Leôncio Basbaum relata uma reunião do secretariado do BSA-IC em que participou como convidado para fazer um informe sobre a situação brasileira,

²²⁹ BSA-IC. *Teses sobre a situação do Brasil e as tarefas do PCB*. Buenos Aires, 1932. P. 29. (Acervo Internacional Comunista - AEL).

²³⁰ BSA-IC. *Teses sobre a situação do Brasil e as tarefas do PCB*. Buenos Aires, 1932. P. 24. (Acervo Internacional Comunista - AEL).

²³¹ BSA-IC. *Teses sobre a situação do Brasil e as tarefas do PCB*. Buenos Aires, 1932. P. 27. (Acervo Internacional Comunista - AEL).

ocasião em que tentou defender Astrojildo Pereira das acusações que vinha recebendo do Comitê Central do PCB. A reação dos membros do Bureau Sul-Americano ratifica o conteúdo do documento exposto por nós e nos oferece uma imagem vívida do que foi o processo de afastamento de Astrojildo no interior do movimento comunista.

Tentei ainda defender Astrojildo. Mas Guralski, retirando um papel de sua pasta pediu que o lesse. Tratava-se de uma carta de Astrojildo, de próprio punho, escrita de São Paulo. Não me lembro, evidentemente, dos termos da carta, mas, em suma, ela dizia o seguinte: pretendia afastar-se do Partido, embora sem abandoná-lo completamente. “Sairia do palco para se colocar na plateia” (estas palavras nunca esqueci). Mas não seria um espectador indiferente. Ali estaria ele para vaiar, mas também para aplaudir, quando achasse justo, a fim de incentivar os atores.

A carta me deixou perplexo. Aquilo, diziam, era apenas uma demonstração de que seu afastamento fora justo e que lhe faltava, a ele, Astrojildo, o “espírito de autocritica bolchevista”. Eu deveria regressar ao Brasil e falar com ele “para salvá-lo”. E, se quisesse a carta de volta, eles a devolveriam²³².

Como já mostramos antes por meio da carta de Astrojildo, este não pretendia afastar-se do Partido, mas sim exercer o papel de militante de base e propagandista. De toda forma, o relato de Basbaum confirma que o BSA-IC compreendia que toda a atitude de Astrojildo era prova de sua inadequação para continuar no PCB. Leôncio Basbaum não conseguiu “salvar” Astrojildo para o movimento comunista. Ao contrário, em breve também ele seria depurado em razão do crescente obreirismo que se apoderava do Comitê Central. Astrojildo Pereira foi expulso formalmente no V Pleno do Comitê Central, ocorrido em agosto de 1932, mais uma vez acusado de todos os erros expostos por nós neste subcapítulo.

A partir de então, o “astrojildismo” tornou-se um corpo ideológico a ser combatido dentro do PCB, caracterizado como um “desvio de direita” que se expressava por meio da tendência de atribuir à pequena-burguesia o caráter de força motriz da revolução brasileira, deixando o proletariado a seu reboque. Era um tipo brasileiro de menchevismo. As alianças com os partidos e organizações pequeno-burguesas, portanto, não deveriam ocorrer e as propostas que rumaram nesse sentido eram logo classificadas como “astrojildismo”²³³.

²³² BASBAUM, Leôncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 110.

²³³ Cf. BRADO. O Astrojildismo e a Luta pela Formação do Partido do Proletariado. A Classe Operária. Rio de Janeiro, 11/1932. P. 2 – 4 (ASMOB). Em 1935, quando o PCB havia mudado sua política de alianças no sentido de abranger a pequena-burguesia, continuava com a mesma posição à respeito de Astrojildo Pereira e do que seria o “astrojildismo”. Cf. Informe de Marquês [pseudônimo de Valdivino Barbosa Loureiro] no VII Congresso da IC. In JEIFETS, Victor; SCHELCHKOV, Andrey. *La Internacional Comunista en América Latina: En documentos del Archivo de Moscú*. Adriana Ediciones: Moscú-Santiago del Chile, 2018. P. 701 – 724.

Em defesa do próprio Astrojildo Pereira, e contra ele mesmo, nossa exposição mostrou que o fundador do PCB não era um “mero escrevinhador de papel”. Como, aliás, foi salientado por Octávio Brandão, Astrojildo era um excelente organizador político e habilidoso articulador de alianças, sobretudo no campo da propaganda, isto é, da produção intelectual voltada para as massas. Não apenas suas ações no CR-SP em 1931, mas também toda a sua vida militante o prova, tendo como ponto alto seu trabalho para a fundação do PCB. A “depuração” de Astrojildo Pereira pelo PCB foi a queima de um quadro valioso, de um intelectual orgânico do movimento comunista em razão de uma política sectária e anti-intelectual. Astrojildo Pereira só voltaria a militar nas fileiras do Partido em 1945 e, a partir daí, cumpriu o prometido: atuou como um escrevinhador de papel, colocando todo o foco de sua atividade na produção intelectual e cultural.

Cabe ainda algumas palavras sobre a posição que Astrojildo Pereira se encontrou quando foi enviado pelo PCB para “reabilitar-se” construindo o movimento comunista na cidade de São Paulo. Martin Cezar Feijó comenta a íntima relação que Astrojildo Pereira tinha com o Rio de Janeiro desde sua juventude.

Aos 15 anos de idade, Astrojildo Pereira começou a descobrir os múltiplos meandros da capital federal, que mais tarde seria definida por ele como a síntese do Brasil, quando escreveu que 'a capital do país sempre foi o ponto de convergência, a sùmula, o índice de todo o país'. O Rio possibilitou ao jovem Astrojildo o encontro com a modernidade e a tradição, o nacional e o internacional, o fascínio e o desencanto, a elegância e a brutalidade, a utopia republicana e a luta de classes, a vida literária e as festas populares, tudo em contraditória tensão, sem a qual não se pode compreender a origem do revolucionário²³⁴.

Astrojildo viveu no Rio de Janeiro pós modernização forçada pelo “bota abaixo”, a reforma urbana que engendrou a Revolta da Vacina, pela importação de pardais da França no objetivo de dar ares parisienses à capital brasileira, que já havia assistido em sua história o nascimento do movimento operário há décadas e outras revoltas populares como, por exemplo, a Revolta da Chibata. O Rio de Janeiro era um centro de intelectuais da estirpe de Machado de Assis e Euclides da Cunha.

Ainda que possamos cogitar a possibilidade, falta evidências para poder afirmar que a formação subjetiva “carioca” de Astrojildo Pereira e outros dirigentes de primeira época do PCB tenha sido determinante para que o Rio de Janeiro se transformasse também no quartel general dos comunistas, em detrimento de São Paulo durante toda a década de 1920. Mas salta aos olhos que quando Astrojildo Pereira foi enviado para a

²³⁴ FEIJÓ, Marin César. *O Revolucionário Cordial*. São Paulo: Boitempo, 2022. P. 54.

capital paulista para sanar os problemas locais do Partido, ele o tenha ido não como um representante legítimo da linha política partidária, como um dirigente comunista de nível nacional, mas sim como um renegado pequeno-burguês que deveria reabilitar-se, reeducar-se.

O caso diz muito sobre como o PCB encarava a capital paulista no exato momento em que passava pelo frenesi do expurgo obreirista e uma concomitante reestruturação: São Paulo era a cidadela dos comunistas renegados, dos pequeno-burgueses problemáticos, lar dos trotskistas e prestistas. Era melhor que essa gente fosse escoada para lá e provassem sua fidelidade ao partido do proletariado enfrentando a si mesmos como "pequeno-burgueses" do que permanecer atrapalhando o trabalho da vanguarda revolucionária no Rio de Janeiro. Conforme o BSA-IC pressionava o PCB para tornar-se forte na cidade de São Paulo, essa condição da cidade como “campo de reabilitação dos renegados” não pôde durar. O Partido em São Paulo começou a passar ele mesmo pelo processo de depuração, pois tornava-se necessário, além de crescer, criar militantes alinhados com a direção partidária e do movimento comunista internacional.

3.2. A Conquista de São Paulo pelo PCB finalmente se realiza

O período de passagem de Astrojildo Pereira por São Paulo, como apontado, foi profícuo, apesar de toda a crítica feita pelo Comitê Central do PCB e pelo Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista. Foi durante este tempo que o aparelho partidário tomou impulso e começou a ser construído com vigor. Astrojildo e Paulo de Lacerda foram responsáveis por escrever um manifesto de fundação da Federação Sindical Regional de São Paulo (FSR-SP), filiada à Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB), também de iniciativa dos comunistas e fundada em março de 1929. Os militantes do PCB em São Paulo passaram todo o ano de 1931 preparando a criação e solidificação da FSR-SP, propagandeando-a nos sindicatos, fábricas e bairros operários.

Em março ocorreu a Conferência Sindical Regional de São Paulo, promovida pela CGTB. Nela, além dos representantes da CGTB, estiveram presentes os seguintes sindicatos da capital e do interior do estado: União dos Trabalhadores de Ribeirão Preto, Liga dos Camponeses de Bauru, Presidente Alves e Pirajuí, os operários da Light and Power, os operários ferroviários e metalúrgicos, a Associação Operária 23 de agosto de Cruzeiro do Sul, a União dos Operários Ferroviários da São Paulo Railway, a União dos Operários em Construção Civil de Ribeirão Preto, a minoria sindical dos sapateiros, a

minoria sindical dos gráficos, a minoria sindical dos garçons, os operários das oficinas telefônicas, o Comitê de Imprensa Sindical, a União dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, a União dos Operários Modeladores, a minoria dos garçons de Santos, a Liga Operária de Sertãozinho, Trabalhadores da madeira, Estivadores de Santos e Construção Civil de Santos. Também a União dos Trabalhadores Marítimos e Portuários do Brasil (sucursal de Santos) e a União Operária de Mútuo Socorro de Taubaté aderiram à FSR-SP, porém, não enviaram representantes para a Conferência. A União de Operários em Fábricas de Tecidos de São Paulo participou como ouvinte.

A Conferência teve como pauta a situação econômica do país e a situação de miséria e fome da classe trabalhadora, reivindicações imediatas para empregados e desempregados, a situação dos trabalhadores rurais, problemas de organização e tática de luta e, por fim, elegeram um Comitê Provisório da FSR-SP para dirigir a organização até a realização de um Congresso.

Em seu comunicado para a classe trabalhadora de São Paulo, a FSR-SP buscou contrapor-se a FOSP e, contra a acusação que esta lhe fazia de “divisionismo”, declarou

Propomos a unidade para a luta contra a burguesia, sustentada pelo governo e contra as tapeações do governo, por intermédio do Ministério do Trabalho, que manobra para enganar as massas trabalhadoras, desviá-las do terreno da luta de classe, mergulhá-la no charco do colaboracionismo e do reformismo, procura anular as leis mais ou menos favoráveis aos trabalhadores, as quais além de não serem devidamente cumpridas, estão sendo reformadas para pior, procurando, assim, frear o movimento operário, dividi-lo, fracioná-lo, para ter as massas em suas mãos, para melhor nos explorar e oprimir a todos e evitar as lutas pela conquista das reivindicações imediatas dos trabalhadores que vivem numa situação de miséria e fome espantosa, agravada, sobremaneira com a crise que se aguça e aprofunda, aumentando dia a dia o desemprego de milhares de famílias. Propomos realizar um Congresso Regional Sindical de São Paulo, o mais breve possível, com representação de todos os sindicatos operários do Estado de São Paulo, inclusive os da Federação Operária, para concretizar o problema da unidade e eleger a direção definitiva da futura Federação Sindical Regional, aderente à CGTB²³⁵.

Os sindicatos e categorias de trabalhadores que aderiram à Conferência da FSR-SP nos revela dados importantes sobre a situação da inserção dos comunistas na cidade de São Paulo. Levando em consideração a dura perseguição que o Partido sofreu no local durante o ano de 1930, é impressionante constatar a presença, já em março, de sindicatos como União dos Sindicatos Operários da São Paulo Railway e União dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, indicando que o PCB não apenas havia se inserido em duas

²³⁵ Comitê Provisório da Federação Sindical Regional de São Paulo (aderente à CGTB). *À classe trabalhadora em geral e aos companheiros representantes dos sindicatos aderentes à Federação Operária de São Paulo*. São Paulo, 12/03/1931. Apud CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943) vol. 1*. São Paulo: Difel, 1982. P. 316 – 317.

categorias estratégicas da classe operária num curto espaço de tempo, como também conseguido a direção desse sindicato, ou pelo menos uma maioria dentro dela, suficiente para garantir participação em sua Federação Sindical.

É também importante assinalar a preponderância de sindicatos de cidades do interior do estado, indicando que, se o Partido tinha dificuldade de se inserir entre os trabalhadores rurais, não tinha essa mesma dificuldade nas cidades do interior, conseguindo mesmo adesão em categorias como os metalúrgicos. Nota-se também a relevante adesão do sindicato dos trabalhadores marítimos e do Porto de Santos, um dos principais pontos de escoamento de mercadorias para dentro e fora do Brasil, ainda que não necessariamente surpreenda, visto que o PCB já demonstrava na década de 1920 uma boa atuação nesta cidade litorânea. Por fim, as minorias sindicais em categorias como gráficos, garçons, sapateiros e outros evidenciam que o Partido, mesmo em sindicatos em que havia perdido a direção ou jamais conquistado, fazia o trabalho de se manter atuante e em disputa. De maneira geral, podemos concluir que 1931 é o ano em que os comunistas paulistanos começam a executar de fato a inserção nas categorias estratégicas de trabalhadores e o trabalho de tomada dos sindicatos da cidade contra os anarquistas e reformistas tal como os comunistas cariocas fizeram uma década antes.

Uma variedade de outros documentos reforçam essa afirmação. Mesmo em relatório policial encarregado de avaliar o processo de crescimento do PCB em São Paulo, é dito que foi no imediato após a Revolução de 1930 que o PCB teria intensificado seu trabalho em São Paulo, de maneira que

Do trabalho sindical resultaram consequências imediatas, entre elas a criação de um permanente estado de agitação em vários sindicatos, notadamente bancários, comerciários, contadores e ferroviários, agitação essa capeada pelas reivindicações econômicas e de classe²³⁶.

Em maio, a FSR-SP publicou o segundo número de seu jornal. Este, além de novas críticas aos anarquistas, trostkistas e aos legionários de Miguel Costa, informa que os comunistas participaram da comemoração do 1º de Maio em evento chamado pela FOSP, ocorrido na Liga Lombarda, fazendo falas em nome da FSR-SP, o que logicamente os levou ao conflito com os militantes anarquistas²³⁷. O jornal também publicou um resumo dos trabalhos efetuados nos últimos quinze dias, constando uma sistemática campanha

²³⁶ *A Propaganda Comunista no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1935. (DEOPS – Prontuário PCB vol. 9)

²³⁷ Como foi comemorado o 1º de Maio em São Paulo. *O Proletário*, 18/05/1931. P. 1. (DEOPS-SP-Prontuário FSR-SP, nº 0880)

contra a lei de sindicalização e orientando as “frações vermelhas” a participarem das reuniões e assembleias sindicais defendendo esta pauta.

Além disso, a sessão registrou a organização de caixas de pensões e aposentadorias entre os sindicatos ferroviários, a formação de comitês de trabalho sindical, o envio de cartas para comunicar-se com os militantes do interior do estado e para propor a frente única com outros sindicatos, cursos sindicais e comícios em porta de fábrica. Sobre os cursos sindicais, o jornal informava que eles ocorriam aos domingos e versavam sobre a história do movimento sindical internacional, suas tendências ideológicas e as táticas de luta sindical²³⁸.

Se faz presente também a notícia do Congresso dos sindicatos ferroviários em que este aprovou por unanimidade a adesão à política de frente única preconizada pela FSR-SP²³⁹, bem como uma carta de um militante em fábrica de tecidos, criticando a direção atual da UOFT por “namorar” o Ministério do Trabalho e Miguel Costa e chamando os demais operários em fábricas de tecidos para apoiar a entrada deste sindicato na FSR-SP, expondo o programa da Federação para esta categoria de trabalhadores: um tear para cada operário, 8 horas de trabalho por dia sem diminuição do salário, fim das multas da empresa contra os trabalhadores, aumento de salário, salário igual para as mulheres e recesso dois meses antes e depois da realização de um parto, cumprimento da lei de férias, combate à lei de sindicalização, liberdade para os operários presos por greve ou razões políticas, liberdade de organização e imprensa para os trabalhadores²⁴⁰.

Logo a FSR-SP começou a preparar um novo Congresso, buscando expandir a adesão aos demais sindicatos e categorias de operários da cidade de São Paulo. Em seu primeiro manifesto de convocação, dizia a FSR-SP

Analisando a situação das massas trabalhadoras de São Paulo, cada vez mais exploradas e oprimidas, e exigindo a situação um esforço comum de todo o proletariado para a conquista de suas reivindicações e para a luta contra o capitalismo que, mais a mais, a explora e oprime, a Federação Sindical Regional de S. Paulo, realizará no próximo 30 de agosto, na capital de São Paulo, uma Conferência de unidade sindical²⁴¹.

²³⁸ A Federação Sindical Regional de São Paulo em atividade. *O Proletário*, 18/05/1931. P. 2. (DEOPS-SP – Prontuário FSR-SP, nº 0880)

²³⁹ O Congresso dos Ferroviários de São Paulo votou pela frente única de luta ao lado da FSR-SP. *O Proletário*, 18/05/1931. P. 2. (DEOPS-SP- Prontuário FSR-SP, nº 0880)

²⁴⁰ Um nosso companheiro tecelão pede-nos a publicação do seguinte. *O Proletário*, 18/05/1931. P. 2. (DEOPS-SP- Prontuário FSR-SP, nº 0880).

²⁴¹ FSR-SP. Conferência da Unidade Sindical. *Correio da Tarde*, 13/08/1931. (DEOPS-SP – Prontuário FSR-SP, nº 0880).

Documentos policiais atestam que o PCB fazia forte campanha interna nos sindicatos da capital paulista. Segundo o secreta Antônio Guioffi²⁴², o sapateiro comunista Augusto Pizzutti, tornara-se tecelão para concorrer internamente na UOFT, chegando mesmo à direção do sindicato ainda no primeiro semestre de 1931²⁴³. Em resposta, o presidente do sindicato, José Riguetti, próximo a Miguel Costa, emitia comunicados aos filiados da UOFT combatendo a presença dos comunistas, dizendo que eles promoviam distúrbios e por isso deveriam ser proibidos de participar das reuniões do sindicato²⁴⁴.

A fábrica de juta Sant'Anna presenciava grande atividade dos militantes do PCB, com comícios diários em sua porta juntamente a entrega do jornal *O Proletário* e manifestos aos operários. Pizzutti também continuava atuando como presidente da União dos Artífices em Calçados (UAC), dividindo a direção do sindicato com anarquistas, o que fazia das assembleias verdadeiros campos de guerra política. Juntamente com Alam de Almeida, Pizzutti defendia em todas as reuniões a adesão da UAC à FSR-SP, no que era combatido pelos partidários da FOSP²⁴⁵. No dia 30/08/1931 ocorreu assembleia da UAC no Salão Itália Fausta em que o operário anarquista Sebastião Gonçalves apresentou moção pedindo a demissão de Pizzutti do cargo de presidente do sindicato, pois este, apesar de ter perdido na proposta de adesão acima mencionada, havia decidido participar do Congresso da FSR-SP representando a “minoria” dos sapateiros²⁴⁶.

A FSR-SP publicou novo texto no dia 31 de agosto, denominando o evento como “Congresso” e marcando nova data. Neste texto era comunicado que “A FSR não tem afinidade de qualquer natureza com a Federação Operária de S. Paulo. Embora seus objetivos sejam idênticos, as diretrizes de luta são radialmente opostas”²⁴⁷. Adiante, era explicado que nacionalmente a FSR-SP se filiava à Confederação Geral do Trabalho do Brasil e internacionalmente à Internacional Sindical Vermelha.

²⁴² Antônio Guioffi passou a colaborar com a polícia em 1931. Era sindicalista anarquista e tinha expressão relevante na FOSP, sendo responsável pela elaboração das atas das assembléias realizadas em sua sede (as mesmas eram passadas, por ele, para a polícia). Tinha trânsito por todo o meio libertário, era bem aceito entre os trostkistas e frequentava as reuniões da FSR-SP (Cf. FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O Serviço Reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo: Unesp, 2006. P. 116).

²⁴³ GUIOFFI, Antônio. *Informe sobre a UOFT*. São Paulo, 01/06/1931. (DEOPS-SP - Prontuário nº 0880, FSR-SP, Vol 1).

²⁴⁴ GUIOFFI, Antônio. *Informe sobre as disputas internas nos sindicatos de São Paulo*. São Paulo, 02/07/1931. (DEOPS-SP - Prontuário nº 0880, FSR-SP Vol 1).

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ GUIOFFI, Antônio. *Informe sobre a posição da UAC em relação ao Congresso de Unidade Sindical*. São Paulo, 28/08/1931. (Prontuário nº 0880, FSR-SP vol. 1 – DEOPS-SP - APESP).

²⁴⁷ FSR-SP. O Congresso de Unidade Sindical reunir-se-á no dia 18 de setembro próximo. *Correio da Tarde*. São Paulo, 31/08/1931. (DEOPS-SP – Prontuário FSR-SP, nº 0880).

Em entrevista ao *Correio da Tarde*, um membro do Comitê Executivo da FSR-SP denunciou a repressão e a perseguição que a polícia levava a cabo contra o movimento operário, salientando o assassinato do comunista Herculano de Souza pela polícia de Santos. Certamente com perspectiva de combater a admiração que o operariado paulistano nutria pela figura do tenentista Miguel Costa e a adesão que parte dele dava à Legião Revolucionária, declarou que João Alberto e Miguel Costa usavam os legionários para espancar operários sindicalistas nas ruas de São Paulo²⁴⁸.

No dia 06 de setembro deu entrevista para *O Correio da Tarde* o comunista João Menezes, presidente da FSR-SP, falando sobre o Congresso de Unificação Sindical que deveria acontecer no dia 12 do mesmo mês. As declarações de Menezes, além de denunciar a exploração capitalista e a iminência de uma nova guerra mundial, seguiu o padrão do texto anterior publicado pela Federação no sentido de criticar os anarquistas paulistanos, que “quando da greve dos trabalhadores da Light, e dos estivadores de Santos, representaram o papel de bombeiro na luta de classes...”²⁴⁹. Menezes, continuando sua crítica, vinculou os anarquistas a outros oponentes que o PCB pretendia combater, como o Ministério do Trabalho e sindicalistas reformistas como José Righetti, assim como João Alberto e Miguel Costa, definindo todos eles como inimigos do proletariado e a FSR-SP como única federação sindical realmente revolucionária. A entrevista de João Menezes, apesar de realizada no dia 06, só foi publicada pelo jornal no dia 14 de setembro. O Congresso da FSR-SP, que deveria acontecer no sábado dia 12 não ocorreu por intervenção policial, ocasião em que Menezes foi preso.

A FSR-SP, por meio de *O Proletário*, anunciou o Congresso da Unidade Sindical, cujo objetivo seria “unificar o movimento sindical no estado de S. Paulo afim de se formar uma frente única, de operários de todas as tendências religiosas ou políticas para se opor à frente única que a burguesia vai fazendo contra a classe proletária”²⁵⁰. O Congresso congregaria sindicatos da capital e do interior do estado e, em sua primeira página, comemora a adesão de dois sindicatos da capital que considera de extrema importância e que saíram da FOSP para compor a FSR-SP: a União dos Trabalhadores Gráficos e a

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Entrevista com João Menezes: A Emancipação dos Trabalhadores tem de ser obra dos próprios Trabalhadores. *Correio da Tarde*. São Paulo, 14/07/1931. (DEOPS-SP – Prontuário FSR-SP, nº 0880).

²⁵⁰ O Congresso de Unidade Sindical. *O Proletário* nº 7. São Paulo, 10/1931. P. 1. (DEOPS-SP – Prontuário FSR-SP, nº 0880).

União dos Operários Canteiros, ambas naquele momento sob direção dos trotskistas da Liga Comunista Internacionalista, informação que não é mencionada no anúncio²⁵¹.

A matéria é nitidamente um ataque à FOSP, então a maior federação sindical paulistana. As reivindicações gerais apresentadas pela FSR-SP para os trabalhadores eram contra a diminuição dos salários e aumento das horas de serviço, pelo aumento dos salários, redução da jornada para 7 horas diárias para dar emprego aos desempregados, auxílio aos desempregados por parte das fábricas e do Estado, em favor de 6 horas de trabalho diário para mulheres e crianças, liberdade aos operários presos, contra o Ministério do Trabalho e as leis trabalhistas (chamado de Ministério da Tapeação e leis fascistas), pelo direito de greve e liberdade de organização e imprensa dos trabalhadores²⁵². A FSR-SP anunciou no mesmo número a organização de uma marcha da fome que deveria acontecer no dia 24 de outubro de 1931 e apresentou um interessante programa especificamente para os desempregados:

REIVINDICAÇÕES PARA OS DESOCUPADOS

- Caixa de seguros contra a desocupação para auxiliar os desempregados, que deverá ser constituída por contribuições:

A) 25% pelos patrões

B) 25% pelos fazendeiros

C) 25% pelos bancos e empresas imperialistas (estrangeiras)

D) 25% pelo governo, devendo ser utilizado para isso os juros e amortizações dos empréstimos externos, que não vão ser pagos devido a moratória.

- Essa caixa deverá dar a cada desempregado:

- 4\$000 por dia e um quilo de pão.

- Leite grátis para os filhos pequenos.

- Remédios e medicamentos grátis.

- Transporte gratuito.

- O café que está sendo lançado ao mar deve ser distribuído entre os desempregados.

- Não pagamento dos aluguéis, luz e água enquanto durar a desocupação.

- Utilização de todas as casas ou edifícios públicos desocupados para alojamento de famílias operárias sem teto.

- Contra o despejo dos desempregados ou dos semi-desempregados, isto é, que só trabalham dois ou três dias por semana.

- Os desempregados deverão pleitear nas fábricas o horário de 7 horas por dia para aumentar o número dos que trabalham.

- 6 horas para jovens e mulheres. Salário igual para trabalho igual.

PARA TRABALHADORES DO CAMPO

- Terra em zona saneada e ferramenta para trabalho gratuitas.

- Sementes grátis e crédito nos primeiros tempos até a primeira colheita

- Aos semi-empregados, salário integral durante os dias que não trabalharem²⁵³

²⁵¹ Os trotskistas foram expulsos da FOSP justamente por defenderem dentro dela, a adesão de seus sindicatos filiados à FSR-SP, apesar de serem bastante críticos ao PCB em sua propaganda e duramente combatidos por este.

²⁵² Idem.

²⁵³ Reivindicações para os desocupados. *O Proletário* nº 7. São Paulo, 10/1931. P. 2. (DEOPS-SP – Prontuário FSR-SP, nº 0880).

Esta edição de *O Proletário* buscava preparar o caminho para o Congresso Sindical, delimitando pautas e estabelecendo propostas de programa para os trabalhadores em geral e os desempregados em particular. É perceptível pelas pautas do Congresso, presentes no jornal, que o objetivo dos comunistas era atrair operários de organizações sindicais rivais para a sua própria federação, minando as forças dos anarquistas e reformistas, realizando o que os comunistas chamavam de “frente única pela base”, isto é, a união com os operários de outras organizações e vertentes políticas, mas não com os dirigentes e representantes dessas organizações, pois, como dito nas teses do VI Congresso da IC, os comunistas tinham de saber distinguir “entre os operários socialdemocratas sinceramente equivocados e os líderes socialdemocratas, vis serviçais dos imperialistas”²⁵⁴. O Ministério do Trabalho e a ação governamental de oficializar os sindicatos era elencada como principal problema para ser combatido, tendo pauta específica para isso.

O Congresso ocorreu no dia 05 de outubro de 1931, no Salão Olavo Bilac, localizado na rua Lucas Obes, nº 120²⁵⁵. Participou do Congresso de Unificação Sindical promovido pela FSR-SP a União dos Trabalhadores Gráficos, União Beneficente dos Trabalhadores em Construção Civil, Sindicato Único Metalúrgico, o Centro Operário de Jaú, a Federação Sindical de Santos, a minoria dos trabalhadores da indústria hoteleira, Sindicato da Indústria da Madeira, Centro Operário 1º de Maio, minoria dos artífices em calçados, minoria do Sindicato Ferroviário da Estrada de Ferro São Paulo Railway, a minoria da UOFT, a minoria da UAC e Confederação Geral do Trabalho do Brasil. A sessão começou as 8 horas da manhã e versou sobre a situação do país, as reivindicações dos operários e dos desempregados, o problema agrário, a atitude da FSR-SP frente ao Ministério do Trabalho, questões de organização, estabeleceu um estatuto e elegeu nova direção²⁵⁶.

É notável a redução no número de sindicatos em comparação com a Conferência de fundação. Além disso, alguns sindicatos que anteriormente enviaram delegações para a Conferência agora compareceram como 'minorias', indicando que o PCB perdeu a liderança desses sindicatos, como o dos garçons, podendo representar-se apenas por uma fração de seus filiados. A diminuição pode ser sinal tanto de uma contraofensiva dos

²⁵⁴ IC. *VI Congreso de la Internacional Comunista: Tesis, manifestos y resoluciones*. México: Ediciones Pasado y Presente, 1977. P. 115.

²⁵⁵ Relatório para a Delegacia de Ordem Pública e Social. São Paulo, sem data. (DEOPS-SP- Prontuário FSR-SP, nº 0880)

²⁵⁶ FSR-SP. *Ata do Congresso de Unidade Sindical*. São Paulo, 04-05/10/1931. (Prontuário Nº 0880, FSR-SP – DEOPS-SP – APESP).

anarquistas em manter-se nas direções sindicais quanto fruto da repressão policial que já se abatia sobre o movimento operário, prendendo os sindicalistas e promovendo o medo nos trabalhadores em participar de eventos como o Congresso da FSR-SP.

As fontes que usamos para relatar os acontecimentos do Congresso, todas localizadas no prontuário policial da FSR-SP, constituindo-se de material recolhido por agentes que trabalhavam para a polícia e relatórios dos mesmos são também provas de que o DEOPS seguiu cada passo da construção do Congresso de Unidade Sindical a fim de combater o PCB e a organização do movimento operário. Efetivamente, o Congresso foi vítima de uma batida policial, narrada em relatório do inspetor Luis Apolônio para o delegado do DEOPS, o sr. Raimundo Álvaro de Menezes.

Em cumprimento às vossas ordens, e acompanhado de uma turma de inspetores desta Delegacia, e alguns de outras, dirigimo-nos à Rua Lucas Orbes, 120, bairro do Ipiranga, seguindo informações do sr. Ribas, suplente da subdelegacia daquele distrito, estavam reunidos muitos indivíduos, reunião essa de caráter comunista.

À chegada ao local, entendemo-nos com o sr. Ribas, transmitindo ao mesmo, as instruções por vós recebidas. Assim sendo, foi feito, antes, um reconhecimento e foi notado que a porta do salão, se conservavam quatro indivíduos, com o fim, talvez, de observarem o movimento de pessoas suspeitas. Além dessas, também foi visto um menor que, espaçadamente, conduzia-se até o ponto do bonde, para espreitar a própria polícia.

Isso verificado, foi decidido entrar no salão citado.

Encontramos então, reunidas, cerca de vinte pessoas. Nas paredes, estavam colocadas grandes bandeiras vermelhas, com dizeres diversos, como sejam: “VIVA A CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO” – “VIVA A FEDERAÇÃO SINDICAL REGIONAL DE S. PAULO” e outras, da mesma cor. Foram detidas, pois, todas as pessoas que ali se encontravam²⁵⁷.

Na ocasião foram presos Domitiliano Rosa, Benedito Rosa, José Egídio Russo, Luciano Baguna, Claudio Garcia, Inácio Martins, Onório Pinto, Gabriel Erra, Elias Garcia, Adolfo Rothman, Pedro Martins, Martins Marques, Mário Dupont, Carlos Rodrigues, Waldeck Veront, Matias Lopes, Hilário Alberto, Américo Gonçalves, Severino Paulo, Bruno Chabrascht, Vicentino Domingos Prates, Diego Fernandes e José Martins. Ainda segundo o mesmo relatório, o trotskista representante da UTG era Mário Dupont, que carregava um bilhete de orientações escrito por Aristides Lobo. Os presos foram para a delegacia cantando A Internacional²⁵⁸.

A perseguição policial contra o PCB havia recrudescido desde agosto quando a prisão de Astrojildo Pereira e Paulo de Lacerda foi seguida dos demais membros do CR-SP, que assim, foi novamente desmantelado. Em carta para Octávio Brandão, o BP do

²⁵⁷ APOLÔNIO, Luis. *Ao Exm Sr. Dr. Raimundo Álvaro de Menezes*. São Paulo, 05/10/1931. (Prontuário Nº 0880, FSR-SP – DEOPS-SP - APESP).

²⁵⁸ Idem.

PCB relata o prejuízo que as forças policiais causaram no aparelho partidário “Em S. Paulo, Paulo, Gildo, Mendes, Meneses, mais de 27 camaradas, todo o CR, exceto Freitas e 1 jovem, presos e já mandados ao sul. Vamos fazendo tudo para reorganizar o aparelho, enfrentando valentemente a reação”²⁵⁹

Coincidentemente havia chegado em São Paulo no dia anterior Leôncio Basbaum e Augusto Besouchet, vindos de Montevideu. Depois de informar a situação do Partido em São Paulo, CC incumbiu aos dois militantes a tarefa de reconstruir o CR e reorganizar as células e demais organismos partidários atingidos pela polícia. Basbaum e Besouchet fizeram árdua procura pelos militantes comunistas que se achavam então escondidos.

De pista em pista, de endereço em endereço, fomos aos poucos encontrando os antigos camaradas, a maioria dos quais não conhecíamos pessoalmente, para o que tínhamos percorrer de bonde e a pé toda a cidade de São Paulo [...]. Nossa principal atividade se exercia no Brás e no Alto da Mooca, que era apenas um vasto descampado com uma ou outra casa. Nosso objetivo era conseguir reunir os velhos e os novos, convocar uma Conferência Regional e eleger um novo CR²⁶⁰.

Em outubro de 1931, Basbaum propõe ao CC que se transferisse para a capital paulista, pois ali a perseguição da polícia estava menor do que no Rio de Janeiro. Em novembro foi realizada uma Conferência Regional que elegeu o novo CR-SP, com Basbaum como Secretário Geral, e uma Conferência Sindical. Em janeiro de 1932 o Comitê Central do PCB foi reorganizado na cidade de São Paulo com elementos locais e do Rio de Janeiro. Entre eles, Basbaum identifica em suas memórias Salvador Cruz, Fernando de Lacerda e sua esposa Cina (Erecina Borges de Lacerda), Lopes, Cabeção, Pedro Erre e Arlindo Pinho pela Juventude Comunista.

Nesta reunião de reorganização do Partido, se buscou consolidar uma direção provisória até que fosse possível convocar uma Conferência Nacional ou um Congresso e averiguar o paradeiro dos comunistas de São Paulo que foram presos ou desterrados. Em reunião seguinte foi destacado o novo Bureau Político Provisório, ocasião em que Miguel (José Villar), expoente do obreirismo, tornou-se Secretário Geral do PCB. Nessa mesma ocasião, definiu-se que os comunistas atuariam nos sindicatos do Ministério do Trabalho, disputando-os com as direções ligadas ao governo de Vargas. Como último fator importante, foi também o momento em que começou a luta interna no Comitê Central entre Leôncio Basbaum e Fernando de Lacerda, escudado por Cina e José Villar.

²⁵⁹ BP do PCB. *Carta à Octávio Brandão*. Rio de Janeiro, 10/1931. (Acervo Internacional Comunista – AEL).

²⁶⁰ BASBAUM, Leoncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 112.

Apesar de Basbaum afirmar que a luta interna e o obreirismo “cindiram esse novo, pequeno e efêmero CC, impedindo-o de cumprir suas tarefas”²⁶¹, é notável por meio de outras fontes que a situação do PCB avançou localmente e que a vinda dos melhores quadros militantes e da estrutura partidária para São Paulo foram cruciais. O jornal do Partido, *A Classe Operária*, passou a ser editado e impresso em São Paulo, se localizando na rua Rubino de Oliveira²⁶², o que muito ajudou na difusão das ideias do Partido na cidade²⁶³. Além disso, a partir desse momento uma rede clandestina de propaganda passou a ser construída. As células arranjavam material por conta própria para imprimir boletins, manifestos e o jornal. Em 1935 já era uma diretiva da Secretaria de Agitação e Propaganda do CR-SP do PCB que todas as células deveriam cuidar para ter mimeógrafo, reco-reco, multígrafo e máquinas impressoras. A partir da vinda do CC para São Paulo, *A Classe Operária* passou a ter uma seção dedicada tanto para o estado quanto para sua capital e as notícias sobre o movimento operário paulista e paulistano tornaram-se recorrentes em suas páginas. Todos os militantes do PCB eram encarregados de contribuir com o jornal e as células deveriam planejar a sua venda²⁶⁴.

Assim, é possível verificar pelas páginas de *A Classe Operária* que o PCB se empenhava em fazer parte das lutas operárias levadas a cabo pelos trabalhadores da região. Além de análises de conjuntura sobre o governo estadual paulista e seu conflito com o Partido Democrático, o PCB também trabalhou na luta da revolta popular contra os preços de luz.

O povo em mais de 13 cidades paulistas luta valentemente contra os abusos de um abutre estrangeiro: a Companhia de Força e Luz de São Paulo, que pertence ao polvo americano – a General Elétric. Em Bauru e Cafelândia o povo irritado já destruiu instalações e mais coisas do abutre americano. As autoridades do governo, a princípio, prenderam e ameaçaram o povo. Mas, agora, fingem apoiar o movimento. Pede, porém, que tudo seja feito com calma e moderação²⁶⁵.

O texto encerrava fazendo um apelo para que os trabalhadores pobres não permitissem que a luta contra a carestia da luz fosse cooptada pelos fazendeiros, devendo os trabalhadores dirigirem essa luta, criando comitês de organização do movimento, promovendo comícios e manifestações públicas. O jornal do PCB insiste na campanha contra a carestia da luz em número posterior

²⁶¹ BASBAUM, Leoncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 119.

²⁶² Idem.

²⁶³ BASBAUM, Leoncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 113.

²⁶⁴ Agitprop do CR-SP. *As mais extensas massas do povo trabalhador*. São Paulo, 29/07/1935. (Arquivo Internacional Comunista – AEL)

²⁶⁵ A Greve da Luz em São Paulo. *A Classe Operária*, nº 7. Rio de Janeiro [São Paulo], 10/11/1931. P. 4.

Mendonça Lima, lacaio dos americanos, quer que os contratos da Companhia sejam respeitados a todo custo. E os dirigentes da greve já falam em acordos. Mas a greve se estende, novas cidades aderem.

É preciso, agora, não confiar em doutores, comerciantes e fazendeiros ou industriais ricos. É preciso escutar a voz do Partido Comunista, o único que luta contra todos os especuladores do povo, nacionais ou estrangeiros.

O povo pobre deve eleger seus comitês de luta e grupos armados de defesa. Não devem ficar, como querem os ricos, as escuras, pacificamente à espera... dos tais acordos.

Deve sair à rua, ir à sede da empresa e exigir, sob pena de empregarem a força bruta, o fornecimento da luz barata, a luz de graça aos sem trabalho, a readmissão dos empregados da Companhia dispensados e o aumento de salários para os operários da Companhia.

O povo pobre deve unir sua luta à luta de operários, camponeses, soldados e marinheiros contra todos os ricos exploradores nacionais e estrangeiros, até que todos esses piratas sejam expulsos do Brasil e o Brasil seja do povo pobre, unido aos oprimidos do mundo inteiro²⁶⁶.

O jornal do PCB também avançava em denunciar a situação de trabalho nas fábricas paulistanas, incentivando que militantes operários do PCB descrevessem as condições internas da fábrica que trabalhavam, convidando os outros operários da mesma fábrica a se organizarem e estabelecendo propostas de reivindicações em torno das quais o movimento deveria se orientar. Assim, vemos o texto de uma operária da fábrica de cigarros Souza Cruz, localizada na São Paulo capital

Camaradas! As operárias desta fábrica, na maioria jovens labutam com enorme cansaço durante 8 horas com o misérrimo ordenado de 4\$000, sendo obrigadas a fazer um trabalho demasiado pela direção que sobrepassa suas forças. Na seção de abertura do fumo houve ultimamente uma arbitrariedade por parte do mestre dessa seção que queria tirar uma companheira de seu serviço por não querer ela sacrificar demais as operárias de sua seção, vendo-se nessa então uma solidariedade por parte de todos os operários que ameaçaram levantar-se para declarar-se em greve.

Companheiros, não permitamos arbitrariedades, revoltemo-nos em greve exigindo nossas reivindicações imediatas, formando um comitê de greve para garantir essa mesma greve e só ingressemos na fábrica depois de vitoriosos.

A Federação Sindical, convida a todos os operários para que ingressem em seu sindicato à Rua Irmã Simpliciana n 7, colocando uma diretoria composta de operários e que compareçam a todas as assembleias do Sindicato.

Para a greve exigiremos:

Aumento de 40% nos salários.

Nenhuma suspensão ou expulsão de qualquer operária ou operário que faça menos do serviço marcado.

Reconhecimento pela empresa do comitê de greve ou de luta e do sindicato.

Dia de 6 horas para todos os jovens menores de 18 anos sem diminuição do salário²⁶⁷.

No mesmo número, estão presentes um texto específico para as mulheres trabalhadoras, a denúncia das condições de trabalho dos operários da Cervejaria Rio Claro LTDA e um protesto contra a proibição da população negra frequentar os rinks (pistas de

²⁶⁶ A Greve da Luz em São Paulo. *A Classe Operária* nº 132. Rio de Janeiro [São Paulo], 15/12/1931.

²⁶⁷ UMA OPERÁRIA. Da Cia Souza Cruz em S.P. *A Classe Operária* nº 132. Rio de Janeiro [São Paulo], 15/12/1931.

esportes) dos clubes paulistanos. Na ocasião, o PCB fazia uma crítica ao caráter do governo do coronel Manoel Rabello e à Frente Negra Brasileira.

A burguesia paulista é tão lacaia dos americanos que anda a copiar o que fazem nos E. Unidos contra os negros. Assim é que, nos rinks de S. Paulo, não se consente que os negros entrem.

A “frente negra”, sociedade fundada por burgueses para tapear nossos companheiros negros, protesta contra isso, mas apela para o “humanitário” e “positivista” Rabello.

É preciso que os negros oprimidos não caiam nessa tapeação. Rabello está com os seus opressores, os burgueses de todas as raças. Rabello foi posto no governo por um golpe dado por gente que serve à burguesia americana, a mesma que lincha os negros nas ruas.

Os negros oprimidos não devem se fiar nessa cambada! Devem tomar a direção da “frente negra”. Devem unir-se aos seus companheiros, os trabalhadores brancos, e lutarem juntos contra todos os opressores de qualquer raça!

Devem entrar para o Partido Comunista, o único Partido que não distingue raças nem cor, e que reconhece nos negros os mesmos direitos que tem os brancos. O único Partido que luta em defesa de todos os oprimidos, brancos ou negros!²⁶⁸

Estes escritos mostram que o Partido buscava sanar o problema do qual padecia durante a década de 1920, de uma deficiência de textos específicos para São Paulo, e, mais do que isso, específicos para determinados públicos da população proletária paulistana e paulista. Com a expansão do Partido na cidade, passou a ser possível produzir textos sobre as condições dos trabalhadores em fábricas em particular e sobre casos de injustiça contra segmentos específicos da população paulistana, como o acima abordado sobre a população negra. Também o interior do estado de São Paulo era visado, como mostram os textos produzidos abordando fábricas e movimentos de revolta da população de cidades como Ribeirão Preto e Bauru.

Outrossim a Federação da Juventude Comunista do Brasil avançou no estado de São Paulo, depois de longo período de tentativas falhas de organizá-la. Em relatório do jovem comunista Arnaldo, apresentado ao SSA-IC em maio de 1933, há um levantamento da quantidade de militantes e núcleos da juventude do PCB desde janeiro de 1930. Neste, consta que em São Paulo, em janeiro de 1930, a FJCB contava com 110 aderentes, estando 60 ativos, divididos em 14 núcleos de rua e 5 núcleos de empresa. Já em janeiro de 1931, esses números haviam saltado para um total de 180 militantes, sendo 150 ativos, organizados em 10 núcleos de rua e 10 núcleos de empresa e 6 núcleos rurais. Na data seguinte recenseada, julho de 1932, Juventude Comunista aparece em São Paulo dispondo de 160 militantes, dos quais 90 ativos, distribuídos em 10 núcleos de rua, 14 de empresa

²⁶⁸ Os negros são expulsos dos rinks burgueses. *A Classe Operária* nº 132. Rio de Janeiro [São Paulo], 15/12/1931.

e 6 no campo²⁶⁹. A queda no número de militantes ativos no primeiro semestre de 1932 é explicada pela repressão que o Partido sofria, mas não deixa de apresentar um número relevante de militantes e uma estabilidade relativa²⁷⁰.

Os documentos encontrados com Fernando de Lacerda quando de sua prisão em 1932 oferecem informações sobre a vida e estrutura do PCB em São Paulo no início do ano de 1932. Em assembleia de zona do Bom Retiro, organizada pelo CR-SP em março deste ano, apesar das críticas sobre o avanço insuficiente do Partido, fica evidente no documento que o PCB contava com três células de empresa no bairro do Bom Retiro, havia fundado recentemente uma célula na Casa Verde, recriado uma célula na Luz e fundado outra célula na Água Branca. Uma das células de empresa, intitulada “célula 6-SP” era das Indústrias Reunidas Matarazzo e editava um jornal de fábrica. A Estrada de Ferro Sorocabana também tinha presenciado a fundação de uma célula comunista com quatro militantes. Além disso, o bairro do Bom Retiro também contava com um comitê do Socorro Vermelho e um Comitê de Mulheres Trabalhadoras, organizado pelas militantes identificadas como Marina e Leonora. Essas células tinham uma média de oito a dez militantes cada uma.

A reunião debateu os resultados da proletarização do Partido desde 1930, afirmando que ela ainda era insuficiente devido à consciência pequeno-burguesa que expressava os comunistas. Analisou o resultado do trabalho de fundação de comitês de fábrica nas empresas de São Paulo, por meio dos quais o PCB buscava organizar os operários para além das fileiras partidárias e dos sindicatos. Os comunistas faziam atividades como pendurar bandeiras do PCB nas ruas, fazer reuniões de simpatizantes, construir ligações com operários de empresas em que ainda não existia células do Partido e distribuíam manifestos aos operários. Ao fim da reunião, algumas metas foram estabelecidas para o crescimento do Partido no próximo período em razão de suas atividades: dobrar os efetivos em dois meses, de forma que pelo menos 30% dos recrutamentos fossem de mulheres e fundar uma célula da FJCB para cada célula do PCB²⁷¹.

²⁶⁹ ARNALDO. *Relatório da FJCB apresentado ao SSA-IC*. Buenos Aires, 25/05/1933. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

²⁷⁰ Para um trabalho completo sobre a ação da Juventude Comunista nos anos 1930, Cf. FARIA, Fernando Garcia de. *Congresso Nacional da Juventude Proletária, Estudantil e Popular: a construção da organização juvenil comunista brasileira (1924 – 1936)*. Mestrado em História. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2022.

²⁷¹ CR-SP. *Ata da Assembleia de zona do Bom Retiro*. São Paulo, 06/03/1932 – Prontuário Nº 780, Fernando de Lacerda – DEOPS-SP - APESP).

Um relatório de informante não identificado da polícia política, datado do mês seguinte, abril de 1932, confirma a existência de células comunistas na Barra Funda, na Lapa e na Estrada de Ferro Sorocabana. Segundo ele, as reuniões de célula ocorriam uma vez por semana e o “chefe” (provavelmente se referia ao secretário político) das células da Lapa e da Sorocabana era um negro. O informante fornece também alguns pontos de encontro dos comunistas, usados para trocar informações sobre atividades e reuniões partidárias: os bondes do Oriente com a Avenida Celso Garcia, o Largo da Sé e os pontos de bonde que levavam para os bairros da Mooca e da Penha²⁷².

Um curioso caso foi publicado nas páginas do jornal *A Platea* em janeiro de 1932, descrevendo uma suposta tentativa de militantes comunistas assaltarem a Fábrica Nacional de Cartuchos e Munições, situada no município de São Bernardo. A polícia teria sido avisada por denúncia anônima e, ao preparar uma emboscada no local e horário do assalto, prendido vinte comunistas cujos nomes não foram revelados pelo jornal. Em que pese o fato de que Fernando de Lacerda defendia, na mesma época, que o PCB deveria organizar uma insurreição armada no Brasil, é difícil saber se a notícia se tratava realmente de uma ação do PCB ou se a imputação do crime ao comunismo por parte do jornal visava apenas o sensacionalismo e a propaganda anticomunista. Porém, um trecho da matéria relata a presença constante dos comunistas no parque industrial de São Bernardo.

São Bernardo e São Caetano constituem um dos maiores centros industriais de São Paulo.

Há lá grande número de estabelecimentos fabris, onde trabalham dezenas de milhares de operários.

Prevalecendo-se disso, propagandistas do credo de Moscou tem procurado realizar naquelas localidades comícios comunistas para os quais são atraídos os operários.

Por diversas vezes esses “meetings” de propaganda bolchevista foram impedidos ou dissolvidos pelas autoridades policiais²⁷³.

A realização de comícios nas fábricas de São Bernardo, assim como em outras localidades, é muito provavelmente um tipo de atividade que os comunistas realizavam com alguma frequência, ainda que não nos seja possível definir qual. Todavia, é necessário ponderar a característica da mídia anticomunista e da polícia em classificar todos os tipos de revolucionários como “comunistas”, homogeneizando as correntes de pensamento do movimento operário. É mais provável que esses comícios fossem

²⁷² *Relatório sobre células comunistas em São Paulo*. São Paulo, 15/04/1932. (Prontuário Nº 2431, PCB vol, 1 – DEOPS-SP – APESP.)

²⁷³ Prisão de Comunistas que ameaçavam assaltar uma fábrica de munições em São Bernardo. *A Platéia*. São Paulo, 16/01/1932. P. 6.

realizações não apenas pelo PCB, mas também por outras forças do movimento operário e mesmo conjuntamente entre anarquistas, comunistas e socialistas.

Um exemplo nos é dado pelo relatório de Antônio Guioffi ao DEOPS, que apresenta um comício organizado pela FOSP em São Bernardo em 16/08/1931, ocasião em que participaram tanto anarquistas quanto comunistas e o comício foi impedido de ser realizado por conta de ação policial. Na ocasião, os anarquistas, a pedido da polícia, teriam aceitado cancelar a realização do comício para evitar violência e prisões, no que haveriam sido chamados de covardes pelos comunistas, em especial Coripeu de Azevedo Marquês²⁷⁴.

Segundo Leôncio Basbaum, o Comitê Central durante sua estadia em São Paulo passou o período que vai de fevereiro a maio de 1932 contaminado pela luta interna contra o obreirismo e resolvendo questões sem importância, de maneira que “somente nos preocupávamos com probleminhas internos e cada dia surgia um novo ‘caso’ de algum camarada que não cuspira no lugar certo ou que fora visto conversando com algum burguês”²⁷⁵, ignorando completamente tanto o acirramento do conflito entre os organismos políticos da burguesia paulista e o governo federal quanto a mobilização do proletariado paulistano em torno da construção de uma greve geral pelo aumento dos salários e medidas para solucionar as altas taxas de desemprego. Foi em decorrência deste contexto que chegou a São Paulo Gonzales Alberdi, membro do Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista, com a finalidade de resolver o problema da luta interna no Comitê Central do PCB. Alberdi teria chegado a tempo de ver as ideias de Fernando de Lacerda fazerem fracassar as manifestações de 1º de Maio de 1932 organizadas pelo PCB. Nas palavras de Basbaum

convocamos os trabalhadores para o Largo da Concórdia, no Brás, mas a demonstração foi um completo fracasso. Havia mais policiais que trabalhadores, houve tiros, correria e prisões. Cartazes e faixas que trazíamos, nem puderam ser usadas. E isso foi um golpe de morte nas ideias políticas de Fernando de Lacerda²⁷⁶.

O relato de Leôncio Basbaum é respaldado pela notícia sobre a comemoração do 1º de Maio de 1932 na cidade de São Paulo publicada no *Diário Nacional*. Nela, podemos verificar que o insucesso da comemoração comunista foi agravado pelo comparativo sucesso da comemoração organizada em conjunto pelos anarquistas e trotskistas, por

²⁷⁴ GUIOFFI, Antônio. *Informe sobre comício da FOSP em São Bernardo*. São Paulo, 17/08/1931. (Prontuário Nº 0880, FSR-SP – DEOPS-SP - APESP).

²⁷⁵ BASBAUM, Leoncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 117.

²⁷⁶ Idem. P. 121.

meio da FOSP e da União dos Trabalhadores Gráficos, que parece ter gozado da simpatia do jornal

Foi dignamente comemorado em S. Paulo o “Dia do Trabalho”. Os comícios públicos e as reuniões festivas marcadas para anteontem realizaram-se na mais perfeita ordem. A União dos Trabalhadores Gráficos, a União dos Operários Metalúrgicos, o Sindicato dos Manipuladores de Pão, os Ferroviários, o Centro Internacional dos Garçons, os Operários em Fiação e Tecelagem promoveram em suas sedes sessões solenes. Os operários da Sorocabana e os empregados da Light compareceram às convenções promovidas por elementos da classe.

As atenções, no entanto, dos mais entusiastas estavam voltadas para os dois grandes comícios marcados para a Praça da Sé e para o Largo da Concórdia.

O primeiro, promovido pela Federação Operária teve grande concorrência, fazendo uso da palavra os oradores [palavra ilegível] que foram bastante aplaudidos pela massa popular que ali se comprimia.

Após os discursos, cerca das 16 horas, os trabalhadores, empunhando bandeiras e estandartes de várias associações de classe ou com inscrições alusivas desfilarão pelas ruas da cidade.

O comício do Brás não chegou a realizar-se. Estando a polícia avisada de que elementos extremistas pretendiam lançar a confusão, aproveitando-se do momento para perturbar a ordem, reforçou o policiamento no Largo da Concórdia, prendendo 17 comunistas, inclusive várias mulheres.

Os presos Verônica Churchaff, Domealia de tal, Barbara de tal, Cia Kavosky, Turçulas Kalansky, Nicolas Janalkys, Atassis Ambassinoff, Pedro Lemuchawas, Casis Moccos, Francisco Hachwsky e Antônio Rodrigues.

Transportados para a Central de Polícia, dali foram encaminhados para o gabinete de Investigações, à disposição do delegado de Ordem Política e Social.

A polícia esteve a postos durante todo o dia não se tendo verificado nenhum incidente²⁷⁷.

Poucos dias depois ocorreu em São Paulo uma reunião ampliada do Comitê Central, com mais de vinte pessoas, reunindo também os representantes políticos dos Comitês Regionais e do setor sindical. Nesta reunião, Lêncio Basbaum relatou as tentativas de Fernando de Lacerda para tirar o direito de voto dos intelectuais no CC, sua concepção de que o PCB deveria preparar uma insurreição armada no Brasil, a sabotagem de Cina ao trabalho do CC e como manobrava em favor de suas posições fazendo uso da máquina partidária e convocando camaradas da base do Partido para ganhar nas votações.

Gonzales Alberdi fez dura crítica à Fernando de Lacerda e o CC adotou como resolução excluí-lo do BP nacional do PCB, bem como retirar Cina desta mesma instância de direção política. Miguel Villar também foi retirado da Secretária-Geral do Partido, assumindo Caetano Machado. Leôncio Basbaum deixou a Secretária-Geral do CR-SP para tornar-se Secretário de Agitação e Propaganda nacional, ficando responsável pela edição de *A Classe Operária*, editar livros, executar traduções e tarefas congêneres. Mario

²⁷⁷ Festejando o “Dia do Trabalho”, os operários realizaram um comício na Praça da Sé. *O Diário Nacional*, nº 1451. São Paulo, 03/05/1932. P. 8. (BNDigital – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

Grazzini e Roberto Morena, responsáveis pelo setor sindical, ficaram incumbidos de trabalhar no movimento grevista que já se projetava pela cidade de São Paulo.

São Paulo presenciava movimentos grevistas de alguma envergadura desde fevereiro, por iniciativa dos ferroviários. Contudo, em maio as greves ganharam grande ímpeto, estendendo-se para várias categorias de trabalhadores. O movimento de maio teve início entre os ferroviários da São Paulo Railway, tendo como reivindicação o fim da represália aos grevistas do mês de fevereiro. A greve foi dirigida por meio de um comitê, em que contava com uma "fração vermelha" do PCB. Alastrou-se rapidamente para as oficinas e estações de São Bernardo, São Caetano, Santos e Jundiaí, desorganizando todo o sistema de escoamento de mercadorias entre São Paulo e o Porto de Santos. Em seguida, sapateiros e vidreiros também entraram em greve.

Os comunistas agiram para que outras categorias de trabalhadores aderissem à parede, promovendo agitações entre metalúrgicos, motoristas e empregados em hotéis e restaurantes. Em informe para o BSA-IC, o comunista Pablo afirma que o PCB dirigiu o comitê de greve dos têxteis, ainda que ali predominassem os elementos "miguelcostistas"²⁷⁸. Sabemos, por meio de relatório de informante da polícia, que uma das líderes do Comitê de Greve dos têxteis era a operária tecelã Itália Coracini²⁷⁹.

No dia 11 de maio, tecelões, empregados em hotéis, trabalhadores da indústria do fumo e padeiros também entraram em greve. Os têxteis iniciaram a greve com cerca de 15000 adesões e logo teve todo o setor paralisado. A Comissão de Greve já contava com as figuras mais expressivas do movimento sindical paulistano, incluindo Righetti, Mario Grazzini, João da Costa Pimenta e Roberto Morena.

Em meados de maio já havia cerca de 200 mil operários em greve, quase toda a população operária da cidade, e começava a estender-se para cidades do interior. Um Comitê de Greve, bem estruturado, dirigia o movimento. Dele faziam parte [Mario] Grazzini e [Roberto] Morena. Grazzini, como gráfico, conseguiu a adesão dos trabalhadores gráficos, parando os jornais. Morena era marceneiro de profissão e de grande prestígio no seu setor, e conseguiu trazer os marceneiros. Entre os gráficos, embora dominados pelos trotskistas, destacava-se João da Costa Pimenta, que embora afastado do Partido, do qual havia sido um dos fundadores, concordou em cooperar conosco. Nosso maior problema era o sindicato dos tecelões, cujo secretário, Reghetti, era amigo de Miguel Costa, de quem recebia influência. Também os tecelões foram à greve e Reghetti passou a fazer parte do Comitê de Greve²⁸⁰.

²⁷⁸ PABLO. *Informe de Pablo sobre a Situação Brasileira e a Guerra Civil em São Paulo*. Sem Local, 12/1932. (Coleção Internacional Comunista – AEL)

²⁷⁹ *Queda da distribuidora de A Classe Operária em São Paulo*. São Paulo, 19/08/1933. (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 1 – DEOPS-SP – APESP).

²⁸⁰ BASBAUM, Leoncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 122.

Apesar de nenhum anarquista ser citado por Basbaum como integrante do Comitê de Greve, é notório que os sindicatos da maior parte das categorias de trabalhadores grevistas eram de orientação anarquista e filiados à FOSP, contando os comunistas apenas com grupos internos de oposição dentro desses sindicatos, as “frações vermelhas”. Apesar da orientação anarquista ser maioria numérica na greve, a atividade dos comunistas e sua capacidade de tomar a direção do movimento e defini-la em seu conteúdo assombrou até mesmo a polícia política, que registrou em um de seus relatórios que

Os componentes da FSR são membros da comissão de agitação e propaganda do PCB, sua atividade é desenvolvida nos centros operários e procurando se infiltrar-se nos seus sindicatos, a fim de capturar a simpatia do proletariado. Geralmente são escolhidos indivíduos de fácil oratória, conhecedores profundos dos assuntos sociais e que sabem cativar os auditórios. Até escolas comunistas frequentam para esses fins. A FSR não conta com grandes elementos para um movimento grevista em São Paulo. Entretanto, iniciada uma greve, a FSR incontinenti, procura se assenhorar da situação, por meio dos seus agentes que se infiltram nos meios operários, até conseguir ‘desideratum’, haja visto o movimento de maio do ano corrente na SPR e outras indústrias²⁸¹.

A adesão e coalisão de todas as tendências do movimento operário foi essencial para garantir a amplitude do movimento grevista assim como a unificação das demandas das diferentes categorias de trabalhadores, tendo como pautas principais uma legislação que garantisse condições mínimas de trabalho, impedindo que a exploração ultrapassasse determinados limites, a luta contra a Caderneta Sindical e o sindicalismo oficial, defendendo a autonomia dos sindicatos então existentes.

O governo, pressionado pelo movimento, sancionou a lei da jornada de 8 horas (decreto n 21.364 de 04/05/1932), da regulação do trabalho da mulher na indústria e no comércio (decreto nº 21.417-A, de 17/05/1932) e a lei das Comissões Mistas de Conciliação (Decreto nº 21.396 de 12/05/1932). Como as leis não mudavam imediatamente a situação de trabalho em cada estabelecimento, o movimento grevista não recuou. A partir do dia 05 de maio os patrões começaram a ceder ao pedido dos grevistas e as primeiras categorias a entrar em negociação foram os sapateiros e os vidreiros. As categorias de trabalhadores que continuaram em greve, principalmente os ferroviários, começaram a ser duramente reprimidas.

O recrudescimento da repressão se deveu, em partes, a ascensão de Pedro de Toledo à interventoria do Estado de São Paulo e a mudança no secretariado paulista, montado por perrepistas e democráticos. Uma das principais iniciativas do novo governo

²⁸¹ *Relatório sobre sindicatos*. São Paulo, 1932 (Prontuário Nº 0880, FSR-SP – DEOPS-SP – APESP)

foi aumentar a repressão ao "bolchevismo", visto como responsável pelas greves. Quando chegou o dia 18 de maio, aproximadamente duas semanas de greve, o número de grevistas presos já chegava a 400. Em reunião do Secretariado Ampliado do CR-SP do PCB, o Partido decidiu fazer comícios pela liberdade dos grevistas presos e o Socorro Vermelho deveria mobilizar campanhas para ajudar as famílias dos grevistas e organizar comitês de presos e mulheres de presos em torno desses objetivos²⁸². Ao chegar no fim do mês, a greve permanecia coesa, mas os operários já demonstravam cansaço e desânimo. Para reanimar os trabalhadores, foi chamada uma assembleia de greve na sede da União dos Trabalhadores gráficos, perto da Praça da Sé, na Rua Barão de Piranapiacaba, nº 4, 2º andar. Os detalhes do acontecimento, mais uma vez são registrados na pena de Basbaum

A rua estava tomada por grupos de operários que não tinham conseguido entrar pois o salão, conforme verifiquei a seguir, estava superlotado. Mas não havia muito ânimo. A greve já durava quase um mês, sem resultado à vista e os operários estavam cansados e certamente passando fome. Meu papel era insuflar novo ânimo nos grevistas, além de mostrar como o PCB os ajudava e estava à sua frente. Tomei lugar à mesa, onde se achava quase todo o Comitê de Greve, e comecei a falar, "em nome do Partido Comunista do Brasil".

Mal acabava de pronunciar essas palavras quando o salão foi invadido por policiais à paisana, portando cassetetes e revólveres. De pé, na plataforma em que se achava a mesa, percebi imediatamente o que estava se passando, ao mesmo tempo em que comecei a prestar atenção ao rumor que subia da rua. Logo começou um corre-corre, a polícia batendo e dando tiros, mas a porta estava bloqueada. Grazini, Morena e outros começaram a gritar: calma! Calma! Mas o pânico estava formado e todos queriam sair ou pular pela janela, enquanto alguns lutavam com os policiais.

Tratei de esgueirar-me entre a multidão, pois um grupo de tiras estava começando a furar a multidão que cercava a mesa, em minha direção. Mas sem resultado. Fui agarrado pela gola do sobretudo enquanto operários tratavam de se defender dos cassetetes, e procurando sair de qualquer forma da sala que havia se transformado em um pandemônio.

Devidamente escoltado, desci à rua, que estava agora cercada pela cavalaria e por vários carros "tintureiros". A multidão fora dispersada a pata de cavalos²⁸³.

Além de Basbaum, foram presos na ocasião os dirigentes comunistas Mario Grazzini, Roberto Morena, Coripheu de Azevedo Marques e Caetano Machado. Depois de a greve ter seu Comitê de direção disparatado pela polícia, entrou em franco declínio. Os trabalhadores de hotéis terminaram sua parede nos dias 22 e 23 de maio; os tecelões encerraram no dia 17. Os padeiros receberam a polícia a bala quando esta invadiu a sede do sindicato para prender a Comissão de Greve. A polícia se viu obrigada a pedir reforços, cercar o prédio e usar bombas de gás lacrimogêneo. Foram feitas 200 prisões e o sindicato foi fechado por ordem pública.

²⁸² *Ata do Secretariado Ampliado do CR-SP*. São Paulo, 15/05/1932 (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 1 – DEOPS-SP – APESP)

²⁸³ BASBAUM, Leoncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 123.

Assim, o movimento grevista conquistou melhorias para as condições de vida da classe tanto por meio das leis sancionadas quanto por acordos de aumento de salário com as empresas, mas saiu derrotado em sua reivindicação política de impedir a oficialização dos sindicatos, que era a grande palavra de ordem do momento.

Não obstante, a capacidade dos comunistas em tomar a dianteira organizativa do movimento, deixando para atrás os anarquistas e disputando em pé de igualdade com José Righette dentro da UOFT, certamente aumentou a credibilidade do PCB entre os operários de São Paulo e pode ter sido crucial para o crescimento do Partido a partir de 1933. Apesar de a greve que tratamos ter ocorrido em maio de 1932, os resultados positivos para o Partido só puderam aparecer no ano seguinte, pois a partir do final da greve, e principalmente com a eclosão da guerra civil paulista em julho do mesmo ano, a repressão policial contra o PCB alcançou então nível inédito. O CR-SP do PCB e mesmo o CC foram desmantelados com a prisão de quase a totalidade de seus membros nos meses seguintes.

Também foram desmontados em razão das prisões dos militantes, a atuação do Socorro Vermelho, três casas de propaganda do PCB (a de Silvia Basbaum, onde se imprimia o jornal *A Classe Operária*, a de Eneida Costa, onde se imprimiam os materiais do Socorro Vermelho, e a de Cid Franco). “Caíram” o Centro Lituano de Cultura e a Sociedade Húngara de São Paulo, duas instituições organizadas por células de comunistas imigrantes, que tinham como objetivo conquistar adeptos para o PCB dentro de suas comunidades²⁸⁴. Mais tarde, em extenso relatório para o DEOPS sobre o histórico do PCB em São Paulo, um agente reservado da polícia, afirma que durante o período da insurreição paulista ocorreu o “completo esfacelamento do Partido” em São Paulo, com o confisco de tipografias, escritórios de propaganda, mimeógrafos, apreensão de farto material impresso, a localização e operação na casa de Fernando de Lacerda, onde se guardava os materiais do Bureau Político do PCB, juntamente com a prisão do mesmo e de sua esposa²⁸⁵.

²⁸⁴ Cf. FLORINDO, Marcos Tarcísio. *A Grande Repressão de 1932 em São Paulo*. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Vol. 4, Nº 8, 12/2012.

²⁸⁵ A Propaganda Comunista no Estado de São Paulo. São Paulo, 1935. P. 9. (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 1 – DEOPS-SP – APESP). Leôncio Basbaum conta ter encontrado muitos desses presos na cadeia. Relata que ao ser alocado no Presídio da Liberdade encontrou mais de vinte “camaradas” presos, isto é, militantes do PCB, sendo a maioria lituanos, russos e poloneses, muito provavelmente os membros dos grupos idiomáticos. A prisão também estava cheia de ferroviários que participaram da greve de maio de 1932 (Cf. BASBAUM, Leoncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 125).

Imediatamente após a Mazonia de 1932, relatava o policial Rubens para o gabinete de investigação do DEOPS-SP.

Após as últimas prisões dos elementos dirigentes assim como todo o material tipográfico, cessaram completamente a atividade, até que viesse, digo, venham auxílios de outras regiões. Agora, com a saída desses elementos, nenhuma atividade existe (isto é, atividade organizada, não se falando em atividades individuais de membros dispersos, as quais não se faz sentir) não só por falta de elementos dirigentes, pois a maioria debandou-se, como também por falta de recursos econômicos e materiais. Vários militantes foram ao Rio adquirir recursos orgânicos (novos militantes) e materiais (tipografo, mimeógrafo, papel, etc). A permuta de elementos não só será feita no Rio, mas, como também, no interior e outras regiões. Nenhuma reunião de importância, nenhum plano de ação por enquanto, o que somente se fará quando chegarem os recursos necessários, que não deverão tardar. Como até agora, há que se impedir o funcionamento dos órgãos dirigentes, logo ao reiniciar as atividades²⁸⁶.

Assim, houve escassíssima atividade do PCB em São Paulo durante a chamada Revolução Constitucionalista, visto que os poucos militantes em liberdade encontravam grande dificuldade de se organizar, cumprir tarefas e executar atividades partidárias. O Comitê Central foi reconstruído no Rio de Janeiro, e apenas a direção nacional da FJCB permaneceu em São Paulo, mas seriamente prejudicada e incomunicável com os organismos do resto do país. O CC do PCB buscou reorganizar o Comitê Nacional da Juventude no Rio de Janeiro, mas viu-se impossibilitado pela falta de militantes, estando quase todos presos.

O PCB desde o início da campanha paulista pela Constituinte colocou-se contrariamente a ela, chamando-a de “Constituinte dos ricos” e defendendo que o proletariado deveria manter o foco na organização das greves pelos seus interesses de classe²⁸⁷. Quando a guerra civil começou, o PCB e a FJCB divulgaram texto conjunto endereçado ao proletariado paulista, buscando explicitar que quem estava dirigindo a revolta pela Constituinte eram “os fazendeiros, os industriais e os padres ligados aos imperialismos inglês e norteamericano”, os mesmos que combatiam o movimento operário, mandando prender e atirar em trabalhadores grevistas, citando nomes de trabalhadores que morreram nessas ocasiões. Seria uma prova da mentira da Constituinte e da hipocrisia de seus defensores o fato de que eles eram os mesmos que defendiam a ilegalidade do PCB, a proibição das greves e eram contra o cumprimento das leis trabalhistas já aprovadas. Por isso, o PCB chamava os trabalhadores de São Paulo a

²⁸⁶ *A situação da atividade comunista na região de São Paulo*. São Paulo, 20/10/1932. DEOPS – Prontuário PCB vol. 1.

²⁸⁷ *Contra a Constituinte dos Ricos! A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 15/12/1931. P. 1.

boicotar a guerra civil, agindo contra ela e defendendo a revolução operária e camponesa²⁸⁸.

Isso não quer dizer, todavia, que todos os militantes do PCB cumpriram disciplinadamente sua diretiva. Em circular interna veiculada pelo CR-SP são citados exemplos de comunistas que se aliaram as oligarquias locais objetivando derrubar o governo de Getúlio Vargas e mesmo aqueles que defendiam a guerra civil sob o pretexto de que “em primeiro lugar era preciso defender São Paulo”. De toda maneira, o PCB condenou essas atitudes como traição ao Partido e à Internacional Comunista e solicitou que todas as células enviassem as atas de suas reuniões ao CR-SP para terem melhor controle e disciplina sobre os militantes²⁸⁹. Também a Juventude Comunista apresentou problemas semelhantes, como consta no informe de “Pablo” ao BSA-IC. Segundo ele, “a juventude tomou parte muito ativa em certos erros muito sérios do Partido” como, por exemplo, a ideia de participar do movimento MMDC com o intuito de conseguir armas²⁹⁰.

Em agosto de 1932 o Comitê Central do PCB realizou uma reunião plenária para avaliar a situação do Partido no país e, no que dizia respeito a São Paulo, apresentou positivamente a expansão partidária pelo interior do estado, principalmente entre trabalhadores agrícolas, mas também entre ferroviários²⁹¹. Apesar disso, o PCB só conseguiu estabilidade para se reorganizar em São Paulo no início do ano de 1933, mas retornou com mais força. Nesse momento, apareceram os frutos da greve de maio de 1932, em que o Partido, dirigindo o movimento entre os tecelões, conseguiu fundar várias células de fábrica²⁹². Muito colaborou não apenas a maior proatividade dos comunistas do que a de José Righetti ao dirigir a greve daquele ano, mas também o fato de que este foi preso, deixando um vácuo na direção do sindicato que passou a ser ocupado pelo PCB assim que possível. O próprio Righetti estreitou relações com os comunistas enquanto esteve no presídio de Ilha Grande, participando das formações políticas do Partido entre os prisioneiros, como relata Leôncio Basbaum²⁹³.

²⁸⁸CRs-SP do PCB e UJC. *Proletariado Paulista, pensa em tua situação, desperta!* São Paulo, 19/09/1932. (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 3 – DEOPS-SP - APESP)

²⁸⁹CR-SP. *Circular Interna nº 4: à todas as células e zonas do PC*. São Paulo, 1932. (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 3 – DEOPS-SP - APESP).

²⁹⁰PABLO. *Informe sobre a Situação Brasileira e a Guerra Civil em São Paulo*. Sem Local, 12/1932. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

²⁹¹SSA-IC. Vida de los Partidos Comunistas de América del Sud. *Revista Comunista*, Ano III, Nº 1, p. 105 – 106, outubro – 1932. Biblioteca José Maria Aricó/Universidad Nacional de Cordoba.

²⁹²Idem.

²⁹³BASBAUM, Leoncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 127.

Assim, com a reorganização do Socorro Vermelho, da Juventude Comunista e fundação do Comitê Anti-Guerreiro, essas organizações passaram a fazer suas reuniões na sede da UOFT, localizada no Largo do Belém. Em março de 1933, a UOFT aderiu oficialmente a FSR-SP, marcando o momento em que o PCB passou a dirigir o sindicato da mais numerosa categoria de trabalhadores de São Paulo²⁹⁴. Mais uma vez à frente do movimento sindical estava Roberto Morena. Outros célebres militantes do período foram Tarsila do Amaral, Osório César e Álvaro Faria²⁹⁵. Em dia 21 de janeiro de 1933 o PCB já se achava em condições de chamar um comício em comemoração à memória de Lênin, no Largo da Concórdia. Com a presença de cerca de 200 pessoas, a comemoração foi reprimida pela polícia, sendo presos João Levet, Henrique Rozeman, Armelino Pinto, João Karloskas e Slamna Portugal²⁹⁶.

Além de continuar a disputa nos sindicatos, o PCB passou a organizar uma campanha por sua legalização no decorrer da constituinte, conduzida por Caio Prado Jr. e Pinto da Fonseca. A rede de imprensa ilegal do Partido cresceu, sendo reorganizadas várias gráficas clandestinas, reaparelhando as células com mimeógrafos e conquistando a simpatia de jornais que faziam impressão de documentos do Partido, como era o caso do *Opinião do Povo*, de propriedade de Natalino Graziano, que imprimia boletins do PCB²⁹⁷. Outro exemplo era a casa do casal Ângelo²⁹⁸ e Itália Coracini (líder da greve dos trabalhadores têxteis em maio de 1932), que operava como um dos locais de impressão de *A Classe Operária*, boletins e livros comunistas. Funcionando provavelmente desde o começo do ano, quando foi encontrada pela polícia no mês de agosto, continha mais de

²⁹⁴ SOUZA, Mário. *Relatório Reservado (Boletim nº 11)*. São Paulo, 14/03/1933. (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 1 – DEOPS-SP - APESP). Como já mencionou o historiador Boris Fausto, durante os primeiros anos da indústria brasileira, os “componentes clássicos do sistema de fábrica, analisado por Marx e Engels, se reproduzem no interior da grande empresa têxtil” (FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976. P. 110).

Mário de Souza atuou como agente reservado do DEOPS entre 1933 e 1935. Tinha bom trânsito como infiltrado entre as lideranças revolucionárias. Destacava-se em encontrar as casas dos comunistas procurados pela polícia. Era funcionário da Light e membro da União dos Trabalhadores da Light, onde provavelmente tinha posição de destaque. Além do sindicato de sua própria categoria, Mario de Souza também espionou a União dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos, a Liga Operária da Vila Anastácio e Lapa, a União dos Profissionais do Volante, FSR-SP. Cf. FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O Serviço Reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo: Unesp, 2006. P. 162.

²⁹⁵ *A Propaganda Comunista no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1935. P. 9. Prontuário Nº 2431, PCB vol. 9 – DEOPS-SP - APESP).

²⁹⁶ *Informe Reservado*. São Paulo, 21/01/1933. (Prontuário Nº 2431, PCB vol.1 – DEOPS-SP - APESP)

²⁹⁷ SOUZA, Mário. *Relatório Reservado (Boletim nº 09)*. São Paulo, 10/03/1933. (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 1 – DEOPS-SP - APESP).

²⁹⁸ Ângelo Coracini foi secretário político do CR-SP em 1933. Morava em um porão no Canindé, juntamente com sua mulher e duas filhas. Passava por dificuldades e veio a morrer de Tuberculose. Na ausência de ter sua militância paga pelo PCB, recebia uma ajuda de 200 mil réis mensais de Caio Prado Jr. (FRANCISCO, Sebastião. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 05/01/1982. (Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu).

1000 exemplares de *A Classe Operária* já empacotados e com os respectivos endereços dos assinantes, incluindo o Grupo Lituano do Bom Retiro, o que significa que no ano de 1933 o PCB reconstruiu o trabalho entre os operários estrangeiros e os grupos idiomáticos²⁹⁹.

É exemplar da mudança de postura que o Comitê Central teve para com o fortalecimento do PCB em São Paulo o fato de que passou a designar permanentemente um assistente para acompanhar o trabalho do CR-SP e levar informações do mesmo para o Bureau Político Nacional. Como a importância estratégica do crescimento do movimento comunista em São Paulo foi uma deliberação do Bureau Sul-Americano, também este encarregou um assistente para ficar em São Paulo, orientando o trabalho na cidade e no estado.

Entre os que trabalharam como assistentes do Comitê Central do PCB em São Paulo temos conhecimento de terem cumprido a tarefa Roberto Morena, Pais Leme (que os comunistas descobriram ser um infiltrado da polícia) e José Lago Morales (cujo codinome era Brito). Por parte do BSA-IC, atuaram como assistentes em São Paulo Alcidez Gonzalez, Guido Fioravante, “Índio” (codinome) e Maria Barriegas³⁰⁰.

Com isso podemos afirmar que o isolamento de São Paulo que imperou na década de 1920 estava finalmente superado nos anos 1930. De início, Astrojildo Pereira e Paulo de Lacerda cumpriram o papel de impulsionar a militância paulistana e fazer a ligação com o Comitê Central. Depois, o próprio Comitê Central mudou-se para São Paulo, ocasião em que avançou significativamente com a construção do aparelho partidário na cidade e com o recrutamento de novos militantes e formação de novos quadros. Quando o CC retornou ao Rio de Janeiro, assim que a ação policial existente na época da Guerra Civil Paulista diminuiu, o trabalho de ligação passou a ser executado por assistentes. Não é demais salientar que o PCB em São Paulo agora estava em ligação direta não apenas com o CC, mas também com o BSA-IC, denotando a importância que a cidade ganhou para o movimento comunista latino-americano.

²⁹⁹ Queda da distribuidora de *A Classe Operária* em São Paulo. São Paulo, 19/08/1933. (DEOPS-SP – Prontuário PCB vol. 1, nº 2431)

³⁰⁰ Alcidez Gonzales era membro do Partido Comunista do Uruguai (PCU), Guido Fioravante e Maria Barriegas eram militantes do Partido Comunista da Argentina (PCA) e “Índio”, cujo verdadeiro nome não descobrimos, era militante do Partido Comunista do Chile (PCC). (Cf. FRANCISCO, Sebastião. Depoimento à Edgard Carone. São Paulo, 05/01/1982. P. 16. (Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu). Outros nomes de assistentes do BSA-IC para o PCB são conhecidos pela bibliografia, ainda que não sejam assistentes especificamente do CR-SP, como por exemplo, Inês Guralsky, Gonzales Alberdi e Pierre.

Para sanar o problema da formação de militantes, o PCB fundou em São Paulo uma escola de marxismo-leninismo, buscando ministrar cursos sobre os conceitos básicos do marxismo e sobre as resoluções do VI Congresso da IC, principalmente o problema do perigo de uma nova guerra imperialista e antissoviética³⁰¹. Segundo depoimento de Sebastião Francisco, os cursos começaram por iniciativa de um assistente do BSA-IC³⁰², que na maioria das vezes atuavam como professores, cabendo aos comunistas do CR-SP organizar toda a estrutura para que as aulas ocorressem. O primeiro passo era alugar uma casa no nome de alguma família de militantes desconhecidos ou simpatizantes do Partido e colocá-los para morar ali. Os cursos tinham uma duração de quinze dias e então deviam mudar de lugar por questão de segurança. Os alunos eram levados ao local de olhos vendados em carros de simpatizantes. Dentre os que mais ajudaram para financiar o curso estavam Antônio da Fonseca e Celestino Paraventi. Os temas ministrados pelos cursos eram: crítica da economia política, teoria de partido leninista e luta de classes, história do movimento operário desde a I Internacional até a Revolução Russa, a construção do socialismo na União Soviética, combate ao trotskismo, história do Quilombo de Palmares e a luta contra a escravidão e revoltas indígenas. Entre os livros mencionados como leituras para o curso estavam *O que Fazer?* De Lênin e *O Manifesto Comunista* de Marx e Engels³⁰³.

Essa escola de formação também sofreu uma batida da polícia em julho de 1933. No comunicado de seu fechamento ao DEOPS, o relator conta que ela seguia os “moldes soviéticos” e era voltada principalmente para a FJCB e os militantes ingressantes do PCB, com aulas diárias das 13h às 17h. Situava-se na Vila Leopoldina, em uma casa de quatro cômodos e uma cozinha. Na ocasião, o próprio Sebastião Francisco era o professor sendo preso juntamente com Eduardo Silva, Marcelo José de Campos, Nelson Serra, Estevan Kovacks, José Fonseca, Rogério Dias, João Pereira e Rosa Kovacks. O casal Kovacks foi exilado do Brasil³⁰⁴. Provavelmente esta é mesma casa em que foram recrutados importantes futuros quadros do PCB neste período, incluindo Joaquim Câmara Ferreira e

³⁰¹ PABLO. Informe sobre a Situação Brasileira e a Guerra Civil em São Paulo. Sem Local, 12/1932. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

³⁰² William Wack menciona que depois de 1930 Guralski chegou a Argentina com o objetivo de fortalecer o movimento comunista na América Latina e, entre as medidas que tomou para isso, estavam a organização de uma rede de assistentes do BSA-IC para todos os países da América Latina e de uma escola de formação de quadros para os militantes comunistas, em Montevideu. A “escola comunista” de São Paulo, caso a informação seja verdadeira, pode ser uma ramificação dessa iniciativa (WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 34).

³⁰³ FRANCISCO, Sebastião. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 05/01/1982. P. 16. (Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu)

³⁰⁴ *Fechamento da Escola Comunista*. São Paulo, 30/07/1933. (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 1 – DEOPS-SP - APESP)

o próprio Sebastião Francisco, como consta em sua entrevista para o historiado Edgard Carone

Fomos recrutados e admitidos para o Partido no mesmo dia e no mesmo local. Era uma chácara que hoje é cidade, ali na Vila Leopoldina, de um italiano que trabalhava em um frigorífico ali. O homem que tinha amizade, que preparou e mantinha contato com ele era um médico, cidadão muito bom, Quirino Pucca, que arranhou essa casa para fazermos reunião ampliada. E naquele dia apareceu um número grande de pessoas, vinte e tanto, e alguns foram recrutados naquele dia, inclusive eu e o Câmara Ferreira. Naquele tempo se costumava preencher uma papeleta com filiação, profissão, tudo direitinho, e diziam que aquilo era para o Movimento Internacional, para Moscou, que podíamos ficar tranquilos pois não havia perigo algum. Lembro-me que neste dia foi recrutado também Hermínio Sachetta, também muito conhecido³⁰⁵.

Carone já havia constatado que o PCB se fortaleceu em São Paulo em 1933, mas coloca a razão do fortalecimento na chegada de Sebastião Francisco, o que concordamos apenas na medida em que Francisco era um dos integrantes do qualitativo quadro de dirigentes e militantes que o PCB conseguiu formar na cidade de São Paulo durante este período, pois muitas outras razões foram determinantes, como esperamos que este capítulo deixe claro na totalidade de seu conteúdo.

Nesse sentido, a reorganização do Partido, levada a cabo nos moldes acima expostos levaram ao recrutamento de vários militantes que se tornaram em seguida importantes quadros do Partido em São Paulo, conseguindo criar um grupo dirigente local bastante qualificado: Eduardo Maffei, Joaquim Câmara Ferreira, Hermínio Sachetta, Miguel Costa Filho, Cristovam Pinto Ferraz, Noé Gertel, Hignino Milani, Newton Montesanti, Carlos da Silva Prado, Vitor Bambini. O CR-SP passa a ser composto por, além de Sebastião Francisco, Antônio Fiaske (org) Hermínio Sachetta (agitprop), Jacob Toulusso (sindical), e Tambaú. Nessa época o Partido fundou a célula do bairro de Santana e o Comitê da Alta Mogiana, que imprimia o jornal chamado *Alta Mogiana*. As reuniões do CR-SP aconteciam semanalmente, começando nas noites de sábado as 19 horas e estendendo-se até a madrugada do domingo, as 5 horas, fazendo assíduo controle das tarefas e estabelecendo novas campanhas e atividades para os militantes³⁰⁶.

Com a instituição das carteiras de trabalho, os sindicatos independentes aderiram em grande número ao Ministério Trabalho, pois era a única maneira a partir desse momento de ser reconhecido juridicamente e fazer uso dos direitos trabalhistas até então promulgados, no que se destaca o direito às férias. Ademais, também pesou o fato de que

³⁰⁵ FRANCISCO, Sebastião. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 05/01/1982. P. 10. (Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu).

³⁰⁶ CARONE, Edgard. *Brasil: Anos de Crise (1930 – 1945)*. São Paulo: Ática, 1991. P. 106.

só teriam direito a cadeiras na Assembleia Constituinte do ano de 1933 as entidades de classe que fossem oficiais, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Como concluiu Castro Gomes, “tornava-se extremamente difícil para as lideranças de esquerda e pouco atraente para os trabalhadores sustentarem a postura de defesa das associações independentes”³⁰⁷. Mesmo os sindicatos que faziam parte da FOSP aderiram ao sindicalismo de Estado entre os anos de 1933 e 1935, restando sob a direção dos anarquistas, até pelo menos a promulgação do Estado Novo, apenas a União dos Artífices em Calçados, a Liga dos Operários em Construção Civil e o Sindicato dos Manipuladores de Pão³⁰⁸.

Fiéis aos seus princípios antiestatistas, os anarquistas prosseguiram insistindo no sindicalismo autônomo ainda que a conjuntura caminhasse na direção contrária, vendo-se em pouco tempo de fora dos sindicatos e ausentes no movimento operário. O resultado, segundo Bonomo, foi que “o anarquismo em sua atuação sindical seria derrotado em 1932 mesmo mantendo certa importância até o ano de 1934”³⁰⁹, principalmente por meio da luta antifascista, mas partir de então “a ação anarquista continuou, como ainda continua até hoje, porém sem poder de interferir decisivamente na realidade”

Os comunistas, por outro lado, tomaram a decisão tática de participar e disputar os sindicatos oficiais, o que foi decisivo para manterem-se como forças políticas presentes no movimento operário e com capacidade de “interferir decisivamente na realidade” por meio da luta organizada da classe trabalhadora. Dessa forma, O fracasso dos anarquistas na luta contra a sindicalização oficial e sua incapacidade de adaptar sua tática à consolidação da nova realidade no ambiente dos sindicatos, deixou caminho aberto para os comunistas atuarem nesses sindicatos, tendo de lidar apenas com os representantes do Ministério do Trabalho. Como os comunistas estavam de fato inseridos no cotidiano e na sociabilidade da classe trabalhadora paulistana e os sindicalistas ministerialistas não, foi fácil para eles contar com o apoio dos operários para rapidamente subirem, por meio das eleições sindicais, aos cargos de direção dos sindicatos oficiais.

É bastante provável que ao ficar claro para os operários que o sindicato estatal não apenas oferecia melhor garantia de cumprimento dos direitos trabalhistas e, portanto, algum avanço no nível de vida, mas também propiciava condições mais propícias para

³⁰⁷ GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. P. 167.

³⁰⁸ AZEVEDO, Raquel. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927 – 1937)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. P. 72.

³⁰⁹ BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. São Paulo: PUC, 2007. P. 94.

continuar a luta (com a possibilidade das greves serem reconhecidas legalmente, bem como os acordos trabalhistas etc), tenha acontecido um fenômeno tal como o que Hobsbawm descreveu para explicar a conversão de velhos anarquistas em comunistas no contexto do pós Primeira Guerra Mundial em países como a Itália.

É de fato muito provável que (conforme observa De Groot, líder do PC holandês, talvez não sem algum *parti pris*) aqueles operários que haviam sido libertários se adaptassem melhor à vida nos novos P[artidos]C[omunista]s do que os intelectuais ou pequeno-burgueses ex-libertários. Afinal, ao nível do militante da classe operária, as diferenças doutrinárias ou programáticas que dividem tão nitidamente os ideólogos dos líderes políticos são geralmente muito irrealistas e podem ter pouca importância, a menos que, a este nível – isto é, no sindicato ou localidade específicos do operário –, as diferentes organizações e líderes tenham há muito estabelecido padrões de rivalidade. Portanto, o mais provável é que os trabalhadores que pertenceram anteriormente ao sindicato mais militante ou revolucionário de sua localidade ou profissão passassem sem dificuldades, ao desaparecer este, para o sindicato comunista que agora representava a atitude revolucionária ou o espírito de militância³¹⁰.

A tese de que ao nível dos militantes operários as diferenças doutrinárias parecem irrealistas e de pouca importância parece corroborada em relatos sobre a forma de consciência genérica dos operários da época. É nesse sentido que Leôncio Basbaum registra em suas memórias que durante a década de 1920 a consciência de classe do proletariado, o mesmo proletariado participante dos sindicatos dirigidos pelo PCB, estava “cheia de sentimentos confusos, anarquistas, cheios de pensamentos de Bakunin, Kropotkin, e outros líderes anarquistas”.

Outra evidência nesse sentido é o relato de Elvira Boni sobre o contexto de cisão no movimento operário brasileiro no começo da década de 1920, quando o PCB estava para ser formado. O relato parece ser ainda mais consistente para corroborar a tese de Hobsbawm, e que aparenta servir para o contexto do movimento operário paulistano na década de 1930, quando levamos em conta que Elvira Boni era uma militante operária ex-anarquista e posteriormente simpatizante do PCB. Quando perguntada se houve avanço do movimento anarquista no Rio de Janeiro no começo da década de 1920, Elvira responde que

Sim, mas depois os próprios anarquistas foram se dividindo. Fundou-se o Partido Comunista, e muitos anarquistas se tornaram comunistas. No fundo é a mesma coisa, não é, duas coisas iguais por caminhos diferentes. Eu penso assim. Entendo que anarquismo e comunismo querem a mesma coisa, mas tem maneiras diferentes de chegar ao mesmo local³¹¹.

³¹⁰HOBSBAWM, Eric. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. P. 72.

³¹¹GOMES, Ângela de Castro. *Velhos Militantes*: Depoimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. P. 51.

Quando perguntada pelos entrevistadores se os operários entendiam a razão da divisão do movimento entre anarquistas e comunistas, Elvira responde “alguns entendiam, outros não davam importância”. Levando-se em conta que o período em questão é aquele de auge do obreirismo no PCB, que segundo Del Roio “deu retorno a aspectos voluntaristas e utópicos típicos do anarco-sindicalismo como a inerência da consciência revolucionária da classe operária e o mito da greve geral revolucionária”³¹² não é difícil ponderar que a transição ideológica dos operários de sindicatos de orientação anarquista para os novos sindicatos oficiais com direções comunistas tenha sido de fácil assimilação.

Diferentemente do que defende Raquel de Azevedo, estamos convencidos de que a permanência do anarquismo como corrente predominante do movimento operário paulistano durante toda a década de 1920 e começo da década de 1930 se deve muito pouco a aspectos culturais e de construção de uma identidade anarquista de resistência entre os militantes operários. Como vimos nos depoimentos de Basbaum e Boni, a hegemonia cultural do anarquismo não impedia os operários de se vincular a sindicatos comunistas ou mesmo ao PCB. É muito mais provável que os anarquistas tenham perdurado por conta da debilidade do PCB na capital paulista, o que acarretou uma ausência de oposição comunista suficientemente consistente dentro dos sindicatos anarquistas.

Essa ausência de oposição impediu que as contradições internas do movimento anarquista se explicitassem mais rapidamente, como aconteceu no Rio de Janeiro, visto que os anarquistas já eram uma força consolidada no movimento operário paulistano nos anos 1920. Mas tão logo essa oposição foi criada, no início da década de 1930, a disputa interna nos sindicatos tornou-se acirrada, os anarquistas não ofereceram uma resposta à conjuntura de oficialização dos sindicatos que não significasse o sacrifício martirizante dos operários em greves e entidades ilegais, e assim, o limite do anarquismo de não conseguir adaptar sua tática de acordo com as condições objetivas em benefício da manutenção de seus princípios ideais propiciou que os comunistas tomassem a dianteira do movimento sindical.

O depoimento de Sebastião Francisco prestado a Edgard Carone é importante por detalhar como os comunistas conseguiram se inserir em algumas categorias estratégicas de trabalhadores da cidade de São Paulo e conquistar a direção de seus sindicatos. O CR-

³¹² *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990. P. 199.

SP reuniu-se em determinado momento do ano de 1933 (não especificado pelo depoente) e dividiu entre seus integrantes o trabalho de criar inserção do PCB em categorias específicas de trabalhadores. Sebastião Francisco ficou responsável pelos bancários e pelos trabalhadores da Light, Hermínio Sacchetta pelo setor têxtil, Joaquim Câmara Ferreira deveria criar células do PCB entre os ferroviários da Sorocabana. Acreditamos que esse foi um trabalho, pelo menos nos casos de Sacchetta e Câmara Ferreira entre os têxteis e ferroviários de recriação ou orientação de núcleos já existentes, pois como foi exposto por meio de outras fontes, o PCB já havia conseguido aderentes entre esses trabalhadores.

De toda maneira, Sebastião Francisco teria entrado em contato com um bancário chamado Pupo, que lhe apresentou o presidente do sindicato da categoria, Álvaro Cequino, que se dispôs a passar por um recrutamento pelo PCB e então colaborou para criar células comunistas entre os bancários. Outros dirigentes sindicais bancários que entraram para o PCB no mesmo momento foram Delguércio e Rodolfo. Sobre os bancários, especificamente, relatava um agente reservado do DEOPS

Um exemplo concreto desse trabalho [das “frações vermelhas” do PCB] nos vem do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo, onde a fração comunista não só se apoderou da direção como também conseguiu largo proselitismo no seio da classe, recrutando militantes e muitos simpatizantes³¹³.

Ainda segundo este informe policial, o Sindicato dos Bancários teria sido por muito tempo influenciado pelos trotskistas, mas os comunistas conseguiram criar uma oposição no interior do sindicato por meio de uma “fração vermelha” e posteriormente conquistar sua direção. O agente reservado atribui a vitória dos comunistas sobre os trotskistas, não apenas no sindicato dos bancários, mas também no dos comerciários - que da mesma forma era, antes, de direção trotskista – devido ao fato da “melhor organização, mais combatividade e obedecer a uma direção única e inteligente, contra a qual a facção trotskista sempre levou desvantagem, ao ponto de atualmente constituir um elemento apagado e quase desaparecido”³¹⁴.

No caso da Light, retornando ao depoimento de S. Francisco, este teria organizado uma verdadeira aventura. Mobilizou dois outros camaradas, um tal Barlota que era guarda de jardim na Praça da República e morava em Pinheiros e um tal Generoso, que era trabalhador em obra de construção e morava no Cambucy. Foram os três durante a noite,

³¹³ *A Propaganda Comunista no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1935. P. 25. (Prontuário nº 2431, PCB vol. 9 – DEOPS-SP - APESP)

³¹⁴ Idem. P. 34.

munidos de centenas de manifestos do PCB escritos especificamente para os trabalhadores da Light, pularam os muros da fábrica na rua Lavapés, não se deixando impedir pelos guardas que trabalhavam pelo local e nem pelos arames farpados. Correram cerca de 60 metros até o fundo do estabelecimento, jogaram os manifestos pelas janelas, pularam o muro de volta para a rua e fugiram.

Depois de dois dias, Sebastião Francisco retornou ao local e, passando-se por policial, puxou conversa com o guarda do estabelecimento. Perguntou se havia ocorrido ali a distribuição de materiais subversivos e se esses materiais encontraram repercussão entre os trabalhadores. O guarda confirmou o ocorrido e indicou um operário de apelido “Pato Choco” como alguém inclinado a aderir a subversão.

O dirigente comunista entrou em contato com Pato Choco e perguntou sobre os manifestos e o efeito que eles haviam gerado entre os empregados do local, ficando a saber que encontraram boa repercussão e que no refeitório da empresa não se falava de outro assunto. Convidado a organizar uma célula comunista na oficina da Light, Pato Choco recusou, mas indicou que Sebastião Francisco conversasse com Alfredo Godofredo, presidente do sindicato dos trabalhadores da Light. Ao falar com ele, Godofredo comunicou que há muito tempo, não só ele, como toda a diretoria do sindicato procurava pelo PCB para aderir ao Partido.

Organizou-se então uma reunião visando o recrutamento da direção do sindicato dos trabalhadores da Light, planejada para ter poucos elementos, apenas os de maior confiança. Contudo, Godofredo convidou vários trabalhadores que sabia ter interesse pelo Partido e a reunião lotou uma casa com quase trinta pessoas. Sebastião Francisco, por questão de segurança, dividiu o público em grupos de quatro e cinco pessoas e remarcou os recrutamentos para outros dias, separadamente com cada grupo e em locais diferentes. Ao final do processo, os comunistas conseguiram uma célula na Light com militantes espalhados por todas as seções da empresa, incluindo oficinas, escritório, linhas de cabo e pedreira, além da direção do sindicato desta categoria³¹⁵, o mesmo sindicato que em março de 1931, sob direção anarquista, afirmava que “não reconhece nem reconhecerá a Confederação Geral do Trabalho”³¹⁶, central sindical organizada pelo PCB.

³¹⁵ FRANCISCO, Sebastião. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 05/01/1982. P. 23 - 31. (Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu).

³¹⁶ RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos: Pesquisa Social (1922 – 1946)*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, s.d. p. 325.

Sebastião Francisco ainda relatou que Joaquim Câmara Ferreira teria viajado toda a ferrovia Sorocabana e São Paulo Railway no objetivo de fundar células e conquistar novos aderentes para o PCB. Dentre os ferroviários recrutados em consequência deste trabalho estariam Antônio Arruda Aranha, na Sorocabana e Queiroz, presidente do sindicato dos trabalhadores da São Paulo Railway. Provavelmente é desta época o recrutamento de Ladislau de Arruda Camargo e Benedicto Dias Batista, ambos fundadores do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana e até então membros do PSB, ainda que a declaração pública de adesão ao PCB por parte destes só tenha ocorrido no início de 1935.

Ladislau de Camargo publicou seu manifesto de adesão do PCB nas páginas de *A Classe Operária*. No cabeçalho que introduz ao manifesto, Bangu afirma que o PSB teria sofrido uma verdadeira desagregação em suas fileiras, de maneira que toda a direção do PSB existente na região de Piracicaba e Sorocaba teriam aderido ao PCB, levando consigo cerca de mil membros³¹⁷.

Ladislau de Camargo acusou João Cabanas, Giraldes Filho, Crispino, Sesti, Aristides Lobo e Mario Pedrosa de travar a realização de uma frente única proletária, sabotando-a por todos os meios, fato que teria presenciado enquanto líder do PSB e desempenhado papel importante para que resolvesse adentrar às fileiras do PCB.

As personalidades citadas por Camargo, bem como o teor de suas críticas, mostram que ele já estava há muito familiarizado com a linha política dos comunistas, buscando igualar socialistas (adjetivados oportunistas) e trotskistas como inimigos do proletariado e da revolução mundial, tanto mais que naquele período a LCI passou a compor o PSB e seus dirigentes chegaram até a sua direção nacional.

O texto de Camargo qualifica os trotskistas como “destacamento de vanguarda da contrarrevolução”, agentes infiltrados do imperialismo nas fileiras do movimento operário com o objetivo de desagregar o movimento comunista internacional e facilitar a derrocada da União Soviética. O manifesto é encerrado com um convite aos operários que permaneceram no PSB a formar a “frente única de lutas das organizações socialistas

³¹⁷ BANGU. O Avanço do Partido Comunista. *A Classe Operária*. Nº 175. Rio de Janeiro, 16/03/1935. P. 3. (ASMOB – Fundo Astrojildo Pereira, CEDEM-UNESP).

e comunistas” e, por fim, convida os socialistas que pensam como ele a aderirem ao PCB³¹⁸.

Ladislau e Benedicto organizaram a fração vermelha do PCB no Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana (SFEFS), fundando núcleos de propaganda nas cidades que a ferrovia passava, fazendo oposição à maioria da direção do sindicato, que ainda estava nas mãos do PSB, cujo líder era o socialista ferroviário Armando Laydner. Ladislau e Benedicto também foram responsáveis por fundar a Frente Única de Ação dos Ferroviários da Sorocabana³¹⁹.

No sindicato dos ferroviários o PCB, como já sabemos, fora atuante desde antes de 1932, dirigindo as greves de ferroviários da São Paulo Railway ocorridas no período. Teriam tido também importante participação na greve de ferroviários da Sorocabana, Paulista, Douradense, Noroeste e Mogiana, no ano de 1934. Levou a cabo a campanha em torno do salário-mínimo, caixa de aposentadorias e pensões, lista contra diretorias da Sorocabana e São Paulo Railway. Um agente reservado da polícia registrou como a maior conquista do PCB a direção “integral” do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste e então lista o nome dos comunistas que dirigiam cada um dos sindicatos³²⁰.

No sindicato dos ferroviários da Central do Brasil o PCB ainda operava por meio de sua “fração vermelha”, como oposição. Os comunistas, que antes dirigiam a União dos Trabalhadores da Light (sindicato autônomo), rapidamente passaram a dirigir o sindicato oficial da categoria, quando este foi fundado. Na direção do Sindicato de Tração, Luz e Força estavam os comunistas Carmelo Calabria, Alfredo Godofredo e Antônio da Conceição. No Sindicato dos Profissionais do Volante, os comunistas organizavam fração dirigida por João Garcia Filho e Manoel Marquês Teixeira Filho. O PCB ainda organizou

³¹⁸ CAMARGO, Ladislau de. Carta aberta aos trabalhadores socialistas manuais e intelectuais, a todos os socialistas honestos, a todas as organizações e diretórios locais do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo. *A Classe Operária*. Nº 175. Rio de Janeiro, 16/03/1935. P. 3-4.

João Cabanas, tenentista dirigente do PSB, debateu com Ladislau por este ter deixado os socialistas em favor do PCB por meio das páginas de *A Platea*.

³¹⁹ ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho. *Entre a Revolução e o Corporativismo: A experiência sindical dos ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana nos anos 1930*. São Paulo: FFLCH - USP, 2006. P. 215.

³²⁰ Seriam eles, na São Paulo Railway: Hildeberto Martins de Queiroz, Irineu Correa da Silva, José Antunes de Oliveira, Heitor e Diogo Miranda. Na Sorocabana: Ladislau de Camargo, Itaiuti Magalhães, Benedicto Dias Batista, Vicente de Oliveira, Mariano Lobo e Caldeira. Companhia Paulista: Nuncio Soares (de São Carlos), Antônio Dias Júnior (Campinas), Tarciso Mora, Pedro Virgara (também de São Carlos), João Dionísio, Oliveira Bicudo e Ferregato. Rede Sul Mineira: Otto Yokbir, Durval Pereira e Ismael Moniz Ferreira. Noroeste do Brasil: Jeronymo de Cunto, Luiz Gometti, Antônio Duarte e Trevisan, Marcelino Serrano, Lazaro Silva, Asten Reiter, Manoel Garcia. *A Propaganda Comunista no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1935. P. 35. (Prontuário nº 2431, PCB vol. 9 – DEOPS-SP - APESP)

células de Alfaiates nas oficinas do Bom Retiro, que mantinham um grupo idiomático, visto que os alfaiates eram em sua maioria estrangeiros.

O PCB, desde 1931, fazia o trabalho de organizar grupos idiomáticos junto aos emigrados, principalmente entre os grupos eslavos e a colônia israelita. Em alguns casos, contava com comunistas transferidos de seu país de origem para colaborar na montagem do aparelho. Os grupos idiomáticos editavam jornais em lituano, letão e inglês. Em 1932, em maio, o DEOPS apreendeu no bairro Sant'Ana, uma tipografia que editava os jornais *Darbunsku Zodis*, lituano e *Nossa Palavra*, israelita. Ambos os jornais ficaram suspensos até o fim de 1933, quando voltaram a circular. Neste ano, surgiu também o jornal comunista lituano *Musu Zodis*³²¹.

A influência e prestígio do PCB durante esse período foram grande o suficiente para causar crise no interior do PSB – como já exposto parcialmente com os casos de Ladislau de Camargo e os ferroviários da Sorocabana - e, possivelmente, para inspirar, pelo menos parcialmente a sua política. *O Manifesto do PSB ao Povo e ao Proletariado* condena a ideia de disseminação do bem-estar e do progresso via capitalismo e denuncia a dominação imperialista³²², possível influência do PCB. O deputado do PSB, João Luiz Barbosa, também dirigente do PSB em Piracicaba, escreveu manifesto para *A Platéia* com duras críticas ao próprio partido, principalmente aos dirigentes João Cabanas e Giraldes, apoiou Ladislau por ter ido para o PCB e concluiu dizendo “O proletariado brasileiro precisa e acabará unindo-se nas fileiras de um único partido, revolucionário e combativo, o PCB, para que se torne uma realidade a emancipação total dos que trabalham”³²³

João Cabanas abriu sindicância dentro do PSB contra João Luiz Barbosa por causa desta declaração e concluiu que os signatários do Manifesto de Barbosa eram “comunistas a serviço da polícia para lançar confusão entre as fileiras do partido”³²⁴. O historiador Adalberto Araújo Neto, em suas pesquisas sobre os ferroviários da Sorocabana e o PSB chega a cogitar a hipótese de que o PCB atuava dentro de organizações de raiz tenentista, como a Bandeira dos 18 do Forte e a Legião 5 de Julho. Nesta última, Araújo Neto informa que entre o fim de 1933 e começo de 1934, muitos de seus dirigentes tornaram-

³²¹ *A Propaganda Comunista no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1935. P. 27. (Prontuário nº 2431, PCB vol. 9 – DEOPS-SP - APESP)

³²² Manifesto do Partido Socialista Brasileiro ao Povo e ao Proletariado. *A Luta Social*, nº 1. São Paulo, 13/11/1933. Prontuário Nº 1009, Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (PSB-SP), vol. 1. (DEOPS – APESP)

³²³ Cf. ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho. *O Socialismo Tenentista: Trajetória, experiência e proposta de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930*. São Paulo: FFLCH – USP, 2012. P. 199.

³²⁴ Idem. P. 200

se militantes do PCB. A partir de então a Legião 5 de julho passou a participar de todas as iniciativas dos comunistas, como atos, manifestações, campanhas de propaganda, entre outros, transformando-se, na prática, em parte do aparelho do Partido.

A expansão do PCB na cidade de São Paulo o ajudou financeiramente e um fator passou a retroalimentar o outro. A adesão de membros das classes médias e da burguesia ao Partido foram muito úteis nesse sentido. O caso mais emblemático é o de Caio Prado Jr., que segundo relatório de um informante da polícia, pagava todas as faturas do PCB superiores a 6 contos de réis e havia fornecido um aparelho mimeógrafo de alta qualidade para servir ao Partido, ficando instalado na casa de Eneida de Moraes. Outros dois grandes contribuintes financeiros do Partido eram Coripeu de Azevedo Marquês, funcionário público, jornalista e filho de uma tradicional família paulista, e Quirino Pucca, que era médico. Assim, dizia o relatório à Delegacia de Ordem Pública e Social

Diversos intelectuais simpatizantes, entre os quais conhecido ator e não menos conhecido industrial do café, diversos médicos, dois outros advogados, alguns pequeno-burgueses simpatizantes, todos tem concorrido para a manutenção da propaganda comunista. Alguns o fazem conscientemente, outros embaixo do rótulo do Socorro Vermelho e pelas solicitações de amparo aos proletários pobres e desempregados. Existe ainda a renda proveniente da venda de periódicos comunistas, pequenos volumes doutrinários, folhetos, bilhetes de tombola e da organização de festivais de rótulo beneficente e patrocinados por organizações dirigidas ou orientadas por comunistas e capeadas para finalidades outras, que encobrem sua verdadeira significação.

Com tais fundos são custeados boletins impressos, publicações mimeografadas e pequenas tipografias para a impressão de periódicos clandestinos, além da manutenção dos “militantes de vanguarda”, a quem a atividade partidária não permite tomar ocupação³²⁵.

Outros exemplos de abastados simpatizantes e militantes do PCB em São Paulo são conhecidos, como Celestino Paraventi, dono de indústria pioneira de torrefação de café e de grande número de imóveis. Paraventi, que já havia patrocinado o jornal *O Homem do Povo*, de Oswald de Andrade, doava mensalmente para o PCB trinta contos de réis, verdadeira fortuna, cuja metade ficava com o CR-SP e metade ia para o Comitê Central. O próprio Comitê Central proibiu, depois de um tempo, a Paraventi de doar tamanha quantia³²⁶. Paraventi, Caio Prado Jr e Oswald de Andrade também colaboravam com o PCB fornecendo casas para funcionar como aparelho do Partido, desde hospedagem de militantes³²⁷ a construção de gráficas ilegais. Antônio da Fonseca, sócio

³²⁵ *A Propaganda Comunista no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1935. P. 21. (Prontuário nº 2431, PCB vol. 9 – DEOPS-SP - APESP)

³²⁶ FRANCISCO, Sebastião. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 05/01/1982. P. 16. (Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu).

³²⁷ Dos mais célebres hóspedes de uma das casas de Paraventi, está o casal Olga Benário e Luiz Carlos Prestes, que em 1935 ficaram na casa de campo em Santo Amaro, às margens da represa Guarapiranga.

de Paraventi na propriedade da Imobiliária Interlagos, era também grande contribuinte que doava seis contos de réis mensais para ao PCB e fornecia carros para transporte de militantes³²⁸.

É bastante possível que a organização de uma rede de simpatizantes membros da burguesia e da pequena-burguesia tenha se tornado a principal fonte de financiamento do PCB em São Paulo durante a década de 1930, possibilitando que superasse seu problema estrutural em desenvolver suas atividades que o acometia na década anterior. Todavia, o Partido não deixou de lançar mão de suas formas básicas de fazer finanças: a cotização dos militantes, organização de eventos festivos, venda de materiais como livros e jornais, arrecadação em sindicatos, loterias, organização de tómbolas e bingos. Lincoln Secco menciona que *A Classe Operária* organizava tómbolas para financiar sua impressão, premiando o ganhador com “um retrato de Lênin com uma rica moldura”, além de bigornas, tinteiros, canetas, lápis, etc³²⁹. De toda maneira, é expressivo que o PCB, apesar da repressão policial, conseguiu solidificar uma política de finanças na capital paulista, ainda que, segundo depoimento de Sebastião Francisco, não foi capaz de custear militantes profissionais³³⁰.

Se durante a década de 1920 a falha estrutural em levantar finanças para o Partido gerava um ciclo vicioso em que o aparelho não se estruturava e novos militantes não surgiam, mantendo o Partido sem fundos, uma vez construído o aparelho partidário, o ciclo tornou-se positivo. O aparelho potencializava o Partido, sua capacidade de propaganda e atividade que, com isso, conquistava novos militantes e simpatizantes que, por sua vez, contribuía com as finanças.

Neste ponto é possível afirmar que se na década de 1920 o PCB não havia conseguido estruturar-se em São Paulo e conquistar inserção e influência nas categorias estratégicas de trabalhadores da cidade, na década de 1930 isso já não corresponde à realidade. É notório que o divisor de águas no que diz respeito a inserção do PCB na classe trabalhadora paulistana são 1) a firme deliberação do SSA-IC (depois, BSA-IC) a partir de 1930 de que o PCB deveria concentrar forças na cidade de São Paulo, impulsionando a direção nacional a cumprir com essa tarefa; 2) a mudança do CC para São Paulo em novembro de 1931, sanando, a partir de então, problemas sistemáticos do

³²⁸ FRANCISCO, Sebastião. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 05/01/1982. P. 16. (Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu).

³²⁹ SECCO, Lincoln. *A Batalha dos Livros*. Cotia: Ateliê Editorial, 2017. P. 79.

³³⁰ Idem. P. 13.

Partido na cidade durante a década de 1920, como por exemplo, a ausência de quadros qualificados, a pouca quantidade de militantes e a dificuldade de acesso e distribuição do material de propaganda, incluindo *A Classe Operária*; 3) A construção de uma estrutura de ligação de São Paulo com os pontos centrais de direção do movimento comunista no Brasil e na América Latina, isto é, o uso permanente de assistentes do Comitê Central e do BSA-IC para orientar o CR-SP e enviar informações diretas deste para as direções do movimento comunista.

Nesta época (entre 1933 e 1935), o PCB em São Paulo não era um partido com grande quantidade de militantes. Seu número de membros estava certamente na casa das centenas, entre duzentos e trezentos militantes. Esta informação, dada por Sebastião Franciso, é respaldada nos documentos da polícia política, em que o relatório sobre o PCB em São Paulo define o número de militantes do PCB na capital paulista em cento e oitenta, enquanto o estado totalizaria cerca de três mil militantes. A FJCB, por sua vez, contava com cento e vinte e dois membros, espalhados em três núcleos sindicais, dois núcleos de empresa, três núcleos de escola, dois núcleos de clube e dois núcleos de bairro³³¹. De toda maneira, acreditamos que o agente reservado do DEOPS fez uma análise precisa ao reconhecer o mérito dos militantes paulistanos do PCB.

Somos obrigados a concluir que o número de militantes em São Paulo representa um alto esforço do Partido, lutando ele, como até ainda pouco lutou, subterraneamente, e tendo de vencer todas as dificuldades inerentes a um trabalho conspirativo e ilegal, tudo isso ainda apesar das expulsões, defecções, afastamentos e dismantelo da organização na região de São Paulo durante 1932³³².

Mais importante do que isso, o PCB, apesar do baixo número de militantes, como esperamos ter exposto no capítulo acima, conseguiu inserir-se em meio aos trabalhadores da cidade, criou núcleos nas categorias operárias e empresas mais importantes e conquistou, ao longo dos primeiros cinco anos da década de 1930, a direção total ou parcial dos sindicatos dessas categorias. Construiu também um aparelho partidário, incluindo gráficas clandestinas, redes de simpatizantes, organizações satélite de caráter legal e ilegal que possibilitaram fazer campanhas de massas, mobilizando e influenciando uma quantidade de pessoas para muito além do restrito número de militantes que compunham suas fileiras. Sobretudo, mostrou-se como força motriz de greves de importância decisiva, como a de 1932, conquistando a simpatia dos operários grevistas,

³³¹ PAULO. *Relatório do CC da FJCB*. Rio de Janeiro, 05/06/1935. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

³³² *A Propaganda Comunista no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1935. P. 40. (Prontuário Nº 2431, PCB 0vol. 9 – DEOPS-SP - APESP).

mesmo com a derrota da greve, pela combatividade e boa organização, causando como consequência indireta o aprofundamento da crise do anarquismo em São Paulo.

Isso não quer dizer que todos os problemas tenham sido superados e o PCB em São Paulo tenha se tornado uma espécie de “região exemplo” para o Partido. Ao contrário, os documentos evidenciam que o Comitê Central continuava a ver na militância paulistana uma série de debilidades. Quando a “escola comunista” de São Paulo foi fechada por ação da polícia, o BP do PCB enviou uma carta ao CR-SP contendo fortes críticas sobre sua atuação. Acusou os comunistas de São Paulo de, na verdade, terem desprezado o trabalho de organização da escola. As críticas eram, sobretudo, de caráter teórico e ideológico. O CR-SP era acusado de caudilhismo e sectarismo, menosprezo pela linha política da Internacional Comunista, resistência a formação de novos quadros e autocritica dos erros. O CR-SP, por conta desses desvios de linha, teria ficado passivo quanto à deposição do governador do estado de São Paulo, Waldomiro Lima, concluindo que

Tudo isso demonstra que esse CR não fez nenhum esforço para compreender o caráter da revolução no Brasil e as forças motrizes da revolução no Brasil, e nem o papel que joga o Partido Comunista como único partido capaz de assegurar a vitória da revolução³³³.

Em maio de 1934, um informe de Alonso (pseudônimo de Jan Jolles), então assistente do PCB pelo BSA-IC relatou que São Paulo, apesar de ser a segunda região de maior concentração do PCB, seria ainda muito débil, encontrando dificuldades em consolidar uma direção. Contudo, elogiava o empenho do BP do PCB em dirigir com mais cuidado a região e fornecer-lhe instrutores. Elogiava também a conquista dos comunistas de São Paulo em inserir-se em categorias estratégicas de trabalhadores como ferroviários, têxteis e operários de frigorífico, mas mais uma vez criticava as concepções ideológicas

Em São Paulo, o problema da infiltração de ideologias inimigas é ainda maior do que no Rio. Há lá, a existência do núcleo central dos socialistas brasileiros, dos trotskistas, requerendo uma luta ideológica intensíssima para esclarecer, primeiro para o Partido, depois para a massa, sobre o conteúdo contrarrevolucionário dessas teorias e suas concepções, especialmente sobre o caráter da revolução no Brasil e sobre o papel do proletariado e seu Partido³³⁴.

³³³ BP do PCB. *Carta ao CR-SP*. Rio de Janeiro, 25/08/1933. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

³³⁴ ALONSO [Jan Jolles]. *Informe ao BSA-IC: A Situação Brasileira e as Tarefas do PCB*. Rio de Janeiro, 05/1934. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

Em outro documento de análise da atuação dos comunistas de São Paulo por parte do BP do PCB, depois de destacada a imensa importância do estado e da cidade de São Paulo para o Partido³³⁵, é dito que ali era onde vicejavam as influências da ideologia burguesa e pequeno-burguesa sobre o Partido, sendo prova disso um determinado caso em que integrantes da FJCB propuseram ao CR-SP que o PCB passasse a integrar o partido de Miguel Costa, o Partido Popular Paulista (PPP), sucessor da Legião Revolucionária de São Paulo³³⁶. Em reunião as vésperas da I Conferência Nacional do PCB, quando o Bureau Político preparava a expulsão de Heitor Ferreira Lima, Mário Grazzini e Coripeu de Azevedo Marquês, Miranda referiu-se a São Paulo como o lugar onde imperam as ideologias sectárias que atrapalham o trabalho do Partido, principalmente o astrojildismo e que em São Paulo era o principal foco de surgimento de “luta de grupos” dentro do PCB. Para Miranda³³⁷, essa situação criava em São Paulo um clima de desconfiança e hostilidade constante nas bases do Partido que só não o levava ao liquidacionismo por intervenções do Comitê Central e do BSA-IC.

Quando da ocasião da expulsão de Mário Grazzini, em outubro de 1935, o CC do PCB o acusou de fazer parte de um grupo fracionista que surgiu em São Paulo. Segundo a nota, também fez parte desse grupo, Coripeu de Azevedo Marquês, que atuava sob o codinome de Lísio, para além de outros que recuaram de suas posições e obedeceram a linha e disciplina partidária após convencimento³³⁸. Heitor Ferreira Lima diz, em suas memórias, que entre os anos de 1934 e 1935 não existiu grupo fracionista algum dentro do Partido em São Paulo, sendo as acusações do Comitê Central apenas subterfúgios para expulsar a ele, Grazzini e Coripeu de Azevedo Marquês. Independentemente da

³³⁵ O estado de São Paulo seria estratégico para o movimento comunista, pois dava acesso a três outras regiões do Brasil e continha o centro ferroviário mais importante e desenvolvido do país. A Sorocabana levava ao Sul do estado, rumo ao Paraná; a Mogiana para os centros importantes do estado, bem como para Goiás e Minas Gerais, a Ferrovia Central levava ao Rio de Janeiro e a Santos, por onde escoava o café. Além disso, a cidade de São Paulo era a mais industrializada da América do Sul, contando com mais de 200 mil operários. O estado era um importante centro agrícola, produtor não somente de café, mas também algodão, cereais, açúcar e carne (Cf. BP do PCB. *Algumas Tarefas do PCB em São Paulo*. Sem Local, Sem data. (prontuário PCB, vol. 6. Nº 2431).

³³⁶ BP do PCB. *Algumas Tarefas do PCB em São Paulo*. Sem Local, Sem data. (prontuário PCB, vol. 6. Nº 2431).

³³⁷ Antônio Maciel Bonfim, conhecido pelo codinome Miranda, nasceu em Irará, Bahia, em 10 de fevereiro de 1905, tendo atuado como secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre 1934 e 1936. Participou da tentativa de Luiz Carlos Prestes de fundar uma Liga de Ação Revolucionária (LAR) e, depois de recrutado para o PCB, ascendeu rapidamente aos cargos de direção. Após a tentativa de insurreição da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em novembro de 1935, foi preso e torturado. Sofrendo de tuberculose e em condições precárias, foi libertado em 1940 e faleceu no Rio de Janeiro em 2 de abril de 1947. Cf. MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico. *Revista Brasileira de História*, volume 36, Nº 72, 2016. Pp. 173 – 194.

³³⁸ Comitê Central do PCB. A Expulsão de Marcos (Mário Grazzini) das fileiras do Partido. *A Classe Operária*, nº 192. Rio de Janeiro, 19/10/1935. (ASMOB – CEDEM-UNESP).

existência ou não do grupo fracionista, é nítido que o Comitê Central prosseguia tendo problemas com o Comitê Regional de São Paulo, apesar de todo o avanço conquistado na primeira metade dos anos 1930, sobretudo na área da organização e da expansão do Partido. O cerne do problema não resolvido em São Paulo, era, como expressam os documentos, a questão “ideológica” e a dificuldade de a região alinhar-se politicamente com o Comitê Central, o que, como veremos, tomou a gravidade de uma nova cisão nos anos de 1937 e 1938, crescida no fermento de violenta repressão que o Partido sofria após a tentativa de revolução em novembro de 1935 e do refluxo geral do movimento operário.

4 – O AUGUE E DECLÍNIO DO PCB EM SÃO PAULO: ANTIFASCISMO, FRENTE POPULAR E REPRESSÃO ANTI-COMUNISTA (1933 – 1938)

4.1. Contra a guerra e contra o fascismo: O Comitê Anti-gueirreiro de São Paulo.

A primeira iniciativa que os comunistas brasileiros tomaram no sentido do antifascismo, sob orientação do Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista foi a fundação dos Comitês de Luta contra a Guerra, a Reação e o Fascismo, também chamados de Comitês Antiguerreiros. O VI Congresso da IC já havia dedicado um capítulo inteiro de suas teses e resoluções para a “luta contra a guerra imperialista”, de maneira que, neste capítulo constava que a “luta contra o fascismo deve, sob todas as suas formas, estar ligada o mais estreitamente possível com a luta contra a guerra imperialista”³³⁹.

Esta resolução existia em decorrência da análise que então fazia a Internacional Comunista, não no sentido de não distinguir qualitativamente o fascismo de outros regimes políticos reacionários ou mesmo da social-democracia, como afirmam alguns autores³⁴⁰, mas sim porque na caracterização que fazia do fascismo comparecia como

³³⁹ VI Congresso. P. 184.

³⁴⁰ Para Ricardo Figueiredo de Castro, o PCB considerava o fascismo como parte da ascensão de forças reacionárias imperialistas que apontavam para o surgimento de um novo conflito militar internacional, de modo que “não considerava a especificidade histórica do fenômeno fascista” (CASTRO, Ricardo Figueiredo. *A Frente Única Antifascista (FUA) e o Antifascismo no Brasil (1933 – 1934)*. Topoi. Rio de Janeiro, dez, 2002. P. 365. Castro parece seguir as orientações de Fulvio Abramo e, possivelmente, outros autores trotskistas. Nesse sentido, Fulvio Abramo via no PCB uma subestimação do fascismo em decorrência da “política do terceiro período” (ABRAMO, Fúlvio. *A Revoadada das Galinhas Verdes: Uma história da luta contra o fascismo no Brasil*. São Paulo: Veneta, 2014. P. 20). Apesar de o fascismo apenas ter se tornado o centro das atenções da III Internacional em seu VII Congresso, já comparecia no VI Congresso uma diferenciação do fascismo em relação a outros regimes de dominação política da burguesia. Segundo o VI Congresso, o fascismo era um artifício que a burguesia se servia em tempos de crise econômica e social, mobilizando os descontentamentos da pequena e média burguesia e mesmo de camadas do proletariado para criar um movimento reacionário visando conter o desenvolvimento da revolução

elemento determinante a ação dos países fascistas nas relações internacionais de promover uma “política de violência e provocação”, de modo que as ditaduras fascistas manifestavam “cada vez mais tendências agressivas e é para o proletariado de todos os países uma ameaça constante para a paz, um perigo de aventuras militares e de guerras”³⁴¹.

O III Congresso do PCB, em 1929, já havia atentado para o perigo da guerra e compreendido o fascismo como “um problema internacional, que não se deve subestimar, e cujos perigos se devem combater com toda energia” e resolvido pela fundação de Ligas Anti-imperialistas e Ligas Anti-fascistas³⁴². Apesar de toda a virada política sofrida pelo PCB nos anos de 1929 a 1931, essa tendência se intensificou conforme aumentava a força do fascismo no Brasil e no mundo, assim como a perspectiva cada vez mais próxima de uma nova guerra mundial.

Nesse sentido, *A Classe Operária* de novembro de 1932 inscreveu como manchete a palavra de ordem “lutemos contra a guerra inter-imperialista e anti-soviética!” e dedicou seu editorial aos perigos de guerras no mundo e na América Latina, chamando “proletários, camponeses, índios, negros, soldados e marinheiros, pequeno-comerciantes, intelectuais” a unirem-se na luta contra a guerra imperialista, em defesa da União Soviética, contra os capitalistas brasileiros e contra a invasão da China pelo Japão³⁴³.

Na mesma edição de *A Classe Operária*, um artigo foi dedicado à notícia do acontecimento do Congresso Mundial Contra a Guerra Imperialista, ocorrido em Amsterdã, nos dias 27 a 29 de agosto de 1932³⁴⁴. O Congresso foi organizado por iniciativa do comunista alemão Willi Münzenberg e reuniu mais de dois mil delegados de vinte e sete países. Seu grande sucesso de adesão, além do contexto de aumento das tensões entre os países capitalistas e a ascensão do nazismo na Alemanha, se deveu a participação de importantes figuras da cultura, como Romain Rolland e Henri Barbusse,

proletária. Seria sua característica recorrer a métodos de violência direta para destruir as organizações da classe operária e, quando no poder, se esforçar para estabelecer uma unidade política e orgânica da burguesia para realizar “sua ditadura integral, aberta e consequente”, e assim, “realiza um novo tipo de estados apoiando-se abertamente na violência, na opressão e na corrupção, não somente das camadas pequeno-burguesas, mas também de certos elementos da classe operária” (VI Congresso, p. 108 – 109)..

³⁴¹ VI Congresso. P. 109.

³⁴² PCB. *Teses e Resoluções do III Congresso*. Rio de Janeiro, 1928 – 1929. P. 16 – 17.

³⁴³ Lutemos contra a Guerra Inter-imperialista e Anti-soviética! *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 11/1932. P. 1.

³⁴⁴ Contra a Guerra Imperialista: considerações a respeito do Congresso de Amsterdã. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 11/1932. P. 2.

que enviaram pessoalmente os convites para os delegados. Outros importantes nomes que integraram a iniciativa foram Albert Einstein, Bertrand Russel e Máximo Gorki.

O Congresso foi apoiado pela III Internacional e teve participação significativa dos comunistas, mas a maioria de seus delegados não eram comunistas, apesar de a simpatia pela União Soviética ser generalizada. Ao seu final, o Congresso fundou o Comitê Mundial Contra a Guerra Imperialista, contando com uma seção feminina liderada pela feminista francesa Gabrielle Duchêne. Um ano depois, em agosto de 1933, este Comitê se fundiu com a União Antifascista dos Trabalhadores Europeus, criando o Comitê Mundial Contra a Guerra e o Fascismo.

A luta antifascista no Brasil, que até então tinha seu veio mais poderoso no antifascismo da colônia italiana radicada em São Paulo que se unia em torno do jornal *La Difesa*, toma definitivamente um aspecto de problema geral e nacional, principalmente pelo surgimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), fusão de vários grupos fascistas que agora respondiam a liderança de Plínio Salgado. Fundada em 07 de outubro de 1932, em São Paulo, a AIB fez sua primeira demonstração pública em 23 de março de 1933, marchando pelas ruas da capital paulista. Com isso, soou o sinal de alarme para o movimento operário brasileiro.

O Comitê Antiguerreiro de São Paulo foi fundando em sete de fevereiro de 1933 na sede da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, por reunião convocada pela FSR-SP cuja iniciativa coube principalmente a Vicente da Costa e Silva (Roberto Morena). Em sua reunião de fundação estavam presentes comunistas, trotskistas, socialistas e pessoas sem partido. Os anarquistas se recusaram participar do Comitê Antiguerreiro pois em seu programa constava “a defesa da URSS”. Nessa reunião de fundação, elegeu-se uma direção provisória que deveria preparar uma Conferência do Comitê³⁴⁵.

Em 09 de fevereiro de 1933 ocorreu a Conferência do Comitê Antiguerreiro na sede da União dos Operários em Fábrica de Tecidos, Largo São José do Belém nº 23, sobrado. Estavam presentes como representantes da FSR-SP, Roberto Morena e Mario Grazzini. A reunião foi aberta por Maria de Lacerda Moura, que falou largamente sobre o perigo da guerra, sendo seguida por falas de representantes do Socorro Vermelho, da FSR-SP, da Juventude Comunista, do Sindicato dos Profissionais do Volante, do

³⁴⁵ ALMEIDA, Rubens de. *Informações Reservadas*. São Paulo, 07/02/1933. P 1. (Prontuário N° 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

sindicato da Light, de clubes esportivos, do jornal antifascista *L'Itália* e Tarsila do Amaral falou em nome do Comitê de Mulheres Trabalhadoras. Os sindicatos dirigidos por trotskistas tiveram fala por meio de representantes, sendo eles a União dos Trabalhadores Gráficos e a União dos Empregados em Hotéis. Como membros individuais, falaram Galeão Coutinho e Bixio Piscioti e, finalizando as falas, discursou Roberto Morena, em nome do PCB. Ao fim das palestras, foram distribuídos boletins contra a guerra³⁴⁶.

A Comissão Executiva do Comitê Antiguerreiro, eleita na Conferência, era constituída por Maria de Lacerda Moura (presidente), Tarsila do Amaral (vice-presidente), Ângelo Moura (primeiro secretário), Osório César (segundo secretário), Oswaldo Costa (primeiro tesoureiro) e Newton S. Paulo (segundo tesoureiro). Sua sede ficou decidida como localizando-se na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos³⁴⁷. Depois da Conferência, por volta da meia noite, uma ronda policial encontrou um grupo de seus participantes na rua Júlio de Castilho e, reconhecendo Roberto Morena, que já era procurado pela polícia como elemento subversivo, deu ordem de prisão. As pessoas que acompanhavam o militante comunista buscaram defendê-lo, de modo que houve tiroteio entre eles e a polícia, o que não impediu a prisão de Morena³⁴⁸.

Apesar dos conflitos com a polícia política, o Comitê Antiguerreiro começou ampla propaganda contra o perigo de uma nova guerra mundial, com entregas de panfletos e jornais contra a guerra imperialista, comícios e reuniões. Entre os oradores e participantes mais presentes nos comícios e demais atividades do Comitê Antiguerreiro estavam Tarsila do Amaral, Maria de Lacerda Moura, Bixio Piscioti e Galeão Coutinho.

O Comitê também realizava suas reuniões quase sempre em sua própria sede, isto é, a mesma da União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Faziam parte do Comitê Antiguerreiro as seguintes organizações: o Socorro Vermelho, a Juventude Comunista (representado por Arlindo Pinho, vulgo Pinheiro, descrito pelos agentes do DEOPS como orador destacado e entusiasmante), a FSR-SP, o Sindicato dos Profissionais do Volante, o Sindicato dos Trabalhadores da Light, o jornal antifascista *L'Itália*, o PCB e o Comitê de Mulheres Trabalhadoras. Os sindicatos da FOSP não aderiram ao Comitê

³⁴⁶ ALMEIDA, Rubens de. *Reservado*. São Paulo, 10/02/1933. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

³⁴⁷ *Documento nº 7: Comitê Antiguerreiro*. São Paulo, 20/02/1933. (Prontuário Nº 1656, Comitê Antiguerreiro – DEOPS-SP – APESP)

³⁴⁸ No prontuário do Comitê Antiguerreiro encontra-se não apenas o relato desta prisão de Roberto Morena, como também o seu depoimento à polícia (Cf. APOLLONIO, Luiz. *Documento Nº 6: Relatório*. São Paulo, 11/02/1933; ASSIS, Alfredo. *Depoimento de Roberto Morena*. São Paulo, 09/02/1933. Prontuário Nº 1656, Comitê Antiguerreiro – DEOPS-SP – APESP)

Antiguerreiro considerando-o uma “mistificação bolchevista”, e logo os anarquistas fundaram sua própria organização de combate ao fascismo, o Comitê Antifascista. Os trotskistas também pararam de construir o Comitê Antiguerreiro para iniciar sua própria frente de combate ao fascismo, com a fundação do jornal *O Homem Livre* em 27 de maio de 1933 e a Frente Única Antifascista (FUA) em 25 de junho do mesmo ano.

A resposta do Comitê Antiguerreiro à repressão policial e prisão de Morena foi a busca por ampliar a organização. Assim, em comunicado, afirmava que

O Comitê de Frente Única Anti-guerreira de S. Paulo, compreende e tem confiança em toda a massa explorada e oprimida que luta contra as guerras de rapina e contra a própria burguesia nacional, que faz parte do bloco internacional de opressores. Por todas essas razões, o Comitê de Frente Única Anti-guerreira, em sua última reunião, tomou as seguintes resoluções: 1º realizar uma reunião ampliada do comitê, com presença de todas as delegações das organizações já aderentes, das organizações que serão convidadas especialmente e das que aderiram individualmente³⁴⁹.

A reunião deveria ocorrer no dia 03 de março as 17h30 na sede da Lega Lombarda e teria como objetivo traçar um plano de ação para o próximo período, que incluiria a organização de um subcomitê nas cidades de Santos, Sorocaba, Cruzeiro e Bauru; editar um boletim mensal e divulgar a organização entre operários, lavradores, estudantes e acadêmicos³⁵⁰

Seguindo essa direção, o Comitê Antiguerreiro publicou comunicado na *Folha da Noite* do dia 02 de março de 1933, apresentando-se como organização, expondo quais seus objetivos e convidando a população à fazer parte do movimento. Segundo o texto, o Comitê de Frente Única AntiGuerreira era uma filial paulista do Comitê de Frente Única contra a Guerra Imperialista, fundado no Rio de Janeiro. Assinavam adesão ao Comitê Antiguerreiro a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, a União Sindical dos Profissionais do Volante e a União dos Trabalhadores da Light, contando ainda com chapas de oposição presente nos sindicatos dos gráficos, sapateiros, metalúrgicos e trabalhadores do comércio. O Comitê Antiguerreiro declarava também ter enviado convite de adesão para as Ligas Operárias de São Caetano e São Bernardo³⁵¹.

O comunicado do Comitê expressava satisfação em contar com a filiação de antifascistas de longa data da cidade de São Paulo, incluindo o Professor Antônio

³⁴⁹ MORENA, Roberto. *Comitê de Frente Única Anti-guerreira de São Paulo*. São Paulo, sem data. Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP

³⁵⁰ MORENA, Roberto. *Comitê de Frente Única Anti-guerreira de São Paulo*. São Paulo, sem data. Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP.

³⁵¹ O Comitê Anti-guerreiro de São Paulo. *Folha da Noite*, 02/03/1933. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

Piccarolo, o Dr. Alberto Seabra, Affonso Schmidt e Brito Broca. Além disso, mencionava a participação de membros fundadores que fazem parte da direção executiva, como a anarquista Maria de Lacerda Moura, Osório César e Tarsila do Amaral. O Comitê Antiguerreiro de São Paulo recebia adesões individuais e coletivas, independente de crença religiosa, política, raça, cor ou nacionalidade. O manifesto encerrava dizendo

Depois da terrível e dura lição de 1914, a humanidade compreendeu que não é com belas frases pacifistas que se luta contra os perigos de guerra, mas por meio de organizações de massas, lançadas em moldes práticos e eficientes, que permitam alcançar o nobre fim colimado: evitar a guerra³⁵².

Em outras palavras, por meio do Comitê Antiguerreiro, o PCB começou a buscar aproximação com outras correntes do movimento operário de São Paulo, rompendo com a política de frente única pela base vigente no Partido entre 1930 e 1932. O esforço nesse sentido era tamanho que mesmo com a recusa dos anarquistas em participar do Comitê Antiguerreiro, os comunistas começaram a participar das reuniões do Centro de Cultura Social (CCS), anarquista, no objetivo de construir com eles algum tipo de unidade, mas sobretudo, no sentido da luta contra a guerra e o fascismo. O CCS reunia-se no Salão das Classes Laboriosas, na rua do Carmo³⁵³.

Buscando reunir um amplo leque de organizações para fazer parte de sua campanha, o Comitê Antiguerreiro fez constante propaganda contra a Guerra do Chaco e contra o Processo de Leipzig, em que Georg Dimitrov, Torgler e Tanev estavam sendo acusados injustamente de ter incendiado o Reichstag. Imprimiu manifestos dirigidos à classe operária de São Paulo e especificamente para operários de categorias como ferroviários, tecelões, metalúrgicos e camponeses³⁵⁴. Em comunicado dirigido aos sindicatos, o Comitê dizia

Caros companheiros, saudações antifascistas. O Comitê Contra as Guerras Imperialistas, a reação e o fascismo de São Paulo, vem propor aos companheiros que elejam em assembleia um delegado dessa organização para participar ativamente de nossos trabalhos³⁵⁵.

Assim, todos os sindicatos de São Paulo tinham direito de enviar livremente um delegado para participar do Comitê Antiguerreiro, mas se exigia, além da assiduidade,

³⁵² Comitê Antiguerreiro. O Comitê Anti-guerreiro de São Paulo realiza, amanhã, na Liga Lombarda, um grande plenário. *Folha da Noite*. São Paulo, 02/03/1933. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

³⁵³ ABRAHÃO, Humberto. *Relatório sobre os documentos referentes ao Comitê Antiguerreiro*. São Paulo, sem data. P 14. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

³⁵⁴ Uma parte desses panfletos estão anexados ao prontuário do Comitê Antiguerreiro, no arquivo do DEOPS-SP. Cf. Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP

³⁵⁵ Comitê Anti-guerreiro. *A luta contra o fascismo*. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

uma contribuição financeira para manutenção da organização. O Comitê afirmava mais uma vez ser uma “frente única sem distinguir credos religiosos ou políticos”.

A construção da unidade com as outras forças políticas não era tarefa fácil para o PCB e principalmente a relação com os trotskistas era extremamente conflituosa. Os trotskistas, por se considerarem uma “fração” do Partido Comunista, ainda que não consentida e expulsa deste, buscavam sempre participar das atividades do PCB para fazer oposição à sua direção. Assim, depois de participarem das primeiras reuniões do Comitê Antiguerreiro, em janeiro de 1933, os trotskistas passaram a idealizar a construção de uma outra frente única para se opor ao Comitê Antiguerreiro, visto que sempre viram nas ligas “anti-imperialistas” e “contra a guerra” promovidas pela IC e pelos seus partidos membro como parte da política “kuomintanguista” de aliança com a burguesia nacional, que apagava a luta de classe entre proletariado e burguesia nos países coloniais e semicoloniais³⁵⁶.

Assim, a Frente Única Antifascista (FUA) foi uma resposta da Liga Comunista Internacionalista ao Comitê Antiguerreiro do PCB, trazendo como proposta a prioridade da luta contra o fascismo, minimizando a pauta da luta contra a guerra e pela defesa da URSS. Como notou Ricardo Figueiredo de Castro, “não havia consenso entre as esquerdas, sobretudo em suas principais forças na abordagem da questão antifascista e na política a seguir”³⁵⁷, de maneira que comunistas e trotskistas disputaram, em termos de rivalidade, o movimento operário e a esquerda paulistana para sua proposta de combate ao fascismo. Mesmo na historiografia é possível verificar a existência e continuidade dessa disputa sob forma de luta pela memória e pela história por meio da discordância dos autores sobre qual organização convocou primeiro – em termos cronológicos – ou foi

³⁵⁶ Cf. A ideologia kuomintanguista e as ligas anti-imperialistas. *A Luta de Classes*. Rio de Janeiro, 07/1930. (CEDEM – CEMAP). No dia 05 de janeiro de 1933, Mário Pedrosa concede entrevista ao jornal *A Platéia* em que deprecia completamente o Congresso Mundial Contra a Guerra, afirmando que “constituiu-se de um amálgama heterogêneo de elementos vindo das diversas classes sociais e organizações políticas, culturais ou sociais que, por definição não podiam misturar as bandeiras nem deliberar em comum” (PEDROSA, Mário. Entrevista à *A Platéia*. *A Platéia*. São Paulo, 05/01/1933. In CARONE, Edgard. A Segunda República. São Paulo: Difel, 1974. P. 392). Em seu primeiro número, o jornal *O Homem Livre* publicou editorial que, em seu título, *Contra o Fascismo*, exprime a prioridade da luta antifascista e, certamente, como problema específico e em separado do problema da possibilidade de uma nova guerra mundial, mas não entra em polêmica direta com o Comitê Antiguerreiro (Cf. *Contra a Guerra*. *O Homem Livre*, nº 1. São Paulo, 27/05/1933. P. 1). Com o desenvolvimento da disputa entre comunistas e trotskistas pelo movimento antifascista paulistano e, sobretudo, com o aparecimento da vantagem que os primeiros levavam, *O Homem Livre* publicou textos abertamente polêmicos contra a tese de que a guerra e o fascismo eram fenômenos imbricados e deveriam ser combatidos conjuntamente (Cf. *Contra a guerra ou contra o fascismo?* *O Homem Livre*, nº 18. São Paulo, 05/11/1933. P. 1; *Guerra e Fascismo*. *O Homem Livre*, nº 22. São Paulo, 24/02/1934. P. 3.)

³⁵⁷ CASTRO, Ricardo Figueiredo. *A Frente Única Antifascista (FUA) e o Antifascismo no Brasil (1933 – 1934)*. Topoi. Rio de Janeiro, dez, 2002. P. 365.

a maior responsável em termos organizativos e políticos, das principais manifestações e ações de oposição ao fascismo, sobretudo a Batalha da Praça da Sé, em outubro de 1934³⁵⁸.

Em meio a essa disputa, o PSB apresentava-se como o principal agente para se conseguir apoio, pois congregava em seu seio os maiores nomes do movimento antifascista italiano, que travava a luta contra o fascismo dentro da colônia italiana de São Paulo desde o início da década de 1920. Como destacou Bertonha, os anos 1930 marcaram uma transição no antifascismo brasileiro, em que ele sai da colônia italiana e torna-se um problema da sociedade em geral. Em outras palavras, o antifascismo italiano procurou uma frente com os antifascistas brasileiros para formar um só movimento³⁵⁹. A atitude dos antifascistas italianos foi ligar-se com ambas as propostas de movimento antifascista, tanto o Comitê Antiguerreiro quanto a Frente Única Antifascista, pois seu interesse era ampliar a força do movimento antifascista e pouco interessava para eles os problemas da “luta interna” no movimento comunista internacional. Isso conferiu aos socialistas a continuidade do papel que já atribuímos a eles nos anos 1920, ou seja, de mediadores das forças de esquerda de São Paulo, estabelecendo espaços de ação comum entre elas e pontes de diálogo com menor atrito.

Não se pode também esquecer, no que diz respeito a importância do PSB como aliado estratégico para a luta antifascista em São Paulo, que além dos antifascistas e socialistas italianos, ele era composto pela esquerda tenentista, ou socialismo tenentista, nos termos do historiador Adalberto Coutinho de Araújo Neto, que tinha como principal representante político o tenente e ex-companheiro de lutas de Luiz Carlos Prestes, João Cabanas. Dessa maneira, a presença do PSB, sem subestimar a importância do apoio indireto de elementos do movimento anarquista, apareciam como elementos determinantes para obrigar o PCB a participar, a contragosto, de iniciativas da FUA e para os trotskistas aderirem ou não às ações do Comitê Antiguerreiro.

A FUA foi fundada oficialmente em 25 de junho de 1933, no salão da União Cívica 5 de julho, numa reunião conjunta com o PSB e anarquistas. O PCB não compareceu ao ato, não aderindo de início à organização, acreditamos que não em razão da política de frente popular que considerava a frente única como sectária, como diz

³⁵⁸ Cf. ABRAMO, Fúlvio. *A Revoadada das Galinhas Verdes: Uma história da luta contra o fascismo no Brasil*. São Paulo: Veneta, 2014; MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

³⁵⁹ BERTONHA, *Sob a sombra de Mussolini: Os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo (1919 – 1945)*. Marília: Lutas Anticapital, 2023. P. 104 – 105.

Fúlvio Abramo³⁶⁰, mas sim porque o PCB considerava a LCI uma organização inimiga, tinha a sua própria organização de frente única antifascista e certamente compreenderam a FUA como uma ação de boicote contra o Comitê Antiguerreiro, procurando não reconhecer sua legitimidade.

Apesar disso, os trotskistas moveram esforços para que o PCB aceitasse participar da FUA, visto que era sua política, como autodenominada “fração de esquerda do PCB”, arrastar o Partido para as ações políticas que realizava, obrigando-o, o máximo possível a ceder em sua posição política para as posições da LCI. Iniciaram conversas entre Mário Pedrosa e Roberto Sisson por meio do médico Nestor Reis. Também Fúlvio Abramo buscou contato com Arnaldo Pedroso D’Horta e Noé Gertel, então dirigente da Juventude Comunista em São Paulo e, apenas depois de muita negociação, os comunistas decidiram enviar delegados para as reuniões da FUA.³⁶¹

No aniversário da Tomada da Bastilha, 14 de julho, a FUA organizou um comício que ocorreu na Lega Lombarda, dessa vez com presença do PCB. Nessa ocasião, Aristides Lobo presidiu a reunião e leu o *Manifesto da FUA*. O evento durou das 20 às 23 horas e falaram diversos representantes de organizações, sendo elas a União Sindical dos Profissionais do Volante, Itália Libera, União dos Trabalhadores Gráficos, Bandeira dos 18, Frente Negra Socialista, FOSP, a LCI e o PCB. Apesar disso, o PCB fez um comício em separado no mesmo dia, por meio do Comitê Antiguerreiro, no Salão das Classes Laboriosas. O Comício do Comitê Antiguerreiro foi duramente reprimido pela polícia, que invadiu o Salão e prendeu dezenas de operários³⁶². De julho a setembro, a FUA passou por período de inatividade, apenas mantendo a publicação de *O Homem Livre*.

O movimento antifascista paulistano pareceu retomar fôlego em novembro, sob a necessidade de responder as atividades da Ação Integralista Brasileira (AIB), de maneira que uma série de reuniões do Comitê Antiguerreiro retornam a ser registradas pela polícia em seu prontuário. O primeiro ataque dos integralistas contra os antifascistas teria

³⁶⁰ ABRAMO, Fúlvio. *A Revoadada das Galinhas Verdes: Uma história da luta contra o fascismo no Brasil*. São Paulo: Veneta, 2014. P. 26.

³⁶¹ ABRAMO, Fúlvio. *A Revoadada das Galinhas Verdes: Uma história da luta contra o fascismo no Brasil*. São Paulo: Veneta, 2014. P. 38.

³⁶² O Comitê Antiguerreiro de São Paulo chama todos os trabalhadores numa frente única contra a guerra imperialista. São Paulo, sem data. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP). Antes do 14 de julho ocorreu também da Lega Lombarda outra manifestação de acentuado caráter antifascista. Foi a comemoração do 5 de julho, data das revoltas tenentistas de 1922 e 1923, organizada pelo PSB-SP, Bandeira dos 18 do Forte e Legião Cívica 5 de julho. A comemoração contou com a presença de Edgar Leuenroth, Orestes Ristori e a oração de um representante não identificado de *O Homem Livre*, mas ninguém falou em nome PCB ou da LCI (Cf. ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho. *O Socialismo Tenentista: trajetória, experiência e proposta de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930*. São Paulo: FFLCH – USP, 2012. P. 110).

acontecido numa reunião da FUA no Salão das Classes Laboriosas, no dia 14 de novembro de 1933. Na saída houve conflito entre antifascistas contra integralistas e a polícia.

O Comitê Antiguerreiro, por sua vez, publicou um *Manifesto dos Intelectuais de São Paulo contra a Guerra Imperialista e contra o Fascismo*, seguindo mais uma vez, a toada internacional do movimento antiguerreiro de manifestar-se por meio do apoio de personalidades das letras e da cultura. Neste manifesto era dito

Nós, intelectuais de São Paulo – cientistas, jornalistas, professores, artistas e representantes das profissões liberais – não podíamos permanecer alheios à luta contra a guerra de rapina e de pilhagem, repetição ampliada da sangrenta matança de 1914-8, que levou a fome, a miséria e a desolação a milhões de lares.

Nós, que temos a possibilidade de auxiliar e esclarecer a luta contra todas as maquinações dos negociistas da morte, que querem mascarar de um falso patriotismo, devemos fazê-lo com desassombro e coragem e, conseqüentemente, lutar ao lado das massas trabalhadoras e oprimidas do campo e da cidade, as primeiras a sofrer os efeitos devastadores do morticínio organizado³⁶³.

O manifesto dos intelectuais justificava-se afirmando que compreendiam que “a guerra imperialista é a destruição das conquistas feitas pelos homens no terreno científico e artístico”, de maneira que “nossas faculdades intelectuais não podem ser colocadas a serviço dos capitalistas e seus bandos fascistas, fatores e preparadores de guerras”³⁶⁴. Ao contrário, a tarefa dos intelectuais era fazer tudo ao alcance para evitar uma nova carnificina, executada com as mais novas armas de destruição, como gases mortíferos, esquadras de aeroplanos e poderosos explosivos, de maneira que a tragédia no Chaco Boreal, no Marrocos, na Índia, na China já era suficiente para alertar o mundo de um novo conflito de largas proporções. O fascismo era apresentado como “a Internacional do ouro e da morte” e o maior interessado na eclosão de uma nova guerra, visto que se fundamentava na política imperialista mais agressiva. O manifesto terminava com uma declaração de compromisso

Nós, intelectuais de São Paulo, manifestamos por este meio o nosso decidido apoio ao Comitê Antiguerreiro de São Paulo, aderente ao Comitê Nacional contra a Guerra, que desde já lutam contra o fascismo e contra as chacinas de que estão sendo teatro as zonas do Chaco e da Letícia, com a cumplicidade tácita ou declarada de todas as potências sul-americanas. Assinamos, pois, este manifesto, assumimos perante as massas laboriosas do Brasil o compromisso de fidelidade à causa antiguerreira e antifascista e, ao mesmo tempo, concitamos a união dos nossos colegas para essa campanha que visa, como

³⁶³ *Manifesto dos Intelectuais de São Paulo contra a Guerra e contra o Fascismo*. (Prontuário N° 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

³⁶⁴ *Manifesto dos Intelectuais de São Paulo contra a Guerra e contra o Fascismo*. (Prontuário N° 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

dissemos, evitar a reedição ampliada do massacre de 1914-8, cujas trágicas consequências ainda perduram na humanidade³⁶⁵.

Além dos intelectuais que já participavam desde o começo das atividades do Comitê Antiguerreiro, assinavam também o ator Procópio Ferreira, Afonso Schmidt, Jorge Amado, Oswald de Andrade, o engenheiro Sant'Anna Mello, o professor Fausto Silva pela Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, o dentista (e fundador do PCB em São Paulo) Raymundo Reys, Danton Vampré, Hélio Negro, dentre vários outros. Por fim, havia o convite do Comitê Antiguerreiro para uma Conferência Pública contra a Guerra e o Fascismo, que aconteceria na Lega Lombarda, na quinta-feira, 02 de novembro, as 20 horas, cujos oradores seriam Francesco Frola, Joracy Camargo, Orestes Ristori e a professora Luiza P. Camargo Branco.

A dita Conferência Pública contra a Guerra e o Fascismo foi descrita em relatório reservado do agente Rubens à Delegacia de Ordem Pública e Social. O evento foi presidido por Noé Gertel, que além de dirigente da Juventude Comunista, também era responsável por organizar o Comitê Estudantil Antiguerreiro. Além do próprio Gertel, falaram Orestes Ristori, Francisco Frola e Aristides Lobo. Gertel fez um discurso contra a perseguição policial aos antifascistas, criticando especialmente a prisão de Roberto Morena e acusou os trotskistas de serem cúmplices da polícia. Orestes Ristori, nas palavras do secreta, “desenvolveu agitação formidável, arrancando aplausos da assistência”. Porém, quando Aristides Lobo tomou a fala, respondeu as acusações de Gertel contra os trotskistas, momento em que os comunistas “promoveram grande algazarra, atacando Aristides Lobo, taxando-o de policial, Edgard Leuenroth, intervindo, conseguiu acalmar os ânimos que se achavam bastante agitados, pois até troca de bofetadas se verificou”³⁶⁶.

O agente infiltrado Joaquim Gentil relata uma reunião do Comitê antiguerreiro, ocorrida no dia 17/11/1933 na sede da Liga Lombarda em que falou a comunista Izabel Cerruti, Galeão Coutinho, Francesco Frola e um jovem comunista negro falou sobre o Incêndio do Reichstag³⁶⁷. Apesar de em seu livro sobre o antifascismo em São Paulo, Fulvio Abramo diversas vezes se referir ao Comitê Antiguerreiro, organizado pelo PCB, como uma organização de fachada, em que apenas os próprios comunistas faziam parte,

³⁶⁵ *Manifesto dos Intelectuais de São Paulo contra a Guerra e contra o Fascismo*. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

³⁶⁶ RUBENS. *Informe Reservado*. São Paulo, 04/11/1933. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

³⁶⁷ ABRAHÃO, Humberto. Relatório sobre os documentos referentes ao Comitê Antiguerreiro. São Paulo, sem data. P 17. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

os documentos acima mencionados evidenciam que isso não era verdade, de maneira que o Comitê congregou organizações e pessoas para muito além dos próprios comunistas. O relatório do secreta Raul Guimarães atesta que, em dezembro de 1933, os próprios trotskistas foram obrigados a reconhecer a importância que o Comitê Antiguerreiro tomava no movimento antifascista de São Paulo, resolvendo aderir a ele sob a rubrica da União dos Trabalhadores Gráficos.

Estive ontem, dia 11 do 12 -33, na sede da UTG, onde se realizou uma reunião de representantes, com número diminuto, notando-se entre eles: Manoel Medeiros, Aristides Lobo, Prospero Ottaiani, Manoel Ribeiro, Fúlvio Abramo, Mário Pedrosa e muitos outros. Essa reunião tratou de reorganização e também falou-se na adesão e inteiro apoio da UTG ao Comitê Anti-guerreiro, tendo o Sr. Aristides Lobo exposto, em breve discurso, que a associação dos gráficos tinha obrigação de dar o seu apoio ao Comitê, porquanto todos os sindicatos, Partido Comunista, Liga Comunista e Partido Socialista já haviam hipotecado inteira solidariedade aos antiguerreiros³⁶⁸.

O mesmo relatório informava que os integralistas haviam chamado uma passeata para o dia 15 de dezembro de 1933, de maneira que o Comitê Antiguerreiro respondeu convocando um comício para o mesmo dia no salão da Liga Lombarda³⁶⁹. A polícia usou o fato como pretexto para proibir todas as manifestações ou comícios de caráter antiguerreiro ou antifascista na cidade de São Paulo, alegando que essas manifestações sempre acabavam em tumulto. O fato, contudo, é que a polícia sempre considerou o Comitê Antiguerreiro como uma espécie de disfarce do PCB, que tinha como verdadeiro objetivo fazer apologia da União Soviética, como atesta documento em que o secreta Rubens de Almeida solicita ao Delegado de Ordem Social a proibição das manifestações antifascistas em São Paulo já em março de 1933³⁷⁰. O Comitê respondeu desafiando a polícia.

Desejávamos que o delegado de Ordem Social dissesse quais as reuniões nossas que degeneraram em tumulto e explicasse, ao mesmo tempo, porque, proibindo reuniões antifascistas, não proibiu também as fascistas, quando os fascistas foram os provocadores da noite de 14 [de julho], conforme ostensivamente não se cansam de proclamar³⁷¹.

³⁶⁸ GUIMARÃES, Raul. *Informe Reservado*. São Paulo, 12/12/1933. (Prontuário Nº 1656, Comitê Antiguerreiro – DEOPS-SP – APESP)

³⁶⁹ GUIMARÃES, Raul. *Informe Reservado*. São Paulo, 12/12/1933. (Prontuário Nº 1656, Comitê Antiguerreiro – DEOPS-SP – APESP). A FUA também fez comunicado chamando para a manifestação contra o integralismo. A convocação da FUA para a manifestação é publicada no *O Homem Livre* no dia 14 de dezembro, a convocação do Comitê Antiguerreiro havia sido publicada antes, de maneira que o secreta informou ao DEOPS no dia 12.

³⁷⁰ ALMEIDA, Rubens de. *Comitê-Antiguerreiro*. São Paulo, 04/03/1933. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

³⁷¹ Comitê Antiguerreiro. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

Nos manifestos do Comitê Antiguerreiro convocando a contramanifestação de 15 de novembro aparece largamente a reivindicação dos comunistas para resolver o problema do fascismo no Brasil: A AIB deveria ser posta na ilegalidade e, até que isso acontecesse, os operários deveriam organizar grupos de autodefesa armados para proteger as sedes dos sindicatos, jornais operários e a si mesmos³⁷². Os integralistas cancelaram a marcha, transformando-a numa reunião. O PCB assinou convocatória conjuntamente com várias outras organizações, mantendo a contramanifestação do dia 15 de dezembro, em que se lia

Os integralistas haviam resolvido fazer uma demonstração pública de força para o dia 15 do corrente.

À tal notícia, as organizações antifascistas de São Paulo reuniram-se para organizar uma contramanifestação. Bastou esta iniciativa para que os integralistas renunciassem à sua manifestação

Ora, as organizações antifascistas abaixo assinadas mantêm sua decisão, levando a efeito uma grande manifestação pública.

Contra o fascismo!

A manifestação se realizará sexta-feira, 15 de dezembro, às 20 horas no Largo de São Paulo, 18 (Lega Lombarda).

As organizações abaixo assinadas enviarão a essa manifestação os seus oradores, que vão falar sobre a luta contra o fascismo.

Nesse comício far-se-á um protesto contra as prisões arbitrárias de militantes proletários³⁷³.

O próximo evento de envergadura do movimento antifascista paulistano teria sido um comício convocado pela FUA para 25 de janeiro de 1934, data da fundação da cidade de São Paulo. Mas o local da manifestação, o Largo da Concórdia, foi ocupado pelas tropas da polícia. Cabanas tentou negociar a garantia do acontecimento do comício, mas recebeu resposta negativa. Apesar disso, ele, Crispim e Mário Pedrosa pronunciaram breves discursos sempre interrompidos pelas cargas dos cavalarianos. Um militante comunista desfraldou a bandeira vermelha e isso desencadeou a brutalidade policial. Segundo Abramo, o PCB e o Comitê Antiguerreiro teriam mentido em panfleto afirmando que os militantes comunistas lutaram com a polícia por duas horas. No dia 26 de janeiro de 1934, o coronel Cabanas sofreu um atentado por parte da polícia, que atirou contra ele quando entrava na sede da UTG para assistir palestra de Francesco Frola. A polícia invadiu a UTG e prendeu todos os presentes.

Esse acontecimento teria ocasionado a saída oficial do PCB da FUA e gerado uma crise na organização. Apesar disso, Fulvio Abramo atesta que “começou a verificar-se

³⁷² Comitê Antiguerreiro de São Paulo. Alarme em todas as fábricas e oficinas de São Paulo. São Paulo, sem data [início de novembro de 1933]. (Prontuário N° 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

³⁷³ Ao Proletariado e ao Povo em geral *contra o fascismo!* São Paulo, 14/12/1933. (Prontuário N° 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

um firme comportamento de recusa, por parte da base do PCB, em aceitar o abandono das atividades frentistas ditados pelos seus dirigentes”, de maneira que os militantes do PCB continuavam a colaborar com a FUA em sindicatos, grupos de defesa e manifestações policiais, mas sem falar em nome do PCB ou apresentar-se de alguma forma como membro do Partido. A ausência de punição desses militantes, diz Abramo, indicava que Sacchetta poderia ser já nesse momento alguém em conflito com as diretivas nacionais do PCB. Contudo, o fato é que as ações da FUA se tornaram muito escassas depois do ato fracassado no aniversário da cidade de São Paulo e o Comitê Antiguerreiro fortaleceu-se, ocupando sozinho o espaço que até então disputava com a FUA.

O ano de 1934 foi marcado pelo crescimento dos conflitos entre fascistas e antifascistas no Brasil. Em pleno processo de reconstitucionalização do país, a partir do mês de abril, os integralistas faziam marchas pelas grandes cidades, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, levantando o projeto de criação de um Estado “integral” e corporativista.

Em 23 de agosto de 1934, o PCB realizou no Rio de Janeiro o I Congresso Nacional contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo. O Congresso ocorreu no Teatro João Caetano após comício na Praça Cristiano Ottoni seguida de passeata com cerca de três mil pessoas. A passeata, porém, foi dissolvida à bala pela polícia, deixando quatro mortos e vinte feridos. A repressão ao movimento acarretou a rejeição da opinião pública e movimentos grevistas de solidariedade pelo país.

Pouco tempo depois, em 15 de setembro, o Partido realizou em Niterói o I Congresso Estudantil contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo. No dia 22 de setembro, o Comitê estudantil Antiguerreiro promoveu um comício contra a guerra e o fascismo na Praça da Harmonia. Em três de outubro, na cidade de Bauru, no interior de São Paulo, ocorre violento conflito entre integralistas e antifascistas. A conjuntura apresentava o terreno propício para o acontecimento que ficou conhecido como a Batalha da Praça da Sé³⁷⁴.

A Batalha da Praça da Sé, geralmente atribuída à FUA como a principal organizadora, não é reconhecida dessa maneira pela maioria dos contemporâneos. Como apontado por Ricardo Figueiredo de Castro, Eduardo Maffei, Francesco Frola, Hermínio Sacchetta, Mário Pedrosa, Miguel Reale e Miguel Costa Filho não mencionam a FUA

³⁷⁴ PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Petrópolis: Vozes, 1997. P. 57.

como a principal responsável pela organização do confronto contra os integralistas na Praça da Sé em outubro de 1934. Portanto, essa atribuição é exclusivamente de Fúlvio Abramo.

No depoimento de Sebastião Francisco para Edgard Carone há outro – e talvez inédito – relato sobre como esse conflito foi organizado pela esquerda paulistana, aparecendo como um acordo firmado por meio de um documento em que as organizações assinavam e ficavam empenhadas em mobilizar suas bases para comparecer na Praça da Sé. É o mesmo documento anexo ao livro Fúlvio Abramo, levando o título *Ao proletariado e a todo o povo oprimido*³⁷⁵, que, nota-se, não é assinado pela FUA, mas pelas organizações da esquerda paulistana de modo geral.

Assim como Abramo relatou que os trotskistas reagiram à notícia da marcha integralista entrando em contato com outros partidos e sindicatos para organizar a contramanifestação, Sebastião Francisco também afirmou ter recebido a mesma missão por parte do CR-SP. Segundo Francisco e Joaquim Câmara Ferreira presenciaram uma formação de integralistas marchando pelo viaduto Santa Efigênia, de modo que este último teria dito “essa gente está tomando pé, temos que barrar isso aí” e então convocaram uma reunião da direção do PCB em São Paulo que, já ciente da notícia da marcha integralista que deveria acontecer no 07 de outubro, resolveu “convocar as organizações dos sindicatos, em primeiro lugar, personalidades, todas as organizações de massa possível para barrar essa manifestação anunciada”³⁷⁶.

Dessa forma, nossa tese a respeito da “paternidade” da Batalha da Praça da Sé é que nenhuma frente ou Partido teria sido responsável publicamente, e de modo específico, por convocar a luta contra os integralistas no 07 de outubro de 1934. Provavelmente, ao saber da marcha integralista, todas as organizações da esquerda de São Paulo começaram a mover-se no mesmo sentido e mais ou menos simultaneamente, o que teve como consequência, potencializada pela rivalidade que grassava entre elas, que todas buscaram reivindicar para si a responsabilidade da convocação da Batalha da Praça da Sé.

Não pretendemos aqui fazer uma descrição detalhada do conflito entre antifascistas e integralistas na Praça da Sé, visto que esse trabalho já foi sobejamente realizado em obras consagradas como as de Maffei e Abramo, bem como reproduzidas

³⁷⁵ *Ao proletariado e a todo o povo oprimido*. O Estado de São Paulo. São Paulo, 09/10/1934. Apud. ABRAMO, Fúlvio. *A Revoadada dos Galinhas Verdes: Uma história da luta contra o fascismo no Brasil*. São Paulo: Veneta, 2014. P. 121 – 122.

³⁷⁶ FRANCISCO, Sebastião. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 05/01/1982. P. 37 - 38. Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu

em diversos livros, teses e dissertações. Para nós, o que importa dizer é que o Comitê Antiguerreiro e o PCB fizeram parte da coalizão da esquerda paulistana que organizou e efetivou o combate contra os integralistas no dia sete de outubro de 1934 e que, depois do ocorrido, como já havia concluído Ricardo Figueiredo de Castro, tanto as propostas de antifascismo do Comitê Antiguerreiro como da FUA se esgotaram, de maneira que a conjuntura política do Brasil passou a apontar para uma política de frente antifascista de maior envergadura e que confluía com o projeto político de frente popular que, ao mesmo tempo, estava amadurecendo no interior da Internacional Comunista.

Concorreu para criação desta conjuntura a descoberta do cadáver do jovem comunista Tobias Warchawski, que propiciou ao PCB e a Juventude Comunista criar vultuosa campanha acusando os integralistas e a polícia pelo assassinato. O caso originou a Comissão Jurídica Popular de Inquérito (CJPI), cujo objetivo era investigar a responsabilidade policial pela morte de Warchawski e o envolvimento dos integralistas. A CJPI funcionou como nova organização canalizadora da esquerda brasileira, sobretudo das organizações e pessoas opostas ao integralismo e a crescente simpatia do governo Vargas pelos países fascistas. Em São Paulo, o Comitê Antiguerreiro convocou uma manifestação na Lega Lombarda, no dia 10 de dezembro de 1934, com o objetivo de constituir na cidade uma filial da CJPI³⁷⁷. Estavam lançadas as bases para o surgimento da Aliança Nacional Libertadora³⁷⁸.

4.2. A política de frente popular contra o fascismo e a Aliança Nacional Libertadora em São Paulo.

A ascensão de Hitler e do Partido Nazista ao poder na Alemanha, em janeiro de 1933, acendeu um alerta para o movimento operário e democrático. O incêndio do Reichstag, em 27 de fevereiro de 1933, orquestrado pelos próprios nazistas, foi usado como pretexto para iniciar uma campanha de eliminação completa de qualquer vestígio dos movimentos operário, comunista e social-democrata na Alemanha. Até junho daquele ano, tanto o Partido Comunista da Alemanha quanto o Partido Social-Democrata da Alemanha foram declarados ilegais, e os sindicatos independentes, não ligados ao governo nazista, foram dissolvidos no dia seguinte ao Dia dos Trabalhadores, em 2 de maio de 1933.

³⁷⁷ GUARANY. *Informe Reservado*. São Paulo, 11/12/1934. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

³⁷⁸ De tal sorte, para nós, a genealogia da ANL está muito mais no Comitê Antiguerreiro do PCB do que na FUA, em concordância com a análise de Anita Leocádia Prestes. Cf. PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Petrópolis: Vozes, 1997. P. 54 – 62.

Em 03 de março de 1933, a CE-IC publicou um apelo para a frente única entre comunistas e social-democratas, se dispondo a acordos de cúpula com a social-democracia alemã contanto que ela firmasse com o PCA um pacto de não agressão. Apesar disso, a IC prosseguiu na linha geral da teoria do “social-fascismo” e não deixou de considerar a ascensão do nazismo uma responsabilidade da social-democracia.

É em maio de 1934, em decorrência do impulso do movimento operário francês e ação decisiva do Partido Comunista da França (PCF) dentro da IC para criar uma política de unidade antifascista que a CE-IC fez uma reavaliação de sua política, publicando no *Pravda* que “o PCF pode e deve, diante da ameaça do fascismo, propor a frente única de luta à direção do Partido Socialista” e incentivou que também os demais partidos comunistas buscassem o retorno a política de frente única com a social democracia, dessa vez para realizar o combate ao fascismo. Ao mesmo passo, a diplomacia soviética abriu conversas com a França sobre a criação de um sistema de segurança na Europa Oriental e um pacto de assistência mútua entre Moscou e Paris e o ingresso da URSS na Sociedade das Nações, que ocorreu em setembro de 1934.

Em 24 de outubro de 1934, o Secretário Geral do PCF, Thorez, pronunciou um discurso em Nantes oferecendo ao Partido Radical o ingresso numa frente popular da liberdade, do trabalho e da paz e, no mês seguinte, o PCF se pronunciou a favor da criação de um governo operário-camponês, entendido como governo da frente única. A política de frente popular foi oficialmente iniciada pela Internacional Comunista em seu VII Congresso, com o informe de Georg Dimitrov, em 02 de agosto de 1935.

Foi a primeira vez que o fascismo ganhou destaque particular entre os temas abordados em Congresso pela IC. Dimitrov distinguiu o fascismo e a democracia burguesa como formas de dominação de classe da burguesia: o fascismo é a ditadura terrorista aberta. A delimitação foi decisiva na medida em que fundamentou teoricamente a necessidade do combate ao fascismo e a defesa das democracias burguesas perante o perigo deste. De tal sorte, a frente popular se estruturava em um objetivo concreto e limitado: o combate ao fascismo e a garantia dos interesses imediatos do proletariado.

O informe demonstrou disposição do movimento comunista para estabelecer acordos tanto de breve como de longa duração com os partidos social-democratas e com os sindicatos reformistas e enfrentou de modo flexível as várias formas de frente única que poderiam existir de acordo com condições particulares de cada local. Em seu encerramento, Dimitrov declarou que a crise da aristocracia operária e a perda da legalidade dos partidos social democratas estavam modificando as relações da social-

democracia com as burguesias imperialistas, de maneira que ela não poderia conservar seu papel de “sustentáculo da burguesia”, tal como fizera nas últimas décadas.

A classe operária deveria ser o núcleo sólido das frentes populares e sua unidade com outras classes seria cimentada pela defesa dos interesses imediatos do campesinato e da pequena-burguesia, implicando acordos com seus partidos e organizações. Assim, a “frente popular” seria o organismo político em que a classe operária, como classe universal, assumiria a defesa geral dos interesses das classes subalternas. A tática de frente popular deveria levar da defensiva para a ofensiva contra o capitalismo, e assim seriam concebidos os governos de coalisão, em casos em que a frente popular tivesse oportunidade de exercer o poder do Estado.

O governo de frente popular foi definido por Dimitrov “como um órgão de colaboração da vanguarda revolucionária do proletariado com os outros partidos antifascistas e no interesse de todo povo trabalhador”, cuja formação só seria possível em situações de crise política do Estado burguês, mas em que as massas trabalhadoras ainda não estariam prontas para instaurar um governo socialista. Seria um governo de transição para a ditadura do proletariado. A política de frente popular inovava ao anunciar para o movimento comunista o terreno da luta pela democracia e pela paz como terreno de ação e de ligação com as massas populares e meio intermediário para uma mais completa inserção dos partidos comunistas na vida política nacional de cada país, transformando os partidos comunistas em partidos de massas. O informe de Dimitrov obteve consenso absoluto no VII Congresso.

No Brasil a política de frente popular teve surgimento adiantado em relação ao amadurecimento da questão na Internacional Comunista e, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), acabou por ser fundada cerca de seis meses antes do VII Congresso. Entre novembro de 1934 e dezembro de 1935, o PCB entrou em negociação com partidos e expoentes políticos do tenentismo, socialistas, trabalhistas e democráticos visando a criação de uma frente que unificasse o movimento operário, a juventude e intelectualidade democrática, os antifascistas, a imprensa e os militantes progressistas e parte da oposição parlamentar. O objetivo de tal organização seria, a princípio, uma campanha por todo o Brasil contra a Lei de Segurança Nacional, que tramitava no Congresso e contra o integralismo.

As primeiras notícias sobre a ANL são de janeiro de 1935, depois da leitura de seu manifesto na Câmara Federal, no dia 17, pelo deputado Gilberto Gabeira. Logo surgiu comunicado da ANL conjuntamente com a CJPI, convocando uma assembleia popular

contra a Lei de Segurança Nacional e, finalmente, a ANL deu seu primeiro passo para organizar-se em 12 de março de 1935, tendo seus estatutos aprovados e seu diretório eleito.

Seu diretório nacional ficou composto por oito militares e nove civis, sendo eles Hercolino Cascardo (presidente), Roberto Sisson, Carlos Amorety, André Trifino Corrêa, Antônio Rolemberg, José Augusto de Medeiros, Carlos da Costa Leite, Antônio Rodrigues Gouveia, Francisco Mangabeira, Abguar Bastos, Armando Laydner, Manuel Venâncio Campos da Paz, Benjamin Soares Cabelo, Horário Valadares, Fernando Muniz Freire, Marcelo Curvelo de Mendonça e Walfrido Caldas. Sua fundação oficial, ocorreu no dia 30 de março de 1935, em comício no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, ocasião em que Luiz Carlos Prestes foi eleito, sob vibrante aclamação, presidente de honra.

Formalmente faziam parte da ANL, como membros coletivos, além do PCB, o PSB, o PDS, vários sindicatos, organizações femininas, culturais e estudantis. Marly Viana acentuou o caráter tenentista da ANL, salientando, por meio de carta de Roberto Sisson, que ela foi fruto do descontentamento dos tenentistas de esquerda com os rumos do governo Vargas. Seria elemento comprovador da genética tenentista da ANL o fato de que praticamente metade de sua direção era de tenentes. Seria assim, uma organização de ideal “nacional e popular”, cujo foco era o combate ao anti-imperialismo e o latifúndio, uma luta nacional e não de classes, portanto³⁷⁹. Anita Leocadia Prestes, discordando, afirma que “a ANL não era uma continuação do tenentismo”, mas sim “uma ruptura com o mesmo”. Para Anita Prestes, o fundamental era a influência decisiva do PCB nas teses programáticas e na política da ANL³⁸⁰.

A importância da ANL para a política da esquerda brasileira nos anos 1930 é assim definida pelo historiador Edgard Carone:

A ANL é o momento máximo da política de massas da Segunda República e exemplo de sua capacidade organizatória e reivindicatória. Nunca, até então, um movimento tomara tal amplitude e força. Não porque os comunistas e as esquerdas em geral dele participem, mas porque segmentos de classes médias,

³⁷⁹ Cf. VIANNA, Marly. *Revolucionários de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 122 -123. Essa parece ser também, pelo menos aproximadamente, a interpretação de Paulo Sérgio Pinheiro, em seu *Estratégias da Ilusão* e de Nelson Werneck Sodré em *A Intentona Comunista de 1935*. Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. P. 37 - 38

³⁸⁰ PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Petrópolis: Vozes, 1997. P. 70.

da burguesia e do próprio operariado lutam por programas mais amplos, numa afirmação de nacionalismo e luta contra as forças imperialistas³⁸¹.

Os autores, de modo geral, parecem concordar que a importância alcançada pela ANL se deve a sua composição como uma coalisão de comunistas e tenentistas em seu núcleo político e organizativo, circundado por socialistas e democratas e, por último, mas não menos importante, fundamentada no movimento operário brasileiro, que naquele período aumentava a atividade grevista e reivindicativa por interesses econômicos e políticos.

Nas palavras de Nelson Werneck Sodré, a ANL “acolheu todos os descontentes, todos os inconformados, todos os decepcionados”³⁸². Não podemos deixar de destacar como a composição social da ANL, definida por Roberto Sisson pela “burguesia nacional progressista, a pequena burguesia revolucionária e o proletariado” lembram em demasia a composição de forças sociais que já em 1928, Octávio Brandão defendeu que deveria ser a aliança fundamental para a revolução brasileira, de caráter “nacional libertador”.

Os estudiosos da biografia e obra de Caio Prado Jr., presidente de fato da ANL-SP, datam o início dos esforços para sua fundação de fins de janeiro de 1935, com uma reunião do Comitê Paulista Pró-Formação da Aliança Nacional Libertadora³⁸³, mas a primeira notícia que se tem da ANL em São Paulo comparece no *Diário da Noite* de 28 de fevereiro de 1935, em que se relatava o lançamento do *Manifesto* da organização no Rio de Janeiro³⁸⁴. Porém, um diretório paulista da ANL demorou a surgir e, segundo relato de Sebastião Francisco, a iniciativa para sua fundação só começou quando aliancistas paulistanos começaram a pressionar para isso.

A ANL já estava funcionando e já promovendo vários comícios no Rio de Janeiro, e aqui em São Paulo a coisa estava meio emperrada. Ninguém se decidia a fazer aqueles trabalhos práticos iniciais, que são indispensáveis, e os aliancistas aqui começaram a reclamar como é que no Rio a coisa vai marchando e aqui em São Paulo não dá sinal de vida. Então um dia reunimos uns quantos elementos e resolveu-se então por mãos à obra³⁸⁵.

³⁸¹ CARONE, Edgard. *A República Nova (1930 – 1937)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. P. 256.

³⁸² SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. P. 32.

³⁸³ MARTINEZ, Paulo Henrique. *Caio Prado Júnior: A dinâmica de um pensamento crítico (1928 – 1935)*. São Paulo: Edusp, 2008. P. 245; PERICAZ, Luiz Bernardo. *Caio Prado Júnior: Uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 100.

A fonte da informação sobre a reunião do Comitê Paulista Pró-formação da ANL está no prontuário de Caio Prado Júnior, de número 1691, nos arquivos da polícia política. Cf. Prontuário Caio Prado Júnior, nº 1691. DEOPS – APESP.

³⁸⁴ A ANL lança o seu apelo! *Diário da Noite*. São Paulo, 28/02/1935.

³⁸⁵ FRANCISCO, Sebastião. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 05/01/1982. P. 46. Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu.

Ainda segundo o relato de Francisco, o aliancista militar Timóteo Ribeiro da Silva teria vindo do Rio de Janeiro para auxiliar a fundação da ANL em São Paulo, tratando com ele sobre a necessidade de alugar uma sede estadual, que fosse uma sala espaçosa e no centro da cidade. Os dois teriam sido responsáveis por alugar o salão e Caio Prado Jr. foi o fiador do aluguel, custeando também a placa de fachada a ser instalada no local, que foi encomendada por Sebastião Francisco ao pintor André Chela. A placa tinha cerca de um metro de altura e pegava toda a fachada de entrada, contendo os dizeres, em fundo vermelho e com letras brancas, “Aliança Nacional Libertadora”³⁸⁶.

Começou então o trabalho de divulgação, de modo que foram impressos manifestos convocando o povo por toda a cidade de São Paulo e os comunistas trataram de mobilizar estudantes e operários nos lugares em que tinham células constituídas. Por fim, a sessão de fundação da ANL-SP ocorreu no dia 20 de abril de 1935, um sábado, as 19h30, no Cassino do Parque Antártica, que ficou completamente lotado. Fizeram parte da mesa que presidiu a reunião Caio Prado Jr., João Stevenson, Augusto Pinto, entre outros³⁸⁷.

O *Manifesto* da ANL, assinado por Hercolino Cascardo foi lido e então passaram a falar vários oradores, representantes de organizações operárias. Por fim, foi eleito um diretório provisório que ficou composto pelo tenente Timóteo Ribeiro da Silva, o deputado e sindicalista Armando Laydner, tenente José Alves de Brito Branco, Caio Prado Jr., Raphael Sampaio Filho, Jeronimo de Couto Jr., Clóvis de Gusmão, Nuncio Soares da Silva, Itaiuty Magalhães, Alfredo Godofredo, Aristides Nogueira e Fernando Cordeiro³⁸⁸.

³⁸⁶ FRANCISCO, Sebastião. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 05/01/1982. P. 48. Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu.

Acreditamos que Sebastião Francisco comete uma falha de memória ao definir o endereço da sede da ANL como na Rua das Flores, pois é informação presente em todos estudos e fontes que sua sede se encontrava na Rua 11 de agosto, nº 22. A organização do movimento operário que teve sua sede na Rua das Flores foi o jornal anarquista *A Plebe*.

³⁸⁷ FRANCISCO, Sebastião. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 05/01/1982. P. 49. Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu.

³⁸⁸ Aliança Nacional Libertadora: Formado o Diretório Estadual Provisório. *A Platéia*. São Paulo, 24/04/1935. P. 1.

No romance *A Morte do Sapateiro* Eduardo Maffei conta que esse comício deveria ter sua abertura proferida por Miguel Costa, o predileto de Prestes para dirigir a ANL em São Paulo, mas este teria recusado e sequer compareceu a manifestação, pois teria prometido à sua esposa que iria deixar a política para se dedicar a família. Segundo Maffei, quando Miguel Costa se preparava para ir ao ato da ANL, sua esposa, carregando o filho mais novo do casal, teria dito “Vai, vai degenerado! Mas quando voltar encontrará nesta casa dois cadáveres!”, convencendo definitivamente o tenentista a ficar em casa e se manter afastado dos acontecimentos envolvendo a ANL. Cf. MAFFEI, Eduardo. *A Morte do Sapateiro*. São Paulo: Brasiliense, 1982. P. 142.

No sábado seguinte, dia 27 de abril, ocorreu nova reunião da ANL, dessa vez para eleger a direção definitiva. Ocorreu novamente no Cassino do Parque Antártica e contou com a presença de líderes nacionais da ANL, Hercolino Cascardo, o capitão Amorety Osório, Francisco Mangabeira e Benjamin Soares Cabello. Segundo *A Platea*, “desde as dezessete horas que começou a afluir ao teatro grande massa de povo. E à hora do início dos trabalhos já a casa se achava literalmente tomada em todas as suas dependências”.

Os comunistas falaram por meio do dirigente sindical ferroviário Ladislau de Camargo, pelo secretário político estadual da juventude comunista Miguel Costa Filho, pelo sindicalista bancário Álvaro Cecchino, Alfredo Godofredo, presidente do sindicato da dos trabalhadores da Light e, por fim, Caio Prado Jr. encerrou as falas. O diretório estadual ficou composto por Timóteo Ribeiro da Silva, Caio Prado Jr., Clóvis Gusmão, Núncio Soares da Silva, Aristides Nogueira, Jerônimo Couto Jr, Raphael Sampaio Filho, Fernando Cordeiro e Brito Branco³⁸⁹.

Em entrevista para o jornal *Diário de São Paulo*, Hercolino Cascardo frisou a importância para a ANL de fundar uma sessão no estado de São Paulo.

São Paulo é o maior centro tanto industrial quanto intelectual do país. É ali que se verifica, em escala mais expressiva, essa expressão ideológica que sacode o mundo. Nós temos, portanto, que dedicar a São Paulo uma atenção toda especial, mesmo porque, pode dizer-se, ali se encontra o poderio imperialista. Queremos que aquele povo, que tanto ama Luiz Carlos Prestes, ouça o que lhe temos a dizer com o intuito de esclarecê-lo sobre as finalidades e a justeza da existência da Aliança Nacional Libertadora numa época em que, precisamente, mais se acentua o descalabro em todos os setores da atividade brasileira, como reflexo do descalabro universal³⁹⁰.

Nos dias seguintes, os aliancistas de São Paulo buscaram expandir a organização para cidades que consideravam estratégicas no estado, sendo as primeiras Santos e Sorocaba, visto que as docas de Santos e a ferrovia Sorocabana eram importantíssimos meios de transporte de mercadorias da economia agroexportadora brasileira, de maneira

³⁸⁹ Aliança Nacional Libertadora: Como decorreu a importante Assembleia no Cassino Antártica. *A Platea*. São Paulo, 29/04/1935. P. 1.

Nesta época, em fins de abril de 1935, Luiz Carlos Prestes e Olga Benário estavam no estado de São Paulo, alojados no Sítio Santa Rosa, de propriedade de Celestino Paraventi, as margens da represa de Guarapiranga, onde hoje é o Clube de Campo de São Paulo. Porém, estando sob absoluta clandestinidade, não fizeram parte dos movimentos da ANL em São Paulo (Cf. WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 110).

³⁹⁰ As reuniões da ANL em São Paulo. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 28/04/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, vol. 3. DEOPS – APESP

que uma greve dessas categorias de trabalhadores poderia desencadear séria pressão sobre o governo³⁹¹.

Apesar de parecer natural que acontecesse, a comemoração do 1º de maio de 1935 não foi organizada pela ANL, mas pelos sindicatos de São Paulo. Ocorreu na sede da Lega Lombarda, por impedimento da polícia em permitir que se realizasse em praça pública, como era de costume do movimento operário. A polícia destacou maior número de homens da Guarda Civil para vigiar as ruas da cidade, pois segundo o delegado Edgard Botelho “elementos indesejáveis, profissionais da desordem, haviam se infiltrado no seio das organizações trabalhistas com objetivo de promover a agitação”. Não obstante, a reunião aconteceu com êxito na Lega Lombarda e teve como mesa mediadora João Cabanas, José Pinho de Athayde e Paulo Sesti, isto é, uma mesa constituída por membros do PSB. João Cabanas, que presidia a mesa, cassou a palavra do bancário comunista Álvaro Cechino, ocasionando um tumulto no salão, mas que fora brevemente resolvido³⁹².

A ANL organizou caravanas de seus dirigentes pela cidade de São Paulo, fundando núcleos nos bairros operários. A polícia, por sua vez, começou a se preocupar grandemente com a organização e a seguir cada um dos seus passos, infiltrando agentes secretos em seu meio. Os dirigentes locais da ANL mobilizaram conhecidos e militantes do movimento operário para a fundação dos novos núcleos aliancistas e, assim, em caravana do dia 12 de maio, foram fundados núcleos no Belénzinho, Ipiranga, Belém, Brás e Santo Amaro.

Enquanto Brito Branco e Luiza Peçanha foram oradores na reunião de fundação do núcleo de Belénzinho, Caio Prado Jr. realizou a reunião de fundação do núcleo do Ipiranga e o tenente Timóteo Ribeiro da Silva ficou responsável pela fundação do núcleo de Santo Amaro³⁹³. Um agente policial presente secretamente na fundação do núcleo do Ipiranga, atesta como se deu a reunião.

Cerca das 20 horas e 25 minutos, chegou o P. 2.379, dele descendo um casal. Afinal foi iniciada, após longa expectativa de mais assistentes, tendo a mesa presidida por um senhor que devia ser Caio Prado Júnior, conforme fui informado, tomando a palavra o sr. José Viveiros que leu um manifesto de Luiz Carlos Prestes. A assistência era de cinquenta e duas pessoas exatamente, na maioria operários de bairro. Após o sr. José Viveiros, falou o sr. Reginaldo Carvalho (Secretário Geral do sindicato dos Bancários de Santos e ex-procurador do Banco do Estado de Santos) que atacou violentamente o Partido

³⁹¹ *Relatório Reservado*: fundação da ANL em Santos. São Paulo, 25/04/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, DEOPS – APESP. Ver também: *A instalação da ANL ontem em Santos*. Jornal da Noite. São Paulo, 29/03/1935.

³⁹² A Comemoração de 1º de Maio. *A Platea*. São Paulo, 02/05/1935. P. 1.

³⁹³ A ANL instalou ontem os seus diretórios do Belém, Brás, Ipiranga e Santo Amaro. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 14/05/1935.

Integralista e o sr. Gustavo Barroso, em particular. Após o sr. Reginaldo Carvalho, falou outro orador, cujo nome não se pode saber, tendo em seguida sido encerrada a sessão, isto é, as 22 horas mais ou menos³⁹⁴.

A fundação desses novos núcleos buscava preparar para uma assembleia geral da ANL de São Paulo que ocorreu no dia seguinte, isto é, no dia 13 de maio de 1935, no Salão das Classes Laboriosas, ocasião em que foi lida carta de Luiz Carlos Prestes. A data da assembleia foi escolhida propositalmente por ser o dia de comemoração da abolição da escravidão no Brasil, iniciando uma tática que se tornou corrente nas ações da ANL: a realização de grandes comícios nas datas que simbolizavam de alguma maneira a luta das classes subalternas pela sua libertação.

Pela importância que os aliancistas estavam atribuindo a essa assembleia, a polícia política enviou não apenas um, mas vários olheiros. Nos relatos desses agentes, é possível verificar uma série de informações sobre como ela ocorreu. Caio Prado Júnior presidiu e fez a fala de abertura da reunião, de modo que falaram em seguida Timóteo Ribeiro da Silva, Roberto Sisson e Luiza Branco. Teria comparecido “um grande número de pessoas” e o perfil do público era constituído pôr “em sua maioria operários de diversas nacionalidades, notadamente italianos e polacos, russos e húngaros”³⁹⁵.

A carta de Prestes foi lida pelo tenente Timóteo e consta no relatório do secreta Rubens que quando se leu “o tópico em que este declarava-se membro do Partido Comunista, quase o prédio ruiu de tanta algazarra que os assistentes fizeram, isto é, palmas, gritos etc”³⁹⁶. Outro agente atestava que, durante a leitura da carta de Prestes, “todas as vezes em que a missiva se referia ao regime comunista, os assistentes entrecortavam a leitura com aplausos prolongados, numa afirmativa amplíssima de suas simpatias pelo credo leninista”³⁹⁷.

As falas dos demais oradores focaram em atacar a dominação imperialista, o integralismo e o fascismo, além de explicar o programa da ANL. A declaração de Sisson, afirmando ser comunista, chamou a atenção dos secretas do DEOPS.³⁹⁸ A reunião

³⁹⁴ CABRAL, Francisco Tinoco. *Relatório apresentado pelo Dr. Francisco Tinoco Cabral*. São Paulo, 13/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

³⁹⁵ *Reunião da Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo, 14/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

³⁹⁶ RUBENS. *Relato sobre o Comício da ANL no Salão das Classes Laboriosas*. São Paulo, 14/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

³⁹⁷ AMATO, Primavera. *Relatório apresentado pelo Dr. Primavera Amato*. São Paulo, 14/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

³⁹⁸ Roberto Sisson, oficial da Marinha, foi o principal intermediário entre Prestes e os dirigentes aliancistas. Sua participação, em São Paulo, do comício no Salão das Classes Laboriosas fazia parte do percurso de uma caravana que fazia pelo Brasil. Cf. HILTON, Stanley. *A Rebelião Vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986. P. 52.

terminou sem conflitos e sob a convocação dos presentes a continuarem participando das atividades da ANL.

O crescimento da ANL-SP continuou nos dias seguintes. No dia 17, foi fundado o núcleo da ANL da cidade de Campinas³⁹⁹. No dia 18, Caio Prado Jr. e Roberto Sisson viajaram para Bauru e cumpriram tarefa de presidir a reunião de fundação do núcleo da cidade. Dois dias depois, em 20 de maio, o *Diário da Noite* publicou notícia de que já estavam formados o diretório municipal da ANL na capital paulista, tendo como presidente o ferroviário Adalberto Martins de Queiroz, e o Comitê de Motoristas Profissionais, que deveria propagar e defender o programa da ANL em meio aos motoristas e seu sindicato⁴⁰⁰. No mesmo dia, às 20 horas, foi fundado o núcleo distrital do Cambuci, da ANL. Sua reunião de inauguração foi presidida por João Penteado Steveson e o estudante de engenharia Antônio Hossne, que fazia parte do núcleo do Cambuci, falou ao *Diário da Noite* qual papel cumpria a ANL nos bairros de São Paulo.

O papel dos bairros na luta da Aliança Nacional Libertadora é fundamental. Nenhuma mobilização ampla de massa é possível sem a constituição de núcleos não apenas por zonas da cidade, como também através da formação de núcleos de quarteirões, isto é, o que nós chamamos de núcleos residenciais. A instalação do nosso núcleo tem, por isso mesmo, despertado grande interesse entre todas as camadas da população moradora do Cambuci. Hoje será apenas a instalação e a posse que nos será dada por um representante do D.E.P. Entretanto, logo que o núcleo do bairro comece a funcionar organicamente, então procuraremos estudar todos os problemas locais, as reivindicações do povo e os seus problemas por mínimos que eles sejam⁴⁰¹.

A reunião de fundação do núcleo do Cambuci durou até as 22 horas e teve os costumeiros discursos contra o imperialismo e o integralismo, contando com um público de aproximadamente 250 pessoas⁴⁰². A ANL, em alguma medida, reproduzia a forma organizativa do PCB, com núcleos por local de moradia e trabalho, buscando constituir-se como organização no seio das empresas, fábricas, bairros, ruas e montando nesses lugares iniciativas que julgavam úteis para a luta nacional libertadora, que iam desde reivindicações de trabalhadores e moradores até brigadas de choque antifascista, comitês de propaganda, greve, sabotagem e ligação, como relatou o secretário Rubens⁴⁰³. Uma carta de Caio Prado Jr à sua esposa, sobre sua intensa atividade como presidente da ANL-SP

³⁹⁹ A Aliança Libertadora em Campinas. *A Platéia*. São Paulo, 21/05/1935. P. 2.

⁴⁰⁰ Aliança Nacional Libertadora. *Diário da Noite*. São Paulo, 20/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

⁴⁰¹ A Aliança Nacional Libertadora instalará hoje o seu núcleo do Cambuci. *Diário da Noite*. São Paulo, 20/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

⁴⁰² FRANCO, José Carlos. *Relatório apresentado pelo Dr. José Carlos Franco*. São Paulo, 20/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

⁴⁰³ RUBENS. *Característica Geral da Situação entre os Ferroviários*. São Paulo, 31/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

indica o tamanho vigor e vertiginoso crescimento que a organização vivia nos idos de maio e junho de 1935.

Você não imagina o que tem sido a minha vida: um corre-corre que não acaba mais. Desde que cheguei do Rio, não tenho tido um momento de descanso: são comícios atrás de comícios, reuniões atrás de reuniões. Não fui a Campinas, como esperava; à última hora houve um contratempo, e não foi possível organizar a assembleia. Em compensação estive no Ipiranga, e simultaneamente em mais 4 distritos de S. Paulo houve reuniões. Depois, quarta-feira, estive em Santos, e sexta ainda voltei lá. Foi então uma assembleia magnífica no Teatro Guarani, com cerca de 2.000 pessoas. Cheguei em S. Paulo, de automóvel, às duas da madrugada, e às sete embarcava para Bauru. Outra reunião admirável, e às seis da manhã voltei para S. Paulo, tendo chegado domingo à noite. Antes de deitar, ainda tivemos uma reunião do Diretório... só consegui dormir à meia-noite⁴⁰⁴.

Um pequeno exemplo de como a ANL fazia um levantamento dos problemas específicos dos bairros e os transformava em reivindicações locais comparece no panfleto de convocação para um comício do núcleo da ANL da Lapa. Depois de incitar à luta dos trabalhadores e do povo contra a Lei de Segurança Nacional e o integralismo, adiciona que “nossos oradores tratarão também do trambolho que representa para nós, trabalhadores, as porteiras da Sorocabana, sem que essa companhia trate da construção de uma ponte, como era seu dever. Exijamos uma ponte, companheiros!”⁴⁰⁵

No dia 31 de maio, as 20 horas, na sede da ANL, aconteceu reunião dos seus dirigentes estaduais para fundar simultaneamente dois núcleos: o dos trabalhadores gráficos e dos estudantes. No mesmo horário, foi fundado o núcleo da Casa Verde e no dia seguinte, fundou-se o “departamento” de mulheres nacional libertadoras, cuja reunião foi presidida pela professora Luiza Peçanha Branco⁴⁰⁶. No dia 01 de junho ainda foram fundados os núcleos da Escola Politécnica e do bairro Pinheiros⁴⁰⁷. Esses núcleos mostram que a ANL buscava ramificar-se nos mais variados grupos da sociedade e mobilizava, por esse meio, toda a esquerda paulistana e todas as categorias organizadas de trabalhadores e setores populares. É pertinente chamar a atenção para o fato de que a ANL não criou um núcleo de mulheres, mas um departamento, isto é, uma pasta da direção estadual voltada apenas para a arregimentação das mulheres.

⁴⁰⁴ PRADO JR. *Carta à Baby*. São Paulo, 20/05/1935 Apud PERICÁS, Luiz Bernardo. *Caio Prado Júnior: uma Biografia Política*. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁴⁰⁵ Comício do núcleo da Lapa da ANL. São Paulo, sem data. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

⁴⁰⁶ *Boletim nº 571*. São Paulo, 31/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

⁴⁰⁷ *Boletim nº 573*. São Paulo, 02-03/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Ainda no sentido de espalhar-se e organizar os mais variados setores da sociedade, foi a tentativa de um aliancista de nome Francisco Zuppo, que fazia ativa propaganda da ANL no bairro da Água Rasa e no Madrid Futebol Clube, conseguindo promover a eleição de uma direção do clube de futebol que, segundo os olheiros da polícia política, era completamente constituída por “elementos adeptos de teorias extremadas”⁴⁰⁸. Outro indício é o relato do secreta Souza, de que foi convidado para integrar-se à ANL por guardas civis, o que o deixou muito preocupado. Segundo ele,

no decorrer da palestra que com eles mantive então, foi-me dado igualmente ocasião de ouvir deles mesmos, que não passaria muito tempo para que pudessem dar muitos tiros aqui em São Paulo, e, notei que pelo modo como foram ditas estas palavras, queriam dizer que se preparava uma revolução⁴⁰⁹.

Seguindo a toada de expansão, no dia 26 de maio, a ANL organizou uma reunião de pleno ampliado de seu diretório estadual, de maneira a comparecer delegados do diretório municipal e dos núcleos da cidade, estando presentes os presidentes dos núcleos de Perdizes, Belém, Cambuci, Ipiranga, Consolação, Brás, Mooca e Sé, indicando que a ANL havia fundado mais núcleos do que nos foi possível encontrar notícias.

Nesse pleno, foi discutido os métodos para propagandear a ANL na cidade de São Paulo, de modo aos núcleos de bairro e de categoria de trabalhadores servirem de correntes de transmissão dos materiais criados pelo diretório estadual e municipal. Além disso, estabeleceu-se como meta fundar nos próximos dias núcleos nos bairros Santana, Penha, Bela Vista, Barra Funda, Bom Retiro e Lapa. A reunião ainda tratou sobre o combate ao integralismo na cidade de São Paulo e sobre o mandado de segurança que a ANL havia requerido à Corte de Apelação, para garantir sua legalidade perante a Lei de Segurança Nacional⁴¹⁰.

No dia 08 de junho, o jornal *A Platéia* publicou notícia da fundação de novos núcleos da ANL. O núcleo da Mooca teria sido fundado no salão da Sociedade Italiana. O núcleo de São Caetano ocorreu no Cine Central, à rua Perella, “perante uma assistência de cerca de mil e quinhentas pessoas, que enchia literalmente todas as dependências daquela casa de espetáculos”. O núcleo de estudantes da Faculdade de Direito no prédio

⁴⁰⁸ ANDRÉ. *Informe Reservado*. São Paulo, 05/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

⁴⁰⁹ SOUZA. *Informe Reservado*. São Paulo, 05/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

⁴¹⁰ *Boletim nº 566*. São Paulo, 27/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

da instituição universitária e teve como presidente, Sebastião Mesquita. No mesmo dia ocorreram assembleias do núcleo do Brás e São Bernardo⁴¹¹.

A partir do início do mês de junho, em razão da notícia de um comício da AIB que estava sendo preparado para o dia 16 deste mês⁴¹², a ANL-SP lançou sobre a cidade de São Paulo intensa campanha anti-integralista. Realizaram reuniões com representantes do diretório estadual e municipal, do departamento e dos núcleos de bairro e de fábrica - que não paravam de expandir - para planejar a dissolução da parada esportiva de Plínio Salgado. Comícios foram realizados pelos bairros da cidade, com destaque para dois que fundaram núcleos em Santo André e São Bernardo, com a finalidade específica de fazer propaganda contra o integralismo. Todos os núcleos aliancistas começaram a promover reuniões e atividades nesse sentido, incluindo panfletagem massiva pelos bairros da cidade⁴¹³.

No conteúdo desses panfletos dizia-se que os integralistas eram assassinos que objetivavam instaurar no Brasil uma ditadura fascista e apresentava o programa da ANL para o combate ao integralismo:

Exijamos:

- Dissolução imediata da Ação Integralista Brasileira;
- Respeito integral à Constituição e ao Parlamento;
- Autonomia dos estados e municípios;
- Prisão imediata de todos os chefes integralistas;
- Prisão, expulsão e afastamento imediato dos generais e oficiais integralistas!⁴¹⁴

No dia 10 de junho a ANL realizou assembleia anti-integralista, visando criar uma Frente Comum Anti-integralista, que pudesse congrega os setores da esquerda de São Paulo que não fossem aliancistas, notadamente os anarquistas e os trotskistas. Compareceram cerca de quinhentas pessoas e cogitou-se uma greve de protesto contra a parada integralista e falou-se na luta corporal contra eles. Preparava-se a realização de gigantesco comício antifascista no mesmo dia da parada integralista, no dia 16 de junho.

⁴¹¹ Aliança Nacional Libertadora: foram instalados, ontem, vários núcleos. *A Platéia*. São Paulo, 08/06/1935. P. 3.

⁴¹² Os integralistas pretendiam promover uma concentração esportiva, reunindo dez mil atletas. Cf. Ao povo! *A Platéia*. São Paulo, 10/06/1935. P. 3.

⁴¹³ *Boletim nº 578*. São Paulo, 07 – 08/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

⁴¹⁴ *Panfleto da ANL contra o Integralismo*. São Paulo, sem data. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

No mesmo dia, havia ocorrido em Petrópolis um conflito entre integralistas e aliancistas, que resultou na morte de um aliancista e vários feridos⁴¹⁵. A polícia política, temerosa de que o caso se repetisse em São Paulo e a “desordem” se espalhasse pela cidade - e ansiosa para encontrar motivos para prender aliancistas - dizia nos relatórios ao DEOPS que os antifascistas, depois de seu comício, pretendiam marchar, todos armados, para a manifestação integralista e então dissolvê-la a balas.

Outro boletim de informantes da polícia dizia ainda que o Socorro Vermelho teria ficado encarregado de conseguir armas e munições para os aliancistas, estando incumbidos dessa tarefa Ladislau de Camargo, Benedicto Dias Baptista, Celestino Santos, Probo Falcão Lopes, Francisco Perasi e Alcides Caldeiras, todos elementos operários, sendo eles ferroviários, motoristas e gráficos. Teriam conseguido, em Jundiaí e Sorocaba, 250 granadas de mão e alguns mosquetões que deveriam ser usados em possível conflito com os integralistas no dia 16 de junho⁴¹⁶.

As formas de combate ao integralismo usadas pela ANL, além da propaganda antifascista, incluíam a constante observação dos integralistas e a infiltração de elementos aliancistas dentro da AIB por meio de uma equipe de inspetores que havia sido formada pelo diretório estadual da ANL para deixar a organização informada de tudo que os integralistas faziam e pretendiam fazer. Outro recurso, de fato, foi a criação de pelotões de choque visando combates de rua contra os integralistas e cujos membros da tropa, recrutados nos núcleos de bairro e de fábrica, recebiam treinamento militar dos tenentes Timóteo Ribeiro da Silva e Brito Branco. Tanto os espiões quanto a tropa de choque dos aliancistas eram mantidos financeiramente por Caio Prado Jr. e Belfort de Mattos⁴¹⁷, mas ao que tudo indica, as tropas de combate aliancistas, pelo menos na cidade de São Paulo, jamais entraram em ação.

Alguns núcleos da ANL tiveram a característica de serem fundados com o objetivo específico de combater os integralistas. Foi o caso do núcleo de Santana, fundado, provavelmente, na última semana de maio por Sebastião Francisco e Vitório Terentim. Terentim teria entrado em contato com Francisco para fundarem esse núcleo, pois um núcleo da AIB fora fundado em Santana, com sede localizada bem na frente de sua loja.

⁴¹⁵ Sangrento conflito entre aliancistas e camisas verdes na cidade de Petrópolis. *A Platea*. São Paulo, 11/06/1935. P. 6.

⁴¹⁶ *Boletim* n° 587. São Paulo, 17-18/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

⁴¹⁷ *Boletim* n° 569. São Paulo, 30-31/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Terentim teria dito a Francisco que “iria acabar com esse núcleo integralista” e então começou a trabalhar nesse sentido, até que, por meio de processo que Sebastião Francisco optou por não revelar, o núcleo da AIB “se desfez e fechou”. O núcleo da ANL alugou então o mesmo estabelecimento que antes abrigava o núcleo integralista, na rua Dr. Olavo Egídio, como quem conquista o território de um exército inimigo⁴¹⁸.

No dia 14 de junho, a AIB anunciou o cancelamento de sua manifestação esportiva planejada para o dia 16, sem justificar as razões, ainda que a especulação fosse a temeridade de violento conflito com os aliancistas⁴¹⁹. No mesmo dia, durante a noite, aconteceu um tiroteio entre as duas organizações políticas na Estação da Penha, no Rio de Janeiro, deixando dois integralistas feridos⁴²⁰.

Na véspera do comício do dia 16, a ANL promoveu reunião de preparação entre seus dirigentes e representantes de núcleos, distribuíram pela cidade panfletos convidando o povo para o comício. A manifestação era apoiada por sindicatos e organizações estudantis, que assinavam materiais também distribuídos pela cidade. Os diretórios estadual e municipal também trataram de organizar um grupo de pessoas para fazer a segurança do prédio do Rink de São Paulo durante o acontecimento do comício, pois cogitavam a hipótese de ele ser atacado pelos integralistas⁴²¹.

Por fim, ocorreu o comício de 16 de junho, contra o integralismo, que segundo os secretas do DEOPS, esteve “muito concorrida” e “a maioria dos presentes a mesma eram elementos estrangeiros, comunistas conhecidos, russos e lituanos”. O comício contou com pesada guarnição policial, “todas as ruas e esquinas adjacentes do Rink São Paulo foram isoladas por guardas-civis, soldados de cavalaria, e inspetores de polícia, a fim de que nada ocorresse que viesse perturbar a ordem”⁴²², de maneira que na matéria jornalística que relatava o acontecimento, era dito que

Quem observasse o aspecto apresentado pela rua Marinho Prado, notadamente em frente ao rinque de São Paulo, sem saber do que se tratava, certamente ficaria impressionado pensando que algo de muito grave e ameaçador estaria se tramando, pois aquilo tinha todo a aparência de uma verdadeira praça de guerra. Até a sinagoga que existe ao lado do edifício escolhido pela Aliança Nacional Libertadora para a reunião não escapou de ser tomada como ponto

⁴¹⁸ FRANCISCO, Sebastião. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 05/01/1982. P. 49 - 50. Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu.

⁴¹⁹ Não se reúnem os camisas verdes. *A Platéia*. São Paulo, 14/06/1935. P. 1.

⁴²⁰ Violento conflito entre aliancistas e integralistas na Estação da Penha. *A Platea*. São Paulo, 15/06/1935. P. 1.

⁴²¹ *Boletim n° 584*. São Paulo, 15/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

⁴²² *Boletim n° 585*. São Paulo, 16/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

estratégico do policiamento. A Sociedade Esportiva Alemã, situada no começo da rua Augusta, também estava ocupada, em virtude dos boatos que vinham circulando, segundo os quais daquele ponto os integralistas tentariam um ataque contra os aliancistas⁴²³.

Os policiais revistaram todos os participantes do evento e não encontraram com eles nenhuma arma de fogo, apenas algumas armas brancas, imediatamente apreendidas. Os únicos participantes armados eram os membros da comissão de segurança, comandados pelo tenente Britto Branco.⁴²⁴

A manifestação começou as 15h30. Antes do início das falas, foi cantado o hino da ANL, que era a melodia do Hino da Proclamação da República Federativa do Brasil como nova letra⁴²⁵. O ato foi aberto e encerrado por Caio Prado Jr. e depois de seu discurso de abertura, fizeram uso da palavra os seguintes oradores: José Pinto de Athayde (PSB), Victor Azevedo (Frente Comum Anti-integralista e UTG), Ladislau de Camargo (Frente Única de Ação dos Ferroviários da Sorocabana), Fulvio Abramo (Frente Comum Anti-integralista), Edgard Leuenroth (FOSP), Arthur Hilário dos Santos (Congresso da Juventude Proletária e Estudantil), José Arantes (Sindicato dos Alfaiates).

Caio Prado Jr. iniciou seu discurso dizendo que o cancelamento da parada esportiva integralista era uma vitória e uma conquista da ANL e de todo o povo, mas que isso não deveria arrefecer a organização e que as pessoas deveriam manter-se atentas e mobilizadas até o completo triunfo da emancipação popular, discorrendo também sobre a Guerra do Chaco e as hostilidades entre Paraguai e Bolívia, sendo sempre interrompido por aplausos e vivas à ANL e Luiz Carlos Prestes.

As demais falas seguiram no mesmo sentido, sempre reafirmando a necessidade de impedir o crescimento da AIB e combater as organizações fascistas em geral. No auditório, foi notada a presença de Oswald de Andrade⁴²⁶. O apelo antifascista do comício, materializado na iniciativa da Frente Comum Anti-integralista, permitiu que

⁴²³ O movimento de expansão da Aliança Nacional Libertadora. *A Platea*. São Paulo, 17/06/1935. P. 1.

⁴²⁴ *Boletim n° 585*. São Paulo, 16/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

⁴²⁵ A íntegra da letra do Hino da Aliança Nacional Libertadora pode ser conferida no livro organizado por Marly Vianna, *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Cf. VIANNA, Marly. *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; UFSCAR, 1995. Pp. 557 – 558.

Segundo Eduardo Maffei, a letra do Hino da ANL foi criada por Afonso Schmidt, na companhia de Edgard Leuenroth, nas dependências do jornal *O Estado de São Paulo*, na rua Rua da Boa Vista, n° 34, a pedido do tenente José Alves Brito Branco. Cf. MAFFEI, Eduardo. *A Morte do Sapateiro*. São Paulo: Brasiliense, 1982. P. 144.

⁴²⁶ GOMES, José; BRAGA FILHO, Amador; NOVAES FILHO, João; CERRE, Itagiba. *Relatório para o Gabinete de Informações do DEOPS*. São Paulo, 17/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

mesmo aqueles setores da esquerda paulistana que não entraram formalmente na ANL – anarquistas e trotskistas – participassem. Ao final do evento, a multidão se dispersou sem ocorrência de nenhum tipo de conflito⁴²⁷.

O êxito com que foi realizado o comício do dia 16 de junho fez com que os dirigentes aliancistas imediatamente comesçassem a preparar nova manifestação, que deveria ser ainda maior, para o dia 5 de julho, aniversário das revoltas tenentistas de 1922 e 1924. Até esta data, os núcleos de bairro e de fábrica da ANL continuariam a desenvolver atividades e comícios locais de caráter anti-integralista, reproduzindo em menor escala a manifestação do dia 16⁴²⁸.

Também no início de junho a ANL envolveu-se no apoio à greve dos operários da fábrica têxtil Ítalo-brasileira. A companhia havia sido comprada recentemente pelo Conde Mattarazzo, que buscou instaurar a seguinte mudança na empresa: ou os operários trabalhariam 9 horas diárias sem aumento de salário ou continuariam trabalhando 8 horas diárias com menor salário. Por conta disso, iniciou-se uma greve.

Em uma ocasião em que os operários estavam reunidos na frente da fábrica, chegaram dois representantes da ANL oferecendo a sede do núcleo do Brás para que fizessem reunião e disseram também que poderiam orientar os grevistas em favor da causa deles⁴²⁹. O CR-SP do PCB lançou seu apoio público à greve por meio de comunicado distribuído as operárias grevistas⁴³⁰, mas o departamento feminino da ANL, teve especial destaque no apoio à greve da Ítalo-brasileira, visto a composição majoritariamente feminina dessa categoria de trabalhadores em São Paulo. Um jornalista do *Diário da Noite* abordou um grupo de moças distribuindo panfletos para as operárias grevistas com os seguintes dizeres:

O departamento feminino da ANL vem, por meio deste, trazer seu inteiro apoio às companheiras da Tecelagem de Seda Ítalo-brasileira que estão em greve, defendendo os seus direitos ameaçados pela ganância patronal que sempre se manifesta com maior dureza para com as mulheres.
Concitamos as companheiras a que se mantenham coesas nos seus propósitos reivindicadores.
Companheiras! Firmes, a ANL estará sempre ao lado dos trabalhadores oprimidos!⁴³¹

⁴²⁷ O movimento de expansão da Aliança Nacional Libertadora. *A Platea*. São Paulo, 17/06/1935. P. 1.

⁴²⁸ *Boletim* n° 586. São Paulo, 16-17/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

⁴²⁹ BRUNO, Primerano. *Informe à Delegacia de Ordem Social*. São Paulo, 05/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

⁴³⁰ Comitê Regional de São Paulo do PCB. *Trabalhadores da Ítalo-brasileira, sem vacilações!* São Paulo, 09/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

⁴³¹ Apoio do Departamento Feminino da ANL à greve da Ítalo-brasileira. *Diário da Noite*. São Paulo, 07/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

A ANL atuou na greve da Ítalo-brasileira por meio das conversas, auxílio na organização e doações de dinheiro e viveres para que as operárias conseguissem se manter paradas. Principalmente por meio do departamento feminino, a ANL fez campanha para que todos os sindicatos e outros operários de São Paulo fizessem doações para as trabalhadoras da Ítalo-brasileira, a fim de sustentar a greve. As páginas de *A Platéia*, principalmente a partir de julho, quando Caio Prado Jr. arrendou o jornal, passaram a defender a causa das operárias. Houve esforço no sentido de um movimento grevista de outras categorias em solidariedade à greve dos trabalhadores têxteis e, em assembleia geral dos operários de São Paulo, a ANL compareceu representada por Luiza Branco.

Quando se anunciou que iria falar a representante feminina da Aliança Nacional Libertadora, a Luiza Branco, estrondosa manifestação de simpatia foi feita à entidade popular-revolucionária. Pelo departamento feminino da ANL, fez-se ouvir a oradora, que [...] declarou que a Aliança Nacional Libertadora não é um partido político e sim uma frente comum de todos os oprimidos contra os seus opressores. Disse, depois, da ação do departamento feminino quanto à greve da Ítalo-brasileira e, recebendo salva de palmas, afirmou que o proletariado precisa desconfiar e rechaçar todos os presidentes de sindicatos que não defendem os verdadeiros interesses dos operários⁴³².

A greve durou mais de um mês e apesar do apelo e da dedicação da ANL e dos sindicatos de São Paulo, o Conde Matarazzo se recusou a negociar em todas as ocasiões e demitiu as grevistas. O fato coincidiu cronologicamente com o fechamento da ANL, em 11 de julho, e o início da repressão geral contra o movimento operário e as organizações da esquerda, levando a greve à derrota, junto com o movimento nacional libertador que a apoiou.

De toda maneira, a convergência entre movimento operário e movimento aliancista, bem como a rápida expansão e sucesso deste último redobrou a atenção da polícia política, que tinha seus secretas infiltrados nas reuniões e mesmo na direção da ANL, de forma que àquela altura do mês de junho, não cessavam de avisar ao delegado Luís Apolônio o perigo que ela representava.

O agente secreto Rubens conseguiu se infiltrar com sucesso na ANL. Por ordem do diretório estadual, ele foi incumbido de viajar pelo interior do estado de São Paulo para verificar a situação da organização. Segundo Rubens, foi o próprio Caio Prado Jr. quem lhe deu a missão, instruindo-o a visitar, o mais breve possível, as cidades de Campinas, São Carlos, Dois Córregos, Bauru e Sorocaba. Caio Prado Jr. também forneceu os contatos que Rubens deveria fazer em cada local, finalizando com uma

⁴³² Esboça-se amplo movimento de solidariedade aos grevistas da Ítalo-brasileira. *A Platea*. São Paulo, 08/07/1935. P. 4.

orientação clara: “o que nos interessa, é saber realmente o que existe de concreto e de positivo, particularmente no setor sindical, porque não queremos dar pulos no escuro”. O secreta cumpriu a missão e, evidentemente, enviou um relatório detalhado não apenas para o diretório da ANL, mas também à Delegacia de Ordem Social.

Em Campinas, Rubens foi recebido por trabalhadores aliancistas da Companhia Paulista e verificou que a maior força da ANL em Campinas era entre os trabalhadores ferroviários, que em cada setor da Companhia Paulista já existia um Comitê Pró-ANL, bem como “grupos” e “brigadas” e, por fim, que apenas estariam esperando ordens da direção nacional e estadual para entrar em ação.

Em São Carlos, Rubens chegou a tempo de presenciar uma assembleia geral da ANL no município. Através dos contatos que fez ali, ele percebeu que o movimento sindical e a ANL haviam se fundido. A ferrovia facilitou a rápida instalação de núcleos aliancistas em cada cidade onde havia uma parada de trens, já estando constituídos em Rio Claro, Itapira, Bebedouro, Araraquara, Rincão e Nova Granada.

Em todos esses lugares havia “brigadas populares” organizadas, preparadas para a luta armada e os elementos mais ativos eram os ferroviários, mas a ANL também já estaria constituída em outros grupos de trabalhadores, como tecelões, força e luz e, em Araraquara, Dois Córregos, Campinas e Bauru, entre camponeses. Assustado com a força da ANL no interior do estado, o secreta concluiu que

[...] estamos realmente as portas de um grande movimento, que terá a princípio caráter grevista e logo transformar-se-á em movimento popular. Os dirigentes aliancistas, sindicais unitários etc., se esforçam para que os próximos movimentos operários e populares não sejam regionais ou estaduais, mas sim nacionais.

Daí a importância dada aos marítimos e aos ferroviários, por serem as corporações mais importantes no conjunto das forças trabalhistas do país.

Os movimentos gerais e parciais terão início logo que observem uma certa igualdade orgânica nos principais centros do país (S. Paulo, Rio, Pernambuco, P. Alegre, etc.) e logo que “amadurecer a agitação e preparação ideológica das amplas massas”, como afirmam em suas circulares internas⁴³³.

Em outro relatório do mesmo mês, Rubens apresenta ter plena compreensão da mudança de tática do PCB da “classe contra classe” para a política de “frente popular”, de maneira que todas as suas organizações auxiliares se transformaram no sentido de deixarem de ser organizações clandestinas de comunistas para tornarem-se organizações de massas, atuando na legalidade: a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB)

⁴³³ RUBENS. *Informe Reservado: Situação político-social no interior, através de algumas organizações político-sindicais*. São Paulo, 28/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 05. DEOPS – APESP.

transformou-se em Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB), a Federação da Juventude Comunista do Brasil se tornou Federação da Juventude Proletária, Estudantil e Popular e o Comitê de Mulheres Trabalhadoras evoluiu para União Feminina do Brasil. Por fim, a ANL, na concepção do secreta Rubens, seria o próprio PCB no terreno da legalidade. A política de frente popular, diz o agente policial, “mudou completamente a tática e métodos de ação, cujos resultados na prática estão sendo indiscutivelmente favoráveis ao Partido, pois, a agitação de massas nunca foi assim tão profunda, tão eficiente”⁴³⁴.

Ao mesmo tempo que construía organismos de mobilização de massa, congregando em uma luta comum amplos setores da população, o próprio PCB também crescia e se fortalecia, pois tratava de recrutar os elementos que se destacavam como líderes e organizadores das frentes populares. Assim, avaliava o secreta

Nunca, como agora, as agitações esquerdistas calaram tão profundamente no seio das massas operárias e populares. Nunca, os sindicatos operários tenderam tão aceleradamente para o esquerdismo. Nunca, finalmente, os comunistas encontraram tão profundo apoio nas empresas fundamentais [grifos do autor], fábricas, oficinas, campos, navios e quartéis. As células, os núcleos, os comitês de diferentes nomes, nunca encontraram um campo tão vasto, em consequência mesmo do caráter legal das principais fontes de agitação (ANL, CSUB, Congresso Juvenil etc). A nova tática adotada pelos comunistas, não só permite-lhes fazer seu “trabalho” no seio de amplas camadas populares, como ao mesmo tempo dar caráter legal as suas organizações, o que torna acessível ao acesso a novas camadas⁴³⁵.

O mesmo diagnóstico era compartilhado pelo secreta Guarany, que assim como Rubens, alertava a Delegacia de Ordem Social que “o movimento desenvolvido pela Aliança Nacional Libertadora (que podemos taxar de movimento do próprio Partido Comunista), está merecendo atualmente todas as atenções policiais” porque estaria “congregando todos os esquerdistas da Capital e do interior e infiltrando suas ideias subversivas em inúmeros sindicatos”⁴³⁶. A vigilância da Delegacia de Ordem Social sobre a ANL durante esses dias tornou-se tão aguda que na manhã do dia 05 de julho, durante uma caminhada de aliancistas até o túmulo do tenentista Siqueira Campos, um policial

⁴³⁴ RUBENS. *Contribuição à análise do movimento político-social do país, através de algumas organizações político-sindicais*. São Paulo, 06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 01. DEOPS – APESP.

⁴³⁵ RUBENS. *Contribuição à análise do movimento político-social do país, através de algumas organizações político-sindicais*. São Paulo, 06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 01. DEOPS – APESP.

⁴³⁶ GUARANY. *Informe Reservado*. São Paulo, 07/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 01. DEOPS – APESP.

perguntou a um fotógrafo dos *Diários Associados* se os aliancistas andavam em pequenos grupos por medo dos integralistas, recebendo como resposta que

eles dizem que saíram em pequenos grupos para evitarem um choque com os integralistas; mas pelo que eu ouvi, eles não tem medo dos integralistas e um grande medo de vocês da polícia, pois dizem que onde estão, tem dois “cães de fila” para cada aliancista...⁴³⁷

A ANL não parou suas atividades na segunda quinzena do mês de junho. No dia 20, o núcleo do Brás organizou uma palestra com João Penteado Stevenson sobre “O Imperialismo Avassalador”. No mesmo dia, o diretório estadual reuniu-se para preparar um comício que aconteceria no dia 23 em Campinas, dando início a uma nova caravana da ANL pelo interior do estado de São Paulo que deveria incluir as cidades de Chavantes e Pirajú. No dia 23, além do comício de Campinas, houve também comício anti-integralista ocorrido no bairro Itaquera, promovido pelo núcleo local da ANL⁴³⁸.

Boletins propagandísticos da ANL foram, outra vez, distribuídos pela cidade, em locais como quartéis da Força Pública e da Guarda Civil, bairros, cinemas e portas de fábricas. Miguel Costa estaria cumprindo a tarefa de conseguir para a ANL a adesão de todos os elementos tenentistas que participaram da revolta de 1924⁴³⁹. Orestes Ristori, que era membro do núcleo do Brás, ministrou palestras sobre o fascismo italiano nos primeiros dias do mês de julho⁴⁴⁰. Arrumava-se os pressupostos para uma gigantesca manifestação no dia de aniversário das revoltas tenentistas⁴⁴¹.

Durante esse tempo, o jornal *A Platea* passou por dificuldades financeiras, deixando de ser editado entre 18 e 30 de junho de 1935. Nas atividades da ANL, faziam-se pedidos de doação de dinheiro para que a ANL pudesse comprar *A Platea*. Contudo, o grande fiduciário da compra foi, mais uma vez, Caio Prado Jr, como nos conta Tito Batini.

Certo dia me aparece na redação [do jornal *A Platea*] Câmara Ferreira, que me apresenta o secretário-geral do Partido, o famoso “Miranda”, incumbindo-me de levá-lo à presença de Caio Prado.

[...]

Recebidos por Caio enterrado em seus livros, sempre muito falante, [Miranda] à força entendeu convencer-nos da rápida marcha de bem próximos

⁴³⁷ LIMA, Fábio Barbosa. *Relatório ao sr. Dr. Superintendente de Ordem Política e Social*. São Paulo, 05/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

⁴³⁸ AMATO, Primavera. *Boletim nº 591*: Relatório para o Delegado de Ordem Social. São Paulo, 20 – 21/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

⁴³⁹ *Boletim nº 594*. São Paulo, 23 – 24/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

⁴⁴⁰ *Boletim nº 602*. São Paulo, 01 – 02/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

⁴⁴¹ A ANL também usou da mídia paulistana para divulgar o seu comício do dia 05 de julho. Cf. Aliança Nacional Libertadora. *Folha da Manhã*. São Paulo, 04/07/1935; O Comício de hoje da Aliança Nacional Libertadora. *Diário de São Paulo*, 05/07/1935.

acontecimentos. Desde que eu o conhecera em 1930, sempre notara Caio pouco afeito a discussões, mas sua expressão mostrava pouca credulidade ante as afirmações de Miranda. [...]

Naquele momento, ambos calados ouvimos o chefe que procurava transmitir entusiasmo a seus comandados. Bem-falante, insinuante, citando Lênin e Stálin... contudo, e por fim, Caio se impacientando, dá um murro em sua mesa cheia de papéis e grita: “Mas, afinal, o que é que você quer?”

Sem dar mostras de susto, Miranda desvia o olhar para meu lado e diz: Bem, companheiro... *A Platea* está precisando de dinheiro para a compra de papel. Senão, para”⁴⁴².

Caio Prado Jr arrendou o jornal⁴⁴³, de maneira que a partir do dia 01 de julho de 1935, ele voltou a sair como um órgão comunicativo da ANL em São Paulo. As notícias sobre cotidiano diminuíram, os anunciados sensacionalistas de mortes brutais pela cidade de São Paulo, sempre acompanhadas de uma foto do defunto, tão recorrentes até então nas páginas do jornal *A Platea* desapareceram. Não apenas as notícias políticas passaram a sobrepor-se, mas nitidamente tomaram lado na luta política que atravessava o país. Enquanto *A Platea* era dirigido por Pedro Cunha, houve a oportunidade de Plínio Salgado anunciar a parada esportiva da AIB que deveria acontecer no dia 16 de junho e chegou a publicar algumas notícias favoráveis ao integralismo. Evidentemente, *A Platea*, arrendada por Caio Prado Jr., dirigida por Raphael Sampaio Filho e tendo como redator Chefe o jornalista Brasil Gerson, aboliu qualquer notícia positiva ao integralismo e deu largo espaço para a cobertura das atividades da ANL.

No dia de seu retorno, *A Platea* noticiou que a ANL se preparava para o 05 de julho, “em que se rememora a luta heroica dos combatentes de Copacabana e o movimento de 24”. Era prometido que Miguel Costa estaria presente no comício de São Paulo, ocasião em que também seria lido novo manifesto de Luiz Carlos Prestes à nação e ao Exército⁴⁴⁴. João Penteado Stevenson forneceu entrevista ao jornal explicando como a ANL reivindicava a herança política das revoltas tenentistas e a ligação histórica que pretendia ter com esses movimentos.

Como movimento de revolta contra o regime de opressão em que tem vivido o povo brasileiro, sob as garras do imperialismo e do latifúndio. O primeiro teve um caráter mais restrito, embora a bravura dos 18 do Forte houvesse comovido toda a massa do Brasil. Houve o despertar das consciências para os fenômenos sociais, apreciados até então, de uma maneira superficial pelos homens do governo. O segundo 5 de julho é uma consequência do primeiro, assim como o movimento de 30, que foi desvirtuado nos seus propósitos. Mas o espírito revolucionário persiste, agora mais esclarecido e com objetivos definidos, que se acham perfeitamente expresso no programa da Aliança Nacional

⁴⁴² BATINI, Tito. *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Editora Unicamp, 1991. P. 201.

⁴⁴³ Segundo Boletim da polícia política, o arrendamento de *A Platea* estava custando 30: 000\$000 mensais. Cf. AMATO, Primavera. *Boletim nº 591*: Relatório para o Delegado de Ordem Social. São Paulo, 20 – 21/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

⁴⁴⁴ A Aliança Nacional Libertadora comemorará em todo o Estado a data de 05 de julho. *A Platea*. São Paulo, 01/07/1935. P. 1.

Libertadora. É esta a herdeira direta dos movimentos de 22, de 24 e de 30. A revolução brasileira existe, pois, em estado latente. Houve como um preparo para a grande transformação social por que vem passando o país⁴⁴⁵.

Em outras palavras, para Stevenson, a ANL era o ponto culminante dos movimentos tenentistas, em que seus objetivos haviam se “esclarecido” e mais bem “definido” a partir de seu programa: os tenentistas tinham agora consciência de que sua luta só estaria ganha com a vitória sobre o latifúndio e o imperialismo, não podendo se “desvirtuar” como a Revolução de 1930, uma vez que o programa aliancista detectava o que deveria ser resolvido e com o que a “revolução brasileira” não deveria compactuar. Na mesma entrevista, Stevenson afirmou que o entusiasmo do povo para com a adesão de Luiz Carlos Prestes à ANL era a prova de que o Brasil estava próximo de uma “evolução em sentido radical” e, assim, a vitória da ANL realizaria os objetivos dos tenentistas que a Revolução de 1930 traiu.

No dia seguinte foi a vez de Caio Prado Jr. dissertar nas páginas do jornal *A Platea* sobre a relação entre a ANL e os movimentos tenentistas da década anterior. Segundo o historiador comunista, apesar de os movimentos militares de 1922 e 1924 terem se manifestado na forma de golpes militares desconexos de um movimento popular, eles “encarnaram o ideal de remodelação de nossa política”, de maneira que, assim, “ninguém lhes negará o conteúdo profundamente democrático, a sua orientação nitidamente no sentido da democracia”. A ANL seria continuadora dos movimentos tenentistas porque “ela é uma continuadora da luta pela democracia”, de modo que por isso “ela encarna o mesmo ideal dos revoltosos de 22 e 24” e as diferenças políticas e organizativas que ANL tinha com as revoltas tenentistas eram fruto justamente de uma nova orientação dadas por aqueles tenentes que foram derrotados e aprenderam com seus erros.

Os principais erros dos tenentistas que foram corrigidos pela ANL seriam a conexão com as massas e a delimitação nítida de objetivos políticos, de maneira que agora a luta pela democracia “se desenvolve no terreno de um amplo movimento de massas populares, na base de reivindicações concretas”. Para Caio Prado Jr, o tenentismo era caracterizado por manifestar seus objetivos políticos na forma de “sonho idealista”, o que teria sido fundamental para levá-lo ao fracasso. Ao contrário, a ANL tinha um programa fundamentado nas necessidades mais proeminentes do país: a libertação do imperialismo, a reforma agrária e a ampliação das liberdades populares. Era em torno desse programa

⁴⁴⁵ STEVENSON, João Pentead. 5 de julho é uma data duplamente importante para o povo brasileiro. *A Platea*. São Paulo, 02/05/1935. P. 6.

que a ANL buscava o apoio das massas populares, convidando-as para organizar-se para sua implementação⁴⁴⁶.

A edição do dia 05 de julho de *A Platea* foi uma edição especial, estampando em sua capa uma foto de Luiz Carlos Prestes como capitão, na ocasião do levante do 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo. Ao lado da foto de Prestes, estava o novo manifesto nacional da ANL cujo conteúdo ligava a vigência das liberdades democráticas à legalidade da ANL, de modo que “a sua vida legal não é consequência de meras formalidades exigidas por lei” e sim expressão da vontade e dos interesses populares, pois “a Aliança é o Povo e o Povo é a Aliança”⁴⁴⁷. Comparecia ainda um apelo aos integrantes da Força Pública de São Paulo, lembrando o papel dos soldados que faziam parte dela na revolta tenentista de 1924 e da época em que fora comandada por Miguel Costa⁴⁴⁸. No fim da página, em letras grandes, estava o convite da ANL para o comício que aconteceu no mesmo dia, às 20 horas, no Rink São Paulo⁴⁴⁹.

Na manhã deste 05 de julho, os aliancistas se reuniram às 8 horas da manhã na sede estadual da ANL e, então, saíram em grupos rumo ao Cemitério da Consolação, para visitar o túmulo do tenentista Siqueira Campos, onde ocorreram discursos de Stevenson e Thirso Martins Ladeira. Depois, rumaram para o cemitério de Santana, onde está sepultado Joaquim Távora e, em frente ao seu túmulo, discursaram João Felipe Wanderley e Caio Prado Jr. A sede da ANL permaneceu presenciando constante movimento, com seus dirigentes trabalhando para que tudo ocorresse perfeitamente no comício da parte da noite⁴⁵⁰.

Ao fim da tarde, as pessoas começaram a chegar no Rink de São Paulo. Segundo *A Platea*, “as 20 horas uma formidável massa composta de alguns milhares de pessoas” ocupou o salão por completo e entoava, mais uma vez, o Hino da ANL⁴⁵¹. Dias depois, Caio Prado Jr afirmou em texto n’*A Platea* que o público teria chegado a

⁴⁴⁶ PRADO JR., Caio. A Aliança Nacional Libertadora e o 5 de julho. *A Platea*. São Paulo, 03/07/1935. P. 3.

⁴⁴⁷ Greve Geral se houver golpe fascista: o Diretório Nacional da ANL lança um manifesto à nação. *A Platea*. São Paulo, 05/07/1935. P. 1.

⁴⁴⁸ A Força Pública e o 5 de julho. *A Platea*. São Paulo, 05/07/1935. P. 1.

⁴⁴⁹ A Aliança Nacional Libertadora convida todo o povo de São Paulo. *A Platea*. São Paulo, 05/07/1935. P. 1.

⁴⁵⁰ Não foi lido, no comício realizado no São Paulo Rink, o manifesto de Luiz Carlos Prestes. *Correio de São Paulo*. São Paulo, 06/07/1935.

Boletim nº 605. São Paulo, 05/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

⁴⁵¹ O meeting de ontem da Aliança Nacional Libertadora foi um dos mais impressionantes acontecimentos populares dos últimos tempos. *A Platea*. São Paulo, 06/07/1935. P. 6.

aproximadamente seis mil pessoas⁴⁵², enquanto matéria do *Correio Paulistano* calculou a assistência em cerca de três mil⁴⁵³. O policiamento foi, novamente, pesado, constituído por cem inspetores de segurança espalhados nos pontos vizinhos do Rink e em meio ao público, dez praças de cavalaria e vinte de infantaria e trinta guardas que foram distribuídos na rua que circula o Rink. Entretanto, nenhum conflito ocorreu até o final do comício.

O público da manifestação era constituído por representantes de todos os sindicatos e organizações proletárias de São Paulo, de maneira que “no meio da multidão lá se destacara o elemento feminino”⁴⁵⁴. Os agentes do DEOPS, por sua vez, viram apenas “inúmeros estrangeiros, em sua maioria húngaros, israelitas, polacos e alemães”⁴⁵⁵. As falas dos oradores começaram às 20h30 e no conteúdo destacou-se uma espécie de batalha pela memória das revoltas populares de São Paulo e do Brasil, sobretudo as revoltas tenentistas, mas também foi lembrada a greve geral de 1917. Caio Prado Jr., como de costume, abriu os discursos do evento, mas grande destaque foi dado à Miguel Costa, cujo discurso foi publicado na íntegra por *A Platea* no dia seguinte.

Miguel Costa prestou homenagem à ANL em nome dos combatentes que morreram pela revolução, pois ela seria a organização que arregimentava em seus quadros a maioria do povo brasileiro que objetivava “enfim, implantar no país um regime verdadeiramente democrático como aquele que sonharam e pelo qual dera sua vida os heróis de Copacabana, de Catanduvás e os soldados da Coluna Prestes”. Miguel Costa declarou que “não fomos felizes com o movimento de 30”, pois apesar do clamor do povo, ele fora capturado pelo “egoísmo e ambição de quase todos os dirigentes”, de tal sorte que principalmente a “falta de uma orientação definida terminaram por inutilizar o esforço coletivo. O governo saído da Revolução de 1930 em nada teria contribuído para superar a situação anterior do país, substituindo velhas leis autoritárias por outras novas, aumentando os impostos, vendo inerte a carestia de vida e o desemprego, sempre

⁴⁵² PRADO JR. Caio. Todo Poder à Aliança! *A Platea*, 08/07/1935. P. 1.

⁴⁵³ Não foi lido, no comício realizado no São Paulo Rink, o manifesto de Luiz Carlos Prestes. *Correio de São Paulo*. São Paulo, 06/07/1935.

A historiadora Marly Vianna, em seu livro sobre o levante nacional libertador de 1935, afirma que “em São Paulo, o 5 de julho foi comemorado por mais de 10 mil pessoas”. Cf. VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 146.

⁴⁵⁴ O meeting de ontem da Aliança Nacional Libertadora foi um dos mais impressionantes acontecimentos populares dos últimos tempos. *A Platea*. São Paulo, 06/07/1935. P. 6.

⁴⁵⁵ CUNHA, Luiz Tavares da. Relatório ao Superintendente de Ordem Política e Social. São Paulo, 06/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

acompanhado da diminuição dos salários dos operários, cujos patrões “se julgam no direito de cada vez exigir mais...”.

O ex-comandante da Coluna Costa-Prestes apresentou a insurreição paulista de 1932 como “mal-conduzida”, mas mesmo assim prova cabal de que o governo de Getúlio Vargas falhara em atender aos anseios de liberdade do povo. Declarou também que “é claro que o povo anda cansado dessa democracia de rótulos. Os anseios de hoje são da verdadeira soberania popular”. Não se referiu diretamente ao fascismo, mas falou que a democracia só é temida por “aqueles que abdicam de seus direitos, jurando obediência eterna a um só chefe”. Por fim, seu apoio enfático ao programa da ANL foi exposto na asserção de que

A democracia verdadeira, entretanto, só poderá ser praticada por um governo realmente democrático, não dependente dos imperialismos, que nos asfixiam, sugando as energias da nação. Por um governo que não vá tomar posse em Londres, New York, Roma ou Berlim. Que tome posse no Brasil, governo exclusivamente de acordo com os interesses da Nação, para poder, enfim, resolver de uma vez as necessidades das massas trabalhadoras, sempre oprimidas e exploradas. Só um governo assim, realmente amparado no povo, poderá resolver os diferentes problemas nacionais, inclusive os de amparo à lavoura, livrando-nos das garras do imperialismo, procedendo a uma mais racional distribuição das riquezas, extinguindo os latifúndios, doa isso ou não doa aos bancos aqui estabelecidos com capital estrangeiro, que nunca chegou ao Brasil⁴⁵⁶.

Miguel Costa encerrou seu discurso com saudações à Luiz Carlos Prestes e “ao povo que nos apoia”, justificando a brevidade de sua fala pelo pouco tempo disponível. Não declarou em momento algum falar em nome da ANL ou fazer parte dela. Em relatório à Superintendência de Ordem Política e Social, o inspetor Luiz Tavares da Cunha salientou ao delegado que Miguel Costa “se esquivou de dizer que pertencia, ou mesmo, que aderiria às hostes aliancistas, o que não esperavam os assistentes que, na certa, se desapontaram com a atitude do antigo componente da Coluna Prestes”⁴⁵⁷. Como é sabido, apesar de Luiz Carlos Prestes desejar que Miguel Costa fosse o comandante da ANL em São Paulo – e não o civil Caio Prado Jr. – este teve grande resistência em assumir o posto e evitava ao máximo retornar para a linha de frente da luta política.

Depois de Miguel Costa, falou o jornalista Colbert Malheiros, que assim como o comandante tenentista, trouxe a memória das lutas desde 1922, buscando fazer do movimento da ANL a verdadeira continuadora da luta dos tenentes, descredibilizando o governo de Getúlio Vargas como fruto dessas lutas, uma vez que, nas palavras de

⁴⁵⁶ O general Miguel Costa toma posição! *A Platea*. São Paulo, 06/07/1935. P. 1.

⁴⁵⁷ CUNHA, Luiz Tavares da. *Relatório ao Superintendente de Ordem Política e Social*. São Paulo, 06/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Malheiros, “sabemos quem nos roubam o pão, dos que nos roubam a terra e dos que nos roubam a liberdade”.

Luiza Branco falou pelo departamento feminino da ANL e se dirigiu as mulheres presentes no auditório, principalmente as operárias grevistas da Ítalo-brasileira. Afirmou que as mulheres eram a vanguarda da luta nacional libertadora, “pois o sofrimento nos fez fortes, clarividentes, corajosas”, e portanto, capazes de auxiliar a luta pela libertação do Brasil, ocasião em que hasteariam a bandeira de Siqueira Campos sobre o Forte de Copacabana e então “outra vez, três tiros serão dados para aviso de que a liberdade está conquistada e mais um como ponto final ao imperialismo, ao latifúndio e ao fascismo”⁴⁵⁸.

Falou então o operário Benedicto Florêncio como representante da “raça negra”. Benedicto teria subido no coreto do Rink de São Paulo e dali proferiu seu discurso, arrancando palmas do público. Dirigiu-se as massas afirmando falar em nome do “Brasil negro, Brasil escravo, do escravo que construiu com o tremendo drama do cativo, a grandeza desse país”. Continuou: “A minha raça também está possuída da maior vibração, vendo que a criança lança o seu grito de revolta, que a mulher se levanta pela libertação, que une até a qualidade de novo Cristo, o povo brasileiro terá logo pão, terra e liberdade”⁴⁵⁹. Benedicto terminou sua fala dando vivas à Abissínia e morras à Mussolini.

O Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular se fez representar por Noé Gertel, que era também dirigente da Juventude Comunista. Gertel conduziu seu discurso no sentido de denunciar a exploração da juventude operária nas fábricas e chamar essa juventude ao combate contra o imperialismo e o fascismo. Terminou o discurso afirmando que a mocidade jamais faria parte do exército de Plínio Salgado, mas do de Luiz Carlos Prestes, que vingaria a morte de Décio de Oliveira e Tobias Warchavsky.

Armando Laydner, do sindicato dos ferroviários da Sorocabana, avisou ao público que o manifesto de Luiz Carlos Prestes não poderia ser lido, visto que o mensageiro que o trazia não chegou a São Paulo, por razões desconhecidas, mas que havia a possibilidade de ter sofrido uma interceptação da polícia, que desde o dia anterior teria realizado uma série de prisões de aliancistas no Rio de Janeiro. Por conta disso, antes do fim da reunião, Caio Prado Jr. propôs que se enviasse um telegrama de protesto contra as prisões de aliancistas na capital da República.

⁴⁵⁸ O meeting de ontem da Aliança Nacional Libertadora foi um dos mais impressionantes acontecimentos populares dos últimos tempo. *A Platea*. São Paulo, 06/07/1935. P. 6.

⁴⁵⁹ O meeting de ontem da Aliança Nacional Libertadora foi um dos mais impressionantes acontecimentos populares dos últimos tempo. *A Platea*. São Paulo, 06/07/1935. P. 6.

Dentre as pessoas notórias da vida política paulistana presentes no auditório, mas que não fizeram falas nem participaram da mesa de direção do comício, a polícia política tomou nota de Mauricio Goulart, Clovis Gusmão e sua esposa Inês Gusmão, o chefe integralista José de Arruda Simões, Miguel Costa Filho, Ladislau de Camargo, Orestes Ristori e Oswald de Andrade. Estavam presentes também os trotskistas Fúlvio Abramo, Victor de Azevedo Pinheiro e Manoel Medeiros. Mesmo alguns anarquistas se fizeram comparecer, sendo eles Hermínio Marcos e Pedro Catallo. O comício da ANL terminou às 23h30, sem a ocorrência de conflitos⁴⁶⁰.

Mais uma vez realizada com grande entusiasmo, o comício da ANL deixava exaltados os ânimos de seus aderentes. O *Manifesto de 5 de julho* de Luiz Carlos Prestes só foi conhecido pelo público de São Paulo no dia seguinte, 6 de julho, por meio das páginas de *A Platea*, que o publicou na íntegra. A palavra de ordem lançada pelo presidente honorário da Aliança, *Todo Poder à ANL*, que descontentou membros da alta patente tenentista, como Hercolino Cascardo e Miguel Costa, parece ter sido acatada sem maiores objeções pelo presidente paulista da organização, Caio Prado Jr., que no dia 8 de julho publicou texto dizendo

Luiz Carlos Prestes termina seu manifesto ontem divulgado no país, com a palavra de ordem, “Todo poder à Aliança Nacional Libertadora”. A Aliança já tomou vulto suficiente. Já penetrou bastante na vida política do país para que esta palavra de ordem deixe de ser uma perspectiva longínqua, para tornar-se uma reivindicação imediata. A Aliança quer o poder e vai disputá-lo imediatamente para realizar o seu programa. Não é esta uma afirmação quixotesca. Não há quem não sinta hoje o que a Aliança representa na vida brasileira⁴⁶¹.

Assim, pelo menos a primeiro momento, a direção estadual da ANL parece ter compartilhado o “baluartismo” que tomou conta dos dirigentes nacionais do PCB e da ANL durante este período. No dia 7 de julho, o jornal aliancista carioca *A Manhã* dizia em seu editorial que a comemoração de 5 de julho foi uma “vitória definitiva da ANL”⁴⁶² e *A Platea*, em São Paulo, seguia no mesmo tom, dizendo que “a Aliança Nacional Libertadora infringiu ao governo, ao fascismo, aos imperialistas, a todos os inimigos do povo, a maior e mais fragorosa das derrotas”⁴⁶³.

⁴⁶⁰ *Boletim* n° 605. São Paulo, 05/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Ainda sobre o comício da ANL de 5 de julho em São Paulo Cf. Os Comícios da Aliança Nacional Libertadora. *Folha da Noite*. São Paulo, 06/07/1935; Não foi lido, no comício realizado no São Paulo Rink, o manifesto de Luiz Carlos Prestes. *Correio de São Paulo*. São Paulo, 06/07/1935.

⁴⁶¹ PRADO JR. Caio. *Todo Poder à Aliança! A Platea*. São Paulo, 08/07/1935. P. 1.

⁴⁶² A ANL é o povo. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 07/07/1935. P. 1.

⁴⁶³ Lido na Câmara, pelo deputado Octavio da Silveira, o manifesto do general Luiz Carlos Prestes à Nação e ao Exército. *A Platea*. São Paulo, 06/07/1935. P. 1.

A reação das forças governamentais, porém, não tardaram a aparecer. Enquanto as atividades da ANL seguiram normalmente em São Paulo, com comícios e reuniões dos núcleos de bairro e mesmo fundação de novos núcleos, como por exemplo, os núcleos de Vila Maria e Vila Anastácio⁴⁶⁴, o I Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular foi dissolvido pela polícia. Ao mesmo tempo, a polícia carioca começou o fechamento de sedes da ANL, o Ministro Vicente Rao pediu a prisão dos dirigentes nacionais libertadores e as manifestações de rua foram proibidas servindo-se como justificativa a greve dos operários da Companhia Cantareira.

Continuando suas atividades e buscando denunciar o início da repressão, os aliancistas usaram a data do 9 de julho para fazer considerações a respeito da “Revolução” Constitucionalista de 1932. Sobre o 9 de julho de 1932, a Aliança Nacional Libertadora denunciava os dirigentes do movimento como imperialistas e plutocratas, mas rendia homenagens aos jovens democratas que, “iludidos”, se sacrificaram nas trincheiras lutando contra o governo de Getúlio Vargas.

Pelo sentido político que lhe deram os seus dirigentes, o movimento de 1932 não tinha finalidades democráticas, nem se destinava a satisfazer as aspirações populares. Ele foi preparado friamente para atender os interesses palpitantes dos grupos imperialistas que atuam em São Paulo e o da plutocracia local, que precisavam, ambos, de melhores agentes de seus negócios no poder central.
[...]

Explorando habilmente os desmandos do governo odioso do sr. Getúlio Vargas, sobretudo salientando os vexames a que ele expôs o povo paulista, foi fácil a esses expertos financistas e políticos empolgar a mocidade de São Paulo para trucidá-la nas trincheiras.

O 9 de julho não é, para a Aliança Nacional Libertadora, um dia de festas, mas de luto.

A Aliança se associa – isto sim – aos que foram iludidos, e presta a sua comovida homenagem aos que se sacrificaram por uma causa que supunham ser do povo e que era apenas a causa dos que o exploravam⁴⁶⁵.

Com isso, os aliancistas buscavam conquistar para a frente popular o apoio daqueles jovens de classe média e operários que acreditaram na causa constitucionalista e democrática da revolta de 1932, sem deixar de dizer a realidade sobre o que pensavam sobre o movimento. A ANL operava, dessa maneira, uma espécie de cisão entre os sujeitos da 'revolução' de 1932: os dirigentes imperialistas e plutocratas de São Paulo, e os jovens explorados pelas falsas promessas desses dirigentes. A ANL se colocava ao lado dos jovens. A causa da libertação nacional era a dos democratas que participaram sinceramente da revolta de 1932, e não a dos seus dirigentes, que ansiavam pelo governo central para perpetuar o poder da burguesia de São Paulo sobre o país. A ocorrência do

⁴⁶⁴ Aliança Nacional Libertadora. *A Platea*. São Paulo, 08/07/1935. P. 1.

⁴⁶⁵ A Aliança e o 9 de julho. *A Platea*. São Paulo, 09/07/1935. P. 1.

Congresso da Juventude no mesmo dia não era fortuita e é nítido que a ANL buscava dialogar justamente com a juventude. O Congresso pretendia realizar homenagem aos jovens mortos na revolta de 1932 e, neste mesmo número de *A Platea*, comparece artigo de Armando Sacchetta [possível pseudônimo de Hermínio Sacchetta, então dirigente do PCB em São Paulo] sobre o *9 de julho e a juventude*⁴⁶⁶.

A repressão ao Congresso da Juventude se mostrou um prenúncio do que viria no dia seguinte, precipitando o fim da legalidade do movimento aliancista não apenas em São Paulo, mas no Brasil todo. Em 11 de julho de 1935, Getúlio Vargas assinou o decreto de fechamento da ANL, servindo-se da Lei de Segurança Nacional, declarando-a um instrumento a serviço do comunismo. O Diretório Nacional da ANL lançou manifesto, reproduzido em *A Platea*, apelando ao povo brasileiro, aos democratas sinceros, aos operários, às Forças Armadas, que se levantassem em revolta, a favor da liberdade para a Aliança⁴⁶⁷.

A notícia sobre o decreto de fechamento da ANL não teve confirmação imediata em São Paulo nem por parte da polícia, nem por parte do diretório estadual aliancista, mas no dia 13 de julho, as nove horas da manhã, a polícia política fechou a sede paulista da ANL, na rua 11 de agosto, número 22, nos arredores da Praça da Sé. Na ocasião, prendeu Nicolau Zumbano, aliancista que havia dormido na sede para fazer a sua guarda e executou minuciosa revista no estabelecimento⁴⁶⁸.

A polícia fez uma vistoria em todos os objetos no interior da sede⁴⁶⁹, encontrando entre os itens, na maioria típicos de escritório, como mesas, arquivos, máquinas de escrever, tinteiros etc., um quadro de Luiz Carlos Prestes e um quadro representando os 18 do Forte de Copacabana. Um boletim policial informa que os membros do diretório estadual tiveram tempo entre os dias 11 e 13 para retirar do local os documentos mais importantes, cuidando para que não fossem confiscados⁴⁷⁰.

O *Diário da Noite*, cobrindo o caso, entrevistou Caio Prado Jr., que protestou dizendo que “a violência da polícia paulista enche-nos de asco”, pois teria aplicado as

⁴⁶⁶ SACCHETTA, Armando. O 9 de julho e a juventude. *A Platea*. São Paulo, 09/07/1935. P. 2.

⁴⁶⁷ A Aliança Nacional Libertadora dirige-se ao povo do Brasil. *A Platea*. São Paulo, 11/07/1935. P. 1.

⁴⁶⁸ Foi fechada a sede da Aliança Nacional Libertadora em São Paulo. *Folha da Noite*. São Paulo, 13/07/1935.

⁴⁶⁹ Todos os detalhes da vistoria da sede da ANL-SP estão descritos no seguinte documento: *Auto de Rolamento*. São Paulo, 13/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 08. DEOPS – APESP. Folhas 08 e 09.

⁴⁷⁰ Excerto de boletins policiais. São Paulo, 18/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 03. DEOPS – APESP.

ordens do Decreto nº 229 antes mesmo da publicação do mesmo no Diário Oficial. Prado Jr., dizia, “para manter a segurança a polícia age, em 90% dos casos, fora da lei”⁴⁷¹.

Também o Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Arthur Leite de Barros, prestou entrevista ao *Diário da Noite*, afirmando que teria despachado ordem de fechamento não apenas para a sede central da ANL, mas também para a sede de dezesseis núcleos de bairro e outros seis em cidades do interior do estado. Além disso, qualquer pessoa que fosse flagrada pela polícia distribuindo boletins aliancistas ou convocando os operários para greve, deveria receber imediata ordem de prisão⁴⁷².

O jornal *A Platea* seguiu rigorosamente a argumentação de Caio Prado Jr., publicando matérias em que buscava evidenciar o caráter inconstitucional do fechamento da ANL. Assim, por meio de entrevista com o jurista Abraão Ribeiro, dizia que não pode “ser condenável o bater-se alguém contra o latifúndio, contra o pagamento das dívidas JÁ PAGAS [caixa alta do texto original], e muito menos o bater-se pelas liberdades democráticas”⁴⁷³. Na mesma edição, publicava uma moção de apoio à ANL feita pelos sindicatos paulistanos⁴⁷⁴.

O PCB, de início, não tomou consciência da gravidade do perigo que corria a ANL em São Paulo e, portanto, a continuidade da política de frente popular. No dia 12 de julho, um dia antes do fechamento da sede central da ANL, mas já depois de assinado o Decreto que a jogava na ilegalidade, o CR-SP escreveu ao Comitê Central dizendo

Sobre nossos trabalhos aqui, vão marchando regularmente. Vejamos a ANL. Vai se desenvolvendo rapidamente em todo o estado. Os núcleos de bairro na cidade, vão aumentando com rapidez. Já existem 35 núcleos nos bairros, nas fábricas é que não marcha no mesmo ritmo, mas vai. [...] Agora, frente às ameaças da reação em querer fechar todas as organizações da ANL e pô-la na ilegalidade, estamos mobilizando toda a população por meio dos sindicatos e pelos próprios núcleos da ANL para desencadear lutas pelas liberdades democráticas, ligando às reivindicações proletárias e populares⁴⁷⁵.

Apenas no dia seguinte, em nova carta ao CC, é que os comunistas se deram conta que a situação com a caída da ANL na ilegalidade era “tensa”, mas mantinham a

⁴⁷¹ PRADO Jr. Caio. Entrevista ao Diário da Noite. *Diário da Noite*. São Paulo, 13/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 02. DEOPS – APESP.

⁴⁷² A Palavra do Secretário de Segurança Pública. *Diário da Noite*. São Paulo, 13/07/1935.

⁴⁷³ O fechamento da Aliança Nacional Libertadora é uma medida inconstitucional. *A Platea*. São Paulo, 13/07/1935. P. 4.

⁴⁷⁴ Os Sindicatos de São Paulo protestam contra o fechamento da ANL. *A Platea*. São Paulo, 13/07/1935. P. 4.

⁴⁷⁵ CASTRO [Sebastião Francisco]. *Aos camaradas do CC*. São Paulo, 12/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 04. DEOPS – APESP.

esperança de greves em várias categorias de operários e nas próximas mobilizações das massas aliancistas⁴⁷⁶.

A ANL já havia convocado dias antes novo comício no Rink de São Paulo, em comemoração ao aniversário da tomada da Bastilha, durante a Revolução Francesa, no dia 14 de julho, às 15 horas. Com o fechamento das sedes aliancistas, o comício tomou perspectiva de protesto pela legalidade da ANL e início de um movimento de resistência que poderia desaguar em movimento grevista de caráter político. Na noite do dia 13 para 14 de julho teria ocorrido a escrita em muros, com giz e carvão, dos dizeres “compareçam em massa ao comício da ANL e declarem greve geral em sinal de protesto ao seu fechamento” com a foice e o martelo desenhado ao lado. Panfletos com o mesmo conteúdo teriam sido distribuídos nos bondes da cidade de São Paulo e no cais e navios de Santos.⁴⁷⁷

No dia 14 de julho às quinze horas, o prédio do Rink de São Paulo encontrava-se cercado pela polícia, que impediu a entrada de “uma grande massa popular” que se dirigia para o local, avisando-a de que o comício não ocorreria, pois a ANL não era mais uma organização legal e suas manifestações estavam proibidas judicialmente. Entretanto, os populares aliancistas resolveram improvisar um protesto contra o fechamento da ANL na Praça Ramos de Azevedo, ao lado do Teatro Municipal. Oradores anônimos ocuparam a tribuna, feita de súbito ao pé da estátua de Carlos Gomes, chamando a classe operária à greve geral. Após os discursos, a massa aliancista atravessou o Viaduto do Chá e ao chegarem na Praça do Patriarca, foram abordados pela polícia que bombardeou a multidão com gás lacrimogêneo, dispersando-a.

Houve comícios relâmpagos no Largo do Cambuci. Na Mooca, aliancistas tentaram convencer operários a entrar em greve e acabaram em conflito com a polícia. Também na Água Branca, os operários da fábrica Mattarazzo trocaram tiros com policiais ao se verem reprimidos em manifestação à favor da legalidade da ANL. A cidade de São Paulo foi tomada, por todo este dia, pela cavalaria da Força Pública, que exerceu severo policiamento pelas ruas e até o final dele, havia prendido dezesseis aliancistas⁴⁷⁸. Ladislau de Camargo e Benedicto Dias Baptista, ambas lideranças da ANL-SP e do PCB,

⁴⁷⁶GRASSI [Esteban Peano]; CASTRO [Sebastião Francisco]. *Aos camaradas*. São Paulo, 14/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 04. DEOPS – APESP.

⁴⁷⁷ *Excerto de boletins policiais*. São Paulo, 18/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 03. DEOPS – APESP.

⁴⁷⁸ Dissolvido a bombas um comício da Aliança Nacional Libertadora. *Diário da Noite*. São Paulo, 15/07/1935. P. 1.

assim como do Sindicato dos Ferroviários da Sorocabana, foram presos na parte da noite, abordados em suas casas pela polícia⁴⁷⁹.

No mesmo dia, as dez horas da manhã, a polícia invadiu o edifício em que funcionava o editorial do jornal *A Platea* e apreendeu todos os exemplares impressos por conter artigos considerados “subversivos”. Tais textos eram a matéria de página, em que se dizia que o povo de São Paulo resistia ao fechamento da ANL, que a ANL continuaria agindo mesmo na ilegalidade e um comunicado em nome do I Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular⁴⁸⁰.

Dois dias depois, ao meio-dia, por receber notícias de que a direção da ANL continuava a se reunir e se organizar na sede do jornal *A Platea*, a polícia política mais uma vez efetuou uma batida na sede do jornal e deu ordem de prisão aos redatores. Além dos jornalistas de *A Platea*, foram levados para a Delegacia de Ordem Pública e Social, Caio Prado Jr., João Penteado Stevenson, Eduardo Sucupira Filho e Augusto Pinto⁴⁸¹. Depois de mais dois dias detidos, prestando depoimentos a polícia, foi instaurado inquérito pedindo a prisão preventiva dos dirigentes estaduais da ANL que, assim, permaneceram presos⁴⁸² até o dia 23 de julho, quando o juiz Vieira Ferreira ordenou a soltura, visto que “não ocorreram no caso, as condições legais que autorizam esta medida”⁴⁸³.

A ANL buscou de todas as maneiras manter-se como um organismo vivo e funcional mesmo na ilegalidade e tentou, por meio de mandado de segurança, anular o Decreto 229⁴⁸⁴. Buscou também mobilizar as massas, sobretudo a classe operária, em torno de manifestações e greves que pedissem sua liberdade, mas em todos os casos não logrou sucesso. Um a um, as sedes nos núcleos de bairro foram fechadas, seus dirigentes e membros mais destacados foram perseguidos e presos, os militantes tenentistas foram afastados para guarnições distantes e submetidos a inquéritos policiais e, aos poucos, os membros foram se dispersando e os núcleos foram deixando de funcionar. Os militantes do PCB, os mais ativos do PSB e dos tenentistas foram responsáveis por dar alguma

⁴⁷⁹ Prisão de dois líderes ferroviários. *A Platea*. São Paulo, 16/07/1935. P. 3.

⁴⁸⁰ A Polícia apreendeu a edição de hoje de *A Platea*. *Folha da Noite*. São Paulo, 15/07/1935. P. 5.

⁴⁸¹ Prisão de redatores da *Platea* e dirigentes da ANL. *Correio Paulistano*. São Paulo, 18/07/1935. P. 1.

Nossos redatores continuam encarcerados! *A Platea*. São Paulo, 18/07/1935. P. 1.

⁴⁸² A atividade subversiva da Aliança Nacional Libertadora em São Paulo. *Correio de São Paulo*. São Paulo, 20/07/1935. P. 8.

⁴⁸³ Ainda há juízes no Brasil. *A Platea*. São Paulo, 24/07/1935. P. 1.

⁴⁸⁴ No dia 17 de julho, Herculino Cascardo entra com Mandado de Segurança em favor da ANL, mas desprezado pelo Procurador-Geral da República, Carlos Maximiliano e vítima de chacota pela imprensa, o Mandado é indeferido unanimemente, em agosto, pelo Supremo Tribunal Federal. Cf. CARONE, Edgard. *A República Nova (1930 – 1937)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. P. 261.

sobrevida à ANL paulista na ilegalidade, mas ela jamais voltou a ter a pujança política que tivera enquanto era um organismo legal, tornando-se ineficiente para realizar a política de frente popular.

Com exceção de Nelson Werneck Sodré, que acreditava que a "doença incurável" da ANL era sua continuidade com o tenentismo — um movimento já derrotado e sem importância na conjuntura política da época —, os autores concordam que a ANL não conseguiu desencadear uma revolta popular em defesa de sua legalidade devido à sua imaturidade como organização política. Eles apontam que a ANL deveria ter se baseado em um movimento de massas organizado e ativo, e que a radicalização do discurso estava desconectada do nível de consciência da classe trabalhadora naquele momento. Essa análise, feita em âmbito nacional, também é válida para a seção paulista da ANL.

Assim sendo, para Anita Leocadia Prestes, o processo de constituição da ANL enquanto frente popular estava ainda em estágio inicial, não tendo consistência para organizar e mobilizar os setores populares em um enfrentamento direto contra o governo. Além disso, a radicalização do discurso aliancista com o *Manifesto de 5 de julho* levantava concepções golpistas e, portanto, sectárias, dificultando o avanço da organização popular⁴⁸⁵.

Marly Vianna, por sua vez, destaca que a distância entre as palavras de ordem da ANL e o nível de consciência de classe do operariado era muito grande. A ANL agia mobilizando o povo, fazendo manifestações espetaculares pelas reivindicações imediatas e contra os bandos integralistas, mas nada disso implicava qualquer atitude mais consequente, de modo que a vontade de luta das massas não ultrapassava esse nível⁴⁸⁶. Em outras palavras, a grande massa popular que militava na ANL estava disposta a participar de grandes protestos em favor de suas reivindicações, mas não estava disposta a rifar a própria pele em movimentos grevistas e insurreições.

Próximo à explicação das duas autoras está também a de Marcos Del Roio, para quem os comunistas não se deram conta de que a ANL tinha um caráter tático defensivo na conjuntura que se apresentava, de maneira que sua tarefa era acumular forças no longo prazo, organizando as classes subalternas, principalmente os trabalhadores agrários, com

⁴⁸⁵ PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Petrópolis: Vozes, 1997. P. 123.

Esta mesma avaliação é repetida pela autora em sua mais recente biografia sobre Luiz Carlos Prestes. Cf. PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes: Um Comunista Brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015. P. 175.

⁴⁸⁶ VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 147 – 148.

o objetivo de deter o processo de fechamento da democracia brasileira, revogando a Lei de Segurança Nacional e impedindo a continuidade e fortalecimento do integralismo. Ao instaurar uma tática ofensiva com o *Manifesto de 5 de julho*, a ANL precipitou-se em um embate direto com o governo federal, não tendo ainda as forças sociais necessárias para vencer tal contenda, o que a levou para a liquidação⁴⁸⁷.

É difícil precisar qual foi a dimensão que a ANL-SP conseguiu chegar enquanto esteve na legalidade. Um relatório enviado a Delegacia de Ordem Política e Social define, baseada nos documentos apreendidos pela polícia política que seriam 8 núcleos na capital e 8 núcleos no interior, totalizando 16, que corresponderiam a 889 membros, de maneira que 188 estariam radicados na capital e 701 no interior do estado⁴⁸⁸.

Entretanto, entre os documentos da ANL-SP apreendidos pela mesma polícia política, existe uma lista contendo os núcleos, diretório municipal e diretório estadual da organização, com os nomes dos membros de cada organismo. Neste documento é possível contar 28 núcleos só em São Paulo Capital, com 145 membros⁴⁸⁹. Trata-se de um levantamento que o DEOPS estava construindo sobre a relação de organismos e membros da ANL-SP. Alguns dos núcleos desse documento não listam nenhum nome, deixando escrito apenas a frase “em investigação”.

Outros tantos organismos presentes no documento, tem poucos nomes listados quando sabemos que, segundo os estatutos da ANL, cada núcleo deveria ter pelo menos 10 aderentes para ser fundado. Se os aliancistas estivessem cumprindo rigorosamente seus estatutos, sem “baluartismo” quanto ao número de membros e sem fundar núcleos com menos de 10 pessoas apenas para inflar artificialmente o tamanho da frente popular, podemos dizer que a ANL em São Paulo, capital, teria, no mínimo, 280 aderentes, com a certeza de que o número real seria maior.

Entretando, fazendo um levantamento da quantidade de organismos em todas as fontes por nós consultadas, tanto materiais do DEOPS quanto aquelas anunciadas nas páginas das edições do jornal *A Platea*, conseguimos contabilizar um total de 65 núcleos da ANL no estado inteiro, de maneira que 33 estavam na capital e 32 encontravam-se no interior. Tomando a regra de, no mínimo 10 membros por núcleo, corresponderiam a,

⁴⁸⁷ DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990. P. 293.

⁴⁸⁸ *Relatório sobre o fechamento da ANL*. São Paulo, 08/1935. P. 2. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 01. DEOPS – APESP.

⁴⁸⁹ *Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo, s.d. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 07. DEOPS – APESP.

pelo menos, 650 militantes, mas poderíamos ter certeza de que eram mais. Caberia ainda dizer que na cidade de São Paulo 19 núcleos eram de bairro e 14 de categoria de trabalhadores, incluindo o núcleo dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo William Waack, a ANL contava com cerca de 500 militantes na cidade de São Paulo, já na ilegalidade, em novembro de 1935, o que indica a possibilidade de esse número ter sido bem maior nos idos de junho e julho, quando a organização estava no auge⁴⁹⁰.

Como ponderou João Fábio Bertonha ao tentar calcular a dimensão do movimento antifascista italiano em São Paulo – que se diga de passagem, integrou-se à ANL em 1935 – a inscrição formal em uma organização política não é a única maneira de demonstrar exercer atividades a favor dela ou concordar e contribuir de alguma maneira para sua causa. Aliás, é bastante provável que muitas pessoas fossem favoráveis à ANL, mas não se inscrevessem oficialmente em suas hostes por medo da perseguição policial e patronal. Assim, outro indicativo de quantos aliancistas existiam na cidade de São Paulo é o número de pessoas que costumava comparecer em seus comícios, o que também é incerto, pois como foi visto, para a maior parte dos comícios as fontes não estimam números, mas apenas dizem que esteve presente “uma multidão”, ou que o salão do Rink de São Paulo ou outro esteve “lotado” ou que a ele “concorreu uma grande massa”. Contudo, se tomarmos por certo que o maior comício da ANL-SP foi o de 5 de julho, temos a estimativa de uma assistência que variava entre 3000 e 10.000 pessoas, como também já foi dito.

De toda maneira, nossa conclusão sobre a extensão do movimento aliancista em São Paulo, não deve ser muito diferente daquela que Bertonha deu ao movimento antifascista italiano: deveria existir um “núcleo duro” de militantes mais engajados que se contava as centenas, circundados por milhares de militantes com menor grau de engajamento, simpatizantes e uma influência de ideias ainda maior, mas difusa e impossível de calcular⁴⁹¹. Certamente, porém, o movimento aliancista era maior do que o antifascismo italiano, visto que era a união deste com quase todas as outras forças do antifascismo nacional.

Por fim, cabe-nos abordar qual papel desempenhou os comunistas e aliancistas de São Paulo na insurreição nacional libertadora de novembro de 1935, ainda que em São

⁴⁹⁰ WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 238.

⁴⁹¹ BERTONHA, João Fábio. *O antifascismo italiano no Brasil: a comunidade italiana e a oposição ao regime de Mussoline (1919 – 1945)*. Marília: Lutas Anticapital, 2023. P. 261.

Paulo não tenha ocorrido nenhuma tentativa de luta armada pela tomada do poder político nessa ocasião.

Sebastião Francisco atesta que, com a passagem da ANL para a ilegalidade, os comunistas e muitos aliancistas compreenderam que estavam fechadas as possibilidades legais de chegar ao governo, restando assim o “trabalho de conspiração”, que foi exercido durante todo o resto do ano de 1935 por aqueles que decidiram não desistir da ANL, trabalhando na ilegalidade “no sentido de tomar o poder”.

Francisco teria viajado ao Rio de Janeiro, participando de uma reunião do Comitê Central em que se planejava o movimento armado. Teria dado o informe de que em São Paulo “não havia condições para movimento nenhum, nem para uma simples greve”. Harry Berger teria dito, perante o informe de Francisco, que “é muito sério fazermos um movimento como esse e não contar com São Paulo que é o maior centro operário”. Mesmo assim, esse pleno ampliado do CC do PCB decidiu deflagrar a insurreição no primeiro trimestre de 1936, mas como se sabe, ela ocorreu em novembro de 1935.

Os comunistas paulistanos continuaram a desempenhar os trabalhos cotidianos de militância normalmente, “incluindo o trabalho de recrutamento porque o movimento da Aliança aproximou muita gente que não conhecíamos”. Quando estourou o movimento insurrecional em Natal, os comunistas em São Paulo foram pegos de surpresa, pois afinal, estava resolvido que ele só ocorreria no ano seguinte. Assim, de imediato ficaram sem saber o que fazer.

Quando ocorreu a reunião extraordinária do Bureau Político do PCB no Rio de Janeiro, em que se decidiu pelo levante armado de 27 de novembro nos quartéis da capital brasileira, quem ficou encarregado de passar a diretiva para a região de São Paulo foi Amleto Locatelli, enviado ao Brasil pelo CE-IC. Quando estava para pegar o trem de volta para São Paulo, Arthur Ernest Ewert teria dito a Locatelli, “em São Paulo veja o que é possível fazer”, de modo que “se as notícias do levante do Rio forem boas, então vocês começam o levante. Se forem más, não precisam começar nada”⁴⁹². Ao chegar em São Paulo, Locatelli entrou em contato primeiro com Celestino Paraventi, que era a referência que Miranda, o Secretário-Geral do PCB, o havia dado. Por meio de Paraventi, Locatelli conseguiu encontrar Sebastião Francisco⁴⁹³.

⁴⁹² WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 219.

⁴⁹³ BATINI, Tito. *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Editora Unicamp, 1991. P. 203.

A sorte da insurreição em São Paulo foi discutida em reunião ocorrida na noite do dia 26 de novembro, por Locatelli, Sebastião Francisco, então secretário político do CR-SP e Esteban Peano, um assistente do Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista, encarregado de acompanhar os trabalhos do PCB em São Paulo. Planejaram, de início, tomar de assalto o palácio do governo paulista no dia 29 de novembro, sexta-feira. Contudo, era necessário, antes, uma reunião no dia 27 reunindo o pleno do Comitê Regional de São Paulo e representantes da ANL, principalmente aqueles envolvidos no trabalho de organizar os militares e os policiais da Força Pública. O presidente do Comitê Militar da ANL, que respondia à Miguel Costa, fora preso no dia 26 e não pôde comparecer⁴⁹⁴. Algumas ações foram tomadas no dia 27, de modo que Joaquim Câmara Ferreira deveria cuidar dos preparos de um depósito clandestino de armas que o Partido havia montado⁴⁹⁵.

A tarefa de fazer uma análise dos contingentes com que os comunistas podiam contar nas Forças Armadas ficou a cargo de um comunista que dirigia o trabalho “antimil” na região, isto é, João Raimondi (codinome Tupi). Raimondi era antigo soldado do Exército brasileiro e mantinha-se em contato com Antônio Vieira, da Guarda Civil da capital do Estado, Péricles Vieira de Azevedo, do Exército, e Davino Francisco dos Santos, da Força Pública.

Apesar de intensa propaganda comunista na caserna, Raimondi tendia a acreditar que um levante na capital paulista seria insensato⁴⁹⁶. Buscando deixar a informação mais precisa, informou que dos 6500 homens da polícia e do Exército em São Paulo, o Partido poderia contar com exatos 396, dos quais seis eram oficiais. Além disso, entre as forças disponíveis no próprio Partido, contava-se trinta fuzis, alguns revólveres e bombas, mas nenhum grupo paramilitar preparado para usá-las⁴⁹⁷. Ao final da reunião, chegou-se ao resultado de que a correlação de forças era totalmente contrária a qualquer insurreição.

A reunião nada decidiu de definitivo e, ao término desta, Amleto Locatelli e Esteban Peano dirigiram-se para a casa de Miguel Costa, o homem de confiança de Luiz Carlos Prestes para os assuntos militares e insurrecionais em São Paulo. Miguel Costa, que sempre fora contra a radicalização do discurso da ANL e cético quanto a possibilidade

⁴⁹⁴ WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 236.

⁴⁹⁵ BATINI, Tito. *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Editora Unicamp, 1991. P. 203.

⁴⁹⁶ DULLES, John Foster. *Comunistas no Brasil (1935 – 1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. P. 37.

⁴⁹⁷ WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 237.

de uma revolta popular-militar vitoriosa, desaconselhou os comunistas e aliancistas a começarem a revolução em São Paulo.

Perante todas essas circunstâncias, Locatelli se colocou contra o levante, dizendo aos integrantes do CR-SP que “uma tentativa de levante nessa situação seria um *putsch* condenado de antemão à derrota, ainda mais com a situação no Rio”, sendo apoiado em sua decisão por Esteban Peano e Sebastião Francisco e logo convencendo os demais membros da direção regional⁴⁹⁸. Tito Batini, que fazia parte do CR-SP do PCB nesta época, referindo-se aos dias em que os comunistas de São Paulo tomavam sua decisão quanto a tomar parte na revolta, ao mesmo tempo que ela tinha seu desenlace em Natal, Recife e Rio de Janeiro, chamou-os de “três dias que abalaram nossas almas”⁴⁹⁹.

A ação do CR-SP, a parti de então, foi organizar a retirada, tomar as medidas necessárias de desmobilização, resguardando o máximo possível os militantes do Partido e seu aparato, protegendo-os da perseguição policial. Tito Batini registra em suas memórias que, depois de passar quarenta e cinco dias em Goiás tentando sem sucesso convencer o governador do estado a apoiar a já derrotada revolta, chegara em São Paulo e percebera de imediato “o quanto acertada estivera a direção regional ao suspender a ordem de luta armada no Estado, assim resguardando um bom número de dirigentes mantidos em atividade”⁵⁰⁰.

De toda forma, o ano de 1935 foi o período de maior força e influência do PCB na cidade de São Paulo. A política de frente popular, encarnada na ANL, permitiu ao Partido estender as suas fileiras, transformando seus organismos de suporte em organizações de massas, ao mesmo passo que recrutava os melhores quadros para o próprio Partido. Não é demais salientar que o PCB conseguiu nesse momento algo inédito e que poucas vezes se repetiria: unificar todas as forças de esquerda em torno de uma única causa, que seria a causa da Aliança Nacional Libertadora. Mesmo as organizações de esquerda que discordavam da ANL, como trotskistas e anarquistas, acabaram aderindo a ela na prática, fazendo parte de suas atividades e colaborando com suas ações.

O programa da ANL convergia em seus pontos essenciais com o programa do PCB, resolvido na Conferência Nacional de 1934. Assim, os comunistas conseguiram realizar as palavras de Dimitrov, segundo as quais eles deveriam ser “a força motriz da frente popular”, uma vez que conseguiram unificar a esquerda em torno do núcleo de seu

⁴⁹⁸ WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 237.

⁴⁹⁹ BATINI, Tito. *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Editora Unicamp, 1991. P. 202.

⁵⁰⁰ BATINI, Tito. *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Editora Unicamp, 1991. P. 214.

próprio programa político e se mostrarem os elementos mais ativos e engajados no funcionamento orgânico da ANL. Ademais, por meio do jornal *A Platea* conseguiram um jornal diário, de publicação regular – situação muito diferente dos periódicos clandestinos que os comunistas geralmente faziam uso - e um público leitor que com certeza ultrapassava em muito o público cativo de *A Classe Operária*, adentrando principalmente nas consciências da classe média progressista de São Paulo e levando pautas que até então eram circunscritas ao movimento comunista.

Por fim, cabe dizer, os comunistas de São Paulo, consciente ou inconscientemente, continuaram seu histórico de não-alinhamento completo com a direção nacional do PCB ao tomarem a decisão perante a revolta de 1935 de não a iniciar e, em vez disso, levando em consideração a situação adversa tanto em São Paulo quanto no restante do Brasil, fazer um movimento de retirada para salvaguardar as forças do Partido e o que restava da ANL na cidade.

Essa atitude, não apenas permitiu uma sobrevida ao movimento comunista paulistano nos próximos anos - conservando parte significativa das forças que havia acumulado até aquele momento enquanto a direção nacional do Partido era praticamente desmantelada pela polícia política do governo Vargas – como definiu a história de ação dos comunistas paulistas como mais próxima puramente da tática de frente popular, sem os veios insurrecionais remanescentes da tática de “classe contra classe” e do *putschismo* tenentista que caracterizou a política da direção nacional do PCB.

A preservação do movimento comunista paulistano enquanto a direção nacional era liquidada pela polícia, porém, recriou o distanciamento organizativo e político entre CR-SP e CC, de modo que o CR-SP passou o ano seguinte quase como um partido independente, sem uma direção nacional a quem responder, resultando, como veremos, na formação de mais um grupo dissidente na cidade de São Paulo.

4.3. O descenso do movimento comunista em São Paulo: retorno ao isolamento e a autonomia relativa, fracionismo, cisão e repressão política.

Em 25 de novembro de 1935, ainda durante as revoltas de Natal e Recife, o governo Vargas pediu ao Congresso a declaração de estado de sítio em todo o Brasil e a obteve por 172 votos contra 52, prevendo duração de trinta dias. No dia 07 de dezembro, Getúlio Vargas reuniu com seus ministros para propor um esquema de censura e de um Tribunal de Segurança Nacional. O poder executivo enviou ao Congresso emendas constitucionais almejando conseguir a equiparação do estado de sítio com estado de

guerra e a cassação de postos e patentes de funcionários públicos e militares implicados em movimento subversivos, e um projeto de lei tornando mais severa a Lei de Segurança Nacional⁵⁰¹.

As medidas foram aprovadas pelo Congresso e no dia 09 de janeiro de 1936 foi criada uma Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e o estado de sítio foi renovado já em equiparação com estado de guerra, suspendendo todas as garantias constitucionais. A dita Comissão foi esboçada por Vicente Rao, ministro da Justiça, e pretendia, em todo o território nacional, propor a prisão ou detenção de qualquer pessoa cuja atividade fosse considerada prejudicial as instituições, bem como leis repressivas contra o comunismo e o afastamento de militares e funcionários públicos suspeitos. Por meio dela foram pedidas as cassações de mandato e prisão de prefeitos democráticos e simpáticos ao movimento operário, como Pedro Ernesto e Maurício de Lacerda⁵⁰². Nas semanas seguintes surgiram as listas de funcionários demitidos, evidentemente muitos aliancistas, entre os quais Francisco Mangabeira mas também professores marxistas, como Edgardo de Castro Rebelo, Leônidas de Rezende e Hermes Lima⁵⁰³.

O Congresso também aprovou uma emenda ao Artigo 161 da Constituição, introduzindo a pena capital e, no dia 18, acatou a sugestão de Getúlio Vargas para que tivesse o direito de decretar estado de exceção quando houvesse condições internas que pusessem em risco as instituições políticas e sociais do Brasil.

De novembro de 1935 a março de 1936, a polícia do Rio de Janeiro efetivou 3047 prisões, sendo elas de 901 civis e 2146 militares. Outras 480 pessoas foram presas na Colônia Correcional de Dois Rios por “motivo de segurança pública”. De toda maneira, em curto prazo 65% dos civis e 95,8% dos militares presos foram libertados. O número de presos até maio subiu para 7056, mas 6052 foram logo libertados, deixando um saldo de 1004 presos por médio e longo prazo⁵⁰⁴. No Brasil todo, os dados do número de prisões variam entre 17 e 20 mil entre os meses de dezembro de 1935 e fevereiro de 1936⁵⁰⁵. Lotada a Casa de Detenção do Rio de Janeiro, o navio Pedro I foi transformado em prisão, onde ficou detido Hercolino Cascardo, presidente da ANL, o único a desfrutar de um

⁵⁰¹ CARONE, Edgard. *A República Nova (1930 – 1937)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. P. 344.

⁵⁰² CARONE, Edgard. *A República Nova (1930 – 1937)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. P. 346.

⁵⁰³ CARONE, Edgard. *A República Nova (1930 – 1937)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. P. 345.

⁵⁰⁴ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 57

⁵⁰⁵ MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora 34, 2015. P. 653.

camarote de razoável conforto, por ser oficial da Marinha e justificar sofrer de claustrofobia. Os operários aliancistas e comunistas, porém, ficaram aprisionados nos porões do navio⁵⁰⁶.

O núcleo dirigente do PCB foi seriamente atingido pela polícia do Rio de Janeiro. Em 26 de dezembro prenderam Arthur Ernest Ewert (codinome Harry Berger) e sua mulher August Elise Ewert. No dia 13 de janeiro a polícia política chegou ao Secretário-Geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim (Miranda), que foi preso juntamente com sua namorada, Elvira Cupello Calônio (Elza). Elvira passou quatro dias no setor prisional feminino, sendo depois transferida para o hospital da Casa de Detenção e solta no dia 27 de janeiro, mas Miranda foi duramente torturado, até que a polícia conseguisse tirar dele algumas informações sobre a organização dos comunistas.

Rodolfo Ghioldi, dirigente do BSA-IC, fora preso juntamente de sua mulher, ao tentar fugir do Rio de Janeiro para São Paulo, no dia 25 de janeiro. Em seguida, foram presos Leon Vallée e Victor Allan Barron, todos do grupo conspirativo do entorno de Prestes, enviados ao Brasil pela Internacional Comunista. Na madrugada de 5 de março, foi a vez de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário serem capturados pela polícia política. Os membros do Comitê Central, acossados pela perseguição, viram-se obrigados a sair do Rio de Janeiro rumo ao nordeste do Brasil⁵⁰⁷.

Em São Paulo, segundo relato de Amleto Locatelli para a IC, dos 400 comunistas existentes, apenas 20 foram presos nos dez primeiros dias após a insurreição de novembro de 1935, a maioria sem funções de direção⁵⁰⁸. No estado inteiro, segundo gráfico de Karepovs, foram presas 240 pessoas durante o mês de dezembro de 1935, dos quais 45 foram libertos em fevereiro de 1936 e em menores quantidades durante todo este ano, até o pico de 80 libertos em janeiro de 1937. Entre dezembro de 1935 e janeiro de 1937, foram presas 551 pessoas em todo o estado de São Paulo, de modo que na capital o número correspondeu a 354, seguida por 97 em Santos e 49 em Bauru. Entre as profissões dos prisioneiros destacam-se militares (94), ferroviários (73), trabalhadores da construção civil (63) e profissionais liberais (59). Foram também as categorias de trabalhadores em

⁵⁰⁶ DULLES, John Foster. *O Comunismo no Brasil (1935 – 1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. P. 15.

⁵⁰⁷ Vários livros contam detalhadamente a “queda” do alto escalão do movimento comunista brasileiro neste período. Cf. PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes: Um Comunista Brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015. P. 148 - 155; VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 284 – 301; WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 240 – 262.

⁵⁰⁸ WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 238.

que a repressão se deu de maneira mais intensa. Cruzando dados do DEOPS-SP com os da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, Karepovs estima que os presos políticos do estado de São Paulo tenham contado em aproximadamente 760 pessoas⁵⁰⁹.

Caio Prado Jr., que foi um militante ativo e dirigente da ANL durante todo o ano de 1935, foi preso no dia 3 de dezembro no Rio Grande do Sul. Ele foi enviado de volta para São Paulo, onde inicialmente ficou detido na prisão Maria Zélia, sendo posteriormente transferido para o Presídio do Paraíso. Lá, Caio ficou acompanhado de outros 36 presos políticos, muitos dos quais eram comunistas. Ele só foi libertado em setembro de 1937, por meio de um habeas corpus, e, em outubro, partiu para a Europa para evitar uma nova prisão.⁵¹⁰

Miguel Costa, apesar de ter sido contra a deflagração de uma insurreição da ANL e de não ter ocorrido nenhuma tentativa de tomada do poder em São Paulo, perdeu sua patente militar e foi preso por ser presidente de honra da ANL na região. Como vimos anteriormente, Miguel Costa sequer havia declarado fazer parte da ANL em seu discurso na manifestação de 5 de julho. Outro dos ativos militantes da ANL, Emílio Salles Gomes, foi preso mais ou menos no mesmo período.

Em 22 de janeiro, seguindo o ex-sargento Israel Pereira Lyra, a polícia prendeu seis militantes do PCB que se reuniam para reorganizar o núcleo do Cambuci da ANL, na capital paulista. Entre os presos estava o servente de pedreiro Generoso Gaudio Anastacio, que forneceu à polícia nomes e endereços de militantes comunistas, resultando na prisão de importantes elementos da direção estadual, incluindo o secretário político, Sebastião Francisto, preso em 31/01/1936, Alfredo Godofredo, Augusto Pinto, Jonas Trombini e Oscar dos Reis. A prisão desses elementos permitiu a polícia desmontar as organizações que o PCB havia construído na Light and Power, na Construção Civil e a célula do Cambuci, assim como chegar a alguns simpatizantes do Partido.⁵¹¹

Todos os presos considerados “subversivos”, mas principalmente operários, eram enviados para o Presídio Maria Zélia, enquanto o Presídio do Paraíso era reservado para membros das classes médias, como médicos, advogados e outros. Ao lado do presídio do

⁵⁰⁹ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 60 – 65.

⁵¹⁰ PERICÁZ, Luiz Bernardo. *Caio Prado Jr.: Uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 104 – 109.

⁵¹¹ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 82. DULLES, John Foster. *Comunistas no Brasil (1935 – 1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. P. 38.

Paraíso, uma residência foi alugada para servir de presídio feminino as presas políticas, local onde ficaram encarceradas Sidéria e Patrícia Galvão (Pagu)⁵¹².

O CR-SP retomou as atividades regulares em janeiro, quando havia passado o pior da onda de repressão. Em março o CR-SP enviou relatório ao Comitê Central em que reafirmava que a estrutura do PCB em São Paulo permanecia intacta. Os poucos militantes presos eram dirigentes sindicais, principalmente ferroviários. Também a Juventude Comunista informou ao CC que de seus 190 militantes, apenas um foi preso.

O PCB ainda contava com células organizadas na Mooca, Brás, Bom Retiro, Lapa e algumas ligações com outros bairros. A célula da ferrovia Central do Brasil e da Light, que haviam sido liquidadas, foram reconstruídas com novos membros. Na ferrovia São Paulo Railway foram construídas três novas células. O partido mantinha ligação e alguma organização também com bancários, metalúrgicos, construção civil, comerciários, marceneiros e têxteis. A Juventude Comunista, o Socorro Vermelho e o Antimil estariam na mesma situação de antes da repressão de novembro⁵¹³.

O CR-SP também preparava toda a literatura local da ANL, como o mensário *Liberdade* e os panfletos de críticas ao governo e reivindicação de liberdade aos presos políticos. O elemento de ligação entre o CR do PCB e a diretoria estadual oficial da ANL era o comunista Alberto Moniz da Rocha Barros, jovem advogado que trabalhava no Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo. Rocha Barros não era da diretoria da ANL, mas dirigia a fração do PCB dentro da frente popular e atuava como uma espécie de “representante clandestino” do Partido⁵¹⁴.

No interior do estado, os comunistas continuavam com comitês locais constituídos em várias cidades, sendo elas: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Bebedouro, Botucatu, Campinas, Cerqueira César, Itapetininga, Lins, Marília, Mirassol, Olímpia, Ribeirão Preto, Rio Preto, Santos, Sorocaba e região do Triângulo Mineiro, dos quais os

⁵¹² DULLES, John Foster. *O Comunismo no Brasil (1935 – 1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. P. 38 – 39.

⁵¹³ COUTO. *Prezados camaradas do Comitê Central*. São Paulo, 21/03/1936.

⁵¹⁴ DULLES, John Foster. *O Comunismo no Brasil (1935 – 1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. P. 41. São exemplares de panfletos dessa época: ANL-SP. *Nós, presos de São Paulo exigimos o nosso julgamento na forma prevista pela Constituição!* São Paulo, 27/11/1936; ANL - Diretório Municipal de São Paulo. *Arranquemos Prestes da garra dos verdugos de nosso povo!* São Paulo, 1936; DE-SP da ANL. *Circular N° 2: à todos os núcleos da ANL*. São Paulo, 1936. P. 138. DE-SP da ANL. *Circular N° 3: à todos os diretórios e núcleos aliancistas*. São Paulo, 1936. P. 143. DE-SP da ANL. *Circular N° 4: À Todos os Núcleos e Diretórios da ANL*. São Paulo, 1936. P. 144. DE-SP da ANL. *Circular N° 5: À Todos os Núcleos e Diretórios da ANL*. São Paulo, 1936. P. 146. (Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth).

ferroviários ainda eram os principais agentes de organização. O trabalho dos comunistas nas fazendas, entre os trabalhadores rurais de modo geral, era ainda débil⁵¹⁵.

Nas eleições de março de 1936, o PCB participou pela Coligação por São Paulo, lançando como candidato o advogado do Sindicato dos Bancários, Rivadávia de Mendonça, que obteve significativa votação (cerca de 500 votos), embora não fosse eleito⁵¹⁶. Nas cidades do interior, negociou com o PRP e conseguiu eleger um vereador em São José dos Campos⁵¹⁷. Enfim, apesar das dificuldades, o PCB mantinha em São Paulo boa capacidade de ação e de produção de materiais, incluindo a publicação de *A Classe Operária*, mas também manifestos, brochuras e panfletos, por meio da existência de uma rede de mimeógrafos artesanais em casas de vários militantes. Segundo um espião da polícia política, o CR-SP arrecadava 50 contos de réis mensais em 1936⁵¹⁸.

É necessário considerar que os comunistas, assim como os integrantes do movimento operário de maneira geral, prosseguiram sendo uma força política organizada dentro das prisões. Uma vez dentro do presídio, os comunistas criavam um coletivo e uma espécie de secretariado nas celas, cujo objetivo era coletar os bens que os presos políticos recebiam, como cigarros, comida e outros e reparti-los igualmente ou na medida do possível para todos. Preocupavam-se em manter a moral e humor dos prisioneiros em alta, cantavam hinos revolucionários, destacando-se A Internacional, Os Filhos do Povo e o Hino da ANL, organizavam grupos de estudos e leitura. A Prisão Maria Zélia, no ano de 1936 ficou conhecida como “Universidade Maria Zélia” devido ao alto número de presos políticos, provenientes do movimento revolucionário em geral (comunistas, socialistas, trotskistas e anarquistas) que faziam do local um verdadeiro centro de estudos e formação política.

Paulo Emílio Salles Gomes, por exemplo, enquanto esteve preso, organizava no Maria Zélia espetáculos teatrais que divulgavam ideias políticas revolucionárias, sendo a preferida *Destinos*, que contava a história de dois irmãos com posições políticas opostas. Outros presos políticos ministravam cursos de primeiras letras para analfabetos, ensinando-os a ler e escrever, sempre no objetivo de fazê-los entender a realidade política

⁵¹⁵ COUTO. *Prezados camaradas do Comitê Central*. São Paulo, 21/03/1936.

⁵¹⁶ BATINI. Tito. *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Unicamp, 1991. P. 215.

⁵¹⁷ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 82; DULLES, John Foster. *Comunistas no Brasil (1935 – 1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. P. 83.

⁵¹⁸ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 390.

e econômica do Brasil⁵¹⁹. O médico Quirino Pucca, conhecedor de matemática e ciências biológicas, ministrava cursos de física e astronomia⁵²⁰.

Orestes Ristori, militante de velha guarda do movimento revolucionário paulistano, ex-anarquista, aliancista próximo ao PCB, passava os dias de prisioneiro discutindo a conjuntura nacional com o anarquista Edgard Leuenroth. Apesar de ser proibido pelas regras do PCB fazer recrutamentos na prisão, Orestes Ristori foi recrutado para o Partido dentro do Maria Zélia, por consentimento e honras dadas por Sebastião Francisco, que estava preso junto com ele. Orestes foi deportado do Brasil em abril de 1936 para nunca mais voltar. Morou na França e depois na Itália, onde morreu em 1944, fuzilado pelos fascistas por ter participado, nos últimos anos, da luta antifascista⁵²¹.

A morte do trotskista Manoel Medeiros, que havia sido dirigente estadual do PCB na década de 1920, por falta de assistência médica, gerou uma rebelião entre os presos políticos do Maria Zélia. Os presos passaram a exigir atendimento médico permanente e que os médicos prisioneiros parassem de ser removidos para o Presídio Paraíso, a fim de que pudessem continuar auxiliando seus companheiros de cela. Em abril de 1936, uma tentativa de fuga dos presos políticos acabou no assassinato brutal de quatro deles pela polícia⁵²². Um dos mortos era Augusto Pinto, de vinte e cinco anos, funcionário da Caixa Econômica Federal, dirigente estadual da ANL e secretário político do diretório municipal de São Paulo da ANL. Os outros três eram João Varlota, José Constâncio e Maurício Maciel Mendes. Todos tinham menos de trinta anos de idade⁵²³.

Como Dainis Karepovs notou bem, a direção nacional do PCB, no Rio de Janeiro foi gravemente atingida pela repressão e teve seus contatos com os CRs pelo país interrompidos. Essa situação fez com que durante praticamente todo o ano de 1936 o PCB perdesse sua capacidade de centralização de ações e orientações políticas. O CR-SP e o restante do aparelho partidário em São Paulo, tendo melhor se resguardado, atuaram durante esse tempo novamente sob relativa autonomia, agindo de maneira independente, de maneira que “o isolamento da direção e um relativo desenvolvimento autônomo dos

⁵¹⁹ DULLES, John Foster. *O Comunismo no Brasil (1935 – 1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. P. 39.

⁵²⁰ MAFFEI, Eduardo. *A Morte do Sapateiro*. São Paulo: Brasiliense, 1982. P. 101.

⁵²¹ MAFFEI, Eduardo. *A Morte do Sapateiro*. São Paulo: Brasiliense, 1982. P. 100.

⁵²² MAFFEI, Eduardo. *A Morte do Sapateiro*. São Paulo: Brasiliense, 1982. P. 102.

⁵²³ Os Presos Políticos do Maria Zélia. *O Massacre de Presos Políticos*. São Paulo, 04/1937. P. 1. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

CRs nos estados”⁵²⁴ foi determinante para gerar em 1937 o descompasso de político que resultou na cisão.

Em reunião de abril de 1936, o BP do PCB decidiu deixar o Rio de Janeiro e transferir-se para o nordeste, por avaliar que ali haveria uma correlação de forças mais favorável à reorganização, significando também que a repressão estaria menor e seria possível esconder com maior facilidade os membros da direção já conhecidos pela polícia carioca. O BP do PCB fundou um “Secretariado Nacional do Centro”, subordinado ao CC, que ficaria no Rio de Janeiro, mas seus quatro principais integrantes foram presos entre julho e agosto de 1936, sendo eles, o garçom espanhol José Lago Morales, o marceneiro Roberto Morena, o jornalista Oswaldo Costa e o tecelão Domingos Brás.

De toda maneira, o BP do PCB estava novamente estabelecido, dessa vez em Recife, em junho de 1936. Sua primeira ação foi refundar e reorganizar os CRs de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia e retomar ligações com o Ceará, Sergipe, Pará e Paraíba. Em outubro, Abóbora, isto é, o marítimo Eduardo Ribeiro Xavier, foi enviado a Moscou para buscar orientações da IC para o Brasil. Em setembro, Joaquim Câmara Ferreira, enviado pelo CR-SP ao Rio de Janeiro, consegue contato com o SN do PCB e assim o CR-SP inicia sua saída do isolamento⁵²⁵.

O CR-SP começou contato com políticos democratas por intermédio do deputado estadual Paulo Duarte, do Partido Constitucionalista, presidido pelo candidato à Presidência da República, Armando de Salles Oliveira. Os contatos foram feitos em nome do diretório estadual da ANL, tendo como representante o advogado do Departamento Estadual do Trabalho, Alberto Moniz da Rocha Barros, que também era representante do PCB na direção estadual da ANL. Em janeiro de 1937, Rocha Barros procurou Paulo Duarte com a proposta de garantir os votos dos comunistas para Salles de Oliveira, contanto com ele se comprometesse a lutar pela volta do Brasil ao regime constitucional, anulação da Lei de Segurança Nacional, garantia das liberdades democráticas, anistia dos presos políticos, dissolução do Tribunal de Segurança Nacional, fechamento da AIB e medidas contra a carestia de vida.

Paulo Duarte apresentou a proposta a Salles de Oliveira, mas este, temendo a reação que o apoio dos comunistas geraria entre os seus aliados conservadores, preferiu protelar em qualquer resposta, justificando que iria “estudar melhor o ambiente”. Os

⁵²⁴ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 65.

⁵²⁵ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 90 – 91.

comunistas de São Paulo consideravam Salles Oliveira como único candidato de oposição a Getúlio Vargas, mas eram críticos aos seus pronunciamentos, chamando-o de demagogo, deixando claro que suas negociações não os deixariam em posição subalterna ou sem direito de crítica em relação ao político paulista⁵²⁶.

De janeiro a maio de 1937 os comunistas tentaram, sem sucesso, conversações com os armandistas visando as eleições. Apesar de toda a defesa que faziam da democracia e das liberdades, Paulo Duarte e Salles de Oliveira desconfiavam da sinceridade deles e pesava como uma aliança com comunistas poderia custar sua aliança com os setores direitistas da sociedade. Além do mais, setores expressivos do Partido Constitucionalista objetivavam liquidar o PCB e deixar os integralistas com total liberdade.

Por meio de Rocha Barros, os comunistas propuseram a fundação de uma organização conjunta com armandistas e outras forças, que tinha como programa a defesa da ordem constitucional, da República, da federação e da democracia perante as ameaças que existiam ou pudessem vir a existir. A organização deveria se chamar União Democrática. Não querendo se livrar de imediato dos comunistas, Salles de Oliveira aceitou a proposta de Rocha Barros e passou a movimentar-se para fundar um partido chamado União Democrática Brasileira (UDB), que deveria contar em suas hostes com os comunistas, mas em posição subalterna. Assim, acenou aos comunistas com um gesto, libertando 94 presos políticos, mas postergando as propostas de ações comuns. Os comunistas mantiveram as negociações, acabaram acomodando-se à agenda do candidato e ficaram desarmados sem grande poder de controle sobre a situação⁵²⁷.

Porém, a tentativa de aliança eleitoral acabou depois que o massacre dos presos políticos que tentaram fugir do Maria Zélia foi apoiado pelos armandistas, que saíram em defesa da “segurança pública”, pois ficou claro para os comunistas que a aliança com eles só seria feita ao custo de uma submissão humilhante, obrigando-os não apenas a ceder programaticamente e na agenda de ações políticas, mas também a ficarem calados perante qualquer acontecimento, incluindo o fuzilamento dos camaradas na prisão⁵²⁸. Segundo o diretório estadual da ANL, que era o instrumento que o PCB usava para travar as conversas com o Partido Constitucionalista, “o povo não compreenderá que, sobre os

⁵²⁶ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 165.

⁵²⁷ BARROS, Rocha. *Carta à Paulo Duarte*. São Paulo, 20/02/1937. (Acervo Hermínio Sacchetta – Arquivo Edgard Leuenroth)

⁵²⁸ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 178.

cadáveres dos nossos companheiros, negociemos ação comum com os que ele julga responsáveis pelo derrame de sangue havido”⁵²⁹.

Ao mesmo tempo que o CR-SP iniciou a tentativa de início de negociações eleitorais com Salles Oliveira, enviou Noé Gertel para Salvador, a fim de fazer contato com o Secretariado Nacional, então encarnado nas figuras de Bangu, André e Martins. Enviou dinheiro para que os dirigentes nacionais do PCB pudessem viajar e, assim, foi realizada uma reunião do BP do PCB no início de março de 1937, ratificando a mudança na linha política. Em maio de 1937, Bangu, André e Martins foram para São Paulo⁵³⁰.

Ao chegar em São Paulo, o BP do PCB, juntamente ao CR-SP, fez um balanço da situação do Partido pelo país, que foi repassado à IC. O balanço fornece a informação de que haveria 2160 militantes comunistas em todo o país, dois quais metade estariam no estado de São Paulo. Os CRs mais fortes seriam de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Dos mil militantes de São Paulo, 200 encontravam-se na capital.

O CR-SP se desdobrava em Comitês Locais e coordenava o crescimento de outros três CRs: o do Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Paraná. As células mais fortes do estado estavam entre os ferroviários (São Paulo Railway, Sorocabana, Noroeste e Mojiana), na Light, nas fábricas Maria Ângela, Jata e pequenas tecelagens e entre os metalúrgicos da Matarazzo, Companhia Mecânica Paulista e outras. Em algumas dessas categorias, o PCB tinha também a direção do sindicato.

Os comunistas teriam forte influência entre os estudantes, sendo a maior força da União Democrática Estudantil. Havia também células de rua, centros recreativos e culturais, mas continuavam com uma inserção muito débil entre os trabalhadores rurais. Pela primeira vez na história do PCB, São Paulo encontrava-se como o polo mais forte do Partido, uma vez que no Rio de Janeiro estava muito debilitado em razão da repressão, tendo sido reduzido a 100 militantes ativos, com células entre ferroviários, marítimos, trabalhadores da Light, metalúrgicos, bancários, padeiros e têxteis⁵³¹.

No momento que esta reunião ocorreu, as tratativas do PCB com o Partido Constitucionalista em São Paulo já estavam encerradas e o debate sobre como proceder frente as eleições para a Presidência da República, aberto. Vargas havia sofrido algumas

⁵²⁹ DULLES, John Foster. *O Comunismo no Brasil (1935 – 1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. P. 121.

⁵³⁰ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 180.

⁵³¹ MARTINS. *Situação da organização do PCB (em francês)*. Rio de Janeiro, 22/06/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

derrotas, como por exemplo o fim do estado de guerra e o lançamento da candidatura de oposição, Armando de Salles Oliveira.

Sem demora, Getúlio tratou de encontrar um candidato que pudesse apoiar afim de camuflar suas intenções de continuar na Presidência da República, e esse foi José Américo. Por último, Plínio Salgado lançou seu nome como candidato da AIB. No final de maio, assumiu como novo ministro da Justiça o ex-chanceler de Vargas, José Carlos de Macedo Soares, que tomou ações no sentido de fim da censura, da não renovação do estado de guerra e da libertação de presos políticos que não tivessem culpa formada, medida esta que ficou apelidada de “macedada”⁵³².

Esse contexto animou a oposição e os comunistas ficaram convencidos da possibilidade da sucessão presidencial, tratando de definir sem demora sua posição frente as eleições. O PCB afirmava ficar equidistante das duas principais candidatura e ter como tarefa central a luta pela defesa da democracia contra o fascismo, na forma da frente popular. Porém, tomava uma posição mais crítica com relação à Salles Oliveira do que José Américo, a quem destacou aspectos favoráveis, como uma tendência democrática em sua gestão do Ministério da Aviação, dono de aspirações nacional-reformistas, que teriam o objetivo de realizar aos poucos reformas econômicas e sociais por vias pacíficas, legais e dentro de uma orientação nacionalista⁵³³.

José Américo, dizia o PCB, era apoiado por forças heterogêneas, indo desde elementos avançados do tenentismo e da ANL até elementos feudal-burgueses de caráter reacionário. Salles de Oliveira, por sua vez, era uma expressão das oligarquias de São Paulo e do capital financeiro internacional, de modo que apesar de sua retórica democrática, o conteúdo político de sua candidatura era visceralmente antidemocrático. Assim, o PCB deixava implícito do lado de qual candidato estava ao dizer que “constatamos [...] que há um maior contingente popular com José Américo” de maneira que “devemos, portanto, logicamente, fazer maior pressão de massa em torno desse candidato”⁵³⁴.

Durante a campanha, Salles Oliveira centrou seus pronunciamentos na defesa da ordem liberal democrática, apresentando seu programa por meio da União Democrática

⁵³² CARONE, Edgard. *A República Nova (1930 – 1937)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. P. 354 – 358.

⁵³³ SN do PCB. *A Posição do nosso Partido em face à Sucessão Presidencial*. Brasil, 06/1937. P. 4. (Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth).

⁵³⁴ SN do PCB. *A Posição do nosso Partido em face à Sucessão Presidencial*. Brasil, 06/1937. P. 7. (Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth).

Brasileira, frente nacional de partidos que o apoiavam. José Américo, por outro lado, se apresentou como “herdeiro positivo da Revolução de 1930”, defensor da democracia, da Constituição de 1934 e da legalidade. Dentre suas promessas, estava a moralização das finanças públicas, reestruturação da máquina administrativa do Estado, ênfase nos transportes e habitação popular, incentivo a exploração das riquezas minerais e desenvolvimento da indústria de guerra para defesa nacional. Proclamava-se candidato dos pobres, chegou a dizer que “se os políticos me abandonarem, não ficarei sozinho; continuarei com o povo até as urnas e, para além delas, até a revolução” e que “chamam-me comunista porque falei em se dar moradia higiênica aos pobres”⁵³⁵.

Em julho de 1937 ocorreu uma reunião ampliada do secretariado nacional do PCB, em que se discutiu o caráter da revolução brasileira e suas forças motrizes, ocasião em que os comunistas de São Paulo entraram em desacordo com a direção nacional por não admitir a burguesia nacional como força motriz da revolução brasileira. No mês seguinte, agosto, ocorreu nova reunião para resolver sobre o mesmo assunto. Na reunião do BP ampliado de agosto de 1937, ocorrida entre 13 e 16 de agosto na cidade de São Paulo foi feita autocrítica da posição do Partido em 1935, defendeu-se a palavra de ordem do Governo Republicano Democrático, definiu-se a posição do PCB frente a sucessão presidencial e questões de organização.

No debate, Bangu tomou lado de o PCB apoiar a candidatura de José Américo, mas “tal apoio a José Américo não poderia ser dado abertamente, sob risco de queimar sua candidatura e precipitar o golpe que estava sendo armado”. Hermínio Sacchetta, apoiado pelos demais membros presentes do CR-SP, defendeu que o Partido, estabelecesse uma emulação democrática entre os dois candidatos pela pressão de massas, mantendo uma posição equidistante no próprio trabalho de massas e concentrando os esforços para a formação de uma Frente Democrática Nacional⁵³⁶.

A posição de Bangu venceu por sete votos contra cinco. Sacchetta recebeu os votos dos comunistas de São Paulo e de Abóbora, que o fez com ressalvas. As resoluções escritas não citavam o nome de José Américo, mas apenas o “apoio das forças sob nossa influência à candidatura que se apresente com conteúdo mais democrático”, inferindo-se o nome do candidato pela discussão que antecedeu as resoluções. Segundo as resoluções,

⁵³⁵ DULLES, John Foster. *O Comunismo no Brasil (1935 – 1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. P. 128.

⁵³⁶ BP do PCB. *Resumo da discussão e decisões do BP Ampliado na reunião de 13 a 16 de agosto de 1937*. Apud KAREPOVS, Dainis. *Nos Subterrâneos da Luta: um estudo sobre a cisão no PCB em 1937 – 1938*. São Paulo: FFLCH-USP, 1996. P. 273 – 83.

esse apoio dos comunistas deveria ser feito criando, em nível nacional, uma espécie de “comitê pró-José Américo”, sem usar, evidentemente, esse nome⁵³⁷.

A reunião ainda resolveu pela criação e fortalecimento da Frente Nacional Unificada, “ampla e sem sectarismo”, pela dissolução da ANL e pela adaptação do movimento sindical no caminho da luta pela democracia. Por fim, a reunião elegeu um novo BP, que deveria atuar até a liberdade dos membros eleitos na Conferência de 1934, de modo que desses, quatro iriam para o Secretariado Nacional. Quando ela estava por terminar, Sacchetta e Lacerda Manna, conjuntamente os demais membros que votaram contra apoiar José Américo, apresentaram declaração de protesto contra as decisões tomadas, mas a declaração foi retirada devido aos protestos dos demais presentes⁵³⁸.

No interior do PCB, a resolução da reunião do BP ampliado de agosto não foi bem aceita, de maneira que Sacchetta e Lacerda Manna pressionavam para nova reunião que pudesse revogar a resolução. Sacchetta acabou demitindo-se do secretariado nacional em setembro, visto que não conseguiam convencer a direção do Partido a esse respeito. Essa atitude, antiestatutária, foi vista como deserção. Críticas a nova linha vieram por meio do secretário de juventude do CR-SP, Celso, que dizia não compactuar com “a linha que leva ao charco burocratizante” e pelo secretário sindical do CR-SP, Dreifus. A tensão aumentou quando o SN do PCB orientou o CR-SP a não apoiar a greve dos ferroviários da Leopoldina, pouco antes da decretação do estado de guerra, para não provocar o fascismo⁵³⁹.

A decretação do estado de guerra piorou a situação no PCB. Os parlamentares favoráveis a José Américo apoiaram e votaram ao lado do governo, enquanto aqueles partidários de Salles Oliveira foram contra. Os dois candidatos decidiram suspender suas campanhas, jogando momentaneamente o PCB na paralisia, visto que seus organismos estavam voltados para as eleições. A situação de desagregação e dispersão do Partido levantaram diversas críticas ácidas ao SN, de modo que alguns em São Paulo chegaram a pedir que seus membros fossem retirados do cargo. Parte significativa dos membros do CR-SP enviou ao BP do PCB o *Documento dos 15*, cujas assinaturas mais preponderantes

⁵³⁷ BP do PCB. *Resumo da discussão e decisões do BP Ampliado na reunião de 13 a 16 de agosto de 1937*. Apud KAREPOVS, Dainis. *Nos Subterrâneos da Luta: um estudo sobre a cisão no PCB em 1937 – 1938*. São Paulo: FFLCH-USP, 1996. P. 273 – 83.

⁵³⁸ BP do PCB. *Resumo da discussão e decisões do BP Ampliado na reunião de 13 a 16 de agosto de 1937*. Apud KAREPOVS, Dainis. *Nos Subterrâneos da Luta: um estudo sobre a cisão no PCB em 1937 – 1938*. São Paulo: FFLCH-USP, 1996. P. 273 – 83.

⁵³⁹ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 229.

são de Ferreira Lima e Tito Batini. É neste documento que surge a proposta de Conferência Nacional Extraordinária⁵⁴⁰.

É nesse contexto que Sacchetta e Lacerda Manna enviam carta em forma de circular interna a todos os CRs propondo a reorientação da linha, baseada na postura que vinham defendendo desde a reunião ampliada do BP de agosto de 1937, ao mesmo tempo que declaravam guerra ao SN dirigido por Bangu e André. Nesta circular, chamaram as diretivas últimas do Partido de oportunistas e direitistas, o apoio a José Américo de prematuro. A proposta dos dois era a criação de uma “Frente Comum de Resistência ao Golpe Fascista, acima das candidaturas, contra o Estado de Guerra, pela realização das eleições, pelo estabelecimento das garantias constitucionais”. Por fim, reafirmavam a proposta de uma Conferência Nacional Extraordinária para eleger novo SN. Estava iniciado o processo cisionista⁵⁴¹.

A luta interna entre a direção nacional do Partido e a fração de São Paulo tomou a maior parte das energias dos militantes comunistas, deixando-os com pouca capacidade de interferir na conjuntura nacional, ainda que soubessem que a qualquer momento ocorreria o golpe de Estado de Getúlio Vargas. No dia 08 de novembro, Salles Oliveira lançou manifestou aos militares apelando para que as Forças Armadas garantissem a legalidade das instituições e a realização do pleito. Mas na manhã do dia 10, Vargas ordenou que as tropas da Polícia Militar cercassem o Legislativo e, então, promulgou uma nova constituição. Pela noite, anunciou a criação do Estado Novo no programa de rádio *Hora do Brasil*. A Câmara, o Senado, as Assembleias Legislativas foram dissolvidos; se impôs censura à imprensa, os partidos políticos foram extintos.

A carta de Sacchetta e Lacerda Manna foi respondida pelo BP do PCB em circular interna chamada *Pela Unidade do Partido*, que caracterizava a reação as suas diretivas como atividade fracionista, objetivando desagregar as fileiras do Partido, fazendo frente com a reação getulista. O SN não discutiu divergências, mas afirmou que a orientação em vigor foi resolvida depois de amplo processo de discussão que vinha desde abril de 1936. Terminava dizendo que era dever dos comunistas defenderem a unidade do Partido contra os desagregadores e os divisionistas⁵⁴².

⁵⁴⁰ *Documento dos 15*. São Paulo, 06/010/1937 Apud. LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos*. São Paulo: Brasiliense, 1983. P. 217 – 221.

⁵⁴¹ PAULO e LUIZ. *A Prezados Camaradas*. São Paulo, 12/10/1937. (CEMAP).

⁵⁴² BP do PCB. *Pela Unidade do Partido*. Rio de Janeiro, 15/10/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenrot.

Após a circular interna do BP do PCB falando sobre o grupo fracionista, os dissidentes “expulsaram” do CR-SP os dois únicos dirigentes que discordavam da realização da Conferência Nacional: Sebastião Francisco e Domingos Pereira Marques, deliberaram a realização de uma conferência regional, enviaram carta à IC comunicando a situação e enviaram o *Documento dos 15* a todos os CRs, explicando a situação sob o próprio ponto de vista e chamando para a realização da Conferência Nacional⁵⁴³. Essa ação tratou-se de uma tentativa de golpe interno no Partido. Os então dirigentes estaduais de São Paulo, recusando-se a submeter-se à disciplina partidária e expulsando todos aqueles que discordavam de suas ações, se configuraram como um grupo político coeso que tinha como objetivo mobilizar as direções estaduais do PCB para depor a direção nacional. Isso ocorreu ainda em outubro de 1937, portanto, antes do golpe do Estado Novo.

No dia seguinte ao golpe no CR-SP, os fracionistas enviaram nova carta aos CRs declarando a fundação de uma “Comissão Provisória” que deveria dirigir nacionalmente o Partido até a Conferência Extraordinária, afastando de seus cargos Bangu e André. Nessa carta, fizeram extensa e dura crítica as ações do Partido no último período⁵⁴⁴. A dissidência paulista enviou representantes aos estados, com o fim de estabelecer contatos com os demais organismos estaduais do Partido e alinhá-los a eles, retirando-os da órbita de comando do CC. Chegaram a conseguir o apoio dos CRs do Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, enquanto no CR da Bahia, mais próximo do BP do PCB, teve algumas adesões individuais. Entretanto, um dos principais CRs, o do Rio de Janeiro, encontrava-se indeciso perante o quadro⁵⁴⁵.

Nesse momento, a principal deficiência da dissidência de São Paulo apresentou-se com um sério problema com os militantes do interior do estado: os Comitês de Zona da Noroeste, incluindo as cidades de Lins, Marília e outras quinze, enviaram emissário a São Paulo para compreender o que estava ocorrendo e, este, entrando em contato com Sebastião Francisco, não aderiram ao grupo de São Paulo, permanecendo alinhados com a direção nacional do PCB⁵⁴⁶.

⁵⁴³ CR-SP. *Ao CR-RJ*. São Paulo, 22/10/1937. (CEMAP)

⁵⁴⁴ CR-SP. *Prezados Camaradas*. São Paulo 23/10/1937. (CEMAP); CR-SP. *Todo o Partido de pé contra as criminosas manobras fracionistas de Arnaldo, André e CIA*. São Paulo, 02/11/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth

⁵⁴⁵ BANGU (Silva). *Prezados camaradas da IC*. Rio de Janeiro, 17/01/1938. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

⁵⁴⁶ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 288.

Os CRs que foram cooptados pelos dissidentes indicaram delegados para uma reunião que, em novembro de 1937, criou um Comitê Central Provisório (CCP), que deveria dirigir o Partido até a realização da Conferência, onde se elegeria uma direção nacional definitiva. A composição do CC Provisório dos fracionistas era a seguinte: Heitor Ferreira Lima (Secretário Geral), Issa Maluf, Tito Batini, Celso (pseudônimo), Alberto Moniz da Rocha Barros, Carmo Giacomeli (pseudônimo Dreifus e até então secretário sindical do CR-SP), Attila Medeiros Rodrigues Silva, José Stacchini, Hermínio Sacchetta, Hilio de Lacerda Manna⁵⁴⁷. Tratava-se de um Comitê Central paralelo, de maneira que duas organizações políticas com táticas de conjuntura opostas começaram, ambas, a se reivindicar como sendo o PCB.

Imediatamente, o BP do PCB organizou um novo CR-SP, tendo a sua frente Sebastião Francisco e Domingos Pereira Marques. Porém, como Francisco era conhecido pela polícia, brevemente mudou-se para o Rio de Janeiro e a tarefa de dirigir o novo CR-SP ficou com Carlos Marighella⁵⁴⁸. O BP organizou um inquérito e um dossiê contando por sua própria lente a história da cisão e acompanhando as biografias políticas de Sacchetta, Lacerda Manna e Ferreira Lima. Entre as informações constantes no dossiê, estava a que Lacerda Manna teria se apropriado do caixa do CR-SP para benefício dos dissidentes. Em 12 de novembro de 1937, uma reunião do BP, foram expulsos do Partido Sacchetta, Lacerda Manna e Ferreira Lima, mas a informação só veio a público em março de 1938, pelas páginas de *A Classe Operária*⁵⁴⁹.

Carlos Marighella dispendeu imensa energia, dedicando todo seu tempo e trabalho em reerguer um CR do PCB em São Paulo. Procurou minuciosamente os militantes comunistas que não aderiram à cisão e os simpatizantes, buscando unificá-los e reorganizá-los. Sem qualquer recurso financeiro, seja próprio ou proveniente da direção nacional do PCB, executou todo o trabalho da forma como era possível, tentando tirar de uma situação muito adverse os melhores resultados possíveis. Juntamente com Miguel Costa Filho, cerrou as críticas contra o trotskismo em folhetos destinados à militância, buscando combater o grupo de Sacchetta e convencer aderentes do CR-SP paralelo a voltar para o PCB.

⁵⁴⁷ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 287.

⁵⁴⁸ BANGU. *Carta aos camaradas do CR-SP*. Rio de Janeiro, 26/10/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

⁵⁴⁹ CR-SP. *Levando uma luta sem tréguas contra todas as manobras e tentativas fracionistas, fortaleçamos a unidade orgânica e ideológica do Partido*. São Paulo, 12/11/1937. (CEMAP).

Para auxiliar Marighella, o BP do PCB enviou do Rio de Janeiro o militante Agostinho José de Carvalho, ex-funcionário da Light, que ficou encarregado da tarefa de datilografar os estênceis do material de propaganda do PCB. Também foi importante na tarefa de reconstrução do CR-SP, a tecelã Jamile Hadad e sua mãe, Eugênia Hadad. Esse grupo tratou de rearticular a circulação dos materiais comunistas pela cidade de São Paulo, que abordavam temas com a Guerra Civil Espanhola, o avanço do nazifascismo pela Europa, as posições e análises de conjuntura do PCB sobre o Estado Novo. Ainda mais difícil foi reerguer as finanças do CR-SP, visto que todo o dinheiro que antes dispunham ficou sob a posse do CR paralelo. Para tanto, organizaram rifas, listas de apoio ao jornal *A Classe Operária* e vendiam retratos de Prestes ao mesmo tempo que levantavam a palavra de ordem de anistia para os presos políticos de 1935.

O CR-SP vinculado ao PCB e dirigido por Carlos Marighella enfrentou a cisão mantendo a continuidade dos trabalhos cotidianos do Partido nos sindicatos e nos bairros operários, fazendo a publicação do jornal partidário e distribuição de panfletos, cartazes e material teórico. Apesar de dedicar muita atenção a responder as acusações feitas pelos fracionistas, não deixou de publicar material sobre a situação geral do país e do mundo, levantando as palavras de ordem do momento, o que consideravam crucial para enfrentar a difícil situação. Apesar do importante trabalho de resistência e reconstrução, o CR-SP do PCB só ganhou força e se sobressaiu contra o CR-SP fracionista depois das declarações da Internacional Comunista em favor do PCB e condenando o grupo de São Paulo, que desencadeou o retorno dos militantes que haviam cindido de volta para o Partido⁵⁵⁰.

No dia 14 de novembro de 1937 realizou-se a Conferência Regional dos dissidentes de São Paulo. Nela, havia delegados do setor sindical, juvenil, popular, do Socorro Vermelho, do Triângulo Mineiro e de Sorocaba. Este último, o ferroviário José Maria Crispim, assim como o Comitê Local de Sorocaba, não estava convencido da legitimidade da referida reunião, que em sua opinião, teve “caráter de irresponsabilidade”. Posteriormente, ele relatou ao BP do PCB como foi a Conferência Regional fracionista: uma reunião com dezesseis delegados, onde foram lidas longas teses criticando a direção nacional do Partido “sob a sonolência da maioria dos presentes” ao final da qual elegeram novo CR-SP⁵⁵¹. Além da região Noroeste, que estava alinhada ao PCB, também não

⁵⁵⁰ MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. P. 80 – 83.

⁵⁵¹ IRINEU. *Aos Camaradas do CR-SP*. Sorocaba, 22/11/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgar Leuenroth

estavam presentes os delegados da região de Rio Preto e de Santos, o que indicava que todo o interior do estado de São Paulo já via, pelo menos com desconfiança, o processo de “insurreição” contra a direção do PCB que o ex-CR-SP estava levando a cabo⁵⁵².

Durante o mês de novembro, os dissidentes paulistanos sofreram novas baixas para o BP do PCB: os irmãos Gertél (Noé e Eugênio), assim como Reinaldo mudaram de ideia e passaram a defender o BP, ao mesmo passo que o CR-RJ tomou decisão por manter-se sob a direção do BP do PCB e contra os fracionistas. Noé Gertél passou a defender que era preciso defender a direção nacional para preservar o Partido e evitar uma cisão, coisa que Sacchetta e Lacerda Manna estavam provocando, e lembrou ao seu irmão que a tendência fracionista de Sacchetta vinha de longa data e já fora motivo de assunto entre os dois⁵⁵³.

Eugênio, que teria participado da Conferência Regional da fração paulistana, ficou encarregado de ir ao Rio de Janeiro convencer o CR-RJ a aderir a dissidência. Convencendo-se ele mesmo estar equivocado, não cumpriu a tarefa, sendo determinante para o CR-RJ permanecer sob a disciplina do BP do PCB. Gertél escreveu uma carta de desligamento do CCP dissidente e do CR paralelo de São Paulo, explicando suas razões. Também o CR-RJ publicou resoluções condenando o fracionismo do grupo de São Paulo⁵⁵⁴.

O BP contatou os CRs enviando uma correspondência acompanhada do “inquérito” feito pelo CR-SP e, em algumas regiões, como em Goiás e Triângulo Mineiro, enviaram um emissário, encontrando efeito imediato: ainda no final de novembro o CR do Rio Grande do Sul abandonou a dissidência de São Paulo, seguido no começo de dezembro pelo CR da Bahia e do CR do Mato Grosso. Em janeiro, o CR de Minas Gerais fez autocrítica de suas posições e voltou a alinhar-se ao BP do PCB⁵⁵⁵. Outra importante vitória do BP do PCB foi conseguir o apoio da fração de Presos Políticos do Rio de Janeiro e da Comissão Militar Regional do PCB em São Paulo⁵⁵⁶.

O CCP também tentou reverter os realinhamentos dos CRs ao BP do PCB por meio de emissários aos estados, mas não conseguiu nenhum sucesso. Ainda em fevereiro

⁵⁵² CR-SP subordinado ao CCP do PCB. *Caros camaradas do Comitê Local de Santos*. São Paulo, 04/1938. Acervo Hermínio Sacchetta – Arquivo Edgard Leuenroth

⁵⁵³ CAMARGO. *Carta aos irmãos Brandão*. Rio de Janeiro, 07/11/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth

⁵⁵⁴ BRANDÃO [Eugênio Gertél]. *Carta ao BP do PCB, ao CR-SP e a todas as bases*. Sem local, sem data. CEMAP

⁵⁵⁵ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 304 – 305.

⁵⁵⁶ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 308.

de 1938, os fracionistas de São Paulo enviaram Pagu para o Rio de Janeiro com o objetivo de fazer aí uma Conferência Regional fracionista. Pagu foi apoiada por um pequeno grupo, incluindo um infiltrado trotskista chamado Lúcio Fragoso, que acompanhou todo o processo e enviou relatórios ao POL. Porém, todos os integrantes do grupo foram presos pela polícia em abril de 1938⁵⁵⁷.

O BP do PCB enviou carta para a IC em janeiro de 1938 por meio de Martins. Na carta que Bangu enviou a IC, informou que os Comitês Locais de Sorocaba e Santos haviam deixado de apoiar os fracionistas, voltando a estar sob direção do BP do PCB. Consta também a informação que de os fracionistas, no processo de cisão, apoderaram-se não apenas do caixa do Partido, mas também das gráficas em que eram impressas *A Classe Operária*⁵⁵⁸.

Em maio de 1938 *La Correspondance Internationale*, revista editada pelo Comitê Executivo da Internacional Comunista, publicou tradução de artigo do órgão de direção nacional da fração de São Paulo (o Comitê Central Provisório), o que lhes deu momentâneo respaldo na luta interna⁵⁵⁹. Mas tratou-se de um erro editorial propiciado pelo fato de que os fracionistas estavam imprimindo uma *A Classe Operária* paralela que teria sido enviada para a CE-IC passando-se pela *A Classe Operária* do PCB. O erro foi retificado um mês depois, em artigo de Fernando de Lacerda, que explicou a confusão. O artigo de Fernando de Lacerda reconhecia como correta a linha do BP do PCB, condenava os fracionistas como trotskistas e lançava a palavra de ordem de “união nacional de todo o povo brasileiro em defesa de democracia como a única capaz de derrotar o fascismo”⁵⁶⁰.

Em fevereiro de 1938 o CCP era apenas um grupo de ex-militantes do PCB em São Paulo, não tendo mais sob sua direção nenhum outro CR, de modo que os representantes de outros estados que faziam parte dele, Heitor Ferreira Lima, Attila Medeiros e Stacchini, eram, na verdade, também militantes de São Paulo. De toda maneira, ainda dirigiam a maior parte dos militantes que antes integravam o PCB na capital paulista, o que incluía a maioria do ex-CR-SP e seu secretariado, as células de bairro e de fábrica, além de algumas no interior do estado⁵⁶¹.

⁵⁵⁷ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 329.

⁵⁵⁸ BANGU. *Prezado amigo Gaspar*. Sem Local, 19/01/1938. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth

⁵⁵⁹ Au Brésil, le “nouvel État” de Getulio Vargas reste instable. *La Correspondance Internationale*, Paris, nº 26, 07/05/1938. P. 539

⁵⁶⁰ LACERDA, Fernando de. Contre l’activité des agents trotskistes du fascisme au Brésil. *La Correspondance Internationale*. Paris, nº 34, 18/06/1938. P. 778-9.

⁵⁶¹ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 327.

Tito Batini e Heitor Ferreira Lima propuseram ao CCP uma “pacificação com concessões recíprocas” com o BP do PCB, mas acabou sendo convencido a demover sua proposta, com a argumentação em torno dos princípios que motivavam a cisão e com a perspectiva de que receberiam apoio da IC. Por essa razão disso, em dezembro, o CCP havia enviado circular interna a suas células dizendo que não haveria conciliação possível com o BP do PCB⁵⁶².

No dia 23 de maio de 1938 a Rádio Moscou transmitiu um artigo publicado no *Izvestia* no qual se analisava a situação brasileira após a intentona integralista e davam-se diretivas e informava que em São Paulo um grupo trotskista havia tentado se apossar da direção do partido e fez que o CR-SP se insurgisse contra o PCB e a IC. Os fracionistas tentaram defender-se dizendo que a IC estava sendo vítima das manobras desesperadas do banguzismo e que a análise e proposta que dava em sua transmissão “coincidiavam exatamente” com as da fração de São Paulo, provando que eles é que seriam os verdadeiros comunistas e não o BP⁵⁶³. Porém, as transmissões da Rádio de Moscou continuaram reiterando a condenação da fração paulista nos meses seguintes, publicando inclusive os nomes de seus dirigentes. O efeito dos pronunciamentos da IC foi devastador para a dissidência paulista. Os militantes das células e seções sindicais deixaram em debandada o “CCP”, retornando a subordinar-se ao BP do PCB, e os simpatizantes sustaram suas contribuições para o “CCP” fracionista⁵⁶⁴.

Ao mesmo tempo, o CCP começou a sofrer com a queda de seus quadros pela prisão política, de maneira que entre abril e junho foram presos Issa Maluf, Attila Medeiros Rodrigues Silva, e os mais graves, Hermínio Sacchetta e Heitor Ferreira Lima, dois dos principais líderes da fração paulista. Em curto período, a fração de São Paulo viu-se sem a legitimidade da IC e sem as suas mais qualificadas lideranças (p. 355).

No segundo semestre de 1938, o PCB já havia retomado a publicação regular de seus órgãos de propaganda e passava a expedir em bom número panfletos e cartazes, indicando que recuperara também a força de seu aparelho. Os fracionistas arrependidos eram aceitos de volta ao Partido, porém, o organismo de base que recebia o pedido de retorno deveria enviar carta avisando o Comitê Central e o ex-fracionista deveria

⁵⁶² KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 328.

⁵⁶³ *Desmascaremos os renegados do antifascismo e da revolução*. São Paulo, 06/1938. Acervo Hermínio Sacchetta – Arquivo Edgard Leuenroth.

⁵⁶⁴ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 354.

apresentar uma declaração pública de autocritica por ter aderido ao fracionismo e condenando a iniciativa da dissidência paulista.

Os trotskistas do POL acompanharam com atenção o processo de luta interna no PCB e buscaram operar no sentido de trazer os elementos mais resolutos da cisão para o próprio partido. Entraram em contato com Pagu no Rio de Janeiro e enviaram para São Paulo Febus Gikovate, em fevereiro de 1938. Gikovate e Plínio Mello trataram de fazer as conversas com a direção do novo grupo de São Paulo ao longo de março e abril e logo informaram à direção do POL no Rio de Janeiro que “as conversações com o CCP iam muito bem”⁵⁶⁵.

Em dezembro de 1937, Rocha Barros estendeu dentro do grupo de São Paulo, a crítica ao BP do PCB para o campo organizativo, questionando o que o Partido exercia chamando de “centralismo democrático”. Para ele, o problema não era restrito apenas a eletividade dos dirigentes, mas também a ampliação da discussão e a liberdade de discussão e crítica em coexistência com a unidade de ação. Em razão dessa crítica, os fracionistas criaram uma circular interna que enviaram a toda a militância falando a respeito do centralismo democrático, exigindo que em todas as reuniões de célula houvesse um momento de análise de conjuntura nacional e internacional, estendendo a liberdade de crítica a todos os organismos de direção, até mesmo a IC, limitando as medidas disciplinares apenas àqueles que “sabotarem a unidade de ação”⁵⁶⁶.

A abertura de críticas à Internacional Comunista, agora declarada como possível de cometer erros e, portanto, colocando em dúvida a qualidade do centro diretivo mundial da revolução, acenderam o sinal de alerta na militância dissidente, pois era lugar comum na cultura comunista daquela época de que a IC congregava em suas fileiras os melhores e mais qualificados revolucionários do mundo e que suas ações eram corretas. Mas as críticas presentes na circular interna ainda avançaram no sentido de criticar a política de frente popular exercida pelos partidos comunistas da França e Espanha, afirmando que eles tinham pouca autonomia⁵⁶⁷, o que causou imediata reação dentro do CCP. Os militantes Pílula, Celso, Aparecida, Geraldo e Milton viram nelas claros desvios

⁵⁶⁵ DULLES. *O Comunismo no Brasil (1935 – 1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. P. 149.

⁵⁶⁶ CR-SP subordinado ao CCP. *Restauramos o centralismo democrático no Partido!* Circular nº 2. São Paulo, 02/1938. Acervo Hermínio Sacchetta – Arquivo Edgard Leuenroth

⁵⁶⁷ BRITO. *Espanha e França*. São Paulo, 04/1938. Acervo Hermínio Sacchetta – Arquivo Edgard Leuenroth

trotskistas. Reagindo, se indispuseram com a direção do CCP e foram afastados de seus cargos como secretários⁵⁶⁸.

Nas reuniões internas do CR-SP fracionista e do CPP, as críticas de Rocha Barros, circundado por Stacchini, passaram da condenação da frente popular francesa para a diplomacia soviética, que estaria freando o movimento proletário internacional e comprometendo a independência da própria URSS como baluarte da Revolução Mundial. Era nítido que essa crítica era feita há muito tempo por Leon Trotsky, deixando evidente que Rocha Barros já era, de fato, trotskista⁵⁶⁹.

Nesse ponto teve início o processo de “cisão dentro da cisão”, pois Rocha Barros foi apoiado por Stacchini e Sacchetta, enquanto Tito Batini e Heitor Ferreira Lima colocaram-se contra a adoção dessas ideias. O grupo Batini-Ferreira Lima tinha a maioria no secretariado do CCP, mas o de Sacchetta tinha a maioria do CR-SP fracionista. Em 22 de abril de 1938 ocorreu uma reunião conjunta do Secretariado Nacional e do Secretariado Regional de São Paulo para solucionar essas divergências. Esta reunião ratificou em linhas gerais as críticas do grupo de Rocha Barros e Sacchetta⁵⁷⁰.

Depois do golpe integralista, uma reunião do CR-SP fracionista adotou por quase unanimidade o ponto de vista de Rocha Barros. Uma semana depois, o secretariado do CR decidiu difundir um conjunto de textos sobre conjuntura nacional, internacional, agitprop e trabalho de massas, distribuindo-os aos quadros médios do CCP, mas não aos militantes de base. Os textos continham a crítica à frente popular francesa e espanhola e a crítica à diplomacia da URSS que estaria “freando o movimento proletário”. Esses textos fizeram a polêmica sair dos círculos restritos de direção e gerou protesto do Secretariado Nacional. O CCP decidiu não difundir os documentos propostos com as novas palavras de ordem e exigiu, sob alegação de respeito ao centralismo democrático, que a discussão sobre essas novas palavras fosse estendida a toda a organização⁵⁷¹.

O debate em torno das novas palavras de ordem se arrastou até julho quando o CCP passou a divulgar os documentos com os novos conteúdos. Por essa época, o CR-SP paralelo passou a propor um pleno ampliado para as questões polêmicas, com relatores por posição e liberdade de formação de tendências de discussão e crítica, o que era um novo indício de que os fracionistas, diferente do que diziam em público, já não seguiam

⁵⁶⁸ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 367.

⁵⁶⁹ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 368 – 9.

⁵⁷⁰ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 370

⁵⁷¹ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 371.

mais as diretivas e toda a teoria de conjunto da III Internacional. Evidentemente, essa proposta foi mais um passo para a cisão entre os cisionistas⁵⁷².

Em 19 de agosto, Hermínio Sacchetta conseguiu fugir da prisão e logo envolveu-se no debate tomando lado do CR-SP, isto é, dos novos trotskistas. Sacchetta, pelo menos desde abril, trocava cartas com um militante trotskista de pseudônimo Portela que articulava junto com ele para o grupo de São Paulo “acelerar o processo de diferenciação no stalinismo em decomposição”, o que incluía o início da publicação de textos de Trotsky. Sacchetta estabeleceu contatos também com Febus Gikovate e Plínio Gomes de Mello⁵⁷³.

Rocha Barros e Sacchetta decidiram propor a revogação do mandato do CCP, substituindo-o por outro da “ala esquerda”. Porém, em setembro, o CCP lançou uma brochura intitulada *Por uma viragem em todo o nosso trabalho!*, mantendo as críticas ao BP do PCB, mas atacando firmemente o trotskismo e defendendo a política de frente popular e do VII Congresso da IC e, em anexo, uma resolução anunciando o afastamento de Sacchetta e Rocha Barros de seus cargos, por serem “trotskizantes”, fazendo sabotagem na divulgação de materiais da IC para os militantes e usando a luta contra a direita para fazer “jogo trotskista”. Em seguida, o CR-SP soltou resolução dissolvendo o CCP, expulsando Tito Batini, José Zacharias Sá Carvalho e Edgar, como “traidores a serviço do banguzismo”. Rocha Barros, rompendo de vez o segredo, divulgou carta de desligamento do PCB e declarou-se trotskista publicamente⁵⁷⁴. Não demorou muito para que o CR-SP fracionista publicasse a sua própria carta de desligamento da IC, aderindo integralmente as ideias de Trotsky⁵⁷⁵.

Em 11 e 12 de outubro, quase no mesmo instante, foram presos Batini e os integrantes do CCP e Sacchetta. Em maio, todavia, o CR-SP do PCB foi dissolvido em decorrência da prisão de todos os seus membros. O Partido conseguiu montar novo CR, mas também este teve o mesmo destino em 1941. Antes mesmo do CR, em maio de 1940, fora preso toda a direção nacional do Partido, incluindo Bangu, André, Abóbora, Martins, Mauro, Domingos Pereira Marques, Sebastião Francisco, Joaquim Câmara Ferreira, Noé Gertel e outros, desarticulando o PCB até, pelo menos, 1943. Os integrantes do CCP, que

⁵⁷² CR-SP [fracionista]. *Carta aos Camaradas do CCP*. São Paulo, 07/06/1938. Acervo Hermínio Sacchetta – Arquivo Edgard Leuenroth

⁵⁷³ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 373.

⁵⁷⁴ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 375.

⁵⁷⁵ CR-SP. *Resolução e manifesto do Comitê Regional de São Paulo, rompendo com a III Internacional*. São Paulo, 11/1938 (CEMAP).

não aderiram ao trotskismo, ficaram por um tempo no limbo político, até que retornaram em boa parte ao PCB nos anos 1940. Já Rocha Barros, Stacchini, Sacchetta, Pagu e alguns outros fundaram a organização Dissidência Pró-reagrupamento da Vanguarda Revolucionária, que realizou uma Conferência conjunta com o POL, em abril de 1939, estabeleceram um patamar comum e fusionaram ambas as organizações. Em agosto, esta fusão resultou no Partido Socialista Revolucionário, seção brasileira da Quarta Internacional, cuja conferência de fundação ocorreu em setembro⁵⁷⁶.

5 – O PCB E A TEORIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

5.1. O marxismo, a III Internacional e sua estratégia e tática da revolução comunista para os países coloniais e semi-coloniais

Elaborar uma teoria da revolução é uma característica específica do marxismo em relação à outras correntes de pensamento do movimento operário, tanto no mundo quanto no Brasil. Seguindo a ideia básica de que para transformar a sociedade é preciso interpretá-la corretamente, os marxistas foram além da concepção de revolução como golpes de Estado organizados por um pequeno grupo conspiracionista que poderia, ou não, estar amparado em uma multidão popular em revolta. As elaborações teóricas que diferentes pensadores, políticos e militantes marxistas (em geral, essas três características ao mesmo tempo) criaram não versaram apenas sobre o sujeito da revolução, mas também sobre como organizar o sujeito revolucionário e o que a revolução tem de realizar para tornar-se, de fato, revolução. De tal sorte, para o marxismo, a mudança nas relações de propriedade, nas relações sociais de produção e na classe dirigente do Estado seriam essenciais para que a derrubada de um regime político por uma revolta popular pudesse ser chamada de “revolução”, guardando a polêmica com os anarquistas que insistiam em afirmar que toda a forma de Estado deveria ser abolida.

Livros de análise histórica e de conjuntura de Marx e Engels iniciaram o debate sobre a importância do operariado organizado pensar quais classes e grupos sociais poderiam ser seus principais aliados na empresa revolucionária. Assim, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, Marx deixa claro que foi crucial para a derrota da revolução de 1848, na França, a ausência de uma aliança dos operários da cidade com os camponeses. A forma como essas duas classes viviam apartadas, de maneira a não existir

⁵⁷⁶ KAREPOVS, Dainis. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 375 – 8.

uma política operária para os camponeses possibilitou que o Estado francês mobilizasse os camponeses como uma soldadesca de reserva para reprimir a revolução em Paris⁵⁷⁷.

Reservado o registro de que a experiência da I Internacional e da Comuna de Paris, bem como a fundação e desenvolvimento dos partidos social democratas, socialistas e trabalhistas deram novas contribuições para a “teoria da revolução” no movimento operário, Lênin avançou substancialmente nessa tarefa ao teorizar como, nas condições objetivas e particulares da Rússia, deveria desenvolver-se a revolução proletária, incluindo respostas à respeito de qual era o caráter do capitalismo russo, quais eram as forças motrizes da revolução na Rússia, qual a política de alianças correta para o movimento operário, qual a forma de organização adequada para a revolução, qual deve ser a classe dirigente após a tomada do poder e o que ela deve realizar.

Ainda no desterro em razão de sua atuação na organização União de Luta pela Emancipação da Classe Operária, Lênin escreveu *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, polemizando com os narodniks e defendendo a tese de que o capitalismo já se desenvolvia na Rússia de maneira inevitável, esboroando a ideia de revolução por meio das comunas rurais⁵⁷⁸. Com *O que Fazer?*, a polêmica é sobre o tipo de partido adequado para a revolução proletária e qual deve ser sua forma organizativa. Este livro de Lênin iniciou os pontos básicos do que veio a ser um partido comunista: voltado para a realização da revolução, e não apenas para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores; partido clandestino e de classe, teoricamente fundamentado no marxismo, reunindo os elementos conscientes (não espontâneos) do movimento operário como revolucionários profissionais⁵⁷⁹.

Com o livro *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, Lênin versa e estabelece outros parâmetros importantes: o caráter da revolução na Rússia (democrático-burguesa), sua força motriz (a classe operária), os principais aliados de classe do proletariado russo como força motriz da revolução (o campesinato e os elementos semi-proletários), o método mais adequado para a tomada do poder na Rússia (a insurreição), o caráter do Estado revolucionário após a tomada do poder (ditadura democrática do operariado e do campesinato).

⁵⁷⁷ Cf. MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁵⁷⁸ Cf. LÊNIN, Vladimir Ilich. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

⁵⁷⁹ Cf. LÊNIN, Vladimir Ilich. *O Que Fazer? Questões candentes de nosso movimento*. São Paulo: Boitempo, 2023.

Segundo Lênin, a revolução na Rússia seria uma revolução em duas etapas: uma revolução do proletariado dirigente aliado aos camponeses para realizar as tarefas históricas das revoluções burguesas (incluindo o desenvolvimento das forças produtivas, urbanização e industrialização do país) no mesmo passo em que se converte em revolução socialista⁵⁸⁰. Essa elaboração, exposta aqui de maneira simplificada, tornou-se a estratégia e a tática da revolução russa para os bolcheviques, sem grandes modificações, até pelo menos 1917, quando depois da queda do czarismo por meio de uma insurreição popular, Lênin publicou as suas *Teses de Abril*, argumentando que a revolução deveria avançar diretamente para a etapa socialista, dado o poder dual dos soviets e a incapacidade da burguesia de resolver crises como a guerra e a reforma agrária⁵⁸¹. A guerra civil, a devastação econômica e social que avassalou a Rússia durante os anos de 1918 a 1921 e o cerco à Rússia socialista pelos países capitalistas fizeram com que Lênin e o Partido Bolchevique operassem nova guinada nos rumos revolucionários. A Nova Política Econômica (NEP) reintroduziu elementos capitalistas, sugerindo que as "tarefas burguesas" não estavam totalmente resolvidas e a Rússia foi governada por um "capitalismo de Estado" que tinha como tarefa reconstruir a economia do país, para só então avançar para o socialismo⁵⁸².

Assim sendo, Marx e Engels iniciaram o debate sobre a importância de como a especificidade de cada país no contexto do capitalismo global era importante para pensar a revolução, mas foi Lênin que desenvolveu essa ideia de maneira sistemática como método político, transformando a análise das particularidades nacionais em ferramenta estratégica, capaz de articular táticas flexíveis. Dessa forma, tornou-se uma característica teórica fundamental do movimento comunista pensar a estratégia revolucionária como ciência da especificidade. Em outras palavras, era tarefa essencial analisar as condições objetivas do país de atuação em relação dialética com o desenvolvimento do capitalismo no mundo, delimitar a estratégia e a tática adequada para a revolução proletária e construir o partido revolucionário que deveria executá-la. A III Internacional dedicou parte significativa de sua história, com destaque para as teses de seus Congressos, a elaborar a estratégia e a tática da revolução mundial, absorvendo a experiência dos comunistas de cada país e em cada período das lutas de classes.

⁵⁸⁰ Cf. LÊNIN, Vladimir Ilich. *As Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática*. São Paulo: Boitempo, 2022.

⁵⁸¹ Cf. LÊNIN, Vladimir Ilich. *Teses de Abril*. São Paulo: Boitempo, 2017.

⁵⁸² Para uma qualitativa abordagem sobre estratégia e tática do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia durante os primeiros anos após a Revolução de Outubro, Cf.

Era inevitável, para concretizar esse desafio, elaborar uma teoria para a revolução a ser adotada pelos comunistas nos países da América Latina, bem como compreender que papel o processo revolucionário nesses países desempenharia para a almejada revolução mundial. A discussão a esse respeito é iniciada com o II Congresso, em que a IC buscou orientar a definição dos problemas nos países coloniais e semicoloniais. Ficava estabelecido a importância das revoluções nesses países para a derrocada das potências imperialistas e que essas revoluções se dariam por meio da união entre os movimentos revolucionários comunistas nos países imperialistas e os movimentos de libertação nacional nas colônias e semicolônias.

Nesse Congresso definiu-se que “a Internacional Comunista deve fazer acordos temporários e até mesmo alianças com os democratas-burgueses nas colônias e nos países atrasados, mas não deve se unir a eles. Ela deve manter a todo custo a independência do movimento proletário, por mais embrionário que ele seja”⁵⁸³. Desta forma a IC avaliava que os países coloniais e semicoloniais, incluindo América Latina, deveriam seguir aproximadamente o caminho indicado por Lênin em *As Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* no sentido de uma revolução em duas etapas, isto é, uma revolução democrático-burguesa que se converte concomitantemente em revolução socialista.

O primeiro documento da III Internacional sintetizando essas elaborações e direcionado à população das Américas é o *Apelo do Comitê Executivo da Internacional Comunista à Classe Operária das Duas Américas* de novembro de 1920, com entusiástico chamado para a classe trabalhadora e demais camadas oprimidas da população organizarem-se na luta pela revolução, tendo como principal inimigo o imperialismo norte-americano, visto como potência imperialista que exercia maior domínio sobre a América do Sul⁵⁸⁴. Em 1923, a IC lançou novo documento, o *Apelo do Comitê Executivo da Internacional Comunista aos operários e camponeses da América Latina*, buscando chamar atenção para o papel dos Estados Unidos e seu expansionismo em direção à América do Sul, definindo as burguesias dos países latino-americanos como aliadas do imperialismo estadunidense e conclamando a união dos operários e camponeses de todas as Américas⁵⁸⁵.

⁵⁸³ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil (1922 – 1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P. 41.

⁵⁸⁴ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil (1922 – 1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P. 45.

⁵⁸⁵ DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. P. 97.

O interesse da Internacional Comunista pela América latina cresceu paulatinamente e em razão do refluxo do movimento operário na Europa, do isolamento internacional da União Soviética, do processo de acontecimentos que compunham a revolução chinesa durante a década de 1920 e da ascensão dos Estados Unidos da América como novo país imperialista. Quando o Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista começou a funcionar, em maio de 1925, existiam apenas seis países latino-americanos com partidos comunistas organizados, fora o Brasil, sendo eles Argentina, Uruguai, Chile, Cuba, México e Guatemala. Especialmente o Partido Comunista da Argentina cumpriu o papel de centro organizador do movimento comunista no continente e tinha contato constante e direto com as direções da Internacional Comunista.

Entre os quadros intelectuais da IC que estudaram a América Latina neste período, destaca-se o assistente da CE-IC no SSA-IC, o suíço Jules Humbert-Droz, que em suas teses para o VI Congresso da IC, apresenta a interessante característica de ir na contramão da análise que se formava no interior do movimento comunista e não se refere em momento algum aos países latino-americanos como “feudais” ou “semi-feudais”, mas apenas como “semi-coloniais” e de “regime colonial capitalista. Apesar de Humbert-Droz ter apresentado e defendido essa análise nas teses preparatórias para o VI Congresso, ela não será absorvida nos mesmos termos e será corrente a definição desses países como “feudais” ou “semi-feudais”⁵⁸⁶.

O VI Congresso, ocorrido em 1928, deu especial atenção para os países definidos como colônias e semicolônias, entre eles os países latino-americanos. Apesar do foco de análise na China, Índia e países da África do Norte, especialmente o Egito, também a América Latina e o Brasil comparecem nas teses do VI Congresso, intituladas *Teses sobre*

⁵⁸⁶ MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia Inacabada*. São Paulo: Boitempo, 2022. P. 74. Jules Humbert-Droz foi um dos fundadores do Partido Comunista da Suíça e desempenhou um papel central na Internacional Comunista (IC), auxiliando os comunistas latino-americanos na organização e supervisão de suas atividades e teve uma participação fundamental na estruturação do Secretariado Sul-Americano da IC (SSA-IC), tornando-se uma peça-chave no fortalecimento do movimento na região. No VI Congresso da IC, Humbert-Droz, responsável pelo setor latino-americano, apresentou o mencionado relatório sobre a situação política e organizacional dos partidos comunistas do continente, bem como da formação econômico-social dos países da América Latina. No entanto, ele era um defensor das ideias de Nicolai Bukhárin, que, naquele período, enfrentava crescente isolamento político devido à sua defesa da continuidade da Nova Política Econômica (NEP) em oposição à planificação socialista da economia soviética. Esse cenário levou Humbert-Droz a sofrer consequências similares. Após o desfecho da luta interna que resultou na marginalização de Bukhárin dentro do movimento comunista mundial, Humbert-Droz apresentou uma autocrítica para permanecer como membro do Comitê Executivo da IC (CE-IC). Apesar disso, pouco tempo depois, ele se afastou gradualmente do movimento comunista e, na década de 1940, ingressou no Partido Social-Democrata da Suíça, onde chegou a ocupar o cargo de secretário-geral entre 1946 e 1965. Cf. DROZ-HUMBERT, Jules. *De Lénine à Staline: Dix ans au service de l'Internationale Communiste (1921 – 1931)*. Neuchâtel: La Cabonnière, 1971.

o movimento Revolucionário nas Colônias e Semicolônias, em que se definiu o caráter da revolução nesses países como democrático-burguesa, tendo como força motriz o operariado em aliança com o campesinato e cujo objetivo seria edificar uma ditadura democrática do proletariado e campesinato.

Nas revoluções dos países semicoloniais cumpriria grande papel a libertação do jugo imperialista e a revolução agrária, isto é, a luta contra os grandes donos de terra e a divisão das terras para os trabalhadores camponeses. A burguesia nacional é, na maioria dos casos, apresentada como já associada aos países imperialistas e, por isso, incapaz de realizar o papel de força motriz da revolução e tampouco de ser um aliado do proletariado, enquanto a pequena-burguesia é apresentada como uma força vacilante, de maneira que apenas seus elementos mais abnegados seriam capazes de se dedicar a luta revolucionária como aliados da classe operária⁵⁸⁷.

No Brasil, anarquistas e socialistas colocavam como objetivo a “revolução social do proletariado” desde fins do século XIX, sendo uma perspectiva nascida conjuntamente ao movimento operário. Contudo, no ano em que o PCB foi fundado, 1922, o termo “revolução” passou a fazer parte das capas dos jornais e dos discursos dos políticos burgueses em razão do levante do Forte de Copacabana e, dois anos depois, da tomada de São Paulo pelos tenentistas. Assim, a crise da Primeira República, na década de 1920, colocou o termo “revolução” na ordem do dia para os brasileiros e a troca de regime, ocorrida em 1930, acabou por receber esse título. Com isso, os mais variados sujeitos políticos colocavam em debate os rumos históricos do país, a perspectiva de profundas reformas na institucionalidade, formação de uma identidade do “ser brasileiro” ou então uma restauração dos ideais republicanos de 1889.

Foi nesse contexto que o PCB iniciou sua tarefa de elaborar uma teoria da revolução brasileira, inserindo no debate e nas perspectivas nacionais o horizonte do socialismo e da revolução do proletariado. Tal perspectiva sofreu muitos revezes e presenciou um intenso debate no interior de sua elaboração, logrou fundar o programa político de transformações e as linhas gerais da tática e da estratégia revolucionária defendida pela esquerda brasileira durante todo o século XX, pelo menos até a década de 1980, quando os regimes socialistas entram em crise e o PCB perdeu sua hegemonia no movimento operário brasileiro, em que pese também para esse resultado a imensa

⁵⁸⁷ Cf. *VI Congresso de la Internacional Comunista, Parte I*. México: Cuadernos Pasado y Presente, 1977.

perseguição policial e repressão que os comunistas sofreram durante o período da ditadura militar (1964 – 1985). Tratava-se do que ficou chamado estratégia “nacional-libertadora”.

Será nossa tarefa neste capítulo mostrar os passos iniciais dessa elaboração, sua transformação constante no interior da própria direção e entre os intelectuais do PCB, em sistemática ligação dialética com o movimento comunista internacional. No capítulo seguinte, mostraremos como no decorrer deste processo, surgiu uma vertente paulista, contraposta à elaboração oficial do PCB e da IC, buscando ser crítica a ela e apontar outros caminhos para a revolução brasileira. Expor o marxismo paulista e seus fundamentos teóricos e sociais será também nosso objetivo.

Neste capítulo, dedicado apenas a teoria da revolução brasileira do PCB, usaremos como fonte, prioritariamente os documentos oficiais do Partido e de seus intelectuais orgânicos que ocupavam cargos de direção e, portanto, tinham autoridade para representar a linha do Partido, não abordando as contribuições de militantes de modo geral e nem de dissidentes que, apesar de aliados do PCB, escreveram textos importantes sobre a teoria da revolução brasileira (como é o caso de Astrojildo Pereira e Leôncio Basbaum depois de 1930). Como nosso objetivo é a exposição do processo de elaboração da estratégia e tática da revolução brasileira no PCB para, depois, confrontá-la com a crítica dos dissidentes de São Paulo, reservaremos as notas de rodapé para comentários nossos a respeito da teoria da revolução brasileira, contextualizações e informações complementares.

5.2. Octávio Brandão, Astrojildo Pereira e a Teoria da Revolução Brasileira no PCB dos anos 1920

Os primeiros intelectuais orgânicos do movimento comunista a debruçarem-se na tarefa de construir a teoria da revolução brasileira foram Astrojildo Pereira e Octávio Brandão. Especialmente este último cumpriu papel de ponta de lança na discussão com o livro *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. Escrito no calor da hora da batida em retirada dos tenentistas na cidade de São Paulo em 1924, o livro de Brandão analisou a revolta liderada por Isidoro Dias Lopes como pedra de toque para deslindamento dos caminhos da revolução social no Brasil. Sob o pseudônimo de Fritz Mayer, propôs-se a fazer a primeira leitura marxista-leninista dos acontecimentos, abordando-os sob a perspectiva da luta de classes e o plano de fundo da formação econômico-social brasileira. Segundo as palavras do próprio autor

Estas páginas não constituem uma crônica da revolta de 1924 e sim um esboço da situação brasileira num dado momento histórico, um quadro geral do fenômeno histórico brasileiro em ligação com o fenômeno histórico internacional e como dependência deste. A história brasileira é um elo da cadeia histórica universal⁵⁸⁸.

Assim, Brandão apresenta o Brasil como uma “economia instável, baseada num produto secundário, o café, sujeito a todas as flutuações do mercado, precisando do óleo canforado dos empréstimos e valorizações”, elemento fundamental de uma economia “agrária e semi-feudal”⁵⁸⁹. Destaca a incipiência da indústria brasileira, restrita ao litoral e adjacências (13 mil indústrias e 290 mil operários, dos quais apenas 14 mil metalúrgicos, diz Octávio Brandão) contraposta ao domínio da grande propriedade agrária, isto é, do latifúndio, domínio este que viria já de quatro séculos, tendo raízes profundas na história do Brasil.

São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, para Brandão, são todos “estados agrários, feudais ou semi-feudais”, classifica os latifundiários como verdadeiros “senhores feudais” e os colonos das fazendas de café como “servos”. Com isso, Brandão objetivou explicitar as relações sociais de produção e trabalho existente entre essas duas classes, mas também tecer uma crítica ao reacionarismo dos fazendeiros, que na prática eram como senhores feudais.

Essa “oligarquia agrária” (note a mudança na definição terminológica da mesma classe social), dizia Brandão, “vive entrançada com a oligarquia financeira” e prova disso seria o papel do Banco do Brasil como financiador do café, bem como a ligação pessoal e de apoio político de banqueiros a fazendeiros e a relação familiar, de parentesco, compartilhada entre essas duas camadas das classes dominantes, em que pesasse também os cargos estatais ocupados por representantes delas.

Brandão apresenta a burguesia industrial como “menos reacionária” que os fazendeiros, o que se haveria verificado pelo apoio que deram para a revolta em São Paulo e a defesa que faziam da anistia para os tenentistas. Enfim, conclui que os mundos da oligarquia agrária e da burguesia industrial “são dois mundos que se chocam: o feudalismo e o industrialismo. O industrialismo despedaça o feudalismo. E o socialismo despedaçará o industrialismo burguês”⁵⁹⁰.

⁵⁸⁸ BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a Revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. P. 92.

⁵⁸⁹ BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a Revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. P. 33.

⁵⁹⁰ Idem. P. 47.

Entrando numa análise da formação econômico social brasileira, sob uma perspectiva histórica, Brandão expõe o Brasil como uma colônia de uma colônia até o ano de 1822, ano da Independência. Assim, a América Portuguesa nada mais era do que uma subcolônia da Inglaterra, pois que esta colonizava Portugal. Brandão deixa claro o caráter farsesco da Independência brasileira, visto que o país nasceu endividado e subserviente aos interesses ingleses, concluindo que “não pode haver independência política onde não há independência econômica”⁵⁹¹. Desde então, o Brasil não teria feito mais do que trabalhar para o lucro dos grandes banqueiros ingleses, acumulando empréstimos de cem anos com a Inglaterra e ainda não solvidos. Brandão também destacou a propriedade inglesa de grande parte da infraestrutura moderna brasileira: ferrovias, rádio, telégrafo e empresas de energia elétrica.

A Primeira Guerra Mundial teria sido um ponto de inflexão nessa constante. A disputa entre os países imperialistas pela partilha do mundo teria obrigado os ingleses a colocar toda sua atenção no campo de batalha europeu, deixando a América Latina livre para uma investida dos negócios estadunidenses, multiplicando aqui seus investimentos, instalação de bancos e oferecendo empréstimos ao Brasil. Terminada a Guerra, a Inglaterra voltou a buscar seu domínio sobre a América Latina, mas então encontrou dura concorrência dos estadunidenses.

Enquanto os negócios ingleses encontraram apoio na oligarquia agrária, empossada no Estado e seu representante maior no Presidente da República, Arthur Bernardes, o imperialismo estadunidense buscava sustentar as revoltas dos tenentes em São Paulo e pelo interior do Brasil. Seria prova disso o apoio da telegráfica norte-americana, United Press e do consórcio jornalístico Associated Press à revolta em São Paulo durante julho de 1924. Sintetizando a tese que defendia sobre a batalha de interesses imperialistas pelo Brasil, diz Brandão que

A luta pela supremacia no mercado brasileiro lança as burguesias inglesa e norte-americana numa guerra mortal. A Inglaterra apoia o presidente Bernardes, isto é, fazendeiro de café, agrário retrógrado. A América do Norte, direta ou indiretamente apoia os revoltosos, isto é, a pequena-burguesia, atrás da qual, mais cedo ou mais tarde, agirá a grande burguesia industrial⁵⁹².

Em resumo, a luta de classes no Brasil passava por um ponto determinante que era a batalha entre os agrários e os industriais, cada um respaldando-se em uma potência imperialista que lutava pelo terreno latino-americano na partilha do mundo. Essa cisão de interesses nas classes dominantes seria a porta de entrada para a revolução brasileira, cujo

⁵⁹¹ Idem. P. 92.

⁵⁹² Idem. P. 103.

caráter, Brandão não define abertamente até esta altura do livro, ainda que deixe subentendido uma etapa democrático-burguesa ao dizer que o industrialismo deveria vencer o agrarismo e depois ser vencido pelo socialismo.

Brandão insere o proletariado brasileiro como herdeiro das lutas emancipatórias das classes subalternas (o termo, caro a Antônio Gramsci, é de nossa responsabilidade e não foi usado por Brandão) que perpassaram a história do Brasil. Seria, portanto, um herdeiro das lutas dos escravos, dos indígenas e do trabalhador rural submetido a servidão. É importante notar que na primeira edição de seu livro, Brandão define os trabalhadores do campo como “proletariado rural”, tendo mudado posteriormente para “trabalhador rural”.

Para Brandão a história de lutas do proletariado industrial brasileiro nasceu com as lutas do fim do século XIX e define como momentos marcantes do movimento a fundação do jornal *Terra Livre*, por Neno Vasco, a campanha contra a Guerra em 1914, a greve geral de 1917 e o nascimento do jornal *A Plebe*, a tentativa de insurreição em 1918 no Rio de Janeiro, o PCB de 1919 e o jornal *Spartacus* e, por fim, o jornal *A Voz do Povo* e a crise do movimento operário. A fundação do PCB em 1922 e o surgimento de *A Classe Operária* aparecem como o ponto culminante de organização e consciência de classe do proletariado organizado.

Contudo, Brandão coloca como força motriz na etapa inicial da revolução brasileira, não os operários, mas a pequena-burguesia que, por sua vez, deveria ser derrotada em etapa posterior da revolução pelo proletariado. Tal concepção fica clara na “dialética da revolução” exposta pelo autor

Aplicando a dialética marxista à revolta de 1924, veremos o seguinte:

Afirmação: Artur Bernardes, o grande agrário, a grande propriedade rural.

Negação: Isidoro Dias Lopes, o pequeno-burguês, atrás do qual manobra o grande burguês industrial.

Negação da negação: revolução proletária, que negará Bernardes e negará Isidoro, e que por isso, fundirá os contrários, produzindo o que, há milênios, o grego Heráclito chamava: uma harmonia⁵⁹³.

Fica explícito em tal passagem que o papel de sujeito transformador da história, em primeiro momento, é apontado por Brandão como sendo a pequena-burguesia e não o proletariado. Este, apenas depois faria a sua revolução, cumprindo a fase final da revolução brasileira.

⁵⁹³ Idem. P. 105.

As teses do livro de Brandão são replicadas quase integralmente no documento do II Congresso do PCB, ocorrido no Rio de Janeiro, nos dias 16, 17 e 18 de maio de 1925. A própria abertura da primeira pauta do Congresso -características da situação política nacional - recebe o título “Agrarismo versus Industrialismo”. O parágrafo de abertura da tese a resume perfeitamente ao dizer

Toda a história política da República tem sido lastreada pela luta entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno. Luta quase sempre subterrânea, invisível, não raro disfarçada em compromissos mútuos e alianças temporárias, mas por vezes travada a luz do dia, violentamente⁵⁹⁴.

Ficou estabelecido no II Congresso do PCB que o agrarismo teria sido até então a corrente hegemônica na política brasileira, tendo encontrado um breve período em que perdeu para a burguesia industrial na luta pelos seus interesses durante a abolição da escravidão e Proclamação da República, voltando a dominar quase incontestemente depois desses episódios. Porém, o industrialismo não teria parado de crescer no país, o que abastecia o acirramento da luta contra os agrários.

O exército é definido como “democrata, liberal e pequeno burguês pela sua composição social”, tendo exercido papel progressista em eventos como a Proclamação da República. Assim, bem ao espírito do livro de Brandão, a revolta tenentista ocorrida em julho de 1924 em São Paulo é caracterizada

a) por suas origens fundamentais, como a expressão armada da luta pela hegemonia política travada entre agrarismo e o industrialismo; b) por seus processos de combate (complotismo militar) e suas manifestações políticas (liberalismo extremado, confusão e imprecisão de programas, deficiência de orientação; como um movimento essencialmente pequeno-burguês. Comprovam-no: a) as atitudes da burguesia comercial e industrial de São Paulo durante os dias de domínio, ali, dos revoltosos; b) a coparticipação e cumplicidade de elementos civis da pequena-burguesia, em São Paulo, no Rio e nos demais estados onde se verificaram levantes; c) a recente fundação de um partido dito socialista, organização tipicamente pequeno-burguesa, consubstanciando em seu programa os ideais revoltosos.

Em suma, a revolta de 5 de julho é, socialmente, um movimento da pequena-burguesia militar e civil – diretamente contra o agrarismo dominante e indiretamente em prol do industrialismo que luta pelo poder⁵⁹⁵.

O Congresso também seguiu os passos de Octávio Brandão ao definir o domínio imperialista inglês no Brasil como hegemônico até a Primeira Guerra Mundial, quando passou a concorrer com o imperialismo norte-americano, reafirmando também que os

⁵⁹⁴ II Congresso do PCB (Seção Brasileira da Internacional Comunista). *Teses e Resoluções*. Rio de Janeiro, 1925. (Coleção Internacional Comunista - AEL).

⁵⁹⁵ Idem. P. 1.

“yankees” apoiaram a revolta tenentista de 1924, enquanto os ingleses apoiaram o governo brasileiro.

Entretanto, no que diz respeito a delimitação das forças motrizes, o II Congresso do PCB parece guardar algumas diferenças com o que foi exposto por Octávio Brandão. Segundo consta em seu terceiro ponto das conclusões

Em face da pequena-burguesia, o PCB deve, sem alimentar ilusões democráticas e suas confusões ideológicas, antes combatendo-as decididamente, esforçar-se por conquistar ou pelo menos neutralizar seus elementos em vias de proletarização e em luta contra a grande burguesia industrial ou agrária. Numa palavra: O PCB, partido da classe operária, deve conduzir a pequena-burguesia e não ser conduzido por ela⁵⁹⁶.

Neste ponto, não há nada que pareça contradizer a análise de Brandão de que a pequena-burguesia seria a força motriz da revolução brasileira, mas adiciona elemento importante dizendo que é o PCB, partido da classe operária, que deve dirigir a pequena-burguesia em sua luta, seja contra a grande burguesia industrial ou agrária, o que fornece margem para entendermos que o PCB poderia conquistar a pequena-burguesia para seu lado, fazendo-a agir como aliada da classe operária e retirando-a da influência da burguesia industrial.

Entretanto, o II Congresso não esclareceu se a pequena-burguesia continuaria sendo, de fato, a força motriz da revolução ou se então a classe operária o seria, fazendo a pequena-burguesia agir sob o seu direcionamento, o que também pode ser inferido do fato de que o PCB é o partido da classe operária e estaria, no caso, dirigindo as ações da pequena-burguesia. A definição sobre o sujeito revolucionário da revolução brasileira fica envolta em confusão. De toda maneira, o ponto deixa claro uma espécie de determinação do PCB por uma aliança proletariado e pequena-burguesia, de modo que o campesinato ainda seria um desafio para o Partido, no sentido de conseguir contato com ele e organizá-lo.

A formulação da teoria da Revolução Brasileira recebe novo impulso e contribuição com o artigo de 1928 intitulado *O Proletariado perante a Revolução Democrática Pequeno-burguesa*. Esse texto, publicado na revista de discussão interna do PCB criada para constituir material de estudo para o III Congresso chamada *Autocrítica*, é um prosseguimento das pesquisas e elaborações teóricas de Octávio Brandão, podendo ser considerado uma continuação de *Agrarismo e Industrialismo* desenvolvida pelo autor.

⁵⁹⁶ Idem. P. 6

Desta vez, Brandão não se preocupou em formular sobre a formação econômico-social brasileira, aparentemente estando de acordo com o já exposto em seu livro de 1925, não vendo necessidade de fazer correções ou novas considerações. Seu foco está na estratégia e na tática da revolução no Brasil, principalmente na política de alianças que deveria ser concretizada pelo PCB e nas etapas pelas quais passaria o processo revolucionário.

O dirigente comunista alagoano defende neste texto que a pequena-burguesia seria responsável por disparar o processo revolucionário em nosso país, estando fora de perspectiva a conquista imediata do poder pelo proletariado. Seria, dessa forma, uma necessidade do desenvolvimento da revolução brasileira a passagem pelo que chamava de “revolução democrática pequeno-burguesa”. Seria durante o processo mesmo desta “revolução pequeno-burguesa” que o proletariado se fortaleceria para tomar as rédeas do processo e transformar a revolução em revolução de sua própria classe social. Para que isso se realizasse, seria necessário a preparação imediata da construção da hegemonia do proletariado na revolução. Construir tal hegemonia seria de extrema importância mesmo na primeira etapa, pois além de preparar o caminho para a revolução socialista, o proletariado precisaria desempenhar o papel de principal aliado da pequena-burguesia em sua revolução, caso contrário, ela buscaria o apoio da burguesia e trilharia um caminho conservador ou reacionário no processo das transformações políticas e sociais.

De tal sorte, a revolução no Brasil exigiria do proletariado e seu Partido uma série de alianças de acordo com a conjuntura. Em primeiro momento, a aliança seria do proletariado urbano e rural com os “revoltosos pequeno-burgueses”, leia-se, com os tenentistas e com a Coluna Prestes e com a grande burguesia liberal (industriais e comerciantes) para a derrubada do Partido Republicano e da dominação política dos fazendeiros, colocando fim no que Brandão chama de Estado Agrário. Depois, o proletariado urbano e rural, juntamente com a pequena-burguesia, deveria voltar suas armas contra a grande burguesia brasileira, associada ao imperialismo, que se faria reticente em eliminar as relações sociais de produção retrógradas, que Brandão chama de “restos do feudalismo”. A última etapa da revolução presenciaria uma aliança do proletariado urbano e rural com a “fração verdadeiramente revolucionária dos pequeno-burgueses” para estabelecer a República Proletária. Brandão salienta que em todo o processo revolucionário brasileiro o proletariado deveria ser “dirigido pelo seu partido”.

Arrematando seu raciocínio, Octávio Brandão fez uma descrição do caminho para a Revolução Brasileira.

Para o período atual, preconizamos a primeira forma de aliança, completando-a com as explicações seguintes: 1º) realizar a frente única momentânea de todas as forças que lutam contra o Partido Republicano e o Estado Agrário; 2º) aliança ideológica e orgânica, dentro de um certo limite, com os revoltosos pequeno-burgueses; 3º) nenhuma confusão, nenhuma fusão, nem mistura, nem combinação; 4º) ação paralela de forças independentes, como nos meetings do Núcleo de Defesa dos Direitos Constitucionais; 5º) combater a influência da pequena-burguesia revoltosa e da grande burguesia liberal sobre o proletariado, acentuando a independência orgânica e ideológica da nossa classe e do nosso Partido; 6º) desmascarar os sofistas, as tapeações e a demagogia da grande burguesia liberal; 7º) criticar as ilusões e as oscilações da pequena-burguesia em geral e dos revoltosos em particular; 8º) criticar seriamente as tendências fascistas entre os revoltosos para que a revolução democrática não degenerem em ditadura fascista⁵⁹⁷.

O autor deixa claro que as alianças só poderiam ser feitas sob determinadas condições: conservação da independência política de classe do proletariado e que este não ficasse a reboque da pequena-burguesia ou burguesia, bem como a conservação do direito de crítica e análise por parte do proletariado e seu Partido. O objetivo das alianças, enfim, seria a hegemonia proletária no processo revolucionário. Para melhor explicar sua proposição, Brandão a define como “uma ação paralela de forças independentes visando um fim comum: a derrubada do inimigo comum”⁵⁹⁸.

Brandão considerava a revolta liderada pelos pequeno-burgueses (tenentistas) inevitável e seria um grande erro do PCB abster-se da situação, ficando a reboque das massas. Segundo ele, “as massas aderirão aos revoltosos, primeiro aos grupos, depois em cardume...”⁵⁹⁹, de tal forma que “seria o cúmulo o nosso Partido assistir, de braços cruzados, a massa trabalhadora rebocada pela pequena-burguesia. A classe do futuro como instrumento do Homem-pêndulo”⁶⁰⁰.

Portanto, Octávio Brandão concluía que o PCB deveria ser favorável a revolução democrática pequeno-burguesa.

A revolução democrática pequeno-burguesa do Brasil poderá ser uma revolução de libertação nacional fazendo desaparecerem o feudalismo e os restos da escravidão, extinguindo a dependência econômica e política, atacando a sujeição imperialista estrangeira e colocando o país em pé de igualdade com as potências burguesas. Efetuar-se-a num país semi-colonial, lutando ao mesmo tempo contra o feudalismo e o imperialismo coligados, realizando o nosso 1789 e uma revolução lembrando a chinesa antes da traição de 1927. Será tanto mais anti-imperialista quanto melhor soubermos conquistar

⁵⁹⁷ BRANDÃO, Octávio. *O Proletariado perante a Revolução Democrática Pequeno-burguesa*. Autocrítica, nº 6. Rio de Janeiro, 1928. P. 13.

⁵⁹⁸ Idem. P. 14.

⁵⁹⁹ Idem.

⁶⁰⁰ Idem.

os revoltosos. Será na primeira etapa uma revolução pequeno-burguesa em que o proletariado irá transformando-se na verdadeira força motora⁶⁰¹.

Brandão encerra seu texto sustentando que a melhor maneira de dissipar a confusão ideológica da pequena-burguesia seria fazendo-a estreitar laços com o partido do proletariado. A aliança deveria ser ideológica e orgânica contra o inimigo comum. Dentro dessa aliança, o proletariado deveria lutar por sua hegemonia política. A frente única com a pequena-burguesia deveria ser realizada tanto pelo cume (ou seja, pelas direções partidárias) quanto pela base.

Também em 1928, Astrojildo Pereira publicou uma série de textos na *Revista Sudamericana*, órgão do SSA-IC, analisando a situação brasileira. Seus textos, se comparados com o artigo de Octávio Brandão, evidenciam a divergência entre os intelectuais do PCB a respeito de assuntos importantes. Astrojildo está de acordo com o caráter agrário da economia brasileira, mas verifica um processo crescente de industrialização não apenas da economia geral do país, mas também da própria economia rural. Assim, dizia o Secretário Geral do PCB que

Fenômeno essencial, digno de ser sublinhado, na economia do café, é o constituído pelo processo de industrialização das fazendas, desde o ponto de vista técnico, seja do ponto de vista comercial e ainda do ponto de vista jurídico. As maiores fazendas de S. Paulo são hoje propriedade de sociedades anônimas constituídas por capitais nacionais e estrangeiros, e destes, o inglês sobretudo⁶⁰²[tradução nossa].

Faziam parte do processo de industrialização das fazendas, dizia Astrojildo, a eletrificação, a irrigação das plantações com uso de maquinário, a implantação de instalações telefônicas, o estabelecimento de rotas diretas com as vias férreas para escoamento da produção, o próprio avanço do estabelecimento das ferrovias pelo interior do país, ligando as fazendas aos centros de comércio e aos portos. O próprio complexo de produção das grandes fazendas de café tomava contornos parecidos com o das fábricas paulistanas

Ademais, os edifícios de residência e os escritórios para os proprietários, administradores, empregados superiores, habitações para os colonos, etc, a fazenda possui máquinas e depósitos, usinas de preparação de outros cultivos suplementares (arroz, algodão, farinha de mandioca), oficinas, fornos de tijolos, serrarias, escolas, farmácias, médicos, igrejas, restaurantes, padarias, cinemas, instalações de rádio etc⁶⁰³.

⁶⁰¹ Idem.

⁶⁰² PEREIRA, Astrojildo. Brasil: Situación económica. *La Correspondencia Sudamericana*, nº 1, Buenos Aires, 01/08/1928. P. 7.

⁶⁰³ Idem.

Portanto, o processo de industrialização pelo qual passava o Brasil não deveria ser encarado apenas do ponto de vista fabril e urbano, mas também rural, visto que a produção moderna dos artigos do campo exigia o uso cada vez maior da tecnologia e do aperfeiçoamento das técnicas de produção e escoamento para o mercado. De toda maneira, o essencial era caracterizar o atual momento como “transição da economia agrária para a economia industrial”⁶⁰⁴.

Astrojildo também apresentava estar em dissonância com Octávio Brandão a respeito da configuração da classe dominante brasileira, afirmando que “[...] são os mesmos grande fazendeiros e proprietários de terras [...] que se transferem para as cidades e ali intervêm nas indústrias”, deixando claro que para ele a contradição “agrários contra industriais”⁶⁰⁵ não correspondia aos fatos, pois a raiz da industrialização brasileira era o capital agrário e, muitas vezes, a indústria era apenas mais um ramo de investimento dos grandes latifundiários.

Em novo escrito, datado de 15 de setembro de 1928, Astrojildo, depois de resumir a história do PCB desde 1922, versa sobre o mesmo assunto que Brandão em seu *O proletariado diante da revolução democrático pequeno-burguesa*, ou seja, a probabilidade de uma nova revolta capitaneada pelos militares dissidentes e apoiada pela população proletária e pelas classes médias. Frente a isso, Astrojildo, ecoando as discussões do CC, defendia que o PCB não poderia ficar indiferente perante a revolta e nem ficar a reboque. Seu dever seria agir para “colocar-se a frente das massas procurando conquistar não somente a direção de uma fração proletária senão a hegemonia de todo o movimento”⁶⁰⁶. Para tanto, reafirma também algumas condições básicas para que a aliança com a Coluna Prestes fosse possível. Seriam elas: independência e autonomia para o PCB, liberdade de propaganda para o PCB, liberdade de crítica durante o decorrer do movimento revolucionário, que a aliança ocorresse em torno do programa básico do BOC, aceitação pela Coluna Prestes da criação pelo PCB de um Comitê Militar Revolucionário, representação do Partido no Estado Maior revolucionário e armamento do proletariado com formação de unidades operárias de combate⁶⁰⁷.

O III Congresso do PCB, porém, mesmo afirmando que o desenrolar dos acontecimentos nacionais teriam comprovado as teses do II Congresso, nega as teses

⁶⁰⁴ Idem. P. 9.

⁶⁰⁵ PEREIRA, Astrojildo. Brasil: Síntese da Política atual. *Correspondencia Sudamericana*, nº 3, Buenos Aires, 31/08/1928. P.

⁶⁰⁶ PEREIRA, Astrojildo. Brasil: La situación política. *Correspondencia Sudamericana*, nº 3, Buenos Aires, 15/09/1928. P. 15.

⁶⁰⁷ Idem.

recentes de Brandão ao complementar que “o resultado mais importante desse processo [...] está, por um lado, na aliança contrarrevolucionária da burguesia agrária e industrial, submetida em bloco ao imperialismo”⁶⁰⁸, liquidando assim a concepção de que uma das contradições básicas da luta de classes no Brasil era entre o agrarismo e o industrialismo.

A análise da formação econômico-social brasileira, todavia, não difere muito da feita por Brandão em seus escritos já mencionados. O Brasil teria uma economia predominantemente agrária, do tipo “semifeudal, semicolonial”, com predomínio do latifúndio que empregava trabalhadores em condições de semisservidão. A indústria brasileira seria incipiente e voltada para produção de bens de consumo e não para bens de produção. O Brasil padecia do ciclo vicioso característico das economias coloniais de exportar produtos do solo e subsolo a preço baixo e importar a preço alto os manufaturados, maquinária e meios de produção, deixando o país submisso aos países imperialistas.

A economia brasileira estaria estruturada por quatro regiões de produção: o extremo norte e a produção de borracha, o nordeste e a produção de açúcar, o centro sul e a produção de café e, por último, o extremo sul e a produção de gado e cereais. Destes produtos, o café teria papel de destaque representando 30% da produção agrícola, representando 70% do valor total da exportação brasileira e deixando o Brasil dono de dois terços da produção mundial de café.

A indústria brasileira crescia aceleradamente, principalmente nas regiões produtoras de café, sugerindo investimentos dos fazendeiros no ramo industrial. O III Congresso, entretanto, pondera que o desenvolvimento industrial estava subordinado ao capital anglo-americano, estabelecendo o domínio imperialista também sobre esse setor da economia. Assim, indústrias estrangeiras consolidavam-se no Brasil como donas e financiadoras de estradas de ferro, portos e na produção de energia elétrica.

Para o III Congresso do PCB, o imperialismo controlava os principais postos de comando da economia nacional e manobra o desenvolvimento dela segundo os seus interesses. Seria um exemplo do esforço dos países imperialistas em manter o Brasil como um país subalterno a situação das jazidas de ferro brasileiras, compradas por grupos estrangeiros que as deixavam paradas, sem explorar, impedindo o desenvolvimento do país.

⁶⁰⁸ Partido Comunista do Brasil (PCB). *Teses e Resoluções do III Congresso*. Rio de Janeiro, 1928 – 1929. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista).

Resumindo, o III Congresso estabelece

[...] enfim, o período atual, fundamentalmente, é um período de luta entre as forças internas de expansão, propulsionadas por fatores de natureza diversas, e as forças externas de compressão, sustentadas pelo imperialismo, que suga, explora e oprime as energias do país.

De tudo isto resulta uma situação de instabilidade crescente na economia, na correlação de forças⁶⁰⁹.

O segundo capítulo das teses Congressuais, que recebe o título de “Reagrupamento das Forças Políticas” é o que mais se aproxima, pelo menos em seu início, das anteriores teses de Brandão e do II Congresso no que diz respeito a análise das lutas de classes. Ela reafirma o predomínio do imperialismo inglês sobre o Brasil até a Primeira Guerra Mundial, momento em que o imperialismo norte-americano começara a investir seus empreendimentos no país e disputar os mercados com a Inglaterra.

Ainda o diagnóstico sobre as revoltas tenentistas de 1922 e 1924 permanece o mesmo, isto é, uma revolta da pequena-burguesia apoiada pela burguesia industrial, por sua vez alinhada ao imperialismo norte-americano contra o domínio dos agrários apoiados pelos ingleses. Mas o III Congresso avança em relação ao segundo e diverge das teses de Brandão ao inserir um diagnóstico sobre a Coluna Prestes e o papel que ela desempenhou no desenvolvimento da luta de classes no Brasil. Senão vejamos

Nas duas primeiras etapas da revolução, no 5 de julho de 22 ao 5 de julho de 24, a burguesia industrial e liberal procurou dirigir o movimento no sentido de um agrupamento com a pequena-burguesia contra a burguesia agrária e conservadora. Mas a intervenção das massas populares, que ameaçava imprimir ao movimento um caráter pronunciadamente anticapitalista fez recuar a burguesia industrial e liberal. Na sua terceira etapa (Coluna Prestes, 1925 – 26), a revolução desenvolveu-se num sentido cada vez mais popular, tendendo a agrupar mais estreitamente a pequena-burguesia e a massa trabalhadora em geral contra a burguesia agrária e industrial, cuja aliança, visando dar solução “pacífica” e “legal” aos problemas nacionais exacerbados pela revolução, é resultado da capitulação da burguesia liberal diante do imperialismo. Atualmente, o movimento – amadurecendo para nova explosão – se processa na base da luta das grandes massas contra os vestígios de escravidão econômica e política, contra o jugo imperialista, por melhores condições de vida e trabalho.

Esta tendencia, mais e mais acentuada, para aliança da pequena-burguesia com o proletariado, é um puro reflexo da proletarização e radicalização das camadas mais pobres da população, o que, por sua vez, é resultado da aliança entre as duas frações da grande burguesia nacional. Porque a aliança visa, antes de mais nada, reforçar a exploração das massas laboriosas⁶¹⁰.

De tal sorte, enquanto Brandão, em seu texto sobre a revolução democrático pequeno-burguesa pugnava por uma aliança entre o proletariado urbano e rural, a pequena-burguesia e a burguesia industrial contra a dominação dos grandes fazendeiros

⁶⁰⁹ Idem. P. 5 – 6.

⁶¹⁰ Idem. P. 6.

e pela derrubada do Estado Agrário na primeira etapa da revolução, o III Congresso avaliava que a burguesia industrial já havia se aliado a burguesia agrária, de maneira que o principal aliado do proletariado na revolução seria a pequena-burguesia, representada principalmente pela Coluna Prestes. Não é demais salientar que no diagnóstico do III Congresso do PCB, a Coluna Prestes, juntamente com a radicalização que o proletariado dava as revoltas tenentistas, teria sido ponto de ignição para a união da massa popular contra a burguesia em geral, empurrando a burguesia industrial a aliar-se a burguesia agrária.

Em seguida, o III Congresso estabelece uma resolução sobre o surgimento do Partido Democrático de São Paulo, partido este que já havia causado confusão de ordem política nas fileiras do PCB⁶¹¹.

Não foi por acaso que o Partido Democrático se fundou precisamente depois da explosão de 1924 e precisamente em São Paulo. Baseado em uma plataforma “liberal” e “democrática”, de forma super demagógica, ele atrai para suas fileiras e procura manter, sob sua influência, largas massas populares da pequena-burguesia e mesmo da classe operária. Mas sua direção está em mãos da grande burguesia, e toda sua atividade visa a aplicação de soluções pacifistas, por meio do voto secreto e outras panaceias deste gênero. Seu programa resume-se nisto: “representação e justiça”, palavreado arquivado e arquivado, destinado unicamente a amortecer os descontentamentos da massa popular. Ao mesmo tempo, na sua qualidade de mão esquerda da burguesia, o Partido Democrático prepara-se para, a favor das circunstâncias, subir ao poder, como sucessor “pacífico” – pelo milagre do voto secreto – da mão direita, conservadora e reacionária, que se acha no governo⁶¹².

A análise do Partido Democrático como uma força política recém-surgida na política brasileira importava para estabelecer claramente a configuração da correlação de forças e as possibilidades de alianças do PCB para a luta durante a crise da Primeira República. O Partido, com esta avaliação, deixava definitivamente de fora de seu arco de alianças o Partido Democrático, por ser este um representante da burguesia, compartilhando os interesses do PRP e diferindo-se apenas na proposta de gestão do Estado burguês e de lidar com as contradições da luta de classes.

⁶¹¹ Um dos partidos embriões do PD-SP, o Partido da Mocidade, recebeu texto apologético na imprensa paulistana por parte de um militante do PCB, que foi então repreendido por Octávio Brandão. Afonso Schmidt, um dos fundadores do PCB em São Paulo, havia também defendido o Partido da Mocidade por isso foi expulso do PCB. O CR-SP, por sua vez, retirou a candidatura do BOC-SP nas eleições de fevereiro de 1928 para lançar apoio aos candidatos do PD, gerando acirrada polêmica entre o CC do PCB e, principalmente, Plínio Mello nas páginas da revista *Auto-crítica*. A carta em que Plínio Mello defende a aliança com o Partido Democrático será analisada por nós no próximo subcapítulo. Cf. ANDRETO, L.A. *A Formação do Partido Comunista do Brasil (PCB) na Cidade de São Paulo (1922 – 1930)*. UNESP: Assis, 2018. P. 191 – 192.

⁶¹² Partido Comunista do Brasil (PCB). *Teses e Resoluções do III Congresso*. Rio de Janeiro, 1928 – 1929. P. 6. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista).

O III Congresso avaliava que o Brasil caminhava para um momento de ruptura, em que se desenhava uma “solução pacífica” e uma “solução revolucionária” para a crise do país. A solução pacífica estava representada pelo programa do Partido Democrático de São Paulo e, se concretizada, seria “a capitulação da burguesia nacional perante o imperialismo, a consolidação das forças reacionárias internas e uma cada vez maior escravização das massas laboriosas ao capitalismo nacional e o imperialismo”⁶¹³. A solução revolucionária, por sua vez, era apresentada pelo Partido Comunista e significava a “luta contra o imperialismo, luta contra o capitalismo nacional, luta pela libertação de milhões de explorados e oprimidos, luta pela implantação do governo operário e camponês”⁶¹⁴.

Frente a perspectiva da “terceira revolta”, o Partido Comunista via-se na tarefa de ser a vanguarda das massas trabalhadoras a fim de conquistar, por etapas, a hegemonia do movimento. Para isso, o Partido Comunista deveria “proceder uma série de manobras políticas e táticas, estabelecendo alianças com as demais forças revolucionárias vizinhas do proletariado”. O bloco político formado por essas alianças deveria ser liderado pelo PCB de maneira que “essa tarefa específica, já iniciada com êxito pelo Bloco Operário e Camponês”⁶¹⁵. O aliado prioritário seria a Coluna Prestes, entendida como “vanguarda revolucionária da pequena-burguesia”⁶¹⁶.

Segundo o III Congresso do PCB

Os revolucionários da Coluna Prestes simpatizam particularmente com a nossa luta contra o imperialismo, o que é da maior importância, se bem que sua simpatia parta do ponto de vista patriótico e nacionalista. Existe, igualmente, entre eles, uma direita, com tendência pró-fascista. É um perigo real, que não devemos desconhecer, antes devemos encarar de frente, para melhor combatê-lo e vencê-lo. Neste sentido, a aliança e a luta comum do Partido Comunista e da esquerda revolucionária da pequeno-burguesia constituirão o melhor meio de depuração dos perigos pró-fascistas da direita⁶¹⁷.

Assim como nas formulações de Brandão, a aliança só poderia realizar-se sob a condição de completa independência do PCB. A análise vai no sentido de que

A revolução iniciada em 1922-24 é uma revolução democrática, agrária, anti-imperialista, e seu conteúdo essencial pode ser assim formulado:

- a) Solução do problema agrário, confiscação da terra;
- b) Supressão dos vestígios semi-feudais;
- c) Libertação do jugo do capital estrangeiro.

⁶¹³ Idem.

⁶¹⁴ Idem. P. 7

⁶¹⁵ Idem. P. 7.

⁶¹⁶ Idem.

⁶¹⁷ Idem.

Pela solução destes problemas, que são fundamentais, lutará o Partido Comunista, com todas as suas forças, colocando o proletariado na vanguarda de todo o movimento.

A revolução, se permanece sob direção da pequena burguesia, não pode ser consequente com seus próprios objetivos. Somente o proletariado, que é a classe mais avançada, pode fazê-la atingir seus objetivos finais, impulsionando-a sempre para frente⁶¹⁸.

À vista disso, o III Congresso do PCB delimitava claras divergências com as teses de Octávio Brandão. Primeiramente, estreitou significativamente o arco de alianças, retirando não apenas a burguesia industrial, mas também os “revoltosos” de 1922 e 1924, leia-se, os tenentistas, que não fossem aqueles diretamente ligados a Coluna Prestes.

A aliança da classe operária com a pequena-burguesia deveria ser concretizada politicamente pela coalisão entre PCB e, especificamente, a Coluna Prestes. Mais importante é a clara definição da classe operária como vanguarda e dirigente de todo o processo revolucionário, de maneira que não caberia à pequena-burguesia ser força motriz da revolução brasileira em nenhum momento, nem mesmo no começo, ou “primeira etapa” da revolução, como afirmava Brandão, sob o perigo desta “não ser consequente com seus próprios objetivos”.

Também as etapas do processo revolucionário, definidas pelo dirigente comunista alagoano, desapareceram para dar lugar a um único ato em que o PCB deveria alargar sua influência entre as massas populares, organizar a classe trabalhadora e solidificar sua aliança com a parcela revolucionária da pequena-burguesia para derrubar o poder da burguesia tanto industrial quanto agrária e, consequentemente, dos imperialismos que disputavam terreno pelo mercado brasileiro (imperialismo inglês e norte-americano).

O caráter da revolução brasileira não é definido de maneira direta, mas existe a menção de uma “revolução democrática, agrária e anti-imperialista” herdeira das revoltas tenentistas que parece ser o ponto de encontro para a aliança com o PCB. De toda forma, não há nenhuma referência a “revolução democrática pequeno-burguesa”, deixando claro que também está proposta de Brandão foi rejeitada pelo Congresso.

A grande ausência nas teses que versam sobre estratégia e tática da revolução brasileira no III Congresso é o papel que deveria ser desempenhado pelo campesinato ou trabalhadores rurais. Não há muitas alusões a uma aliança operária e camponesa, de maneira que o principal aliado da classe trabalhadora brasileira acaba por ser definido como a pequena-burguesia. Esta ausência é explicada pela praticamente nula inserção do PCB entre os trabalhadores rurais até aquele momento, sendo também diminuto o

⁶¹⁸ Idem.

acúmulo teórico a respeito dos mesmos, o que é admitido pelo próprio Congresso em capítulo específico para o assunto, denominado “Sobre a Questão Camponesa”.

Até aqui a questão camponesa não havia sido examinada pelo Partido com a necessária atenção. Só nestes últimos tempos começou ela a interessar alguns dos nossos militantes, cujos estudos e observações foram publicados principalmente nos diversos números de *Auto-crítica*. Posta na ordem do dia do III Congresso, como ponto dos mais importantes a ser debatido, sua discussão deu ensejo a que se reunissem informações e materiais do maior interesse. De tal sorte, o III Congresso marca já uma notável progressão na questão. Ela é, porém, extremamente difícil, nas condições do Brasil, onde a enorme extensão territorial cria diferenças profundas de situação entre as várias regiões do país. Não é possível, destarte, formular teses definitivas, nem traçar diretivas completas para o trabalho próximo do Partido. Limita-se, portanto, o III Congresso a publicar todo o material recolhido e, na base dos relatórios ouvidos e da discussão verificada, estabelecer uma série de palavras de ordem provisórias, de aplicação geral umas e outras de aplicação particular a certas regiões. Ao mesmo tempo, o III Congresso encarrega o novo Comitê Central de proceder o mais pormenorizado estudo desta questão, para esse fim criando em seu seio uma comissão especial, a qual todo o Partido deverá prestar a mais atenta e decidida colaboração⁶¹⁹.

Assim, fica claro que o III Congresso do PCB não definiu o papel dos trabalhadores rurais no processo revolucionário brasileiro em razão do completo apartamento do Partido em relação a eles. Nessa situação, a aliança operária e camponesa aparecia para o PCB como uma completa abstração, fazendo recair na pequena-burguesia, particularmente a Coluna Prestes, a aparência de um aliado palpável, pois já organizado e em atividade e sob alcance para estabelecer acordos políticos. Sobre a questão camponesa, o PCB se limitou nesta ocasião a formular reivindicações de cunho geral e deliberar a execução de novos estudos sobre o tema. A inserção do PCB entre os trabalhadores do campo estava toda por fazer.

As resoluções do III Congresso do PCB sobre a estratégia e a tática da Revolução Brasileira são reafirmadas nos escritos de Astrojildo Pereira, ainda enquanto Secretário Geral, principalmente no que diz respeito as divergências e distanciamentos em relação as elaborações teóricas de Octávio Brandão. Isso é perceptível em uma série de cartas que Astrojildo enviou ao Comitê Central do PCB no segundo semestre de 1929, enquanto estava na União Soviética. Na primeira destas cartas, ao criticar um artigo publicado no número 69 do jornal *A Classe Operária*, que reproduzia a ideia de luta entre os agrários apoiados no imperialismo inglês contra os industriais apoiados pelo imperialismo norte americano para explicar a sucessão presidencial no Brasil, Astrojildo defende que esta

É a repetição da tese de Fritz Mayer [Octávio Brandão] em “Agrarismo e Industrialismo”. Ora, eu creio que essa etapa da luta já passou. A luta já não é mais entre agrários e industriais, conforme definição dada pelo II Congresso do Partido. O que é fundamental é a luta de toda a grande burguesia (agrários

⁶¹⁹ Idem. P. 14.

e industriais) contra o proletariado e a pequena-burguesia revolucionária. A “cisão” atual é motivada por antagonismos internos – inclusive no que concerne aos métodos a empregar contra a revolução em marcha – que se processam no seio mesmo da grande burguesia sob a pressão de um e outro imperialismo [grifos de Astrojildo Pereira]⁶²⁰.

Mais a frente, Astrojildo chama a atenção para as consequências que as teses de “agrarismo versus industrialismo” de Octávio Brandão tinham na política de alianças do PCB, pois

se a luta fosse realmente entre agrários – isto é, representantes da economia feudal – e industriais – isto é, representantes da economia capitalista – nós, para sermos consequentes, devíamos apoiar os industriais, pois que a economia capitalista representa historicamente um progresso sobre a economia feudal. Neste sentido, o artigo em questão [publicado no nº 69 de *A Classe Operária*] vale por uma revisão das Teses do III Congresso do Partido⁶²¹.

Em outra carta para o PCB, Astrojildo Pereira critica diretamente Octávio Brandão, justamente sobre a definição do caráter e das forças motrizes da revolução brasileira.

Num dos últimos discursos, diz O.[ctávio Brandão] que a próxima revolução deve ser dirigida pelo proletariado e pela classe média ou pequena burguesia. Teoricamente, historicamente e politicamente é falso. Essa direção bipartidária é impossível, e preconizá-la é criar ilusões perigosas. A próxima etapa da revolução brasileira será a etapa final democrático-burguesa em rápida passagem para a revolução socialista. Se ela for dirigida pela pequena-burguesia sem a nossa intervenção imediata extremamente enérgica para arrebatar essa direção das mãos da pequena burguesia, teremos inevitavelmente o fascismo à mexicana ou à chilena ao serviço dos Estados Unidos. Nós devemos tudo fazer para que desde o começo ela seja dirigida pelo proletariado com o apoio da pequena burguesia. Este apoio é que nós devemos a todo custo conquistar. Sem dúvida, é possível que no primeiro período do movimento nós tenhamos de participar, por exemplo, de um governo provisório formado pela pequena-burguesia. Mas será um período rapidíssimo e nossa participação, num caso desses, só pode visar apressar o nosso objetivo de arrebatar a direção das mãos da pequena-burguesia. Se de antemão estabelecemos a tática da direção bipartidária, perderemos forçosamente a direção. Nossa linha nessa questão deve aparecer bem clara: só

⁶²⁰ LEDO, Américo. *Carta aos camaradas do Brasil [nº 1]*. Moscou, 18/09/1929. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

⁶²¹ Idem.

Em carta futura, Astrojildo Pereira retorna a mesma crítica em razão da persistência da teoria de “agrarismo e industrialismo” no jornal *A Classe Operária*, e desta vez entra em maiores detalhes de sua análise da crise que o Brasil passava em 1929. Para o então Secretário Geral do PCB a cisão nas classes dominantes não se dava entre categorias de ramos de produção, mas no seio da própria burguesia de maneira geral, de tal forma que se assistia uma batalha de agrários contra agrários, industriais contra industriais e assim por diante. O pivô da divisão de interesses estava em assuntos como a política de valorização de café e a estabilização cambial. Isso se dava, dizia Astrojildo Pereira, porque as contradições internas são da natureza do capitalismo e porque mesmo uma categoria determinada de burgueses, como a burguesia rural, não era homogênea, configurava-se de maneira diferente em cada região e estado do país, adquirindo problemas econômicos próprios e interesses específicos sobre o comércio de café. Assim, a retenção dos estoques de café e o câmbio baixo eram políticas econômicas que favoreciam aos grandes proprietários agrários e industriais, enquanto os médios e pequenos proprietários estavam interessados na mudança da política de defesa do café e na valorização da moeda. Esta, portanto, seria a divisão de interesses que configurava a crise brasileira para Astrojildo Pereira. CF. LEDO, Américo. *Carta aos camaradas [nº3]*. Moscou, 25/10/1929. (Acervo Internacional Comunista – AEL).

o proletariado poderá dirigir e levar a cabo consequentemente a revolução democrático-burguesa, o que significa transformá-la em revolução socialista (não se pode estabelecer um limite mecânico entre uma e outra) [grifos de Astrojildo Pereira]⁶²².

A crítica de Astrojildo à Brandão é importante pois define pontos que não ficaram evidentes no III Congresso, como por exemplo, a caracterização da revolução brasileira como uma revolução democrático-burguesa, com rápida passagem para revolução socialista, rejeitando em definitivo a tese da revolução democrático pequeno-burguesa. A força motriz da revolução é o proletariado, em acordo com as teses do III Congresso do PCB, cabendo à pequena-burguesia apoiá-lo em sua tarefa revolucionária. O perigo, para Astrojildo, da ideia de uma revolução dirigida pela pequena-burguesia, tal como preconizava Brandão, seria resultar em um regime fascista.

A tarefa do PCB, como partido do proletariado, portanto, seria conquistar o apoio da pequena-burguesia para a revolução democrático-burguesa. Curiosamente, e talvez contraditoriamente, pois isso poderia pressupor a direção da pequena-burguesia num primeiro momento da revolução, Astrojildo não nega a hipótese da pequena-burguesia tomar o poder do Estado e criar um governo provisório revolucionário com a participação do PCB, mas deixa claro que esta participação deveria estar voltada para tomar as rédeas do processo. Mais uma vez, fica evidente a noção da pequena-burguesia com principal aliado do proletariado na revolução brasileira, sem sequer uma palavra a respeito do campesinato. Alguns dias depois, em nova carta, Astrojildo descreve o que seria para ele o destino do Brasil caso o imperialismo norte-americano conseguisse isolar politicamente o proletariado e conquistar o apoio da pequena-burguesia para seus objetivos

A Aliança Liberal trabalha para os Estados Unidos e estes facilmente a ajudarão a tomar o poder mesmo pelas armas, por meio de uma “revolução”... liberal. Para isto procura desde já o apoio dos “revolucionários da pequena burguesia – isolando o proletariado. Ganho o poder, com o apoio da pequena-burguesia “revolucionária”, o fascismo a serviço dos Estados Unidos será um fato, o proletariado estará derrotado e nós esmagados. [...] Mesmo que L.C.P. [Luíz Carlos Prestes] e Maurício [de Lacerda] não tenham aderido abertamente à Aliança [Liberal] é preciso absolutamente acentuar a crítica contra as suas hesitações e confusões. É este o único meio de reforçar “a nossa aliança” com os elementos verdadeiramente revolucionários da pequena-burguesia, sobretudo a massa de lavradores pobres⁶²³.

Este trecho é muito revelador a respeito da tática de revolução pensada pelo Secretário Geral do PCB. Quando preconizava aliança do proletariado, como classe dirigente da revolução, com a pequena-burguesia, pensava especificamente numa aliança

⁶²² LEDO, Américo. *Carta aos camaradas [nº2]*. Moscou, 16/10/1929. (Coleção Internacional Comunista – AEL).

⁶²³ LEDO, Américo. *Carta aos camaradas [nº3]*. Moscou, 25/10/1929. P. 3. (Coleção Internacional Comunista – AEL).

do PCB com a Coluna Prestes, cujo intermediário seria Maurício de Lacerda. É preciso recordar que Maurício de Lacerda era visto pelo PCB como um líder pequeno-burguês, com boa influência nos setores médios urbanos da população do Rio de Janeiro e São Paulo e mesmo entre o proletariado.

Principalmente, Astrojildo deixa transparecer seu entendimento de que os líderes da Coluna Prestes eram também representantes da “pequena-burguesia” rural, isto é, dos pequenos proprietários de terra, definidos como “lavradores pobres”. Assim, podemos compreender que na concepção de Astrojildo Pereira, e mesmo do PCB em 1929, o equivalente da aliança operária e camponesa para realização da revolução democrático-burguesa se daria pela mediação da aliança do proletariado com a pequena-burguesia revolucionária, quer dizer, pela aliança entre o PCB e a Coluna Prestes.

5.3. A revolução brasileira sob a perspectiva da “luta de classe contra classe” e a I Conferência Nacional do PCB

Como já exposto no Capítulo I desta tese, a Internacional Comunista depois do X Pleno de seu CE se colocou contra a estratégia e tática que o PCB vinha construindo por meio de seus intelectuais orgânicos, criticando duramente a colocação da pequena-burguesia como principal aliado do proletariado na revolução democrático-burguesa, exigindo a autocrítica do grupo dirigente que formulava essa concepção e o afastamento de seus membros dos cargos de direção do Partido. Contudo, é preciso lembrar que, ao mesmo tempo, ocorreu também o fracasso prático da tentativa de aliança com a pequena-burguesia, preconizada pelo grupo dirigente do PCB até 1929, principalmente Brandão e Astrojildo Pereira, ainda que com concepções divergentes sobre o papel a ser desempenhado pela pequena-burguesia na revolução.

Leôncio Basbaum e Paulo de Lacerda foram conversar pessoalmente com Luiz Carlos Prestes em Buenos Aires, enquanto ocorria a I Conferência Comunista Latino-Americana, isto é, em junho de 1929. Os dois comunistas propuseram uma aliança visando a candidatura do líder da Coluna Invicta à presidência da República pelo Bloco Operário e Camponês. O relato de Basbaum sobre essa conversa é expressivo de como a coalisão PCB – Coluna Prestes, apesar de parecer lógica, estava distante de ser possível em razão principalmente do abismo ideológico que separavam as duas organizações e suas concepções políticas.

O então ten. Juarez Távora não admitia sequer a hipótese de uma simples troca de ideias com o PCB. Siqueira Campos, por sua vez, embora admitisse e desejasse o apoio dos comunistas, não estava interessado em eleições: que o

PCB lhe desse um batalhão de operários e alguns fuzis. Luís Carlos Prestes, mais sereno, simplesmente se limitou a informar que não lhe era conveniente ser candidato e além disso o programa era demasiado extremista.

Convidado a propor um programa de frente única, que, a seu ver, poderia aglutinar o povo, e os revolucionários de 1922, 1924, e da Coluna, com o apoio dos seus companheiros, apresentou os seguintes pontos:

- a) Voto secreto;
- b) Alfabetização;
- c) Justiça;
- d) Liberdade de imprensa e organização;
- e) Melhoria para os operários.

Instado para que indicasse um nome para encabeçar esse programa e a frente única, sugeriu inexplicavelmente o nome do antigo político baiano J.J. Seabra cuja única qualidade – sabemos hoje – é estar morto⁶²⁴.

A intervenção da IC na política estratégica do PCB e a recusa da Coluna Prestes em unir-se aos comunistas levaram Astrojildo a revisar sua concepção de aliança do proletariado com a pequena-burguesia. Ademais, quando os comunistas procuraram Prestes em junho de 1929, boa parte dos companheiros tenentes do Cavaleiro da Esperança, assim como Maurício de Lacerda, estavam em vias de aderir à Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas, levando Prestes a romper o vínculo político com eles. Em outras palavras, aqueles que o PCB definia como representantes da pequena-burguesia revoltosa, se encontravam, de fato, concretizando o receio dos comunistas: aliavam-se as parcelas dissidentes da burguesia para fazer a sua “revolução”, valendo dizer, antes que o povo a fizesse.

Uma vez que Luiz Carlos Prestes negou-se a ser o candidato do BOC, a Coluna Prestes apareceu para o PCB durante o processo eleitoral como um apoio não declarado à Getúlio Vargas, candidato de oposição da Aliança Liberal contra o candidato situacionista do PRP, Júlio Prestes. O candidato lançado pelo BOC, Minervino de Oliveira, por sua vez, enfrentou um contexto de isolamento político de seu Partido e ferrenha perseguição policial, sendo preso várias vezes durante sua campanha. Refletindo sobre esses fatos, ponderou Astrojildo Pereira

A Coluna Prestes pretendia não fazer política eleitoral, mas na realidade fez, e a fez em favor da Aliança Liberal enganosa e norteamericana. Quaisquer que sejam os motivos de este ou aquele chefe da Coluna, o fato objetivo é que a Coluna apoiou, quase diretamente, a campanha da Aliança Liberal. A Coluna deu lugar para que se explorasse suas tradições pela Aliança Liberal reacionária e americana, foi um apêndice direto da Aliança, sua moeda corrente, para enganar as massas; realizou a frente única com a burguesia contra as massas.

Quando seu representante autorizado, Maurício de Lacerda, começou em proveito da burguesia uma luta desavergonhada contra nosso Partido sob os aplausos de toda a reação, a Coluna não disse uma só palavra dessolidarizando-se com ele; tem feito publicamente a frente única com a reação contra o movimento revolucionário proletário; a Coluna não disse uma só palavra quando a polícia fechava sindicatos, arrastava as centenas os militantes

⁶²⁴ BASBAUM, L. *História Sincera da República (1889 – 1930)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 275.

operários. A Coluna demonstrou que prefere preparar nos bastidores da burguesia golpes de Estado, em massas e contra elas. Em 24 – 26, ela atravessou todo o país com armas na mão, lutando; agora ela se transformou em aliado da burguesia aliancista [tradução nossa]⁶²⁵,

Este texto de Astrojildo é, além de uma crítica à Coluna Prestes, uma autocrítica do PCB pela incapacidade de ter se colocado à frente da revolta das massas e de ter combatido a demagogia da Aliança Liberal. Astrojildo avaliava como insuficiente as críticas do PCB à Coluna Prestes, permitindo-a rumar para o oportunismo sem que o protesto necessário fosse levantado. Afirmava que a derrota eleitoral não podia desanimar o Partido, mas sim fazer-lhe renovar as energias e os trabalhos para dirigir a *revolução operária e camponesa que se avizinhava*. Esta última colocação dispensa que o Secretário Geral fizesse novas elaborações sobre a política de alianças na revolução brasileira, pois deixa claro que tanto Astrojildo Pereira, como pessoa, quanto o PCB, já haviam internalizado as críticas feitas pela Internacional Comunista e estabelecido que o caráter da revolução brasileira era democrático-burguesa, sua força motriz seria o proletariado em aliança com o campesinato, assim como preconizava Lênin para a Rússia de 1905 e o VI Congresso da IC para os países coloniais e semicoloniais. Este último, acrescia que

A revolução democrático-burguesa nas colônias se distingue principalmente da revolução democrático-burguesa de um país independente pelo fato de que *está organicamente vinculada com a luta de libertação nacional* [grifo nosso] contra a escravização por parte dos imperialistas. O fator nacional tem grande influência sobre o processo revolucionário em todas as colônias assim como nas semicolônias, onde a escravização por parte dos imperialista já se destaca sem qualquer dissimulação e leva as massas populares a se sublevar⁶²⁶.

Portanto, já no VI Congresso do Komintern era definido que a revolução democrático-burguesa nos países coloniais e semicoloniais se revestia de revolução nacional libertadora, de maneira que seus principais alvos seriam o combate à dominação dos países imperialistas e ao monopólio da terra pelos latifundiários. De tal sorte, essa revolução era muitas vezes caracterizada como “agrária e anti-imperialista”. As tarefas básicas desta revolução seriam

⁶²⁵ PEREIRA, Astrojildo. Os Resultados das Eleições Brasileiras. *La Correspondência Sudamericana*, nº 26. Buenos Aires, 01/05/1930. P. 14.

Curiosamente, Luís Carlos Prestes, em seu *Manifesto de Maio de 1930*, admite e faz autocrítica dos erros que julgava ter cometido e que Astrojildo Pereira apontou, sem citá-lo diretamente. Não apenas a Coluna Prestes recusou a aliança com os comunistas, mas também ela passava por um processo de cisão em que Prestes caminhava rumo ao marxismo da III Internacional enquanto seus parceiros prosseguiram a ver o marxismo como uma ideologia estranha e perigosa, preferindo adentrar ao movimento da burguesia dissidente capitaneado pela Aliança Liberal. A forma como os militares tenentistas se assustavam com a transição ideológica de Luiz Carlos Prestes para o marxismo é exposta no livro de Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da Ilusão*. Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil (1922 – 1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁶²⁶ IC. *VI Congresso de la Internacional Comunista: tesis, manifestos y resoluciones*. Edições Passado y Presente, 1977. P. 207.

- a) Modificação da correlação de forças em favor do proletariado; libertação do país do jugo imperialista (nacionalização das concessões, ferrovias, bancos e similares estrangeiros) e instauração da unidade nacional do país onde ainda não se conseguiu essa unidade; destruição do poder das classes exploradoras, que por trás das costas está o imperialismo; organização de conselhos operários e camponeses e criação de um exército vermelho, edificação da ditadura do proletariado e do campesinato, fortalecimento da hegemonia do proletariado.
- b) Execução da revolução agrária, libertação dos camponeses de todas as formas pré-capitalistas e coloniais de exploração e escravização; nacionalização do subsolo; medidas radicais para aliviar a situação do campesinato com a finalidade de instaurar uma aliança econômica e política a mais estreita possível entre cidade e campo;
- c) Em correspondência com o desenvolvimento futuro da indústria, dos transportes etc., e com o crescimento do proletariado estreitamente vinculado a ele, ampliação das organizações sindicais da classe operária, fortalecimento do partido comunista, conquista de uma posição firme e dirigente do partido comunista entre as massas trabalhadoras, consecução da jornada de trabalho de oito horas;
- d) Igualdade de direitos das nações e sexos (igualdade de direitos para as mulheres), separação do Estado e da Igreja e dissolvimento das barreiras de casta; esclarecimento político e elevação do nível cultural geral das massas na cidade e no campo, etc. [tradução nossa]⁶²⁷.

Ainda que essa delimitação teórica sobre o caráter da revolução fosse genérica demais para ser aplicada sem mediações para a América Latina, foi ela que definiu toda a elaboração de estratégia e tática do PCB para a revolução brasileira nos anos que se seguiram.

A viragem na política da Internacional Comunista ocasionou outra consequência importante para a tática do PCB na revolução brasileira: um grande estreitamento na política de alianças. A ruptura completa com as perspectivas de alianças com a social democracia europeia por parte dos comunistas e a conclusão de que a esquerda social democrata era ainda mais perigosa que a direita, estabelecendo o que foi chamado de “frente única pela base”, isto é, visando alianças apenas com as bases populares dos partidos social-democratas, sempre com o objetivo de tirá-los da social democracia e trazê-los para os partidos comunistas, transcorreu na política do PCB como combate ao “prestismo” e demais correntes políticas que eram imputadas à pequena-burguesia, sendo a maioria delas as variantes do tenentismo.

Foi sob essa perspectiva de crítica ao oportunismo social-democrata que foram combatidos pelo PCB não apenas Luiz Carlos Prestes, mas também o governo de João Alberto em São Paulo, juntamente com as Legiões Revolucionárias organizadas por Miguel Costa, bem como outras vertentes políticas que atuavam no movimento operário

⁶²⁷ IC. *VI Congresso de la Internacional Comunista: tesis, manifestos y resoluciones*. Edições Passado y Presente, 1977. P. 206.

paulistano, como o socialismo (fortemente influenciado pelo Partido Socialista Italiano e pela II Internacional) e os anarquistas.

Os sindicatos foram o local em que a política de “frente única pela base” ficou mais evidente na medida em que os comunistas disputavam com anarquistas e socialistas, sempre fazendo propaganda para que os operários tomassem lado da adesão de seu sindicato à FSR-SP. Também os intelectuais expulsos do PCB passaram a ser combatidos na mesma perspectiva, sobretudo Astrojildo Pereira, que passou a ser visto como apologeta de uma aliança reboquista do PCB com a pequena-burguesia, fundando um novo tipo de “desvio de direita”, denominado pelos dirigentes do PCB a partir de 1932 como “astrojildismo”⁶²⁸.

No lugar da aliança com a pequena-burguesia, encarnada na Coluna Prestes em particular, e no tenentismo de esquerda de maneira geral, entrou a aliança com o campesinato. Contudo, em um país em que os trabalhadores rurais estavam desorganizados como classe e praticamente não dispunham de associações, sindicatos ou partidos que os representassem, essa aliança tornou-se na prática um objetivo de inserção dos comunistas entre os camponeses, ou melhor dizendo, de conquistar trabalhadores do campo para as fileiras do PCB e suas organizações satélites, como o Socorro Vermelho, Juventude Comunista e as Ligas Anti-imperialistas. Em resumo, era uma política de isolamento político em relação a outros partidos e organizações, mas ao mesmo tempo, de expansão partidária, com foco em recrutar para o Partido os trabalhadores sem partido e os trabalhadores de base das outras organizações, sob a perspectiva da política de “frente única pela base”.

A implementação dessa política, sobretudo a feroz crítica as concepções de revolução brasileira de Octávio Brandão e Astrojildo Pereira, acarretaram um forte anti-intelectualismo dentro do PCB, fenômeno que fez parte daquilo que Leôncio Basbaum chamou de obreirismo. Isso fez com que o PCB, nesse período, não produzisse elaborações sobre a teoria da revolução brasileira que, de alguma forma, aprofundassem qualitativamente as linhas gerais estabelecidas pela Internacional Comunista. O Partido passou os anos que seguiram a 1930 menosprezando o trabalho teórico, limitando-se a expressar em seus escritos apenas e estritamente a linha partidária, com sua concepção genérica de revolução democrático-burguesa para os países coloniais e semicoloniais, exposta acima.

⁶²⁸ Cf. BRADO. O Astrojildismo e a Luta pela Formação do Partido do Proletariado. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 11/1932. P. 2- 4.

As contribuições teóricas que avançaram para a perspectiva de revolução que o PCB defendia, durante a década de 1930, saíram, sobretudo, de fora de suas fileiras, pela pena de intelectuais que foram renegados pelo Partido, como Leôncio Basbaum⁶²⁹ e Astrojildo Pereira⁶³⁰, ou então por intelectuais que estavam adentrando ao Partido naquele momento e que não tiveram seu trabalho de teorização revolucionária reconhecidos pelo PCB (pelo menos de início), como Luiz Carlos Prestes⁶³¹ e Caio Prado Jr.

De toda maneira, a I Conferência Nacional do PCB, ocorrida em julho de 1934 conservou em linhas gerais o mesmo entendimento sobre o processo revolucionário brasileiro. Os principais inimigos da revolução seriam os capitalistas estrangeiros, em primeiro lugar e os nacionais, aliados com os “feudais”, isto é, os grandes latifundiários brasileiros, entendidos como as classes dominantes do “regime feudal-burguês” que vigorava no Brasil. O Manifesto da Conferência se direcionava as forças motrizes da revolução brasileira, o proletariado em aliança com o campesinato. A política de “classe contra classe” e “frente única pela base” era mantida ao proclamar que

O Partido Comunista e as organizações revolucionárias lutam pelo desencadeamento e vitória das greves pelas reivindicações imediatas, porque só essas lutas – *sem nenhuma colaboração com o inimigo de classe e seus agentes* [grifos nossos] – ampliando-as e ligando-as com a preparação e a realização vitoriosa da revolução agrária e anti-imperialista, conduzirão o proletariado, os camponeses e todo o povo que vive sob as garras a fome, da miséria, da opressão e da exploração à sua completa liberdade⁶³².

No rol de “agentes” do inimigo de classe são citados em seguida os representantes trabalhistas eleitos na Constituinte de 1934, Acyr Medeiros, Vasco de Toledo, Armando Laydner (líder sindicalista da Estrada de Ferro Sorocabana), Vitaca e Waldemar Reykdal, acusados de serem coniventes com as leis repressivas que tolhiam o direito de greve, classificados por isso como “chefes traidores que procuram introduzir ideologias estranhas, das classes inimigas, no seio do proletariado”⁶³³. Na mesma lista são acrescentados os “esquerdistas” Maurício de Lacerda e Zoroastro Gouvea, que aumentavam sua demagogia na medida em que aumentava o descontentamento das

⁶²⁹ Cf. MACHADO, Augusto [pseudônimo de Leôncio Basbaum]. *A Caminho da Revolução Operária e Camponesa*. Rio de Janeiro: Calvino, 1934.

⁶³⁰ Cf. PEREIRA, Astrojildo. *URSS, Itália, Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2022.

⁶³¹ Cf. PRESTES, Luis Carlos. *A Luta contra o Prestismo e a Revolução Agrária e Antiimperialista*. Brasil, spc, 1934.

⁶³² Manifesto da Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil ao proletariado, à massa camponesa, aos soldados e marinheiros, às nacionalidades e minorias nacionais escravizadas, à todo o povo oprimido e explorado do Brasil. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 01/08/1934. P. 2.

⁶³³ Idem.

massas. O método da “frente única pela base” fica ainda mais nítido quando no fim do manifesto

Operários evolucionistas, integralistas, anarquistas, socialistas, patrianovistas!
Operários iludidos por todas as ideologias e chefes contrarrevolucionários!
Interesses comuns nos unem frente a inimigos comuns. Devemos, pois lutar juntos ombro a ombro, por melhores condições de vida e de trabalho.
Formemos amplos comitês de frente única de luta para a conquista de nossas reivindicações, contra a reação e a guerra imperialista. Fortaleçamos todas as nossas organizações de luta de classes. Essa condição é indispensável para o triunfo da nossa causa. Lutamos pela unidade revolucionária do proletariado⁶³⁴.

Em resumo, o PCB define sua tática revolucionária pela recusa das alianças políticas com os dirigentes das organizações, pela conquista dos operários de outras ideologias e pelo uso da ação direta, organização de greves cada vez mais amplas e unificadas.

A revolução, já definida no manifesto em citação acima exposta como “agrária e antiimperialista”, deveria ser feita por meio da insurreição das massas e instauraria um “Governo Operário e Camponês” que seria uma “Ditadura Democrática baseada nos conselhos operários, camponeses, soldados e marinheiros”. As tarefas do Governo Operário e Camponês seriam: garantia de terra aos camponeses por meio dos grandes proprietários de terra sem indenizações (reforma agrária), coletivização dos estoques de produtos açambarcados pelas grandes empresas, realocação das massas populares para as melhores habitações das cidades e dos campos por meio do confisco das habitações dos grandes proprietários, combate ao desemprego e criação de subsídios aos desempregados e incapacitados de trabalhar, cancelamento das dívidas externas, direito de separação as nacionalidades oprimidas (negros e indígenas) e garantia de direitos, econômicos, políticos e culturais às minorias nacionais.

Elemento curioso deste projeto de Governo Operário e Camponês é sua proposta de fragmentação do território brasileiro em três Estados, um negro, um branco e um indígena, de tal sorte que o território brasileiro seria então uma “União das Repúblicas Soviéticas de Brancos, Negros e Índios”⁶³⁵. Evidentemente, uma transposição mecânica da solução russa para a questão das nacionalidades que ignorava completamente a particularidade da composição étnica brasileira em seus aspectos sociais e culturais. Como já destacou Marcos Del Roio a esse respeito, o PCB cometia o equívoco de tomar os negros e os indígenas como “nacionalidades oprimidas” ignorando o fato de que o

⁶³⁴ Idem. P. 7.

⁶³⁵ Idem.

Brasil é uma sociedade pluriétnica cuja formação histórica de via colonial escravista explica a subordinação de negros e indígenas e o racismo⁶³⁶.

É característico do Manifesto da I Conferência Nacional do PCB o tom panfletário e de conteúdo insurrecional que perpassa todo o texto. A constatação de que o Brasil havia entrado em uma crise revolucionária e que o Partido Comunista deveria dirigir amplos movimentos grevistas rumo a revolução agrária e anti-imperialista expressa a preparação de um movimento para a tomada do poder do Estado a curto prazo. De fato, se tem alguma mudança na estratégia e tática do PCB para a revolução brasileira entre 1931 e 1934 é a radicalização da teoria do terceiro período em seus traços ofensivos e de voluntarismo revolucionário.

Isso é explicado pela reorganização da direção partidária ocorrida em julho de 1933, quando chegam ao Comitê Central do Partido elementos provenientes do prestismo e do tenentismo, como Honório de Freitas Guimarães e Antônio Maciel Bonfim (Miranda). Delineava-se uma nova composição da direção nacional imbuída de uma cultura política em que os golpes de Estado voluntaristas eram a forma essencial de fazer política, conservando do tenentismo o caráter *putschista*.

5.4. Frente Popular e Insurreição: O PCB e a estratégia da revolução Nacional Libertadora

Contudo, a I Conferência Nacional do PCB mais ratificou a linha que o Partido vinha seguindo até aquele momento do que serviu de orientação para os tempos seguintes. Justamente nos meses que se seguiram a ela os comunistas foram, aos poucos, mudando a sua tática no sentido de estabelecer alianças mais amplas, retornando a fazer coalizões com os tenentistas e socialistas em torno de pautas de interesses imediatos da classe trabalhadora, anti-imperialistas e sobretudo antifascistas. O PCB seguia o mesmo caminho que a Internacional Comunista, que também passou a rever seu posicionamento tático para com a socialdemocracia depois da ascensão do nazismo na Alemanha, rumando para a política de “frente popular”, estabelecida no VII Congresso da IC em 1935, expressada principalmente no informe de Georg Dimitrov.

O PCB adiantou-se nesse processo ao participar da fundação da Aliança Nacional Libertadora, que foi o cume de sua mudança tática, fazendo da frente popular de massas a mediação para a revolução democrático-burguesa. Mesmo sendo o principal

⁶³⁶ DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. P. 210.

organizador e orientador político da frente de massas, em seus comunicados, o PCB inicialmente não admitiu fazer parte da ANL, mas apenas apoiá-la, pois

[...] somos um Partido político que visa o poder político para uma classe, a proletária, e a instalação da ditadura do proletariado, do governo operário e camponês, na base de conselhos de operários e camponeses, soldados e marinheiros (soviets); neste caso, a adesão à ANL seria limitar o nosso programa ou tirar a ANL do seu programa e fazer fusão programática e orgânica com ela, o que nunca faremos⁶³⁷.

Por outro lado, continua a argumentar o mesmo texto, se a ANL se declarasse comunista, se tornaria uma organização traidora, pois divisionista, fracionando as forças do movimento revolucionário, uma vez que só poderia haver um único Partido Comunista. Ao mesmo tempo, a ANL teria sido formada para congregiar elementos anti-imperialistas e antifascistas não-comunistas, de maneira que se ela adotasse por completo o programa do PCB, estaria se sectarizando e deixando de cumprir o objetivo pelo qual foi fundada.

O apoio do PCB para a ANL, por sua vez, dava-se em razão de ela se propor a “lutar pelas reivindicações fundamentais da revolução agrária e antiimperialista no Brasil”⁶³⁸. Mesmo a posição de Luiz Carlos Prestes, então já militante do Partido, aclamado Presidente de honra da ANL, não significava a adesão do PCB, pois sua aclamação teria se dado pelo fato de as massas trabalhadoras reconhecerem nele “um grande lutador contra o imperialismo, contra os senhores de terra, pelas liberdades democráticas do povo do Brasil”, e o comunista Prestes não estava em contradição ao assumir tal posto na ANL, visto que “não está e não pode estar, como comunista, em desacordo com o programa da Aliança”⁶³⁹.

Na prática, porém, os comunistas eram os operadores internos mais ativos da ANL e faziam dela a principal ferramenta para organização das massas no ano de 1935. Quando a ANL foi posta na ilegalidade e a maioria dos membros democráticos, socialistas e tenentistas a deixaram, o PCB continuou a organizá-la praticamente sozinho, lançando manifestos em seu nome.

Texto significativo da mudança tática do PCB para a “frente popular” foi escrito por Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), por declarar abertamente uma ruptura com o

⁶³⁷ A Luta pela Revolução Agrária e Antiimperialista e a Posição do Partido perante a Aliança Nacional Libertadora. *A Classe Operária* – ano X, nº 179. Rio de Janeiro, 23/04/1935.

⁶³⁸ Idem.

⁶³⁹ Idem.

sectarismo característico do “terceiro período” e da política de “classe contra classe”, quando afirma

As formas sectárias de encarar a revolução nacional libertadora no Brasil, com a mobilização somente do proletariado e (nas palavras) com os camponeses, já estão sendo rompidas.

A dominação imperialista e feudal no Brasil não afeta somente as condições de vida do proletariado e das massas camponesas empobrecidas. Essa dominação se faz sentir em camadas muito mais vastas da população; camponeses em geral, pequena burguesia urbana, estudantes, soldados, oficiais do Exército e da Marinha, enfim, na população em geral do país, cujos progressos econômicos, financeiros, culturais etc. são atrofiados pela dominação imperialista⁶⁴⁰.

Bangu argumentou que buscar o apoio das mais vastas massas da população era importante para tirá-las da influência imperialista e de organizações reacionárias como o Integralismo, que buscam manobrar com o descontentamento dessas camadas da população para fazê-las defender interesses que, na verdade, são das classes dominantes, sobretudo a burguesia e os grandes proprietários de terras. Assim,

o proletariado sozinho, sem essas forças auxiliares, não pode vencer o imperialismo e os senhores de terras nacionais. E se o proletariado não procura arrastar essas forças para a revolução, elas continuarão a ser utilizadas por todos esses partidos inimigos e principalmente pela demagogia mais “chauvinista”, o integralismo⁶⁴¹.

É evidente, nesse contexto, a preocupação em disputar a classe média, a pequena-burguesia, com a influência das ideologias reacionárias como o integralismo ou os partidos fascistas, braços nacionais de suas sedes na Itália e na Alemanha entre os imigrantes aqui localizados.

Apesar de no mês de abril de 1935 o PCB ter afirmado que “O Partido retirará todo o seu apoio à ANL se esta se converter em partido político e visar a conquista do poder político como finalidade”⁶⁴², no mês seguinte passou a tomar uma atitude exatamente oposta para com a ANL.

Em reunião do Pleno do Comitê Central do mês de maio o PCB passou a defender a “mobilização de grandes massas populares, sob a direção do proletariado e em aliança com os camponeses, para arrancar do poder os senhores de terras, burgueses e imperialistas e para a instalação de um Governo Popular Nacional Revolucionário”⁶⁴³ e

⁶⁴⁰ ROCHA, Lauro Reginaldo da (Bangu). Os Perigos do Nacional Reformismo na Aliança Nacional Libertadora. *A Classe Operária*, nº 180. Rio de Janeiro, 01/05/1935.

⁶⁴¹ Idem.

⁶⁴² A Reunião da Aliança Nacional Libertadora no Teatro João Caetano. *A Classe Operária* – Ano XI, nº 178. Rio de Janeiro, 10/04/1935.

⁶⁴³ CC do PCB. *Resoluções do Plenum do CC*. Rio de Janeiro, 05/1935. Apud VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; UFSCAR, 1995. P. 47 – 48.

começou a tratar a Aliança como a ferramenta para fazer essa mobilização revolucionária das massas. Segundo o comunicado do PCB aprovado neste Pleno do CC, a ANL teria passado por uma primeira fase de propaganda de seu programa, conquistando a opinião das massas populares, mas em sua segunda fase “A ANL torna-se um verdadeiro instrumento da tomada ao poder e para isso tem que mobilizar as grandes massas para levá-las para o Governo Popular Nacional Revolucionário”⁶⁴⁴.

Para fazer a ANL avançar nesse processo, o PCB deveria atuar em seu interior, ou seja, reconhecia então fazer parte da Aliança, e concentrar sua atuação em combater as tendências nacional-reformistas e chauvinistas dentro da frente popular, dar-lhe o caráter mais ativo possível no sentido de organizar e mobilizar as massas contra as empresas imperialistas, fazendo campanhas pela administração nacional delas, pela baixa dos impostos, contra a carestia de vida etc. O PCB também deveria lutar dentro da ANL para transformá-la numa ponte de união entre os trabalhadores urbanos e rurais, mobilizando os camponeses contra a opressão dos fazendeiros. Assim, decidia o Comitê Central

Todo o Partido deve compreender que a nossa maior tarefa nesse momento está na ANL, e ter a iniciativa de trabalhar em todos os comitês e núcleos da ANL, e ter a iniciativa de formação desses núcleos. Nesses núcleos, mobilizar constantemente a massa para a ação, para a luta pelas reivindicações concretas nas cidades, bairros, vilas, fazendas etc. e ligar a ANL com uma ação constante de massas com lutas cada vez mais numerosas e politizadas. Em todos os Comitês Regionais, locais, em todas as células de empresa, de rua, fazenda, quartel a palavra de ordem do Partido deve ser, para as mais amplas massas, a de entrar para a ANL, engrossar as suas fileiras e lutar por seu programa⁶⁴⁵.

É impressionante constatar que o PCB afirmou isso aproximadamente dois meses antes do VII Congresso da IC quando Dimitrov fez a proposição de que “Apenas o Partido Comunista é na realidade o iniciador, o organizador, a força motriz da frente única da classe operária”⁶⁴⁶. Adiantava, portanto, a política da Internacional Comunista em fazer os partidos comunistas nacionais o motor de frentes populares de combate ao fascismo.

Porém, o aspecto insurrecional da tática anterior, de “classe contra classe”, prosseguia e era acentuado as últimas consequências. O Pleno do CC, no final de suas resoluções, deixava claro estar convencido de que o Brasil estava maduro para uma insurreição revolucionária, ao declarar que “aproximam-se momentos decisivos para a

⁶⁴⁴ Idem.

⁶⁴⁵ Idem.

⁶⁴⁶ DIMITROV, Georg. *A Luta pela Unidade da Classe Operária contra o Fascismo*. Disponível em: [III - O fortalecimento dos partidos comunistas e a luta pela unidade política do proletariado \(marxists.org\)](http://III-O fortalecimento dos partidos comunistas e a luta pela unidade política do proletariado (marxists.org)). Acesso em: 27/10/2023.

Revolução e as tarefas do P.[artido] vão exigir dos comunistas todos os esforços e todas as energias”⁶⁴⁷. O PCB, desde sua fundação, sempre defendeu que a tomada do poder deveria ocorrer por meio de uma insurreição das classes subalternas, a exemplo da Revolução Russa, porém, essa foi a primeira vez que passou a considerar essa insurreição na ordem do dia, como um trabalho para ser executado imediatamente. Em manifesto de junho, o PCB declara isso abertamente dizendo “a Revolução no Brasil está amadurecida e em breve será deflagrada em todos os pontos, da maneira mais justa e mais decisiva”⁶⁴⁸.

Neste caso, a insurreição não deveria criar imediatamente uma Ditadura Democrática do Operariado e do Campesinato, seja exatamente com esse nome ou outro equivalente, mas sim a um governo de coalisão de todas as forças que compunham a ANL, que foi denominado pelos comunistas como “Governo Popular Nacional Revolucionário”, cujo objetivo seria realizar o programa nacional libertador e teria em Luiz Carlos Prestes seu dirigente máximo.

Ainda nas resoluções do Pleno do CC é dito que com o Governo Popular Nacional Revolucionário já instaurado “devemos nos preparar para aproveitar ao máximo os momentos decisivos e assim marcharmos a passos rápidos para a instalação do Governo Operário-Camponês”⁶⁴⁹, subentendendo-se que os comunistas retornavam a uma concepção da revolução parecida com a de Octávio Brandão quando defendia a aliança do proletariado urbano e rural com tenentistas e a grande burguesia liberal para a derrubada do Partido Republicano e da dominação política dos fazendeiros e do imperialismo, passando apenas em seguida, por meio das contradições do governo de coalisão, para um governo operário e camponês. Mas é preciso salientar, as forças da coalisão e o entendimento que cada uma delas desempenharia no processo revolucionário não era o mesmo.

Se tomarmos como fundamento o discurso de Fernando de Lacerda no VII Congresso da Internacional Comunista, a ANL era entendida pelo PCB como “uma coalisão de diversas classes representadas pelas suas respectivas organizações e reunidas numa frente única contra o imperialismo, os latifúndios e o fascismo”, mas tendo como

⁶⁴⁷ Idem.

⁶⁴⁸ *Aos explorados e oprimidos, a todos os trabalhadores das cidades e dos campos, levantemos em lutas por pão, terra e liberdade*. Ilhéus, 06, 1935. Apud. VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; UFSCAR, 1995. P. 55.

⁶⁴⁹ CC do PCB. *Resoluções do Plenum do CC*. Rio de Janeiro, 05/1935. Apud VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; UFSCAR, 1995. P. 47 – 48

força motriz o movimento operário⁶⁵⁰. Nas palavras do próprio, a ANL era análoga ao Kuomitang de 1925, mas “a diferença é que no Kuomitang uma das principais forças era constituída pela burguesia nacional e, pelo contrário, a Aliança Nacional Libertadora pertencia ao movimento operário”⁶⁵¹. Em diferença com as teses de Brandão, portanto, a pequena-burguesia não desempenharia o papel de sujeito revolucionário em nenhum momento, cabendo este ao proletariado. A pequena-burguesia era um aliado do proletariado em conjunto com as massas de explorados e oprimidos da população brasileira.

Portanto, o PCB não havia modificado sua concepção sobre o caráter da revolução, que continuava a ser democrático burguesa, de viés nacional libertador na medida em que era também uma revolução anti-imperialista. A força motriz prosseguia sendo a classe operária tendo como principal aliado o campesinato, mas essa aliança se daria dentro de uma coalizão com a pequena-burguesia e vários outros grupos subalternos (soldados, mulheres, negros, indígenas etc.) mencionados nos manifestos do PCB e da ANL. Talvez o melhor documento a expressar essa aspiração de uma frente ampla das classes subalternas contra o fascismo e o anti-imperialismo, ou ainda, pela revolução nacional libertadora seja o *Manifesto de 5 de Julho*, de Luiz Carlos Prestes, onde é dito que

Com a Aliança estarão as mulheres do Brasil, trabalhadoras manuais e intelectuais, donas de casa, mães de família, irmãs, noivas e filhas de trabalhadores, elas formarão na Aliança porque, apesar de todas as mentiras e calúnias da imprensa venal elas compreendem e sentem que só com a Aliança poderão defender o pão para seus filhos e acabar com a brutal exploração em que vivem. As mulheres religiosas, como todas as pessoas religiosas, católicas, protestantes, espíritas ou positivistas, desejam, acima de tudo, a liberdade para seus cultos e essa liberdade é defendida pela Aliança. Com a Aliança estarão mesmo os padres brasileiros, os mais pobres e que, entrando para a Igreja não se venderam ao imperialismo nem esqueceram seus deveres frente ao povo. [...] Com a Aliança estarão os artesãos, os pequenos comerciantes, os pequenos industriais que, comprimidos entre os impostos e monopólios imperialistas, de um lado, e a miséria cada vez maior da massa popular de outro, ganham cada dia menos e, à medida que se pauperizam, vão passando a simples intermediários mal remunerados da exploração do povo pelo imperialismo e pelos impostos indiretos. Com a Aliança estarão todos os homens de cor do Brasil, os herdeiros das tradições gloriosas dos Palmares, porque só a ampla democracia de um governo realmente popular será capaz de acabar para sempre com todos os privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade e de dar aos pretos, no Brasil, a imensa perspectiva de liberdade e igualdade, livres de

⁶⁵¹ LACERDA, Fernando. Discurso pronunciado no VII Congresso da Internacional Comunista. Apud VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; UFSCAR, 1995. P. 62.

quaisquer preconceitos reacionários, pela qual lutam com denodo há mais de três séculos⁶⁵²

A ANL, portanto, era a ferramenta da frente popular para a revolução, o instrumento de “tomada do poder”, tendo como método adequado a insurreição popular⁶⁵³. Da insurreição, deveria nascer um Governo Popular Nacional Revolucionário que iria levar a cabo uma política popular e anti-imperialista que pode ser resumida em três eixos: nacionalização das empresas estrangeiras, industrialização com foco na indústria pesada e de base, bem como na indústria bélica; não pagamento da dívida pública com os países estrangeiros, a reforma agrária que objetivava o parcelamento dos latifúndios em pequenas propriedades e o combate ao fascismo. Decorria dessas propostas basilares um projeto de democracia popular no Brasil, composto pela legislação trabalhista, assistência social, acesso universal a educação e saúde, bem como a criação de um mercado interno pujante a ser alimentado pelo incentivo estatal a pequena propriedade e os níveis elevados de padrão de vida que se esperava alcançar para a população. O governo de coalisão da frente popular, por sua vez, deveria ser logo superado pela construção em seu interior de um Governo Operário e Camponês, este sim uma Ditadura Democrática do Operariado e Campesinato, aos moldes soviéticos.

Esta concepção de estratégia e tática da Revolução Brasileira não mudou imediatamente com a derrota da insurreição da ANL em novembro de 1935. Ao contrário, mesmo com a imensa perseguição policial ao movimento operário e democrático e a prisão em massa de comunistas e aliancistas que se seguiu ao levante, o PCB considerava que a insurreição não foi um erro, pois teria iniciado “uma fase nova e mais elevada do desenvolvimento da revolução brasileira: a passagem da agitação nacional revolucionária da ANL à luta armada pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo e seus lacaios”. A insurreição teria alicerçado a solidariedade entre os soldados e a massa explorada do povo, criado novos quadros revolucionários, propiciado a luta conjunta de comunistas e não comunistas, preparando o terreno da frente popular para lutas futuras. A avaliação é que o período de insurreição revolucionária não haveria terminado com a derrota em Recife, Natal e Rio de Janeiro, mas sim que a luta se transferiu para o interior do país,

⁶⁵² PRESTES, Luiz Carlos. *Manifesto de 5 de julho*. In VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. P. 327 – 328.

⁶⁵³ Para William Waack, toda essa elaboração de política de alianças e ações táticas, incluindo a palavra de ordem “Todo Poder à ANL” foi orientada pelo CE-IC, por meio de telegramas cifrados e o principal responsável teórico foi Van Min, um militante do Partido Comunista da China, considerado pela III Internacional uma autoridade sobre processos revolucionários em países coloniais e semi-coloniais. (Cf. WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 119 – 120.

onde a revolta camponesa deveria engrossar as fileiras revolucionárias e conquistar futuras vitórias⁶⁵⁴.

5.5. Frente Nacional Antifascista e o PCB na luta pela democracia e desenvolvimento nacional

Foi muito lenta e gradualmente que o Partido retrocedeu em sua posição sobre a maturidade da insurreição armada em curto prazo. O recuo apareceu primeiro sob a forma de uma maior ênfase na necessidade de lutar pela anistia dos presos políticos, que cresciam em quantidade a cada dia, mas quem primeiro avaliou decididamente a necessidade de reconsiderar drasticamente a linha do Partido foi o Comitê Executivo da Internacional Comunista, que percebeu a derrota de 1935 com muito maior gravidade do que o Bureau Político do PCB já em março de 1936, praticamente ao mesmo tempo que ocorria a prisão de Luíz Carlos Prestes e Miranda⁶⁵⁵. Assim, a IC enviou para o Brasil o trabalhador marítimo Elias Reinaldo da Silva (de codinome André ou Souza), que estava em Moscou desde o VII Congresso em 1935, com novas diretivas para o PCB e sobretudo com grandes correções na linha política traçada para o Brasil naquele momento.

Apenas a partir de então as diretrizes centrais que o PCB tinha para a revolução no Brasil se transformaram absurdamente, operando uma guinada à direita não apenas em relação a época da ANL, mas também a todas as outras desde as primeiras elaborações do Partido sobre o assunto na década de 1920.

O texto que marca essa viragem é *A Marcha da Revolução Nacional Libertadora e suas Forças Motrizes*, assinado pelo Secretariado Nacional do PCB e datado de dezembro de 1936, ou seja, mais de um ano após a derrota da insurreição da ANL. Neste, o Partido justifica por meio da conjuntura política brasileira a retirada da palavra de ordem “Todo Poder à ANL” e “Governo Popular Nacional Revolucionário com Prestes à frente”, e estabelece como tarefa prioritária dos comunistas intensificar os esforços para reorganizar as forças democráticas dentro da luta para a mobilização de todas as forças antigetulistas em torno de um programa de anistia ampla e reestabelecimento dos direitos constitucionais de 1934.

O Partido pesava ter conseguido criar um movimento de opinião pública democrático, concorrendo para que os candidatos as eleições para Presidente da

⁶⁵⁴ BP do PCB. *Começou a Revolução*. Rio de Janeiro, 12/1935. In VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. P. 174.

⁶⁵⁵ WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 303.

República que se avizinhava tivessem necessariamente de fazer votos pela democracia em seus discursos a fim de garantir o apoio das massas. Porém, faz severa autocrítica das posições que defendia até então como esquerdistas e sectárias, posições estas que ainda existiam no Partido e deveriam ser combatidas.

As atitudes mencionadas como esquerdistas, e que o Partido buscava combater e fazer autocrítica eram definidas, principalmente, como uma concepção errada da política de frente popular, o que significava especificamente uma compreensão equivocada sobre o papel que deveria desempenhar a ANL, que, prossegue o texto, deveria organizar e dirigir a luta anti-imperialista. O erro teria ocorrido por causa da “posição falsa com referência à burguesia nacional motivada pela velha incompreensão sobre as forças motrizes e o caráter da Revolução Brasileira”.

Assim, teria sido um engano do PCB não lutar para que partidos burgueses democráticos não aderissem à ANL, limitando seus membros a organizações apolíticas e adesões individuais, pois isso “restringia a entrada de elementos pertencentes às classes aliadas porque condicionava essa adesão à aceitação prévia de nossa hegemonia na ANL”. A posição correta, diz o Secretariado Nacional do PCB, era aderir e apoiar a ANL juntamente com os demais partidos “em igualdade de condições com estes”, trabalhando para que os comunistas adquirissem prestígio e influência na massa nacional libertadora e apenas assim conquistar a hegemonia do proletariado no decurso das lutas.

A teoria de alianças levada a cabo pelos comunistas até fins de 1936, mas sobretudo durante o apogeu da ANL em 1935, teria afastado a burguesia nacional e largos setores reformistas da pequena-burguesia e do proletariado, impedindo o desenvolvimento da frente popular em um bloco de classes consistente para dirigir e executar a Revolução Nacional Libertadora. Acima de tudo, esse afastamento da burguesia nacional teria facilitado que o governo Vargas jogasse a ANL na ilegalidade e provocasse as “heroicas lutas insurrecionais anti-imperialistas do ano passado”. A última passagem é importante na medida que deixa claro que o PCB não via mais a insurreição de novembro de 1935 como uma atitude correta que teria alçado a luta revolucionária para um patamar superior – assim como defendeu Miranda –, mas sim como um equívoco ocasionado por meio da provocação do governo Vargas, já com intuito de perseguir e reprimir o movimento aliancista.

A análise sobre a dominação dos países imperialistas sobre o Brasil não mudou em nada com a nova elaboração de estratégia e tática. Mas há um claro aprofundamento de uma releitura de acontecimentos históricos então recentes na política brasileira que já

vinham ocorrendo desde a época da ANL. Tratava-se de dar um caráter positivo, e não mais negativo, para a Revolução de 1930 e mesmo para a Revolução de 32. Ambas, antes interpretadas como golpes de Estado, revoltas farsescas que apenas atendiam os interesses das classes dominantes, agora eram apresentadas como legítimas revoltas populares que tiveram seus anseios traídos (no caso da Revolução de 1930) e esmagados brutalmente (no caso da Revolução Constitucionalista) pelo governo de Getúlio Vargas.

Ao versar sobre a definição das forças motrizes da revolução brasileira, o PCB traz afirmação inédita para suas elaborações até então.

O que não vimos com clareza até hoje é que a burguesia nacional também é oprimida pelo imperialismo que a impede de se desenvolver, de ampliar suas indústrias, de libertar seu comércio e de pôr em exploração as grandes riquezas naturais existentes no país [...]. O fato de que a burguesia nacional em sua maioria é anticomunista não impede absolutamente que ela seja revolucionária contra o imperialismo. Sabemos perfeitamente que a burguesia nacional não será consequente, como não tem sido, nessa luta. Mas nosso maior erro tem sido não reconhecer a existência de uma burguesia nacional e negar que ela seja revolucionária na etapa atual⁶⁵⁶.

Em outras palavras, pela primeira vez em sua história, o PCB definia a burguesia nacional como força motriz da revolução brasileira, e adiciona “é preciso trazer a burguesia nacional para a Revolução Nacional Libertadora e abandonar completamente o medo de caminhar junto com esse importante aliado”. Este “medo”, dizia o SN do PCB, seria o medo de perder a “hegemonia do proletariado” no processo revolucionário. Seria mais um equívoco “trotskista”, pois seria o trotskismo que negava o caráter revolucionário da burguesia nacional na luta contra o imperialismo. Quanto ao papel do proletariado na revolução...

Numa população de 48 milhões de habitantes, o proletariado industrial não passa de um milhão em todo o país (inclusive o de transportes). Porque a indústria nacional é conservada raquítica pelo imperialismo dominante. É perfeitamente absurdo falar-se em ditadura do proletariado ou em construção do socialismo em um país atrasado como o nosso e em que o proletariado ainda não está senão em processo de formação como classe consciente de sua missão histórica, sem que PRIMEIRO tenhamos rompido as cadeias da opressão e exploração imperialista, desenvolvimento maior da indústria nacional. É nesse processo revolucionário que o proletariado brasileiro já está se reforçando ideologicamente, se reforçará numericamente e acelerará sua consolidação como classe revolucionária consequente dirigente das demais classes⁶⁵⁷.

Assim, apesar de o texto não dizer com todas as letras, fica subentendido que o proletariado ainda não podia dirigir o processo revolucionário visto sua imaturidade de

⁶⁵⁶ SN do PCB. *A Marcha da Revolução Nacional Libertadora e suas Forças Motrizes*. Salvador, 12/1936. P. 3. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

⁶⁵⁷ Idem. P. 4.

consciência e baixa quantidade de membros, cabendo à burguesia nacional o papel de força dirigente da etapa nacional libertadora da revolução burguesa.

Apenas a libertação em relação ao imperialismo e o desenvolvimento da indústria nacional fariam do proletariado uma classe madura e capaz de dirigir a sua própria revolução. Mas o PCB vai além, ao dizer que deveria marchar com a burguesia nacional “das cidades e dos campos”⁶⁵⁸, pois, com isso, alçava ao nível de força motriz dirigente da revolução brasileira não apenas a burguesia industrial das cidade, mas também a burguesia rural, chamada vulgarmente de “oligarquia agrária” pelos partidos de oposição, sobejamente conhecida por seu histórico reacionário e que mesmo na teorização de Octávio Brandão, condenada anos antes como menchevista pela III Internacional, ficava de fora do rol de alianças, aparecendo como inimigo principal dentro do país em razão de suas relações econômicas imbricadas com as potências imperialistas por meio dos empréstimos internacionais.

Por fim, o documento estabelece como primeira tarefa para a marcha da revolução nacional libertadora o apoio dos comunistas a qualquer candidato que se comprometesse a ter como pauta de seu programa

- 1 – Restabelecimento, respeito e aplicação da Constituição de 1934 e revogação das emendas. Suspensão do estado de guerra, respeito às imunidades parlamentares, revogação do tribunal infame etc.
- 2 – Anistia ampla e reintegração de todos os demitidos civis e militares por questões políticas.
- 3 – Medidas eficientes para o desenvolvimento da indústria nacional⁶⁵⁹.

A nova diretriz teórica para estratégia e tática da revolução brasileira ganha maior elaboração em um informe de Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) para o CE-IC. Neste, o “esquerdismo” que acometia o PCB, segundo a nova concepção do CC, era consequência da pouca idade do Partido e de sua origem no movimento anarquista. Seria uma herança do anarquismo o apego sectário pelos “princípios” bem como os desvios obreiristas. Bangu critica os militantes que denunciavam que o PCB estava perdendo seus princípios.

Quantas vezes a experiência tem demonstrado que não é falando muito de princípios que se garante na prática a fidelidade aos princípios; da mesma forma que nem todos que falam de revolução são revolucionários. É necessário falar menos de princípios, fazer menos afirmações de princípios e criar condições para garantir a integridade de nossos princípios. É necessário falar menos de revolução e criar bases sólidas para assegurar sua marcha e vitória⁶⁶⁰.

⁶⁵⁸ Idem.

⁶⁵⁹ Idem.

⁶⁶⁰ ROCHA, Lauro Reginaldo da (Bangu). *Informe ao Bureau Político da Internacional Comunista*. Brasil, 08/1937. P. 2. (Acervo Internacional Comunista – AEL).

Era também uma determinante para a persistência do esquerdismo no PCB o baixo nível teórico dos militantes e principalmente dos dirigentes do Partido e isso justificava um paciente trabalho de esclarecimento e luta intransigente contra os desvios.

Bangu, prosseguindo a autocrítica já realizada no documento *A Marcha da Revolução Nacional Libertadora e suas Forças Motrizes*, explica que a consigna “Governo Popular Nacional Revolucionário” teria partido de falsas premissas e informes exagerados, não correspondendo a situação do Brasil. Ela só poderia levar, como levou, a um golpe armado que se tivesse saído vitorioso, teria fundado “uma ditadura de operários e da pequena-burguesia, sob a forma de GPNR [Governo Popular Nacional Revolucionário]”. O PCB, portanto, cometia o erro de querer começar a revolução pelo meio, pulando seu estágio inicial.

Adiante, Bangu define claramente a presente concepção do PCB para a revolução brasileira. A revolução era de caráter democrático burguês (portanto, até aí, em consonância com as elaborações anteriores), passando pelo estágio inicial que seria nacional libertador. Isso significava que a tarefa central e imediata da revolução seria a “defesa da democracia” e “luta pela integridade nacional frente as ameaças do fascismo estrangeiro e seus agentes no país”. As demais tarefas da revolução em seu estágio nacional libertador seriam a libertação da economia nacional do jugo imperialista, a exploração das riquezas naturais em benefício da nação e a criação de uma indústria pesada nacional. A forma de governo que deveria corresponder a essa revolução seria um “governo republicano democrático” formado por uma frente nacional que representaria os interesses de toda a burguesia nacional “oprimida pelo imperialismo”, os interesses da produção agrícola – portanto, da burguesia agrária ou oligarquias agrárias -, do comércio e da indústria nacional e, ao mesmo tempo, os “interesses atuais” do proletariado e de todo o povo. Frisamos esta última parte, justamente porque o contexto do texto deixa claro que os “interesses imediatos do proletariado e de todo o povo” não significava mais do que a realização dos (supostos) interesses da burguesia nacional⁶⁶¹.

⁶⁶¹ Essa nossa afirmação é tanto mais evidente no texto publicado em *A Classe Operária*, intitulado Sim! O PC não deixará de ser o PC!, assinado pelo pseudônimo Ararigaboia. Trata-se de um texto em que o autor debate com um “camarada X” que havia enviado uma carta ao Comitê Central criticando suas novas concepções. Em determinado momento, Ararigaboia, respaldando-se em citações de Lênin em seu *As Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática*, afirma ser o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas de interesse do proletariado, pois este processo o levaria ao próprio fortalecimento e amadurecimento, preparando-o para sua própria revolução (com o desenvolvimento do capitalismo desenvolve-se também o seu coveiro, o proletariado). (Cf. ARARIGABOIA. Sim! O PC não deixará de ser o PC! *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 27/12/1936)

Bangu admitia, tal como diziam os críticos da nova linha do PCB, que a burguesia nacional não estava ainda cindida politicamente, no sentido de uma parte expressiva dela defender o programa nacional libertador, mas defendia que isso se devia ao fato de que o movimento nacional libertador ainda não havia colocado na ordem do dia os problemas que seu programa respondia e que eram de interesse da burguesia nacional. Portanto, cabia aos próprios nacional libertadores e comunistas causar a cisão de interesses no interior da burguesia nacional, tirando parte dela da zona de influência dos países imperialistas e trazendo-a para o movimento aliancista. O PCB esperava que a discussão pública sobre os problemas nacionais atraísse um contingente cada vez maior da população para a luta contra o imperialismo.

Mais uma vez entra em questão o papel do proletariado na revolução nacional libertadora e, no texto de Bangu, fica ainda mais evidente que já não correspondia a ele, segundo a atual elaboração do PCB, o papel de força motriz dirigente. Em vez de dirigir o processo, o proletariado devia marchar com, ou seja, juntamente com a burguesia nacional, participando com ela em um governo democrático-republicano de coalisão das “várias classes oprimidas”. A hegemonia do proletariado na revolução democrático burguesa ficaria para o decorrer do movimento, pois seria tomando parte dele que o proletariado amadureceria e conquistaria seu papel como força motriz hegemônica. Mais à frente, ao versar sobre a questão sindical, é colocado como tarefa da classe operária dar exemplo de coesão na luta pela democracia, reforçando sua unidade entendida como unidade com o Ministério do Trabalho.

Neste documento, Bangu não deixa dúvidas de que o PCB decidiu por buscar aliar-se com os grandes latifundiários na esperança de conquistá-los para sua revolução anti-imperialista. Para o dirigente comunista, teria sido um erro da ANL organizar a luta contra o latifúndio e estimular o armamento dos trabalhadores do campo, pois isso impedia que a luta pela democracia e pela independência nacional ganhasse para sua causa os “pequenos e médios proprietários de terras, os ‘coronéis’, os banguzeiros, os fazendeiros e mesmo os ‘feudais progressistas’”⁶⁶². Mais uma vez, a tentativa de revolução de novembro de 1935 é colocada como fruto de provocação do governo, que por meio dessa manobra, conseguiu desferir duros golpes ao Partido e ao povo brasileiro.

A seguir, Bangu define que a ANL deveria excluir de seu programa, tido como exagerado, a reforma agrária e o cancelamento das dívidas estrangeiras. Seu papel deveria

⁶⁶² ROCHA, Lauro Reginaldo da (Bangu). *Informe ao Bureau Político da Internacional Comunista*. Brasil, 08/1937. P. 7. (Acervo Internacional Comunista – AEL).

ser criar um bloco de todas as forças e partidos na luta pela democracia e libertação nacional, cuja palavra de ordem deveria ser “democratização da república”, cumprimento da Constituição de 1934 e preparo para as eleições⁶⁶³. Em item do documento que leva o título “Governo Republicano Democrático”, o fascismo é definido como o principal inimigo⁶⁶⁴, e então são listados as reivindicações que constituíam a base do programa do PCB para a luta anti-fascista:

- 1 – Luta contra o estado de guerra e contra as leis reacionárias. Retorno do país à legalidade. Anistia para todos os presos políticos.
- 2- Contra as tentativas de golpe. Frente anti-intervencionista pela autonomia dos estados.
- 3 – Contra o fascismo e o integralismo
Por uma frente nacional pela democracia como consequência dos três pontos acima assinalados.
- 4 – Por eleições livres para a sucessão presidencial. Por um governo republicano-democrático⁶⁶⁵.

O perigo do Integralismo não estaria tanto em seu número de filiados, mas sim no apoio que recebe do governo de Getúlio Vargas, Mussolini e Hitler, recebendo armas, dinheiro e aparelhamento técnico, deixando-o preparado para realizar a sua aptidão: a guerra. A falta de organização do proletariado e das forças democráticas também fortaleciam o integralismo e o fascismo de modo geral. O PCB chegava a colocar sob suspeita as colônias japonesa, alemã e italiana no Brasil, afirmando que elas recebiam armas de seus países natais para implantar aqui um governo fascista e alertava que os integralistas preparavam no Brasil uma “Noite de São Bartolomeu”. Portanto, era necessário que a frente democrática exigisse o desarmamento dos integralistas e levasse a cabo a mais dura luta ideológica contra o integralismo, buscando desagregar suas fileiras.

A luta contra o imperialismo, por sua vez, deveria focar, em âmbito externo, a combater o “fascismo estrangeiro”, ou seja, os países imperialistas governados pelo fascismo, isto é, Alemanha e Japão. No âmbito interno, a luta anti-imperialista deveria traduzir-se como luta pela industrialização do Brasil, abrangendo exploração do petróleo, ferro, carbono e outras riquezas por capitais nacionais; a criação de uma indústria pesada para fabricação de máquinas e o desenvolvimento da agricultura em bases nacionais. Para estas pautas, principalmente, o PCB esperava conseguir a adesão da burguesia nacional.

⁶⁶³ Idem. P. 9.

⁶⁶⁴ Nesta parte, Bangu afirma que a viragem do PCB sobre a estratégia e tática da Revolução Brasileira deu-se em abril de 1936, numa reunião do Comitê Central de balanço sobre o período de lutas anterior. Como buscamos mostrar, o PCB só lançou texto com novas diretrizes em dezembro de 1936 e sua viragem fez parte de um debate não apenas nacional, mas com os dirigentes internacionais do movimento comunista.

⁶⁶⁵ Idem. P. 10.

Bangu, dizia expressamente que a burguesia nacional, incluindo os latifundiários, estava associada ao capital estrangeiro imperialista, mas acreditava que ela veria na luta pela industrialização “a oportunidade de um desenvolvimento maior de seus capitais”⁶⁶⁶, optando, então, por tomar parte no movimento nacional libertador e romper com o imperialismo.

Sobre as eleições que se aproximavam, Bangu declara que nem o programa de José Américo e nem o programa de Armando de Salles satisfaziam ao PCB, pois ambos silenciavam sobre a anistia e as emendas da Constituição. Porém, tomava partido de José Américo por ter “maior conteúdo democrático e nacional reformista”, como a defesa da exploração do ferro, petróleo e carbono, industrialização, fortalecimento da indústria nacional, ajuda aos pobres e defesa da Constituição de 1934. Deixa claro que o apoio do PCB não deveria ser público para não gerar controvérsias na opinião pública.

Depois de levar a cabo enérgica campanha em favor de José Américo, o PCB viu seus planos frustrados com a aprovação do Estado de Guerra no Congresso brasileiro e a suspensão das eleições, com voto de apoio da bancada de parlamentares que eram partidários de José Américo. O golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 ocasionou novo posicionamento do PCB, que denunciou o início da ditadura fascista no Brasil, tal como o Partido vinha avisando que aconteceria. O golpe objetivaria, em política internacional, alinhar o Brasil com os países do Eixo, em uma espécie de preparação para a Guerra em que o nosso país serviria como fonte de matérias primas e soldados para a Alemanha, Japão e Itália. Internamente, o golpe vinha para impedir o avanço do movimento democrático que se configurava em torno das eleições. Para o PCB, a tarefa imediata a partir de então seria a criação de uma ampla Frente Nacional Democrática para impedir a consolidação do fascismo.

Nota-se, porém, mais uma viragem tática do PCB a partir deste momento, pois depois de denunciar a demagogia de Getúlio Vargas ao prometer a mudança da política nacional em relação ao café e a suspensão da dívida externa, o BP do PCB define que

Considerando, portanto, que essas promessas correspondem realmente aos interesses do povo e do país – desde que sua realização não seja feita beneficiando as potências fascistas - o nosso dever é mobilizar, desde já, as massas e as organizações populares pelo cumprimento das promessas feitas por Getúlio, ligando essa mobilização à luta pelo restabelecimento dos princípios fundamentais da Democracia, agora subvertidos e anulados pelo golpe de Estado. Orientando nossa ação nesse sentido, não nos desligaremos

⁶⁶⁶ Idem. P. 14.

das massas e de suas organizações; colocaremos em cheque as manobras fascistas e impediremos a sua consolidação no poder⁶⁶⁷.

De maneira discreta, dessa forma, o PCB começava uma política de adesão ao governo Getúlio Vargas, no exato momento em que era instaurada a ditadura do Estado Novo. O adesismo não era completo, pois as tendências fascizantes do novo governo eram condenadas, renovando a prioridade de uma frente para o retorno da democracia. Porém, deixava evidente que uma mudança nacionalista na política econômica do governo, deveria ser apoiada.

A tendência do adesismo acentuou-se depois da proibição de todos os partidos em dois de dezembro de 1937, pois com ela, o Estado Novo realizou uma reivindicação prioritária do programa antifascista do PCB: a ilegalidade do Integralismo. As críticas do PCB ao governo Vargas, principalmente no que lhe aproximava do fascismo não cessaram pelas páginas de *A Classe Operária*, mas cada vez mais o governo começou a ser visto como um governo em disputa entre uma ala reacionária pró fascismo e uma ala democrática.

Em comunicado de março de 1938, intitulado *União Nacional pela Democracia e Pela Paz*, o PCB declara apoiar “sem reservas” as atitudes do Estado Novo no que compete ao combate ao integralismo. Defende, então, que o governo brasileiro deveria aderir ao apelo do então Presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, pela união dos povos democráticos do mundo pela paz e pela democracia, que já tinha a adesão da União Soviética. Para o PCB, todos os países da América Latina deveriam formar uma união ao lado das potências democráticas contra o fascismo, e os comunistas, por sua vez, declaravam: “Em defesa da Nação lutaremos ombro a ombro, por cima de qualquer divergência, com todas as forças nacionais, inclusive com o Sr. Getúlio Vargas, se este se dispuser, como é o seu dever, a se opor à investida do fascismo”⁶⁶⁸.

Após a tentativa de golpe de Estado pelos integralistas, na madrugada do dia 11 de maio, o PCB reforçou a perspectiva que já vinha construindo sobre o apoio ao governo Vargas no combate ao fascismo, mais uma vez defendendo que também os fascistas de dentro do governo deveriam ser combatidos. O Partido buscava levar a cabo uma

⁶⁶⁷ BP do PCB. *Circular Nº 1 sobre o Golpe Fascista*. Rio de Janeiro, 12/11/1937. P. 4. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

⁶⁶⁸ BP do PCB. *União Nacional pela Democracia e pela Paz*. Rio de Janeiro, 28/03/1938. P. 2. (Acervo Internacional Comunista – AEL).

Para um estudo sistemático sobre a política de União Nacional do PCB, CF. SENA JÚNIOR, Carlos Zacaria Figueirôa de. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível (1936 – 1948)*. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

campanha para que o Estado Novo fizesse uma “depuração” de fascistas e seus simpatizantes em suas próprias fileiras, além, por evidente, de perseguir as organizações integralistas e fascistas que atuavam dentro do país e, internacionalmente, afastar-se dos países do Eixo. De tal modo,

Por isso, o Partido Comunista – que desde há muito vinha conclamando a necessidade dessa frente nacional – não vacilou um minuto em levar o seu apoio ao governo da República no combate ao fascismo, desfraldando a bandeira da anistia, das liberdades democráticas. E em qualquer emergência os comunistas saberão ocupar seu posto sem ver nisso um favor, mas apenas o cumprimento consciente do seu dever⁶⁶⁹.

No mesmo número de *A Classe Operária* em que este texto foi publicado, ainda comparece uma carta aberta assinada por Bangu em que é feita, em nome do PCB, uma autocrítica – ou melhor dizendo, uma autofagia - pelas ações do Partido nos últimos anos, principalmente pela insurreição de 1935, contendo declaração de apoio, cada vez mais irrestrito à Getúlio, responsabilizando o PCB, pelo menos parcialmente pelos atos repressivos e reacionários que o líder de Estado havia executado até então. Nas palavras de Bangu

Dissemos acima que o próprio Sr. Getúlio Vargas foi envolvido na rede de provocações dos sigmáticos e reacionários e queremos agregar mais: baseados nas lições dos acontecimentos por um lado, e, por outro, na atitude digna e louvável que o Sr. Presidente da República tomou e vem tomando em face dos acontecimentos atuais do país e do mundo, com toda a autoridade e responsabilidade do nosso passado no movimento de vanguarda do proletariado brasileiro, reconhecemos a responsabilidade do PCB como um dos principais fatores das oscilações políticas do governo do Sr. Getúlio Vargas para a direita e, agora, quando ele se coloca, pela força das circunstâncias, criadas pela situação nacional e internacional, frente a frente, contra os reais e tradicionais inimigos de nosso povo e do Brasil, tendo, inclusive de defender de armas na mão o seu próprio lar assaltado (que como foi dito muito bem pela imprensa, representa a defesa do lar de todos os brasileiros) quando ele empreende, audaciosamente, com seus recentes atos decretando leis de profundo interesse popular e nacional, reformas de grande alcance para o desenvolvimento do país, remontando aos pontos mais essenciais do programa revolucionário de 1930 – quando o povo, ao lado das forças armadas, num mar de baionetas, elevou a suprema magistratura do país – nós, comunistas, reconhecemos nossos erros e aproveitando as lições da experiência, não temos nenhuma vacilação de apoiá-lo com todas as nossas forças na luta contra o nazismo-integralista e em seus propósitos e realizações nacional-democráticos⁶⁷⁰.

Por fim, depois de mais linhas declarando ser o PCB a vanguarda no combate ao fascismo e defender a consolidação de uma frente democrática e nacionalista, a carta

⁶⁶⁹ *A Intentona Integralista de 11 de Maio*. A Classe Operária, nº 215. Rio de Janeiro, 07/1938. (CEMAP – CEDEM – UNESP)

⁶⁷⁰ ROCHA, Lauro Reginaldo da; BRAZ, Domingos. Pela União de Todos os Nacional Democratas. *A Classe Operária*, nº 215. Rio de Janeiro, 07/1938. (CEMAP – CEDEM – UNESP)

aberta é encerrada com os autores (Bangu e Domingos Bráz) declarando ser “sinceros admiradores” de Getúlio Vargas.

Mais importante, porém, para compreender a estratégia e tática que o PCB consolidou nesse período é um documento elaborado pelo BP do PCB intitulado *Esquema de União Nacional* que objetivava cumprir a tarefa de delinear um programa de frente nacional das forças democráticas, nacionalistas e progressistas.

Neste, a análise sobre o Estado Novo o define como uma ditadura fascistizante, mas que não conseguia se consolidar como abertamente fascista por falta de apoio popular e pelas contradições do próprio governo, que estaria cindido entre uma ala reacionária e uma ala democrática.

O PCB dizia abertamente que a consciência e disposição do povo brasileiro não estava aberta para uma revolução, indicando que mesmo a ideia de uma revolução nacional libertadora havia sido descartada. Nessa situação, o Partido deveria

- a) Não atacar o governo em bloco, mas concentrar contra a ala reacionária;
- b) Não atacar Getúlio diretamente, mas criticar seus atos com maior ou menor intensidade conforme a circunstância;
- c) Apoiar todos os atos e medidas democráticas e nacionalistas, do governo ou não⁶⁷¹.

Dito isso, era tarefa dos comunistas agrupar as massas em torno de um “programa de salvação nacional”, em que a luta pela derrubada do governo só ocorreria na hipótese de Getúlio Vargas tomar o lado dos países do Eixo de maneira definitiva. De maneira geral, o movimento nacional democrático não deveria ser hostil à Getúlio e deveria mesmo buscar que Getúlio o capitaneasse, contando, por suposto, com o apoio do PCB.

O programa dessa “frente nacional” seria a anistia dos presos políticos, a depuração do aparelho de Estado dos seus elementos fascistas; constitucionalização democrática; instauração de um regime republicano presidencial representativo e federativo; direito de organização política. Para a economia, além da já há muito defendida industrialização do país, chama a atenção o retorno da reivindicação da reforma agrária, definida como liquidação das “sobrevivências feudais, semi-servis, pré-capitalistas nas relações econômico-político-sociais do campo, criando-se e defendendo-se a pequena e média propriedade, base do ampliamiento do mercado interno”⁶⁷².

⁶⁷¹ BP do PCB. *Esquema de União Nacional*. Rio de Janeiro, 12/1938. (Prontuário Nº 2431, vol 9, PCB – DEOPS-SP – APESP)

⁶⁷² Idem.

Nas propostas para a economia, ainda figuram uma reforma tributária (sem entrar em detalhes de como seria), cerceamento da ação dos trustes (também sem detalhes), incentivo ao crescimento do mercado interno, abolição dos impostos sobre mercadorias dentro do país em favor de um sistema de tributação por renda de maneira progressiva para os grandes proprietários, nacionalização das jazidas de petróleo, quedas d'água, marinha mercante, ferrovias, telecomunicações e transporte. O programa contava ainda com reivindicações de um plano nacional de ensino, criação de um plano nacional de assistência médica hospitalar e proteção aos trabalhadores da cidade e do campo.

Segundo consta no documento, o programa da Frente Nacional não deveria ser realizado servindo-se de uma insurreição armada, como no caso da ANL, mas sim “pelo próprio povo e seus líderes em estreita união fraternal entre si e um governo nacional democrático”, que deixa claro, poderia muito bem ser o governo de Getúlio Vargas, bastando querer aplicar essas medidas.

Em resumo, a partir de fins de 1936, o PCB colocou o objetivo de uma revolução operária e camponesa que defendeu até então para um futuro muito distante. Em um primeiro momento, visava uma revolução nacional libertadora que teria como objetivo uma República Democrática e o desenvolvimento da indústria nacional como forma de o Brasil ganhar autonomia frente as potências imperialistas. A força motriz dessa revolução deveria ser a burguesia nacional, contando com as demais classes sociais como apoio, incluindo o proletariado, que deveria formar-se como classe para si durante esse processo. Fica subentendido que a República Democrática não seria conquistada por via da insurreição, mas pela mobilização da população por meio de uma frente ampla pela democracia, capitaneada pela burguesia democrática e liberal, mas o uso do termo “revolução” não é abolido. O objetivo seria bloquear o caminho do Estado brasileiro para a fascistização e desenvolver a economia nacional.

Com o golpe do Estado Novo e a ruptura do governo de Getúlio Vargas com o Integralismo, inicia-se um segundo momento nesse processo de “direitização” do PCB. Neste, mesmo o termo revolução desaparece, e todos os esforços do Partido são voltados para que o governo brasileiro se afaste dos países fascistas e promova, internamente, uma redemocratização e uma política de desenvolvimento da indústria nacional. Tal como não se falou mais em revolução, também não se falou mais em forças motrizes, mas sim na formação de uma Frente Democrática Nacional a ser encampada por toda a nação e que se fosse dirigida pelo governo, tanto melhor.

Essa viragem completa na política dos comunistas deve ser explicada principalmente pela conjuntura internacional existente na segunda metade dos anos 1930. Tratava-se da perspectiva iminente do início da Segunda Guerra Mundial, tendo na Guerra Civil Espanhola, a anexação italiana da Etiópia, a Guerra da Manchúria e a anexação alemã da Áustria, seus prenúncios. A União Soviética estava convencida de que essa guerra seria essencialmente uma guerra anticomunista, em que Hitler invadiria a Rússia com a conivência passiva da Inglaterra e da França, tal como ocorreu com a ajuda que prestou ao golpe de Estado de Franco, na Espanha. Nesse contexto, para os Partidos Comunistas, alinhados com a União Soviética, era uma questão de vida ou morte para a defesa do socialismo garantir o menor apoio possível para a Alemanha e seus países aliados e o maior apoio possível para os países democráticos.

Ao menos momentaneamente, o PCB renunciou à estratégia da revolução socialista para dar lugar a uma tática de sobrevivência, tendo em vista o perigo do fascismo no estrangeiro e da fascistização do Estado brasileiro. Já não se tratava de derrubar o regime político existente no Brasil, pois um país atingido por grave convulsão social não estaria apto para a guerra. A tarefa era cindi-lo, fortalecer seus elementos democráticos e obrigá-lo, por meio da pressão popular, de tomar parte contra os países fascistas.

Essa política, por mais que promettesse a paz e a união nacional, aceitando o governo e prometendo colaborar com ele, não impediu que dura perseguição policial caísse sobre os comunistas. O terror policial continuou nos anos seguintes, desmantelando as organizações comunistas, incluindo o Comitê Central, de tal forma que o PCB só conseguiu se reorganizar com estabilidade as vésperas da queda do Estado Novo.

6 – A REVOLUÇÃO BRASILEIRA DOS DISSIDENTES PAULISTAS

6.1. As origens do marxismo de São Paulo

No primeiro capítulo vimos como o foco da construção política e partidária do Comitê Central do PCB era o Rio de Janeiro, sendo São Paulo um local que, além de receber pouca atenção da direção para o fortalecimento do movimento comunista, ainda servia como um reservatório de quadros para o Rio de Janeiro, isto é, sempre que algum militante se qualificava e tornava-se experiente em São Paulo, era logo transferido para

construir o Partido no Rio de Janeiro. Vimos também como essa situação gerava problemas para o desenvolvimento do PCB em São Paulo, que sofria com falta de recursos financeiros, militantes experientes e formação teórica de qualidade de acordo com a política da III Internacional, o que, por sua vez, desencadeava conflitos entre os militantes, rugas do Comitê Regional de São Paulo com o Comitê Central e indisciplina nas fileiras partidárias. Tal contexto, eivado por um vácuo de formação política nos parâmetros do PCB e pelo ressentimento crescente dos militantes paulistanos para com o Comitê Central, criou o terreno fértil para que seguissem um caminho próprio no terreno da teoria e da interpretação do marxismo, o que não poderia deixar de, em algum momento, tornar-se também uma trilha particular em termos de organização partidária.

Edgar Carone atribui às raízes do trotskismo brasileiro a crise interna do PCB em 1928, com Joaquim Barbosa, secretário sindical, à frente; um descontentamento difuso que leva os futuros trotskistas a procurarem outros caminhos, "oscilando entre a crítica do PCB e a procura de novas soluções" e a greve dos gráficos de 1929, em que "muitos gráficos que pertencem às fileiras do PCB irão, no ano seguinte, aderir ao trotskismo"⁶⁷³.

José Castilho Marquês Neto critica a historiografia, que a exemplo de Carone, explica as origens do trotskismo no Brasil prioritariamente pelas contradições do desenvolvimento interno do PCB, pois para ele essa abordagem subestima a "grande transformação vivida pela Rússia soviética e a III Internacional nos anos 20" que teriam implicado em "mudanças doutrinárias, no campo das ideias marxistas, as modificações transcendem os problemas peculiares a cada um dos partidos nacionais"⁶⁷⁴.

Alzira Lobo procurou fazer síntese dessas duas posições dizendo que as raízes do trotskismo brasileiro se devem a um "pluralismo de razões", mas deu maior ênfase na tese de Carone, pois compreendia que "as razões que levaram à formação de uma oposição no PCB foram tributárias da história do Brasil, embora as lutas ocorridas entre quadros dirigentes do PC soviético repercutissem nas discussões internas do partido"⁶⁷⁵. Especificamente sobre a relação do PCB em São Paulo e a dissidência do final dos anos 1920, a historiadora sustenta que a ação fracionista é decorrente de "acontecimentos de natureza nacional, local e mesmo embates pessoais de suas lideranças"⁶⁷⁶.

⁶⁷³ CARONE, Edgard. *Brasil: Anos de crise (1930 – 1945)*. São Paulo: Ática, 1991. P. 128 – 129.

⁶⁷⁴ MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P. 21 – 22.

⁶⁷⁵ CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 114.

⁶⁷⁶ CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 115.

A respeito desta discussão, nossa tese insere e focaliza como elemento para o surgimento do trotskismo no Brasil as contradições inerentes ao desenvolvimento particular do PCB na cidade de São Paulo, ainda que não pretendamos negar as várias determinações de outra natureza e sequer discuti-las aprofundadamente, pois nosso objetivo não é uma história *strictu sensu* do trotskismo brasileiro ou paulista, mas sobretudo dos militantes comunistas paulistanos que, rompendo com o PCB, fizeram parte do debate sobre a teoria da revolução brasileira. Eles não podem ser imediatamente identificados com o movimento trotskista por uma razão: parte desse debate foi elaborado enquanto ainda estavam nas fileiras do PCB, antes de tornarem-se trotskistas (caso de Plínio Mello e Hermínio Sachetta) e, mesmo quando aderiram ao trotskismo, nem todos tiveram suas colaborações teóricas bem aceitas pelo grupo, como por exemplo, Plínio Mello que por suas concepções sobre a estratégia e tática da revolução brasileira chegou a ser ameaçado de expulsão da Liga Comunista Internacionalista.

Além da já mencionada difícil relação do CR-SP com o Comitê Central do PCB, outros elementos vieram a somar-se para que os comunistas paulistanos seguissem a via de um marxismo particular, entre eles a convivência próxima e muitas vezes diária, em contraposição a distância e a fraquíssima relação pessoal que mantinham com os membros do Comitê Central, instalados no Rio de Janeiro. A título de exemplo, Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Plínio Mello e Aristides Lobo moraram na mesma pensão, pertencente a Fernando Callage, durante a década de 1920 e trabalharam, por um tempo e mais ou menos simultaneamente, no *Diário Nacional*, jornal do Partido Democrático de São Paulo.

O historiador José Castilho Marquês Neto evidenciou em seu trabalho sobre as origens do trotskismo no Brasil, que justamente os militantes comunistas paulistanos acima mencionados – acrescido de outros, como Edgardo de Castro Rebelo, Antônio Bento, Emiliano Di Cavalcanti e Mary Houston – formavam um grupo de amigos que organizavam atividades intelectuais e publicações voltadas para crítica política e cultural e que, particularmente Mário Pedrosa, considerava o “seu grupo” de intelectuais “à parte de dois outros” grupos de intelectuais, sendo o primeiro deles justamente os dirigentes do PCB, principalmente Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, e o segundo, os modernistas, com destaque para Mário de Andrade⁶⁷⁷.

⁶⁷⁷ MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P. 197.

Alzira Lobo, historiadora responsável por talvez o trabalho mais completo sobre os dissidentes comunistas paulistanos, chegou ao ponto de afirmar que “o círculo de amigos de Aristides [Lobo] – Mário Pedrosa, Plínio Mello, Antônio Bento, Lívio Xavier – [...] demonstra que, em 1927, a oposição de esquerda já se organizava em São Paulo”⁶⁷⁸. De nossa parte, acreditamos que é exagerado dizer que em 1927 esse grupo já se configurava como a organização da Oposição de Esquerda, tal como se configurou como partido político, com direção, programa e organismos organizativos próprios, a partir da criação do Grupo Comunista Lênin em 1930, mas sem dúvida era o embrião disso, em que fermentavam uma série de ideias e discussões sobre o marxismo que se contrapunham àquelas hegemônicas no PCB e em que a experiência militante compartilhada sobre a construção do Partido em São Paulo e suas desavenças com o Comitê Central eram a base para a construção de um projeto político particular de como deveria ser uma organização comunista.

Uma comparação entre os livros e periódicos lidos e discutidos pelos intelectuais dirigentes do PCB no Rio de Janeiro – e divulgados e usados como material de formação política para os militantes cariocas – com aqueles estudados pelos comunistas de São Paulo, que se entre 1925 e 1928 ainda não formavam um grupo político organizado, eram já um “grupo de amigos” e de “intelectuais”, pode ser útil para evidenciar como os intelectuais orgânicos do PCB e o “grupo de São Paulo” desde o início construíram caminhos distintos no que diz respeito a internalização teórica do marxismo e da experiência revolucionária construída na Rússia e no movimento comunista mundial.

Lincoln Secco organizou uma tabela com publicações de livros pelo PCB em seus primeiros quatro anos de vida, usando como fonte um relatório de agitação e propaganda desenvolvido pelo Comitê Central e enviado para a Internacional Comunista. Nesta tabela, encontramos como os principais teóricos do marxismo Marx, Engels, Lênin e Bukhárin, além das publicações oficiais do Partido e livros de dirigentes comunistas como Octávio Brandão e Cristiano Cordeiro⁶⁷⁹. Principalmente os livros de Bukhárin, *O Comunismo Científico e o Anarquismo* e *ABC do Comunismo*, parecem ter sido muito lidos e estudados pelos dirigentes do PCB como material introdutório e foram

⁶⁷⁸ CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 45.

⁶⁷⁹ SECCO, Lincoln. *A Batalha dos Livros: Formação da Esquerda no Brasil*. Cotia: Ateliê Editorial, 2017. P. 60.

referenciados por Leôncio Basbaum⁶⁸⁰, Octávio Brandão e Heitor Ferreira Lima⁶⁸¹ em suas memórias. Estes livros, juntamente com o *Manifesto Comunista*, eram usados como material de cursos de formação do PCB, ministrados certamente no Rio de Janeiro⁶⁸².

Octávio Brandão é figura que merece atenção no nosso objetivo de definir o que os dirigentes comunistas liam, estudavam e recomendavam para os militantes comunistas, pois ficou encarregado pela Comissão de Educação e Cultura do PCB, ou seja, era responsável pela tarefa de formação política da militância comunista. Em seu livro de memórias, menciona como livros importantes para a política desenvolvida pelo PCB nos anos 1920 *O Estado e a Revolução*, *Imperialismo: etapa superior do capitalismo e Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo*⁶⁸³. Mais à frente, Brandão menciona outros livros que considerava determinantes para sua formação pessoal como comunista, mas que provavelmente também foram para outros dirigentes e militantes do PCB: *Que Fazer?*, *A Democracia Burguesa e a Ditadura Proletária*, *Os Problemas do Poder Soviético*, *Os Bolcheviques e os Camponeses*, *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, todos de Lênin. De Marx e Engels, são citados *A Guerra dos Camponeses na Alemanha*, *Revolução e Contra-revolução na Alemanha*, *As Lutas de Classes na França*, *O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte*, *A Guerra Civil na França*, *Miséria da Filosofia*, *Anti-Dühring*, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, *A Origem da Família, da propriedade e do Estado* e o prefácio da *Contribuição para a Crítica da Economia Política*⁶⁸⁴.

Segundo Octávio Brandão, Stálin era desconhecido do PCB durante os anos 1920 e seu livro *Fundamentos do Leninismo* só seria lido no Brasil muito depois. Trotsky e Bukhárin não são citados nas memórias do comunista alagoano como referências teóricas importantes, mas certamente eles foram lidos e estudados nos primeiros anos de vida do Partido e considerados como autores relevantes.

Em *Rússia Proletária*, livro de Octávio Brandão escrito em 1923 e publicado em 1924 pelo grupo editorial do jornal *A Voz Cosmopolita*, o autor não apenas indica o livro de Trotsky, *Terrorismo e Comunismo* como essencial para a superação de suas dúvidas com relação ao “terror vermelho” que os anarquistas denunciavam assolar a Rússia, sendo

⁶⁸⁰ BASBAUM, Leôncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 37.

⁶⁸¹ LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos: Memórias de Militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982. P. 65.

⁶⁸² BRANDÃO, Octávio. *Carta ao camarada Bela Kun*. Rio de Janeiro, 18/11/1924. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

⁶⁸³ BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. P. 218 – 219.

⁶⁸⁴ BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. P. 232.

decisivo para sua adesão como militante do PCB⁶⁸⁵, como no final do livro faz uma série de indicações de livros comunistas para que o leitor pudesse melhor se formar no marxismo, e entre eles encontramos *A Nova Etapa, Entre o Imperialismo e a Revolução* e *1905* de Trotsky, bem como *O ABC do Comunismo* e *Programa Comunista* de Bukhárin. Outros autores indicados na lista – além de Marx, Engels e Lênin – e conhecidos como referências da Terceira Internacional, mas que cairiam em desgraça nos anos seguintes são Radek e Zinoviev, cabendo também mencionar Alexandra Kollontai, que se manteve alinhada ao regime soviético até o fim de sua vida, ainda que com atritos episódicos⁶⁸⁶. Essa lista de livros feita por Octávio Brandão, aliás, foi recomendada oficialmente pelo PCB a todos os seus militantes por meio das resoluções do II Congresso em 1925⁶⁸⁷.

De toda maneira, os dirigentes nacionais do PCB acabaram por renegar autores inicialmente tidos como referências, como Trotsky e Bukhárin, conforme se desenvolvia a luta interna no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e essas personalidades do movimento comunista se tornavam *persona non grata*, seja por real convencimento por meio dos materiais da Internacional Comunista que tratavam sobre o assunto ou por disciplina. Por outro lado, como veremos, o “grupo de São Paulo” não tomaria a mesma atitude, tendendo a insistir nos autores renegados e mesmo defendendo-os.

As leituras compartilhadas pelo “grupo de São Paulo” eram bem outras. É notória a influência de Romain Rolland e Henry Barbusse sobre Mário Pedrosa, sendo apontadas em suas biografias políticas. A revista *Clarté*, dirigida por Barbusse, teve tamanha importância na formação política de Mário Pedrosa que o historiador Dainis Karepovs apontou que a trajetória do homem espelha a trajetória da revista: do comunismo para o surrealismo e então para o trotskismo⁶⁸⁸. Nas cartas trocadas por Mário Pedrosa com Lívio Xavier, antes e durante o período em que o primeiro esteve na Europa, e em que são largamente citados Plínio Mello e Aristides Lobo como participante dos debates e leituras, são referenciados autores como Aragon, Georges Sorel, Freud, Apollinaire, Duhamel, Halévy, Panaït Istrati, Gide, Victor Serge, Bretons, Max Beer, Rosa Luxemburgo, além de Marx e Lênin.

⁶⁸⁵ BRANDÃO, Octávio. *Rússia Proletária*. Rio de Janeiro: Voz Cosmopolita, 1924. P. 9.

⁶⁸⁶ BRANDÃO, Octávio. *Rússia Proletária*. Rio de Janeiro: Voz Cosmopolita, 1924. P. 261.

⁶⁸⁷ PCB. *Teses e Resoluções do II Congresso*. Rio de Janeiro, 1925. P. 16. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM)

⁶⁸⁸ KAREPOVS, Dainis. *Pas de politique Mariô!* Mario Pedrosa e a política. São Paulo: Perseu Abramo, 2017. P. 39.

Pedrosa também era leitor da revista *Révolution Surréaliste* e *L'Humanité*. O apreço de Pedrosa e Xavier por Trotsky é evidente desde muito cedo, datando de 1926 comentário positivo do primeiro ao segundo sobre o livro *Literatura e Revolução*. O quanto Mário Pedrosa tinha em conta Leon Trotsky como militante revolucionário e teórico marxista fica inequívoco por ele ter desistido de estudar na Escola Leninista Internacional quando ficou sabendo que Trotsky havia sido expulso do PCUS, escrevendo a Xavier que “desanimei duma vez de ir [estudar na Escola Leninista Internacional]. O Congresso bolchevique do PR – expulsou Trotsky e a oposição do partido! Acabou assim com a oposição!”⁶⁸⁹.

Também a maneira como Pedrosa, Xavier e possivelmente outros militantes do “grupo de São Paulo” estavam abertos a questionar e mesmo se opor aos cânones oficiais da III Internacional fica explícito na carta em que Pedrosa questiona elementos fundamentais do marxismo-leninismo como a teoria de partido e a teoria leninista do imperialismo

A mesma degenerescência burocrática que se deu com o Estado, se deu com o partido. E hoje o partido tende a encarar os casos dum ponto de vista próprio – que não é mais o do proletariado como classe. E é evidente que esse processo de degeneração foi facilitado pela ideologia bolchevique da endeução ou superestimação do partido etc etc. Todas as teses da IC – a partir do 3º Congresso exclusive – têm que ser revistas e retomadas. A questão do fascismo. A Frente Única. A social-democracia. Capitalismo descendente, luta de trustes. A tese de Rosa Luxemburgo sobre a acumulação do capital explica hoje melhor a situação do capitalismo mundial do que a de Hilferding, Lênin, Bukhárin⁶⁹⁰ – que a deformou como sempre etc. A questão do imperialismo. A questão colonial etc. O bolchevismo enfim está em crise⁶⁹¹.

Imediatamente depois de saber o resultado da conclusão da luta interna no PCUS, Mário Pedrosa procurou meios de entrar em contato com os trotskistas franceses, então os principais na articulação internacional do trotskismo, ligando-se com Pierre Naville. A partir de então, Pedrosa começou a acompanhar as publicações dos trotskistas, como o jornal *Contre le Courant* e o *Bulletin Communiste*, enviando esses materiais ao Brasil

⁶⁸⁹ PEDROSA, Mário. *Carta para Lívio Xavier*. Berlim, 24/12/1927. In MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P. 283.

⁶⁹⁰ Desde suas origens o trotskismo brasileiro tinha alguma aproximação com o luxemburguismo, o que é claro nas publicações da editora Unitás e nos posteriores trabalhos de editoração de Pedrosa, Xavier e Azis Simão. Cf. MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.p. 28 - 29)

⁶⁹¹ PEDROSA, Mário. *Carta para Lívio Xavier*. Berlim, 14/05/1928. In MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P. 296 - 297.

para Lívio Xavier, o que significa dizer que também Plínio Mello e Aristides Lobo deveriam ter acesso. Assim, dizia Pedrosa para Xavier

Não respondo a carta do Plínio [Mello] porque não vale mais a pena. Ele deve durante este tempo todo ter amadurecido as suas dúvidas etc. e já deve estar além do ponto de vista revelador na carta. E demais a mais você agora está aí em São Paulo e deve tê-lo ajudado a caminhar. Será que você deu a ele como a Aristides alguma coisa a ler? É capaz de nem nada. Você precisa mostrar e explicar tudo ao Aristides [Lobo] etc. Discutam. Não deixe o pessoal assim cretinizado para depois não se perderem. Escreva ao Coutinho e ponha ele ao conhecimento disto tudo⁶⁹².

Enquanto esteve na Alemanha, Pedrosa fez militância dupla para o Partido Comunista da Alemanha e para a Oposição de Esquerda, acompanhou por meio das cartas de Lívio Xavier a luta interna no PCB que iniciou em 1928 com a Oposição Sindical, buscou comentar a luta interna e incentivá-la, recomendando que os oposicionistas de 1928 se mantivessem organizados, que também o “grupo de São Paulo” deveria se organizar como fração e manter contato com os oposicionistas do Rio de Janeiro.

De volta ao Brasil, Pedrosa tomou a iniciativa de solidificar um grupo trotskista, inicialmente na forma de grupo de estudos fechado com o objetivo de criar uma homogeneização ideológica suficiente para uma organização política propriamente dita. Em dezembro de 1929, Mário Pedrosa, comentando em carta sobre o surgimento de novos descontentamentos de militantes do Partido com o Comitê Central, afirmou que o objetivo que os trotskistas deveriam buscar era “provocar dentro do partido entre o maior número possível de membros – um movimento de reação – em torno de um caso concreto – contra os processos usados pela direção”⁶⁹³.

Se é certo que Mário Pedrosa foi figura de proa em fundar um movimento dissidente dentro do marxismo brasileiro, podendo até mesmo ter servido como pivô de um centro de formação política paralela à formação do PCB e ocupando o vazio da ausência desta última para os seus correligionários de São Paulo, fornecendo para eles material para estudar, informações de primeira mão da luta interna no movimento comunista europeu e incentivando-os a organizar-se como fração interna no PCB, não podemos tratar com a mesma certeza e linearidade o processo de conversão dos demais comunistas de São Paulo para o trotskismo.

⁶⁹² PEDROSA, Mário. Carta para Lívio Xavier. Paris, 11/04/1929. In MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P. 309.

⁶⁹³ PEDROSA, Mário. Carta para Lívio Xavier. Rio de Janeiro, 20/12/1929. In MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P. 317.

O que as fontes nos permitem afirmar com maior probabilidade é que Pedrosa e Xavier tiveram de executar um constante trabalho de convencimento com seus amigos e camaradas, que deve ter durado mais ou menos o período de fins de 1927 aos meados de 1930. Durante esse tempo, sem romper com o PCB ou necessariamente organizarem-se em fração interna – ainda que essa hipótese não deva ser descartada - o mais provável é que comunistas como Plínio Mello e Aristides Lobo colaborassem episodicamente com os objetivos políticos de Pedrosa e Xavier, mas mantendo com eles contato constante e adquirindo uma posição cada vez mais vacilante entre manterem-se disciplinadamente fiéis ao PCB ou embarcar no projeto de construir uma fração interna de “oposição” ao Comitê Central.

Assim, Plínio depôs em entrevista para Marquês Neto que durante o III Congresso do PCB, na passagem do ano de 1928 para o de 1929, “o Lívio Xavier me pediu para defender as teses da Oposição neste congresso, mas, como eu não estava convencido de que nem a Oposição nem a CCE tinham razão, fiquei quieto”⁶⁹⁴. A mesma proposição é reafirmada ao historiador Dainis Karepovs, “eu não pertencia à oposição. Embora Lívio Xavier tivesse me contatado para que eu colocasse os problemas da oposição, não aceitei, porque era delegado pela direção do partido em São Paulo. Não podia fazer o jogo da oposição”⁶⁹⁵. No mesmo sentido, em janeiro de 1930, Pedrosa queixava-se a Lívio Xavier das dúvidas de Aristides Lobo quanto a definir-se como membro da Oposição, de maneira que

O Aristides ainda está em crise de consciência. E a censura nele ainda é bastante forte e reage a qualquer palavra menos ortodoxa como facção etc. É preciso ir com muito jeito com ele, concordando, num primeiro momento, e depois discordando etc. Mas o acho firme – e acho que seu amadurecimento é uma questão de tempo⁶⁹⁶.

Esse mesmo quadro de Aristides Lobo como alguém que se convence aos poucos do marxismo de Trotsky conforme se aprofunda em leituras e mantém constante relação de conflito com a CCE do PCB é ratificada por Fúlvio Abramo, ainda que este date a conversão de Lobo para o trotskismo em 1928 e não em 1930

Aristides da Silveira Lobo, que pertence aos quadros do PCB desde 1923, é um intelectual ativista e enérgico, professor de língua portuguesa, orador brilhante enviado a São Paulo para organizar o comitê regional local. Cabe-lhe

⁶⁹⁴ MELLO, Plínio. Depoimento para José Castilho Marques Neto. Apud MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P. 117.

⁶⁹⁵ KAREPOVS, Dainis. Memória: Plínio Mello. Teoria e Debate, nº 07, set- 1989. P. 2.

⁶⁹⁶ PEDROSA, Mário. Carta a Lívio Xavier. Rio de Janeiro, 01/1930. In MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P. 321.

uma tarefa difícil: a luta contra a predominância anarquista nos sindicatos, ainda muito forte. Tradutor de obras marxistas, em contato permanente com os elementos intelectuais mais próximos das posições revolucionárias, Aristides Lobo está em contínuo confronto com os dirigentes do Partido. Na medida em que se aprofunda na leitura das obras de Marx, Lênin, Trotsky, Bukhárin e outros autores revolucionários, A. Lobo se convence da fragilidade teórica e tática da direção partidária, à qual critica sem restrições, toda vez que lhe pareça necessário. É um militante honesto, dedicado e corajoso. Quando inicia, como era de se prever, o seu processo de ruptura, em 1928, Lobo já conta com mais de dez encarceramentos⁶⁹⁷.

Essa não é, por exemplo, a opinião da historiadora Alzira Lobo Campos, para quem “os documentos demonstram que desde 1928 Plínio Melo estava intimamente ligado à Oposição de Esquerda, esperando, segundo orientação dos opositores, pela sua expulsão inevitável, enquanto tentava influenciar camaradas no seio do partido”⁶⁹⁸. A autora, portanto, indica uma conversão mais precoce e direta, pelo menos de Plínio Mello, ao trotskismo, bem como sua atuação como militante organizado na Oposição de Esquerda.

Alzira Lobo fundamenta sua afirmativa no debate que Plínio Mello teve com a Executiva do Comitê Central do PCB em 1928 em torno da desistência do BOC-SP no pleito de fevereiro do mesmo ano, lançando apoio as candidaturas do Partido Democrático. Estes documentos, que também serão analisados por nós, parecem suficientes para mostrar o descontentamento de Mello para com a política da direção o PCB e a influência do trotskismo de Mário Pedrosa e Lívio Xavier sobre ele, mas insuficiente para provar que Mello já se organizava, juntamente com outros, em fração para levar a cabo a luta interna no PCB.

O fato é que como os trotskistas usavam a tática de manter em segredo os seus militantes dentro do PCB para que eles fizessem a luta interna, se torna difícil precisar em que momento exato deixaram de ser simplesmente militantes comunistas para se tornarem militantes da Oposição de Esquerda dentro do PCB. Como salienta Alzira Lobo, Mário Pedrosa e Aristides Lobo eram dos mais resistentes contra a ideia de sair do PCB de maneira prematura, de modo que “ambos pretendiam agir dentro das células do partido, pois consideravam que ainda não havia possibilidades para a organização de uma

⁶⁹⁷ ABRAMO, Fúlvio. *A Oposição de Esquerda no Brasil*. In ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. *Na Contracorrente da História: Documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930 – 1933)*. São Paulo: Braziliense, 1987. P. 29 -30.

⁶⁹⁸ CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 72.

militância externa ao PC”⁶⁹⁹. Seguiam, nesse sentido, as orientações gerais que Trotsky dava para o movimento que estava criando internacionalmente.

Mesmo nas entrevistas que trotskistas como Plínio Mello e Aristides Lobo prestaram a historiadores dezenas de anos depois, não é possível saber até que ponto estariam sendo sinceros ao afirmar que em determinado momento ainda não faziam parte da Oposição de Esquerda, ou se assim afirmaram por alguma espécie de constrangimento em aparecerem para a história como “infiltrados” de uma organização política em outra, o que poderia “macular” o nome da organização que faziam parte. A recusa em admitir tal procedimento poderia ser também por uma espécie de fidelidade a uma disciplina tardia do militante para com a organização que fazia parte, em que as ações ocultas teriam de permanecer ocultas.

O que sabemos com certeza é que em maio de 1930 Plínio Mello estava defendendo as posições da Oposição de Esquerda em uma reunião do Pleno Ampliado do SSA-IC e Aristides Lobo encontrou-se com Prestes no mesmo mês, escrevendo para que ele assinasse o famoso *Manifesto de Maio*, também sob orientação do Grupo Comunista Lênin, então dirigido por Mário Pedrosa. Dessa forma, o período mais exato que podemos precisar que parte dos militantes comunistas de São Paulo passaram para o trotskismo e começaram a agir como membros da Oposição dentro do PCB tenha sido durante o ano de 1929 e nos primeiros meses de 1930. Acontecimentos como a greve dos gráficos de São Paulo - em que a condução que o PCB deu para ela foi muito criticada - e o envio de Plínio Mello sob diretiva da CCE do PCB para o Rio Grande do Sul podem ter servido como “gota d’água” para a tomada de uma posição definitiva.

Outros comunistas que compuseram a militância paulistana na década de 1920 e posteriormente tornaram-se trotskistas tem o processo de conversão política ainda mais difícil de delinear, principalmente pela ausência de depoimentos orais deles ou de fontes que permitam traçar esse processo com maior segurança. Todavia, um caso importante de ser mencionado e que dispõe de algum número de informações é o de João Jorge da Costa Pimenta.

O linotipista João Jorge da Costa Pimenta era militante paulistano de longa data, desde os tempos do anarquismo, quando havia representado a União dos Trabalhadores Gráficos no II Congresso Operário Brasileiro ocorrido em 1913. Atuando como liderança

⁶⁹⁹ CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 114.

entre os gráficos de São Paulo, foi figura de vanguarda nas greves de 1917, 1919 e 1923, de modo que nesta última, ao ser preso, foi dado como morto, surpreendendo a todos com seu retorno. Teve participação na tentativa de *putsch* anarquista organizado por José Oiticica, no Rio de Janeiro, em 1918. Foi fundador do Grupo Comunista de São Paulo juntamente com Everardo Dias e Afonso Schmidt e representou São Paulo no Congresso de fundação do PCB no Rio de Janeiro, em 25 de março de 1922. Em 1924, durante a revolta tenentista em São Paulo, Pimenta foi como representante do PCB conversar com Isidoro Dias Lopes no intuito de conseguir armas para os operários colaborarem na revolta, mas teve seu pedido negado pelo líder tenentista. Em 1926, sob diretiva da CCE, foi transferido de São Paulo para o Rio de Janeiro para disputar eleições como candidato do Bloco Operário, ao lado de Azevedo Lima. Em 1928, se tornou secretário geral da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro (FSR-RJ) e, no mesmo ano, fez parte da Oposição Sindical contra as resoluções do PCB em relação aos sindicatos. Apesar disso, Costa Pimenta não foi expulso do PCB e continuou exercendo normalmente suas funções no Comitê Central até o final de 1930, quando Prestes entregou uma carta que recebeu de Mário Pedrosa para o SSA-IC que continha a informação de que Pimenta era membro da Oposição de Esquerda, levando a sua expulsão do Partido⁷⁰⁰. Em outras palavras, Pimenta teria agido como militante da Oposição de Esquerda dentro do Comitê Central do PCB durante algum tempo, mas não é possível precisar desde quando.

Parece ter sido determinante para João Jorge da Costa Pimenta aderir à Oposição Sindical em 1928 o caso da campanha levada a cabo pelo PCB contra um sindicalista chamado José Pereira de Oliveira, vulgo Zé Doutor, que foi presidente da União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro até dezembro de 1926, quando o PCB conseguiu ganhar a direção do sindicato. A partir de janeiro de 1928, os militantes do PCB e do BOC, principalmente Azevedo Lima, começaram a realizar uma série de acusações contra Pereira de Oliveira em assembleias sindicais ocorridas no Rio de Janeiro. Costa Pimenta teria tentado impedir que o Partido continuasse com a campanha contra o Zé Doutor nas reuniões sindicais pois poderia chamar a atenção da polícia e esta interviria no sindicato. Finalmente, em assembleia da União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro de 1928, o tumulto entre os operários gerado pelas

⁷⁰⁰ Pedrosa escreveu carta com o seguinte conteúdo para Xavier: “(...) o idiota do cavaleiro [Luiz Carlos Prestes] com certeza levou a coisa ao Secretariado [Sul Americano da Internacional Comunista] para que este julgasse e dissesse o que ele devia pensar a respeito. Mas o Secretariado como é mais inteligente e safado pôde ficar com a coisa e apropriar-se dela, utilizando-a ou publicando-a mesmo como dele. E o Cavaleiro ainda achará isto muito direito — e um golpe de política revolucionária, etc. É preciso que ele devolva o original da carta. Acho que é preciso uma manifestação pública da liga contra ele”. (Carta de Pedrosa a Lívio. Rio, 5/2/31. Ms. FLBX. CEDEM/UNESP).

acusações de Azevedo Lima contra Zé Doutor causou a ação policial que deixou quatro operários mortos e seis feridos. A UTG foi temporariamente fechada pela polícia com base na Lei Aníbal de Toledo. Pimenta responsabilizou a direção do PCB pela tragédia no sindicato dos gráficos e colocou-se contra o uso dos sindicatos para realização da política partidária, apoiando Joaquim Barbosa quando, ao iniciar a Oposição Sindical, defendeu a mesma pauta⁷⁰¹.

Outro caso motivador de Costa Pimenta ter se mantido em oposição ao Comitê Central do PCB e aderido ao trotskismo parece ter sido a condução que o Partido teria dado à greve dos gráficos de São Paulo em 1929. Segundo João Jorge da Costa Pimenta, a greve teria se prolongado muito, se tornando exaustiva para os operários, que passavam dificuldades ao caminhar para dois meses sem receber salário e, ao final da greve, quando não foi mais possível continuá-la, “o PC resolveu lavar as mãos do assunto”⁷⁰².

É preciso notar que Pimenta foi enviado como assistente do Comitê Central para São Paulo justamente em 1929, depois de já haver participado da Oposição Sindical e no exato momento em que ganhava corpo a organização dos trotskistas, convergindo com o retorno de Pedrosa ao Brasil e muito provavelmente o momento em que outros membros do PCB de São Paulo também se converteram ao trotskismo. Plínio Mello afirma em entrevista para Edgard Carone que quando Pimenta veio para São Paulo no fim da década de 1920 já estava desligado do Partido, pois havia participado da “oposição barbosista” e então fora convencido por Mário Pedrosa a aderir ao trotskismo⁷⁰³. Porém, essa informação é negada por outras fontes já mencionadas por nossa pesquisa, como aquelas – cartas do próprio Plínio Mello para Astrojildo Pereira – que mencionam a vinda de um assistente para São Paulo que seria João Jorge da Costa Pimenta e a carta de Mário Pedrosa em que se relata que Pimenta fora expulso do PCB por causa da denúncia feita por Prestes.

O caso de João Jorge da Costa Pimenta é exemplar na medida em que mostra como para os quadros operários as divergências quanto a ações práticas da militância e a experiência militante própria, de sua categoria de trabalhadores e classe social pesaram muito mais para a ruptura com o PCB e a passagem para a Oposição de Esquerda do que

⁷⁰¹ DULLES, John Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 284 – 286. Dulles fundamenta sua descrição do ocorrido no sindicato dos gráficos e da formação da Oposição Sindical em depoimento que lhe foi prestado por João Jorge da Costa Pimenta.

⁷⁰² DULLES, John Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 327.

⁷⁰³ MELLO, Plínio Gomes de. Depoimento prestado a Edgard Carone. São Paulo, 02/1982. P. 8. (Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu)

divergências teóricas ou polêmicas envolvendo a conjuntura internacional (como a luta interna no PCUS e os desdobramentos da revolução chinesa, por exemplo) como ocorreu com os quadros intelectuais.

No caso de Pimenta, é provável que ele jamais tenha deixado de praticar ação fracionista dentro do PCB desde 1928, ainda que a Oposição Sindical estivesse formalmente desmantelada, mantendo contato com Rodolfo Coutinho, Lívio Xavier e outros que haviam feito parte dela, mas agindo discretamente na defesa de suas pautas dentro do Partido para não correr o risco de expulsão. Com o retorno de Mário Pedrosa para o Brasil, em julho de 1929, este trabalha para estreitar o contato e unificar a Oposição Sindical e o “grupo de São Paulo” para fundar o que seria, futuramente, o Grupo Comunista Lênin e, certamente, João Jorge da Costa Pimenta colaborou com esse processo.

Em todo caso, o fato é que um número significativo de militantes do PCB que atuaram em São Paulo na década de 1920 passaram para a militância trotskista na década de 1930, seja de imediato ou não e pelo menos por algum tempo. Entre eles, conseguimos identificar além dos já citados Plínio Mello, Aristides Lobo, Mário Pedrosa, Lívio Xavier e João Jorge da Costa Pimenta, também João Matheus, Manoel Medeiros, Salvador Pintaúde, Afonso Schmidt e Augusto Pizzuti⁷⁰⁴. Muitos deles haviam feito parte do Comitê Regional de São Paulo, ou seja, a direção estadual do PCB, e Schmidt e Costa Pimenta foram fundadores do PCB em São Paulo. Cabe mencionar o caso de Coripeu de Azevedo Marquês, que apesar de compor o CR-SP do PCB em 1931 e ser um dos principais financiadores das atividades do Partido, militava secretamente pela Oposição de Esquerda, de maneira que foi expulso do PCB assim que este descobriu a dupla militância de Azevedo Marquês⁷⁰⁵.

Havia ainda outros que eram considerados simpatizantes tanto do PCB quanto da Oposição de Esquerda, contribuindo financeiramente com as duas organizações, como

⁷⁰⁴ A relação de nomes foi feita com base nas cartas de Plínio Mello para Astrojildo Pereira, já citadas no primeiro capítulo da nossa pesquisa, em que constam os integrantes do CR-SP do PCB em 1928 Cf. MELLO, Plínio. Carta para Astrojildo Pereira. São Paulo, 14/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira) com as listas de aderentes e contribuintes da Liga Comunista Internacionalista analisadas por Alzira Lobo de Campos, presentes no Fundo Lívio Barreto Xavier, no CEMAP – CEDEM. Cf. CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 126 – 128.

⁷⁰⁵ CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 131.

Há um relatório do Bureau Político do PCB sobre a expulsão de Azevedo Marques por fracionismo e trotskismo. Cf. Bureau Político Nacional do PCB. Aos camaradas do Partido. Rio de Janeiro, 04/07/1934. P. 7. Acervo Internacional Comunista – AEL.

por exemplo Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Emiliano Di Cavalcanti, Osório César, Tarsila do Amaral e Patrícia Galvão. Alguns deles, como Oswald e Patrícia seriam militantes do PCB a partir de 1932, e no fim dos anos 1930, Patrícia iria para o Partido Operário Leninista (POL). Três nomes que chamam atenção na lista de simpatizantes contribuintes da LCI em 1931 são Paulo de Lacerda e Mário Grazzini, membros do CR-SP do PCB e recém retirados do Comitê Central, e Plínio Salgado⁷⁰⁶, conhecido futuro líder da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Por último, mas não menos importante, é necessário lembrar que a conversão do comunismo para o trotskismo de militantes que eram lideranças entre os gráficos de São Paulo possibilitou que os trotskistas rapidamente conquistassem a direção da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (UTG-SP), sindicato que foi o ponto forte do PCB em São Paulo durante toda a década de 1920, considerado exemplo de engajamento e combatividade para as demais categorias de trabalhadores paulistanos e, por isso mesmo, uma espécie de vanguarda do movimento sindical paulista⁷⁰⁷.

A UTG manteve-se como sindicato ligado ao trotskismo por toda a década de 1930, até que o Ministério do Trabalho interveio diretamente no sindicato, durante o Estado Novo, nomeando uma direção alinhada com a política do governo de Getúlio Vargas⁷⁰⁸. Plínio Mello relata que João Jorge da Costa Pimenta “tinha uma grande ascendência sobre a corporação dos gráficos” devido ao seu histórico de militância no sindicato e que “o fato de Pimenta ter entrado para o movimento trotskista fez com que aqueles primeiros elementos com os quais estávamos em contato na UTG também ficassem mais ou menos influenciados pelas ideias trotskistas”⁷⁰⁹.

As colocações acima são suficientes para termos a dimensão da gravidade da cisão trotskista sofrida pelo PCB em 1930 na região de São Paulo. Não é por acaso que os

⁷⁰⁶ CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 126.

Possivelmente Plínio Salgado contribuía financeiramente com a Liga Comunista Internacionalista, apesar de seu reacionarismo religioso de longa data, devido a amizade que mantinha com Mário Pedrosa, Lívio Xavier e Plínio Mello desde a época que moraram juntos na pensão da rua 7 de abril. Em entrevista, Plínio Mello declara que apenas rompeu amizade com Plínio Salgado quando este tornou-se líder integralista. Cf. MELLO, Plínio. *Entrevista*. Disponível em <http://www.unicamp.br/boaventu/page9b.htm>. Acesso em 04/09/2024.

⁷⁰⁷ Para uma exposição mais detalhada sobre as relações do PCB com a UTG-SP na década de 1920, Cf. ANDRETO, Lucas Alexandre. *A Formação do Partido Comunista do Brasil (PCB) na Cidade de São Paulo (1922 – 1930)*. UNESP: Assis, 2018.

⁷⁰⁸ Para um trabalho voltado especificamente para a história da UTG-SP, Cf. GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. Mestrado apresentado à USP. São Paulo, 2008.

⁷⁰⁹ MELLO, Plínio Gomes de. Depoimento prestado a Edgard Carone. São Paulo, 02/1982. P. 8. (Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu)

autores são unânimes em identificar a cidade de São Paulo como epicentro do trotskismo brasileiro a partir de 1931. Quando o Grupo Comunista Lênin, sediado no Rio de Janeiro, viu-se impossibilitado de continuar suas atividades em 1930, Pedrosa escreveu a Xavier que São Paulo era o único lugar em que a organização trotskista teria condições de prosseguir e se desenvolver e, seguindo essa trilha, foi fundada em São Paulo a Liga Comunista Internacionalista.

Apesar de a Liga Comunista Internacionalista não se configurar como nosso objeto de estudo, ela foi o principal fruto político e organizativo dos comunistas dissidentes de São Paulo provenientes da década de 1920 e a plataforma sob a qual desenvolveram sua teoria da revolução brasileira durante a década de 1930. Por essa razão, faremos aqui um resumo da história da LCI, de maneira que nos próximos subcapítulos manteremos foco na produção teórica de seus principais quadros intelectuais, reservando o recurso ao aprofundamento da história da organização apenas na medida em que complementa e explica o debate em torno dessa questão.

A assembleia de fundação da LCI, ocorreu em São Paulo na sede da Associação dos Empregados do Comércio, localizada na Rua Líbero Badaró, nos dias 21 e 22 de janeiro de 1931. Elegeu-se a direção da organização, com Aristides Lobo como Secretário Geral e traçaram suas coordenadas políticas e organizativas. Estavam presentes Aristides Lobo, Plínio Gomes de Mello, João Matheus, Benjamin Péret, Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Victor de Azevedo Pinheiro, Salvador Pintaúde (apenas no dia 22 de janeiro) e João Jorge da Costa Pimenta. Todos haviam sido expulsos recentemente do PCB por fracionismo, indisciplina e desvios de direita. A LCI foi filiada ao Secretariado da Oposição de Esquerda Internacional, sediado em Paris⁷¹⁰.

1931, ano de fundação da LCI, foi também o período que ela conseguiu maior número de adesões. Teriam ocorrido trinta e sete recrutamentos neste ano, enquanto os anos posteriores teriam presenciado apenas seis e quatro, respectivamente. A LCI parece ter se favorecido, em seu ano de nascimento, dos expurgos nas fileiras do PCB, principalmente de intelectuais que após passar por julgamentos de cunho duvidoso e presenciarem a “obreirização” do Partido, acabavam por se identificar com as críticas que os trotskistas faziam ao stalinismo e viam nele uma possibilidade de “restaurar” a democracia interna nas fileiras comunistas. Porém, nos anos seguinte, esses intelectuais e militantes tenderam, em sua maioria, a se reconciliar com o Partido ou simplesmente se

⁷¹⁰ CARONE, Edgard. *A República Nova (1930 – 1937)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974. P. 270 – 271.

afastar da militância, fazendo com que a LCI não apenas estagnasse em seu número de integrantes, mas diminuísse. De toda maneira, nunca foi uma organização com vasto número de militantes, de tal sorte que mesmo em seu auge não conseguiu chegar a uma centena de filiados⁷¹¹.

Esse fenômeno pode ser explicado pela cada vez mais evidente impossibilidade de os trotskistas serem readmitidos dentro dos Partidos Comunistas como “fração” e pela ascensão mundial do nazifascismo que tendia a reforçar o apoio e simpatia dos elementos democráticos e socialistas da sociedade para os Partidos Comunistas nacionais e a União Soviética. Também não podemos menorizar para determinante desse fato o intenso combate que a Internacional Comunista e os Partidos Comunistas travaram contra o trotskismo, denunciando-o como uma ideologia que objetivamente favorecia a direita e o fascismo, conduzindo os militantes trotskistas à difícil posição de “dupla clandestinidade”, em que eram perseguidos e hostilizados tanto pela polícia política quanto pelas organizações do movimento operário ligadas aos comunistas.

Havia ainda um número considerável de expulsões das fileiras trotskistas. Alzira Lobo chama atenção para o fato de que, ao contrário do PCB, na LCI as divergências teóricas eram as maiores motivadoras de expulsões do que os erros práticos nos trabalhos de militância. A sociabilidade entre os militantes trotskistas foi caracterizada pelo contínuo aumento das tensões, com constantes críticas mordazes uns aos outros⁷¹². Grandemente centrada em São Paulo, a LCI teve problemas com seu núcleo do Rio de Janeiro, que acabou por fazer uso de autonomia quase plena e, por isso, foi dissolvido pelo CC da LCI em junho de 1932⁷¹³.

⁷¹¹ CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 132.

⁷¹² Esta curiosa característica da sociabilidade entre os militantes trotskistas é evidente e muito bem expressa pelo trabalho de Alzira Lobo e nossa pesquisa terá a oportunidade de mostrá-la marginalmente. Apenas para título de exemplo, citamos uma correspondência para Lívio Xavier, em que se falava a respeito dos trotskistas recém expulsos no Rio de Janeiro: (...) é incrível que haja mais traições nos dias de hoje. Os tais dissidentes que tirem o epíteto ou renome de comunistas, pois de tal só têm estar em comum na traição dos socialistas. São mais uns filhos da puta, a levar o nome decentíssimo de comunistas, de discípulos de Marx, quando não passam de covardes nacionalistas, que querem colocar uma mão no coração, no peito do marxismo e a outra no escroto, no badalo dos capitalistas. [...] Acho maior, para o capitalismo, esta vitória, do que Hitler na Alemanha. Fiquei sinceramente entristecido com a notícia; eu fiava que os tais fossem trotskistas.(...) Para agravar, vem a importante proclamação da esquerda, a respeito da indispensável existência de Bronstein, tão indispensável quanto é a destruição de Stalin (ITAGIBA. Carta para Lívio Xavier. Batatais, 19/5/32. (FLBX).

Para um aprofundamento da questão da sociabilidade autofágica dos trotskistas, Cf. GOMES, Álvaro Cardoso; CAMPOS, Alzira Lobo; TEIXEIRA, Eliane de Alcântara. Sociabilidade, política e cotidiano dos primeiros trotskistas em São Paulo. *Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v. 11, n. 2, p. 175-194, julho-dezembro, 2015.

⁷¹³ CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 175 – 176.

As categorias de trabalhadores que os trotskistas conseguiram maior inserção na cidade de São Paulo foram os gráficos, trabalhadores do comércio, motoristas e, durante algum tempo, bancários. No ano de 1931, a LCI integrou a FOSP por meio da UTG, até ser expulsa da mesma por seus integrantes fazerem propaganda no interior da célebre Federação anarquista para que esta aderisse à CGT⁷¹⁴. Após a expulsão da FOSP, os trotskistas ficaram isolados no movimento sindical, de maneira que suas ações cada vez mais tenderam a restringir-se no sindicato dos gráficos⁷¹⁵. Dentre as mais importantes iniciativas dos trotskistas em São Paulo, constam organização da Associação Amigos da Rússia, a fundação e militância junto ao PSB da Frente Única Antifascista (FUA) e do jornal *O Homem Livre*, em 1934⁷¹⁶, assim como a presença e participação na Batalha da Praça da Sé contra os integralistas⁷¹⁷.

A Revolução Constitucionalista desencadeou dura repressão contra a LCI, de modo que quase todos seus membros foram presos. Em outubro de 1932, apenas quatro integrantes estavam soltos. Por esse motivo, Plínio Mello e João Matheus exerceram a secretaria geral da LCI durante o segundo semestre de 1932, sem conseguir impedir que as atividades da LCI presenciassem grande declínio. O DEOPS passou a perseguir a organização e colocou agentes infiltrados em seu meio. O jornal dos trotskistas deixou de sair de maio de 1931 a outubro de 1932⁷¹⁸.

A I Conferência Nacional da LCI ocorreu em 10 de maio de 1933, em São Paulo. Fizaram parte dela quinze militantes e suas pautas foram: situação internacional e nacional, questão agrária, oposição e Partido, questão sindical, questão da URSS, imperialismo, tarefas práticas, jornal, campanha eleitoral, questões de organização, relatório geral de atividades da LCI, estatutos, eleição da CE, escolha de delegados para a Conferência Internacional.

Nesta Conferência a maior polêmica foi sobre o caráter do regime social e político na URSS. A Conferência ocorreu depois de Trotsky começar a defender a fundação de novos partidos e uma nova internacional, apontando indiretamente para a necessidade de

⁷¹⁴ Ata do Plenário da FOSP. In RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos: Pesquisa Social (1922 – 1946)*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, s.d. p. 334 – 335.

⁷¹⁵ CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 157.

⁷¹⁶ Cf. CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *Contra a guerra ou contra o fascismo? As esquerdas brasileiras e o antifascismo (1933-1935)*. Niterói: Tese de Doutorado em História apresentada ao programa de Pós-Graduação da UFF, 1999.

⁷¹⁷ Cf. ABRAMO, Fúlvio. *A Revoada dos Galinhas Verdes: Uma história da luta contra o fascismo no Brasil*. São Paulo: Veneta, 2014.

⁷¹⁸ Cf. FLORINDO, Marcos Tarcísio. A Grande Repressão de 1932 em São Paulo. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. Vol. 4, Nº 8, 12/2012.

uma nova revolução na URSS, isto é, a derrubada do governo de Stálin. Nesta discussão, Lobo tornou-se caloroso defensor da fundação de um novo partido na URSS e de uma revolução contra o Partido Comunista da União Soviética. Os outros membros da LCI, contudo, se mostraram muito reticentes com relação a essa resolução⁷¹⁹. Dois meses depois da I Conferência da LCI, uma carta da OIE indicava a ruptura definitiva com a III Internacional e a perspectiva de construir uma nova internacional e novos partidos.

A I Conferência da LCI, que teve posições mais conciliatórias com a III Internacional, viu suas resoluções praticamente anuladas, sendo os trotskistas brasileiros obrigados pela circunstância a chamar uma II Conferência Nacional Extraordinária, que contou com onze participantes. Mais uma vez os pontos de polêmica eram a posição frente a URSS, a IC e os PCs e, por fim, a fundação da IV IC. As resoluções foram tomadas de acordo com as posições da OIE, apesar de difícil consenso. A partir desta Conferência, a LCI deixou de se considerar uma “fração” do PCB⁷²⁰. Os trotskistas participaram junto com o PSB nas eleições de 1934 por meio da Coligação das Esquerdas, que lançou as legendas Coligação Proletária e Partido Socialista pela Emancipação dos Trabalhadores⁷²¹.

Em agosto de 1933 acontece a I Conferência Internacional da OIE e Trotsky defendeu a tática de “entrismo” nos partidos socialistas e social-democratas. Essa tática gerou cisão nos trotskistas brasileiros. Mário Pedrosa, Fúlvio Abramo e Hilcar Leite apoiavam a tática. Aristides Lobo, Victor de Azevedo Pinheiro e João Matheus eram contra. A cisão se consolidou em início de 1935 com a expulsão do grupo de Aristides Lobo.

O Secretariado Internacional da Oposição de Esquerda reconheceu apenas o grupo de Pedrosa como membro da OIE e não o grupo de Lobo. Porém, o grupo de Aristides Lobo não reconheceu a própria expulsão da LCI. Ao invés disso, reivindicou para si a legitimidade da organização, falando em seu nome e publicando um jornal com o mesmo nome do jornal da LCI, mas sem o “c” na palavra “lucta”, intitulado, portanto “*Luta de Classes*”. Indo além, a LCI do grupo de Aristides Lobo “expulsou” Mário Pedrosa, Mary

⁷¹⁹ PRADO, C.B. *Partidos e Sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922 – 1936)*. Tese de doutorado apresentada a UFF. Rio de Janeiro, 2019. P. 277.

⁷²⁰ PRADO, C.B. *Partidos e Sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922 – 1936)*. Tese de doutorado apresentada a UFF. Rio de Janeiro, 2019. P. 285.

⁷²¹ NETO, Adalberto Coutinho Araújo. *O Socialismo Tenentista: Trajetórias, experiência e propostas de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930*. São Paulo: FFLCH-USP, 2012. P. 173.

Houston, Fúlvio Abramo, Escobar Azambuja, Hilcar Leite, Fontes, Ulysses, Guino, Riera, Antônio por indisciplina, inatividade, desonestidade, sabotagem, traição, abandono dos princípios bolcheviques-leninistas e capitulação para o reformismo. Dessa forma, de março a novembro de 1935, quando foram presos todos os membros do grupo de Aristides Lobo e, assim, sua organização foi liquidada, existiam em São Paulo duas Ligas Comunistas Internacionalistas rivais⁷²².

Seguindo a orientação de Trotsky, inicialmente a LCI cogitou a hipótese de atuar dentro do PSB como fração, mas ao fim, decidiram que seria melhor fazê-lo como grupo, passando então a atuar dentro do PSB por meio do chamado “grupo A”, composto por Lélia Abramo, Fúlvio Abramo, Azis Simão, Aristom Rusciolelli, Gastão Massari, Tibor e Aristeu⁷²³. A crise da LCI é aprofundada pela nova e violenta perseguição policial que seus membros sofreram após a revolta da ANL em novembro de 1935, sendo praticamente desmantelada. Quando os trotskistas conseguiram se reorganizar, o fazem não mais como LCI, mas por meio da fundação do Partido Operário Leninista (POL), também por iniciativa de Mário Pedrosa, em agosto de 1937, agora com maior foco de atuação no Rio de Janeiro.

O caso da dissidência ocorrida no PCB entre 1937 e 1938 é bastante diferente, apesar de guardar algumas semelhanças. Como vimos em nossa pesquisa, durante a década de 1930, em decorrência das discussões ocorridas no SSA-IC, o PCB mudou sua atitude para com a região de São Paulo e começou a dedicar-se seriamente com a construção do Partido na capital do estado. As ligações entre o CR-SP e o CC se tornaram mais sólidas, e mesmo o SSA-IC enviou assistentes para região. O PCB construiu em São Paulo todo um aparelho próprio para o funcionamento da imprensa e formação comunista e formou um grupo dirigente qualificado.

Com a tentativa de revolução em novembro de 1935 e a subsequente repressão que o movimento operário sofreu, o Comitê Central do PCB foi desmantelado, seus membros foram encarcerados na quase totalidade enquanto o CR-SP resguardou-se melhor da perseguição policial, visto que em São Paulo não houve tentativa insurrecional

⁷²² A cisão na LCI é pormenorizadamente historiada por Alzira Lobo no subcapítulo do Capítulo IV de sua tese, intitulado “A Cisão da LCI: o grupo “Fernando-Alves””. Cf. CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 294 – 308.

⁷²³ ABRAMO, Fúlvio. *A Revoadá dos Galinhas Verdes: Uma história da luta contra o fascismo no Brasil*. São Paulo: Veneta, 2014. P. 97. Chama atenção o nome de “Aristeu”, pois era um dos pseudônimos usados por Aristides Lobo, que era contra a tática de entrismo no PSB. Possivelmente Aristides Lobo se submeteu à disciplina da LCI durante um tempo ou então outro militante usou o mesmo pseudônimo, visto que uma das medidas de segurança da organização era a rotatividade dos codinomes.

e os quadros do Partido mantiveram-se em estado de alerta. Assim, o CR-SP continuou funcionando sem uma direção nacional e, mais do que isso, a ligação entre o PCB e a Internacional Comunista foi temporariamente rompida. Significa dizer que o PCB perdeu sua unidade organizativa, de maneira que o CR-SP atuou de maneira independente até que o Comitê Central conseguisse se rearticular e retomar o contato com os CRs, o que só ocorreu no final do ano de 1936⁷²⁴.

Durante todo esse tempo, o CR-SP manteve a política de frente popular, fazendo oposição ao governo de Getúlio Vargas e exigindo a libertação dos presos políticos. Quando em janeiro de 1937 o contato foi restabelecido com o Comitê Central e os comunistas receberam as diretrizes que vieram da Internacional Comunista, a definição da “burguesia nacional” como força motriz da revolução brasileira e sua consequente política de apoio e alianças com setores da sociedade que os comunistas estavam acostumados a entender como inimigos de classe, causou choque pela discrepância com a concepção tática anterior e tanto mais pela forma imprevista e súbita com que foi recebida. Gerou-se uma situação de desconforto entre o CR-SP e o Comitê Central que cresceu substancialmente com a discordância sobre qual candidato apoiar nas eleições vindouras para Presidente da República. Enquanto o Comitê Central pretendia apoiar José Américo, o Comitê Regional de São Paulo estava convencido que o apoio correto dado pelo Partido deveria ser para Salles de Olivera.

Depois que Getúlio Vargas enterrou a perspectiva das eleições nacionais com a proposta de Estado de Guerra aprovada pelo Congresso Brasileiro, a situação interna do PCB agravou-se. O CR-SP começou a criticar publicamente o Comitê Central pelas páginas da edição estadual de *A Classe Operária*. O lançamento de um documento assinado por 15 militantes do CR-SP chamando atenção para irregularidades estatutárias supostamente cometidas pelo CC e reivindicando uma Conferência Nacional Extraordinária do Partido dá início a um processo de transformação do CR-SP em grupo fracionista que buscou mobilizar todas as células paulistas do Partido e os outros Comitês Regionais para uma luta interna contra o Comitê Central, objetivando destituí-lo e mudar a linha política geral do PCB. O núcleo dirigente do novo “grupo de São Paulo” era

⁷²⁴ Dainis Karepovs anteriormente já chamou atenção para este fato em sua análise do processo de cisão do PCB no livro “Luta Subterrânea”. Para o historiador “[...] como resultado da repressão contra os comunistas é preciso reter dois elementos que terão enorme peso no processo que conduzirá à cisão: o isolamento da direção e um relativo desenvolvimento autônomo dos CRs nos estados” (Cf. KAREPOS, Dainis. *Luta Subterrânea: O PCB em 1937-8*. São Paulo: Unesp, 2003. P. 65).

constituído por Hermínio Sacchetta, Tito Batine, Hilio de Lacerda Manna, Heitor Ferreira Lima, José Stacchini e Alberto Moniz da Rocha Barros.

Ao fim da luta interna, o CC do PCB destituiu todo o Comitê Regional de São Paulo e expulsou seus membros, criando outra direção regional em seguida, cuja organização estava sob a responsabilidade de Carlos Mariguella, Sebastião Francisco e Domingos Pereira Marquês (estes dois últimos, os únicos pertencentes ao CR-SP anterior, foram “expulsos” do CR fracionista por manterem-se alinhados com o Comitê Central). Os dissidentes paulistanos, por sua vez, sofreram uma cisão interna quando parte deles se declarou partidária do trotskismo, de maneira que Hermínio Sacchetta, Lacerda Manna, Stacchini e Rocha Barros fundaram a Dissidência Pró-reagrupamento da Vanguarda Revolucionária que, em abril de 1939, unificou-se com o POL, criando o Partido Socialista Revolucionário (PSR), seção brasileira da IV Internacional. Tito Batini e Ferreira Lima, não aceitando o trotskismo, se afastaram da militância partidária. Independente da posição adotada na luta interna do PCB, quase a totalidade desses militantes foram presos e só saíram da cadeia anos mais tarde⁷²⁵.

Portanto, a cisão do primeiro “grupo de São Paulo” se deu em um momento que o PCB era um partido ainda muito jovem e buscava solidificar suas bases tanto organizativas quanto teóricas, política e tática. A luta pela construção do aparelho partidário, da formação dos quadros militantes se dava ao mesmo tempo que o desafio de construir uma teoria da revolução brasileira e os teóricos marxistas do PCB, com o parco material que tinham em mãos, buscavam arriscar as primeiras análises sobre a história do Brasil, as lutas de classes e os caminhos adequados para construir o socialismo em terras brasileiras. Nesse contexto, os comunistas paulistanos se propõem a construir uma nova via de análise marxista da teoria da revolução brasileira, de maneira que Mário Pedrosa considerava urgente um trabalho sobre a formação econômico social e do desenvolvimento das lutas de classes no Brasil que se contrapusesse à teoria do “agrarismo e industrialismo” de Octávio Brandão.

O segundo “grupo de São Paulo”, por sua vez, foi construído por experientes comunistas que se formaram na década de 1930, período de ascensão do PCB na luta social, em que o aparelho partidário, por mais que sofresse o constante atentado da polícia, resistia e se expandia, ao mesmo tempo que contava com uma estratégia e tática revolucionária solidificada pela intervenção da Internacional Comunista na produção

⁷²⁵ Todo esse processo é analisado densamente por Dainis Karepovs. Cf. KAREPOS, Dainis. *Luta Subterrânea: O PCB em 1937-8*. São Paulo: Unesp, 2003.

teórica do PCB sobre o Brasil. A divergência com o Comitê Central e a luta deste grupo em torno da teoria da revolução brasileira não se dá no sentido de um criar uma nova e alternativa via revolucionária para o Brasil, mas sim de preservar a linha política vigente no PCB até, pelo menos, o ano de 1935. Quando Sacchetta, Lacerda Manna e Rocha Barros rompem com esse objetivo, também não se propõem a fazer um trabalho teórico original, mas sim a aderir ao projeto de revolução que já estava em construção com os trotskistas do POL, com Mário Pedrosa à frente.

A semelhança nos dois casos se dá no fato de que ambas as ações fracionistas e cisões se deram no contexto de uma brusca mudança de tática na orientação política do PCB. No primeiro caso, tratou-se da mudança da tática da frente única proletária para “classe contra classe”, e no segundo, a transição da política de frente popular para a de união nacional contra o fascismo. Nos dois casos, a forma como uma violenta guinada de posição partidária foi recebida por militantes que estavam totalmente desvencilhados dos debates nas direções do movimento comunista que levaram as novas resoluções gerou um estranhamento com a direção partidária, uma dificuldade e resistência a internalizar e obedecer as novas diretrizes, em que a discordância ou levou à luta interna e ao fracionismo (caso de 1937 -8) ou potencializou a ação de um grupo fracionista que já se organizava em torno de divergências anteriores (caso da cisão de 1930).

Nos dois casos, o isolamento do Comitê Regional de São Paulo em relação ao Comitê Central do PCB, possibilitando um desenvolvimento organizativo e político quase independente do Partido na região paulista foi elemento determinante para que duas concepções da tática e estratégia revolucionária corressem em separado e, em algum momento, entrassem em conflito, visto que a linha decidida pela direção deveria, necessariamente, ser seguida pela totalidade do corpo partidário.

Nos próximos subcapítulos, buscaremos expor pormenorizadamente o que os dissidentes paulistanos construíram em termos de contribuição para o debate sobre a teoria da revolução brasileira, em contraposição àquela do PCB. Chamamos atenção para o caráter menos linear da exposição do pensamento dos dissidentes paulistas do que foi nossa exposição sobre a teoria do PCB, pois trata-se de concepções que nem sempre se oficializaram como orientação política de um partido e que encontraram grande polêmica e contradição mesmo entre aqueles que compartilhavam críticas contra as concepções do PCB. Ademais, como foram militantes que, em sua maioria, convergiram para a adesão ao trotskismo, acabaram adquirindo a característica geral deste movimento de ser menos

centralizado e com maior inclinação para a controvérsia do que os partidos comunistas integrantes da III Internacional⁷²⁶

6.2. Plínio Mello e Aristides Lobo: a revolução brasileira como revolução liberal, desenvolvimento do capitalismo no campo e alianças com a pequena-burguesia

A primeira discussão pública de peso entre os dissidentes de São Paulo com a direção do PCB deu-se com Plínio Mello, sobre o apoio que o BOC-SP havia dado ao Partido Democrático de São Paulo nas eleições de fevereiro de 1928. Plínio Gomes de Mello se converteu para a causa do comunismo por influência de Mário Pedrosa, no período em que moraram juntos na pensão da Rua 7 de Abril, nº 52. Em carta para Xavier, Pedrosa declarou ter deixado Plínio Mello “completamente cretinizado e comunista”⁷²⁷. Plínio, por sua vez, declarou em entrevista para Edgard Carone que “me transformei em simpatizante comunista mais através da discussão com Mário Pedrosa”⁷²⁸.

O primeiro texto publicado por Plínio Mello que encontramos na imprensa partidária é a transcrição de um discurso que proferiu no festival do sindicato dos cozinheiros, garçons e trabalhadores do comércio de São Paulo, A Internacional, no dia 30 de abril de 1927. Neste texto, Plínio Mello parece estar de pleno acordo com a política soviética, incluindo em pontos que Trotsky criticava e polemizava, como por exemplo a

⁷²⁶ Pierre Broué denota especialmente essa característica do trotskismo. Ao discorrer sobre a organização trotskista dentro da União Soviética nos anos 1930, destaca que as prisões de isolamento em que os trotskistas estavam confinados se transformaram em “verdadeiras universidades de ciências sociais e políticas”, com produção e circulação de periódicos, textos teóricos, reuniões regulares, aulas coletivas e debates em que diversas ideias sobre os rumos da revolução na URSS e no mundo eram confrontadas umas com as outras (Cf. BROUÉ, Pierre. *Los Trotskistas em la URSS (1929 – 1938)*. Buenos Aires: Ediciones Rebelión, 2008. P. 26). Isaac Deutscher também descreve em seu livro que a dificuldade de unificação teórica dos grupos trotskistas se transformavam em disputas internas e fragmentações constantes que dificultavam a solidificação do movimento trotskista pela Europa. O trotskismo francês, em meados de 1930, estava dividido em pelo menos quatro grupos rivais (DEUTSCHER, Isaac. *O Profeta Banido (1929 – 1940)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. p. 57). Deutscher chega a afirmar que as organizações trotskistas viviam envoltas em “querelas tediosas” e que o núcleo central da Oposição de Esquerda Internacional, em Paris, exportava para suas filiais nacionais intrigas que abalavam constantemente a totalidade da organização (DEUTSCHER, Isaac. *O Profeta Banido (1929 – 1940)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. P. 68). O próprio Trotsky, em carta para seu filho Liova no início de 1936, referindo-se ao movimento trotskista, teria expressado o seu “desespero” pelas “intrigas tolas” das “igrejinhas francesas” (DEUTSCHER, Isaac. *O Profeta Banido (1929 – 1940)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. P. 308).

⁷²⁷ PEDROSA, Mário. *Carta para Lívio Xavier*. São Paulo, 05/01/1927. In MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P. 269.

⁷²⁸ MELLO, Plínio Gomes de. Depoimento prestado a Edgard Carone. São Paulo, 02/1982. P. 4. (Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu)

aliança da URSS com o governo trabalhista inglês e a política da III Internacional para a revolução chinesa, como fica subentendido no trecho

Uma visão do cenário do mundo na atualidade nos oferece o panorama dessa luta fantástica, onde já se descortina nas dobras da bandeira vermelha da revolução, a vitória do proletariado. É a Rússia Soviética liberta da suserania czarista, conduzida pelo gênio de Lênin, criando para exemplo das outras nações, o Estado proletário como única base da justiça social! É a China revolucionária dos nossos dias empolgando o mundo pela façanha heroica dos seus trabalhadores! É a Inglaterra trabalhista, orientando a massa proletária da sua população pelo rumo revolucionário, se desviando assim do reformismo dos MacDonald e assecas burgueses! É, enfim, o proletariado internacional dos cinco continentes do universo, lutando, organizando-se, educando-se, trabalhando pela vitória integral da grande causa que defende!⁷²⁹

De toda maneira, no geral o texto é um manifesto, em termos abstratos e gerais, em defesa da revolução proletária no Brasil e no mundo, defendendo algumas palavras de ordem que o PCB levantava no momento, como reorganização dos sindicatos na base de indústria, centralização nacional da organização sindical etc. e um apelo para que a classe operária de São Paulo se organize sindicalmente. Não apresenta, portanto, elementos de análise de conjuntura, da formação social brasileira ou da estratégia e tática da revolução no Brasil. Também segue o mesmo sentido de crítica abstrata, o discurso proferido por Plínio Mello na Faculdade de Direito de São Paulo, em que este rompe com a universidade e a profissão de bacharel em direito, fundamentando-se numa denúncia das leis como instrumentos de classe da burguesia para dominar e explorar a classe trabalhadora⁷³⁰.

Plínio Mello, apesar de convencido ao marxismo por Mário Pedrosa, foi recrutado oficialmente para o PCB por Nereu Ramos, Everardo Dias e Affonso Schmidt numa reunião ocorrida na sede do jornal *O Combate*, então simpatizante do PCB. Depois de recrutado, Plínio passou a militar pelo Partido na União dos Trabalhadores Gráficos, que também organizava os jornalistas e, devido a escassez de quadros com que os comunistas sofriam em São Paulo, passou imediatamente a integrar o Comitê Regional de São Paulo, ajudando no trabalho de fundar células partidárias nas fábricas e bairros operários.

⁷²⁹ MELLO, Plínio. A Revolução Proletária. *A Nação*. Rio de Janeiro, 05/05/1927. P. 2.

⁷³⁰ MELLO, Plínio. Discurso na Faculdade de Direito de São Paulo. *A Nação*. Rio de Janeiro, 06/08/1927. P. 2.

Sobre a ocasião desse discurso, relata Plínio Mello: “Há um episódio gozado aí. O discurso foi proferido entre as arcadas da faculdade, no centro do pátio, sobre um banco”, relembra Plínio. “No meio do discurso veio um bedel, em nome do diretor, informar que eu não podia estar fazendo anarquia lá na faculdade. Então, me volvei para meus colegas e indaguei se não era tradição da faculdade de direito a liberdade de manifestação do pensamento. Perguntei se devia continuar e o pessoal respondeu: ‘Continua’, aquela coisa toda. Então, continuei até o fim. Depois, fui levado até a porta da faculdade e saí, para sempre. Quer dizer, no fim do meu discurso rompi com a faculdade de direito e com a ideologia burguesa ensinada ali” (KAREPOVS, Dainis. Memória: Plínio Mello. Teoria e Debate, nº 07, set- 1989).

Quando o BOC-SP lançou a candidatura de Nestor Pereira Júnior em fevereiro de 1928, Plínio foi um dos principais propagandistas da candidatura, publicando artigos a seu favor n’*O Combate*, fazendo comícios e outras atividades eleitorais do BOC. Foi nessa ocasião que, em comício ocorrido no dia 16 de fevereiro, Plínio Mello foi preso juntamente com Isis Silvio, o que logo depois serviu como justificativa para retirada da candidatura do BOC das eleições e lançamento de apoio aos candidatos do Partido Democrático de São Paulo.

Nem a Comissão Central do PCB e nem a do BOC foram previamente informadas da retirada da candidatura do BOC-SP para deputado estadual, recendo a notícia apenas dois dias depois. A ação de desistência não foi bem recebida pelos comunistas cariocas e, imediatamente, a direção do Partido pediu explicação ao Comitê Regional do PCB em São Paulo a respeito do caso. Também os comunistas de Santos escreveram ao CCE do PCB expressando grande desacordo com a atitude do BOC-SP. No fim das contas, a CC do BOC publicou nota reprovando a atitude do BOC-SP, afirmando que não apenas a desistência foi uma capitulação, mas que o apoio ao PD foi um grave erro, pois o PD, sendo um partido burguês e oligárquico, era a negação do BOC. Como se não bastasse, a CC também considerou que com essa atitude, o BOC-SP anulou todo o trabalho que havia feito durante a campanha eleitoral e colaborou para abaixar o grau de consciência de classe do proletariado paulista.

Em crítica publicada na revista de circulação interna do PCB, *Auto-crítica*, a CCE vai além e afirma que a desistência da eleição por parte do BOC-SP deveu-se a proposta do deputado estadual do PD, Bertho Antonio Condé, feita a Plínio Mello, onde este oferecia a ajuda dos democráticos para soltar os integrantes presos do BOC-SP e a criação de uma “seção operária” no jornal do PD, *Diário Nacional*, que ficaria sob a direção dos comunistas, bem como garantia de representação operária nos próximos pleitos, de forma a incluir no programa do PD o programa do BOC.

O acordo, que havia sido narrado pelo próprio Plínio Mello em carta à CCE, foi visto como uma cilada que em última análise teria como consequência a dissolução do BOC na cidade de São Paulo. Por essa razão, Plínio Mello se sentiu pessoalmente atacado pela Comissão Central do Partido Comunista e respondeu-lhes numa carta própria, pois suas posições a respeito do caso foram rejeitadas pelo próprio CR-SP. Este documento evidencia que o debate de Mello com a CCE do PCB a respeito de um caso particular nas eleições paulistas, passou logo para um debate sobre o que era o Partido Democrático e

daí para o debate sobre o que era o Brasil e qual deve ser a tática adotada pelos comunistas na revolução brasileira.

A análise que Plínio Mello elabora da realidade brasileira, tem alguns pontos incomuns para o universo intelectual dos comunistas na época. Plínio Mello, gaúcho nascido em Cruz Alta (Rio Grande do Sul), formado em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, lugar que foi também o berço do Partido Democrático, acaba por se mostrar um grande defensor da aliança incondicional do PCB com este partido, usando em sua argumentação fartas citações de Lênin em seu *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. A carta de Plínio apresenta um tom bastante agressivo contra a direção do BOC e do PCB e busca convencê-los de que

Nos países economicamente atrasados como o Brasil, essa tática [de flexibilidade dos Partidos Comunistas, defendida por Lênin em O Esquerdismo...] deve ser ainda mais maleável de jeito a servir primeiro a revolução liberal, democrático burguesa que se aproxima, a fim de que possamos conseguir condições necessárias para a revolução proletária consequentemente posterior⁷³¹.

Mello colocava-se a favor de um acordo com o PD em que o voto dos comunistas para os democráticos nas eleições seria retribuído com a criação de uma *Seção Operária* controlada pelos comunistas no *Diário Nacional*. O objetivo, segundo Plínio Mello, era criar uma luta interna no PD e usá-lo como legenda legal para organização sindical dos trabalhadores de São Paulo visto que o proletariado paulistano “não tinha consciência de classe e tinha mentalidade pequeno burguesa”, e então iniciaria um processo de recrutamento dos elementos mais avançados destes operários para o PCB. Plínio esperava com isso pressionar o PD para tornar-se partidário da revolução democrático-burguesa.

A leitura que Plínio Mello fazia do Partido Democrático de São Paulo é que este era um partido não da grande burguesia, mas sim da pequena-burguesia, com base social pequeno-burguesa e em operários de consciência pequeno-burguesa. Enquanto o Comitê Central do PCB afirmava que era uma ilusão acreditar que o PD poderia inserir em seu programa o programa do BOC, visto que este era um programa político classista proletário, Mello estava convencido de que a característica oscilante da pequena burguesia permitia que ela internalizasse o programa do BOC.

Plínio esperava que o PCB em São Paulo atuasse internamente como fração no Partido Democrático, ao exemplo do que Lênin propôs para o Partido Comunista da

⁷³¹ MELLO, Plínio. A Questão das Eleições Estaduais em São Paulo. *Novos Rumos*, Marília, v. 57, nº 1, Jan-jun, 2020. P. 10.

Inglaterra em relação ao Partido Trabalhista e o que a III Internacional receitava para o Partido Comunista da China em relação ao Kuomintang, isto porque acreditava que o PD era “o partido de massas da esquerda” no Brasil⁷³² e, assim sendo, o PCB deveria lutar para que o proletariado se tornasse força dirigente dentro do Partido Democrático e guiá-lo para a revolução democrático-burguesa, ainda que para isso, tivesse de cindi-lo. Nesse caso, a cisão do PD não seria outra coisa senão a depuração dos elementos pequeno-burgueses mais atávicos, impossíveis de convencer para a causa da revolução democrática.

A Inglaterra é um país onde o regime capitalista já chegou a sua maior etapa. O Brasil, é um país semi-feudal, em que o regime capitalista apenas começa a se desenvolver. Lá, o partido de massas da esquerda é o Labour Party. Aqui, é o P.D. Lá, a revolução comunista, proletária, está na ordem do dia. Aqui, ainda temos pela frente uma revolução liberal, democrático-burguesa. E nem por ser o Labour Party um partido de massas operárias, ele, subitamente é mais revolucionário que o P.D., partido de massas pequeno-burguesas e operárias (o grifo é meu). Se o L.P. fundamenta sua atividade em uma ideologia colaboracionista, completamente contrária aos interesses do proletariado, o P.D., do ponto de vista econômico, desconhece essa ideologia que procura o apoio do proletariado como classe distinta anexada a um partido de massas exploradas pela grande burguesia servida pela oligarquia política dominante no país, e não absorvida por ele. Atualmente, não existe essa absorção, porque não existe a “seção operária” que se pretende criar. Criada essa “seção”, fica reconhecido o proletariado como classe distinta, inconfundível, fazendo a sua política própria, independente (da pequena-burguesia). Garantindo-se a liberdade de denunciar a grande burguesia e de agir como classe distinta, o proletariado, só nominalmente ficará a reboque da pequena-burguesia, mas, de fato, ele é que irá orientar a política da pequena-burguesia e determinar a atividade do P.D. E a vanguarda consciente do proletariado, ou levará esse partido à revolução liberal, ou cindi-lo-á, e então, nós é que ainda lucraremos e sairemos da contenda à frente da massa. Deixarmos de aceitar esse pacífico e ingênuo desafio do P.D. para criar a luta interna de que nós só teremos a ganhar, será darmos uma dupla demonstração de inconsciência revolucionária, de covardia política, ignorância da experiência histórica de todas as revoluções, e sobretudo, negaremos assim os ensinamentos de Marx e Lênin⁷³³.

Algumas coisas são reveladoras nesse parágrafo. Mello estava de acordo com a análise que o PCB fazia do Brasil como um país de modo de produção híbrido, em que as formas de relação social capitalistas conviviam com sobrevivências feudais e, *a priori*, também estava de acordo com o caráter democrático-burguês da revolução brasileira. Porém, Plínio Mello compreendia a revolução democrático-burguesa não como uma “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”, mas sim como uma “revolução liberal”. Assim, subentende-se que Mello compreendia que a revolução democrático-burguesa, mesmo que dirigida pelo proletariado, deveria fundar um Estado

⁷³² MELLO, Plínio. A Questão das Eleições Estaduais em São Paulo. *Novos Rumos*, Marília, v. 57, nº 1, Jan-jun, 2020. P. 10.

⁷³³ MELLO, Plínio. A Questão das Eleições Estaduais em São Paulo. *Novos Rumos*, Marília, v. 57, nº 1, Jan-jun, 2020. P. 14.

democrático liberal, ou em outras palavras, uma República democrática, o que seria uma diferença qualitativa em relação a forma de Estado defendido pelo PCB no pós-revolução. Desta curiosa interpretação de Lênin, provavelmente fruto da precariedade das publicações do líder revolucionário no Brasil da época, Mello deriva a tática de “entrismo” no PD, entendido como “partido de massas da pequena-burguesia e do operariado”. Atribui grande importância à seção operária do *Diário Nacional*, pois ela seria o reconhecimento do proletariado como sujeito político no Brasil por parte da pequena-burguesia.

Plínio Mello colocava-se a favor da participação dos partidos comunistas nos movimentos de emancipação nacional, tal como preconizara Lênin e a Internacional Comunista, e deixava a entender que seria o Partido Democrático de São Paulo um desses movimentos e, assim, seria papel dos comunistas prestar apoio e fazer o possível para orientar o “movimento revolucionário liberal-burguês”. Sempre referindo-se à experiência dos comunistas chineses, avaliava que o erro do Partido Comunista da China não teria sido participar do Kuomitang, mas permanecer nele após a instauração da ditadura de Xiang-kai-shek, erro do qual a IC seria a maior responsável, demonstrando que, pelo menos nesta questão, Mello já concordava com Leon Trotsky.

Ainda relevante é a avaliação que Plínio Mello fez dos camponeses no Brasil e na América Latina.

A situação social dos povos americanos é bem diferente daquela dos asiáticos, por exemplo. As nações de ambos estes continentes vivem, entretanto, oprimidas pelo imperialismo, lutando constantemente pela própria emancipação do jugo das chamadas grandes potências. Acontece, porém, o seguinte. Enquanto na Ásia, os grandes países como a China e a Índia, superpovoados, em pleno regime político feudal, possuem uma massa camponesa enormíssima, - nos países da América o mesmo não se dá; embora o regime social seja mais ou menos idêntico, há um simulacro de independência política, vis-à-vis do imperialismo, não havendo, entretanto, pela inexistência de superpopulação, a massa camponesa, elemento social característico dos países asiáticos. O que nós temos, por exemplo, no Brasil é o assalariado agrícola – o peão, o renteiro, o colono, o trabalhador de engenho, o seringueiro – todos operários rurais e não camponeses propriamente ditos, isto é, pequenos proprietários rurais. Por conseguinte, nós não temos o problema camponês para resolver, por enquanto. Em compensação, temos o problema da pequena-burguesia urbana muito mais difícil de solucionar, porque mais complexo e insidioso. A situação da pequena-burguesia na América deve oferecer um interesse todo particular aos comunistas. Ela constitui realmente a massa da população destes países. Devido à precariedade de sua situação econômica e em vista de se ver sobrecarregada com a maior soma de impostos, - ela é levada a um verdadeiro desespero, aí encontrando, constantemente, um espírito de revolta, que, como é natural, oscila entre o

pessimismo mais individualista até a crença e esperança na revolução libertadora⁷³⁴.

Pela primeira vez no debate sobre a revolução brasileira, Plínio Mello faz comparecer a proposição de que no Brasil não existia “camponeses”, mas sim “operários rurais” ou ainda “assalariados agrícolas”, de maneira que no Brasil “não temos o problema camponês para responder”, o que poderia significar dizer, ainda que essa consequência não fosse evidente, que seria desnecessário ou de segunda ordem a realização de uma reforma agrária, seja entendida como divisão da grande propriedade latifundiária em pequenas propriedades de terra, seja como coletivização das terras.

Em vez de um “problema camponês”, diz Plínio Mello, o desafio para o PCB seria a pequena-burguesia urbana, responsável pelas revoltas tenentistas de 1922 e 1924 e principal responsável pelo movimento anti-imperialista brasileiro, de tal sorte que “não existe nos países da América, principalmente no Brasil, outra classe com que possam os trabalhadores se apoiar, senão a pequena-burguesia”. Ela seria um perigoso aliado, mas a prioridade para Plínio Mello era garantir que a pequena-burguesia apoiasse o proletariado e não fosse seduzida pelo fascismo. Assim, Mello apresenta um peculiar projeto de estratégia e tática da revolução brasileira, que em um Brasil semi-feudal, o partido de vanguarda do proletariado deveria selar uma aliança com a pequena-burguesia urbana, adentrando ao partido desta e tomando de suas mãos a direção e, então, realizando uma “revolução liberal”.

Como notou Karepovs, o que se viu no debate entre a CCE do PCB e o CR-SP sobre o BOC e as eleições de fevereiro de 1928 foi “a radicalização da premissa da busca de aliança com a pequena-burguesia, que, por meio da postura externada por Plínio Mello, deveria ser levada ao paroxismo de uma aliança incondicional”. Salta aos olhos na argumentação de Plínio Mello sobre o papel revolucionário da pequena-burguesia na América, os ecos do livro de Octávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo*, que havia sido a principal base de fundamento para o II Congresso do PCB, e no qual, fortemente inspirado pela revolta tenentista de 1924, defendia que a revolução brasileira seria “pequeno-burguesa”, pois seria dirigida pela pequena burguesia, de forma que os comunistas teriam como tarefa fundamental constituir a aliança com os revoltosos pequeno-burgueses e trabalhar para que a revolução se desenvolvesse no sentido da revolução proletária. Por coincidência ou não, no mesmo número de *Autocrítica* que

⁷³⁴ MELLO, Plínio. A Questão das Eleições Estaduais em São Paulo. *Novos Rumos*, Marília, v. 57, nº 1, Jan-jun, 2020. P. 15.

comparece a crítica ao texto de Plínio Mello, foi publicado também o artigo de Octávio Brandão *O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa*, que como já mostramos, defendia uma aliança do proletariado urbano e rural com os revoltosos pequeno-burgueses e com a grande burguesia liberal (grandes industriais e comerciantes) contra o czarismo brasileiro: o Partido Republicano, os fazendeiros do café, o Estado agrário”.

Entretanto, Octávio Brandão em seu livro identificava como pequena-burguesia revoltosa os tenentes e não o PD. Esta identificação do PD como partido da pequena-burguesia, tal como defendeu Plínio Mello, é uma interpretação específica do próprio e possivelmente de parte dos comunistas paulistanos. Como demonstrou a historiografia atual, a Executiva do Comitê Central do PCB estava correta ao defender contra Plínio Mello que o Partido Democrático de São Paulo era um “partido da burguesia liberal”. As classes médias, ou pequena-burguesia, simpatizavam-se com o PD e muitos de seus membros aderiram a ele, mas não ocuparam papel dirigente no partido. A esse respeito, Maria Lígia do Coelho Prado, ao estudar a composição social e política do PD, concluiu, assim como a CCE do PCB, que na ausência de divergências de classe básicas, o que levou o PD a surgir como partido de oposição ao Partido Republicano foi justamente as respostas que davam as contradições principais da sociedade brasileira no momento, notadamente a “questão social” e da “revolução”.

A ilusão de Plínio Mello para com o PD poderia ser um sintoma de que não havia logrado romper por completo com a ideologia de suas origens de classe e de formação intelectual, em que pese sua formação na Faculdade de Direito de São Paulo, berço do Partido Democrático. Mello, poderia ser, de maneira mais resistente, um membro dessa classe média urbana que o Partido Democrático conseguia conquistar e não é absurdo levantar a hipótese de que também foi determinante para as concepções de Plínio a respeito do PD o papel que esse cumpria no movimento operário paulistano.

Alzira Lobo já havia constatado em sua tese sobre os dissidentes paulistanos que o Partido Democrático de São Paulo mantinha relações próximas com os socialistas e antifascistas e contava com a solidariedade de alguns anarquistas menos sectários, pois “apareceu a muitos como uma saída para a situação de ilegalidade dos partidos de esquerda”. Para respaldar seu argumento, a historiadora mostra como Francesco Frola, famoso antifascista italiano radicado no Brasil, em suas palestras e comícios nos locais mais frequentados pelo contingente organizado e militante do proletariado paulistano, como a Lega Lombarda, o Salão das Classes Laboriosas, a sede da UTG e o Salão Itália

Fausta, apelava para que os trabalhadores aderissem ao Partido Democrático e distribuía boletins deste partido ao mesmo tempo que falava a favor do socialismo e do bolchevismo.

O caráter aparentemente contraditório da propaganda política de Francesco Frola, mas que com certeza tinham ressonância e encontrava adeptos entre os trabalhadores pode ser percebido no fato de que “os numerosos impressos distribuídos durante a conferência exaltavam o anarquismo e o bolchevismo, incitando a união do proletariado nacional sob a bandeira do Partido Democrático Nacional, como único guia seguro dos operários”⁷³⁵. Porém, esse paradoxo é compreendido quando percebemos o significado que o PD ganhou como partido de oposição para os militantes do movimento operário de São Paulo, pouco importando se essa percepção era ilusória ou não. Dessa maneira, para Frola assim como para Mello, o Partido Democrático era entendido como uma espécie de “frente” em que deveriam unir-se as correntes revolucionárias e democráticas, independentes de suas divergências.

Que a simpatia pelo Partido Democrático de São Paulo não era um caso específico de Plínio Mello e sim um fenômeno do movimento operário paulistano que, na ausência de ligações mais sólidas dos comunistas de São Paulo com seu Comitê Central e de uma qualitativa política de formação teórica e de quadros deste último para a região, acabava por atingir também as fileiras do PCB, pode ser percebido pelos casos de Affonso Schmidt e Manoel Perdigão Saavedra que haviam apoiado entusiasticamente o Partido da Mocidade, partido nascido do Centro Acadêmico XI de Agosto e que fora o embrião do Partido Democrático, o que levou Octávio Brandão a dizer que “Em todo o Estado de São Paulo é tão grande o confusionismo no seio do proletariado que chega até a contaminar os comunistas”⁷³⁶.

De todo modo, o artigo de Plínio Mello foi respondido acidamente pela CCE do PCB, em texto provavelmente escrito por Astrojildo Pereira, nas páginas da revista *Autocrítica*, de maneira que a teoria de revolução brasileira de Plínio Mello se tornou discussão vencida dentro do Partido e a ação do BOC-SP nas eleições de fevereiro de 1928 compreendida como grave erro oportunista, pelo III Congresso do PCB⁷³⁷. Cabe

⁷³⁵ CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 61.

⁷³⁶ GARROEIRA, J [pseudônimo de Octávio Brandão]. Em São Paulo: A histeria pequeno-burguesa. *Voz Cosmopolita*. Rio de Janeiro, 15/12/1925. P. 3.

⁷³⁷ III Congresso. Rio de Janeiro. P. 7. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista).

mencionar ainda a esse respeito o comentário conclusivo da CCE na crítica à Plínio Mello de que

Além de erradíssima, a argumentação de P.M envereda por um caminho perigoso, quando acusa ou insinua a I.C. de “maior culpada” em pretensos erros cometidos na revolução chinesa. Este é o caminho que vai em linha reta parar no trotskismo. Que vai – ou que vem⁷³⁸.

O trecho acima é seguido por uma citação de resposta de Stálin a respeito da Revolução Chinesa contra as críticas de Trotsky, indicando que o núcleo dirigente do PCB, a menos que tenha arriscado um exercício de futurologia, ou já sabia ou desconfiava das inclinações que Plínio Mello tomava naquele momento em conjunto com Mário Pedrosa e que desembocariam na Liga Comunista Internacionalista, ousando fazer-lhe uma provocação ao dizer que seu raciocínio poderia “vir” do trotskismo e não apenas ir.

Apesar de todas as resoluções oficiais do PCB, Plínio Mello prosseguiu no debate da maneira que pode. Como o III Congresso não havia nada resolvido sobre a questão camponesa e também a Internacional Comunista deixava em aberto os detalhes desse problema para cada país em particular, Plínio Mello voltou a debater o assunto no I Congresso Comunista Latino-Americano. Na ocasião, proferiu um discurso que foi publicado em edição especial da *Revista Sudamericana*, dedicada ao debate e resoluções da mencionada Conferência.

O texto de Mello dizia respeito especificamente sobre a questão camponesa no Brasil e configurava-se como uma crítica das análises que eram feitas até então, tanto pelo PCB quanto pelo SSA-IC. Buscando se desvencilhar da responsabilidade individual por críticas que acertavam os fundamentos do que os comunistas latino-americanos defendiam até então, apresenta como resolução de uma reunião do Comitê Regional de São Paulo a avaliação de que a palavra de ordem “terra para os camponeses” era imprópria, pelo menos para São Paulo.

Respalhando-se em citações de políticos do Partido Democrata de São Paulo que participavam da Liga Agrícola Brasileira, Plínio defendia que os camponeses brasileiros eram de fato operários agrícolas. Tanto era assim, que os fazendeiros buscavam aumentar a exploração desses trabalhadores por meio da diminuição dos salários. Nesta ocasião, não elaborou qualquer palavra de ordem para ser defendida pelo movimento comunista, mas afirmou que os comunistas deveriam desmascarar o “patronato agrícola” e os instrumentos de opressão da “burguesia agrícola contra os trabalhadores dos campos”,

⁷³⁸ CCE do PCB. Ainda as Eleições de Fevereiro em São Paulo. *Auto-Crítica*. Rio de Janeiro, n° 6, s.d., p. 17. (CEDEM)

deixando evidente como compreendia a configuração das classes sociais no Brasil, isto é, já definidas como burguesia e proletariado, sem camponeses ou aristocracia fundiária ou qualquer coisa parecida⁷³⁹.

O texto de Plínio Mello é acompanhado por outro, assinado por JM de CJ, que seria também militante do CR-SP. Este converge na defesa de que no Brasil seria impróprio a palavra de ordem de reforma agrária. Fazia uma breve retomada histórica da economia e política brasileira, destacando como o trabalho escravo havia sido abolido recentemente, de maneira que vigorava nas fazendas um “regime que muito se aproxima da servidão medieval”, mas sem ter as mesmas características deste, “independente da cacarejada industrialização da agricultura” (lembramos que Astrojildo Pereira mais ou menos na mesma época defendia que as fazendas brasileiras passavam por um processo de industrialização).

JM de CJ, seguindo o desenvolvimento de sua análise sobre o regime de trabalho nas fazendas, defendia que o Partido deveria levantar uma série de palavras de ordem para conquistar os trabalhadores agrícolas, entre elas a isenção dos impostos para comércio, proibição do trabalho do colono como diarista para os fazendeiros, liberdade de comércio para que os colonos pudessem vender para fora da fazenda que trabalhavam, assistência médica paga pelo fazendeiro, obrigatoriedade do fazendeiro e do governo prover os colonos com as ferramentas adequadas para trabalhar a terra, diminuição das horas de trabalho e desconto garantido pelo governo na compra de máquinas agrícolas. O texto é concluído dizendo

Uma palavra de ordem é difícil, senão impossível. A de “a terra para os camponeses” requer uma tradição do solo e um nível mental que nosso trabalhador rural não possui. A influência dos métodos da escravidão, a mentalidade gerada por ela faz com que nosso camponês tenha da propriedade privada o mesmo conceito que a burguesia: um direito sagrado. No momento atual não achará justo arrancar a propriedade dos “fazendeiros” para entregar a eles⁷⁴⁰.

Mais uma vez, as teses de Plínio Mello saíram derrotadas e as teses da Conferência resolveram a existência do campesinato no Brasil e a palavra de ordem “terra para os camponeses”. A discussão a respeito do campesinato não foi retomada por Plínio Mello

⁷³⁹ MELLO, Plínio. Discurso sobre a questão camponesa no Brasil. *La Correspondencia Sudamericana*, nº 12, 13 e 14. Buenos Aires, 05/1929. P. 32 – 33. (IAP -CEDEM).

Evidentemente, essa concepção de Plínio teria consequências para o tipo de revolução que defendia. Uma sociedade em que as classes antagônicas estavam plenamente configuradas, de acordo com o marxismo-leninismo, teria inevitavelmente de realizar uma revolução de caráter proletária e socialista, prescindindo da realização da revolução democrático-burguesa, como dizia o PCB. Essa era, de fato, a defesa que os trotskistas faziam sobre o caráter da revolução brasileira, como veremos.

⁷⁴⁰ J.M de CJ. A Questão Camponesa no Brasil: *La Correspondência Sudamericana*, nº 12, 13 e 14. Buenos Aires, 05/1929. P. 33 – 34.

enquanto militante do PCB e apareceria no Partido apenas posteriormente pela pena de Caio Prado Jr. De toda maneira, durante a maior parte do século XX as resoluções da I Conferência Latino-Americana sobre o campesinato foram mantidas como teses fundamentais do PCB.

Plínio Mello, contudo, publicou pelo menos mais um texto relevante sobre a estratégia e tática da revolução brasileira antes de integrar publicamente o grupo trotskista. Mello e Aristides Lobo estiveram presentes no Pleno Ampliado do SSA-IC, entre abril e maio de 1930. O informe que Mello fez nessa reunião já foi parcialmente exposto em nossa tese em seus aspectos que diziam respeito à crítica de como o PCB lidava com a situação de São Paulo. Agora, iremos abordar outros elementos do informe.

Nesta ocasião Mello apresenta a formação econômico-social brasileira de maneira não muito diferente daquela defendida pelo PCB: seria um país semicolonial, dependente do imperialismo inglês e atravessado pela luta interimperialista da Inglaterra com os Estados Unidos da América. A política brasileira, nesse sentido, tinha algo de artificial, pois “ela se desenvolve de modo anormal, deformada, satisfazendo unicamente os interesses, e contribuindo pois, a uma exploração e opressão cada vez mais crescente dos trabalhadores em geral, camponeses e pequena-burguesia urbana”. Haveria a sobrevivência de vestígios das antigas relações feudais, semisservidão e semiescravidão.

A Independência de 1822 e a abolição da escravidão, uma “dádiva principesca”, haviam sido meramente formais, não contando com um movimento de massas popular ou uma insurreição de escravizados pela própria libertação. Na mesma lógica teria ocorrido a Proclamação da República, executada sem resistência da monarquia, cuja grande parte dos componentes aderiram e se adequaram à República. Em todos esses casos as massas populares não compreenderam o significado das transformações e ficaram isoladas dos centros de decisão e execução do poder político. A industrialização desenvolvida sob o domínio do imperialismo inglês e a exploração das massas teria aberto a perspectiva de uma “revolução agrária e anti-imperialista” que, por sua vez, deveria “libertar as grandes massas trabalhadoras e preparar o caminho para a revolução proletária e a instauração do poder soviético no país”⁷⁴¹.

⁷⁴¹ OSÓRIO, Pablo [Plínio Mello]. *Informe sobre a situação brasileira ao Plenum Ampliado do SSA-IC*. Buenos Aires, 05/1930.

A crise resultante da luta interimperialista anglo-americana estaria levando ao reagrupamento de forças sociais e políticas no Brasil, fenômeno que se expressava na luta eleitoral de tal maneira que a Aliança Liberal seria uma organização dos médios fazendeiros produtores de café e dos criadores de gado do sul do país com parte da burguesia industrial. O Partido Republicano, por sua vez, seria o partido dos grandes latifundiários de todo o país e parte da burguesia industrial, associados ao capital financeiro inglês. Na campanha, a Aliança Liberal teria conseguido os votos da pequena-burguesia e de parte do proletariado. A maior parte do proletariado, porém, diz Plínio Mello, teria se absterido do pleito.

A baixa dos preços do café, que interessava aos EUA, acarretou a restrição dos mercados, pôs fim na estabilidade financeira e determinou a restrição dos créditos e a paralização parcial da indústria, bem como a alta do desemprego e aumento da carestia de vida. Para Plínio Mello, tal situação teria proporcionado uma imediata perspectiva revolucionária, mas “não havia quem orientasse as massas – principalmente em São Paulo” e, assim, a burguesia fez um armistício entre suas duas partes rivais em torno da crise do café, temendo uma revolução proletária. Com o passar das eleições e a tomada de assento das cadeiras do Congresso, ocorreu o reagrupamento de forças, visto que o imperialismo yanke venceu na política dos preços do café, mas perdeu eleitoralmente. O PRP, não encontrando apoio suficiente no imperialismo inglês, começou a desenvolver negócios com os estadunidenses.

De tal sorte, Plínio Mello sustentava que essa situação abria para o Brasil duas possibilidades: a insurreição das massas para uma revolução ou a restabilização do regime por meio de empréstimos do exterior. Para que a primeira alternativa fosse vitoriosa, Plínio estava convencido de que seria necessário o fortalecimento do PCB em São Paulo, para que pudesse desencadear greves e tomar a iniciativa antes do novo período de estabilização. A Coluna Prestes poderia tomar essa iniciativa, mas corria o perigo de anular politicamente o trabalho do PCB.

Neste ponto de seu informe, Plínio Mello inicia uma crítica ao PCB que buscava mostrar como ele estava aquém do que a situação histórica brasileira exigia. O primeiro problema seria a linha existente até o III Congresso, que fomentava uma frente do proletariado, pequena-burguesia e burguesia industrial contra os fazendeiros do café, ou seja, fazia uma declaração que ia no exato oposto do que havia defendido antes em sua discussão com a CCE pelas páginas de *Autocrítica*. Agora, para Mello, as teses de Brandão eram as principais responsáveis pelo partido superestimar o papel da burguesia

industrial brasileira e subestimar a influência do imperialismo nas relações sociais. O III Congresso teria corrigido esses erros, mas não logrou alcançar o esclarecimento ideológico necessário dos problemas, de maneira que a nova linha política do PCB não foi assimilada por seus militantes e o Partido continuaria, na prática, cometendo os mesmos erros.

Plínio apresenta uma imagem pessimista do PCB: partido débil, limitava-se as cidades Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre, contando com mais ou menos mil militantes, mas cujo oitenta por cento estava inativo desde a última onda de repressão policial ocorrida durante as eleições de 1930. Para Mello, faltava ligação eficiente do Partido com os operários dos principais ramos industriais, como operários agrícolas e camponeses em geral. O PCB ainda sofria com fraco trabalho sindical, fraca ligação regular entre as várias instâncias partidárias, falta de ligação entre as regiões do país, era inapto para a vida de partido ilegal e demonstrava completo desinteresse pela “conquista de São Paulo”, resolvida no III Congresso partidário.

A grande novidade e proposta deste informe de Plínio Mello, porém, encontra-se nas considerações sobre a Coluna Prestes. Plínio criticava o PCB por ter ido de um extremo a outro com a Coluna e, por isso, teria se mantido equivocado, superestimando-a num primeiro momento e depois a subestimando.

A superestimação da Coluna, na avaliação de Mello, teria raiz na “falsa concepção de encarar a pequena-burguesia como classe historicamente independente [...] e fazendo, arbitrariamente, da referida Coluna seu Partido”⁷⁴². Porém, a ação do PCB para corrigir esse erro o levou a completa negação da Coluna Prestes, descartando assim a sua importância enquanto organização técnico-militar. Para Mello, o PCB deveria ter “aproximação [...] a mais íntima possível com os dirigentes da Coluna”, não para realizar uma aliança política, considerando-a um partido da pequena-burguesia, mas sim para sua internalização como aparato técnico-militar do Partido. Assim, “a hegemonia do PC no processo da revolução brasileira deve ser conquistada pela destruição da Coluna Prestes como organização política e sua incorporação ao PC como organização técnico-

⁷⁴² OSÓRIO, Pablo [Plínio Mello]. *Informe sobre a situação brasileira ao Plenum Ampliado do SSA-IC*. Buenos Aires, 05/1930. P. 5. É possível cogitar a hipótese de que Plínio Mello, já tendo acesso aos textos que Leon Trotsky publicava, tenha reproduzido sua crítica à III Internacional de que um de seus grandes erros era procurar a todo custo um “partido dos camponeses” para se aliar nos países semi-coloniais e fazer, assim, a revolução democrático-burguesa com sua ditadura democrática do operariado e campesinato.

militar”⁷⁴³. Tal operação deveria concretizar-se pelo recrutamento de Prestes e Siqueira Campos para o PCB, visto que já eram considerados simpatizantes do Partido.

Então, Plínio Mello fez a proposta de uma Conferência Extraordinária do PCB em Buenos Aires para rediscutir a linha partidária com relação à Coluna Prestes. Para Plínio Mello, seria um grande erro o PCB adotar uma postura de completa ruptura com a Coluna Prestes, pois ela era

[...] uma vasta rede estendida por todos os quartéis do país, formada de núcleos de oficiais inferiores e suboficiais, sem ideologia definida, cujo trabalho principal era cindir, dividir, desagregar as forças armadas, preparando assim as bases para a formação de um exército revolucionário.

Apesar de tentar fundamentar sua argumentação e proposta nas resoluções da I Conferência Comunista Latino-Americana, Mello parece ter condenado a si mesmo perante o SSA-IC quando passou a fazer citações diretas de Trotsky sobre o trabalho dos revolucionários no Exército burguês e a construção do Exército Vermelho. Esta referência de Plínio a Trotsky durante uma reunião de dirigentes da Internacional Comunista em plena época de depuração dos trotskistas das fileiras dos partidos comunistas faz com que nos perguntemos se Mello buscava fazer uma provocação ao Pleno do SSA-IC ou se estava ingenuamente convencido da possibilidade de trazer pelo menos parte dos ali presentes para suas posições. Por fim, Plínio Mello resumiu suas propostas em alguns pontos de resolução.

- 1) .- Uma visita de investigação política a Luiz Carlos Prestes, feita em caráter particular por um camarada brasileiro acompanhado por um representante do SSA. Nesta visita, procurar-se-á enfocar os principais problemas da situação atual do Brasil, forçando – diplomaticamente, é claro – Prestes a emitir a sua opinião a respeito.
- 2) .- De acordo com essa “investigação”, propor o PCB a Luiz Carlos Prestes uma Conferência na qual deverão tomar parte os representantes do PCB, da Coluna Prestes e do SSA. Nesta Conferência, depois de estudados os problemas relacionados com a situação internacional e a situação do Brasil, serão discutidos os meios de ação conjunta do PCB e da Coluna Prestes frente a insurreição no país. (Se não for possível a conveniente adesão de L.C. Prestes e S. Campos ao PC, devemos procurar estabelecer uma aliança entre o PC e a Coluna, feita todavia publicamente, lançando um manifesto subscrito pelas duas organizações revolucionárias. Deste ponto de vista estratégico, deve ficar estabelecido nesta Conferência que o Partido terá a iniciativa da insurreição – preparando uma greve geral em São Paulo – devendo ser auxiliado imediatamente pela Coluna, que levantará os quartéis e armará os operários na greve).
- 3) .- Devem ser tomadas imediatamente as medidas necessárias para por em execução esse plano [tradução nossa]⁷⁴⁴.

⁷⁴³ Plínio diz que já havia feito essa proposta ao CC do PCB por meio de um documento da Comissão Militar do CR-RS e não obtido resposta alguma.

⁷⁴⁴ OSÓRIO, Pablo [Plínio Mello]. *Informe sobre a situação brasileira ao Plenum Ampliado do SSA-IC*. Buenos Aires, 05/1930. P. 7.

Antes de terminar o documento, Plínio Mello fez algumas propostas especificamente para o PCB, que se resumem em um largo processo de autocritica que deveria começar com um Pleno do Comitê Central reconhecendo todos os erros do último período, a extensão dessa discussão para todo o corpo partidário, terminando com um IV Congresso que estabeleceria novas resoluções. Entre as principais atitudes a serem mudadas pelos comunistas estaria maior a ênfase na construção do movimento em São Paulo, enviando pelo menos seis militantes qualificados para construir o Partido na cidade. Plinio Mello era a favor de o PCB atuar como organização completamente clandestina, sem nenhum tipo de órgão semilegal. Destaca-se ainda uma proposta de convocação, pelo PCB, de um Congresso de Camponeses para estudar os problemas que lhes interessa e fundar uma Liga dos Camponeses do Brasil, de maneira que o Partido deveria lançar imediatamente um jornal especializado para os trabalhadores do campo⁷⁴⁵.

Nota-se que em seu informe ao SSA-IC Plínio Mello aparentemente não retornou em nenhuma das propostas ou elaborações que havia feito anteriormente, buscando manter-se o máximo possível na linha das resoluções do PCB e da IC – exceto pelo trecho em que cita Trotsky. Acreditamos que isso ocorreu porque o fundamental de seu documento e sua linha de continuidade com suas teorizações anteriores era a proposta de unificação do PCB com a Coluna Prestes, por meio, preferencialmente, da incorporação desta última ao Partido como aparato técnico militar visando a insurreição. Essa foi a nova forma que ganhou a proposta que defendia desde 1928 de uma “aliança incondicional com a pequena-burguesia”, visto que na ausência do campesinato, esta seria a única classe em que o proletariado poderia se apoiar. Nesse sentido, a Coluna Prestes teria substituído o papel que o Partido Democrático de São Paulo já havia mostrado na prática não poder desempenhar.

Porém, essa já não era mais simplesmente uma análise individual de Plínio Mello e o distanciamento que este texto tem daquele debatendo as eleições de 1928, em parte, deve-se a isso. Plínio provavelmente já era um membro da Oposição de Esquerda e o que apresentara na reunião do Pleno do SSA-IC era, possivelmente, o germe daquilo que dois meses depois veio a ser a Liga de Ação Revolucionária (LAR), fundada por Luiz Carlos Prestes e Aristides Lobo.

Aristides Lobo havia sido incumbido pela Oposição de Esquerda, principalmente por Mário Pedrosa e Lívio Xavier, de entrar em contato com Prestes e impulsionar a

⁷⁴⁵ OSÓRIO, Pablo [Plínio Mello]. *Informe sobre a situação brasileira ao Plenum Ampliado do SSA-IC*. Buenos Aires, 05/1930. P. 8.

adesão deste ao PCB, evidentemente, como um defensor das ideias da Oposição dentro do Partido⁷⁴⁶. Um boletim do CR-SP datado de março de 1930 dizia que “sabemos por uma comunicação chegada de Montevideu que o trãsfuga do Partido Comunista, o pequeno burguês Aristides deve vir para São Paulo, a serviço de Prestes, a fim de auxiliar a obra de desagregação das fileiras do partido”⁷⁴⁷ e Edgard Carone, fundamentado em entrevista com o próprio Aristides Lobo, afirmou que Lobo ajudou Prestes na elaboração do *Manifesto de Maio*⁷⁴⁸. Robert Alexander, na mesma linha, faz a afirmação de que durante algum tempo Aristides Lobo foi um dos mais importantes conselheiros políticos de Luiz Carlos Prestes, que admirava nele a sofisticação intelectual e a facilidade em redigir manifestos públicos⁷⁴⁹. Por causa desse contato de alguns meses que Prestes teve com Lobo, Alzira Campos chegou a atribuir aos trotskistas a responsabilidade da adesão de Prestes ao comunismo, na contramão de todos os biógrafos do Cavaleiro da Esperança⁷⁵⁰.

Em julho de 1930, Aristides Lobo fundou juntamente com Luiz Carlos Prestes a Liga de Ação Revolucionária (LAR), que segundo o próprio Prestes, foi ideia de responsabilidade deste.

Se bem que o *Manifesto* [de Maio] fosse considerado como uma declaração de adesão ao movimento comunista, naquela época não era esta ainda minha posição. Na realidade, naquele, então, pensavam em organizar uma força política que, com uma plataforma radical, pudesse aliar-se como força independente ao Partido Comunista. Desta circunstância quiseram aproveitar-se alguns intelectuais brasileiros trotsquistas, os quais encontraram-se comigo em Buenos Aires e conseguiram, por algum tempo, influir em minha busca de um caminho revolucionário. Sob a influência deles tomei a decisão de tomar a iniciativa de criar a Liga de Ação Revolucionária, publicando em julho de 1930 um novo manifesto ao povo brasileiro, no qual, conquanto sem nenhuma crítica ou ataque ao PCB, algumas expressões refletiam posições esquerdistas, sectárias e inclusive tipicamente trotsquistas⁷⁵¹.

⁷⁴⁶ CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 81. Também Mário Pedrosa e Lívio Xavier, por essa época, cogitaram ir pessoalmente conversar com Luiz Carlos Prestes, mas não foram.

⁷⁴⁷ CR-SP. Carta a todos os membros do Partido Comunista do Brasil na região de S. Paulo. São Paulo, 25/03/1930. In *Prontuário de Antônio Brandão*, nº 57. (DEOPS-SP – AESP).

⁷⁴⁸ CARONE, Edgard. *Brasil: Anos de crise (1930 – 1945)*. São Paulo: Ática, 1991. P. 129.

⁷⁴⁹ ALEXANDER, Robert J. *Trotskyism in Latin America*. Stanford, Hoover Institution Press, 1973. P. 70-71.

⁷⁵⁰ Nas palavras da autora “tudo leva a crer que a cooptação de Prestes à causa da revolução proletária pertenceu aos trotskistas” (Cf. CAMPOS, Alzira Lobo. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Unesp: Franca, 1998. P. 76.). Tanto para Anita Leocadia Prestes quanto para Daniel Aarão Reis Filho, a “cooptação de Prestes à causa da revolução proletária” se deu, principalmente, por meio do contato que ele manteve com o Partido Comunista da Argentina (PCA) e com o Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista, além dos contatos episódicos que manteve com o PCB desde a visita que Astorjildo Pereira lhe fez em 1927 na Bolívia.

⁷⁵¹ PRESTES, Luiz Carlos. *Como cheguei ao comunismo*. Cultura Vozes, nº 2. Mar-abr. 1998. P. 147.

Apesar de Plínio Mello, na ocasião de sua adesão pública à LCI, ter feito autocrítica de sua proposta de incorporação da Coluna Prestes ao PCB como mais um exemplo de tática kuomitanguista, é difícil não reconhecer na sua proposta de “organismo técnico-militar” para a Coluna Prestes o objetivo de ser o “órgão técnico de preparação do levante de massas” da Liga de Ação Revolucionária (LAR). Outra caracterização da LAR, explicitada em seu manifesto, como “bloco capaz de congregar e organizar revolucionariamente” os elementos democráticos, mas ainda não socialistas, se parece em demasia com o papel que, em 1928, Plínio Mello acreditava que o Partido Democrático deveria desempenhar na sua “revolução liberal”. O mais provável é que sua avaliação negativa posterior da proposta reflita uma autocrítica não apenas pessoal, mas da própria LCI para com uma proposta que não vingou, ao mesmo passo que passava a responsabilidade do erro da própria tática para a tática do PCB e da IC

Esses elementos indicam que a ideia de um “aparato técnico militar” composto por elementos “ainda não identificados com o proletariado para todas as suas finalidades” era a proposta dos trotskistas para concretizar a união da Coluna Prestes com o PCB, de maneira que enviaram Plínio Mello (que o PCB ainda não tinha completa certeza de adesão à Oposição) para tentar convencer o SSA-IC, enquanto Aristides Lobo, que já havia sido expulso do PCB por organizar uma fração trotskista dentro do Partido, tratava de concretizar o mesmo objetivo com Luiz Carlos Prestes.

Essa hipótese é reforçada pelo tom condescendente do texto *Liga ou Partido?*, publicado no jornal do Grupo Comunista Lênin (CGL), que trata do manifesto de lançamento da LAR. O CGL não tomou uma posição imediata a respeito da LAR, pois “é na ação é que ela vai se definir”, de maneira que ela poderia até mesmo ter um “desenvolvimento surpreendente para o seu próprio fundador” e, assim sendo, “é tendo em vista o desenvolvimento ulterior do processo de seu crescimento que o CGL a tem de encarar e frente a ela tomar posição”.

Para os trotskistas, o maior perigo da LAR era se tornar um “simples partido político, no caráter dessas múltiplas variações de Kuomitang, que proliferam hoje por volta da IC, como cogumelos do stalinismo”, mas a encarava com otimismo e elogiava justamente o fato de seu manifesto de lançamento ter se afastado dessa perspectiva e definido a organização como um “órgão técnico militar”.

Carlos Prestes, no novo manifesto que acaba de publicar, fundando a Liga de Ação Revolucionária, vem precisar melhor a sua posição política. Para muita gente, mesmo do Partido, a iniciativa de agora foi uma surpresa: em vez de um partido político, francamente declarado, aberto a massa, cuja semente fora

mesmo lançada no primeiro manifesto, essa tentativa de criação de um organismo com fins políticos, mas fechado como “um órgão técnico” de preparo da revolução, etc. A LAR, é porém, uma organização cujos caracteres ainda não estão claramente definidos.

E então, mais a frente:

A grande característica do manifesto de agora e que faz dele um progresso sobre o outro [o Manifesto de Maio] – é que enquanto o primeiro marchava resolutamente para a criação de um partido camponês, este, pelo contrário, é uma tentativa para frear esta tendência.

Carlos Batista Prado, assim como Marquês Neto, defende que a LAR era uma iniciativa de Prestes e que, na medida em que esta fracassou, o comandante da Coluna colocou a culpa nos trotskistas, dizendo que era uma iniciativa deles. Essa versão ignora totalmente a articulação de Aristides Lobo com a Oposição de Esquerda, o papel de convencimento de Lobo para com Prestes, as correspondências de Pedrosa e Xavier comentando o assunto e o contexto das proposições de Plínio Mello no debate com o SSA-IC.

O objetivo dos dissidentes de São Paulo era afastar Prestes das concepções estratégicas da IC e do PCB e trazê-lo para a sua própria causa, suas próprias concepções estratégicas, porém, falhou por três razões. O SSA-IC, que havia acabado de forçar o PCB a romper relações com a Coluna Prestes, rejeitou de imediato a proposta de Plínio Mello como capitulação ao prestismo, de maneira que este voltou ao Brasil condenado à expulsão do Partido. De outro lado, Prestes, nesse momento, era um general sem Exército e sua LAR não teve qualquer apoio entre os tenentistas. Ao mesmo passo, Guralsky, membro do SSA-IC que tinha contato próximo com Prestes, procurou-o depois do lançamento do manifesto da LAR e disse que sua iniciativa era um retrocesso em relação ao *Manifesto de Maio*, justamente o inverso do que pensava *A Lucta de Classes*. Assim, em outubro de 1930, reconhecendo a LAR como um erro, Prestes a dissolveu⁷⁵².

⁷⁵² É curioso notar como a leitura que o SSA-IC fez da LAR era o exato o oposto daquela feita pelos trotskistas brasileiros, isto é, que a LAR, ao contrário do Manifesto de Maio, reproduzia a experiência do Kuomintang e era um segundo partido. Senão vejamos: “Prestes chama a todos os operários, camponeses e pequena-burguesia do Brasil a repetir a experiência fatal do Kuomintang chinês e criar no Brasil um partido de diferentes classes sob a direção da pequena-burguesia. Este Kuomintang do Brasil ele o chama de Liga Revolucionária. Para superar a desconfiança das massas, diz que essa Liga não é um partido político, senão um aparato técnico da revolução; é evidente que nada depende de um nome, mas do conteúdo. A Liga Revolucionária luta pelo poder no país, ou seja, a Liga é um partido político. Prestes diz no segundo manifesto que somente o proletariado pode dirigir uma revolução vitoriosa de trabalhadores e camponeses, e jamais a pequena-burguesia oscilante: são palavras. *Em realidade*, faz o contrário; busca com a Liga Revolucionária conservar a direção da pequena-burguesia na revolução agrária” [tradução nossa]. SSA-IC. La revolución em Brasil: El movimiento revolucionario del Brasil y la Liga Revolucionária de Prestes. *Revista Comunista*. Buenos Aires, año 1, nº 1, setiembre, 1930. P. 47. Biblioteca José Maria Aricó/Universidad Nacional de Córdoba.

Mário Pedrosa e Lívio Xavier, que haviam ficado no Brasil ansiosos pelos resultados da missão a que delegaram Aristides Lobo, se decepcionaram com este ao saber que Prestes havia ficado ao lado do SSA-IC. Para Pedrosa, Aristides Lobo teria comprado “inconscientemente os despeitos naturais do Cavaleiro” e fora “embrulhado”⁷⁵³. Depois da dissolução da LAR, Aristides Lobo insistiu com Prestes de que a Revolução de 1930 deveria demorar pelo menos seis meses para produzir algum resultado e que esse tempo poderia ser aproveitado para lançar uma nova Coluna pelo interior do Brasil. Prestes teria autorizado Lobo a ir a fronteira do Brasil com o Uruguai para avaliar a possibilidade de tal tentativa. Aristides Lobo, ao chegar em Santana do Livramento, impressionou-se com o controle ganho pela Aliança Liberal e desistiu da própria proposta, retornando a Montevideú⁷⁵⁴. Ao encontrar-se novamente com Prestes, Aristides Lobo percebeu que ele havia tomado lado do SSA-IC e, por isso, regressou ao Rio de Janeiro. Não demorou muito para que Prestes rompesse publicamente com Aristides Lobo.

Neste ponto é perceptível um ponto de inflexão decisivo para a elaboração da teoria da revolução brasileira nos dissidentes paulistas: suas análises e táticas próprias começam a convergir e fundamentar-se na teoria geral de revolução de Leon Trotsky, isto é, a teoria da revolução permanente. A teoria da revolução permanente não está explícita nos documentos de Plínio Mello acima analisados, mas na proposta da LAR já é evidente a perspectiva de romper com a tática da III Internacional de aliança operária e camponesa com perspectiva de uma ditadura democrática do operariado e do campesinato.

O cuidado de a LAR ser um organismo militar submetido ao PCB e não um partido dos camponeses ou da pequena-burguesia era justamente para evitar essa tática – sempre exemplificada na experiência do Kuomintang – e aproximá-la da proposta de Trotsky de que o proletariado, mesmo nos países coloniais e semicoloniais, deveria fazer a revolução não por meio de uma aliança com o campesinato, mas apenas com o apoio dele e, desta

⁷⁵³ Carta de Mário Pedrosa a Lívio Xavier. 8/12/30. Arquivo Lívio Barreto Xavier. Ms. FLBX. CEDEM/UNESP.

⁷⁵⁴ A respeito desse episódio, Prestes relatou mais tarde: “Devo aqui agregar que, uma vez iniciado no Brasil o movimento militar de outubro de 1930, inspirado pela Aliança Liberal, tratei de enviar imediatamente um amigo à fronteira brasileira-uruguaia, onde contava com numerosos partidários, inclusive nas unidades do Exército brasileiro, para verificar a possibilidade de organizar uma força armada independente que pudesse modificar o curso da luta popular que estava em desenvolvimento no país. Mas poucos dias depois, em 24 de outubro, com o levante dos generais no Rio de Janeiro, que depôs o presidente Washington Luís, cessou a luta armada. Subiu ao poder Getúlio Vargas em confabulação com os generais golpistas, assim como com o imperialismo norte-americano e inglês” (PRESTES, Luiz Carlos. *Como cheguei ao comunismo*. Cultura Vozes, nº 2. Mar-abr. 1998. P. 148). Esse amigo era Aristides Lobo.

revolução, deveria sair uma ditadura do proletariado que, mesmo tendo de realizar tarefas da revolução democrático-burguesa, teria de “transcrescer” a revolução para o socialismo.

A adesão dos dissidentes paulistanos ao trotskismo e, portanto, a uma teoria geral da revolução alternativa àquela da III Internacional não significava que toda a tarefa de elaboração própria havia sido suprimida. O *Esboço* de Mário Pedrosa e Lívio Xavier prova que a tarefa de analisar a formação econômico social do Brasil por uma perspectiva alternativa à do PCB estava em execução e fora feita de maneira original e particular pelos trotskistas brasileiros. Contudo, a perspectiva da estratégia e da tática da revolução brasileira para os dissidentes já estava definida: a revolução brasileira era de caráter proletário e socialista, sua força motriz era a classe operária urbana, organizada em seu partido de classe, apoiada nos trabalhadores do campo (jamais totalmente definidos pela LCI se “camponeses” ou não) e deveria dar a luz a um Estado proletário, uma ditadura do proletariado, que teria como tarefa a construção do socialismo e a exportação da revolução para o âmbito internacional.

6.3. Mário Pedrosa, Lívio Xavier e a estratégia e tática da revolução brasileira na Liga Comunista Internacionalista

Muito elogiado e estudado pela historiografia, o *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil* de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, texto que estavam planejando criar em resposta à *Agrarismo e Industrialismo* de Octávio Brandão, se tornou um marco no debate sobre a teoria da revolução brasileira e, provavelmente, a maior contribuição do trotskismo brasileiro para o assunto pelo menos durante a primeira metade do século XX. Marcos Del Roio referiu-se a ele como “a mais consistente reflexão do ponto de vista marxista sobre a formação social brasileira”⁷⁵⁵ e Pedro Roberto Ferreira o coloca em pé de igualdade com *Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Júnior e *A Caminho da Revolução Operária e Camponesa* de Leôncio Basbaum como uma das principais obras marxistas produzidas no Brasil na década de 1930⁷⁵⁶.

O objetivo de ser uma resposta ao livro de Brandão, visto por Pedrosa e Xavier como simplista e esquemático, possivelmente tenha colaborado para acentuar o caráter rico em determinações que o *Esboço* ganhou, procurando manter-se próximo ao marxismo clássico e fundamentando-se o máximo possível em *O Capital*, de Marx. Os

⁷⁵⁵ DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa (1928 – 1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. P. 171.

⁷⁵⁶ FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos Trotskistas. *Cadernos AEL* vol. 12, nº 22/23, 2005. P. 23.

autores jamais consideraram o texto de Brandão uma obra fundamentada na dialética marxista, de modo que cabia aos dissidentes realizarem essa tarefa. Além disso, entre o descarte e a crítica que a Internacional Comunista fez das teses de Octávio Brandão sobre a revolução brasileira e uma nova linha de acordo com as diretrizes do X Pleno da CE-IC, os trotskistas estavam convencidos de que o PCB não tinha um verdadeiro projeto de revolução para o Brasil, e na prática sequer eram leninistas ou organizados segundo o centralismo-democrático. Assim sendo, acreditavam que toda a obra revolucionária em termos de teoria e prática estava por fazer e se dispuseram a construir essa tarefa.

Para Pedrosa e Xavier, o modo de produção capitalista foi exportado das metrópoles para as colônias americanas. Aqui, o excesso de terras disponíveis possibilitou a apropriação privada pelos colonizadores, de modo que a burguesia da metrópole portuguesa teve de criar a dependência do trabalhador em relação ao capitalista por meios artificiais, isto é, pela apropriação da terra pelo Estado, convertendo-a em seguida em propriedade privada e, então, introduzindo a força de trabalho escravizada indígena e negra.

Assim, a acumulação primitiva de capital no Brasil teria se realizado por meio da “transformação da economia escravagista em salariado do campo” e o fornecimento de braços à grande cultura cafeeira por meio da imigração europeia. Seria o que Marx havia chamado de “uma simples troca de forma”, de maneira que o Brasil jamais teria sido “mais que uma vasta exploração agrícola”, uma exploração rural e colonial levada a cabo por fidalgos, aventureiros e comerciantes que “não tinham qualquer outra base a não ser o monopólio das terras”, criando uma “forma peculiar de feudalismo”. De tal sorte, Brasil não teria desenvolvido uma classe de pequenos proprietários para serem expropriados pelo desenvolvimento do capitalismo.

A classe dos pequenos proprietários, fator da pequena produção, geralmente anterior ao regime capitalista e cuja expropriação é um dos fatores determinantes deste, não pôde se desenvolver na formação econômica do Brasil. O Estado brasileiro se caracteriza sempre por rígido esquematismo de classe. A sociedade monárquica sustentava-se com a exploração do braço escravo por uma minoria de donos de terra e a monarquia vegetou dois terços de século em meio à turbulência dos vizinhos do continente, prolongando, através da passividade burocrática, a vida de um regime político já caduco. Trabalho escravo, *latifundium*, produção dirigida pelos senhores da terra com a sua clientela, burguesia urbana e uma camada insignificante de trabalhadores livres, tanto nas cidades quanto nos campos – tais foram as particularidades que marcaram com a sua chancela a formação econômica e política do Brasil na América Latina, onde, em geral, a ausência de uma agricultura organizada teve como consequência a luta pela terra contra o indígena e aluta contra o

monopólio do comércio detido pela coroa de Espanha. Nas colônias espanholas o colono vivia da criação de gado e do contrabando⁷⁵⁷.

Os autores encontram a raiz da burguesia brasileira no campo e não na cidade. O excedente gerado por uma economia agroexportadora é que teria permitido os primeiros investimentos de capital na empresa industrial urbana sem, contudo, modificar a estrutura de país de produção agrícola voltada para o mercado externo. Durante o século XVII o eixo da colonização portuguesa no Brasil teria sido o eixo Bahia-Pernambuco, que se sobressaiu sobre o eixo Rio-São Paulo como região produtora de açúcar por meio do braço escravizado. O centro de acumulação de capital teria brevemente se deslocado para Minas Gerais com a descoberta de ouro na região, mas com o esgotamento do mineral, sobressaiu-se o estado de São Paulo com a produção de café. Pedrosa e Xavier deixam claro que entendem o desenvolvimento da cultura cafeeira de São Paulo como uma empresa capitalista, estabelecendo um modelo de monocultura com amplo apoio do Estado por meio de benefícios e empréstimos com o exterior para investimento na cafeicultura.

A burguesia cafeeira de São Paulo teria sido a responsável pela Proclamação da República, impondo a própria hegemonia política à Federação. Os legisladores constituintes deram à República a forma federativa para operarem o desenvolvimento capitalista sem conflitos graves, pois as províncias estavam unidas por liames puramente políticos, sem compartilhar qualquer identidade cultural, social ou econômica. Tais diferenças entre os estados geravam as batalhas políticas que se manifestavam com agressividade nos períodos eleitorais e, assim, “o capitalismo brasileiro penetrou todo o Brasil, transformando as bases econômicas mais retardatárias”, pois “a medida que progride economicamente, o Brasil integra-se cada vez mais à economia mundial e entra na esfera da atração imperialista”⁷⁵⁸.

O crescimento industrial ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial teria complicado as relações de classes e os problemas decorrentes das disputas regionais, sobretudo em razão da necessidade cada vez mais evidente de se criar um mercado interno, pois sua instabilidade era o núcleo da instabilidade econômica e política do Brasil. Essa demanda trazia a necessidade de um governo centralizador, o que entrava em

⁷⁵⁷ PEDROSA, Mário; XAVIER, Lívio. *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*. In. ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. *Na Contracorrente da História (1930 – 1933)*. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 68 – 69.

⁷⁵⁸ PEDROSA, Mário; XAVIER, Lívio. *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*. In. ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. *Na Contracorrente da História (1930 – 1933)*. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 72.

contradição com a ação do imperialismo para impedir o desenvolvimento capitalista “normal” da economia brasileira. A dominação imperialista fazia da burguesia nacional brasileira uma classe débil, de modo que ela

[...] não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. Ela deve lutar meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo. Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e – em todos os planos a sua covardia. Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos⁷⁵⁹.

Assim sendo, ao contrário do que o PCB passou a propugnar a partir de 1937, para os dissidentes de São Paulo a burguesia nacional não tinha qualquer chance de ser um aliado do proletariado na revolução brasileira. Nessas condições, o Estado se fazia promotor do desenvolvimento industrial, “a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical”. No Brasil, essa tendência vinha desde o governo Epitácio Pessoa, de maneira que “Washington Luís, o presidente cujo mandato expirou a 15 de novembro de 1930 representa a hipertrofia do poder executivo, já separado dos interesses imediatos da fração da burguesia que o levou ao poder”⁷⁶⁰. Segundo essa análise, a fraqueza da burguesia nacional brasileira determinava o poder do Executivo de modo que todas as classes estariam subordinadas ao Executivo, aparecendo perante este como forças potencialmente subversivas.

Para Pedrosa e Xavier, a Revolução de 1930 expressava a contradição em que estaria envolvida a burguesia nacional, cindida em interesses internos regionais. O progresso econômico exigiria a centralização do Estado, mas a formação histórica dos estados exigia a forma federativa e, conforme o desenvolvimento econômico dos estados aumentava o poder das burguesias locais, elas exigiam também o aumento do seu poder nas decisões de Estado e acirrava a sua luta pela hegemonia do aparelho estatal. A luta fratricida no interior da burguesia nacional fazia com que o poder do Estado lhe escapasse, cedendo o controle político, na prática, para a ação imperialista.

Independente do resultado das disputas regionais, seu resultado seria no sentido de aumentar a exploração crescente das classes oprimidas e do achatamento sistemático das condições de vida do proletariado, de maneira que a tarefa mais urgente desta classe seria criar “um verdadeiro” partido comunista de massas, que seria a “salvaguarda da

⁷⁵⁹ Idem. P. 74.

⁷⁶⁰ Idem. P. 75.

unidade nacional mediante a fundação de um Estado Soviético, uma ditadura do proletariado”⁷⁶¹. Cabe salientar a palavra “verdadeiro” usada por Pedrosa e Xavier para se referir a construção de um partido comunista, pois ela indica que o verdadeiro organismo dirigente da classe operária ainda não estava presente no Brasil. Como já afirmou Pedro Roberto Ferreira, “a Liga [Comunista Internacionalista] jamais considerou o PCB como uma organização revolucionária leninista”⁷⁶².

O texto de Pedrosa e Xavier foi comentado na edição seguinte, de número sete, de *A Lucta de Classe* por alguém que assinou com as iniciais S.M. Este, além de tecer uma lista longa de adjetivos pejorativos contra o PCB e elogiar o texto a que se pretende comentar, fez um acréscimo sobre o campesinato brasileiro, ou se preferirmos, os trabalhadores rurais, definindo-os como uma classe que, por suas condições de trabalho e de vida, estaria entre o trabalhador assalariado e o trabalhador escravo, de forma alguma podendo se confundir com um pequeno proprietário⁷⁶³.

De toda maneira, o *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil* cumpre o papel de definir, ao menos em linhas gerais, um estudo ensaístico sobre a formação econômico-social brasileira que pudesse servir de substrato para uma teoria da revolução brasileira segundo a perspectiva dos trotskistas. Em consonância com tal projeto, é possível ver divergências de análise gritantes com as teses do PCB. Em todo o texto é muito claro a tese de que o Brasil já era um país capitalista e não semi-feudal, não existindo resquícios de feudalismo a serem extirpados pela revolução. Mesmo durante o período colonial e do Império, Pedrosa e Xavier tratam o modo de produção vigente no Brasil como um feudalismo particular e, afirmando que o capitalismo no Brasil foi importado diretamente da metrópole portuguesa, compreenderam a empresa da cafeicultura como empresa capitalista. Coerente com tal perspectiva, não falam em momento algum em “campesinato”, mas sempre em trabalhadores rurais assalariados.

A análise de Pedrosa e Xavier, portanto, coloca grande peso na inserção da colônia brasileira em um sistema internacional e ao papel que desempenha no mercado mundial e na divisão internacional do trabalho. Sua interpretação de desenvolvimento capitalista no Brasil está perpassada pela tese trotskista do “desenvolvimento desigual e combinado”, quer dizer, afirma que as formas econômicas desenvolvidas na metrópole

⁷⁶¹ Idem. P. 81 – 82.

⁷⁶² FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos Trotskistas (1930 – 1960). *Cadernos AEL*, vol 12, n 22/23, 2005. P. 18.

⁷⁶³ S.M. A situação brasileira e o trabalho para o seu esclarecimento. *A Lucta de Classes*. Nº 7. Rio de Janeiro, p. 5.

permitiram ao Brasil apropriar-se delas em um tempo histórico que não reproduziu a historicidade dos países europeus. Adianta, nesse sentido, as teses de Caio Prado Júnior e mesmo a tese de “economia complementar” de Fernando Novais, como Ferreira chamou atenção.

Também a análise da burguesia nacional, como uma classe dependente do Estado para desenvolver a indústria e prensada entre a dominação imperialista e o pavor da revolução proletária, tomando caráter visceralmente reacionário tira de perspectiva qualquer hipótese de aliança com o proletariado em favor de uma revolução democrática e anti-imperialista. Ao contrário, o final do texto deixa claro que, em consonância com o que defendia Leon Trotski em *Revolução Permanente*, Pedrosa e Xavier propunham que o caráter da revolução brasileira era socialista, sua força motriz era o proletariado que deveria apoiar-se simplesmente na própria organização, “arrastando” outras classes mais vacilantes como a pequena-burguesia a apoiá-lo. A revolução deveria dar luz a um “Estado Soviético”, uma ditadura do proletariado.

A teoria da revolução permanente defendia a tese básica de que nos países coloniais e semicoloniais o desenvolvimento capitalista apresentava uma historicidade própria, contrariando a lógica que Trotski e os trotskistas chamavam de “etapista”, que teria sua origem na teoria de revolução elaborada por Lênin, mas que a III Internacional reproduzia de maneira a-histórica. A revolução nesses países estava determinada pelo caráter mundial do capitalismo como totalidade contraditória. As nações, mesmo com baixas forças produtivas capitalistas, eram fragmentos integrados dialeticamente em um todo, o que significava que a existência do capitalismo desenvolvido em determinadas partes do mundo impedia o papel histórico autônomo das burguesias nacionais nos países menos desenvolvidos, mas por outro lado, permitiam uma mais rápida assimilação por estes das forças produtivas dos países desenvolvidos, viabilizando a revolução socialista⁷⁶⁴.

⁷⁶⁴ A LCI em sua I Conferência Nacional delibera como resolução sobre o caráter da revolução brasileira, sob o título de “revolução operária e camponesa ou revolução proletária?” uma citação direta de Leon Trotski: “O dever da Oposição de Esquerda é descobrir, desmascarar e condenar à vergonha eterna, na consciência da vanguarda proletária, a formula da “revolução operária e camponesa”, particular, diferente das revoluções burguesa e proletária. [...] Abre-se diante de vós uma perspectiva de luta pela ditadura do proletariado. Em nome dessa tarefa, deveis reunir em torno de vós a classe operária e chamar em auxílio dos operários os camponeses pobres. [...] Só a ditadura do proletariado pode derrotar a dominação da burguesia. Não existe e não pode existir nenhuma outra revolução, intermediária, “mais simples”, mais “econômica”, mais acessível as vossas forças”. Cf. Liga Comunista Internacionalista (LCI). Nossa Conferência Nacional. In Boletim da Oposição. São Paulo, 01/1932. P. 20 - 21.

Essa perspectiva nunca foi modificada ou abandonada pelos trotskistas brasileiros durante o período por nós abordado, mas foi mais bem explicitada em escritos posteriores ao *Esboço* de Pedrosa e Xavier e contou com uma série de campanhas táticas de conjuntura para tentar realizar-se. Entretanto, todas essas campanhas obedeciam a uma tática que era uma espécie de fio condutor das ações da LCI. Tratava-se da frente única proletária, que os trotskistas buscaram tornar realidade de diversas maneiras, mas que destacaremos três principais: a política sindical, a campanha pela Constituinte em 1932 e a política antifascista.

Uma vez que, para os trotskistas, não existia campesinato no Brasil - não existindo também choque de interesses entre cidade e campo - a pequena-burguesia era um aliado vacilante e a burguesia nacional não apresentava nenhuma potencialidade democrática ou anti-imperialista, só restava ao proletariado (urbano e rural) a própria organização, de maneira que, assim sendo, os sindicatos ganhavam papel central. A tática dos trotskistas brasileiros para o sindicato seguia premissas que foram defendidas já em 1928 pela Oposição Sindical, dirigida por Joaquim Barbosa e João Jorge da Costa Pimenta, no Rio de Janeiro. Propugnava que deveria existir uma rigorosa definição de objetivos que delimitassem a diferença da atuação dos comunistas nos sindicatos e no Partido, de maneira que os dois organismos de luta da classe trabalhadora não poderiam ser confundidos, erro típico dos anarquistas e que os comunistas estariam reproduzindo.

Entretanto, os trotskistas denunciavam que sob os comunistas esse erro assumia aspecto diferente, visto que enquanto os anarquistas queriam conferir ao sindicato um completo apoliticismo – o que seria impossível, diziam os trotskistas, pois os interesses econômicos dos trabalhadores também eram interesses políticos - os comunistas queriam submeter o sindicato ao Partido, fazendo uma política “lassaliana”⁷⁶⁵. Essa perspectiva fica evidente em texto que, começando com crítica ao anarquismo, ataca também a política sindical do PCB

O sindicato não deve, evidentemente, ser monopolizado por este ou aquele agrupamento ideológico, por este ou aquele partido político. Isso redundaria no erro contrário de desfigurar o [palavra ilegível] do sindicato. Este é uma organização de massas, destinada a defender os interesses econômicos dos trabalhadores, quaisquer que sejam suas ideias políticas ou religiosas ao passo que o Partido é uma organização de uma minoria ativa e disciplinada, de uma vanguarda política que, por definição, deve ser constituída dos elementos mais conscientes, mais abnegados e mais combativos da classe trabalhadora, capazes de educar as massas revolucionariamente. Dentro do sindicato, portanto, cabem todas as correntes ideológicas, se bem que nenhuma delas tenha o

⁷⁶⁵ Marx e a questão sindical. A Luta de Classes, nº 2. Rio de Janeiro, 06/1930. P. 2.

direito de desnaturar o seu caráter fundamental de organização de massa, para transformá-lo em “mero instrumento” deste ou daquele partido, em igreja desta ou daquela seita⁷⁶⁶.

A segunda premissa era a de que os sindicatos deveriam ser construídos “de baixo para cima”, quer dizer, o sindicato de cada categoria deveria ser fortalecido por meio de campanhas de filiação sindical e constante organização, para só então criar uma federação e, apenas quando as federações sindicais expressassem vitalidade e ligação orgânica e real com os sindicatos que dela fazem parte, se poderia concretizar o objetivo de fundar uma confederação sindical nacional. Essas duas propostas partiam das críticas de que o PCB confundia Partido e sindicato e criava federações (as Federações Sindicais Regionais) e uma confederação (a CGT) que não passavam de “carimbos”, pois não dispunham de real inserção na classe operária⁷⁶⁷.

Coerente com tais concepções, os trotskistas se negaram a construir a FSR-SP, juntamente com os comunistas de São Paulo. Em vez disso, optaram por participar da FOSP, pois seria nela que se encontravam os sindicatos com real aderência da classe operária paulistana. A LCI chegou e enviou ao PCB uma carta propondo uma “frente única sindical” para que o PCB participasse do Comitê Operário de Organização Sindical (COOS), que refundou a FOSP em 1930, em que entre as exigências estava a renúncia em fundar a FSR-SP e a participação nos sindicatos de categoria filiados à FOSP para conquistá-los para a CGT⁷⁶⁸. Para os trotskistas, a iniciativa dos comunistas de negarem-se a participar da reconstrução da FOSP e fundar uma federação sindical em paralelo era ação divisionista no movimento operário, de maneira que a linha correta seria participar da FOSP e disputá-la com os anarquistas e sua recusa teria possibilitado aos anarquistas reconquistar a hegemonia no movimento operário paulistano.

A LCI encarava sua adesão à FOSP como realização de uma política de frente única proletária, objetivando manter a unidade da classe trabalhadora. Porém, dentro da FOSP, os trotskistas desfraldaram uma luta de oposição à direção anarquista da federação, buscando convencer os operários e os sindicatos que dela faziam parte a abandoná-la e aderir à FSR-SP. A LCI organizou comissões de agitadores para visitar diariamente os

⁷⁶⁶ Apoliticismo sindical. A Luta de Classes, nº 7. Rio de Janeiro, 01/05/1931. P. 2 – 3.

⁷⁶⁷ É bastante comum na historiografia a reprodução das afirmações feitas pelos trotskistas de que os sindicatos da FSR-SP não tinham verdadeira adesão dos trabalhadores. Essa afirmação, muito provavelmente, era um dispositivo propagandístico para desqualificar o inimigo político e todos partidos e agrupamentos do movimento operário a vertiam uns contra os outros. O que de modo geral as pesquisas atuais parecem mostrar, é que comunistas, anarquistas, trotskistas, tenentistas etc tinham todos algum nível de inserção na classe trabalhadora paulistana, maior ou menos a depender da conjuntura analisada.

⁷⁶⁸ “À direção do Partido Comunista”, pela CE da LC. Luta de Classes nº 6. São Paulo, 6 de março de 1931. FLBX.

sindicatos que faziam parte da FOSP e tentar convencer seus secretários de que o anarquismo era um equívoco. Essas ações levaram ao aumento de conflitos entre trotskistas e anarquistas no interior da FOSP que resultou na expulsão dos trotskistas⁷⁶⁹.

Uma vez expulsos da FOSP, os trotskistas passaram a participar das reuniões da FSR-SP, mas Aristides Lobo, então secretário-geral da LCI, salientou que a atuação dos trotskistas dentro da federação sindical comunista deveria ser a mesma que a de um comunista em um parlamento burguês, ou seja, deveriam atuar para implodi-la por meio de um “programa de destruição”, questionando os fundamentos da própria existência da FSR-SP e denunciando que ela não passava de um blefe, que não buscava a unidade sindical mas era sim uma tática divisionista. Segundo Aristides Lobo seria necessário questionar

Com que direito uma das partes convoca uma conferência destinada a apagar uma divisão que ela mesma provocou? Trata-se, então, de convocar uma conferência visando à unidade dentro da FSR, isto é, à concordância tácita com os erros e crimes dos stalinistas. Mas, admitindo que os stalinistas conseguissem a unidade formal, isso não seria a unidade sindical, mas, na realidade, a unidade para o matadouro, isto é, a morte coletiva dos sindicatos⁷⁷⁰.

Em vez de prosseguir com uma federação sindical em separado, os trotskistas defenderiam no Congresso de Unidade Sindical promovido pela FSR-SP, em outubro de 1931, que ela propusesse à FOSP a criação de um Comitê de Unidade Sindical com representantes de ambas as federações e de sindicatos não coligados a nenhuma delas, pois só assim poderia existir uma verdadeira unidade sindical. Esse comitê de frente única proletária teria a tarefa de editar um boletim e chamar um novo Congresso de Unidade Sindical, com representantes de todas as correntes do movimento operário, mas principalmente comunistas, anarquistas e trotskistas. Não apenas o PCB recusou tal proposta, como o Congresso da FSR-SP foi dissolvido pela polícia. Expulsos da FOSP e sistematicamente combatidos pelo PCB, os trotskistas viram-se reduzidos em seu principal pilar tático de luta pela revolução à ação no sindicato dos gráficos, trabalhando para fortalecê-lo deste momento em diante.

Em sua I Conferência Nacional, em maio de 1933, a LCI fez um balanço negativo de sua participação nos sindicatos, tendo fracassado todas as suas tentativas de criar a frente única proletária. Para além das críticas de praxe e já aqui expostas aos comunistas

⁷⁶⁹ Cf. Ata do Plenário da FOSP. In RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos: Pesquisa Social (1922 – 1946)*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, s.d. p. 334 – 335.

⁷⁷⁰ LOBO, Aristides. *Carta de Antônio [pseudônimo de Aristides Lobo]*. São Paulo, 29/09/1931 (Prontuário nº 880, Federação Sindical Regional de São Paulo. DEOPS – APESP)

e anarquistas, os trotskistas buscaram debater como superar o isolamento em que haviam caído no movimento sindical e, nesse sentido, compareceu de maneira determinante a proposta de atuação nos sindicatos oficiais, isto é, ligados ao Ministério do Trabalho. Após calorosa discussão, a LCI resolveu pela participação, disputando os sindicatos oficiais, mas não entrou em detalhes de como isso seria feito. Foi apenas em reunião da CE da LCI, em início de 1934 que o problema ficou resolvido, optando pela tática de participar dos sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho, sem, contudo, abandonar a participação nos sindicatos independentes e nem deixar de fazer a propaganda e a defesa da autonomia sindical frente ao Estado.

A LCI entendia os sindicatos ministerializados como um artifício de conciliação de classes por parte do governo Vargas, destinado a ludibriar a organização dos trabalhadores e vinculá-los aos projetos de dominação burguesa por meio do Estado. Porém, o governo não estava tendo sucesso nesse objetivo, de modo que os sindicatos oficiais não teriam logrado amortecer o movimento operário, mas sim o potencializou e os conflitos de classe “tornaram-se mais extensos e mais profundos”

Sindicatos que nunca haviam existido, sequer antes da lei de sindicalização, em lugar de serem os instrumentos servis da vontade da burguesia dirigente, começaram a voltar-se contra ela. Não foram raros os casos em que, em vários pontos do país, as organizações operárias ministerializadas se insurgiam contra o “seu” Ministério, chegando mesmo, algumas, a devolver-lhes a carta de oficialização. Assim, o tiro saiu pela culatra. A lei de sindicalização foi se tornando aos poucos bem contra a vontade de seus idealizadores, bem contra seus planos e objetivos finais, em poderoso canalizador dos descontentamentos de classe⁷⁷¹.

Diante dessa conjuntura, a atuação nos sindicatos oficiais tornava-se propícia, ao mesmo passo que a sindicalização independente “ia ficando cada vez mais, condenada a não passar de um fantasma”⁷⁷², e assim

Quanto aos sindicatos independentes, que até aqui se vinham dando ao luxo de uma sindicalização livre, puramente formal, ou procuram, para continuar a existir, o balão de oxigênio da oficialização ou desaparecerá depois de uma lenta e quase imperceptível agonia, quando não continuam a viver apenas como expressão rotineira da teimosia de meia dúzia de fanáticos sem futuro⁷⁷³.

Com esse prognóstico, não demorou para os trotskistas encaminharem a oficialização da União dos Trabalhadores Gráficos, compreendendo que naquela

⁷⁷¹ O movimento operário no Brasil e suas perspectivas. *A Luta de Classes*, nº 20. Rio de Janeiro, 05/1934. P. 4.

⁷⁷² O movimento operário no Brasil e suas perspectivas. *A Luta de Classes*, nº 20. Rio de Janeiro, 05/1934. P. 4.

⁷⁷³ O movimento operário no Brasil e suas perspectivas. *A Luta de Classes*, nº 20. Rio de Janeiro, 05/1934. P. 4.

situação, a ação nos sindicatos oficiais era a melhor maneira de defender, inclusive, a autonomia sindical. Na mesma linha de ação, passaram a participar do sindicato legalizado de outras categorias de trabalhadores, buscando disputá-los. Isso não os impediu de continuar a defender uma frente única sindical com os sindicatos independentes (geralmente vinculados à FOSP) ou com a FSR-SP, mas continuaram com poucos resultados tanto nesse objetivo quanto no de conquistar a direção dos sindicatos oficiais.

O resumo essencial das atividades sindicais dos trotskistas, como pode ter ficado evidente em toda a exposição, era o combate ao PCB no interior dos sindicatos, o que Aristides Lobo chamava de “touradas” e criticava Plínio Mello por ter uma posição mais conciliatória com o Partido nesse sentido. Para Lobo, Plínio Mello era “o nosso camarada empata foda, a muralha de algodão que fica entre nós e nossos adversários, como um para-choque, um biombo”⁷⁷⁴

A política de frente única proletária defendida pela LCI pareceu conseguir maiores sucessos quando o PSB articulou juntamente ao PCB, no fim do ano de 1934, a Coligação dos Sindicatos Proletários (CSP), mas os conflitos intermináveis com o PCB fizeram mais essa tentativa praticamente infrutífera para os trotskistas. Logo a CSP transformou-se na Frente Única Sindical (FUS), sem a participação dos trotskistas, pois entre outras razões, essa frente sindical já era estruturada aos moldes da frente popular que os comunistas começavam a defender e que Trotsky e seus seguidores entendiam como puro oportunismo e capitulação perante a burguesia.

De derrota em derrota, a LCI revisou sua tática quanto aos sindicatos oficiais no início de 1935, avaliando que com a promulgação da Lei de Segurança Nacional, que continha o dispositivo de intervenção do governo nos sindicatos, caso estes estivessem cometendo crimes contra a ordem pública e social, a atuação nos sindicatos estava completamente impossibilitada e o desafio seria reestruturar a luta na clandestinidade, de maneira que o foco de atuação não seria mais os sindicatos, mas a criação e fortalecimento de comitês de fábrica, ou seja, organizações ilegais e secretas inseridas diretamente nos locais de trabalho e, assim, a LCI deu por encerrado sua política de frente única proletária no terreno sindical⁷⁷⁵.

⁷⁷⁴ LOBO, Aristides. *Carta para Lívio Xavier*. Bariri, 10/02/1932. (FLXB)

⁷⁷⁵ Cf. Lei Monstro. *A Luta de Classes*. São Paulo, 04/1935. P. 3.

A campanha pelos trotskistas em torno de uma frente única para a Constituinte começou em março de 1931, portanto, pouco tempo após a Revolução de 1930. Em linhas gerais, a posição da LCI era que uma república burguesa com uma Assembleia Constituinte era preferível a uma república burguesa sem uma assembleia, de modo que cabia ao partido do proletariado lutar e organizar a legítima representação de classe na Constituinte para conseguir o máximo possível a conquista de seus interesses na nova Constituição e deixá-la a menos reacionária possível. Seria necessário, portanto, criar uma campanha popular em torno da Constituinte, apresentando para as massas um programa que contemplasse os interesses do proletariado como classe independente.

Para que houvesse a garantia desses interesses, a LCI buscou elaborar uma proposta própria para a Constituinte. Reivindicava que a Assembleia Constituinte deveria ser convocada com participação de representantes operários, na base do voto secreto, direto, sem distinção de sexo e nacionalidade, a todas as pessoas maiores de dezoito anos. Nas palavras dos trotskistas

Nós queremos uma Constituinte que seja a representação legítima e direta de todo o povo espoliado, onde não haja restrição de voto para ninguém, onde o soldado, o marinheiro, o camponês, o operário, o trabalhador estrangeiro e as mulheres possam votar, uma constituinte na qual o próprio executivo fique subordinado⁷⁷⁶.

A LCI fez essa proposta para o PCB em mais de uma ocasião e aos anarquistas durante a III Conferência Operária de São Paulo, recebendo sempre proposta negativa. No caso do PCB, a LCI pretendia que esse encampasse a campanha em torno da palavra de ordem da Constituinte, de maneira que fizesse dela, a sua principal palavra de ordem do momento. O problema já havia sido colocado dessa maneira no nº 1 do *Boletim da Oposição*, em janeiro de 1931, em que se discutiu a pertinência da participação dos comunistas em uma Assembleia Constituinte por meio do caso chinês, no texto de Trotski intitulado *A Palavra de Ordem da Assembleia Constituinte na China* e a campanha da LCI em torno do tema apenas aprofundou-se até, pelo menos, 1933. Porém, o assunto ganhou maior profundidade em março de 1932, com a Conferência Nacional realizada pela organização, que elaborou um *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte*.

Seguindo esse documento, comparecem mais uma vez os elementos já apontados da estratégia e da tática da revolução brasileira para os dissidentes paulistanos, como o caráter socialista da revolução brasileira, com o proletariado como força motriz, devendo

⁷⁷⁶ A palavra de ordem da Constituinte. *A Lucta de Classes*, nº 6. Rio de Janeiro, 03/1931. P. 1.

organizar as massas por meio de sovietes e instaurar uma ditadura do proletariado. Todavia,

[...] enquanto a burguesia conservar o poder em suas mãos, o proletariado deverá recorrer a todas as formas da democracia burguesa, pois não só será esse o meio mais fácil de alcançar a destruição dos mesmos, como também a forma mais natural de conduzir as massas retardatárias, que ainda possuem ilusões democráticas, ao caminho da revolução proletária⁷⁷⁷.

Nesse sentido aparece a luta pela Assembleia Nacional Constituinte, de maneira que o proletariado deveria participar dela e “apresentar candidatos próprios, saídas de sua classe e sustentar um programa revolucionário, baseado numa política revolucionária independente”⁷⁷⁸. Os trotskistas buscavam basear toda a sua argumentação no convencimento que Lênin havia feito em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* para os comunistas participarem dos parlamentos burgueses, visando denunciar a farsa que era a democracia burguesa e destruí-la por dentro. Assim, a luta pela Constituinte aparecia como uma mediação tática, visando elevar a consciência de classe do proletariado, para realizar a revolução socialista. Ademais, a conquista da legalidade para os partidos e demais organizações do operariado era uma condição vantajosa a ser conquistada. As liberdades democráticas, nesse sentido, eram fundamentais para o movimento operário.

Como é amplamente conhecido, a palavra de ordem de Assembleia Constituinte foi o cavalo de batalha do Partido Democrático de São Paulo contra o governo dos interventores estaduais e transformou-se no artifício que justificou o início da chamada “Revolução” Constitucionalista. Tanto a oposição dos democráticos aos governos tenentistas quanto a revolta paulista de 1932 foram desde o começo compreendidas pela esquerda brasileira como uma tentativa de golpe de estado por parte dos fazendeiros e burgueses paulistas para retomar o controle do Estado, perdido com a Revolução de 1930, de maneira que isso levantou rapidamente a acusação, por parte dos comunistas, de que os trotskistas estavam fazendo o jogo da burguesia e, principalmente, da oligarquia do café de São Paulo.

Essa contradição não passou despercebida pelos membros da Liga, que presenciou, por isso, uma boa quantidade de debates internos. Os trotskistas viam na palavra de ordem da Constituinte uma luta justa e popular, mas que por atraso do PCB em adotá-la e fazer campanha nos meios operários, a burguesia teria tomado a dianteira

⁷⁷⁷ Projeto de Teses sobre a Assembleia Constituinte. *Boletim da Oposição*, nº 4. São Paulo, 05/1932. P. 3.

⁷⁷⁸ Projeto de Teses sobre a Assembleia Constituinte. *Boletim da Oposição*, nº 4. São Paulo, 05/1932. P. 3.

e capitaneado a luta. Plínio Mello teria sido o primeiro a preocupar-se com a defesa feita pela LCI da mesma palavra de ordem que o Partido Democrático de São Paulo, propondo que ela fosse modificada para a de “Assembleia Constituinte Revolucionária”⁷⁷⁹. Plínio, porém, recebeu dura crítica de Aristides Lobo, argumentando que

Nenhuma Constituinte verdadeiramente democrática pode ser convocada senão depois que o proletariado tenha o poder em suas mãos, mas, então, a Constituinte será um organismo inútil, pois existirão os sovietes como forma de governo da maioria esmagadora da população⁷⁸⁰.

A posição de Aristides Lobo saiu vencedora na Conferência Nacional da LCI, de maneira que a defesa seria por uma Constituinte que assegurasse, no interior da democracia burguesa, liberdade de expressão e associação ao proletariado, mas inseria também reivindicações mais avançadas, como por exemplo, a revogação da lei de sindicalização e substituição do Exército Regular pelo “povo em armas”, ou seja, uma milícia composta por todos os cidadãos válidos entre 16 e 60 anos, exercendo rotativamente a função de miliciano. Para tanto, a LCI propugnava que o PCB realizasse a campanha pela Assembleia Constituinte, convidando-o mais uma vez para formar com eles um “Comitê Intersindical”, abarcando todas as organizações sindicais. Sabendo que o CC do PCB jamais aprovaria tal proposta, a LCI chamava os militantes de base do Partido a preparar um Congresso de Unificação Comunista passando ao largo da vontade e das palavras de ordem de sua direção partidária.

A LCI sofreu violenta repressão policial durante a mazorca de 1932, de forma que quase todos os seus integrantes foram presos. Saídos da cadeia e conseguindo se organizar, avaliaram a revolta como uma farsa em que os chefes civis e militares renderam-se e passaram a integrar o governo de seus inimigos da véspera, deixando abandonados os soldados estropiados que levaram para o campo de batalha. A violência da revolta da oligarquia paulista em 1932 foi denunciada por panfleto da liga escrito por Mário Pedrosa, intitulado *O que era proibido dizer*.

A proposta dos dissidentes paulistanos de frente única em torno da Assembleia Constituinte só foi concretizar-se em 1934, com a formação da frente eleitoral com o PSB, intitulada Coligação Proletária (CP). A LCI publicou um programa mínimo a ser defendido pela CP, com quarenta em duas reivindicações, que ia desde reivindicações democráticas, como o direito universal ao voto e a elegibilidade de qualquer eleitor sem restrições, a demandas trabalhistas. Mas também nessa iniciativa os resultados foram

⁷⁷⁹ Informe reservado, datado de 23/2/32. Prontuário da LCI n.º 4.143, v. 2, doc. 63, f. 122. DEOPS/SP.

⁷⁸⁰ LOBO, Aristides. Carta para a Liga Comunista. São Paulo, 8/11/31. (FLBX)

parcos, visto que não conseguiu eleger ninguém e, em breve, a aliança com os socialistas iria minguar com a aproximação destes com o PCB para formar a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

O melhor resultado da tática de frente única proletária dos dissidentes paulistanos parece ter sido a FUA, apesar de todas as limitações e problemas que ela contou em sua história. A perspectiva da FUA era, claramente, a do antifascismo trotskista, que se apresentava como uma contraposição as posições da III Internacional de luta contra a guerra. Os trotskistas viam no fascismo a principal arma da burguesia para dissolver completamente o movimento operário organizado, de maneira que ele se tornava o inimigo principal, fazendo necessário uma aliança, mesmo de cúpula, com os social-democratas. As concepções dos trotskistas brasileiros sobre a luta antifascistas estão presentes nos editoriais de *O Homem Livre*.

O primeiro editorial de *O Homem Livre* fez análise do fascismo como uma reação ao movimento revolucionário que teria avançado na Europa e demais países do globo a partir da Revolução Russa. O fascismo seria uma espécie de medida desesperada da burguesia em um contexto de crescente força do movimento operário.

Para os trotskistas, “na época em que todas as premissas para o advento de uma forma mais alta de democracia se apresenta, a reação fascista faz sua aparição sobre o mundo”, de tal maneira a cumprir a missão histórica de dividir a organização das classes subalternas por meio da demagogia, iludindo as massas de classe média, afastando-as da classe trabalhadora no intuito de jogá-las no sentido de uma política de liquidação do movimento operário. *O Homem Livre*, sem citar diretamente a Internacional Comunista e sua política de luta contra a guerra imperialista e o fascismo visando a defesa da União Soviética, contrapõe-se a ela por meio da afirmação de que “é contra o fascismo, cuja ideologia medieval hoje se apresenta com feições internacionalizantes, que é preciso lutar”⁷⁸¹.

A resposta da LCI à política do PCB contra o fascismo era, portanto, de que o fascismo era um fenômeno particular, em separado da guerra imperialista e, era o inimigo principal, significando dizer, um perigo mais grave do que uma possível guerra dos países imperialistas contra a União Soviética. Sem dúvida, uma decorrência da crítica de Trotsky

⁷⁸¹ Contra o Fascismo. *O Homem Livre*. São Paulo, 27/05/1933. P. 1.

de que o movimento comunista não deveria ser um defensor e reproduzidor da política diplomática soviética.

O fascismo, para os trotskistas, era uma resposta da burguesia em decadência contra o avanço da organização das massas proletárias e da revolução, contrastando também com a definição que logo daria Dimitrov de “ditadura terrorista dos elementos mais reacionários da burguesia financeira”. Mesmo o modelo de frente única, preconizado pelo trotskismo se diferenciava substancialmente da política de frente popular, pois não via qualquer possibilidade de união com setores da burguesia e das classes médias. Era uma frente proletária, uma coalizão de organizações do proletariado, o que ficava evidente nos estatutos da FUA que definia que não era possível a adesão de membros individuais, como era permitido no Comitê Antiguerreiro e na ANL, mas apenas coletivos⁷⁸².

Apesar de tudo, a publicação de *O Homem Livre* foi a principal atividade da FUA, que além de alguns comícios e ações de boicote e combate ao integralismo, teve uma existência inconstante, marcada por longos períodos de marasmo e inatividade por parte de seus componentes não-trotskistas. Mesmo a Batalha da Praça da Sé, genericamente atribuída à FUA como principal organizadora, não é assim apresentada pela maioria de seus contemporâneos – tal como já explicitamos anteriormente nesta tese - de maneira que podemos concluir que mesmo na sua tentativa mais bem sucedida, a proposta de frente única proletária dos dissidentes paulistanos teve resultados limitados.

Diferentemente de como parte de bibliografia apresenta, os trotskistas jamais encararam a Aliança Nacional Libertadora como uma continuação ou tendo qualquer nível de parentesco com a Frente Única Antifascista. Ao contrário, Fúlvio Abramo deixa evidente que para eles a ANL foi “a sua antítese e a sua, e também própria, malfadada coveira”⁷⁸³, deixando transparecer algum ressentimento, possivelmente pelo fato de que a ANL retirou da FUA qualquer razão de existência, firmando com as mesmas forças políticas que faziam parte dela, ou seja, os socialistas e democratas, um modelo pujante e eficiente de política frentista de massas.

De tal sorte, os trotskistas, desde o início, foram contra a ANL, denunciando-a como uma farsa desde o seu surgimento. Para eles, o imperialismo, como fase superior

⁷⁸² Nas bases para adesão à FUA, constava “sob a denominação de Frente Única Antifascista, coligam-se em São Paulo, sem distinção de credos políticos ou filosóficos, todas as *organizações* [grifo nosso] antifascistas [...]”. Cf. Frente Única Antifascista. *O Homem Livre*. São Paulo, 08/07/1933. P. 8.

⁷⁸³ ABRAMO, Fúlvio. *A Revoadá dos Galinhas Verdes: Uma história da Luta contra o Fascismo no Brasil*. São Paulo: Veneta, 2014. P. 18.

do capitalismo, não poderia ser combatido como um fenômeno particular, mas apenas na forma de uma luta contra o capitalismo em geral, de modo que necessariamente toda luta anti-imperialista que se definia pela

expulsão da influência do capital estrangeiro no território nacional pelo não pagamento das dívidas e pela expropriação das empresas estrangeiras é uma utopia reacionária, contrária ao caráter internacional da economia capitalista e à realidade econômica que liga indissolivelmente capitalismo e imperialismo como fenômenos inseparáveis⁷⁸⁴.

Essa proposição é uma decorrência lógica da tese trotskista de que o caráter da revolução nos países coloniais e semicoloniais era socialista, sem estágios intermediários, cuja força motriz era o proletariado organizado como classe, não aliado com outras classes e em hipótese alguma com a burguesia nacional, mas “arrastando” para a sua luta as classes subalternas como um todo. O imperialismo só poderia ser extinguido com a socialização da propriedade privada dos meios de produção e permitir a existência de uma burguesia nacional apenas iria “favorecer uma potência, em detrimento de outras” e por esse caminho a ANL nunca seria mais do que a repetição da experiência do Kuomintang chinês, levando ao fracasso e a desmoralização das organizações operárias que aderiram à política de frente popular. Não entravam no mérito, portanto, do caráter do Estado que iria gerir esse capitalismo monopolista de Estado e impossibilitavam qualquer política frentista que visasse elementos não-proletários. Era fazer tabula rasa da situação dos países coloniais e semi-coloniais em prol de uma abstração de consequências práticas estéreis.

Para os trotskistas, a Aliança Nacional Libertadora fazia o jogo da burguesia, uma vez que poupava a burguesia nacional da expropriação dos meios de produção. Por isso alguns burgueses aderiam a ela, pois ia de encontro com seus interesses, oferecendo ao proletariado apenas a tapeação. E se, por acaso, ela passasse a defender os interesses do proletariado, “ela será tratada pela burguesia de uma maneira completamente diferente: será jogada na ilegalidade, suas manifestações terminarão em massacre e irá para a lista dos fracassos”.

O apoio que o PCB dava à ANL, diziam os dissidentes de São Paulo, era um erro, pois acreditar que poderia atrair a burguesia nacional para uma política de massas em torno de um programa, para depois passar para outra etapa da luta, seria “subestimar a importância da direção revolucionária e o papel da organização de vanguarda”. Em outras

⁷⁸⁴ A Luta contra o Imperialismo. *A Luta de Classes*, nº 22. São Paulo, 04/1935. P. 2.

palavras, na luta revolucionária brasileira o partido comunista de vanguarda era ferramenta suficiente, sendo dispensável a política de frente popular. Ou ainda,

Só um partido com bases ideológicas claras, seguindo uma linha política justa, não tendo, em nenhuma hipótese, interesses diferentes dos da classe operária e se compondo da parte mais consciente, mais ativa e mais brava do proletariado mundial, constituindo assim a vanguarda de todos os trabalhadores de todas as partes do mundo, poderá resistir à luta contra a burguesia e levar o proletariado ao poder – único caminho para a sociedade sem classes e sem exploração⁷⁸⁵.

A análise mais completa que a LCI fez da ANL compareceu no texto intitulado *A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário*, em que mais uma vez se estabeleceu a analogia da ANL com o Kuomintang ao dizer que “a ANL é uma invenção artificial de Kuomintang”, mas que vai além ao afirmar que ela teria nascido “não da própria necessidade da burguesia nacional em arrastar a massa a uma luta contra o imperialismo e o capitalismo estrangeiro, mas dos erros e fracassos da política do próprio partido que se diz representante do proletariado”⁷⁸⁶.

A incapacidade do PCB dirigir uma política de massas o teria levado a capitular perante a ideologia da pequena-burguesia, acreditando, iludido pelas próprias derrotas, que o proletariado seria incapaz de guiar-se pelos seus próprios interesses imediatos e revolucionários. O PCB teria concluído, por meio desse processo, que “a força motriz principal da revolução já não é o proletariado, mas a pequena-burguesia” e, com isso, recuava para a “penumbra” e deixava a ANL passar para o primeiro plano da luta política, de tal modo que “o instrumento principal da revolução [...] não é mais o partido da vanguarda proletária [...] mas um movimento de pequeno-burgueses pela libertação nacional do Brasil, isto é, pela burguesia nacional”⁷⁸⁷.

Os dissidentes paulistanos tinham um entendimento antagônico ao do PCB do que seria uma política de “frente”, tal como seria possível verificar pela experiência da FUA. Para eles, uma “frente” só poderia ser de organizações, não podendo receber adesões individuais, pois “frente única de indivíduos [...] só pode significar uma coisa: é que se trata na realidade de um partido”, visto que é em partidos que se organizam indivíduos em torno de um mesmo objetivo político. A ANL, para a LCI, era um partido e não uma frente. Enquanto o PCB era apresentado nesse texto como representante das “camadas pequeno-burguesas mais oprimidas e do proletariado qualificado, privilegiado, que se liga

⁷⁸⁵ Porque a LCI não apoia a Aliança Nacional Libertadora. *A Luta de Classe*, nº 23. São Paulo, 05/1935. P. 4.

⁷⁸⁶ A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário. *A Luta de Classe*, nº 25. Juiz de Fora, 25/06/1935. P. 1.

⁷⁸⁷ A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário. *A Luta de Classe*, nº 25. Juiz de Fora, 25/06/1935. P. 2.

à pequena burguesia”, a ANL, por sua vez, seria uma espécie de partido policlassista, uma “organização política que pretende representar e encerrar em seu seio várias classes sociais”, ou ainda, um “bipartido”, tal como era o Kuomintang⁷⁸⁸.

Devido a sua composição policlassista, a ANL apresentava uma “babel ideológica”, contendo uma “direita” constituída por latifundiários e burgueses como João Mangabeira, Pedro Ernesto, Caio Prado Júnior e Roberto Sisson; um centro formado pelos tenentistas e pelos sindicalistas amarelos, a exemplo de Hercolino Cascardo e Armando Laydner e, por fim, uma esquerda que se encarnava nas figuras de Luiz Carlos Prestes e o PCB. O programa da ANL, tão propalado pelos aliancistas, não passaria de “abjeto pirão ideológico” com “pitadas de marxismo para dar um sabor mais picante ao seu nacionalismo patrioteiro”. O papel da LCI, nessa conjuntura, era promover um “saneamento ideológico” e reagrupar o proletariado em torno da fundação de um novo partido, de fato, marxista e leninista.

O partido revolucionário, o nosso partido bolchevique-leninista, não pode surgir do simples reconhecimento abstrato de um determinado número de princípios e ideias. Ele tem que surgir como uma expressão profunda das necessidades históricas do proletariado. Deve ser o resultado das lutas atuais das massas, da experiência que elas vão adquirindo sob a atual direção da pequena-burguesia aliancista, dos cavaleiros da esperança, dos tenentes salvadores & Cia⁷⁸⁹.

Reafirmando suas posições, os trotskistas voltam a desferir suas críticas contra a ANL e o PCB na ocasião do fechamento jurídico da primeira e proclamaram que a ANL encontraria seu fim, pois não poderia viver na ilegalidade, pois sua organização frouxa e sua composição social heterogênea impossibilitava a ação de uma direção disciplinada capaz de manter viva uma organização na luta clandestina. No mesmo sentido foi executada a análise sobre o malogrado levante nacional libertador de novembro de 1935.

O aliancismo stalinista com seu “Führer” Luiz Carlos Prestes à frente, acabou tentando um “putsch” militar na impossibilidade de arrastar a massa à revolução. Desta forma o sórdido oportunismo ideológico em que caíram os stalinistas foi coroado pelo aventureirismo golpista mais descabelado⁷⁹⁰.

Assim, a derrota do levante de novembro era, na visão da LCI, o resultado natural do equívoco político, ideológico e social que era a experiência da ANL, deixando como saldo final a oportunidade do governo de Getúlio Vargas instaurar o Estado de sítio,

⁷⁸⁸ A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário. *A Luta de Classe*, nº 25. Juiz de Fora, 25/06/1935. P. 1.

⁷⁸⁹ A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário. *A Luta de Classe*, nº 25. Juiz de Fora, 25/06/1935. P. 2.

⁷⁹⁰ O Desastre de Novembro e o naufrágio do prestismo e do stalinismo. *A Luta de Classes*. n 28. 04/1936. P. 1

suspender as liberdades constitucionais, e iniciar violenta campanha de repressão contra o movimento operário.

A perspectiva de refundação de um partido comunista realmente revolucionário – segundo a concepção dos próprios trotskistas⁷⁹¹ – continuou sendo o único caminho possível para a revolução brasileira na teoria dos dissidentes de São Paulo, independente dos reveses que a conjuntura política brasileira e internacional tomou nos anos seguintes. Aqui, cabe um parêntese para considerar que o instrumento por excelência da revolução, o partido revolucionário, estava longe de ser a mesma coisa para os comunistas da III Internacional e os trotskistas. O núcleo da divergência estava no grau de centralismo e o caráter da disciplina partidária. Enquanto os comunistas defendiam um Partido absolutamente centralizado e disciplinado, pois isso seria a exigência das lutas de classes na era do imperialismo, os trotskistas defendiam a liberdade de fração, pelo menos nas vésperas de Congressos, tal como consta nos estatutos da LCI, em consonância com os estatutos da OIC. Além disso, durante todo o período que Trotsky defendeu que seria possível “restaurar” os partidos comunistas, essa defesa estava fundamentada num suposto “direito de insurreição” contra a direção partidária⁷⁹². Por essa razão, Aristides Lobo disse a Edgard Carone que em 1930 não houve cisão no PCB, mas sim “um movimento de rebeldia”⁷⁹³.

Deixando de aceitar a disciplina partidária, tomando a direção dos partidos comunistas como corrompida e ilegítima, os trotskistas agiam buscando recrutar operários dentro e fora dos partidos comunistas e, por meio deles, fazer a luta interna. Em Boletim interno, eram dadas orientações aos membros da LCI sobre como agir dentro do PCB. Uma vez que a LCI recrutava um operário, seja cooptando um recrutamento do

⁷⁹¹ Em número posterior de *A Luta de Classe*, o POL definiu o PCB de 1937 como “um grupo de republicanos [...] que choram o passado e fazem a campanha do ferro e do petróleo” (O Bonapartismo procura uma base de massa. *A Luta de Classe*, nº 35. Belo Horizonte, 25/12/1937. P. 1)

⁷⁹² A origem do “direito de insurreição” contra as direções partidárias remonta a um texto publicado por Trotsky no *Pravda* em setembro de 1927. Nesse texto, Trotsky afirmava que o Politburo do PCUS estava despreparado para defender a URSS de uma possível guerra. Falando em “objetivos insurrecionais”, ele declarou que a finalidade da Oposição era substituir a direção do Partido para melhor defender a URSS. O texto ficou conhecido como Declaração de Clemenceau, pois Trotsky comparava Stálin ao presidente francês Viviani no início da Primeira Guerra Mundial. Viviani, por ser inepto, não podia desempenhar um verdadeiro papel de executor dos interesses da burguesia imperialista francesa. Clemenceau, por sua vez, iniciou uma política de oposição e substituiu Viviani, estando de fato preparado para executar a ferocidade imperialista. Trotsky, acreditando ser um verdadeiro representante do proletariado, achava que apenas ele poderia garantir a defesa da URSS em uma eventual guerra. O PCUS interpretou essa declaração como uma convocação de golpe interno contra a direção do Partido por parte da Oposição Unificada e de golpe de Estado contra o governo soviético (Cf. TROTSKY, Leon. *The Clemenceau Thesis and the Party Regime*. Disponível em: [Leon Trotsky: The "Clemenceau Thesis" and the Party Regime \(1927\)](#). Acesso em 20/01/2025; Cf. DEUTSCHER, Isaac. *Troski: O Profeta Desarmado (1921 – 1929)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. P. 360 – 370).

⁷⁹³ LOBO, Aristides. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 1976. P. 5.

PCB ou fazendo isso por conta própria, inseria-o nas fileiras do Partido e, então, ele teria a tarefa de manifestar cuidadosamente os pontos de vista da Liga nas reuniões de célula, evitando atrito com os “burocratas”, deixando de opinar em questões mais gerais e defendendo os pontos de vista da Liga nos temas mais importantes: o caráter proletário da revolução brasileira, o internacionalismo revolucionário etc. A conversão dos demais militantes deveria dar-se pelo convencimento e esperava-se que o aumento das adesões e a subida dos trotskistas aos cargos de direção – evidentemente sem se declararem abertamente trotskistas – possibilitaria que a direção partidária fosse conquistada em algum momento⁷⁹⁴.

Os trotskistas continuaram com essa tática, posteriormente chamada de “entrismo”, até o momento de decisão pela fundação da IV Internacional, quando passaram a formar partidos à parte, mas como ponderou Ferreira, “levar o bolchevismo para dentro do PCB, passou a ser a tarefa que sintetizaria as ambições políticas dos trotskistas no transcurso de mais de duas décadas”⁷⁹⁵. De toda maneira, enquanto Trotsky esteve convencido de que era possível disputar os Partidos Comunistas e conquistar suas direções, as “frações” trotskistas agiram como uma espécie de partido para disputar internamente os partidos comunistas. Ainda que se afirmassem como “frações” no modelo das que existiam nos partidos social democratas da II Internacional, como já notara Carlos Batista Prado, a LCI era desde o início um partido independente, visto que “na prática acabava agindo como uma organização independente”, pois os trotskistas tinham em todos os assuntos “sua própria interpretação, linha tática e teórica”, bem como a disciplina de seus militantes respondia aos estatutos e princípios da Oposição de Esquerda e não do PCB e da IC, fazendo uso de direção partidária próprias e aparelho partidário próprio, de modo que “o caráter de fração da LC estava imerso em contradições”⁷⁹⁶.

Os trotskistas, a partir de 1937 organizados no POL, não mais na LCI, colocaram-se, como já o faziam mesmo antes, contra a definição do PCB da burguesia nacional como força motriz da revolução brasileira, contra a campanha eleitoral que o Partido fez para José Américo (que para o POL, era o candidato getulista, representante dos grandes latifundiários), mas sem se aliar a Salles de Oliveira, lançando a candidatura (simbólica?)

⁷⁹⁴ Projeto de Teses sobre as relações entre partido e fração. Boletim de Discussão, nº 3. 06/1932. P. 5. Prontuário Mário Pedrosa n.º 2030. DEOPS/SP. APESP – DEOPS.

⁷⁹⁵ FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos Trotskistas. *Cadernos AEL* vol. 12, nº 22/23, 2005. P. 22.

⁷⁹⁶ PRADO, C.B. *Partidos e Sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922 – 1936)*. Tese de doutorado apresentada a UFF. Rio de Janeiro, 2019. P. 268.

de Luiz Carlos Prestes, que estava preso, às eleições de 1937. Por ocasião do golpe de estado de novembro deste mesmo ano, o POL denunciou-o como um “golpe bonapartista” e tomou a seguinte resolução:

É preciso, portanto, preparar desde já a luta contra o regime de Getúlio & Cia. Mas para isso é preciso exterminar implacavelmente todas as agências da burguesia e toda ideologia pequeno-burguesa no seio do proletariado. É preciso, antes de tudo, criar o instrumento de luta – o partido do proletariado, a vanguarda consciente das massas trabalhadoras. É necessário ver claro. É indispensável exterminar pela raiz todo confucionismo e toda a podridão que o stalinismo introduziu no movimento proletário. É preciso mostrar as massas um programa claro, indicando o caminho certo e leva-las à única saída – a luta revolucionária pela transformação do regime capitalista em regime socialista, através da ditadura do proletariado. Na época da crise geral do capitalismo e da revolução proletária, a burguesia é incapaz de defender a democracia mesmo burguesa. Só há uma alternativa – ou fascismo ou comunismo⁷⁹⁷.

Basicamente reafirmando o que sempre disseram, os trotskistas definiam que apenas ao proletariado interessava a democracia, uma vez que ela era necessária para existir direito de greve, liberdade de reunião, organização e imprensa, de modo que esses direitos deveriam ser conquistados no percurso da luta revolucionária. Dessa forma, a vitória sobre o governo de Getúlio Vargas não deveria ser por outra maneira que não a insurreição das massas trabalhadoras, “arrastando” as camadas não proletárias, instaurando a ditadura do proletariado e realizando o socialismo. Porém, como já evidenciado acima, tudo isso só seria possível depois de “forjar a luta implacável contra o stalinismo”⁷⁹⁸. Dessa maneira, os trotskistas, tão críticos ao “etapismo” e à “revolução em retalhos”, acabaram por defender o seu próprio etapismo, em que a primeira etapa da revolução seria derrotar o PCB, que no final das contas, era e sempre fora na prática o inimigo principal a ser combatido por aqueles que um dia foram o “grupo de São Paulo”.

6.4. Novo Grupo e Nova Cisão de São Paulo

A cisão de 1938, que por muito tempo foi pouco analisada pela historiografia, aconteceu entre dois momentos de refluxo da história do Partido: a derrota da revolta de 1935 e a prisão do CC em 1940. No centro da cisão, estava a discussão sobre a estratégia e tática da revolução brasileira: quais as forças motrizes da revolução, as alianças de classe a fazer, o papel da URSS como farol mundial da revolução, a IC como partido mundial dos comunistas etc. Ocorrida depois de um desligamento de cerca de um ano na comunicação entre o CR-SP e a direção nacional do PCB dispersa e acossada pela perseguição do governo varguista, os primeiros indícios de uma luta interna que tomaria

⁷⁹⁷ O Golpe de Estado Bonapartista. *A Luta de Classe*, nº 34. Belo Horizonte, 10/12/1937. P. 6.

⁷⁹⁸ O Golpe de Estado Bonapartista. *A Luta de Classe*, nº 34. Belo Horizonte, 10/12/1937. P. 6.

grandes proporções foi a conservação, em São Paulo, da política de frente popular da III Internacional despida dos aspectos insurreccionais que o Comitê Central do PCB lhe atribuía.

Documento sintomático nesse sentido é de autoria de Hermínio Sacchetta, *Problemas de Organização*, que foi escrito em fevereiro de 1936 e veio a público em abril do mesmo ano. O escrito defendia o aprofundamento da orientação de frente única para as organizações de massas, discutia a estrutura organizativa do PCB e a atuação dos comunistas nos sindicatos. Os comunistas deveriam servir-se das reivindicações por maiores salários e contra os impostos para ampliar sua influência. As lutas econômicas, dizia Sacchetta, ao surgir, rompem com o Estado de Guerra e se colocam contra o governo ao se contrapor à política dos impostos, estimula e anima os trabalhadores para novas batalhas e revitaliza as organizações, retirando-as da paralisia. Por fim, elas ajudariam a debilitar o governo, aprofundando sua crise.

O texto de Sacchetta continua a política de frente popular construída pelos comunistas em São Paulo durante o ano de 1935, passando ao largo da linha insurreccional. Enquanto os textos do BP do PCB apresentavam o Brasil em uma crise revolucionária, o texto do CR-SP via elementos de descontentamento econômico que poderiam evoluir para uma crise política e só depois para uma crise revolucionária. Contudo, não deixava de levantar as palavras de ordem de Governo Popular Nacional Revolucionário⁷⁹⁹.

A diferenciação de linha política é novamente sentida em circular da Comissão Regional de Agitação e Propaganda do CR-SP dirigida exclusivamente aos militantes do partido, datada de 1 de abril de 1936 e cujo objetivo era preparar o 1º de maio. Na circular, o estado de guerra era uma resposta do governo Vargas contra a mobilização popular e um resultado das contradições interimperialistas para garantir exclusividade no mercado brasileiro e ponto estratégico em razão do novo conflito mundial que se avizinhava. O 1º de maio devia trazer como palavra de ordem o fim do estado de guerra, pelo direito de reunião e manifestação, aumento dos salários e ordenados, contra o aumento dos impostos e contra o integralismo, tudo isso numa “frente única, sem nenhum sectarismo, procurando agrupar as mais vastas camadas da população”, buscando ampliar as alianças e trazer o maior número de pessoas possível para a campanha. Para tanto, seria preciso formar uma frente única “indistintamente” de “todos que amam o Brasil”, independente de ideologias, mas que estivessem contra o governo de Vargas. O PCB chamava todos a

⁷⁹⁹ SACCHETTA, Hermínio. *Problemas de Organização*. São Paulo, 1936. CEMAP.

se organizarem pelas palavras de ordem de “suspensão imediata de todas as medidas de exceção e a libertação de Prestes e demais presos políticos”. Por fim, a circular orientava que os comunistas criassem “Comitês pró-primeiro de maio”, que deveriam apresentar reivindicações aos patrões, com prazo para resolução. Se até o Dia do Trabalhador as reivindicações não fossem satisfeitas, dever-se-ia desencadear lutas por sua conquista⁸⁰⁰.

Mais uma vez, manifesta-se a perspectiva de construção de um movimento de massas de prazo mais ou menos indeterminado, que deveria ser uma frente de oposição à Getúlio Vargas, de modo que a tomada do poder pelas armas ficava em um futuro indefinido, a depender do desenvolvimento da conjuntura e do amadurecimento das forças populares. Recusando a via insurrecional, o CR-SP manteve-se nessa linha “independente” em relação ao CC por todo o ano de 1936, quando as ligações foram reestabelecidas.

A partir desse momento a situação agrava-se, pois os comunistas receberam as diretrizes que vieram da Internacional Comunista que incluíam a definição da “burguesia nacional” como força motriz da revolução brasileira e sua consequente política de apoio e alianças com setores da sociedade que eles estavam acostumados a entender como inimigos de classe, causando choque pela discrepância com a concepção tática anterior e tanto mais pela forma imprevista e súbita com que foi recebida. Gerou-se uma situação de desconforto entre o CR-SP e o Comitê Central que cresceu substancialmente com a discordância sobre como se posicionar nas eleições vindouras para Presidente da República.

Enquanto o Bureau Político do PCB, desde junho de 1937, apresentava uma tendência cada vez maior em apoiar José Américo⁸⁰¹, contando com o apoio de alguns comunistas de São Paulo, como Sebastião Francisco e Noé Gertel⁸⁰², a maior parte do CR-SP, tendo Hermínio Sacchetta como principal expoente, não concordavam que essa deveria ser a atitude correta a ser seguida pelos comunistas. Na principal reunião a ratificar a posição do PCB perante as eleições, isto né, no Pleno Ampliado do BP em agosto de 1937, Sacchetta e Lacerda Manna chegaram a apresentar moção conjunta de protesto contra a resolução, atitude que era considerada como uma indisciplina escandalosa para a cultura política dos comunistas. A ousadia em ferir os parâmetros do

⁸⁰⁰ Estado de Guerra: Guerra de morte a todo o Povo do Brasil. *A Classe Operária*. São Paulo, nº 194, 04/1936. P. 1.

⁸⁰¹ Cf. SN do PCB. *A Posição do nosso Partido em face à Sucessão Presidencial*. Brasil, 06/1937. P. 7. (Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth).

⁸⁰² DULLES, John Foster. *O Comunismo no Brasil (1935 – 1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. P. 128.

que era considerável correto na forma organizativa do PCB foi intensificada por Sacchetta ao pressionar por nova reunião revogando as últimas resoluções e, ainda mais, por pedir demissão do cargo que ocupava no BP.

O primeiro documento que surge expressando a divergência do CR-SP com o BP do PCB não veio, porém, por Hermínio Sacchetta, mas sim por um conjunto de 15 militantes. O documento, que levou o nome de *Documento dos 15*, afirma que o Partido passava por discordâncias que chegavam ao limite de formação de grupos e frações internas, o que era inaceitável, de modo que o meio mais eficiente para resolver a situação seria convocar uma Conferência Nacional, o que viria a calhar visto que o atual CC era feito em sua maioria por membros cooptados e não eleitos, já que a última direção eleita ocorreu na I Conferência em julho de 1934 e a maior parte desses dirigentes foi para a cadeia depois de novembro de 1935. Comparece a ideia de que os dirigentes não podem se deixar cobrir por “ferrugem burocrática” que os afaste das massas.

O texto não entra em polêmicas de estratégia e tática, apenas pede a Conferência Nacional e algumas reivindicações prévias que incluíam o afastamento dos principais dirigentes nacionais do PCB de seus cargos do CC, substituição do Secretariado Nacional, a nomeação de uma Comissão provisória que atuaria como novo Bureau Políticos e publicaria um boletim de discussão interna e organizaria a Conferência⁸⁰³.

Foi nesse contexto que Sacchetta e Lacerda Manna enviaram carta em forma de circular interna a todos os CRs propondo a reorientação da linha, classificaram as diretivas últimas do Partido de oportunistas e direitistas e o apoio a José Américo de prematuro. Seguindo o que o CR-SP já fazia em São Paulo, a linha partidária deveria ser a distância de ambas as candidaturas, pressionando-as para posições democráticas por meio das organizações de frente popular. Tomar o lado de José Américo, para os autores da circular interna, era dividir as forças democráticas e, assim, fortalecer os objetivos continuístas de Getúlio Vargas.

Outras atitudes do BP do PCB, segundo a circular de Sacchetta e Manna, também estariam favorecendo o getulismo. O Partido estaria se portando de maneira conivente com o discurso de “combate aos extremismos”, que tinha consequência prática mais anticomunista do que antifascista e, assim, ajudava Getúlio Vargas em seu objetivo de decretar o Estado de Guerra, fortalecendo a justificativa do perigo comunista. A proposta

⁸⁰³ Documento dos 15. São Paulo, 10/1937. IN LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos*. São Paulo: Brasiliense, 1976. P. 217- 221.

dos dois era a criação de uma “Frente Comum de Resistência ao Golpe Fascista, acima das candidaturas, contra o Estado de Guerra, pela realização das eleições, pelo estabelecimento das garantias constitucionais”⁸⁰⁴.

Com o golpe do Estado Novo, ocorrido apenas alguns dias depois da circular interna do CR-SP escrita por Sacchetta, as divergências entre os comunistas de São Paulo e o BP do PCB se fizeram sentir mais uma vez nas interpretações do caráter do novo regime político que governava o Brasil. Ambos condenavam o golpe de Estado como uma obra fascista e classificavam o novo governo no mesmo sentido. Mas enquanto o BP via nas promessas reformistas de Vargas um elemento a ser apoiado, devendo as massas pressionarem nesse sentido, a condenação absoluta do Estado Novo pela dissidência paulista era evidente⁸⁰⁵.

Essa perspectiva fica fora de dúvidas com a análise que a nova dissidência paulistana fez da Constituição do Estado Novo. A Constituição de 37 seria antidemocrática, pois foi outorgada “por um homem apoiado nas espadas de alguns oficiais”, pela sua história, pois foi “o resultado de um sucessivo aprofundamento da degradação do regime democrático no Brasil”, cujos episódios mais importantes foram a aprovação da Lei de Segurança Nacional e o fechamento da ANL. Getúlio há tempos fazia uma política de perseguição aos comunistas, tentou prender parlamentares de oposição, instaurou o Estado de Guerra e apoiou-se na Ação Integralista Brasileira para combater o movimento popular e democrático.

O fechamento da AIB pelo governo Vargas significava tão somente que o imperialismo americano se sobrepôs ao imperialismo alemão na política brasileira, assumindo o controle da situação, aproveitando a antipopularidade do integralismo. Getúlio, apoiando-se no imperialismo americano, colocou a AIB na ilegalidade para fugir do ódio popular. Mas, dizem os dissidentes paulistanos, “o fechamento do integralismo não ameniza, pois, em nada, o caráter fascista do golpe de novembro e do regime getulista, nem a ação do imperialismo americano é menos escravizadora e terrorista que a do alemão”⁸⁰⁶. Aqui há uma nítida diferença de análise em comparação com o VII Congresso da IC, pois se o fascismo é a “ditadura terrorista dos elementos mais reacionários”, como

⁸⁰⁴ PAULO e LUIZ. *A Prezados Camaradas*. São Paulo, 12/10/1937. (CEMAP).

⁸⁰⁵ Cf. CCP do PCB. *Da convenção do Monroe ao golpe getulista-integralista: A bancarrota do oportunismo nas fileiras do PCB e a Constituição getulista de 1937*. Sem Local, 1937.

⁸⁰⁶ Comitê Central Provisório. *A Constituição Getulista de Novembro de 1937: Código de Opressão do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro [São Paulo], 10/12/1937. P. 4. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

dizia Dimitrov, a democracia americana seria, sim “menos escravizadora” e não seria “terrorista”, constituindo uma forma de dominação de classe de menor agressividade.

Os dissidentes apontam como elementos fascistas da Constituição do Estado Novo o caráter fortemente centralizado do poder político, buscando colocar fim no federalismo ao mesmo tempo que o reconhecia apenas formalmente. Diferenciando o fascismo dos países imperialistas do fascismo dos países coloniais, faziam o prognóstico de que esse centralismo entraria em contradição com as características da burguesia nacional brasileira, transpassada por toda sorte de interesses locais, apresentando uma análise que lembrava àquela feita por Mário Pedrosa e Lívio Xavier em *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*.

o fascismo metropolitano não tem o mesmo conteúdo do fascismo colonial e semicolonial. O fascismo metropolitano, o fascismo das grandes nações industriais, dos países economicamente desenvolvidos do ponto de vista capitalista, adapta a superestrutura política à infraestrutura econômica, unificada e hierarquizada sob a batuta de um ou poucos grandes trustes [...] a burguesia de um desses países tem interesses unificados e aspira um poder político central onipotente que corresponda à trustificação da economia. O mesmo não se dá num país colonial ou semicolonial, sujeito aos antagonismos de vários imperialismos que o disputam, e se repartem, em grandes territórios como o brasileiro, regiões diversas e chocam-se com aspirações locais ao desenvolvimento capitalista independente. Entre as diversas regiões do Brasil, dominadas por imperialismos diversos [...], há contradições de interesses. As influências imperialistas variam, os tipos econômicos regionais são diferentes, há diversidade de desenvolvimento econômico. Aqui, pois, o fascismo é obrigado a concessões federalistas sem cortar a si próprio possibilidades de unificação de influência imperialista e, assim, unitárias⁸⁰⁷.

Assim, verificava-se uma contradição entre a propensão unitária do Estado, influenciado por um imperialismo determinante, e os interesses de outros imperialismos que determinavam os interesses de burguesias associadas em estados em específico do Brasil. Conservava-se certas garantias federativas, mas o Presidente da República poderia remover conforme necessidade as restrições federativas, como a intervenção direta do poder executivo nos estados, sem precisar passar por aprovação do Congresso Nacional. Dessa maneira, “conclui-se que a Federação no Brasil, agora, existe e não existe. Existe e deixa de existir na medida em que uma ou outra coisa convenha aos interesses do imperialismo dominante, a governar o Brasil por um feitor de senzala denominado Presidente da República”⁸⁰⁸. Ainda em consonância com o centralismo, os prefeitos das

⁸⁰⁷ Comitê Central Provisório. *A Constituição Getulista de Novembro de 1937: Código de Opressão do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro [São Paulo], 10/12/1937. P. 6. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgar Leuenroth.

⁸⁰⁸ Comitê Central Provisório. *A Constituição Getulista de Novembro de 1937: Código de Opressão do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro [São Paulo], 10/12/1937. P. 9. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgar Leuenroth.

cidades seriam nomeados pelos governadores do estado, tornando-se pedra angular do novo regime.

No mesmo sentido era a nova função do parlamento, exercendo função apenas reguladora, com parlamentares que não eram mais invioláveis por suas palavras, opiniões e votos no exercício do mandato, impedindo qualquer tipo de oposição parlamentar. Em poucas palavras, era um tipo de parlamento sem autoridade alguma e sem qualquer independência política. Seria apenas uma casa de chancela das ações do Presidente “Duce”, Getúlio Vargas. Também o judiciário estaria de joelhos, não podendo a inconstitucionalidade de uma lei que a juízo do Presidente fosse necessária à nação. Os poderes legislativos e judiciários estariam subjugados ao Executivo. Resumindo todo o regime político, “há uma vontade soberana, a de um indivíduo: há um “duce”. O mais, repetimos, é decorativo ou puramente suplementar na medida em que o “duce” desejar”⁸⁰⁹.

Não menos importante era a retirada de todos os direitos políticos dos cidadãos, também os direitos de associação, reunião e pensamento estavam submetidas a dispositivos legais que as inviabilizava na prática e tudo isso temperado com a ameaça da pena de morte, que “traz um laivo sanguinário à Constituição getulista. A liberdade sindical havia sido completamente suprimida com o dispositivo que, copiado da *Carta del Lavoro*, dizia que apenas os sindicatos reconhecidos pela lei poderiam representar legalmente os trabalhadores. Também o direito de greve fora suprimido.

Porém, o documento em que as divergências dos dissidentes paulistanos com a direção do PCB aparecem com maior riqueza de detalhes é *Lênin e a disciplina do Partido: a obra do fracionismo oportunista*. Neste, retoma-se a polêmica desde as eleições, avaliando que José Américo, não representava setores nacional-reformistas, como afirmavam Bangu e André, mas sim setores do latifúndio e do imperialismo, que logo apoiaram o golpe de novembro de 1937. Entretanto, mesmo o nacional-reformismo teria de ser rigidamente combatido, visto que ele seria um entrave para a conquista da hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa. Citam, diretamente, as teses do VI Congresso da IC, capítulo III, item 19. Evidentemente, foi uma grande falha citar um Congresso que já havia sido superado, coisa que os comunistas da época devem ter visto com desconfiança. Entre os documentos que escolheram para comentar, havia

⁸⁰⁹ Comitê Central Provisório. *A Constituição Getulista de Novembro de 1937: Código de Opressão do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro [São Paulo], 10/12/1937. P. 14. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgar Leuenroth.

um sobre “centrismo”, termo usual da crítica trotskista aos partidos comunistas, e a forma como a retórica do presente documento exerce uma “polícia revolucionária”, denunciando o oportunismo da direção, assumia uma forma idêntica aos textos da LCI⁸¹⁰.

Para os dissidentes, o BP do PCB teria passado a apoiar Getúlio, pois esse começou a apoiar a exploração do petróleo, do ferro e a suspensão da dívida estrangeira, vendo nisso uma manifestação de nacional-reformismo. Para eles, porém, essas palavras de ordem só foram levantadas por Getúlio porque naquele momento em particular elas eram do interesse do imperialismo fascista no Brasil, já defendidos antes pelo integralismo e pela petrolífera germânica Elbof, de modo que o Estado brasileiro queria o petróleo e o ferro apenas para entregá-lo a Hitler, que o usaria na guerra contra a URSS⁸¹¹.

Para os dissidentes, não existia “reivindicações nacional-reformistas”, mas sim duas táticas de luta nos países coloniais e semicoloniais: a tática da burguesia nacional e a do proletariado. Enquanto o proletariado luta pelo cancelamento das dívidas externas, pela exploração do ferro, petróleo etc. e usa métodos de luta como a greve, protestos, manifestações e insurreições, a burguesia busca conseguir essas pautas por meio das instituições, isto é, pacificamente e timidamente por via das reformas.

Essas reivindicações, contudo, não seriam “reivindicações reformistas”, mas legitimamente nacional libertadoras. O Partido, por sua vez, não deveria apenas apoiar a luta da burguesia nacional a realizar essas reivindicações institucionalmente, mas sim colocar-se a frente da luta organizando o povo em torno das reivindicações nacional-libertadoras, desmascarando as vacilações e traições da burguesia nacional e, assim, libertando as massas da influência do nacional-reformismo. Assim é que se separaria nas consciências as forças da reação e da revolução⁸¹². O que o PCB fazia era, na percepção da dissidência, capitular ao adesismo da tática da burguesia nacional e ajudar a consolidação do Estado Novo.

A cisão no Partido, por essa linha de raciocínio, teria sido fruto da derrota de 1935, que fez aparecer nas fileiras comunistas setores que perderam a confiança na capacidade de ação revolucionária do proletariado, colocando em risco o status do PCB como partido

⁸¹⁰ Comitê Central Provisório. *Lênin e a disciplina do Partido: a obra do fracionismo oportunista*. São Paulo, 11/1937. P. 24. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

⁸¹¹ Comitê Central Provisório. *Lênin e a disciplina do Partido: a obra do fracionismo oportunista*. São Paulo, 11/1937. P. 26. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

⁸¹² Comitê Central Provisório. *Lênin e a disciplina do Partido: a obra do fracionismo oportunista*. São Paulo, 11/1937. P. 28. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

da classe proletária e abandonando a perspectiva revolucionária. Tal posição seria nítida com a perspectiva de considerar a burguesia nacional como força motriz da revolução brasileira. Neste trecho é impressionante a semelhança com a análise que fazia a LCI sobre a ANL no artigo *A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário*, onde é dito que a incapacidade do PCB dirigir uma política de massas o teria levado a capitular perante a ideologia da pequena-burguesia, acreditando, iludido pelas próprias derrotas, que o proletariado seria incapaz de guiar-se pelos seus próprios interesses imediatos e revolucionários, concluindo que “a força motriz principal da revolução já não é o proletariado, mas a pequena-burguesia”⁸¹³.

De toda maneira, para a nova dissidência de São Paulo, a capitulação do PCB perante a ditadura varguista era a consequência proveniente da elaboração de uma estratégia política em que a burguesia nacional teria o papel de hegemonia da revolução, deixando o proletariado à mercê de sua tutela, abrindo mão de seus interesses particulares. Ao fim do documento, levantam as palavras de ordem de “Frente única de todo o povo pela democracia, contra o fascismo e o imperialismo”, “contra a ditadura de Getúlio e a Constituição Fascista de 1937”, pela “república federativa democrática”, “pela anistia a Prestes e todos os presos políticos”.

Mais sintético em termos de expressar qual era a teoria da revolução brasileira da nova dissidência de São Paulo é o texto *Por uma linha marxista-leninista*, escrito pelo CR-SP paralelo. Comparece de maneira categórica que “nós afirmamos que as forças motrizes da Revolução Brasileira, de caráter nacional libertador, são o proletariado, o campesinato e a pequena burguesia”, de modo que nesta última estaria a “matéria prima” da burguesia nacional revolucionária, que a revolução nacional libertadora dará possibilidade de desenvolvimento. A burguesia nacional que existia então teria laços com o imperialismo, sempre combatia os movimentos anti-imperialistas e tinha uma consciência reacionária. Não tinha qualquer interesse em desenvolver o parque industrial brasileiro, expandindo-o para a produção de maquinário e exploração de minérios. Sequer a produção de vestimentas populares para vestir uma população descalça era apoiada por essa burguesia.

O documento segue com mais uma afirmação decisiva para delinear o que defendiam para a revolução brasileira: a principal força motriz da revolução nacional libertadora seria o proletariado, a quem cabe o papel de vanguarda, pois, citando Lênin,

⁸¹³ A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário. *A Luta de Classe*, nº 25. Juiz de Fora, 25/06/1935. P. 2.

“o proletariado é a única classe consequentemente democrática, a única capaz de levar as últimas consequências a revolução democrático-burguesa”. Ao Partido, caberia representar o movimento em seu conjunto, indicar o fim último e os objetivos políticos, salvaguardar a independência política e doutrinária⁸¹⁴.

Entra-se então nas discordâncias de conjuntura, com relação ao Estado Novo. A posição dos dissidentes de São Paulo era que devia-se construir uma luta aberta de todo o povo contra o Estado Novo, até derrubá-lo. A tática do PCB, de “fazer Getúlio cumprir suas promessas, seria uma tática de adaptação⁸¹⁵. Em outras palavras, não haviam desistido da necessidade da insurreição como método de tomada do poder, como dizem de maneira inequívoca: “o reconhecimento da via insurrecional é o ponto central da divergência tática que dividiu o movimento proletário em reformista e revolucionário, em socialista e comunista, em menchevique e bolchevique”⁸¹⁶.

A quebra com a manutenção da estratégia e tática de revolução que o PCB defendeu até 1935 só ocorreu por parte da nova dissidência paulistana a partir do momento em que Rocha Barros, Lacerda Manna, Stachini e Sacchetta começaram a defender abertamente as teses trotskistas. Contudo, nesse ponto, a discussão teve como objetivo não tanto a conjuntura brasileira e a teoria da revolução brasileira, mas sim a conjuntura internacional, o caráter do Estado Soviético, da Internacional Comunista e dos Partidos Comunistas de modo geral. Principalmente a política de frente popular foi muito questionada em seus exemplos mais expressivos, isto é, a frente popular francesa e espanhola.

Nesta “cisão dentro da cisão”, em termo forjado por Foster Dulles e por nós aqui reproduzido, o grupo do Comitê Central Provisório, liderado por Tito Batini e Ferreira Lima permaneceram nas proposições que expomos acima, enquanto o grupo de Sacchetta, o “CR-SP” paralelo, rompeu publicamente com a Internacional Comunista.

No documento de ruptura com a III Internacional e adesão à IV Internacional, CR-SP paralelo não dedicou muitas de suas conclusões à situação brasileira, nem mesmo ao PCB em particular, limitando-se a, depois de colocar-se contra toda a política da IC, dizer que “seria muita ingenuidade” acreditar que as declarações da IC feitas por meio da Rádio

⁸¹⁴ CR-SP. *Por uma linha marxista-leninista*. São Paulo, 12/1937. P. 4. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

⁸¹⁵ CR-SP. *Por uma linha marxista-leninista*. São Paulo, 12/1937. P. 7. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

⁸¹⁶ CR-SP. *Por uma linha marxista-leninista*. São Paulo, 12/1937. P. 9. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

de Moscou, de “repulsiva baixeza de colaboração com a política de Getúlio”, seriam feitas sem conhecimento de causa. Assim sendo, toda a III Internacional, e não apenas os membros componentes do PCB teriam caído no oportunismo e na colaboração de classes⁸¹⁷. A partir desse momento, o segundo grupo de São Paulo converge em sua teoria da revolução com o POL, e juntos irão formar o Partido Socialista Revolucionário, filiado à IV Internacional.

7 – CAIO PRADO JÚNIOR

7.1. Política e militância em Caio Prado Jr.

Caio Prado Jr., historiador paulista conhecido por obras como *História Econômica do Brasil*⁸¹⁸ e *Formação do Brasil Contemporâneo*⁸¹⁹ começou sua vida política ainda jovem, no movimento estudantil enquanto formava-se em direito na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1928 entrou para o Partido Democrático de São Paulo (PD), então oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP), capitaneado pelas frações dissidentes da oligarquia paulista do café, com apoio da classe média paulistana e cujo primeiro presidente era o tio-avô de Caio Prado Jr., o Conselheiro Antônio Prado.

Os meios em que Prado Jr. iniciou sua militância pelo futuro do Brasil denotam sua origem social: a abastada família Prado. O historiador também foi entusiasta da Revolução de 1930, apoiando a candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal e mesmo o golpe de outubro daquele ano. Porém, Caio Prado não demorou a desencantar-se tanto com o governo que nasceu da “revolução” quanto com seu antigo partido. Rompeu com o PD e com os revolucionários de 1930 e passou a militar em defesa da causa comunista em 1931, aproximando-se do PCB.

É de público conhecimento que Caio Prado Jr guardava desacordos com a linha política de seu partido e não são poucos os comentaristas da discussão entre ele e o PCB e seus intelectuais orgânicos. A maioria desses comentaristas colocam ênfase nas tribunas de debates que Prado Jr enviou aos Congressos do PCB e principalmente no livro *A Revolução Brasileira*, ocasião em que o historiador expôs sistematicamente as suas

⁸¹⁷ CR-SP. Resolução sobre os últimos acontecimentos internacionais e a posição da IC ante os problemas da Revolução Brasileira. São Paulo, 11/1938. Fundo Dainis Karepovs – CEMAP – CEDEM.

⁸¹⁸ PRADO JR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

⁸¹⁹ Op. Cit. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

discordâncias e, também, sua perspectiva do que deveria ser a política correta para resolver os problemas do Brasil⁸²⁰.

Em nosso trabalho não analisaremos os mesmos documentos, ainda que as análises que os comentaristas fizeram deles nos sirva de material auxiliar. Nosso objeto será os textos de Caio Prado Jr escritos na década de 1930, que corresponde ao recorte temporal de nossa pesquisa, com ênfase no livro *Evolução Política do Brasil* e nos artigos publicados no jornal *A Platéia*, pois avaliamos que neles está evidente a distância de análise que Prado Jr e o PCB tinham, já neste período, sobre a formação econômico-social do Brasil e sobre a estratégia e a tática da revolução brasileira.

Caio Prado Jr, em 1931, cumpriu a tarefa de organizar em São Paulo o Socorro Vermelho, entidade de ajuda aos militantes comunistas presos e perseguidos. Passou o ano de 1932 defendendo a causa da revolução proletária e do PCB em artigos para os jornais *Correio da Tarde* e *Diário da Noite*. Foi um dos fundadores do Clube dos Artistas Modernos, que fora idealizada por seu irmão, Carlos Prado, juntamente com Di Cavalcanti, Flávio de Carvalho e Antônio Gomide.

Prado Jr integrou a Comissão de Assuntos Gerais do Clube dos Artistas Modernos, escreveu seus estatutos e fez parte de sua diretoria. Realizando apresentações musicais, peças de teatro e palestra sobre os assuntos “avançados” do momento, como o cubismo e a Revolução Russa. Como Mario Pedrosa era assíduo frequentador do CAM, Caio Prado Jr foi acusado pelo CR-SP do PCB de ter vínculos com trotskistas e de organizar cursos trotskistas, espalhando assim sua ideologia pequeno-burguesa para outros militantes comunistas⁸²¹. Foi nesta ocasião que Caio Prado Jr respondeu ao Partido mostrando suas divergências pela primeira vez

Quanto a afirmar que se trata de uma tese trotskista há aí um pequeno engano. Os trotskistas brasileiros afirmam que a revolução de 1930 foi uma revolução democrático-burguesa. É nisto que divergem – com respeito ao assunto – da doutrina do PC. Ora eu nunca afirmei semelhante tolice, e pelo contrário sustento que nas condições do Brasil não há lugar para uma revolução burguesa, porque o nosso regime já é arqui-burguês.

O CR quer provocar uma revolução democrático-burguesa. Mas isto é absurdo. Ninguém manda nos acontecimentos. O papel do PC seria, no caso de se processar uma revolução burguesa, encabeçá-la. Mas para isto é preciso antes

⁸²⁰ Cf. DEL ROIO, M. *Capitalismo e Revolução em Caio Prado Jr*. São Paulo, Lutas Sociais, vol 20, nº 36, jun. 2016. P. 10 – 23; MENDES, C. M. *Política e História em Caio Prado Jr*. São Luís: UEMA, 2008; RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: USP/FAPESP; Editora 34, 2000; SANTOS, R. *Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

⁸²¹ Curiosamente, em outro contexto e com outra conotação, também Guido Mantega aproximou o pensamento de Caio Prado Jr com o trotskismo. Cf. MANTEGA, Guido. *Economia Política Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985. P. 213

indagar se de fato o Brasil está na iminência de uma revolução burguesa. É isto que eu nego⁸²².

O trecho é de grande importância, pois nele fica evidente que o historiador tinha divergências com o PCB quanto ao caráter da revolução brasileira, o que, por sua vez, necessariamente implicaria divergências em outros pontos como, por exemplo, na definição das forças motrizes da revolução. Porém, se a carta de Caio Prado Jr deixa inequívoco que para ele a revolução burguesa já havia sido realizada no Brasil, não explica quando nem como ela foi realizada e tampouco declara quais seriam as tarefas que acreditava ser atuais para a revolução, seu caráter, seu sujeito revolucionário e política de alianças. Como notou Marcos Del Roio, será um traço persistente na obra do historiador paulista o desprezo por qualificar a natureza e a dinâmica da formação social brasileira e delinear claramente a estratégia e a tática da revolução brasileira, permanecendo essas questões obscuras e apenas sugeridas mesmo nos seus livros de maturidade⁸²³. Gostaríamos de frisar que não se trata de afirmar que Caio Prado Júnior não criou nenhum tipo de interpretação da formação econômico-social brasileira, pois como veremos, ela existe. Trata-se, isto sim, de salientar que Prado Júnior sempre evitou caracterizar essa formação econômico social, definir a sua natureza, dizer o que ela era ou não era. Essa característica nos textos do historiador paulista é um dos elementos que o antagonizam as análises do PCB e dos outros autores marxistas da época.

Caio Prado Jr nunca fez uma autocrítica de suas concepções, tal como lhe exigiu o CR-SP do PCB em 1932, defendendo-as até o fim. Não foi expulso do Partido, mas possivelmente afastou-se temporariamente dele. Sua militância comunista teve início com o ano de 1932, ainda que tenha se retirado para uma fazenda de sua família em julho deste ano, com o objetivo de resguardar-se dos acontecimentos que envolviam a guerra civil que tomava o estado de São Paulo. Seu atrito com o PCB deu-se em novembro de 1932 e, quando viajou para a União Soviética em maio de 1933, é possível que seu primeiro livro sobre história do Brasil já estivesse, senão pronto, qualitativamente esboçado. É

⁸²² PRADO JR, Caio. *Carta ao Comitê Regional do PCB, 30/11/1932*. Apud. PERICÁS, L. B. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 44.

⁸²³ Para Del Roio, Caio Prado Jr não definia o caráter da revolução brasileira e suas forças motrizes por uma questão metodológica, isto é, autor teria como característica o uso de um método científico lógico-positivista, pragmático que consideraria como “análise concreta” apenas a análise de conjuntura, de maneira que a previsão só poderia ser um desdobramento dela. Assim sendo, Caio Prado Jr estaria na contramão de uma característica básica da tradição leninista do marxismo. Cf. DEL ROIO, M. *Capitalismo e Revolução em Caio Prado Jr*. São Paulo, Lutas Sociais, vol 20, nº 36, jun. 2016. P. 13. Também Carlos Nelson Coutinho identifica na obra de Caio Prado Júnior “uma certa ambiguidade” a respeito da caracterização do modo de produção e da formação econômico social vigente no Brasil antes da Abolição, ainda que seja “indubitável que o historiador paulista não hesita em identificar como plenamente capitalista o Brasil republicano” (COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. P. 202.

neste livro que podemos compreender melhor a concepção de Caio Prado Jr sobre a formação econômico social do Brasil, em contraposição à leitura do PCB.

Por fim, gostaríamos de frisar que não pretendemos neste capítulo submeter Caio Prado Júnior a uma espécie de “exame de marxismo”, para usar um termo de Coutinho, ou então para apresentá-lo como uma espécie de militante comunista indisciplinado que deveria autocriticar-se e corrigir os seus erros. Nosso objetivo é, simplesmente, demonstrar os pontos de atrito e divergência do jovem historiador paulista com as concepções teóricas e políticas do PCB, o partido que ele fazia parte e ajudou a construir na cidade de São Paulo durante praticamente toda a década de 1930, inserindo-o no espectro mais amplo dos pensadores marxistas “não ortodoxos” que a metrópole paulistana parecia ser terreno fértil para produzir.

7.2. *Evolução Política do Brasil* e a formação econômico social brasileira em Caio Prado Jr.

Possivelmente o núcleo das divergências apresentadas por Caio Prado Júnior em *Evolução Política do Brasil* com a análise que o PCB e o movimento comunista internacional defendia, não apenas para o Brasil, mas de modo geral para os países da América Latina esteja na discussão sobre a existência ou não de alguma espécie de “feudalismo” no Brasil em algum momento de sua história, possibilitando, ou não, a existência de “reminiscências” feudais ou então que o Brasil dos anos 1930 pudesse ser qualificado como “semi-feudal” em razão das relações sociais de produção e trabalho que vigoravam principalmente no setor agrário da economia.

Em *Evolução Política do Brasil*, Prado Júnior afirma que “o regime das capitanias foi em princípio caracteristicamente feudal”, sendo terra arrendada ao custo de vários tributos. Mas “este ensaio de feudalismo não vingou”⁸²⁴ e desapareceu sem deixar traço com a instituição do Governo Geral em 1549. Neste ponto, começa o desenvolvimento de sua divergência de análise para com o PCB, para quem o Brasil experienciou durante o período colonial uma espécie de feudalismo, que havia deixado toda sorte de reminiscências sociais e econômicas ainda no início do século XX. Para Caio Prado Jr, não apenas o feudalismo no Brasil foi natimorto, como a própria descoberta das terras

⁸²⁴ PRADO Jr, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. P. 14.

que viriam a ser o país foi levada a cabo por um empreendimento capitalista, cujo sujeito era a burguesia comercial lusitana⁸²⁵.

O regime jurídico de distribuição das terras da colônia portuguesa nas Américas que sucedeu as capitanias hereditárias, isto é, as sesmarias “não comportava, todavia, nenhuma relação de caráter feudal, vassalagem ou outra”, pois “as terras eram alienáveis por livre disposição dos proprietários e não criavam laço algum de dependência pessoal”⁸²⁶. A propriedade do sesmeiro era plena, devendo apenas pagar dízimo à Ordem de Cristo e a obrigatoriedade de fazer o aproveitamento das terras dentro de um determinado prazo.

O tipo de colono preferido para ocupar as sesmarias era aquele que tivesse recursos próprios, mas como o território era imenso “a seleção dos proprietários da colônia subordinou-se, afinal, unicamente, às possibilidades materiais e à habilidade própria com que cada um contava para aproveitar e valorizar as terras que recebia ou que simplesmente ocupava sem título legal algum”⁸²⁷. A mera propriedade da terra, sem poder ser explorada, portanto, não significava nada no Brasil e, para Prado Jr, isso era importante para diferenciar do feudalismo europeu, que em seu início tinha na propriedade direta e única do solo o predomínio dos senhores feudais⁸²⁸.

Sobre o latifúndio, Prado Jr afirma que o que importa, de fato, não é o tamanho da propriedade rural, mas sim a espécie de relação de trabalho que predomina em seu interior e, nesse sentido, o que foi regra na exploração colonial era o trabalho conjunto de grande número de pessoas. A pequena propriedade e o trabalho individual ou familiar não

⁸²⁵ Em geral, os comentadores de Caio Prado Jr costumam contrapor esta sua tese sobre a colonização brasileira a de Nelson Werneck Sodré, entendido como intelectual orgânico do PCB, representante da sua linha oficial. Claudinei Magno Mendes chega a afirmar que o livro *Formação Histórica do Brasil*, de Sodré, foi uma resposta aos escritos de Caio Prado Jr e não apenas fruto dos cursos que o autor ministrou no ISEB em 1956 (Cf. MENDES, Claudinei Magno. *A questão do feudalismo no Brasil: um debate político*. Notandum, nº 32. Maringá: UEM, 08-09, 2013). Para Nelson Werneck Sodré a colonização das terras brasileiras por Portugal não foi empreendida por uma burguesia comercial, mas sim por um grupo mercantil de composição heterogênea, agrupando elementos de origens sociais diversas e que jamais se constituiu como uma classe em particular e tão pouco uma burguesia. Era um grupo típico do sistema mercantilista, que estava longe de ser capitalista, pois se sobrepunha o capital comercial e não, como é no capitalismo, o capital industrial. A formação econômico social do Brasil, por sua vez, teria sido marcada pelo que o autor chamou de “contemporaneidade do não coetâneo”, isto é, a presença de vários modos de produção coexistindo ao mesmo tempo em um mesmo território nacional, em diferentes regiões, mas interagindo mutuamente (Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990).

⁸²⁶ PRADO Jr, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. P. 17.

⁸²⁷ Idem. P. 16.

⁸²⁸ Para Luís Eduardo Fernandes essa passagem do livro de Caio Prado Júnior é uma evidência de que o historiador paulista compreendia “feudalismo” nos mesmos termos que os autores soviéticos, isto é, como “síntese específica do modo de produção escravista e germânico no continente europeu”. (FERNANDES, Luís Eduardo da Rocha Maia. *A primavera foi inexorável?* Caio Prado Júnior, o PCB e o Golpe de 1964. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016. P. 79.

encontraram terreno fértil para se desenvolver na economia colonial. O trabalho livre não pôde concorrer com o trabalho escravo, e este satisfazia as exigências da agricultura a custo baixíssimo. Um pequeno lavrador na América Portuguesa também encontraria dificuldades na ausência de um mercado para escoar os seus produtos, pois o mercado interno era muito limitado pela baixa demografia e cuja maioria era constituída por escravizados e indígenas – não consumidores – mas também pela baixa comunicação, de maneira que os povoados ficavam absolutamente segregados uns dos outros.

As grandes propriedades rurais produziam todo o necessário para consumo interno e importavam pouco do exterior. Os centros urbanos tinham pouca importância. Caio Prado Jr deixa claro que a diversidade das várias zonas econômicas do Brasil não alterava sensivelmente este quadro fundamental. Tanto a exploração do açúcar, na zona costeira quanto a pecuária do sertão nordestino eram caracterizadas pela grande propriedade fundiária⁸²⁹.

A sociedade colonial era um reflexo da economia agrária. A grande propriedade monopoliza a terra e, com ela, o *senhor rural*⁸³⁰ monopoliza a riqueza e estabelece sua dominação e seu prestígio. A massa popular era constituída por indígenas, mestiços e negros escravizados. Os negros escravizados chegaram na América Portuguesa já no século XVI e ao fim do período colonial, eram metade da população. Mesmo o trabalho livre contaminava-se com as características do escravismo, de maneira que, diz o autor, “mesmo o pequeno proprietário – aliás raro, como vimos – é pouco mais que um servo. Sua gleba é antes uma dependência do grande domínio com que confina que outra coisa qualquer”⁸³¹.

Assim, conclui Prado Jr, a estrutura social da colônia no primeiro século e meio de colonização reduzia-se a duas classes: a dos abastados proprietários rurais e de outro lado a “massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semi-livres”⁸³². As gradações encontradas no interior dessa massa de trabalhadores não são, para o autor, profundas o bastante para se caracterizarem em situações radicalmente distintas, sua condição material de vida e sua classificação social é praticamente a mesma.

Toda essa população vive na mais completa dependência dos senhores rurais. O poder político destes senhores, portanto, ofusca para os trabalhadores até mesmo o poder

⁸²⁹ Idem. P. 21.

⁸³⁰ Nota-se que o autor não usa o termo “senhor feudal” ou tampouco “burguesia agrária” ou similar, deixando dúvidas sobre como caracterizava essa classe de proprietários de terras

⁸³¹ Idem. P. 28.

⁸³² Idem. P. 28 – 29.

da Coroa Portuguesa. Os colonos proprietários de terras podiam ser vassallos, mas se sentiam em poder de ditar as próprias regras, visto a dificuldade material da Coroa em fiscalizar e tomar atitudes repressivas. Ademais, a metrópole mesma via-se interessada no trabalho de desbravamento e ocupação de território levada a cabo pelos senhores rurais, fazendo todo o trabalho de colonização com dinheiro próprio.

A exposição feita pelo autor da formação das classes sociais na Colônia Portuguesa manifesta-se como um fator estruturante do livro, que irá acentuar-se a partir do terceiro capítulo, dedicado ao processo de Independência do Brasil e às revoltas populares que se seguiram leva o sugestivo nome de “Revolução”. Trata-se de uma análise que tem em seu centro a luta de classes. Essa característica fundamental do texto levou Paulo Henrique Martinez a ver em *Evolução Política do Brasil* um ensaio com forte influência de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, clássico da ciência política escrito por Karl Marx⁸³³. Se esta tese de Martinez é verdadeira, esse seria mais um elemento que aproximava o método e teoria utilizada por Caio Prado Júnior nesse período com os trotskistas, para quem o aporte diretamente em Marx, priorizando uma espécie de “marxismo puro”, se sobrepunha, não raramente, ao uso das obras de Lênin⁸³⁴.

O uso do termo “Revolução” nesta altura do livro sugere que é neste período que o autor identifica as mudanças mais substanciais que forjaram a sociedade brasileira, ainda que, como lhe é característico, não defina o caráter dessa revolução, se é “burguesa”, “democrático-burguesa” ou qualquer outra. Poderíamos deduzir que Caio Prado Júnior entendia a independência como o epicentro do processo revolucionário burguês da América Portuguesa, visto que ele considerava que o capitalismo já se desenvolvia aqui desde o início da colonização. A partir de então, chegamos ao cerne do livro de Caio Prado Jr: a “Revolução da Independência”.

Enquanto a emancipação colonial de todos os países da América Latina se deu de forma violenta, pelos campos de batalha, no Brasil foi o próprio governo metropolitano, premido pelas circunstâncias, que fez da colônia a sede da monarquia e lançou as bases para a autonomia política nacional. Em última análise, a transferência do poder real da metrópole para a colônia fazia parte do objetivo britânico de absorver a economia lusitana, beneficiado pelo contexto específico da expansão napoleônica na Europa.

⁸³³ Cf. MARTINEZ, Paulo Henrique. *Caio Prado Júnior: A dinâmica de um pensamento crítico* (1928 – 1935). São Paulo: Edusp, 2008.

⁸³⁴ Para a enorme importância das obras de Marx no pensamento dos trotskistas brasileiros e em especial *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* Cf. DEMIER, Felipe Abranches. *O Longo Bonapartismo Brasileiro* (1930 – 1964). Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

Efetivamente, os portos brasileiros abriram-se para o comércio com os ingleses. Ao mesmo tempo, a elevação do Brasil à sede da Coroa foi a causa última da independência e, para Prado Jr, substituiu, “sem vantagem alguma”, o processo da luta armada presenciado nas colônias espanholas⁸³⁵.

Para Caio Prado Jr, a independência brasileira deu-se de fato em 1808 e, em 1822 deu-se apenas a independência formal. A transferência da metrópole aboliu o regime de colônia em terras brasileiras, as instituições coloniais foram abolidas e substituídas por instituições típicas de uma nação soberana, as restrições econômicas faliram, ocorreu o aparelhamento administrativo necessário para um país soberano. A única característica colonial restante era a direção do Estado por um governo estrangeiro.

Com a abdicação de D. Pedro I, a Revolução da Independência chegou ao seu estágio de consolidação do Estado Nacional. Não demorou muito para que as classes populares notassem que a nova situação não iria criar mudanças substantivas para suas condições de vida, causando a cisão com a classe dos proprietários rurais. A pressão revolucionária começa na pequena-burguesia e se alastra para as demais camadas do povo.

O período conhecido como “menoridade”, ou ainda, da “Regência” é exposto como tomado por constante revolta das classes populares, sendo a Revolta dos Cabanos a mais distinta devido a sua amplitude, governando a província do Pará por três anos (1833 – 1836) e chegando a instaurar uma República popular, sustentada pelo poder do povo em armas. Assim, teria sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder. Prado Jr também expõe como importantes revoltas populares do período a Revolta dos Balaies e a Revolução Praieira. Esta última tem como característica salientada pelo autor seu programa político, avaliado como “avançado e democrático para a época⁸³⁶.”

Para Caio Prado Jr teria sido crucial para a derrota dos movimentos revolucionários populares a falta de conexão, de maneira que nunca se vai além da tomada do poder local. O poder central sempre é conservado e, com isso, a classe dominante tem a chance de recuperar-se e contra-atacar. A própria configuração das massas

⁸³⁵ PRADO Jr, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. P. 46.

⁸³⁶ O programa do Partido da Praia consistia em voto livre e universal para todos os brasileiros; liberdade de imprensa; direito ao trabalho; monopólio do comércio para cidadãos brasileiros; independência dos poderes constituídos; elemento federal na nova organização; reforma do sistema judicial e seguro aos direitos individuais dos cidadãos; extinção dos juros convencionais; extinção da política atual de recrutamento (Idem. P. 85).

trabalhadoras, livres e escravas não lhes favorecia, pois não formavam classes sociais distintas, mas sim “enormes aglomerados de indivíduos separados por interesses os mais díspares”⁸³⁷. Assim, as revoltas não tinham coesão, ideologia, e mesmo alcançando o poder, não sabiam o que fazer dele e tornavam-se estéreis. Essas revoltas, na visão do autor, seriam impulsionadas pelo contexto insurrecional da Revolução da Independência, mas conforme se consolidava o governo imperial, elas perdiam ímpeto e se tornavam cada vez mais fracas e escassas, dando lugar à hegemonia das classes proprietárias solidificadas e governo reacionário. A revolução praieira teria sido a agonia do movimento popular que acompanhou a Independência.

Fica claro que, para Caio Prado Jr, ainda que não diga explicitamente, o que faltou para a vitória das classes populares era uma espécie de partido leninista, capaz de oferecer aos revolucionários uma direção ideológica e programática, disciplina, organização, ligação política e organizativa entre os revolucionários de todo o país e, por último, mas não menos importante, uma ferramenta adequada para a tomada do poder político central e não apenas local⁸³⁸. Para o historiador paulista, uma organização nesses moldes não apenas não existia como também não poderia existir, pois as classes populares ainda não estavam maduras em nível de consciência para forjar um instrumento político de tal monta. Nas palavras do autor

Quanto às camadas populares, elas não se encontravam politicamente maduras para fazerem prevalecer suas reivindicações; nem as condições objetivas do Brasil eram ainda favoráveis para sua libertação econômica e social. Daí, aliás, a descontinuidade e falta de rumo seguro de seus movimentos que, apesar da amplitude que por vezes atingem, não chegam nunca a propor reformas e soluções compatíveis com as condições do país. As relações de classes existentes, e contra que se insurgiam, ainda se encontravam solidamente alicerçadas na estrutura econômica fundamental do Brasil que descrevemos nos primeiros capítulos deste livro, e que não somente não se alterara, como prosperava; as relações de classe dela derivadas não se podiam, por isso, modificar sensivelmente. E assim a luta popular contra elas desencadeada não as atingira, e a revolução não irá além daquilo para que o Brasil estava preparado, isto é, a libertação do jugo colonial e a emancipação política. Reformas mais profundas teriam ainda de esperar outros tempos e outro momento mais favorável e avançado da evolução histórica do país⁸³⁹.

Assim, a chamada “Revolução da Independência” traça uma trajetória reacionária que irá culminar com o desaparecimento da Regência e a assunção do trono por Dom

⁸³⁷ Idem. P. 67.

⁸³⁸ Luiz Bernardo Pericás, confirma que em época próxima à publicação de *Evolução Política do Brasil*, Caio Prado Jr defendeu abertamente o modelo de partido leninista cujo exemplo maior era o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), afirmando que os Partidos Comunistas eram o verdadeiro instrumento de luta política dos trabalhadores, composto por aqueles que se entregam de corpo e alma à causa, submetidos a rigorosa disciplina e, por isso mesmo, grandemente preparados para a revolução. Cf. PERICÁS, L.B. *Caio Prado Júnior: Uma Biografia Política*. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 46.

⁸³⁹ PRADO Jr, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. P. 51.

Pedro II. O Império se estabiliza como uma “monarquia burguesa”. A política de verve democrática praticamente desaparece e reina um completo ambiente reacionário, as massas populares são mantidas sob sujeição por meio de leis e instituições repressivas. A segunda metade do século XIX no Brasil tem as transformações políticas geradas, principalmente, não pela contradição entre as classes dominantes e as classes subalternas, mas por disputas internas nas classes dominantes.

Evolução Política do Brasil mostra que Caio Prado Jr, neste período de sua vida que corresponde à primeira metade dos anos 1930, encontrava na formação econômico social do Brasil uma empresa da burguesia portuguesa, sendo a Independência uma “revolução política”, nacional, estabelecendo os alicerces do país como uma nação, mas não transformando bruscamente suas relações sociais de produção ou as classes no poder. As classes subalternas, prenes de um projeto democrático de país, são usadas pelos setores burgueses para a conquista de seus interesses particulares e, uma vez estes alcançados, são derrotadas nas lutas de classes quando buscam desempenhar um papel independente. O elemento “progressista” de desenvolvimento econômico do país coube à burguesia financeira e comercial, contraposta à reacionária burguesia agromercantil.

Não é trivial lembrar que Carlos Nelson Coutinho encontrou nessas conclusões do jovem Caio Prado Júnior semelhanças com as que chegou Antônio Gramsci, quase simultaneamente, enquanto escrevia os seus *Cadernos do Cárcere*, sobre o processo de unificação italiana: em ambos os casos as classes dominantes conduziram o processo de maneira conservadora, adequando a superestrutura política às efetivas transformações que ocorriam na economia e nas forças produtivas da sociedade. Assim, as análises de Caio Prado Júnior, já em sua juventude, apontariam para a conclusão de que o Brasil caminha por uma via “não clássica” de desenvolvimento do capitalismo, ao modo do que Gramsci chamou de “revolução passiva” e não para um país “semi-feudal” em batalha para realizar a sua revolução democrático-burguesa, tal como defendia o PCB⁸⁴⁰.

7.3. O Programa da Aliança Nacional Libertadora e a Estratégia e Tática da Revolução Brasileira no jovem Caio Prado Júnior

Se *Evolução Política do Brasil* nos mostra a concepção histórica que Caio Prado Jr elaborou sobre o país, seus textos comentando o programa da Aliança Nacional

⁸⁴⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. P. 210 – 211.

Libertadora nos permite analisar a leitura de conjuntura que o historiador paulista fazia como político, líder regional da frente popular dirigida pelo PCB e os tenentistas de esquerda. A análise parte justamente do Brasil que surgiu da abolição da escravatura e Proclamação da República, o exato ponto em que havia terminado a exposição presente no primeiro livro do autor. Nos oferece ainda um diagnóstico dos problemas do Brasil, propostas de como resolver as principais contradições em que, como mostraremos, é possível verificar alguma diferença de abordagem e de proposição com os demais líderes representantes da ANL.

Prado Jr. trata do caráter agrário da economia brasileira como um traço de continuidade desde a colônia portuguesa, pois tal como o panorama apresentado em *Evolução Política do Brasil*, não fazia mais do que “a produção de certos gêneros tropicais de grande procura na Europa”. O sistema ainda vigente durante o momento que escrevia, constituído pela existência de grandes fazendas monocultoras que faziam uso da mão-de-obra barata seriam consequências dessa colonização com olhos para o exterior. Nas palavras do nacional libertador paulista:

[...] grande propriedade, monocultura, trabalhadores não proprietários, são formas que derivam naturalmente, é fácil constatá-los do tipo geral da colonização brasileira. Os colonos europeus, senhores da colônia e organizadores da sua economia, tinham forçosamente que adotar estes três caracteres para chegarem aos fins que tinham em vista: a produção em grande escala de gêneros agrícolas procurados no exterior⁸⁴¹.

A consequência deste modelo, segundo Caio Prado, é que “o Brasil se tornou um simples apêndice da economia europeia; o seu papel não foi mais do que o de produtor de matérias primas; passou a existir unicamente em função da economia europeia”, de maneira que “não se constituíram os elementos necessários para uma vida economicamente autônoma e independente”, o que para o autor, só seria possível com a criação de um mercado interno pujante⁸⁴². Enquanto o país se mantivesse em modelo primário-exportador, seria incapaz de se desenvolver, pois, sob uma perspectiva histórica, a economia de exportação é caracterizada por ciclos econômicos de determinadas categorias de produtos.

⁸⁴¹ PRADO JR, C. *O Programa da Aliança Nacional Libertadora*. In BARSOTTI, P; PERICÁS, L.B (Org.). *América Latina: História, Ideias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998. P. 82.

⁸⁴² Idem. P. 82.

Para o autor, a crise econômica que o Brasil vivia na década de 1930 não era uma crise cíclica, mas uma manifestação do fato de que o país era “um país precocemente decadente”. Segundo ele

Não podemos nos iludir com alguns arranha-céus novos que se constroem nas nossas principais cidades, nem tão pouco com o fogo fátuo de uma cultura, qual o algodão, que aos mais otimistas parece revelar um futuro risonho. Tudo são apenas estertores de moribundo. O Brasil regride vertiginosamente. E quando falo Brasil, refiro-me particularmente a São Paulo, porque os demais estados - salvo talvez uma ou outra exceção - já estão nessa fase de decadência há muito tempo⁸⁴³.

A razão da “decadência precoce” seriam os ciclos sucessivos de ascensão e queda da monocultura, sempre com um produto da vez a ser exportado. O Brasil já havia vivenciado o ciclo do açúcar, da mineração, borracha e do café. Esses ciclos passariam sempre por uma fase de ascensão e aparente progresso econômico seguido de uma crise fatal e uma irremediável decadência que assolava as regiões que produziam as até então mercadorias da vez com terrível miséria. O contexto de queda do café como produto da monocultura exportadora fornecia a oportunidade de assistirmos e tirarmos prova do que era os períodos de regressão que surgiam em razão da crise do produto.

Para se avaliar o que significa para nós esta decadência do café, basta-nos lançar os olhos para certas regiões do estado que já foram ricas e prósperas enquanto nelas se florescia a cultura do café: o Vale do Paraíba, o litoral norte, e saindo um pouco de São Paulo, as outrora progressistas cidades do estado do Rio, nossas vizinhas. O que se passou nestas regiões está se repetindo atualmente no resto do estado. No extremo oeste da civilização, na ponta dos trilhos das nossas estradas de ferro de penetração, existe uma aparência de progresso. Estendem-se as culturas, surgem novas cidades. Mês este progresso é ilusório; ele se faz à custa do estado que se despova e empobrece. O desenvolvimento do sertão paulista não cria nada de novo; ele significa apenas um deslocamento para o oeste dos centros progressistas do estado. Mas para cada deslocamento sucessivo há, no total, uma perda líquida. As zonas novas ganham menos do que perdem as velhas. Tanto assim que, em conjunto, temos perdido de ano para ano⁸⁴⁴.

A decadência, segundo Prado Jr., seria o futuro certo do café brasileiro, e trocá-lo por outro produto, como na época falava-se do algodão, não faria mais do que repetir a mesma história. Assim, “não seria um produto panaceia” que salvaria o Brasil, mas “remodelar sua economia, reformá-la de alto a baixo”⁸⁴⁵. Esta análise da economia brasileira como prisioneira de ciclos de ascensão e declínio determinadas pelo modelo agroexportador constituiu elemento novo, não presente em *Evolução Política do Brasil*, denotando que Prado Jr prosseguiu amadurecendo sua concepção sobre o desenvolvimento histórico brasileiro, que estará mais bem desenvolvida em seu livro de

⁸⁴³ Idem. p. 79.

⁸⁴⁴ Idem. p. 80.

⁸⁴⁵ Idem. p. 81.

1942, *Formação do Brasil Contemporâneo*. É também uma análise particular de Caio Prado Jr., não estando presente nos textos e discursos políticos de outros líderes da ANL e do PCB, que costumavam concentrar a razão do problema agrário nas relações sociais de trabalho e excedente pré-capitalistas, semi-feudais ou feudais, que existiriam no Brasil⁸⁴⁶.

No modelo econômico brasileiro herdado da colônia o conteúdo escravista do trabalho não foi realmente abolido. Os trabalhadores do campo não eram mais do que “simples instrumentos de trabalho utilizados para satisfazerem necessidades do mercado exterior”, ou seja, não houve mudança qualitativa nesse sentido com a abolição da escravidão, de maneira que o trabalhador assalariado substituiu o escravo com igual dependência e sujeição aos grandes proprietários rurais, de tal sorte que a economia brasileira continuaria “colonial e primitiva”. O Brasil exportaria 1/3 do que produz porque o regime de fazendas e grandes propriedades agrícolas exige uma grande massa de trabalhadores rurais pouco remunerados, de pouco poder aquisitivo, incapazes de consumir para manter um mercado interno. A produção para o mercado externo era, ao mesmo tempo, a ligação orgânica entre a burguesia dos países imperialistas e a classe de grandes proprietários rurais brasileiros.

Prado Jr. afirma que apenas o programa da Aliança Nacional Libertadora apresentava propostas suficientes para “varrer esses restos de uma economia arcaica colonial legados pelo passado e, que até hoje [...] perdura como cancrios a infetarem o organismo da nação”⁸⁴⁷. O primeiro passo para a verdadeira independência do Brasil seria a criação de um mercado interno, pois seria isso que caracterizaria os países autônomos, e isto só seria possível “pela abolição do sistema de fazendas e grandes propriedades e entrega das terras aos camponeses”⁸⁴⁸.

É evidente que Caio Prado Jr defende a mesma proposta de reforma agrária da ANL e do PCB, mas com uma explicação completamente diferente. Enquanto para as

⁸⁴⁶ À título de comparação, salientamos o que diz o manifesto-programa da ANL: “O nosso território está, pois, na sua quase totalidade, monopolizado pelos grandes latifundistas em cujas fazendas vive, sob o jugo de uma exploração medieval, a grande massa da nossa população laboriosa” (Cf. *Manifesto-Programa de lançamento da Aliança Nacional Libertadora*. In VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. P. 282). Também no *Manifesto de 5 de julho*, de Luiz Carlos Prestes, encontramos como reivindicação a “luta contra as condições escravagistas e feudais de trabalho” (PRESTES, Luiz Carlos. *Manifesto de 5 de julho*. In VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. P. 328).

⁸⁴⁷ PRADO JR, C. *O Programa da Aliança Nacional Libertadora*. In BARSOTTI, P; PERICÁS, L.B (Org.). *América Latina: História, Ideias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998. P. 83.

⁸⁴⁸ Idem. p. 84.

organizações do qual fazia parte a reforma agrária era o método para eliminar e superar relações de trabalho e produção pré-capitalistas, que guardavam semelhanças com a servidão feudal, para Caio Prado Jr trava-se de superar o caráter colonial do capitalismo brasileiro e o “conteúdo escravista” do trabalho, e não feudal ou semi-feudal. A reforma agrária seria, portanto, um veículo de modernização e autonomia do capitalismo brasileiro, e não a superação de um sistema feudal, parte constitutiva da revolução democrático-burguesa, como afirmava o PCB.

O trecho sobre a reforma agrária chama atenção também por constituir divergência com o pensamento posterior de Caio Prado Jr, em *A Revolução Brasileira*, ocasião em que sua proposta de reforma agrária é constituída pela modernização técnica e tecnológica do latifúndio, concomitantemente a expansão dos direitos trabalhistas ao trabalhador rural e a reorientação dos produtos agropecuários para o mercado interno. Por outro lado, a ênfase na criação de um pujante mercado interno será uma constante em seu pensamento, de maneira que alguns autores chegaram a sustentar constituir ela o núcleo do que Caio Prado Jr defendia ser uma “economia nacional”⁸⁴⁹.

O combate ao imperialismo, é entendido por Caio Prado Jr como outro lado da moeda da economia agrária brasileira. O imperialismo seria o “responsável por nossa situação de semicolônia das grandes potências que dominam o mundo; e daí a impossibilidade do país em constituir para si uma estrutura econômica nacional própria e autônoma”⁸⁵⁰. De acordo com o programa nacional libertador, a anulação das dívidas e a nacionalização das empresas estrangeiras seriam meios de conseguir a independência do país, pois, explica Caio Prado Jr., as dívidas e as empresas imperialistas são pontos de apoio da dominação estrangeira, “tentáculos pelos quais o capital imperialista exerce sua pressão, subordinando a política brasileira e toda nossa vida aos seus interesses particulares”, de maneira que o Brasil estaria na posição de “devedor insolúvel nas mãos de um credor implacável”⁸⁵¹.

Caio Prado Jr. mostra que os países imperialistas já dominavam uma série de fontes de riqueza importantes para o desenvolvimento nacional: jazidas minerais, quedas

⁸⁴⁹ Para José Carlos Reis, desenvolvimento da alta tecnologia pela indústria e pelo latifúndio agrário, direitos trabalhistas para os trabalhadores do campo, ampliação do sindicalismo, participação político social das massas e foco econômico no mercado interno seriam as principais características da proposta de “economia nacional” para Caio Prado Jr (Cf. REIS, José Carlos. *Anos 1960: Caio Prado Jr e A Revolução Brasileira*. Revista Brasileira de História, vol. 19, nº 37. São Paulo, 08, 1999).

⁸⁵⁰ PRADO JR, C. *O Programa da Aliança Nacional Libertadora*. In BARSOTTI, P; PERICÁS, L.B (Org.). *América Latina: História, Ideias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998. P. 77.

⁸⁵¹ Idem. p. 78.

d'água, estradas de ferro, portos, serviços públicos e mesmo o comércio do café e algodão. A presença monopolista das empresas estrangeiras nestas áreas da economia impediria as possibilidades de os brasileiros criarem empresas próprias e era fruto de uma “formidável evasão de recursos que causa a incontrollabilidade da moeda”⁸⁵².

Caio Prado Jr. evidencia que não haveria vantagem nenhuma nos investimentos estrangeiros no Brasil porque “o capital estrangeiro que nos procura é produzido no próprio Brasil”⁸⁵³, ou em outras palavras, “os capitalistas estrangeiros, aplicando aqui seus capitais, não fazem outra coisa senão lançar mão de fundos que nós mesmos lhes fornecemos”. Significa dizer, as empresas estrangeiras não faziam mais do que usar recursos naturais, mão-de-obra e mesmo financiamento brasileiro para desenvolver seus negócios aqui, enquanto enviava seus lucros para o país de origem. Compara então o valor investido no Brasil por determinados países com o valor que o Brasil pagou a esses países no mesmo período, levando em conta o pagamento de amortizações, juros de empréstimos e dividendos de empresas estrangeiras, concluindo o resultado seria um déficit para o país, isto é, “os capitais estrangeiros que se aplicam no Brasil [...] não somente saíram daqui, mas ainda representam apenas uma parcela do que fornecemos”. Assim, expõe o historiador:

Tome-se, por exemplo, o caso da Inglaterra. De 1913 a 1934, o aumento das inversões de capitais ingleses no Brasil (os cotados oficialmente na Bolsa de Londres) foi de £50.263.563. No mesmo período pagamos de juros, também unicamente por capitais cotados na Bolsa £139.148.253. Recebemos 50, pagamos 139⁸⁵⁴ (p. 88).

Assim dá-se a dominação imperialista no Brasil, diz Caio Prado Jr., estendendo-se por si própria, desenvolvendo-se progressivamente de forma automática, conforme a dívida pública com os países estrangeiros cresce ano a ano, aumentando os compromissos brasileiros sem nenhuma compensação. O imperialismo, assim, não forneceria nenhuma riqueza ao Brasil, mas apenas tiraria para ele as riquezas aqui existentes. A solução seria o que estava no programa da ANL, isto é, a anulação das dívidas estrangeiras e a nacionalização das empresas imperialistas.

A abordagem sobre o imperialismo é o ponto em que Prado Jr mais se assemelha com os demais líderes da ANL e PCB, condenando-o como um fator de atraso e exploração sobre a economia brasileira. Porém, também nesse sentido Prado Jr mudaria

⁸⁵² PRADO JR, C. *O Programa da Aliança Nacional Libertadora*. In BARSOTTI, P; PERICÁS, L.B (Org.). *América Latina: História, Ideias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998. P.

⁸⁵³ Idem. p. 87.

⁸⁵⁴ Idem. p. 88.

de opinião nos anos posteriores, quando passou a considerar que a anulação das dívidas estrangeiras e nacionalização das grandes indústrias internacionais seriam impossíveis no curto prazo e até mesmo que o imperialismo teria um papel positivo de estimular a vida econômica do país, possibilitando o acesso a técnicas, equipamentos e capital para modernizar as forças produtivas⁸⁵⁵.

A industrialização do Brasil é um dos últimos temas abordados por Prado Jr. No jornal *A Platea*. Considerava-a assunto importante por duas razões principais: pelo fato de a indústria brasileira, em contraste com a agricultura, parecia denotar possibilidade de um “ressurgimento nacional independente de reforma de nossa estrutura econômica e política” e porque ela aparecia para muita gente como um fator de progresso. Na verdade, diz o historiador, buscava mostrar que a indústria brasileira na década de 1930 apresentava uma grandíssima fragilidade.

Em função da dominação imperialista que mantém o Brasil como uma economia primário-exportadora e fonte de exploração de riquezas naturais e força de trabalho, também a indústria brasileira se mantinha em estado anêmico, de falso desenvolvimento, diz Caio Prado Jr. Apesar de São Paulo ser considerado o estado com maior presença industrial da América do Sul durante a época, o historiador paulista, por meio de uma comparação proporcional do montante de capital industrial acumulado e do número de habitantes da Argentina, que “ninguém se lembra de chamar de um país industrial”, mostra que proporcionalmente o Brasil é um país com a indústria menos desenvolvida.

O mito do “Brasil industrial”, continua o historiador, seria facilmente desmontado quando se leva em consideração que a indústria brasileira precisa ser artificialmente restringida, ainda que seja pouco desenvolvida, criando o paradoxo de um país de indústria fraca sofrer com a superprodução, problema típico de países altamente industrializados. Explica que este fenômeno acontece porque o Brasil não possuía um mercado interno capaz de absorver os produtos industriais.

⁸⁵⁵ Na ocasião das tribunas de debate para o IV Congresso do PCB, em 1947, Caio Prado Jr enviou um texto para o jornal *A Classe Operária* em que responsabilizava o imperialismo por agravar o caráter colonial da economia brasileira, perpetuando a subordinação econômica “mas ao lado disto, encontramos no imperialismo um lastro positivo. Ele representa sem dúvida um grande estímulo para a vida econômica do país. Entrosando-a num sistema internacional altamente desenvolvido como é o capitalismo contemporâneo, realiza necessariamente nela muitos dos seus progressos. O aparelhamento moderno de base com que conta a economia brasileira é quase todo ele fruto do capital financeiro internacional. E não é apenas sua contribuição material que conta: com ela vem o espírito de iniciativa, os padrões, os exemplos e a técnica de países altamente desenvolvidos, que trazem assim para o Brasil alguns fatores essenciais com que contamos par nosso progresso econômico. Cf. PRADO JR, C. *Os Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira. A Classe Operária*, nº 66. Rio de Janeiro, 19/04/1947. P. 4.

[...] a indústria brasileira não constitui, presentemente, um elemento de progresso; e isto porque seu desenvolvimento não somente é pequeno demais, mas ainda é fatalmente limitado pelas condições econômicas gerais do país, que independem dele e que precisam ser preliminarmente reformadas⁸⁵⁶.

Caio Prado Jr. deixa evidente que as mudanças necessárias para uma verdadeira independência do Brasil, só seria possível por meio de uma igual ruptura com o modelo político existente tanto na República Velha quanto no Governo Constitucional presidido por Getúlio Vargas. A razão disso seria porque o modelo de Estado que vigorava então era a expressão do domínio de classe dos grandes latifundiários, uma burguesia agrária, associada e dependente do capital estrangeiro, do imperialismo. A mudança econômico-social só seria possível pela mudança política.

Sobre a questão da indústria brasileira o pensamento o jovem Caio Prado Jr guarda semelhanças com o que terá em *História Econômica do Brasil*, onde o processo de industrialização igualmente aparece como frágil, pois dependente da política econômica de tarifas e de câmbio, viciado pelos vínculos personalistas e familiares da burguesia brasileira, corroendo assim a livre concorrência. As indústrias subsidiárias dos países imperialistas seriam mais consistentes, mas justamente por serem estrangeiras não configuravam uma burguesia brasileira autônoma⁸⁵⁷.

Em comparação com as elaborações do PCB sobre o mesmo assunto, é notável que Caio Prado Jr e os demais intelectuais orgânicos de seu partido estavam de acordo com o caráter incipiente, pouco desenvolvido da indústria nacional. Todavia, é evidente que, desde as elaborações de Octavio Brandão em *Agrarismo e Industrialismo* até os manifestos da ANL, a indústria aparecia como um fator em desenvolvimento e tendente a sobrepujar o agrarismo numa espécie de lógica padrão do desenvolvimento capitalista, cabendo aos comunistas e aliancistas acelerar esse processo e lutar para que a classe operária organizada o dirija e oriente. Para Caio Prado Jr, por outro lado, a inexorabilidade da industrialização brasileira não era tão evidente, podendo o país permanecer como um eterno exportador de matérias primas, conservando as estruturas coloniais. Dessa forma, o papel da militância comunista não seria apenas acelerar a vitória do capitalismo sobre as relações de produção semifeudais, mas destravar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro da subalternidade colonial. Mais uma vez, o historiador paulista defende os pontos do programa de seu partido por outras vias de explicação.

⁸⁵⁶ Idem. p. 91.

⁸⁵⁷ PRADO Jr. Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980. P. 262.

Ao passar para a análise do Estado brasileiro, Prado Jr encontra seu fundamento justamente nos dois elementos criticados em seus artigos anteriores: o latifúndio e o imperialismo. Apesar de não dizer explicitamente, fica subentendido que via como classe dominante no Brasil uma burguesia comercial agroexportadora, associada ao imperialismo, justamente a mesma classe que havia se referido no capítulo final de *Evolução Política do Brasil* como a mais reacionária, vinculada ao sistema colonial. Esta burguesia agroexportadora seria responsável por manter uma falsa democracia, expressão e ferramenta de perpetuação do poder dos latifundiários locais.

Qual a organização atual da política brasileira? Ninguém se iludirá por certo com estas instituições de fachada, como eleições e representações “democráticas” em nossos parlamentos. Se formos aos fatos, havemos de verificar que toda política brasileira gira em torno desta hierarquia de “chefes” locais, que vai desde o chefe do distrito ou município, até os grandes “pagetes” de zonas. É das alianças e acordos, das rivalidades e das lutas destes chefes que sai toda a atividade política brasileira. Partido dominante é aquele que consegue agregar em suas hostes maior número de chefes locais; e as oposições são em regra constituídas dos chefes por algum motivo ou outro descontentes. Antes de 30, o domínio incontestável do PRP em São Paulo não tinha outro fundamento. E quando, depois de 30, inicialmente com o apoio do poder central, o P[artido] C[onstitucionalista] iniciou a construção de sua máquina política, não são outras as fases a que recorreu⁸⁵⁸.

Essa era a base estrutural da política brasileira, segundo Caio Prado Jr, determinante até mesmo para a política nacional. Esses chefes eram fazendeiros ou elementos ligados diretamente a fazendeiros, isto é, pessoas de base fundiária, que assentam seu poder e prestígio na propriedade da terra. Sendo assim, a única maneira de colocar fim à estrutura econômica colonial e ao Estado político que lhe correspondia, seria “a intervenção direta e efetiva da grande massa popular brasileira”, que para o autor é “a única força com que podemos contar para a realização das transformações de que necessita o país”⁸⁵⁹.

Prado Jr via na ANL a ferramenta adequada para colocar-se a frente do movimento de reformas, organizando o povo em núcleos militantes pela ampliação das liberdades populares, de maneira que “estas liberdades amplas são a arma de que se utilizará a democracia brasileira para chegar a dominar realmente o país”⁸⁶⁰, expondo que para ele o método adequado de tomada de poder não seria a via insurrecional, mas a participação popular democrática, conquistando e ampliando paulatinamente as liberdades políticas. Para Caio Prado Jr, sem as liberdades populares, definidas como liberdade para agir,

⁸⁵⁸ PRADO JR, C. *O Programa da Aliança Nacional Libertadora*. In BARSOTTI, P; PERICÁS, L.B (Org.). *América Latina: História, Ideias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998. P. 92.

⁸⁵⁹ Idem.

⁸⁶⁰ Idem. P. 93.

manifestar e influir na política e administração do país, “a democracia será sempre um mito”. A primeira luta, era assim, a luta pela democracia efetiva.

E que isto não existe no Brasil não precisamos insistir. Todas as atividades populares, quando não são sumariamente vetadas, são submetidas a um controle policial férreo e rigoroso que lhes tira toda a liberdade de ação. Está aí o exemplo recente da ANL, fechada sumariamente, seguindo-se a prisão de seus militantes, sem que se arguisse contra um e outros um único fato provado ou mesmo verossímil. E no caso da ANL estarão todas as organizações que tiverem por base movimentos populares. Porque nesta infame democracia em que vivemos, tudo quanto cheira a povo se torna suspeito⁸⁶¹.

Apenas esse caráter antidemocrático do Estado brasileiro explicaria o paradoxo de um movimento democrático, num regime que se diz democrático, ser taxado de extremista e subversivo. A ferramenta para a conquista da democracia brasileira seria, para o autor, “uma frente comum de todos aqueles que compreendem a impossibilidade de realizar no Brasil, dentro dos quadros atuais da situação dominante, uma política progressista e acorde com os interesses fundamentais do país”⁸⁶².

De fato, em consonância com o texto de Caio Prado Jr, havia no programa da ANL o objetivo de reformar o Estado brasileiro, destruindo a estrutura política que servia de arma para as oligarquias agrárias e seu sistema de dominação política de chefes locais que foi comumente chamado de “coronelismo”. Assim, lemos no *Manifesto de 5 de julho* de Luiz Carlos Prestes

A dominação imperialista utiliza o regionalismo, os interesses contraditórios das classes dominantes que os servem para, aprofundando tais interesses, despedaçar o país e melhor dominá-lo. Isso se reflete no cenário político atual. São evidentes as divergências entre os diversos clãs estaduais que apoiam o governo Vargas, entre Sales Oliveira e Flores da Cunha, entre São Paulo e Nordeste. Entre os “oposicionistas” a mesma coisa é facilmente observada e todos os esforços pela formação de um partido nacional fracassaram lamentavelmente. Continuamos na política asquerosa dos blocos sem princípios nem programas; do bloco que está no poder e do bloco que quer o poder. Mesmo entre os fascistas tal estado de coisas se verifica. Apesar de toda a demagogia sobre a unificação nacional, o integralismo é bem uma fotografia da podridão, da decomposição, da divisão, dos interesses contraditórios entre as claquas das classes dominantes de um ou de outro estado. E, por isso, a tragédia do Sr. Plínio Salgado, obrigado a dizer, hoje, aqui, uma coisa, amanhã, ali, o contrário. Daí o engraçado do disse-me-disse dos chefes integralistas. Essa desagregação, por sua vez, acelera a venda do país ao imperialismo, que penetra por todas as brechas e por todos os lados, porque o bando que está no poder, para não perde-lo, precisa satisfazer as menores exigências de quaisquer de suas frações. O governo de Vargas tem, por isso, satisfeito os interesses, os mais contraditórios, de todos os magnatas estrangeiros e de seus lacaios nacionais, despedaçando o Brasil e sufocando na miséria o povo.

A unificação nacional é, por isso, impossível sob a dominação imperialista. Só as grandes massas trabalhadoras de todo o país, juntamente com a parte da burguesia nacional não vendida ao imperialismo, serão capazes de, através de

⁸⁶¹ Idem. p. 93.

⁸⁶² Idem.

um governo popular revolucionário e antiimperialista, acabar com esse regionalismo, com a desintegração feudal, garantir a unidade nacional do Brasil e terminar com a desigualdade monstruosa que a dominação dos fazendeiros e imperialistas impôs ao país. Esta é a tarefa gigantesca da Aliança Nacional Libertadora, que se apresenta aos olhos de todo o Brasil como a única organização realmente nacional, única organização onde os verdadeiros interesses do povo de cada Estado coincidem com os idênticos objetivos que congregam, em todo o Brasil, de Norte a Sul, de Este a Oeste, os lutadores contra o imperialismo e o feudalismo, pelas mais amplas liberdades democráticas⁸⁶³.

O texto de Prestes apresenta grande ênfase na mudança da organização do Estado brasileiro após uma possível tomada do poder pela ANL. O Estado do Governo Popular Nacional Revolucionário com Prestes a frente seria, ao que tudo indica, um estado centralizado, colocando fim na estrutura federativa, encarada como expressão da lógica de poder das oligarquias agrárias. É verdade que Prestes vê na ação das massas populares o fator fundamental para a insurreição da ANL e construção do Estado que se ergueria posteriormente, mas em seu manifesto parece ser claro que é a centralização do Estado – juntamente com a quebra do poder econômico dos latifundiários via reforma agrária – que iria colocar fim na política dominada por chefes locais e prenhe de contradições regionalistas. No texto de Caio Prado Jr, por outro lado, o discurso da centralização do Estado é completamente ausente, cabendo a solução para o problema do regionalismo e da dominação dos proprietários de terras locais à ampliação da democracia rumo a uma democracia popular. Indica, assim, outra proposta de Estado que não aquela apresentado por Carlos Prestes, difícil de delinear pormenorizadamente justamente porque o autor não entrou em detalhes, mas ao que tudo indica, não centralista, possivelmente conservando o federalismo do Estado brasileiro.

Essa contradição entre o caráter regionalista persistente do regime político brasileiro e o impulso que o país tomava para uma maior centralização do poder retorna em um breve escrito que o historiador paulista escreveu já no exílio, em Paris, logo após o golpe do Estado Novo em 1937. Nessa ocasião, Prado Jr. já apresenta uma outra postura perante a então extinta Aliança Nacional Libertadora, possibilitada pelo distanciamento tomado pelo tempo e pelo espaço.

Neste, Caio Prado Jr. apresenta o golpe de Novembro de 1937 como “epílogo de uma evolução no sentido do fortalecimento crescente do poder executivo com paralelo enfraquecimento e desmoralização dos demais poderes” e o “advento de um regime em que o autoritarismo presidencial [...] esta inscrito expressamente no texto da lei orgânica

⁸⁶³ PRESTES, Luiz Carlos. *Manifesto de 5 de julho*. In VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. P.325.

do país”. Tal situação de coisas, só poderia ser compreendida sob o plano de fundo das contradições insolúveis que a Primeira Republica se afundou e que a Revolução de 1930 se propôs a resolver sem conseguir pleno resultado até aquele momento.

Curiosamente, *1937*, é um texto em que Prado Jr. não explica a conjuntura política e seu desenvolvimento histórico por meio de uma análise das lutas de classes. Estão ausentes desse texto, tanto os conflitos entre burguesia e proletariado – a não ser talvez de maneira indireta e por breves menções – como também a disputa entre os países imperialistas pelo mercado brasileiro, de maneira a cada potência associar-se e apoiar-se momentaneamente em uma ou outra fração de classe da burguesia brasileira, elemento de análise que era praticamente um lugar comum entre os comunistas. Ao contrário, vemos o nascimento do Estado Novo ser explicado como resultado de um processo que buscava superar o regime econômico político da Primeira República por outro, condizente com as atuais necessidades do país. Ao que tudo indica, esse é um dos primeiros textos em que se pode verificar a mudança de eixo analítico de Caio Prado Júnior, de modo que a luta de classes deixa de ser o elemento central, tal como era em *Evolução Política do Brasil*, e este se torna a totalidade das grandes estruturas econômicas. Tal mudança parece ter ocorrido depois que Prado Júnior, em seu exílio na França, passou a estudar na Sorbonne, aproximar-se novamente de Fernand Braudel – que já havia sido seu professor no Brasil – e, então, manter relacionamento duradouro com a historiografia francesa⁸⁶⁴.

O Estado da Primeira República, diz o historiador paulista, era assentado sob o tripé de uma larga autonomia estadual, ampla liberdade econômica e o domínio de pequenas oligarquias locais. Esse sistema regionalista teria sido imposto por meio da força política do estado de São Paulo que, ao prosperar economicamente nos últimos anos do Império Brasileiro, dirigiu o processo de Proclamação da República e fez seus interesses se expressarem o Artigo 6º da Constituição republicana. Prado Jr. apresenta o estado de São Paulo como qualitativamente diferente no perfil de sua classe dominante em relação aos estados do norte e do sul do país: enquanto no norte imperava as disputas oligárquicas locais e no sul a ditadura positivista, a burguesia paulista seria dona de um pragmatismo exemplar, em que a política ficou em segundo plano, dando espaço para a prioridade a administração racional e eficiente dos problemas. A esse respeito, explica o autor

⁸⁶⁴ FERNANDES, Luís Eduardo da Rocha Maia. *A primavera foi inexorável?* Caio Prado Júnior, o PCB e o Golpe de 1964. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016. P. 80.

Os políticos paulistas não são certamente diversos dos seus colegas de outros estados. Se agiram diferentemente e se realizaram uma obra administrativa que não tem paralelo no resto do Brasil, deve-o S. Paulo não a homens excepcionais com que a Providência favoreceu por nímia generosidade, mas unicamente a que sua prosperidade não toleraria à frente de seus destinos homens que não fossem administradores. Abusassem, prevaricassem [...] mas cuidassem dos interesses públicos: esta era a condição *sine qua non* de sua vida política⁸⁶⁵.

Sob esse imperativo, Caio Prado Jr. parece apresentar a burguesia paulista fundadora da República como uma classe de fato progressista, tendo realizado uma obra administrativa “notável”. Teria sido nos últimos anos do império que essa camada de dirigentes do Estado se forjou nas salas da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco e encontrou a sua “designação comum” – pois Prado Jr. recusa-se a qualificá-lo de “partido” – no Partido Republicano Paulista. Assim, na visão do ex-dirigente aliancista, o PRP, pelo menos de início, não era um partido oligárquico e, principalmente durante o governo de Campos Salles, cumpriu papel fundamental na história do país. Assim sendo, no estado de São Paulo...

Ele [o PRP] soube dar braços à lavoura necessitada, organizar razoavelmente a justiça e a repressão do crime; dotar o Estado de um aparelhamento pedagógico e sanitário que se não é modelar está em todo caso ao nível das possibilidades financeiras do Estado. Numa palavra, os políticos do PRP souberam assentar as bases da organização administrativa de São Paulo⁸⁶⁶.

Enquanto, no âmbito do país...

A partir de Campos Salles, o governo federal começa a realizar uma certa obra administrativa. Organiza as finanças, tenta alguma coisa no sentido de sanear a moeda, renova a capital do país saneando e urbanizando-a, inicia o aparelhamento de suas forças armada[s] dotando a marinha de unidades modernas. Não era muita coisa; mas era sem dúvida um início⁸⁶⁷.

O PRP apenas teria tomado um caráter realmente oligárquico a medida que novos problemas apareceram na conjuntura brasileira e ele não se mostrou capaz de resolver, tornando-se atávico, incapaz de renovar seus quadros e centrado em conservar o próprio poder político, perde toda expressão realizadora e torna-se cada vez mais parasitário. Esses problemas, que para Caio Prado Júnior foram o germe da destruição do PRP e da Primeira República, foram a “questão social”, a liberação econômica nacional e a adaptação do regime a novas condições políticas.

Sempre seguindo o raciocínio de Prado Jr. o PRP teria desde o início de sua vida política incapaz de compreender o problema social. Achou-o resolvido com a mera libertação dos escravos e nunca se preocupou em elevar moral e materialmente o

⁸⁶⁵ PRADO JR. Caio. 1937. Paris, 1937. P. 6. IEB – USP

⁸⁶⁶ PRADO JR. Caio. 1937. Paris, 1937. P. 6. IEB – USP

⁸⁶⁷ PRADO JR. Caio. 1937. Paris, 1937. P. 9. IEB – USP.

trabalhador brasileiro. Durante seus anos de dominação política, só atentava-se para a existência de problemas mais complexos na questão social quando as greves operárias estouravam e lhes tiravam o sossego e então, tratava logo de “resolver” a dita questão social como uma “questão de polícia”.

Quanto a liberação econômica, ela era necessidade de uma crise de produção que se arrastava desde muito antes da Revolução de 1930, tendo se acentuado depois da Primeira Guerra Mundial. O Brasil simplesmente não conseguia se expandir em uma economia mundial marcada pelo crescente protecionismo com barreiras alfandegárias cada vez maiores e tornava-se exageradamente dependente da produção do café. O contexto pós- Primeira Guerra mundial tornou-se cada vez mais incompatível com a fórmula econômica pautada na exportação de matérias primas e gêneros alimentícios, importação de manufaturas e inversão de capitais estrangeiros sob a forma de empréstimos para aplicar nos serviços públicos e na produção nacional. Sair desse receituário econômico que a cada dia mais se tornava um abismo não aparecia como possível dentro do regime político liderado pelo PRP.

Por fim, sobre o problema geral da reorganização política, a estrutura de um partido que domina praticamente sozinho, circundado por partidos de oposição fundamentados em interesses e rivalidades de oligarquias locais, jamais apresentando diferença de composição social, programa ou finalidade, se apresentava insuportável para uma sociedade em grau crescente de complexidade. Desde a Proclamação da República, o Brasil teria presenciado e expansão e amadurecimento do proletariado, das classes médias. A população crescia vertiginosamente, o país enchia-se de imigrantes, as demandas da sociedade perante o Estado se diversificavam enormemente e o PRP era incapaz de compreender essa situação.

Esses três elementos principais teriam levado à decadência da dominação política do PRP e do sistema da Primeira República e feito inevitável a Revolução de 1930. Porém, a “revolução” não podia modificar a consciência dos brasileiros de um dia para o outro e tampouco em prazo relativamente curto. A Constituição de 1934 tentou resolver esses problemas e oxigenar a política com novos quadros que seriam possíveis devido ao novo Código Eleitoral, mas o Parlamento que nasceu das eleições de 1934 conservava o traço regionalista da República Velha e a sobrevivência desse elemento se apresentava cada vez mais incompatível com a nova ordem de coisas. A persistência insuportável desse regionalismo jamais teria se manifestado com tanta força e clareza como no processo eleitoral de 1937.

Os caracteres regionais da nova política se refletem claramente na constituição da Câmara Federal, nas eleições estaduais, na disputa acerbada pelo governo. Mas onde ela se torna nítida é na campanha da sucessão presidencial de 1937. Como no passado, vemos formar-se uma coligação de situações estaduais (S. Paulo e Rio Grande) opondo-se a outra. As oposições estaduais, também como no passado, acompanham o candidato em oposição ao candidato da situação do respectivo Estado. Assim as oposições paulistas e rio-grandenses apóiam o sr. José Américo contra o sr. Armando de Salles, candidato da situação de S. Paulo e do Rio Grande; de forma análoga, as oposições dos demais Estados, com muitas poucas exceções, acompanham o sr. Armando de Salles. E apesar das fórmulas oficialmente adotadas, os rótulos partidários, os programas, o tom da campanha é regionalista⁸⁶⁸.

Para Caio Prado Jr. esse fenômeno de permanência do regionalismo era possível porque, apesar da Revolução de 1930, a consciência política brasileira não fora modificada e, assim, as condições objetivas do país não correspondiam à sua maturação política. A primeira expressão de uma verdadeira transformação política na vida brasileira deveria ser o surgimento de partidos nacionais. Entretanto, diz Prado Jr., as duas únicas organizações que surgiram nesse sentido foram a ANL e a AIB, “ambas extremadas nos seus propósitos e radicais nos seus processos”. Nesse ponto, o autor faz dura e crítica análise posterior da organização que havia sido presidente em São Paulo:

A opinião geral do país, refletindo as condições econômicas e sociais brasileiras, não estava madura para nenhum movimento extremo, fosse da direita, fosse da esquerda. Quanto a esse último faltava aos grupos e classes sociais capazes de levá-lo adiante maturidade e eficiência – sobretudo eficiência – para impô-lo ao país; já não digo trazer-lhe a vitória, mas apenas mantê-lo em vida. O pavor do comunista, que todos viam por detrás da bandeira da Aliança, mobilizou contra ela todas as forças conservadoras e moderadas do país; e não foi possível, pelas razões apontadas, organizar a resistência: a Aliança desapareceu sem um ai. O levante de novembro de 1935, simples conspirata de quartel, foi o seu último espasmo; e mesmo esse levante reflete muito mais o heroísmo e desassombro de um punhado de oficiais que o resultado de um largo movimento coletivo⁸⁶⁹.

Para o historiador, tanto a AIB quanto a ANL esbarraram em tamanha hostilidade de contingentes expressivos da população brasileira – ainda que antagônicos uns aos outros – que não tiveram condições para se manter. Assim, o Brasil encontrava-se em nova contradição: Depois da Revolução de 1930, exigia a aplicação de uma política nacional, mas os partidos nacionais que surgiram eram extremistas e não conseguiram se manter. De tal sorte, o país encontrou-se em um impasse, ou voltava para trás com a política do regionalismo – o que Prado Jr. considera impossível – ou suprimiria “toda e qualquer política, impondo em substituição à ela uma estrutura de certa forma artificial,

⁸⁶⁸ PRADO JR. Caio. 1937. Paris, 1937. P. 20. IEB – USP.

⁸⁶⁹ PRADO JR. Caio. 1937. Paris, 1937. P. 21. IEB – USP.

fundada exclusivamente numa situação de fato amparada pela força”⁸⁷⁰. Foi o que ocorreu com o golpe do Estado Novo.

Ao fim do texto, Caio Prado Jr expressa acreditar ser o Estado Novo uma forma política transitória e de curta duração (sem especificar quanto tempo acreditava que duraria), e que logo as contradições da sociedade brasileira exigiram uma “política nacional moderada” e que se assentasse em forças sociais reais e não apenas no apoio das Forças Armadas. Se isso não ocorresse, em sua opinião, o Brasil rumaria para os extremismos de direita ou esquerda, mas “mais provavelmente”, para uma guerra civil que se prolongaria por muito tempo em situação de desordem geral.

Por fim, podemos concluir que Caio Prado Jr insere-se na gama de intelectuais divergentes característicos da formação do PCB em São Paulo. O historiador concordava com os pontos de reivindicações e proposições imediatas do PCB, é verdade. Mas para a maior parte dos itens programáticos Prado Jr tinha razões diferentes da de seu Partido para apoiá-los, fundamentando-se numa análise da formação econômico social brasileira completamente antagônica daquela dos demais comunistas. De tal forma, as divergências entre Caio Prado Jr e o PCB podiam não ser suficientes para gerar uma ruptura entre o historiador e o Partido, mas nem por isso deixavam de ser fundamentais.

Como Caio Prado Jr jamais deixou de salientar, para ele, diferente de seu Partido, o caráter da revolução brasileira não era democrático-burguês, pois o Brasil, em suas próprias palavras, já era “arquiburguês”, afirmação consonante com sua obra historiográfica e seus textos políticos para a imprensa aliancista, onde o Brasil jamais foi apresentado mantendo relações sociais de produção e trabalho feudais ou semifeudais, mas sim como um país inserido no capitalismo mundial desde a época colonial via comércio internacional. Entretanto, isso não quer dizer necessariamente que Prado Jr defendia que a revolução brasileira deveria ser imediatamente socialista, tal como defendiam os trotskistas. Com base em seus textos comentando o programa da ANL e em suas obras posteriores, sua defesa era a de que o Brasil deveria passar de um país de estrutura econômica colonial para uma espécie de economia nacional e autônoma, uma reorientação do capitalismo brasileiro para o mercado interno – a ênfase na importância do mercado interno é tema constante em seus textos sobre o programa da ANL e continuará sendo em obras posteriores. Ainda que Prado Jr tenha expressado mudar de opinião em textos posteriores da sua vida, enquanto militante da ANL defendeu que essa

⁸⁷⁰ PRADO JR. Caio. 1937. Paris, 1937. P. 23. IEB – USP.

modernização e reorientação do capitalismo brasileiro para o mercado interno seria executada via reforma agrária com divisão dos latifúndios em pequenas propriedades familiares, não reconhecimento da dívida pública estrangeira, nacionalização das empresas imperialistas e industrialização do país.

No que diz respeito à definição das forças motrizes e a política de alianças da revolução brasileira, Caio Prado Jr mostrou-se muito mais nebuloso do que o Partido que fazia parte. Enquanto o PCB sempre definiu claramente os sujeitos da revolução, ainda que com oscilações – primeiro o proletariado em aliança com a pequena burguesia, depois a aliança operária e camponesa e a partir de 1937 a burguesia nacional – o máximo que Prado Jr chega a definir como as forças motrizes da revolução é sua indicação de “uma frente comum de todos aqueles que compreendem a impossibilidade de realizar no Brasil, dentro dos quadros atuais da situação dominante, uma política progressista e acorde com os interesses fundamentais do país”, o que no máximo, sugere que o historiador estava convencido de que a revolução brasileira se daria por meio de uma aliança policlassista, sem especificar qual classe ou grupo social deveria exercer a hegemonia ou direção política de tal frente.

Tal indefinição quanto as forças motrizes da revolução talvez se deva ao fato de Caio Prado Jr não ver no Brasil classes sociais plenamente constituídas, sobretudo o proletariado. Ainda que o autor não diga isso abertamente nos textos dos anos 1930, tal avaliação sobre a constituição das classes no Brasil é indicada em suas obras da maturidade, como por exemplo em *História Econômica do Brasil*, quando se refere à formação das classes no Brasil dizendo “o Brasil como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que dilui e desaparece”⁸⁷¹, ou então em *A Revolução Brasileira*, quando diz, já no ano de 1966

constituímos ainda, numa perspectiva ampla e geral em que desaparecem as situações excepcionais relativamente escassas, um aglomerado humano heterogêneo e inorgânico, sem estruturação econômica adequada e em que as atividades produtivas de grande significação e expressão não se acham devidamente entrosadas com as necessidades próprias da massa da população⁸⁷².

⁸⁷¹ PRADO Jr. Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980. P. 279.

⁸⁷² PRADO Jr. Caio. *A Revolução Brasileira e A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. P. 109.

No posfácio do livro citado, Licoln Secco, comentando o livro e as posições do autor, afirma que para Caio Prado Jr “as forças que representam a construção da nação são inorgânicas ao sistema”. Seria uma debilidade do marxismo clássico não compreender que “o inorgânico se tornasse o sujeito revolucionário”, de maneira que a força motriz da revolução de Caio Prado Jr seria a “massa socialmente indecisa, que

Tomando o que foi exposto por base, podemos afirmar que provavelmente Caio Prado Jr via no Brasil dos anos 1930 ainda a mesma situação que descreveu sobre a formação social das classes subalternas durante as revoltas do período Regencial, isto é, seriam ainda “enormes aglomerados de indivíduos separados por interesses os mais díspares”⁸⁷³, de maneira que as camadas populares “não se encontravam politicamente maduras”⁸⁷⁴. O melhor que poderia ser feito era uma frente única desses indivíduos em torno do projeto nacional libertador e, ao mesmo tempo, construir o máximo possível um Partido capaz de oferecer uma direção ideológica e programática, disciplina, organização e de caráter nacional. A necessidade de um Partido Comunista, como buscamos mostrar, fica implícita em *Evolução Política do Brasil* e acreditamos que era uma convicção do autor, visto que era militante ativo do PCB.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos situar o PCB no contexto de construção e desenvolvimento do movimento operário paulistano, trazendo brevemente os precedentes históricos dos revolucionários da cidade. O trabalho com as fontes evidenciou que o foco do Partido no início de sua vida era o Rio de Janeiro e não São Paulo, de forma que tal situação impediu que os comunistas conquistassem um maior número de adeptos na capital paulista, principalmente nas principais categorias da classe operária. Existia um relativo isolamento do Comitê Regional de São Paulo para com a direção nacional do Partido que, somado o descaso que esta tinha para com a região gerou uma paralisia no crescimento do PCB em São Paulo, prejudicando a formação de quadros e inserção do Partido na classe trabalhadora paulistana por toda a década de 1920.

As barreiras impostas pela distância, dificuldade de transporte (de correspondência e pessoas) e baixos recursos financeiros impediam o PCB de ter uma forte ligação com as direções estaduais do Partido, parcamente auxiliadas pelo Comitê Central. Enquanto as regiões mais distantes como Pernambuco ou Rio Grande do Sul conseguiam em suas capitais desenvolver quadros partidários, a região de São Paulo, por estar perto demais do Rio de Janeiro, acabava por servir de reservatório de recursos para

vegetava nos interstícios da grande produção exportadora, um enigma e ao mesmo tempo a única base social com o qual o proletariado devia (mas não podia) contar” (CF. SECCO, Lincoln. *Posfácio*. In: PRADO Jr. Caio. *A Revolução Brasileira e A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. P. 196).

⁸⁷³ PRADO Jr. Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. P. 67.

⁸⁷⁴ Idem. P. 51.

fortalecer ainda mais o PCB na capital da República. O desamparo do PCB em São Paulo por parte de seu Comitê Central somado ao envio dos melhores quadros da região para o Rio de Janeiro geravam sérios problemas para o crescimento quantitativo e qualitativo do Partido na cidade; a falta de recursos financeiros, de militantes experientes, de materiais para propaganda, finanças e formação acarretava aos militantes uma arrastada situação de marasmo e apatia que, por sua vez, desaguava em conflitos internos e indisciplina quanto as diretivas partidárias.

A situação configurava-se como um ciclo vicioso na medida em que a difícil relação de São Paulo com o Comitê Central impunha sérias dificuldades para o crescimento do Partido na região e, essas dificuldades pioravam a relação com a direção nacional do Partido que sempre via nos comunistas paulistanos pouco mais do que demonstrações sistemáticas de incapacidade militante, desvios de centralismo, indisciplina partidária e fraqueza teórica e ideológica. Do lado dos comunistas paulistanos, as consequências não poderiam ser outras além do conflito entre eles mesmos e o quase silencioso, mas crescente descontentamento com a direção do Partido.

Dessas contradições surgiu um grupo dissidente em São Paulo que, como uma espécie de antítese do PCB, forjou seus próprios intelectuais orgânicos que se lançaram no objetivo de contrapor à teoria de revolução brasileira do PCB uma outra teoria de revolução, criando no marxismo brasileiro uma corrente particular de ideias. Os dissidentes paulistanos elaboraram sua própria concepção sobre a história do desenvolvimento capitalista no Brasil e das classes sociais que dele surgiram, de estratégia e a tática da revolução brasileira e de como deveria se configurar o partido revolucionário que a realizaria, de tal modo que São Paulo, por meio de uma variedade de intelectuais, possivelmente, fundou uma vertente própria de tradição e cultura política do comunismo no Brasil.

A viragem tática da IC no final da década de 1920 com a “bolchevização” dos Partidos Comunistas forçou a direção nacional do PCB a voltar sua atenção para a construção do Partido em São Paulo, passando a redefinir qualitativamente toda a sua política para a cidade e o estado. Foi crucial a ação do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista, em meio as mudanças políticas provenientes do VI Congresso da IC e do X Pleno da CE-IC, sobretudo a teoria do “terceiro período” que exigia dos comunistas a inserção nas grandes empresas imperialistas e, assim, a concentração nas grandes cidades em que elas se encontravam, a obrigar o PCB a colocar foco na cidade de São Paulo para que a questão fosse pelo menos, parcialmente resolvida.

A partir deste momento, principalmente no começo de 1932, com a mudança da direção nacional do PCB para São Paulo, o Partido sanou os problemas internos que impossibilitavam seu crescimento e que foram trabalhados no primeiro capítulo de nossa tese. Finalmente, os comunistas passaram a se inserir nas principais categorias de trabalhadores paulistanos e a dirigir os sindicatos de tais categorias, como tecelões, ferroviários, metalúrgicos e bancários. O PCB, de fato, cresceu na cidade, construindo organizações de mediação com as massas relativamente eficientes e estruturando uma boa rede de propaganda e simpatizantes, em que pese a perseguição que sofreu por parte da polícia.

Entretanto, se a política do “terceiro período” foi útil em um primeiro momento para solidificação do partido, ela encontrava seu limite no sectarismo da política de alianças, que impediam a expansão do Partido para além do movimento operário, congregando massas de diferentes classes sociais em torno de seu projeto de sociedade. A nova viragem tática na Internacional Comunista, em resposta a conjuntura de ascensão do nazifascismo no mundo e perigo iminente de uma nova Guerra Mundial, sanou essa debilidade com a política de “frente popular”. O ano de 1935 foi o período de maior força e influência do PCB na cidade de São Paulo. A política de frente popular, encarnada na ANL, permitiu ao Partido estender as suas fileiras, transformando seus organismos de suporte em organizações de massas, ao mesmo passo que recrutava os melhores quadros para o próprio Partido. Não é demais salientar que o PCB conseguiu nesse momento algo que poucas vezes se repetiria: unificar todas as forças de esquerda em torno de uma única causa, que seria a causa da Aliança Nacional Libertadora. Mesmo as organizações de esquerda que discordavam da ANL, como trotskistas e anarquistas, acabaram aderindo a ela na prática, fazendo parte de suas atividades e colaborando com suas ações.

Assim, os comunistas conseguiram realizar as palavras de Dimitrov, segundo as quais eles deveriam ser “a força motriz da frente popular”, uma vez que lograram unificar a esquerda em torno do núcleo de seu próprio programa político e se mostraram os elementos mais ativos e engajados no funcionamento orgânico da ANL. Os comunistas de São Paulo, consciente ou inconscientemente, continuaram seu histórico de não-alinhamento completo com a direção nacional do PCB ao tomarem a decisão perante a revolta de 1935 de não a iniciar e, em vez disso, levando em consideração a situação adversa tanto em São Paulo quanto no restante do Brasil, fazer um movimento de retirada para salvaguardar as forças do Partido e o que restava da ANL na cidade.

Essa atitude, não apenas permitiu uma sobrevivência ao movimento comunista paulistano nos próximos anos - conservando parte significativa das forças que havia

acumulado até aquele momento enquanto a direção nacional do Partido era praticamente desmantelada pela polícia política do governo Vargas – como definiu a história de ação dos comunistas paulistas como mais próxima puramente da tática de frente popular, sem os veios insurrecionais remanescentes da tática de “classe contra classe” e do *putschismo* tenentista que caracterizou a política da direção nacional do PCB neste período.

A preservação do movimento comunista paulistano enquanto a direção nacional era liquidada pela polícia, porém, recriou o distanciamento organizativo e político entre CR-SP e CC, de modo que o CR-SP passou o ano seguinte quase como um partido independente, sem uma direção nacional a quem responder, resultando na formação de mais um grupo dissidente na cidade de São Paulo que, depois de defender por um tempo a continuidade da política de frente popular nos moldes de 1935, sofreu nova divisão interna e um dos grupos juntou-se aos primeiros dissidentes de 1930 no trabalho de construir a vertente trotskista do marxismo no Brasil.

Situamos Caio Prado Jr como um enriquecedor da tradição particular do marxismo paulistano ao desenvolver toda uma teoria própria da revolução brasileira também contraposta às análises do PCB, ainda que chegando as mesmas proposições imediatas. Ao mesmo tempo, tentamos mostrar como as ideias de Prado Júnior, ainda que muito diferentes em alguns aspectos, compartilham um pressuposto em comum de análise do capitalismo brasileiro com os dissidentes paulistanos que foram para o trotskismo: toma como ponto de partida o conjunto do sistema internacional de circulação de mercadorias, isto é, vê o desenvolvimento do capitalismo como um sistema mundial integrado em detrimento de um entendimento do capitalismo como sistema de produção social da vida.

Nesse sentido, o que caracteriza o “marxismo de São Paulo” em diferença ao marxismo do PCB é a tendência a ver no Brasil um maior desenvolvimento das forças produtivas capitalistas bem como de suas relações sociais de produção e, por consequência, uma diferente configuração das classes sociais que apontam para o trabalho assalariado, ou a configuração madura do proletariado moderno, mesmo quando se trata do trabalhador do campo. Isso ocorreu porque tanto os grupos dissidentes quanto Caio Prado Jr compartilham uma interpretação da crítica da economia política em que a análise do capitalismo e seu desenvolvimento prioriza o conjunto do sistema internacional de circulação de mercadorias, isto é, como um sistema mundial integrado em detrimento de um entendimento do capitalismo como sistema de produção social.

Evidentemente, isso também ressoa na perspectiva de estratégia e tática revolucionária presente entre os marxistas de São Paulo e no PCB. Enquanto o SSA-IC e o PCB avaliavam que o Brasil passava por uma revolução democrático-burguesa, cujas

forças motrizes eram o proletariado em aliança com o campesinato, os autores abordados variam muito nessa perspectiva. Os trotskistas consideram a revolução democrático-burguesa uma invenção stalinista e defendem que o caráter da revolução brasileira seria proletária e imediatamente socialista. Prado Jr., restringe-se a formulações mais abstratas como “uma frente comum de todos aqueles que sabiam ser possível realizar uma política progressista e fundamentada nos interesses nacionais dentro do regime então vigente” e cujo objetivo final era a constituição de um capitalismo nacional-democrático.

A bibliografia especializada costuma destacar para os dissidentes de São Paulo o mérito de terem chegado mais cedo a conclusão de que a colônia brasileira foi um empreendimento capitalista e, principalmente, de que no Brasil não houve jamais um modo de produção “feudal” ou “semifeudal”. Assim sendo, teriam os trotskistas e Caio Prado Júnior avançado mais do que o PCB em compreender as especificidades do desenvolvimento econômico e social do Brasil, evitando generalizações ou aplicação mecânica de modelos aos padrões da III Internacional e sua teoria da revolução democrático burguesa para os países coloniais e semicoloniais.

Dito isso, é preciso dizer que essas formulações não estavam ausentes de problemas e de contradições próprias, principalmente quando analisadas em conjunto com o desenvolvimento político prático das organizações que a sustentaram, como foi o caso do Grupo Comunista Lênin, depois Liga Comunista Internacionalista e, por fim, Partido Operário Leninista. Partindo do pressuposto que não existia campesinato no Brasil e que a burguesia nacional não apresentava qualquer possibilidade de exercer um papel democrático ou progressista, levaram uma política de alianças ainda mais errática e contraditória do que o PCB. Iniciaram a formação de uma “fração” de oposição à direção do Partido criticando as alianças feitas por meio do BOC e os contatos com os tenentistas, criticaram acidamente Luíz Carlos Prestes como “pequeno-burguês” com propensão a se tornar ditador bonapartista, mas, em segredo, esforçaram-se sobremaneira para recrutá-lo e para empurrá-lo para uma proposta própria de aliança com os comunistas por meio da LAR.

Por mais que se tenha criticado o PCB por apenas reproduzir ditames da III Internacional, a situação não parece ser diferente com os dissidentes de São Paulo a partir do momento que aderem ao trotskismo e, em alguns momentos, a totalidade de seus textos passam a impressão de serem ainda mais rigidamente restritos à teoria da revolução permanente de Trotsky do que se restringiam os comunistas do PCB às elaborações da IC. Assim sendo, é praticamente inexistente entre eles o questionamento da viabilidade

de uma revolução socialista cuja classe operária industrial seria a força motriz única, não dependendo de alianças com outras classes, mas apenas “arrastando-as” para a revolução pela força do próprio movimento, em um país de aproximadamente quarenta milhões de habitantes, mas que o número de operários não chegava a casa do “milhão” e os trabalhadores rurais (camponeses ou não) apresentavam uma dramática situação de desorganização como classe. O quadro torna-se ainda mais grave se levarmos em conta que o GCL, LCI e POL pouco fizeram no sentido de organizar os trabalhadores rurais.

A análise que Mário Pedrosa e Lívio Xavier fizeram da formação econômico social brasileira, seja no “*Esboço*” ou em textos posteriores, por mais qualificada que seja, jamais apresentou qualquer aprofundamento da receita simplista da revolução trotskista: o caráter da revolução brasileira era socialista, sua força motriz era o proletariado que deveria apoiar-se simplesmente na própria organização, “arrastando” outras classes mais vacilantes a apoiá-lo e então a revolução deveria dar luz a um “Estado Soviético”, uma ditadura do proletariado. Não importando a conjuntura nacional ou internacional, correlação de forças sociais ou políticas ou qualquer fator potencialmente adverso, o diagnóstico e o caminho para a revolução eram sempre esses, de modo que foi persistente essa linha geral nas organizações dos trotskistas brasileiros por toda a década de 1930, sem modificações significativas, por mais que a situação interna no Brasil e no movimento operário tenham se transformado grandemente no correr desse tempo. Aliás, possivelmente por essa razão, a estratégia e tática da revolução brasileira e a formação econômico-social do Brasil nunca foram o debate preponderante dentro da LCI, mas sim a natureza do longínquo regime soviético (se era socialista ou não) e como combater os “degenerados” PCB e III Internacional.

A perspectiva da teoria da revolução permanente de que a revolução nos países coloniais ou semicoloniais estava determinada pelo caráter mundial do capitalismo como totalidade contraditória, de modo que mesmo com baixas forças produtivas capitalistas, eram fragmentos integrados dialeticamente em um todo, o que significava que a existência do capitalismo desenvolvido em determinadas partes do mundo impedia o papel histórico autônomo das burguesias nacionais nos países menos desenvolvidos, mas por outro lado, permitiam uma mais rápida assimilação por estes das forças produtivas dos países desenvolvidos, viabilizando a revolução socialista, parece ter sido, na verdade, um bloqueio para que se pensasse nas mediações necessárias para concretizar a revolução, o que incluía as especificidades locais e regionais nas relações sociais de trabalho e produção econômica em um país continental como o Brasil, a tática adequada para

organizar tão ampla variedade de trabalhadores, ou então a política de alianças com outras classes sociais, partidos e organizações de modo geral e também em tarefas que, por mais que não assegurassem a “vitória final”, seriam vitórias imediatas ou parciais importantes.

Ainda nesse sentido, se o ensaio de Pedrosa é Xavier é perspicaz em notar o domínio das relações capitalistas no nível mais geral e abstrato, a ideia de que entre o fim do século XIX e início do XX a burguesia cafeeira de São Paulo, por meio do Estado federativo, aumentou a integração do Brasil no capitalismo mundial e fez o capitalismo penetrar “todo o Brasil, transformando as bases econômicas mais retardatárias”, parece generalizar para o país inteiro um desenvolvimento econômico e social próprio do estado de São Paulo e ignorar a persistência em outros estados do país de formas de trabalho, relações sociais e de propriedade que ainda não haviam se inserido completamente na modernidade capitalista, o que exigia, certamente, adaptações na tática da ação política. Essa questão chegou a ser levantada em discussões internas da LCI, mas não foi incorporada em suas resoluções.

Ainda que o PCB tenha apresentado sérias dificuldades com a compreensão da formação social brasileira, nos parece certo que ele foi mais sensível para questões tangentes a política prática, fizeram alianças e campanhas de massas vitoriosas no sentido de expandir a política partidária, sua influência nas classes subalternas e apresentar um programa que fosse um projeto nacional e popular com reivindicações que fossem as mediações adequadas para o momento, capazes de fomentar o debate público e arregimentar um grande número de pessoas em torno delas. São exemplos disso, justamente todas aquelas políticas de frente única e de frente popular que os trotskistas tanto criticaram no PCB: o Bloco Operário e Camponês, a iniciativa em aproximar-se e manter contato com os tenentistas e principalmente com Luíz Carlos Prestes e, por fim, a Aliança Nacional Libertadora, além de uma persistente tentativa de organizar os trabalhadores do campo que, se não conseguiu sucesso imediato, ao menos expandiu a política dos comunistas para as cidades do interior do estado. Ao fim e ao cabo, a teoria da revolução permanente, sob uma aparência de sofisticação teórica, redundou num passe livre para o sectarismo.

Esse diagnóstico fica evidente nas tentativas de política de frente única, principal mediação tática para a revolução brasileira, defendida pelos dissidentes paulistanos. Como a perspectiva dessa frente única é que ela fosse “proletária”, jamais buscou vincular organizações para além do movimento operário, restringindo-se a possibilidade de alianças com socialistas e anarquistas. Ainda assim, executou-se maneira muito

contraditória. Os dissidentes de São Paulo defenderam a participação na FOSP contra a fundação da FSR-SP por ser a FOSP uma organização operária de massas, reunindo a maioria dos sindicatos da região, mas uma vez lá dentro, entraram em conflito com os anarquistas por fazerem propaganda para que a FOSP aderisse a CGT, central sindical ligada aos comunistas. A consequência prática evidente foi o tensionamento no interior da FOSP e posterior expulsão dos membros da LCI e da UTG. Uma vez expulsos da FOSP, adentraram a FSR-SP declaradamente com o único motivo de “implodi-la” e, assim, alijados também dessa federação operária, viram-se isolados no movimento operário, restritos apenas à UTG. É de se perguntar como se esperava realizar políticas de “frente única” tensionando e implodindo as organizações operárias que faziam parte. De modo geral, a frente única dos dissidentes nos sindicatos se reduziu as chamadas “touradas”, isto é, o combate ao PCB.

Sem dúvida alguma o maior sucesso da política de frente única dos dissidentes de São Paulo foi a FUA, mas mesmo esta deve ter sua conquista matizada, pois as outras forças políticas foram pouco atuantes na vida de sua organização que, diga-se de passagem, não foi muito ativa e nem duradoura. A iniciativa de maior envergadura da FUA é a Batalha da Praça da Sé, mas a “paternidade” da mesma é incerta e apenas os trotskistas defenderam ser os principais responsáveis por ela. Não bastasse, a política antifascista dos dissidentes foi logo superada pela ANL, organização encabeçada pela esquerda tenentista e pelo PCB, que se tornou a maior frente de massas da esquerda brasileira nos anos 1930, sendo capaz de rivalizar em força com os integralistas e obrigar o governo Vargas a preocupar-se seriamente com ela, jogando-a na ilegalidade. Além disso, o contraste da política antifascista dos trotskistas com a ANL deixou claro mais uma de suas limitações: a subestimação das lutas de libertação nacional nos países semicoloniais, que sempre tiveram grande potencialidade revolucionária e de política de massas, mas que eram vistas por eles como “reformismo”, “kuomintangismo” e sinônimo de alianças espúrias e a reboque da burguesia nacional.

Por fim, cabe-nos dizer que o marxismo de São Paulo logrou em originalidade, enriquecimento do debate sobre a revolução brasileira e em fundar uma tradição específica do marxismo no Brasil, que sobreviverá para além do período por nós abordado, ramificando-se e transformando-se até os dias atuais. Sua origem remonta as dificuldades do jovem PCB, por insuficiência de forças, garantir uma política consistente para todas as suas sessões regionais e das contradições que isso acarretou. São Paulo se mostrou um local com terreno fértil para o surgimento de uma intelectualidade disposta

a contestar os ditames oficiais do Partido quando fomentada pelas dificuldades que a militância prática regional apresentava. Certamente, foram elementos importantes para as características dessa intelectualidade o ambiente cultural da São Paulo em desenvolvimento dos anos 1920 e 1930, sobretudo da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco e das artes modernas, mas também as influências internacionais, principalmente a luta interna do Partido Comunista da União Soviética nos anos 1920.

Porém, a dissidência paulistana, por seu excessivo sectarismo e purismo ideológico, jamais conseguiu transformar-se em ferramenta de luta e expressão consistente e efetiva das classes subalternas no Brasil, ganhando em larga medida a feição de pequena organização contraparte, ou antítese, do PCB. Este, de maneira inversa, avançou substancialmente nesse sentido, tornando-se uma importante força do movimento operário, capaz de criar um programa de transformações econômicas e sociais, bem como formas de organização que iam para além da classe operária, congregando o conjunto das classes subalternas em um projeto de povo/nação, contrapondo-se a dominação imperialista e latifundiária. Por todo o período por nós estudado, apesar de todas as suas limitações, as lutas que fortaleceram as classes subalternas e fizeram avançar as forças democráticas foram desfraldadas principalmente com a bandeira do Partido Comunista do Brasil (PCB), o que jamais seria possível se o Partido estivesse equivocado em toda sua avaliação do que era o Brasil e como agir na conjuntura que se apresentava.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Cartas

BRANDÃO, Octávio. *Carta ao camarada Bela Kun*. Rio de Janeiro, 18/11/1924. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

BP do PCB. *Carta à Octávio Brandão*. Rio de Janeiro, 10/1931. (Acervo Internacional Comunista – AEL).

CR-SP. *Carta a todos os membros do Partido Comunista do Brasil na região de S. Paulo*. São Paulo, 25/03/1930. In *Prontuário de Antônio Brandão*, nº 57. (DEOPS-SP – AESP).

DIAS, Everardo. *Carta para “Gildo” [Astrojildo Pereira]*. São Paulo 27/01/1927. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP)

_____. *Carta para “Gildo” [Astrojildo Pereira]*. São Paulo, 08/02/1927. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

____. *Carta para Gildo* [Astrojildo Pereira]. São Paulo, 17/03/1927. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM)

____. *Carta para Gildo*. São Paulo, 29/05/1927. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM)

____. *Carta à Astrojildo Pereira*. São Paulo, 15/07/1927. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

____. *Ao camarada Astrojildo Pereira*. São Paulo, 02/06/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

____. *Carta à Gildo* [Astrojildo Pereira]. São Paulo, 16/08/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

____. *Camarada Astrojildo*. São Paulo, 18/09/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).
ITAGIBA. *Carta para Lívio Xavier*. Batatais, 19/5/32. (FLBX).

LEDO, Américo [pseudônimo de Astrojildo Pereira]. *Carta à Saulo* [Paulo de Lacerda]. Moscou, 08/08/1929. (Coleção Internacional Comunista – AEL)

LEDO, Américo [Astrojildo Pereira]. *Carta aos camaradas do Brasil* [nº 1]. Moscou, 18/09/1929. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

____. *Carta aos camaradas* [nº2]. Moscou, 16/10/1929. (Coleção Internacional Comunista – AEL).

____. *Carta aos camaradas* [nº3]. Moscou, 25/10/1929. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

____. *Carta aos camaradas do Bureau Político*. São Paulo, 06/01/1932. (Prontuário nº 44, Astrojildo Pereira. DEOPS – APESP).

LOBO, Aristides. *Carta de Antônio* [pseudônimo de Aristides Lobo]. São Paulo, 29/09/1931 (Prontuário nº 880, Federação Sindical Regional de São Paulo. DEOPS – APESP)

____. *Carta para a Liga Comunista*. São Paulo, 8/11/31. (FLBX – CEDEM - UNESP)

____. *Carta para Lívio Xavier*. Bariri, 10/02/1932. (FLXB – CEDEM - UNESP)

MELLO, Plínio Gomes. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 02/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

____. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 03/05/1928.

____. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 15/06/1928.

____. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 27/05/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

____. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 13/08/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

____. *Carta a Astrojildo*. São Paulo, 14/09/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

____. *Carta a Astrojildo*. São Paulo. 16/09/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

____. *Carta aos camaradas do CCE*. São Paulo, 30/09/1928.

____. *Carta ao camarada Lacerda*. São Paulo, 13/10/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

____. *Carta à Astrojildo*. São Paulo, 27/11/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

OLIVEIRA, João Freire. *Carta a Astrojildo Pereira*. Santos, 20/05/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

____. *Carta a Astrojildo Pereira*. Santos, 08/09/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP)

____. *Carta a Astrojildo Pereira*. Santos, 10/09/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

____. *Carta ao Camarada Astrojildo*. Santos, 16/09/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP)

PEDROSA, Mário. *Carta à Lívio Xavier*. Sem Local, 08/12/1930 (FLBX – CEDEM – UNESP_

____. *Carta a Lívio*. Rio, 5/2/31. (FLBX – CEDEM - UNESP).

PEREIRA, Astrojildo. *Carta ao camarada PM*. Rio de Janeiro, 21/08/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

____. *Carta ao camarada P. M.* Rio de Janeiro, 30/11/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP)

____. *Carta ao Comitê Regional de São Paulo*. Rio de Janeiro. 18/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

____. *Carta ao camarada PM*. Rio de Janeiro, 30/11/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

____. *Carta à Plínio*. Rio de Janeiro, 09/12/1928. (Acervo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP)

____. *Carta a Plínio Mello*. Rio de Janeiro, 14/12/1928. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM).

PIZZUTTI, Augusto. *Carta ao prezado camarada Astrojildo*. São Paulo, 06/02/1927. (Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM)

TEJEDA, Florêncio. *Carta para Astrojildo Pereira*. São Paulo, 13/07/1930. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM)

Entrevistas

BRANDÃO, O. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

FRANCISCO, Sebastião. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 05/01/1982. Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu)

LOBO, Aristides. *Depoimento à Edgard Carone*. São Paulo, 1976.

MELLO, Plínio Gomes de. *Depoimento prestado a Edgard Carone*. São Paulo, 02/1982. (Acervo Edgard Carone – Museu Republicano de Itu)

_____. *Entrevista*. Disponível em <http://www.unicamp.br/boaventu/page9b.htm>. Acesso em 04/09/2024.

Jornais.

A Classe Operária. Rio de Janeiro, 1925 – 1938 (ASMOB/CEMAP – CEDEM – UNESP)

A Lucta de Classes, 1930 – 1939 (CEMAP – CEDEM – UNESP)

A Luta Social. São Paulo, 1935. (DEOPS-SP – APESP)

A Nação. Rio de Janeiro, 1927. (ASMOB – CEDEM – UNESP)

A Platéia. São Paulo, 1932 – 1935. (APESP)

A Plebe. São Paulo, 1917 – 1927. (ASMOB – UNESP)

Correio de São Paulo, 1935 (APESP)

Correio da Tarde. São Paulo, 1931. (DEOPS-SP – APESP)

Diário Nacional. São Paulo, 1928 – 1931. (BNDigital – Biblioteca Nacional)

Diário da Noite, 1933 – 1935 (BNDigital – Biblioteca Nacional)

Diário de São Paulo, 1935 (APESP)

Folha da Manhã, 1935 (APESP)

Folha da Noite. São Paulo, 1931 - 1933. (Acervo Folha de São Paulo)

O Combate. São Paulo, 1928. (APESP)

O Homem do Povo. São Paulo, 1931. (ASMOB – CEDEM – UNESP)

O Homem Livre. São Paulo, 1933 – 1934 (ASMOB – CEDEM – UNESP)

O Proletário. São Paulo, 1931. (DEOPS-SP – APESP)

O Trabalhador Graphico. São Paulo, 1933 – 1935 (ASMOB – CEDEM – UNESP)

O Tempo. São Paulo, 1931. (APESP)

Voz Cosmopolita. Rio de Janeiro, 1925 (ASMOB – CEDEM – UNESP)

Documentos

Agitprop do CR-SP. *Às mais extensas massas do povo trabalhador*. São Paulo, 29/07/1935. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

Aliança Nacional Libertadora. São Paulo, s.d. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 07. DEOPS – APESP.

ALONSO [Jan Jolles]. *Informe ao BSA-IC: A Situação Brasileira e as Tarefas do PCB*. Rio de Janeiro, 05/1934. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

Ao Proletariado e ao Povo em geral *contra o fascismo!* São Paulo, 14/12/1933.

(Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

ARNALDO. *Relatório da FJCB apresentado ao SSA-IC*. Buenos Aires, 25/05/1933. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

Ata da I Conferência de Agit-Prop da Zona de São Paulo. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM _ UNESP)

Ata da II Conferência de Agitprops, realizada em 11 de setembro de 1928. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM - UNESP).

Ata do Secretariado Ampliado do CR-SP. São Paulo, 15/05/1932 (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 1 – DEOPS-SP – APESP)

BANGU. *Carta aos camaradas do CR-SP*. Rio de Janeiro, 26/10/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

____. *Prezados camaradas da IC*. Rio de Janeiro, 17/01/1938. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

____. *Prezado amigo Gaspar*. Sem Local, 19/01/1938. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth

BARROS, Rocha. *Carta à Paulo Duarte*. São Paulo, 20/02/1937. (Acervo Hermínio Sacchetta – Arquivo Edgard Leuenroth)

Bloco Operário e Camponês. *Programa e estatutos*. Rio de Janeiro, Comitê Central do BOC, 1928. (Acervo Internacional Comunista - AEL)

BP do PCB. *Algumas Tarefas do PCB em São Paulo*. Sem Local, Sem data. (prontuário PCB, vol. 6. Nº 2431).

BP do PCB. *Carta ao CR-SP*. Rio de Janeiro, 25/08/1933. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

BP do PCB. Aos camaradas do Partido. Rio de Janeiro, 04/07/1934. P. 7. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth

BP do PCB. *Pela Unidade do Partido*. Rio de Janeiro, 15/10/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

BP do PCB. *Circular Nº 1 sobre o Golpe Fascista*. Rio de Janeiro, 12/11/1937. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

BP do PCB. *União Nacional pela Democracia e pela Paz*. Rio de Janeiro, 28/03/1938. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

BP do PCB. *Esquema de União Nacional*. Rio de Janeiro, 12/1938. (Prontuário Nº 2431, vol 9, PCB – DEOPS-SP – APESP)

BRANDÃO [Eugênio Gertel]. *Carta ao BP do PCB, ao CR-SP e a todas as bases*. Sem local, sem data. CEMAP

BRITO. *Espanha e França*. São Paulo, 04/1938. Acervo Hermínio Sacchetta – Arquivo Edgard Leuenroth

BSA-IC. *Teses sobre a situação do Brasil e as tarefas do PCB*. Buenos Aires, 1932. (Acervo Internacional Comunista -AEL).

CAMARGO. *Carta aos irmãos Brandão*. Rio de Janeiro, 07/11/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth

CASTRO [Sebastião Francisco]. *Aos camaradas do CC*. São Paulo, 12/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 04. DEOPS – APESP.

CCP. *Da convenção do Monroe ao golpe getulista-integralista: A bancarrota do oportunismo nas fileiras do PCB e a Constituição getulista de 1937*. Sem Local, 1937. (Arquivo Hermínio Sacchetta – Arquivo Edgard Leuenroth)

_____. *Lênin e a disciplina do Partido: a obra do fracionismo oportunista*. São Paulo, 11/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

_____. *A Constituição Getulista de Novembro de 1937: Código de Opressão do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro [São Paulo], 10/12/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

CR-SP do BOC. *As eleições paulistas e o BOC*. São Paulo, 18/11/1928. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM _ UNESP)

Comício do núcleo da Lapa da ANL. São Paulo, sem data. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

Comitê Antiguerreiro de São Paulo. *Alarme em todas as fábricas e oficinas de São Paulo*. São Paulo, sem data [início de novembro de 1933]. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

_____. *A luta contra o fascismo*. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

Comitê Regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil. *Aos comitês de zona da região de S. Paulo*. São Paulo, 04/12/1928. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP).

COUTO. *Prezados camaradas do Comitê Central*. São Paulo, 21/03/1936.

CR-SP do BOC. *As eleições paulistas e o BOC*. 18/11/1928. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM – UNESP)

CR-SP. *Ata da Assembleia de zona do Bom Retiro*. São Paulo, 06/03/1932 – Prontuário Nº 780, Fernando de Lacerda – DEOPS-SP - APESP)

CRs-SP do PCB e UJC. *Proletariado Paulista, pensa em tua situação, desperta!* São Paulo, 19/09/1932. (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 3 – DEOPS-SP - APESP)

CR-SP. *Circular Interna nº 4: à todas as células e zonas do PC*. São Paulo, 1932. (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 3 – DEOPS-SP - APESP).

Comitê Regional de São Paulo do PCB. *Trabalhadores da Ítalo-brasileira, sem vacilações!* São Paulo, 09/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

CR-SP. *Ao CR-RJ*. São Paulo, 22/10/1937. (CEMAP)

CR-SP. *Prezados Camaradas*. São Paulo 23/10/1937. (CEMAP); CR-SP. *Todo o Partido de pé contra as criminosas manobras fracionistas de Arnaldo, André e CIA*. São Paulo, 02/11/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth

CR-SP. *Levando uma luta sem tréguas contra todas as manobras e tentativas fracionistas, fortaleçamos a unidade orgânica e ideológica do Partido*. São Paulo, 12/11/1937. (CEMAP).

CR-SP. *Por uma linha marxista-leninista*. São Paulo, 12/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

CR-SP subordinado ao CCP. *Restauramos o centralismo democrático no Partido!* Circular nº 2. São Paulo, 02/1938. Acervo Hermínio Sacchetta – Arquivo Edgard Leuenroth

CR-SP subordinado ao CCP do PCB. *Caros camaradas do Comitê Local de Santos*. São Paulo, 04/1938. Acervo Hermínio Sacchetta – Arquivo Edgard Leuenroth

CR-SP [fracionista]. *Carta aos Camaradas do CCP*. São Paulo, 07/06/1938. Acervo Hermínio Sacchetta – Arquivo Edgard Leuenroth

CR-SP. *Resolução e manifesto do Comitê Regional de São Paulo, rompendo com a III Internacional*. São Paulo, 11/1938 (CEMAP).

Desmascaremos os renegados do antifascismo e da revolução. São Paulo, 06/1938. Acervo Hermínio Sacchetta – Arquivo Edgard Leuenroth.

DIMITROV, Georg. *A Luta pela Unidade da Classe Operária contra o Fascismo*. Disponível em: [III - O fortalecimento dos partidos comunistas e a luta pela unidade política do proletariado \(marxists.org\)](#). Acesso em: 27/10/2023.

FSR-SP. *Ata do Congresso de Unidade Sindical*. São Paulo, 04-05/10/1931. (Prontuário Nº 0880, FSR-SP – DEOPS-SP – APESP).

GRASSI [Esteban Peano]; CASTRO [Sebastião Francisco]. *Aos camaradas*. São Paulo, 14/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 04. DEOPS – APESP. Internacional Comunista. *VI Congreso de la internacional comunista: tesis, manifestos y resoluciones*. Edições Pasado y Presente, 1977.

IRINEU. *Aos Camaradas do CR-SP*. Sorocaba, 22/11/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth

LIGA Comunista Internacionalista (LCI). Nossa Conferência Nacional. In *Boletim da Oposição*. São Paulo, 01/1932.

Manifesto dos Intelectuais de São Paulo contra a Guerra e contra o Fascismo. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

MARTINS. *Situação da organização do PCB (em francês)*. Rio de Janeiro, 22/06/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth

MELLO, Plínio. A Questão das Eleições Estaduais em São Paulo. *Novos Rumos*, Marília, v. 57, nº 1, Jan-jun, 2020.

MORENA, Roberto. *Comitê de Frente Única Anti-guerreira de São Paulo*. São Paulo, sem data. Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP

OSÓRIO, Pablo [Plínio Mello]. *Relatório no Plenum Ampliado do SSA-IC*. Buenos Aires, 05/1930. (ASMOB - CEDEM).

Os Presos Políticos do Maria Zélia. *O Massacre de Presos Políticos*. São Paulo, 04/1937. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth.

PABLO. *Informe de Pablo sobre a Situação Brasileira e a Guerra Civil em São Paulo*. Sem Local, 12/1932. (Coleção Internacional Comunista – AEL)

PABLO. *Informe sobre a Situação Brasileira e a Guerra Civil em São Paulo*. Sem Local, 12/1932. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

Panfleto da ANL contra o Integralismo. São Paulo, sem data. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

PAULO. *Relatório do CC da FJCB*. Rio de Janeiro, 05/06/1935. (Acervo Internacional Comunista – AEL)

PAULO e LUIZ. *A Prezados Camaradas*. São Paulo, 12/10/1937. (CEMAP).

PCB. *Teses e Resoluções do II Congresso*. Rio de Janeiro, 1925. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM)

PCB. *Teses e Resoluções do III Congresso*. Rio de Janeiro, 1928-1929. (Fundo Astrojildo Pereira – CEDEM)

PEREIRA, Astrojildo. *Relatório geral sobre as condições econômicas, políticas e sociais e a atuação do PC brasileiro ao Comitê Executivo da IC*. Rio de Janeiro, 01/10/1923. (Acervo Internacional Comunista – AEL).

_____. *Relatório Trimestral do PCB ao Executivo da IC*. Rio de Janeiro, 06/01/1924. (Acervo Internacional Comunista - AEL).

PEREZ, Luiz. *Relatório Trimestral ao Comitê Executivo da Internacional Sindical Vermelha*. Rio de Janeiro, 12/03/1924. (Acervo Internacional Comunista - AEL)

PRADO JR. Caio. 1937. Paris, 1937. IEB – USP

PRESTES, Luiz Carlos. *A Luta contra o Prestismo e a Revolução Agrária e Antiimperialista*. Brasil, spc, 1934.

_____. *Como cheguei ao comunismo*. Cultura Vozes, nº 2. Mar-abr. 1998.

Projeto de Teses sobre a Assembleia Constituinte. *Boletim da Oposição*, nº 4. São Paulo, 05/1932.

Projeto de Teses sobre as relações entre partido e fração. *Boletim de Discussão*, nº 3. 06/1932. Prontuário Mário Pedrosa n.º 2030. DEOPS/SP. APESP – DEOPS.

Relatório à I.C. apresentado pela delegação brasileira por ocasião do IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha (1928) IN JEIFETS, Victor; SCHELCHKOV, Andrey (org). *La Internacional Comunista em América Latina: en documentos del archivo de Moscú*. Santiago: Ariadna Ediciones, 2018.

ROCHA, Lauro Reginaldo da (Bangu). *Informe ao Bureau Político da Internacional Comunista*. Brasil, 08/1937. (Acervo Internacional Comunista – AEL).

SACCHETTA, Hermínio. *Problemas de Organização*. São Paulo, 1936. (CEMAP – CEDEM – UNESP).

SN do PCB. *A Marcha da Revolução Nacional Libertadora e suas Forças Motrizes*. Salvador, 12/1936. Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth

SN do PCB. *A Posição do nosso Partido em face à Sucessão Presidencial*. Brasil, 06/1937. P. 4. (Acervo Internacional Comunista – Arquivo Edgard Leuenroth).

Relatórios de agentes reservados do DEOPS-SP

ABRAHÃO, Humberto. *Relatório sobre os documentos referentes ao Comitê Antiguerreiro*. São Paulo, sem data. (Prontuário N° 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

ALMEIDA, Rubens de. *Informações Reservadas*. São Paulo, 07/02/1933. (Prontuário N° 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

ALMEIDA, Rubens de. *Comitê-Antiguerreiro*. São Paulo, 04/03/1933. (Prontuário N° 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

A situação da atividade comunista na região de São Paulo. São Paulo, 20/10/1932. DEOPS – Prontuário PCB vol. 1.

AMATO, Primavera. *Relatório apresentado pelo Dr. Primavera Amato*. São Paulo, 14/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

_____. *Boletim n° 591*: Relatório para o Delegado de Ordem Social. São Paulo, 20 – 21/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

ANDRÉ. *Informe Reservado*. São Paulo, 05/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

APOLÔNIO, Luis. *Ao Exm Sr. Dr. Raimundo Álvaro de Menezes*. São Paulo, 05/10/1931. (Prontuário N° 0880, FSR-SP – DEOPS-SP - APESP).

Auto de Rolamento. São Paulo, 13/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 08. DEOPS – APESP.

_____. *Documento N° 6: Relatório*. São Paulo, 11/02/1933; ASSIS, Alfredo. *Depoimento de Roberto Morena*. São Paulo, 09/02/1933. Prontuário N° 1656, Comitê Antiguerreiro – DEOPS-SP – APESP

A Propaganda Comunista no Estado de São Paulo. São Paulo, 1935. (Prontuário n° 2431, PCB vol. 9 – DEOPS-SP - APESP)

Boletim n° 566. São Paulo, 27/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Boletim n° 569. São Paulo, 30-31/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Boletim n° 571. São Paulo, 31/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Boletim n° 573. São Paulo, 02-03/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Boletim n° 578. São Paulo, 07 – 08/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, n° 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Boletim nº 584. São Paulo, 15/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

Boletim nº 585. São Paulo, 16/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

Boletim nº 586. São Paulo, 16-17/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

Boletim nº 587. São Paulo, 17-18/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Boletim nº 594. São Paulo, 23 – 24/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Boletim nº 602. São Paulo, 01 – 02/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Boletim nº 605. São Paulo, 05/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

BRUNO, Primerano. *Informe à Delegacia de Ordem Social.* São Paulo, 05/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

CABRAL, Francisco Tinoco. *Relatório apresentado pelo Dr. Francisco Tinoco Cabral.* São Paulo, 13/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Documento nº 7: Comitê Antiguerreiro. São Paulo, 20/02/1933. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

Fechamento da Escola Comunista. São Paulo, 30/07/1933. (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 1 – DEOPS-SP - APESP)

CUNHA, Luiz Tavares da. *Relatório ao Superintendente de Ordem Política e Social.* São Paulo, 06/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Excerto de boletins policiais. São Paulo, 18/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 03. DEOPS – APESP.

FRANCO, José Carlos. *Relatório apresentado pelo Dr. José Carlos Franco.* São Paulo, 20/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

GOMES, José; BRAGA FILHO, Amador; NOVAES FILHO, João; CERRE, Itagiba. *Relatório para o Gabinete de Informações do DEOPS.* São Paulo, 17/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

GUARANY. *Informe Reservado.* São Paulo, 11/12/1934. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

_____. *Informe Reservado*. São Paulo, 07/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 01. DEOPS – APESP.

GUIMARÃES, Raul. *Informe Reservado*. São Paulo, 12/12/1933. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

GUIOFFI, Antônio. *Informe sobre a UOFT*. São Paulo, 01/06/1931. (Prontuário nº 0880, FSR-SP, Vol 1 – DEOPS-SP - APESP).

_____. *Informe sobre as disputas internas nos sindicatos de São Paulo*. São Paulo, 02/07/1931. (- Prontuário nº 0880. FSR-SP Vol – DEOPS-SP - APESP).

_____. *Informe sobre comício da FOSP em São Bernardo*. São Paulo, 17/08/1931. (Prontuário Nº 0880, FSR-SP – DEOPS-SP - APESP).

_____. *Informe sobre a posição da UAC em relação ao Congresso de Unidade Sindical*. São Paulo, 28/08/1931. (Prontuário nº 0880, FSR-SP vol. 1 – DEOPS-SP - APESP).

Informe Reservado. São Paulo, 21/01/1933. (Prontuário Nº 2431, PCB vol.1 – DEOPS-SP - APESP)

LIMA, Fábio Barbosa. *Relatório ao sr. Dr. Superintendente de Ordem Política e Social*. São Paulo, 05/07/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

Queda da distribuidora de A Classe Operária em São Paulo. São Paulo, 19/08/1933. (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 1 – DEOPS-SP – APESP).

Relatório sobre o fechamento da ANL. São Paulo, 08/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 01. DEOPS – APESP.

Relatório sobre células comunistas em São Paulo. São Paulo, 15/04/1932. (Prontuário Nº 2431, PCB vol, 1 – DEOPS-SP – APESP.)

Relatório reservado sobre o Congresso de Unidade Sindical da FSR-SP. São Paulo, 10/10/1931. (Prontuário Nº 0880 vol. 2. Federação Sindical Regional de São Paulo, DEOPS-SP – APESP)

Relatório Reservado: fundação da ANL em Santos. São Paulo, 25/04/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, DEOPS – APESP.

Relatório sobre sindicatos. São Paulo, 1932 (Prontuário Nº 0880, FSR-SP – DEOPS-SP – APESP)

RUBENS. *Característica Geral da Situação entre os Ferroviários*. São Paulo, 31/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

_____. *Contribuição à análise do movimento político-social do país, através de algumas organizações político-sindicais*. São Paulo, 06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 01. DEOPS – APESP.

____. *Informe Reservado: Situação político-social no interior, através de algumas organizações político-sindicais*. São Paulo, 28/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 05. DEOPS – APESP.

____. *Informe Reservado*. São Paulo, 04/11/1933. (Prontuário Nº 1656, Comitê Anti-guerreiro – DEOPS-SP – APESP)

____. *Relato sobre o Comício da ANL no Salão das Classes Laboriosas*. São Paulo, 14/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.
Reunião da Aliança Nacional Libertadora. São Paulo, 14/05/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 10. DEOPS – APESP.

SOUZA, Mário. *Relatório Reservado (Boletim nº 11)*. São Paulo, 14/03/1933. (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 1 – DEOPS-SP - APESP).

SOUZA. *Informe Reservado*. São Paulo, 05/06/1935. Prontuário Aliança Nacional Libertadora, nº 3840, v. 1. DEOPS – APESP.

____. *Relatório Reservado (Boletim nº 09)*. São Paulo, 10/03/1933. (Prontuário Nº 2431, PCB vol. 1 – DEOPS-SP - APESP).

Revistas

Autocrítica. Rio de Janeiro, 1928 – 1929. (CEMAP – CEDEM – UNESP)

La Correspondance Internationale, Paris, 1938.

La Correspondência Sudamericana. Buenos Aires, 1926 – 1929. (ASMOB – CEDEM – UNESP).

Revista Comunista. Buenos Aires, 1930 – 1933. Biblioteca José Maria Aricó/Universidad Nacional de Cordoba.

Bibliografia

ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. *Na Contracorrente da História (1930 – 1933)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

____. *A Revoada dos Galinhas Verdes: Uma história da luta contra o fascismo no Brasil*. São Paulo: Veneta, 2014.

ADDOR, Carlos Augusto. *Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

ALEXANDER, Robert J. *Trotskyism in Latin America*. Stanford, Hoover Institution Press, 1973.

- AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*. 3 vol. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- ANDRETO, Lucas Alexandre. *A Formação do Partido Comunista do Brasil (PCB) na Cidade de São Paulo (1922 – 1930)*. UNESP: Assis, 2018.
- ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho. *Entre a Revolução e o Corporativismo: A experiência sindical dos ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana nos anos 1930*. São Paulo: FFLCH - USP, 2006.
- _____. *O Socialismo Tenentista: Trajetória, experiência e proposta de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930*. São Paulo: FFLCH – USP, 2012.
- AZEVEDO, Raquel. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927 – 1937)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BARSOTTI, P; PERICÁS, L.B (Org.). *América Latina: História, Ideias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- BARTZ, Frederico Duarte. *Movimento Operário e Revolução Social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre (1917 – 1922)*. Porto Alegre: UFRS, 2014.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República (1889 – 1930)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- _____. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BATINI, Tito. *Memórias de um Socialista Congênito*. Campinas: Editora Unicamp, 1991.
- BELLO JR, Demétrio Queiros. *Por uma organização autônoma do proletariado: sindicato de ofício e os trabalhadores em São Paulo (1917 – 1930)*. Guarulhos: Unifesp, 2019.
- BERTONHA, João Fábio. *Sob a sombra de Mussolini: Os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo (1919 – 1945)*. Marília: Lutas Anticapital, 2023.
- BEZERRA, Aurélio Menezes; VASCONCELOS, Maicon Maurício; SANTANA, R. (Org.). *Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco*. Recife: Núcleo de estudos eleitorais, partidários e da democracia-ufpe, 2012.
- BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: Trabalhadores e Socialistas Italianos em São Paulo (1890 – 1920)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. São Paulo: PUC, 2007.
- BORGES, Pacheco Vavy. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRANDÃO, Octávio. *Rússia Proletária*. Rio de Janeiro: Voz Cosmopolita, 1924.

_____. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

_____. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Na Boca do Sertão: O perigo político no interior do estado de São Paulo (1930 – 1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *Contra a guerra ou contra o fascismo? As esquerdas brasileiras e o antifascismo (1933-1935)*. UFF: Niterói, 1999.

_____. A Frente Única Antifascista (FUA) e o Antifascismo no Brasil (1933 – 1934). *Topoi*. Rio de Janeiro, dez, 2002.

BROUÉ, Pierre. *Los Trotskistas em la URSS (1929 – 1938)*. Buenos Aires: Ediciones Rebelión, 2008.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Tempos de Viver: Dissidentes Comunistas em São Paulo (1931 – 1936)*. Franca: Unesp, 1998.

CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____. *A Segunda República*. São Paulo, 1974.

_____. *A República Nova (1930 – 1937)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

_____. *O PCB (1922 – 1943) Vol. I*. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. *Brasil: Anos de Crise (1930 – 1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado Forma de Regressividade no Capitalismo Hipertardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *A nova face do movimento operário na Primeira República*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2-4, set, 1982.

COTRIM, Renata Aparecida. *Memória Militante: a atuação das redes de preservação documental na salvaguarda dos arquivos das classes subalternas*. Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DECCA, Edgar de. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DEL ROIO, José Luiz. *1º de Maio: sua origem, seu significado, suas lutas*. São Paulo: Centro de Memória Sindical, 2016.

_____. *A Greve de 1917: os trabalhadores entram em cena*. São Paulo: Alameda, 2017.

DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.

_____. *Capitalismo e Revolução em Caio Prado Jr.* São Paulo, Lutas Sociais, vol 20, nº 36, jun. 2016.

_____. *Gramsci e a Emancipação do Subalterno*. São Paulo: UNESP, 2018.

_____. *Os Prismas de Gramsci: A fórmula política da frente única (1919 – 1926)*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DEL ROIO, Marcos; ANDRETO, Lucas. Historiografía y lucha por la memoria en el Partido Comunista Brasileiro. *Nuestra História*, Nº 11, 2021.

DEMIER, Felipe Abranches. *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930 – 1964)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

DEUTSCHER, Isaac. *Troski: O Profeta Desarmado (1921 – 1929)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Trotsky: O Profeta Banido (1929 – 1940)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DROZ-HUMBERT, Jules. *De Lénine à Staline: Dix ans au service de l'Internationale Communiste (1921 – 1931)*. Neuchâtel: La Cabonnière, 1971.

DULLES, John Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. *Comunistas no Brasil (1935 – 1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

EULÁLIO, Alexandre. *A Aventura Brasileira de Blaise Cendrars*. São Paulo: Edusp, 2001.

FARIA, Fernando Garcia de. *Congresso Nacional da Juventude Proletária, Estudantil e Popular: a construção da organização juvenil comunista brasileira (1924 – 1936)*. Mestrado em História. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2022.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FEIJÓ, Marin César. *O Revolucionário Cordial*. São Paulo: Boitempo, 2022.

FERNANDES, Luís Eduardo da Rocha Maia. *A primavera foi inexorável? Caio Prado Júnior, o PCB e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos Trotskistas. *Cadernos AEL* vol. 12, nº 22/23, 2005.

FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O Serviço Reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo: Unesp, 2006.

_____. *A Grande Repressão de 1932 em São Paulo*. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Vol. 4, Nº 8, 12/2012.

GOMES, Álvaro Cardoso; CAMPOS, Alzira Lobo; TEIXEIRA, Eliane de Alcântara. Sociabilidade, política e cotidiano dos primeiros trotskistas em São Paulo. *Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v. 11, n. 2, p. 175-194, julho-dezembro, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. *Velhos Militantes: Depoimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere v. 5. O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUALBERTO, Edney dos Santos. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. São Paulo: FFLCH – USP, 2008.

HAUPT, G. *Por que a história do movimento operário?*. História e Perspectivas, 2010.

HILTON, Stanley. *A Rebelião Vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

HOBBSBAWM, Eric. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JEIFETS, Victor; SCHELCHKOV, Andrey (org). *La Internacional Comunista em América Latina: en documentos del archivo de Moscú*. Santiago: Ariadna Ediciones, 2018.

KAREPOVS, Dainis. Memória: Plínio Mello. *Teoria e Debate*, nº 07, set- 1989.

_____. *Nos Subterrâneos da Luta: um estudo sobre a cisão no PCB em 1937 – 1938*. São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

_____. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês*. São Paulo: USP, 2001.

_____. *A Luta Subterrânea*. São Paulo: Unesp, 2003.

_____. *A Classe Operária vai ao Parlamento*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. *Pas de Politique Mariô! Mario Pedrosa e a política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2017.

KHOURY, Y. A. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez, 1981.

LAZZARETTI, Lucas. *Sacco e Vanzetti: Os Espelhos da Ideologia*. Curitiba: Juruá, 2018.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

_____. *O Que Fazer? Questões candentes de nosso movimento*. São Paulo: Boitempo, 2023.

- _____. *As Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- _____. *Teses de Abril*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos: Memórias de Militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MACHADO, Augusto [Leôncio Basbaum]. *À Caminho da Revolução Operária e Camponesa*. Rio de Janeiro: Calvino, 1934.
- MAFFEI, Eduardo. *A Morte do Sapateiro*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *A Batalha da Praça da Sé*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MANTEGA, Guido. *Economia Política Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *Caio Prado Júnior: A dinâmica de um pensamento crítico (1928 – 1935)*. São Paulo: Edusp, 2008.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- _____. *Sinfonia Inacabada*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- MENDES, C. M. *Política e História em Caio Prado Jr.* São Luís: UEMA, 2008.
- _____. *A questão do feudalismo no Brasil: um debate político*. Notandum, nº 32. Maringá: UEM, 08-09, 2013.
- MORAES, Francisco Quartim. *1932: A História Invertida*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2018.
- MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico. *Revista Brasileira de História*, volume 36, Nº 72, 2016.
- MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora 34, 2015.
- PEIXOTO, Arthur Duarte. *Da organização à frente única: a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927 – 1930)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- PEREIRA, Astrojildo. *A Formação do PCB*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.
- _____. *URSS, Itália, Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2022.

- PERICÁS, Luiz Bernardo. *Caio Prado Jr: Uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando Fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, n 3, jun. 1995.
- PIEMONTE, Víctor Augusto (2020). Organizar la lucha de masas en tiempos del “tercer período”: la Revista Comunista del Secretariado Sudamericano de la Comintern (1930-1932). *Pasado y Memoria: Revista de Historia Contemporánea*, 20, pp. 191-212.
- PINHEIRO, Milton (org.). *Partido Comunista Brasileiro: 100 anos de histórias e lutas*. Marília: Lutas Anticapital, 2023.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil (1922 – 1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- PRADO, Carlos Batista. *Partidos e Sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922 – 1936)*. Rio de Janeiro: UFF, 2019.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *Democracia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1986.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Luiz Carlos Prestes: Um Comunista Brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Luiz Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- REIS, José Carlos. *Anos 1960: Caio Prado Jr e A Revolução Brasileira*. Revista Brasileira de História, vol. 19, nº 37. São Paulo, 08, 1999.
- RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: USP/FAPESP; Editora 34, 2000.
- RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos: Pesquisa Social (1922 – 1946)*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, s.d.
- ROMANI. C. *Clevelândia (Oiapoque): colônia penal ou campo de concentração?* Revista Verve. Campinas, nº 4, 2003.
- SAFÓN, Ramón. *O racionalismo combatente de Francisco Ferrer Guardia*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- SANTOS, R. *Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.
- SECCO, Lincoln. *Caio Prado Jr: O Sentido da Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

- _____. *A Batalha dos Livros: Formação da Esquerda no Brasil*. Cotia: Ateliê Editorial, 2017.
- SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs). *História do PCB*. Cotia: Ateliê Editorial, 2022.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacaria Figueirôa de. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível (1936 – 1948)*. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- SILVA, Hélio. *1931: Os Tenentes no Poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984.
- _____. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- _____. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- TOCQUEVILLE, A. *Lembranças de 1848*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- WIAZOVSKI, Taciana. *Bolchevismo e Judaísmo: A comunidade judaica sob o olhar do DEOPS*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- VIANNA, Marly; *Revolucionários de 35*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____ (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; UFSCAR, 1995.